20 ANOS DA SECEX

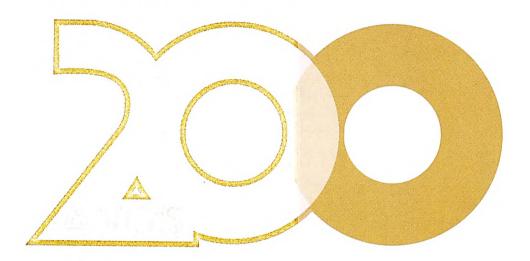
200 ANOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

A história da SECEX e o comércio exterior brasileiro
após a abertura dos portos

Ao Min.
Wagner Rossi,
Com a atenção de
Welber Barral
Dez/2010

20 ANOS DA SECEX

200 ANOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Albene Miriam Menezes
et al.

A história da SECEX e o comércio exterior brasileiro após a abertura dos portos

1ª Edição

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Brasília, novembro de 2010

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
ApexBrasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

Coordenação-Geral do Projeto:
Cândida Maria Cervieri
(Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Programas de Apoio às Exportações)

Coordenação Técnica do Projeto:
Daniel Kuntz Resende
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Fabio Castejon Resende
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Fernando José Pozzi de V. Cruz
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Sisvelan de Alencar Dias
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)

Apoio à Coordenação do Projeto:
Gabriella Araújo Rocha
(Assessora – MDIC)

Consultoria Técnica em História:
Profª Drª Albene Miriam Menezes
(Profª Associada do Departamento de História da UnB. Doutora em História pela Universidade de Hamburgo – República Federal da Alemanha)
Mercedes Gassen Kothe
(Professora Doutora em História – UPIS)

Produção de Texto:
Profª Drª Albene Miriam Menezes
(Profª Associada do Departamento de História da UnB. Doutora em História pela Universidade de Hamburgo – República Federal da Alemanha)

Colaboração na Produção de Texto:
André Luis Ribeiro Barbosa
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Cândida Maria Cervieri
(Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Programas de Apoio às Exportações)
Daniel Kuntz Resende
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Fabio Castejon Rezende
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Fernando José Pozzi de V. Cruz
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Luciana Fonseca Damasceno Vieira
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Marcelo Santos Rocha da Silva
(Técnico de Nível Superior – MDIC)

Estagiários – MDIC:
André Vitor Sica de Moraes
Carolina Abreu dos Santos
Flávia Nobre da Fontoura
Guilherme Pedretti C. de Lima
Otávio Alves Galvão Junior

Produção de Estatísticas:
Roberto J. E. de Souza Dantas
(Diretor do Depla / SECEX / MDIC)
Carlos Antônio S. dos Santos
(Analista de Comércio Exterior – MDIC)
Jatir Augusto Fernandes
(Chefe de Divisão-MDIC)
Giselly da Silva Rocha
(Estagiária)
André Vitor Sica de Moraes
(Estagiário)

Pesquisa de Imagens:
Belquisse Pimentel André
(Gerente do Portal do Exportador)
Gustavo Henrique M. Cavallini
(Agente Administrativo)
Tatianna Oliveira de Sousa Fontes
(Jornalista)
Débora Peixoto Hofstatter
(Estagiária)
Victor Khodr Lobo
(Estagiário)

Revisão Geral:
Alexandre Retamal Barbosa
(Assessor Especial do Ministro – ASCOM/MDIC)
Juliana Gomes Ribeiro
(Chefe da Comunicação Social)

Colaboração Administrativa:
Luiz Roberto Nejm

Revisão e Ampliação de Conteúdo:
Mirian Beatriz Schneider Braun
(Profª. do Colegiado de Ciências Econômicas e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste Campus Toledo)
Carlos E. F. Vian
(Departamento de Economia, Administração e Sociologia – ESALQ / USP)
Edmilson Siqueira
(Jornalista)

Pesquisa Histórica de Imagens:
MDIC, Museu Histórico Nacional, Museu de Belas Artes e Biblioteca Nacional / Chá Com Nozes Propaganda / Alana dos Santos Mendonça

Editor:
Maurício Martins

Projeto Gráfico:
Chá Com Nozes Propaganda / Alice Corbett e Juliana Carnielli

Direção de Arte:
Wagner Nogueira

Revisão:
Ademar Lopes Junior

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

20 Anos da SECEX e 200 Anos de Comércio Exterior: a história da SECEX e o comércio exterior brasileiro após a abertura dos portos / Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.– Brasília: MDIC, 2010.

384p; il.

ISBN: 978-85-60206-02-5

1. Comércio Exterior. 2. Exportação. I. Título. II. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. III. SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.

CDD 339.5

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Miguel Jorge

Secretário-Executivo

Ivan Ramalho

Secretário de Comércio Exterior

Welber Barral

Diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior

Roberto Dantas

Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Programas de Apoio às Exportações

Cândida Maria Cervieri

Produto desenvolvido pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ApexBrasil.

Mensagem do Ministro

Miguel Jorge
Ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

Em seus 20 anos, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) teve papel fundamental na administração do comércio do Brasil com mais de 200 países. Participou também, ativamente, da formulação e execução de políticas e ações de incentivo ao comércio exterior brasileiro, que, em 2008, comemorou 200 anos.

A SECEX administra o Sistema Integrado de Comércio Exterior –Siscomex, atualizado pelo recém-lançado Siscomex Exportação Web (Novoex). Os dados do Siscomex são compartilhados por outros órgãos do governo federal que também atuam no comércio exterior brasileiro.

Esse compartilhamento e sua moderna base tecnológica fazem do Siscomex o mais avançado e sólido sistema de registros de exportações e importações do mundo. A SECEX administra, ainda, o Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior – ALICE-Web.

A partir desses sistemas, a SECEX elabora e divulga, semanalmente, em detalhes, as estatísticas de nosso comércio exterior. Nenhum país faz isso com tanta rapidez, profundidade e confiabilidade como o Brasil.

A Secretaria de Comércio Exterior também controla o comércio exterior, inclusive o regime de *drawback*, participa das negociações de tratados internacionais relacionados com o comércio exterior e promove iniciativas de difusão da cultura exportadora em nosso País.

Ainda, regulamenta e executa os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e apoia o exportador brasileiro submetido a investigações de defesa comercial no exterior. Entre 2007 e outubro deste ano, foram iniciados 94 procedimentos de defesa comercial e encerrados 82 casos, dos quais 62 com a aplicação de direito *antidumping*, medidas compensatórias ou salvaguardas.

Nos últimos quatro anos, a SECEX passou por um processo de modernização administrativa. Em 2007, a transferência integral para Brasília da Secretaria que funcionava, em parte, no Rio de Janeiro, facilitou o trâmite de processos e tornou mais eficiente e ágil o processo decisório do órgão. Em 2010, foi criado o Departamento de Normas e Competitividade no Comércio Exterior (Denoc), e em novembro desse ano, a Coordenação Geral de Defesa Industrial (CGDI), no Departamento de Defesa Comercial.

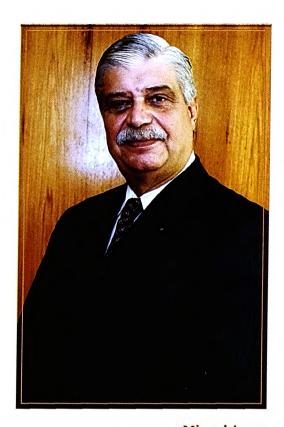
Nos próximos anos, o Brasil terá que superar diversos desafios para aumentar suas exportações, especialmente de produtos industrializados. As empresas e o governo federal deverão trabalhar muito para isso, sobretudo num cenário de maior competição no mercado internacional.

Estou certo que a SECEX continuará justificando seu protagonismo, nesta tarefa, por intermédio do esforço de seus competentes funcionários.

Este livro é um relato da vitoriosa trajetória de 20 anos dessa Secretaria e da sua grande colaboração para a boa administração que o comércio exterior do Brasil tem hoje.

Boa leitura a todos.

Miguel Jorge

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Apresentação

Welber Barral
Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O Brasil comemorou, em 2008, 200 anos de comércio exterior, desde o marco da assinatura do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 28 de janeiro de 1808. O ato do então Príncipe Regente Dom João de Portugal, futuro Rei Dom João VI, mudou os rumos da história econômica brasileira, rompendo com o exclusivismo metropolitano do passado colonial e conduzindo o País ao cosmopolitismo e à diversificação produtiva que, atualmente, caracterizam a 8ª economia do mundo.

Do mesmo modo, em 2010, o Brasil celebra 20 anos da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC). Criada em 1990, incorporando atribuições da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), a SECEX trabalha no planejamento, coordenação, normalização e implementação da política nacional de comércio exterior. Sua criação coincidiu com o processo de reabertura comercial do País, por meio da superação do modelo de desenvolvimento industrial firmado na substituição das importações e das negociações multilaterais no âmbito do Mercosul[1] e da OMC[2].

Como economia periférica, o Brasil se inseriu no comércio internacional, em grande parte, por forças centrípetas e interesses das grandes potências do século XIX, particularmente da Grã-Bretanha, em conquistar novos mercados para seus produtos. À época da Abertura dos Portos às Nações Amigas, a França de Napoleão impunha o bloqueio continental na Europa aos produtos ingleses, o que tornava urgente para a coroa britânica a busca de alternativas.

Do lado brasileiro, havia a vantagem de realizar transações comerciais diretamente com os países produtores, sem a intermediação de Portugal, permitindo o acesso a uma quantidade maior e mais diversificada de artigos de consumo, a preços mais atrativos. Entretanto, não havia no Brasil produtos em alta no mercado internacional a ponto de fortalecer as exportações e, assim, financiar as importações. O resultado era um quadro de déficit comercial perigoso, só superado na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da produção cafeeira.

O café tornou-se, em poucas décadas, o motor da economia nacional, impulsionando as exportações até a metade do século XX e influenciando os processos políticos que provocaram o fim do regime monárquico, seguido da ascensão e queda da Primeira República. Mesmo após a Revolução de 1930, quando o Brasil passou a seguir na direção oposta à democracia liberal, o se-

[1] Mercado Comum do Sul: união aduaneira incompleta formada por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que tem como objetivo a criação da um mercado comum na região.

[2] Organização Mundial de Comércio: primeiro e único organismo multilateral de alcance mundial criado para tratar do comércio entre os países.

tor cafeicultor seguiu com sua importância no comércio exterior, financiando pelas exportações a compra de bens de capital e insumos que deram força à industrialização do País.

O pós-Guerra marcou a Segunda Revolução Industrial no Brasil com efeitos sobre a modernização da economia e a urbanização da sociedade. Foram décadas de milagres e crises, interrupção do ambiente democrático, explosão populacional e colapso do modelo econômico em vigor desde a Era Vargas. Em 1985, a democracia foi restaurada e, em 1988, uma nova Constituição Federal foi promulgada, restabelecendo direitos e garantias fundamentais a todos os brasileiros.

A estabilidade econômica levou mais alguns anos até ser conquistada. No início da década de 1990, quando da criação da SECEX, o País abriu seu mercado doméstico à concorrência externa após anos de protecionismo. Não foi um processo simples, sem turbulências e inquietudes, mas se mostrou indispensável para a modernização econômica e o incremento da competitividade das empresas nacionais. Neste período, o Brasil negociou com seus vizinhos a instituição do Mercosul, mediante o Tratado de Assunção, de 1991, e participou das articulações da Rodada de Uruguai, que resultou na criação da OMC, em 1995.

Em 1994, o Brasil conseguiu vencer a inflação que atormentava os consumidores e engessava o crescimento por quase duas décadas. Avançou em reformas econômicas e administrativas em prol de um Estado mais eficiente. Nos anos seguintes, não obstante as crises mundiais de 1995 (México), 1997 (Ásia), 1998 (Rússia), 1999 (Brasil), 2001 (Argentina) e 2002 (Brasil), o

País experimentou um período de inclusão expressiva de milhões de brasileiros que venceram a pobreza extrema, tornando-se um mercado atrativo a novos investimentos.

O final da primeira década do século XXI marcou a retomada do crescimento das exportações e da projeção internacional do Brasil, que, diante da crise mundial de 2008, iniciada nos Estados Unidos, tem-se posicionado como um dos países em desenvolvimento mais promissores, junto a gigantes como China e Índia.

São, portanto, 200 anos de história que ultrapassam estatísticas de exportação e importação, navegando nos domínios da política interna e externa e dos hábitos, costumes e valores culturais da sociedade brasileira em cada época.

Este trabalho está estruturado em 21 capítulos. O primeiro capítulo dedica-se a comentar os 20 anos da SECEX e sua relação com a dinâmica do comércio exterior após a abertura vivenciada no Governo Collor. Os capítulos 2 a 10 referem-se aos acontecimentos do século XIX, enquanto os capítulos 11 a 20 ao século XX. O século XXI é contemplado no 21º capítulo.

É importante esclarecer que esta publicação não tem por objetivo esgotar os fatos que ocorreram nos vinte anos da Secretaria. A proposta foi apenas dar forma ao relato dos dirigentes e do corpo técnico da instituição, com os fatos que marcaram a sua história.

O registro dos dois aniversários, que deu origem a este livro, representa a contribuição da SECEX e de seus servidores à memória da política de comércio exterior, mantendo vivos fatos históricos fundamentais à compreensão do processo de formação do Brasil atual.

Por fim, gostaria de registrar os sinceros agradecimentos a todos que ajudaram na construção e consolidação da SECEX, bem como àqueles que participaram na produção deste documento e que, de alguma forma, se envolveram direta ou indiretamente na sua publicação.

Expresso ainda minha admiração e respeito àqueles que fizeram a história, superando os desafios do subdesenvolvimento e transformando os 200 anos de comércio exterior brasileiro e os 20 anos da Secretaria de Comércio Exterior em uma sequência de momentos e fatos que mudaram o rumo do País.

Welber Barral
Secretário de Comércio Exterior

Sumário

Século 19

Século 20

20 ANOS DA SECEX

A História da SECEX

1990

Secretário: JOSÉ ARTHUR DENOT MEDEIROS
Gestão: 11/4/1990 a 26/5/1991

- O Presidente da República, Fernando Collor de Mello, toma medidas de liberalização de importações, rompendo com décadas de restrições governamentais.
- Edição da Medida Provisória nº 150, datada de 15 de março de 1990, extinguindo vários órgãos governamentais e criando o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sob o comando de quem se faria o comércio exterior.
- Até então, o tema era tratado administrativamente pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e pela Comissão de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda (CPA), ambas extintas pela Medida Provisória.
- A Secretaria de Comércio Exterior é concebida como Departamento da Secretaria Nacional de Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sob o nome de Departamento de Comércio Exterior (Decex). Sua criação se deu em contexto nacional de reestruturação administrativa e gestão governamental do comércio exterior.
- O Decex era integrado pela Coordenação Técnica de Tarifas (CTT), que sucedeu a CPA, e pela Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial (CTIC), que assumiu atribuições da antiga Cacex.

1991

Secretário: HELOÍZA CAMARGOS MOREIRA
Gestão: 23/5/1991 a 2/10/1992

- Assinado em 26 de março o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, criando o Mercosul.

1992

Secretário: JOSÉ FREDERICO ALVARES (Interino)
Gestão: 3/10/1992 a 20/12/1992

Secretário: RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES
Gestão: 21/12/1992 a 21/2/1994

- Edição do decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, criando o Siscomex, sistema informatizado responsável por integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através de um fluxo único e automatizado de informações.
- Nova reforma administrativa, com a Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, criando o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), que assumiu a competência sobre o comércio exterior, anteriormente concedida ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.
- O anterior Decex torna-se Secretaria do novo Ministério, passando a se chamar **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)**.
- A SECEX se estrutura em três unidades: Departamento de Técnico de Intercâmbio Comercial (DTIC), em lugar da CTIC, Departamento Técnico de Tarifas, em substituição à CTT, e o novo Departamento de Planejamento e Política Comercial (DPPC).
- O Brasil registra superávit comercial histórico de US$ 15,2 bilhões.

1993

- Entra em operação o **Siscomex-Exportação**, no dia 4 de janeiro, simplificando, de imediato, os procedimentos nas operações de exportação e barateando os custos dos operadores.
- O **Programa Novos Polos de Comércio Exterior** é lançado nacionalmente, dando visibilidade à SECEX, tendo em vista a abrangência setorial do projeto (frutas, móveis, vestuário, calçados, granitos, artesanato, entre outros) e sua divulgação em vários centros produtivos do País.

1994

Secretário: FRANCISCO MARCELO ROCHA FERREIRA
Gestão: 22/2/1994 a 15/5/1994

Secretário: JORGE CHAMI BATISTA
Gestão: 16/5/1994 a 13/1/1995

- É lançado o Plano Real, em 1º de julho, encerrando mais de uma década de hiperinflação.
- A crise do México assusta os mercados emergentes, como o Brasil, diante dos ataques especulativos dos investidores internacionais.

1995

Secretário: SEBASTIÃO MURILO UMBELINO LOBO (Interino)
Gestão: 14/1/1995 a 8/2/1995

Secretário: MAURÍCIO EDUARDO CORTES COSTA
Gestão: 9/2/1995 a 1º/2/1999

- No dia 1º de janeiro, entram em vigor o Mercosul e a OMC.
- Em maio, é criado o **Departamento de Defesa Comercial (Decom)**, atendendo ao disposto na Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, que definiu as atribuições da SECEX no âmbito da aplicação das medidas *antidumping* e compensatórias.
- O **Decreto nº 1.757, de 22 de dezembro de 1995**, aprova nova estrutura regimental do MICT, alterando a organização da SECEX. A Secretaria passa a contar com as seguintes unidades: Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex); Departamento de Negociações Internacionais (Deint); Departamento de Defesa Comercial (Decom); e Departamento de Políticas de Comércio Exterior (Depoc). O novo desenho organizacional busca dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Rodada Uruguai/OMC e do Mercosul.
- A política monetária de paridade fixa entre o real e o dólar dificulta as exportações e estimula as importações, impactando a balança comercial, que registra uma tendência de déficit que perdurou por alguns anos.

1996 / 1997

- É realizado o primeiro **Encontro de Comércio Exterior (Encomex)**, em setembro, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a cultura exportadora entre os empresários brasileiros.
- A queda da Bolsa de Hong Kong contagia os países asiáticos e os especuladores, mais uma vez, desafiam o Plano Real.
- A balança comercial brasileira registra déficit histórico de US$ 6,8 bilhões.

1998

- Criada a carreira de **Analista de Comércio Exterior (ACE)**, por meio da Medida Provisória 1.588-6, de 5 de março de 1998, que se transformou na Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, para desenvolver as atividades de gestão governamental relativas à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior.
- A Rússia torna-se o epicentro de uma nova crise financeira internacional, tornando a paridade fixa do real com o dólar cada vez mais difícil de ser mantida.

1999

Secretário: MÁRIO ANTÔNIO MARCONINI
Gestão: 2/2/1999 a 4/8/1999

Secretário: LYTHA BATTISTON SPINDOLA
Gestão: 5/8/1999 a 14/1/2003

- O MICT passa a se chamar Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), conforme Medida Provisória 1.795, de 1º de janeiro de 1999.
- Diante dos ataques especulativos internacionais, o governo brasileiro adota o sistema de câmbio flutuante e o real passa por uma maxidesvalorização. A medida beneficia as exportações, mas prejudica as importações, principalmente vindas da Argentina.
- Instituído o **Programa de Desenvolvimento da Cultura Exportadora (PDCE)**, posteriormente inserido no contexto do Plano Plurianual (PPA) com a denominação de Programa Cultura Exportadora.
- Em julho, o MDIC recebe o novo nome de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mantendo a sigla, em face de alteração introduzida pela MPV nº 1.911-8 de 29 de julho de 1999.

2000-2010

2000

- Criado o **Projeto Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes)**, com o objetivo de difundir a cultura exportadora e promover a expansão e a diversificação da pauta de exportação brasileira, a interiorização do comércio exterior e o aumento da participação das empresas de pequeno porte no mercado internacional, mediante treinamentos e cursos.

2001

- Lançado, pela SECEX, o **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet,** denominado **ALICE-Web**, com o objetivo de modernizar as formas de acesso e a sistemática de disseminação dos dados estatísticos das exportações e importações brasileiras.
- O Depoc passa a se chamar Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (Depla), incorporando atribuições anteriormente da área do Decex nas áreas de estatísticas, promoção e informação de comércio exterior, conforme Decreto nº 3.839, de 7 de junho de 2001.
- Implantado, em novembro, módulo específico do Siscomex, o **Sistema *Drawback* Eletrônico**. Suas principais funções são o registro de todas as etapas do processo de concessão do *drawback* em documento eletrônico (solicitação, autorização, consultas, alterações, baixa); o tratamento administrativo automático nas operações parametrizadas e o acompanhamento das importações e exportações vinculadas ao sistema.
- Publicado o **Aprendendo a Exportar**, material multimídia gratuito que possibilita aos usuários o autoaprendizado dos procedimentos de exportação.
- Lançado o **Portal do Exportador**, para fornecer informações e serviços, visando, principalmente, à inclusão das pequenas e médias empresas no mercado global. Seu conteúdo é composto de *sites* do Brasil e do exterior, organizados por assuntos, para facilitar a pesquisa e disponibilizar uma grande diversidade de informações. Também são divulgadas, periodicamente, notícias sobre comércio exterior e ações de órgãos do governo. O portal oferece ainda o serviço **Fala Exportador**, ferramenta interativa que permite dirimir dúvidas e questionamentos da comunidade que opera com o comércio exterior ou pretende se iniciar na exportação.
- A Argentina torna-se alvo dos especuladores internacionais e enfrenta uma profunda crise que afeta o comércio bilateral com o Brasil.
- Iniciada, no âmbito da OMC, a Rodada Doha.

2002

- Lançado o *site* **Vitrine do Exportador**, com objetivo de promover as empresas exportadoras e proporcionar maior visibilidade aos seus produtos no mercado internacional. A ferramenta consiste em um catálogo de exportadores brasileiros, disponível em português, inglês, espanhol, francês e japonês, que possibilita a inclusão de potenciais exportadores e a construção de uma vitrine virtual.
- As eleições presidenciais no Brasil preocupam os investidores estrangeiros e o País é novamente alvo de ataques especulativos. O real vivencia maxidesvalorização superior à de 1999.
- Após 7 anos de déficit na balança comercial, o País encerra o ano com superávit de US$ 13,2 bilhões.

2003

Secretário: IVAN JOÃO GUIMARÃES RAMALHO (Interino)
Gestão: 15/1/2003 a 10/3/2003

Secretário: IVAN JOÃO GUIMARÃES RAMALHO
Gestão: 11/3/2003 a 31/7/2005

- Iniciada consolidação das normas que regem o tratamento administrativo das operações de importação, exportação e *drawback*. Desde então, as normas SECEX vêm sendo constantemente consolidadas.
- Disponibilizadas, pela **Redeagentes**, 800 vagas no curso de Especialização em Comércio Exterior, com Ênfase em Empresas de Pequeno Porte via EAD, destinadas aos agentes de comércio exterior de todas as Unidades da Federação.
- Na Conferência da OMC em Cancun, México, as negociações da Rodada Doha relativas à agricultura entram em impasse e surge um novo bloco comercial, o G 20, no qual o Brasil exerce forte liderança contra os subsídios adotados pelos países desenvolvidos.

2004

- Realizada, em São Paulo, a **XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento** (UNCTAD XI).
- Implantado o **Radar Comercial,** sistema *online* de consulta e análise de dados de comércio exterior, que tem como principal objetivo auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencialidade para aumentar as exportações.
- Criados os Centros de Informações de Comércio Exterior (**Rede Cicex**), formados por centros regionais integrados, que facilitam o acesso a informações referentes ao comércio internacional. A Rede é resultado de uma parceria entre o MDIC e os governos estaduais, e oferece atendimento diferenciado aos exportadores brasileiros.

2005

Secretário: ARMANDO DE MELLO MEZIAT NETO (Interino)
Gestão: 1º/7/2005 a 20/9/2005

Secretário: ARMANDO DE MELLO MEZIAT NETO
Gestão: 21/9/2005 a 7/10/2007

- Experiência piloto no estado de Alagoas serve de inspiração para o Projeto Primeira Exportação.

2006

- A tendência de retomada das exportações reflete na balança comercial que bate recorde histórico e registra superávit de US$ 46,4 bilhões.

2007

Secretário: WELBER OLIVEIRA BARRAL
Gestão: 8/10/2007 em exercício

- Iniciada a implementação do Projeto Primeira Exportação nos estados do Espírito Santo, Goiás e Rio Grande do Norte.
- Lançado, em junho, o **Sistema de Registros de Informação de Promoção (Sisprom)**, para efetuar registros de remessas para pagamento no exterior de despesas com promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos com benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda.

2008

- **Implantado novo módulo do Siscomex** para gestão das operações de "*drawback* suspensão".
- Criado o **Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC)**, que, entre as suas atribuições, propõe medidas de racionalização, simplificação, harmonização e facilitação de procedimentos relativos ao comércio exterior.
- Lançado o ***Drawback* Verde-amarelo**, propiciando a suspensão de tributos nas aquisições no mercado interno de bens a serem utilizados na industrialização de produtos destinados à exportação, antes só concedidos a produtos importados.
- Publicada, em outubro, a primeira edição do **Informativo SECEX**, disponibilizado mensalmente em formato *web* para aproximadamente 14 mil pessoas.
- **O Brasil bate recorde histórico nas exportações** (US$ 197,9 bilhões) e nas importações (US$ 173 bilhões).
- A crise imobiliária nos EUA ganha proporções globais e atinge tantos os países desenvolvidos quanto os mercados emergentes.

2009

- Realizada, nos dias 14 e 15 de setembro, em Foz do Iguaçu, Paraná, a primeira edição Internacional do Encomex: o **Encomex Mercosul.** O evento teve a proposta de aproximar governo e iniciativa privada dos 4 países que compõem o bloco, buscando soluções e alternativas para os problemas existentes no comércio exterior, bem como favorecer a integração regional.
- Lançado, em outubro, o **ALICE Web-Mercosul**, com o objetivo de disseminar as estatísticas de comércio exterior da Argentina, do Brasil, do Uruguai e do Paraguai.
- O Congresso Nacional aprova o ingresso da Venezuela no Mercosul.
- As exportações brasileiras caem 22,7% e as importações 26,2% devido à crise econômica mundial, considerada a mais grave desde os anos 1930.

2010

- Criado, em fevereiro, o **Departamento de Normas e Competitividade no Comércio Exterior (DENOC)**, com a responsabilidade de estabelecer normas e procedimentos que tratam da operacionalização do comércio exterior brasileiro, coordenar ações referentes aos acordos sobre facilitação ao comércio e sobre procedimentos de licenciamento de importação junto à OMC, e formular propostas para o aumento da competitividade internacional do produto brasileiro.
- **Edição da Medida Provisória nº 497, 27 de julho de 2010**, estendendo o regime de ***Drawback* Isenção** às aquisições no mercado interno, aos moldes do que fora feito no regime de suspensão, e desburocratizando o *drawback*.
- O **Projeto Primeira Exportação** é ampliado para nove Unidades da Federação. Em outubro, representantes dos estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina estiveram presentes no **Encontro Nacional do Projeto**, em Brasília, onde puderam nivelar ações, trocar experiências e pactuar compromissos para o aperfeiçoamento da iniciativa nos próximos anos.
- Implantado em novembro, **o Novoex**, O Siscomex que substitui e melhora o módulo atual do Siscomex Exportação.
- Concluída, em outubro, a atualização do **Sistema Radar Comercial**, disponibilizando a versão completa do triênio 2007-2009, com 110 países que representam 95% do comércio mundial.
- Entra em vigência, em abril, o **Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel.**
- Assinado, em agosto, o **Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Egito**, o segundo acordo firmado entre o bloco e um parceiro extrarregional.

O balanço anual do comércio exterior mostra que, até setembro de 2010, o Brasil movimentou um total de US$ 277,8 bilhões em suas transações internacionais. Esse movimento representado pela corrente de comércio – total de exportações mais o total de importações – já era superior ao resultado do mesmo período de 2009 em mais de US$ 70 bilhões. Para um país que há dez anos não alcançava os US$ 100 bilhões no comércio exterior, o salto foi extraordinário. Esses números, por outro lado, não indicam a ponto alto da década, tendo sido afetados pela queda nas transações internacionais em 2009. Um ano antes da crise econômica mundial, o Brasil havia batido o recorde no total do comércio exterior: US$ 198 bilhões em exportações e US$ 173 bilhões em importações perfizeram um movimento de nada menos que US$ 371 bilhões.

Para apresentar números representativos como esses e reiniciar a conquista de melhores resultados no comércio exterior, o Brasil precisou aperfeiçoar políticas e aprender com os erros em um curto espaço de vinte anos, já que a efetiva abertura do País aos mercados internacionais é um fato recente.

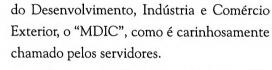
A dinamização das relações com o exterior não foi fácil, haja vista que o País passou a competir com os gigantes da economia mundial, que detinham experiência e conhecimento adquiridos por séculos de atuação no comércio com outras nações. É com eles que hoje disputamos palmo a palmo os mercados tradicionais e emergentes, os novos e os antigos, os menos aquinhoados financeiramente e os mais prósperos.

Capítulo 1

Para entrar nessa contenda onde valem a qualidade, o preço, a garantia da entrega, o respeito aos prazos, a quantidade disponível, a tecnologia mais moderna, a atenção com o meio ambiente, o pagamento em dia, o respeito aos contratos e muitos outros fatores inimagináveis aos cidadãos, o Brasil teve que ser ágil e providenciar um quadro funcional qualificado, equipes que compreendessem a urgência da situação e entendessem que o fenômeno da globalização não era mais um modismo ideológico e sim uma nova ordem mundial em que prevaleceriam o conhecimento e a profissionalização.

Foi nesse cenário de mudanças na economia mundial, gerando mudanças drásticas em antigas tradições comerciais e a busca constante pelo fator competitivo, que o mercado brasileiro vivenciou sua reabertura para o mundo no início dos anos 1990.

A Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, que virou lei um mês depois, extinguiu vários órgãos governamentais e criou o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, deixando sob sua responsabilidade a gestão do comércio exterior. Para tanto, foram extintas a Comissão de Política Aduaneira (CPA) e a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) que, até então, era a encarregada do tratamento administrativo das transações comerciais do País com o exterior.

"Foi um baque para nós. Saímos um dia após o trabalho como servidores da Cacex e, quando voltamos no dia seguinte, já não éramos mais e, embora mantivéssemos o vínculo com o Banco do Brasil, passaríamos a trabalhar para um Ministério", conta Mirian Santos Barroca, diretora do Departamento de Defesa Comercial da SECEX, instalada em sala do oitavo andar do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o "MDIC", como é carinhosamente chamado pelos servidores.

Mas se, em 1990, uma medida provisória apontava os novos rumos da política de comércio exterior, prevendo inclusive a criação de um Departamento (Decex) que viria a ser posteriormente a SECEX, a preparação para a grande mudança começou alguns anos antes.

"Tendo assumido o Ministério da Fazenda (abril de 1987), o Ministro Bresser Pereira convidou para o cargo de secretário executivo da Comissão de Política Aduaneira, José Tavares de Araujo Junior, professor e pesquisador da UFRJ. José Tavares não apenas requisitou novos servidores, como abriu para a Comissão novas frentes de atuação, partici-

pando ativamente das negociações bilaterais com a Argentina, que desaguaram na criação do Mercosul e, no âmbito multilateral, dos novos instrumentos de defesa comercial – os acordos de salvaguardas, *antidumping* e de subsídios e direitos compensatórios", recorda Heloiza Camargos Moreira, secretária executiva da CPA de janeiro de 1988 a março de 1990, e diretora do Departamento de Comércio Exterior da Secretaria Nacional de Economia do Ministério da Fazenda, de maio de 1991 a setembro de 1992.

Atento a essa necessidade, o governo começou a preparação dos estudos que embasaram a reforma da tarifa aduaneira em 1988 e 1989. Esses instrumentos representaram, efetivamente, a abertura do comércio exterior brasileiro. Heloiza Camargos conta como foi esse episódio: "No início de 1988, assumiu o Ministério da Fazenda o secretário executivo Mailson da Nóbrega, que me honrou com o convite para assumir o cargo então ocupado por José Tavares. Ele, juntamente com Yoshiaki Nakano, responsável pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, acompanhava de perto e de maneira entusiasmada o trabalho que vinha sendo desenvolvido na Comissão de Política Aduaneira, sob a liderança do José Tavares, instruindo-me a lhe dar continuidade. Assim, foi possível implementar a reforma da tarifa de 1988, mais tímida do que o inicialmente previsto, mas a possível, já com o anúncio de nova rodada em 1989, juntamente com a redução expressiva de medidas de superproteção e entraves ao comércio exterior e com o aprofundamento do processo de integração com os países da América Latina, particularmente da América do Sul". Traduzindo: fim das proibições de importações e diminuição significativa das taxas alfandegárias.

Como se vê, não houve uma ação isolada e, sim, um conjunto de ações que criaram as condições para que uma política fosse mudada e se adaptasse aos novos tempos.

E eram, sem dúvida, novos tempos. "Antes tudo era proibido. O Brasil era uma economia fechada. Pouquíssimos produtos podiam ser importados e, assim mesmo, com taxas altíssimas. Por isso, o processo de abertura, embora ele fosse desenvolvido durante alguns anos, para nós, diante da postura que havia, foi tudo muito rápido. Foi um verdadeiro desafio", afirma Mirian Santos Barroca.

Secretária de Comércio Exterior de 1999 a 2003, Lytha Spindola relembra que "não por acaso, a SECEX foi concebida nesse contexto de reestruturação das funções administrativas e da gestão governamental do comércio exterior. Como sucessora da Cacex, a SECEX tornou-se o órgão responsável pela implementação da política comercial do País, que eliminou controles, extinguiu licenças de importação e alterou substancialmente os processos de trabalho adotados até então. Essa mudança refletiu, antes de tudo, a adequação da Secretaria às novas exigências da inserção internacional do Brasil.

Miriam Barroca, por sua vez, lembra-se das primeiras reuniões com os argentinos: "Eles falavam espanhol e nós entendíamos. Mas quando falávamos em português, eles não entendiam. No início havia um clima que parecia de má vontade de ambas as partes, mas tudo acabou num "*portunhol*" e nós nos entendemos. Hoje, a relação com os argentinos é ótima".

Mas até chegar às reuniões com os argentinos, algumas barreiras foram derrubadas. O fechamento do Brasil para os importados era feito, principalmente, para proteger o mercado interno. A medida, porém, começou a surtir efeitos negativos, já que o desenvolvimento do País necessitava das novas tecnologias e, internamente, o processo era oneroso e moroso demais.

O primeiro nome da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) foi Decex – Departamento do Comércio Exterior. Criado em 1990 e subordinado à Secretaria Nacional de Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, o Decex era integrado pela Coordenação Técnica de Tarifas (CTT), que sucedeu a CPA, e pela Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial (CTIC), que assumiu atribuições da antiga Cacex.

Oriunda do antigo BNDE (o banco ainda não havia incorporado o "S" de Social ao nome), a engenheira Etelvina Maria Soares Carl, hoje Coordenadora Geral de Competitividade Exportadora sentiu o impacto da mudança com o que era chamado à época de "abertura dos portos".

"Nós trabalhávamos ainda com as seis guias, cada uma de uma cor, que eram necessárias para finalizar o processo de importação. E as últimas com que trabalhamos eram das mais 'modernas', pois eram carbonadas, ou seja, não era necessário botar várias folhas de papel carbono entre elas para fazer as cópias. Era um processo complicado, que envolvia inúmeros órgãos, vários ministérios e uma enorme papelada. A mudança foi como misturar diversas formas de pensamento num só caldeirão. A abertura foi uma mudança estrutural e que implicou, também, uma mudança comportamental".

Etelvina conta que tinha a percepção de que tudo que estava sendo feito fazia parte de algo maior, e ela, que sempre gostou de desafios, se sentia em casa diante das novidades.

Ainda sobre esse difícil início, Arthur Jorge de Pimentel, ex-diretor do Decex, relembra: "Como todo processo de mudanças, o início das atividades do órgão passou por uma série de dificuldades, das mais simples, como estrutura e espaço físico, até aquelas mais complexas como adequação de pessoal, relacionamento com outros órgãos, estruturação de carreira técnica etc. Com o passar do tempo, o órgão passou por uma série de reestruturações com vistas a se adequar à realidade internacional e melhor atender às necessidades dos empresários da área de comércio exterior brasileiro".

Heloiza Camargos lembra bem desse tempo: "O desafio não foi pequeno, ainda que o trabalho de consolidação tenha sido iniciado na gestão anterior à minha. Para se ter uma ideia mais precisa, estávamos empenhados na consolidação da abertura comercial no contexto de economia que escapara de um processo de hiperinflação clássico, mas que enfrentava um programa de estabilização com medidas tão drásticas quanto o congelamento dos ativos financeiros, até mesmo da poupança. Os funcionários, a maioria emprestada pelo Banco do Brasil, ficavam no Rio de Janeiro, e aqui em Brasília éramos poucas dezenas, contando todos os servidores do Decex".

Por volta de 1990, o Decex contava com cerca de 120 servidores requisitados de outros órgãos (Fazenda, Receita, Serpro, Finep etc.) na Coordenação Técnica de Tarifas; 335 funcioná-

rios cedidos pelo Banco do Brasil na Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial. Essa duas áreas localizavam-se no Rio de Janeiro e o gabinete em Brasília.

Em 1992, procedeu-se nova reforma administrativa com a Lei nº 8.490, de 19 de novembro, tendo sido criado o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), que assumiu parte das atribuições do anterior Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento na área de comércio exterior. Surgiu então a SECEX – Secretaria de Comércio Exterior – que assumiu as atribuições do Departamento de Comércio Exterior. Na ocasião, a SECEX foi estruturada com três unidades: Departamento de Técnico de Intercâmbio Comercial (DTIC), em lugar da CTIC, Departamento Técnico de Tarifas, em substituição à CTT, e o novo Departamento de Planejamento e Política Comercial (DPPC).

Eliane de Souza Fontes recorda: "Na CTT e no DTT, quando funcionavam no prédio do Ministério da Fazenda, a equipe era mínima. Logo após ter cedido quatro técnicos para o novo Departamento de Defesa Comercial, era composta de 14 funcionários: uma chefe e um substituto (servidores da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda), cinco servidores de nível superior do MDIC, dois servidores comissionados, duas secretárias e três datilógrafas. Em 1993, quando passou a ser Departamento, recebeu cinco servidores comissionados de outros setores, além de quatro servidores da Embratur, quando esta se mudou para Brasília. Em 1995, quando toda a SECEX passou a funcionar no prédio da Praça Pio X, no Rio de Janeiro, recebeu nove funcionários do Banco do Brasil. Ou seja, em 1995, a equipe totalizava 23 técnicos e cerca de cinco pessoas de apoio administrativo, com somente seis técnicos servidores do MDIC. Os demais membros da equipe ou ocupavam cargos em comissão ou eram cedidos pelo Banco do Brasil. Em 1996, eram cerca de 70 servidores do MDIC (só 30 técnicos) e 166 funcionários do Banco do Brasil. A transferência para Brasília de todos os funcionários, na época, era inviável, pois as pessoas, com família estruturada no Rio de Janeiro, não tinham qualquer apoio logístico ou financeiro para se mudar, além de não existir espaço físico. Daí o Secretário da SECEX, Maurício Cortes, ter se empenhado tanto em dar uma estrutura mais permanente, com a criação da carreira de ACE em 1998, cuja lotação e exercício seriam exclusivamente em Brasília".

Às dificuldades de mão de obra e logística se somavam as estruturais, segundo Eliana Fontes: "No Rio de Janeiro, até 1994, os funcionários não tinham computadores pessoais para trabalhar e ainda usavam máquina de datilografia elétrica. Os trabalhos maiores eram centralizados em um "*pool*" de datilografia, com alguns computadores trabalhando em sistema Wordstar. Dada a distância física, as comunicações com Brasília eram feitas por telefone ou fax e os papéis tramitando via malote. Quando se conseguiu implantar um sistema eletrônico via Serpro, administrado por algumas pessoas do Decex, pôde-se contar com mecanismo de transmissão de informações um pouco mais ágil".

Para se ter uma ideia precisa das dificuldades na área da informática, o testemunho de Fábio Martins Faria, ex-diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio

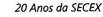
Exterior (Depla) e que trabalhou no Departamento de Defesa Comercial (Decom) em 1995, é precioso: "Os pareceres de investigação na área do Decom são bastante detalhados e extensos. Muitas vezes quando estávamos digitando a 80ª página vinha a mensagem 'memória insuficiente para salvar' e perdíamos todo o trabalho. Também as impressoras eram lentíssimas e quando conseguíamos salvar o texto e colocávamos para imprimir (geralmente já tarde da noite), deixávamos imprimindo para que estivesse concluída na manhã seguinte. Porém algumas vezes ocorria um pique ou falta de energia e a impressão era interrompida".

A entrada da informática no trabalho cotidiano trouxe, também, naturais dificuldades. Etelvina Carl recorda como foi passar de uma "IBM de esferas" para um computador: "As facilidades que a tecnologia nos forneceu foram incríveis. Difícil foi a mudança de mentalidade, de pensamento. Quando eu olho para o passado percebo que foi uma passagem difícil, tão difícil quanto, para muita gente, trocar o Rio de Janeiro por Brasília".

O desafio era tanto interno quanto externo. O Brasil precisava se adequar a um comércio que antes era incipiente e, ao mesmo tempo precisava aprender todas as regras e se tornar competitivo à medida que suas transações externas aumentavam em volume. Arthur Jorge de Pimentel conta que "nesse período, o Brasil, ao acompanhar o padrão de expansão da economia mundial, persistiu na busca da eficiência e da competitividade. Colaboraram para isso importantes reformas destinadas à liberalização do comércio externo e dos fluxos de capital estrangeiro, à estabilidade de preços, à privatização de empresas, à desregulamentação dos mercados de bens e serviços e à eliminação de algumas distorções dos sistemas tributário e financeiro".

O primeiro secretário da SECEX foi o embaixador Renato Marques, que recorda as transformações na última década do século XX: "A abertura econômica iniciada em 1990 alterou radicalmente o funcionamento da economia e, como efeito colateral, o comércio exterior brasileiro. O lançamento do Plano Real, em 1994, propiciou a estabilidade macroeconômica que permitiu uma maior racionalidade ao funcionamento das empresas e previsibilidade de gastos e de custos de produção.

O passo inicial para a modernização do comércio exterior brasileiro, depois de todas as mudanças feitas a partir da "abertura dos portos" no início dos anos 1990, foi a criação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Da tarefa de criação participou ativamente Renato Marques: "Minha primeira iniciativa importante foi a implantação do Siscomex-Exportação, que entrou em operação no dia 4 de janeiro de 1993. A medida simplificou, de imediato, os procedimentos nas operações de exportação e barateou os custos dos operadores".

Criado pelo Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, o Siscomex é um sistema informatizado responsável por integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através de um fluxo único e automatizado de informações. O Siscomex permite acompanhar, a qualquer tempo, a saída e o ingresso de mercadorias no País, uma vez que os órgãos de governo intervenientes no comércio exterior podem, em diversos níveis de acesso, controlar e interferir no processamento de operações para uma melhor gestão de

processos. Por intermédio do próprio Sistema, o exportador ou o importador trocam informações com os órgãos responsáveis pela autorização e fiscalização.

Lendo hoje o texto oficial da página no Siscomex, no portal do MDIC, parece até uma coisa óbvia. Com todos os avanços da informática é natural que exista um sistema que abranja todo comércio exterior num só arquivo (ou em vários dentro do sistema) tudo que acontece na área, e que disponibilize esses dados para os órgãos de acompanhamento do governo e para todos os que trabalham com importação e exportação no setor privado.

Mas em 1992, quando o sistema foi implantado, não havia ainda o "*compact disk*", o famoso CD, e arquivos de tamanho superior a alguns megas eram raros. A situação era diferente e a criação de um sistema tão complicado que, ao conseguir criar o Siscomex e fazê-lo funcionar a contento, o Brasil se tornou pioneiro no ramo. Sim, o primeiro no mundo a ter um sistema de controle totalmente informatizado na área do comércio exterior, o que não é pouco para um País que, cinco anos antes, usava seis vias de papel carbonado para oficializar uma transação no âmbito internacional.

A implementação do projeto era tão complexa que primeiro se produziu e implantou um módulo apenas para as exportações, lançado em 1993. Só quatro anos depois (1997) é que se disponibilizou o módulo para as importações.

O Siscomex conta agora com uma ferramenta ainda mais moderna, que substitui e melhora o módulo atual do Siscomex Exportação e que representou um marco na utilização das tecnologias de informação nas operações de comércio exterior. O novo módulo, o Novoex, entrou em funcionamento no dia 17 de novembro de 2010.

Com a mudança, o Novoex pode ser acessado diretamente pela Internet, sem a necessidade de instalação de programas adicionais nos computadores dos usuários, tendo migrado da plataforma do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen) para a plataforma do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Pelo Novoex, os usuários podem gravar os Registros de Exportação (RE) e os Registros de Crédito (RC), estes últimos feitos para as exportações financiadas com recursos tanto

privados como públicos. Ele tem, também, interface mais interativa para os usuários, maior agilidade na elaboração do RE pelo exportador a partir dos registros anteriores, maior visibilidade do processo em geral e simulação prévia do RE. Entre outras inovações do novo sistema, podem ser destacadas a totalização *online* dos valores e quantidades informados pelo exportador com críticas para valores incompatíveis e a possibilidade de transmissão de registros em lotes.

A importância do Siscomex é ressaltada por Arthur Jorge de Pimentel: "O Siscomex representou um enorme passo na desburocratização das operações de exportação e na eficiência de análise dos principais órgãos anuentes. Com isso, a SECEX pôde desenvolver o **Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior (Alice)** que possibilitou a divulgação semanal e mensal da balança comercial brasileira".

As viagens podiam ser até estafantes, mas eram apenas uma parte do enorme trabalho que a SECEX tinha pela frente. Renato Marques relembra algumas dessas ações: "Além da implantação do Siscomex-Exportação, o ano de 1993 foi marcado pelo lançamento do **Programa Novos Polos de Comércio Exterior**, que deu grande visibilidade à SECEX, em escala nacional, tendo em vista a abrangência setorial do projeto (frutas, móveis, vestuário, calçados, granitos, artesanato, entre outros) e sua divulgação em vários centros produtivos do País. O programa foi elaborado pelo DTIC e coordenado por Rui Barboza. Ele partiu de uma minuciosa análise da pauta brasileira de exportação, contida em estudo anterior, intitulado Ação Permanente para o Desenvolvimento do Comércio, que apontava a excessiva concentração das exportações brasileiras e a necessidade de proceder a uma maior diversificação nessa área. Estive presente em todos os eventos organizados, que contaram também com a participação da Finep, do Inmetro, do BNDES e do Banco do Brasil. Um dos setores mais ativos foi o frutícola, dado o envolvimento das entidades de classe da região do Vale do São Francisco (coordenadas por Manoel Dantas, Presidente da Frunorte) no Grupo de Trabalho sob a responsabilidade de Monica Romero, da SECEX".

Com a criação do Siscomex e com a SECEX incrementando regularmente ações para agilizar o comércio exterior, a etapa seguinte teria de passar por aprimoramentos decorrentes das necessidades que iam se descortinando conforme o País avançava. Assim, em 1995, o Decreto nº 1.757, de 22 de dezembro, aprovou a nova estrutura regimental do ainda Ministério da In-

dústria, Comércio e Turismo, o MICT e introduziu importantes alterações na organização da SECEX que passou a contar com as seguintes unidades: Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex); Departamento de Negociações Internacionais (Deint); Departamento de Defesa Comercial (Decom); e Departamento de Políticas de Comércio Exterior (Depoc). Essa reformulação buscou também dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Rodada Uruguai, na Organização Mundial do Comércio e no Mercosul. Essa nova estrutura visou ainda atender ao disposto na Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, que definiu as atribuições da SECEX no âmbito da aplicação das medidas *antidumping* e compensatórias.

Alguns anos depois, o sistema todo funcionava tão bem que, aproveitando que a SECEX informava diariamente para o Ministro do MDIC os dados de importação e exportação, o que permite um acompanhamento em tempo real da balança comercial brasileira, o Ministro Luiz Fernando Furlan (2003/2007) sempre surpreendia os seus colegas, especialmente dos países desenvolvidos, indagando sobre a evolução da balança comercial e perguntando qual o último dado que o Ministro estrangeiro dispunha. Invariavelmente, o dado brasileiro era mais atualizado e o Ministro estrangeiro ficava constrangido, o que levava Furlan a propor a "exportação" do *know-how* brasileiro.

Lytha Spindola, nesse sentido, destaca: "por lidar com grandes bases de dados, as novas ferramentas tecnológicas foram muito úteis à área de comércio exterior e à SECEX, em particular. Nesse sentido, a continuidade do investimento em TI foi e é essencial. As várias modalidades de *drawback*, por exemplo, não seriam possíveis sem os sistemas hoje existentes".

Em 1996, um problema que vinha se agravando há quatro anos tornou-se crítico: por causa da constante redução de seu quadro funcional, em virtude de aposentadorias, transferências ou retorno aos órgãos de origem, o contingente da SECEX reduziu-se para cerca de 240 técnicos. A solução foi iniciar estudos para a constituição de um quadro próprio, com especialistas que garantissem estabilidade na condução das políticas governamentais e na administração do comércio exterior, bem como pudessem dar resposta às crescentes demandas na área de atuação da SECEX, como análises econômicas, investigação de defesa comercial, licenciamento, concessões e registros de operações, negociações, treinamento e promoção comercial, dentre outros.

Assim, em 1998, por meio da Medida Provisória 1.588-6, de 5 de março, que se transformou na Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, foi criada a carreira de Analista de Comércio Exterior (ACE) para desenvolver as atividades de gestão governamental relativas à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior.

Quase ao mesmo tempo, a expansão das atividades exigia a criação de novas vagas para os futuros analistas. Por isso, em dezembro de 1998, foi editado o Decreto nº 2.908 regulamentando a distribuição de 280 cargos efetivos de ACE. A distribuição foi alterada pelo Decreto nº 7.228, de julho de 2010, que passou a ser a seguinte: 245 cargos para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria de Comércio Exterior – MDIC; 15 para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 10 para o Ministério da Fazenda, 5 para o Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão – MPOG; e 5 para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por essa nova distribuição, percebe-se a complexidade da área: analistas de comércio exterior foram distribuídos para quatro outros ministérios além do MDIC.

Renato Marques elenca mais algumas importantes ações que fizeram parte da aventura inicial da SECEX: "Os esforços empreendidos nos vários setores selecionados contribuíram para a criação e o desenvolvimento de uma cultura de comércio exterior, refletida nas crescentes exportações brasileiras, apesar dos escassos recursos à época (pré APEX), dos altos juros praticados e da crescente valorização da moeda nacional. O pessoal do DTT (Departamento Técnico de Tarifas, responsável pelas negociações comerciais com outros países e pelo tema da defesa comercial), se desincumbiu com grande eficiência das tarefas de dar andamento aos múltiplos pleitos para investigação contra práticas desleais de comércio como *dumping* e subsídios, no contexto da abertura comercial ocorrida a partir de 1990. Para tanto, contou com a experiência e a dedicação das especialistas Leane Naidin, Maria Fernanda Gadelha e Marta Calmon Lemme. A ação da SECEX nesse campo foi ainda reforçada pela Portaria 49, de 12/8/93, do Conselho Técnico Consultivo, que incorporou ao exame desses temas diversos órgãos do governo (Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, entre outros) e ampliou a participação do setor privado (Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Associação de Comércio Exterior do Brasil), o que lhe conferiu maior representatividade e legitimidade.

Aos poucos, ampliou-se o leque de serviços e demandas da SECEX, à medida que o Mercosul começava a se tornar uma realidade e o Brasil cogitava aplicar medidas *antidumping* e compensatórias para proteger sua produção interna e criar barreiras que contribuíssem para um comércio mais justo.

O Decom foi criado em 1995, ano em que, com a participação do Brasil, o Mercosul e a Organização Mundial de Comércio (OMC) entraram em vigor. Desde então, os avanços nacionais em matéria de defesa comercial são notórios, não apenas por conta da afirmação do Departamento como instituição, mas especialmente no que tange à sua preocupação em observar as normas multilaterais pertinentes e, sobretudo, informar a sociedade e disseminar a cultura de defesa comercial no Brasil.

A segunda metade da década de 1990, entretanto, foi marcada por grande instabilidade. Enquanto o Brasil caminhava no processo de abertura comercial, mostrando ao mundo que se capacitava rapidamente para desempenhar um papel importante no comércio internacional, o sistema financeiro global vivenciou sucessivas crises nos mercados emergentes que, no âmbito interno, coincidiram com a implantação do Plano Real. No novo cenário, a moeda brasileira foi alvo frequente de ataques especulativos, desafiando a política monetária de controle da inflação e forte rigor nas contas públicas.

E o que fez a SECEX nesse período? Quem responde é Arthur Jorge de Pimentel: "A SECEX, no período, procurou estabelecer um compromisso efetivo visando promover um significativo crescimento das exportações, por meio da mobilização do setor produtivo nacional e da implantação de ações direcionadas a esse objetivo prioritário".

Nesse caso, percebe-se claramente que o papel da SECEX durante esse período de turbulências econômicas, de testes de credibilidade e de crise mundiais, foi o de garantir que o capital estrangeiro advindo das exportações e a facilidade para que as importações fluíssem para, sobretudo, modernizar nosso parque industrial, não sofressem rupturas que pudessem comprometer algo muito maior.

Lytha Spindola considera que "a política macroeconômica do período, ditada pela necessidade de resposta às crises mundiais, afetou o comércio exterior de maneira distinta. Em alguns momentos, os cortes orçamentários realizados e os pacotes de medidas que visavam ao aumento da arrecadação tiveram efeitos negativos sobre a área de comércio exterior. Outras vezes as medidas se destinavam a fortalecer as exportações e eram positivas para o aumento dos fluxos de comércio. De forma geral, contudo, as crises daquele período levaram ao reconhecimento do importante papel dos superávits comerciais para o equilíbrio macroeconômico do País. Restou comprovada, ao final, que a retomada dos saldos comerciais positivos foi essencial para o relançamento da economia brasileira nos anos que se seguiram".

Tudo isso deu à SECEX papel nobre ao longo desses 20 anos que, se ao grande público passou despercebido, teve importância fundamental no rumo que o Brasil conseguiu manter em meio às crises internacionais e problemas internos com as mudanças na área econômica provocadas pelo Plano Real.

Mantido o rumo, com o cenário mundial ainda sem uma definição precisa do que viria adiante, mas já dando sinais de que bons tempos estavam surgindo no horizonte, novas medidas no âmbito ministerial com implicações no comércio exterior foram tomadas. Primeiro foi a Medida Provisória 1.795, de 1º de janeiro de 1999, que transformou o MICT em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Em julho desse mesmo ano, passou a denominar-se Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sem mudar a sigla, em face de alteração introduzida pela MPV nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999, denominação que mantém até hoje.

Em 2001, com a edição do Decreto nº 3.839, de 7 de junho, esse já diretamente voltado para a SECEX, foi alterada a denominação do Departamento de Políticas de Comércio Exterior (Depoc), para Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (Depla) que incorporou atribuições anteriormente da área do Decex nas áreas de estatísticas, promoção e informação de comércio exterior.

Foi nesse mesmo ano que um mecanismo de incentivo às exportações que já existia desde 1966, ganhou um regime aduaneiro especial que facilitaria em muito a vida do exportador. Trata-se do *drawback*, que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos

importados para utilização em produto exportado. O mecanismo funciona como incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

Para agilizar o processo das empresas que se utilizam do *drawback*, a SECEX desenvolveu, juntamente com o Serpro, um sistema de controle para tais operações que recebeu o nome de **Sistema *Drawback* Eletrônico.** Ele foi implantado em novembro de 2001, em módulo específico do Siscomex. Suas principais funções são o registro de todas as etapas do processo de concessão do *drawback* em documento eletrônico (solicitação, autorização, consultas, alterações, baixa); tratamento administrativo automático nas operações parametrizadas e acompanhamento das importações e exportações vinculadas ao sistema.

Mas não eram apenas essas as ações que visavam melhorar o quadro do comércio exterior brasileiro diante da "abertura dos portos".

Por volta do ano 2000, o MDIC intensificou os esforços para difundir a cultura exportadora no País. Por intermédio da SECEX, foram implementadas ações que se somaram a outras já bem-sucedidas, como, por exemplo, os **Encontros de Comércio Exterior (Encomex)**, realizados desde 1997.

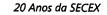
As reestruturações da SECEX não foram efetuadas para responder às crises globais, mas sim para adequá-la às necessidades dos novos compromissos internacionais assumidos pelo País. Em 1995, era preciso ter áreas para atuar em defesa comercial, regras de origem e negociações internacionais. Em 2002, era necessário estruturar uma área de promoção comercial. A meta era atingir as pequenas e médias empresas, mobilizando-as e capacitando-as para a exportação. Foi estabelecida uma ampla matriz de parcerias públicas e privadas e desenvolvida uma metodologia operacional que possibilitou a disseminação da cultura exportadora com uma relação custo-benefício favorável.

Assim, foram criadas diversas ações com objetivo de levar aos empresários de pequeno porte e às diversas instituições, nos estados e municípios, informações sobre como acessar o mercado externo, entre estas, os projetos **Aprendendo a Exportar** e o **Redeagentes**.

O Aprendendo a Exportar foi concebido como um material multimídia gratuito que possibilita aos usuários o autoaprendizado dos procedimentos de exportação. O sucesso foi tão grande que, até agora, já foram desenvolvidas onze versões do produto, distribuídos cerca de 200 mil exemplares em CD e realizados mais de 2 milhões de acessos via internet.

O Redeagentes, por sua vez, foi idealizado para atuar na realização de treinamentos e cursos sobre como exportar junto às pequenas e médias empresas e instituições de todo o País. Diante deste cenário, foram criadas diversas iniciativas educacionais de modo a adequá-las ao perfil e à disponibilidade do público-alvo.

Os frutos dessas iniciativas foram gratificantes. Através delas, foram desenvolvidos o Curso Básico de Exportação, o Treinamento em Exportação para Empresas de Pequeno Porte (Trei-

namento EPP), o Curso para Agentes de Comércio Exterior e a Pós-graduação *lato sensu* em comércio exterior via educação a distância (EAD). Desde a sua criação, o Redeagentes realizou mais de 800 cursos e treinamentos presenciais para mais de 21 mil pessoas, em todos os estados e em cerca de 250 municípios.

Mas como reagiu o comércio exterior em números durante o amadurecimento da SECEX? Quais foram os resultados concretos desta movimentação?

A redução de tarifas, aliada à implantação do Plano Real e, em seguida, ao início da vigência da União Aduaneira do Mercosul, proporcionaram um avanço significativo das importações brasileiras entre 1990 e 1998. Nesse período, foi registrada uma expansão média anual de 13,7%. As importações passaram de US$ 20,7 bilhões para US$ 57,8 bilhões, quase triplicando em valor (+179,2%). Esse desempenho das importações refletiu também o crescimento da economia brasileira, particularmente após a implantação do Plano Real, que apresentou expansão média anual de 4,1% entre 1993 e 1997.

As exportações brasileiras, por sua vez, experimentaram, no período 1990-1998, crescimento médio anual de apenas 6,3%, evoluindo de US$ 31,4 bilhões para US$ 51,1 bilhões.

Evidente que o maior dinamismo das importações em relação às exportações resultou na queda do saldo da balança comercial. Entre 1990 e 1994, o Brasil registrou um superávit médio anual de US$ 12,1 bilhões, com pico de US$ 15,2 bilhões em 1992. A partir de 1995 até 1998, o comércio exterior brasileiro passou a experimentar déficits significativos, com média anual de US$ 5,6 bilhões, tendo alcançado o ápice em 1997, com saldo negativo de US$ 6,8 bilhões.

Era uma situação que causava preocupação para o governo, pois como a balança comercial é um dos componentes do balanço de pagamentos, houve uma ameaça de comprometimento do equilíbrio das contas externas nacionais.

Medidas precisavam ser tomadas para mexer com nossa moeda que, diante da estabilidade alcançada na economia, se valorizava além do desejado pelo setor exportador. Por isso, em janeiro de 1999, o governo brasileiro implantou, entre outras medidas, o regime de câmbio flutuante, que substituiu o sistema de bandas que vigorava desde 1995. A desvalorização do real em relação ao dólar chegou perto dos 40% por conta dessa mudança, o que permitiu a retomada dos superávits comerciais. A partir de então, o comércio exterior brasileiro experimentou um ciclo de expressivos superávits embalado por um período de expansão do comércio mundial. Em

1999 e 2000, a balança comercial apresentou déficits decrescentes, de US$ 1,3 bilhão e US$ 732 milhões e, em 2002, foi registrado superávit de US$ 13,2 bilhões, resultado de exportações de US$ 60,4 bilhões e importações de US$ 47,2 bilhões.

O ano de 2003 instaurou um novo cenário para o qual a SECEX precisou se adaptar: findadas as crises financeiras e um comércio mundial em crescimento, o Brasil pôde expandir suas exportações, consolidar posições em mercados tradicionais e buscar novos destinos, conquistando novamente uma balança comercial favorável.

Assim, a política do governo federal de abrir novas rotas foi intensificada, tornando a diversificação da pauta exportadora uma política de Estado. As exportações para os países em desenvolvimento ultrapassaram as vendas para economias avançadas, como Estados Unidos e Europa, parceiros comerciais tradicionais do Brasil. Entre 2003 e 2008, o crescimento das exportações foi intenso, com expansão média anual de 21,9%, um desempenho extraordinário se comparado à taxa anual média de 5,6% registrada entre os anos de 1990 e 2002. Em valores brutos, as exportações passaram de US$ 60,4 bilhões, em 2002, para US$ 197,9 bilhões, em 2008, representando crescimento de mais de 227%.

Mas para que as exportações dessem esse salto quantitativo, era importante que o Brasil reduzisse custos e melhorasse a qualidade. Para tanto, era necessário importar equipamentos, ferramentas e tecnologias. Diante da demanda doméstica, aliada ao maior poder aquisitivo da população, resultante da estabilidade e do crescimento real da economia (taxa média de 4,7% ao ano), as importações acompanharam a tendência de expansão entre 2003 e 2008, com crescimento médio anual de 24,2%. Para fins de comparação, no período compreendido entre 1990 e 2002, a evolução foi de 7,1%. Em valores brutos, as compras externas brasileiras de bens evoluíram de US$ 47,2 bilhões, em 2002, para U$ 173 bilhões, em 2008 (+266,5%).

Nesses 20 anos, a SECEX passou por diversas e significativas mudanças, enfrentou grandes desafios, viu seu quadro de pessoal diminuir e depois aumentar. Passou da máquina de escrever e do papel carbono para a informática primitiva de programas como o DOS que hoje soam como jurássicos, até ingressar na era da rede mundial de computadores com suas memórias infinitas, suas buscas internacionais, seus acessos ilimitados, seus contatos de voz e imagem instantâneos, e seus arquivos incorporando dados em tempo real.

Mas a competitividade na aldeia global em que hoje vivemos é feroz e tende a aumentar à medida que novas descobertas tecnológicas vão se confirmando. Por isso, a SECEX tem hoje os olhos fincados no presente – construído com muito trabalho – e o pensamento voltado para o

futuro. E o futuro, além da incorporação das novas tecnologias de modo a aproveitá-las ao máximo, necessita cada vez mais de agilidade, segurança, profissionalismo e credibilidade. É nesse contexto que a desburocratização e simplificação das operações de comércio exterior ganharam importância no ofício da SECEX, tornado-se prioridade em sua gestão.

Em 2003, teve início a consolidação das normas que regiam o tratamento administrativo das operações de importação, exportação e *drawback*. Desde então, as normas SECEX vêm sendo constantemente revisadas. A consolidação promove transparência, propiciando aos operadores do comércio exterior o acesso a todas as normas reguladoras em um único documento, que, em 2010, chegou à sua 6ª edição, mediante Portaria SECEX nº 10, de maio deste ano.

Enfrentar os problemas e garantir suas soluções tem sido o objetivo do atual secretário, Welber Barral, desde seu primeiro dia na SECEX: "Em 2007, ao assumir a SECEX, sabia dos enormes desafios do comércio exterior: era necessário simplificar trâmites, reduzir a burocracia, alocar melhor os recursos disponíveis. Nesse sentido, as demandas do comércio exterior no Brasil exigiam da SECEX uma estrutura maior e mais eficiente, além de processos decisórios rápidos e capacidade institucional adequada. Havia um déficit considerável de recursos humanos, tanto do ponto de vida quantitativo quanto qualitativo, demandando ações de capacitação e qualificação profissional. Não menos difícil tem sido o esforço de convencer o governo e a sociedade da importância do comércio exterior e do aumento de sua participação no PIB brasileiro, e definir objetivos claros em relação ao papel do comércio exterior e da política industrial no desenvolvimento do País".

Numa página na internet, o usuário além de ter acesso à edição mais recente das normas, pode consultar também a relação de todos os produtos sujeitos a anuência na exportação e na importação, seus órgãos anuentes e legislação de referência, além de obter informações sobre procedimentos para licenciamento de importação e registro de importação. A divulgação das diversas informações, na página eletrônica do MDIC, contribui decisivamente para aperfeiçoamento dos serviços prestados pela SECEX ao permitir o amplo e fácil acesso do público e dos órgãos de governo, seguindo diretrizes traçadas no âmbito dos acordos internacionais da Organização Mundial do Comércio.

Outro reflexo do uso da internet como instrumento para a desburocratização foi a implementação, em 2008, do novo módulo do Siscomex para gestão das operações de **"*drawback* suspensão"**. Esse novo regime propiciou a suspensão de tributos nas aquisições no mercado interno de bens a serem utilizados na industrialização de produtos destinados à exportação. Antes, o benefício abrangia apenas produtos importados.

Com o novo sistema, basta o acesso à Internet para que a empresa importadora ou exportadora possa solicitar atos concessórios de *drawback* e obter, em tempo real, informações sobre as suas demandas e operações. Além da maior facilidade de acesso, outros avanços no sistema de *drawback*, como o compartilhamento de informações com outros sistemas de gestão do comércio exterior, ao aumentar a automatização dos processos, propiciaram maior agilidade no preenchimento e confiabilidade nos controles.

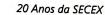
A recém-publicada Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, traz ainda duas medidas importantes. A primeira é a extensão ao regime de *drawback* isenção da possibilidade de aquisições no mercado interno, aos moldes do que fora feito no regime de suspensão. Outra inovação para a desburocratização do *drawback* foi a possibilidade de se substituírem produtos importados ou adquiridos no mercado interno ao amparo do regime por outros produtos, da mesma espécie, qualidade e quantidade. Ficam assim reduzidos os custos, pois não importa mais se o bem incorporado ao produto exportado é exatamente aquele adquirido ao amparo do regime, bastando a comprovação de que a exportação contenha materiais da mesma espécie, qualidade e quantidade.

No que tange à tributação, apesar da legislação prever formas de desoneração nas operações envolvendo insumos destinados à exportação, essa desoneração se manifestava na obtenção de créditos tributários pelas empresas exportadoras. Com o ***drawback* integrado**, os tributos federais, como o IPI e o PIS-Cofins, ficaram suspensos, reduzindo a acumulação de créditos tributários e evitando trâmites burocráticos para o ressarcimento de créditos. Em resumo, usou-se uma estrada bem mais curta para se chegar ao mesmo lugar. Isso é desburocratizar o processo e permitir mais agilidade às empresas que trabalham, tanto na importação quanto na exportação.

Para estar alinhada a tudo que interessa ao comércio exterior, a SECEX tem expandido sua participação por outros setores. Ela participa, por exemplo, do Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC), da Câmara de Comércio Exterior (Camex), no qual exerce a atribuição de secretaria-executiva. O GTFAC foi criado em 2008 e tem entre as suas atribuições propor medidas de racionalização, simplificação, harmonização e facilitação de procedimentos relativos ao comércio exterior. No âmbito do grupo, a SECEX tem se esforçado pela redução do número de produtos sujeitos a licenciamento de importação e a anuência na exportação. Um dos resultados desse trabalho foram os encontros que a SECEX promoveu com a Agência Nacional da Aviação Civil, após os quais se deu a eliminação da licença prévia daquele órgão para importações de material aeronáutico.

Por fim, é de se notar que para continuar atuando de forma focada e ágil na desburocratização e facilitação do comércio exterior, foi criado, em fevereiro de 2010, o **Departamento de**

Balança Comercial Brasileira
Janeiro-Outubro de 2009/2010
US$ Milhões FOB

	2010	2009	Δ% 2010/09
Exportação	163.310	125.879	29,7
Importação	148.683	103.384	43,8
Saldo	14.627	22.495	-35,0
Corrente de Comércio	311.993	229.263	36,1

Normas e Competitividade no Comércio Exterior (Denoc). Estão sob sua responsabilidade o estabelecimento de normas e procedimentos que tratam da operacionalização do comércio exterior brasileiro, a coordenação de ações referente aos acordos sobre facilitação ao comércio e sobre procedimentos de licenciamento de importação junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), a coordenação dos agentes externos autorizados a processar operações de comércio exterior, bem como a formulação de propostas para o aumento da competitividade internacional do produto brasileiro, entre outras atribuições.

Para o atual secretário da SECEX, Dr. Barral, "não se pode esquecer que o País tem à frente novos desafios à medida que avança sua participação nas transações comerciais internacionais. O principal deles, no âmbito interno, é a necessidade de gestão da política comercial envolvendo as três esferas de governo, desenvolvendo novos modelos e métodos e promovendo a inovação na administração pública. Nesse sentido, estamos trabalhando, em conjunto com os Estados, na elaboração de **Mapas Estratégicos de Comércio Exterior nos Estados**. Também não se pode esquecer da manutenção de políticas de apoio ao aumento da participação das micro, pequenas e médias empresas no valor total das exportações do País, visando à geração de emprego e renda e o incremento da competitividade do tecido empresarial nacional. Em 2009, essas organizações representaram juntas 74% das empresas exportadoras, enquanto sua participação no valor total exportado correspondeu a apenas 6,5%".

Hoje, a diversificação das nossas exportações é grande, embora a pauta brasileira seja composta majoritariamente por produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) na comparação com os produtos básicos. De 1990 até o início do ano 2000, as exportações de bens industrializados respondiam por cerca de 75% da pauta, com algumas flutuações ao longo do período. Na última década, contudo, em face da expansão do comércio mundial e, sobretudo, diante de um contínuo e vigoroso crescimento da economia chinesa (média em torno de 10% ao ano), verificou-se grande impulso na demanda mundial de matérias-primas e essa nova tendência elevou os preços internacionais das commodities. A combinação desses fatores na perspectiva internacional desencadeou um ritmo mais intenso nas exportações brasileiras de produtos básicos, proporcionando uma alteração do perfil da pauta.

Evolução das Exportações: 2000-2009 e janeiro a outubro de 2010-2009
US$ bilhões FOB

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009 Jan-Out	2010 Jan-Out
58	60	73	96	119	138	161	198	153	126	163

-22,7%
+29,7%

Dentre os principais itens exportados em 2010 (janeiro a setembro), estão: minérios (14,2% da pauta), petróleo e combustíveis (11,3%), material de transporte (10,4%), complexo soja (10,2%), carnes (6,8%), químicos (6,8%), açúcar e etanol (6,6%), produtos metalúrgicos (6,2%), máquinas e equipamentos (4,0%), papel e celulose (3,4%), café (2,6%), equipamentos elétricos (2,4%), calçados e couro (1,8%) e fumo (1,5%). É importante ressaltar também que, de 1990 para 2010, a pauta brasileira passou a incorporar novos produtos de forma significativa, combinando uma gama variada de bens, a exemplo de petróleo e derivados, carnes, produtos farmacêuticos, aviões, automóveis, material elétrico e eletrônico, como telefones celulares e bens de informática, além de açúcar e etanol.

Relativamente a mudanças nos destinos das exportações brasileiras, vale citar avanços anotados em regiões consideradas de menor tradição. Nesse sentido, ficou evidente a determinação política mais centrada na busca de novos mercados. Uma das atuações nesse sentido foi a promoção de inúmeras missões comerciais, realizadas ao longo desse período e, especialmente, focadas no aumento do comércio com outros países em desenvolvimento.

Essa busca e consolidação de novos mercados, para Barral, são essenciais para o desenvolvimento do comércio exterior: "Igualmente indispensável é seguir adiante na diversificação dos parceiros comerciais do Brasil, dando importância aos países em desenvolvimento como destinos estratégicos para nossas exportações, sem abrir mão dos mercados já consolidados. Segundo dados do FMI de outubro de 2010, enquanto os Estados Unidos e a Zona do Euro devem ter, em 2011, crescimento de 2,3% e 1,5%, respectivamente, a China deve crescer 9,6%, a América Latina 4% e a África 5,5%. Fortalecer o Mercosul, portanto, é primordial. Os países do bloco não são apenas importantes destinos das exportações brasileiras – comprando 11% do que é exportado do Brasil e fornecendo 9,2% do que importamos – mas, especialmente, aliados do Brasil em foros multilaterais como a OMC em defesa das demandas de desenvolwvimento do Hemisfério Sul".

O olhar para o futuro implica em desenvolver políticas que atraiam novos exportadores. Por isso, à política de facilitação das exportações e importações levada a cabo nesses anos e que começou com a "abertura dos portos" no início dos anos 1990, ganhou novo incremento com o **Projeto Primeira Exportação**. No final de outubro de 2010 foi realizado um encontro em Brasília, na sede do MDIC, quando entidades relacionadas ao comércio exterior, representando nove Estados, nivelaram ações, trocaram experiências e pactuaram compromissos para o aperfeiçoamento do Projeto nos próximos anos.

O Secretário lembra que o Primeira Exportação está inserido no Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora, cuja proposta é a de "construir um Brasil competitivo, justo e rico em oportunidades, em parceria com setores produtivos, através de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da população".

O Projeto Primeira Exportação têm como finalidade "aumentar a base exportadora brasileira através da inclusão de micro, pequenas e médias empresas no mercado internacional, por meio do acompanhamento sistematizado do processo de internacionalização". Ao mesmo tempo

em que oferece novos conhecimentos para o futuro exportador, a SECEX também coloca à sua disposição diversas e novas ferramentas tecnológicas para que os recursos do mundo virtual facilitem a vida do empresário.

Welber Barral espera "que a representatividade do comércio exterior brasileiro continue evoluindo nos próximos anos, de forma a consolidar o Brasil como importante *player* mundial. Para isso, temos que ser mais céleres na implementação de medidas que aumentem a competitividade das empresas brasileiras. Exemplos neste sentido são as inovações nos sistemas de comércio exterior (a exemplo do Siscomex WEB), e mecanismos de isenção tributária (como o *drawback* integrado e a ampliação do Simples), que implementamos nesta gestão. Além disso, entende-se que a crescente abertura do País no comércio mundial traz reflexos positivos à economia nacional, tendo em vista a necessidade constante de se manter competitiva em nível internacional. A intensificação das trocas comerciais garante ao Brasil incorporar tecnologia e conhecimento de economias mais avançadas, modernizando sua estrutura produtiva e, ao mesmo tempo, qualificando a produção nacional de modo a concorrer e conquistar espaços importantes no mercado mundial".

De acordo com Barral, "a SECEX tem presente, que as inovações devem ser constantes em um ambiente dinâmico como o do comércio exterior. Baseada em objetivos claros como o de posicionar melhor a produção brasileira no mercado mundial, o fato é que hoje, devido à agilidade no acompanhamento dos novos tempos, o Brasil não tem o que temer em se tratando de comércio exterior. Estamos preparados para a realidade atual e prontos para assimilar as novidades, enfrentando de igual para igual o grande jogo do comércio entre as nações. Prontos para dar um salto para o futuro tendo como base a solidez de um aprendizado rigoroso de 20 anos, em que a perseverança, o conhecimento, a inteligência, a ousadia e a criatividade de alguns milhares de brasileiros fizeram a diferença".

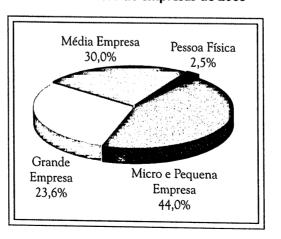
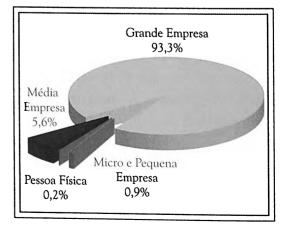
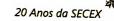
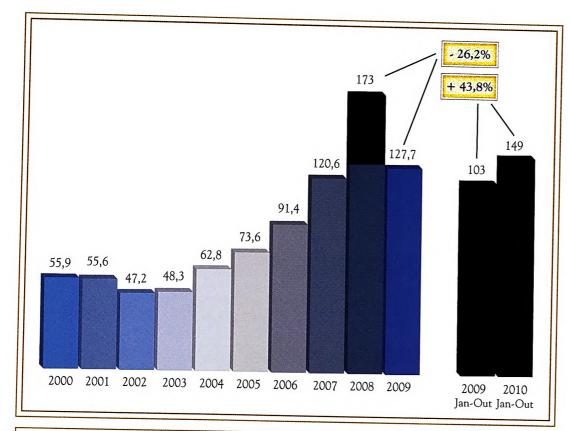
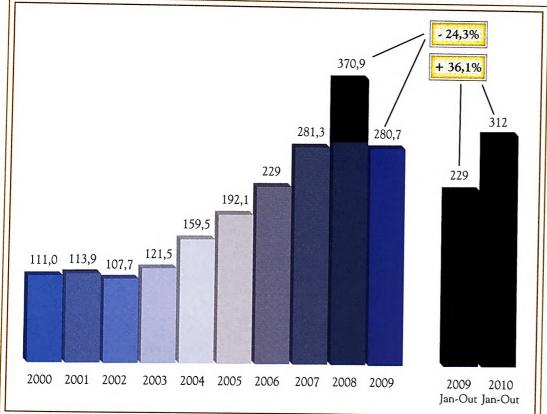
Casos pitorescos

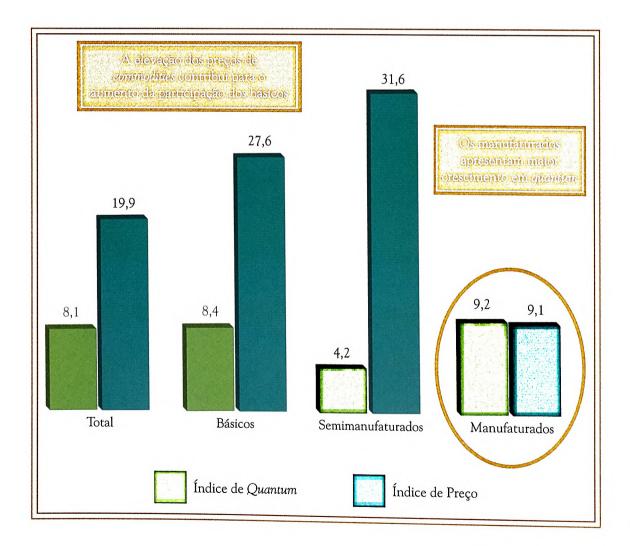
Na trajetória da SECEX, não faltaram episódios pitorescos, como conta Lytha Spindola: "gosto de citar o episódio da vaca louca, que se iniciou com uma denúncia contra o Brasil e terminou com o reconhecimento mundial de que o País era o único grande exportador de carne que não havia sido atingido pela doença. A publicidade do caso funcionou em nosso favor. Menciono também a recente vitória do Brasil na OMC, no caso do contencioso do algodão contra os subsídios ilegais concedidos pelos EUA aos seus produtores. A compensação recebida pelo Brasil, na negociação que evitou a retaliação comercial, foi a maior já paga na história da Organização Mundial do Comércio em todos os tempos".

Quem também dá seu depoimento é Armando Meziat, funcionário do Banco do Brasil, que trabalhou na SECEX desde a sua criação até o final de 2007: "em 2005, chefiei uma missão à China, com cerca de 20 empresários que se sentiam prejudicados com a perda de fatia expressiva do mercado interno brasileiro para produtos similares chineses. Fomos discutir, durante uma

semana com o governo chinês, a possibilidade de firmarmos acordos de limitação das vendas desses produtos ao Brasil. Como é sabido, a diferença de fuso horário entre Pequim e Brasília é de 11 horas a mais, ou seja, quando se chega lá, após 30 horas de voo e de esperas, e se pensa que são 8 horas da noite e que vamos dormir, na realidade são 7 da manhã e vamos ter que ir trabalhar. Os chineses, sabendo disso, usaram a estratégia de prolongar as reuniões, por meio de intervalos intermináveis para alegadas discussões intramuros, e somente apresentavam suas propostas bem tarde, levando a discussão noite adentro. Chegaram, no caso dos têxteis, a estender as conversas até a madrugada, para só assinarem o tão almejado acordo às 3 horas da manhã, com muito cansaço nosso. Esses são os chineses, sempre espertos".

Francisco Marcelo Rocha Ferreira, funcionário do BNDES que foi Secretário da SECEX em 1994, também tem sua história: "em torno de 1993 e 94, um Senador da República andou fazendo enorme pressão para a SECEX abrir uma investigação *antidumping* contra um país do sudeste da Ásia. A justificativa para a abertura da investigação era que esse país utilizava macacos na coleta do coco. Para o Senador, o fato se constituía uma concorrência desleal com os nossos trabalhadores que viviam de catar o coco".

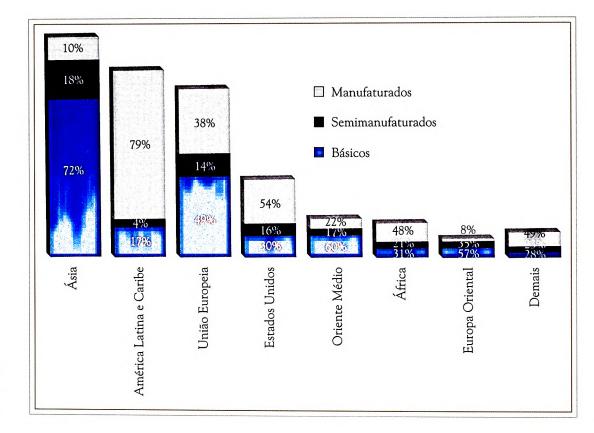
Exportação por Porte de Empresa
Participação (%)
sobre o número de empresas de 2009

Exportação por Porte de Empresa
Participação (%)
sobre o valor de 2009

Evolução das Importações 2000-2009 e janeiro a outubro de 2010-2009 US$ bilhões FOB

Evolução da Corrente de Comércio 2000-2009 e janeiro a outubro de 2010-2009 US$ bilhões FOB

Exportação por Fator Agregado
Participação (%)
Janeiro a Outubro de 2010

Índices de Preço e *Quantum* das Exportações – Variação (%)
Janeiro a outubro de 2009/2010

		Valor	Δ% 2010/09	Part. (%)
1	Minérios	24.259	101,3	14,9
2	Petróleo e combustíveis	17.600	49,4	10,8
3	Material de transporte	17.230	33,2	10,6
4	Complexo soja	15.839	-3,6	9,7
5	Carnes	11.097	17,6	6,8
6	Açúcar e etanol	11.044	45,2	6,8
7	Químicos	10.978	24,5	6,7
8	Produtos metalúrgicos	10.146	9,2	6,2
9	Máquinas e equipamentos	6.619	32,6	4,1
10	Papel e celulose	5.544	38,2	3,4
11	Café	4.415	28,3	2,7
12	Equipamentos elétricos	3.975	-1,3	2,4
13	Calçados e couro	2.919	30,2	1,8
14	Fumo e sucedâneos	2.519	-8,0	1,5

Principais Produtos Exportados
Janeiro-Outubro/2010
US$ Milhões FOB

	Valor	Δ% 2010/09	Part. (%)
Ásia	46.403	34,9	28,4
América Latina e Caribe	38.124	36,5	23,3
• Mercosul	17.983	49,8	11,0
• Demais da AL e Caribe	20.141	26,4	12,3
União Europeia	34.832	23,4	21,3
Estados Unidos	15.590	20,7	9,5
Oriente Médio	8.548	38,3	5,2
África	7.439	3,4	4,6
Europa Oriental	3.928	39,2	2,4

Principais Mercados de Destino
das Exportações
Janeiro-Outubro/2010
US$ Milhões FOB

Participação (%) das Exportações por Bloco Econômico Janeiro a outubro de 2010

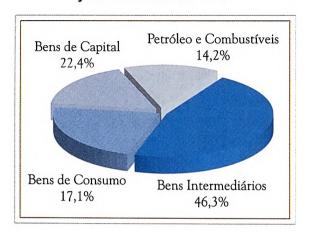
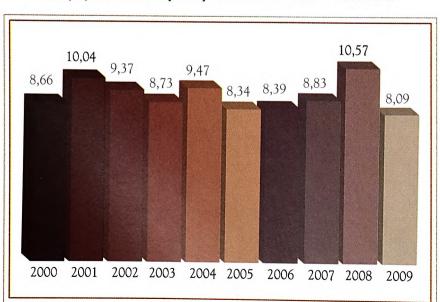
Principais Países Compradores Janeiro-Outubro/2010 US$ Milhões FOB

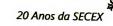
		Valor	Δ% 2010/09	Part. (%)
1	China	25.879	37,9	15,8
2	Estados Unidos	15.590	20,7	9,5
3	Argentina	14.687	53,1	9,0
4	Países Baixos	8.276	24,8	5,1
5	Alemanha	6.618	31,3	4,1
6	Japão	5.788	70,3	3,5
7	Reino Unido	3.607	18,6	2,2
8	Rússia	3.379	40,2	2,1
9	Itália	3.354	35,6	2,1
10	Chile	3.245	42,1	2,0
11	Espanha	3.199	55,9	2,0
12	Venezuela	3.147	6,5	1,9
13	México	3.088	36,0	1,9
14	Coreia do Sul	3.063	41,0	1,9

Participação (%) das Exportações no PIB do Brasil 2000-2009

	Valor	Δ% 2010/09	Part. (%)
Ásia	40.614	60,7	30,7
União Europeia	28.681	38,3	21,7
América Latina e Caribe	22.292	38,6	16,9
• Mercosul	12.154	32,2	9,2
• Demais da AL e Caribe	10.134	47,2	7,7
Estados Unidos	19.948	34,5	15,1
África	8.692	44,9	6,6
Oriente Médio	3.245	42,4	2,5
Europa Oriental	2.063	51,2	1,6

Principais Mercados Fornecedores ao Brasil
Janeiro a outubro de 2010
US$ Milhões FOB

Importação por Categorias de Uso
Participação (%) na Pauta
janeiro a outubro de 2010

Participação (%) das Importações no PIB do Brasil – 2000-2009

Estados Exportadores – Participação (%)
Valor US$ Milhões – Janeiro-Setembro de 2010

	Valor	Part. (%)
Brasil	144.929	100,0
São Paulo	37.568	25,9
Minas Gerais	21.756	15,0
Rio de Janeiro	13.735	9,5
Rio Grande do Sul	11.529	8,0
Paraná	10.651	7,4
Pará	8.441	5,8
Espírito Santo	8.131	5,6
Mato Grosso	6.696	4,6
Bahia	6.628	4,6
Santa Catarina	5.637	3,9
Goiás	3.103	2,1
Maranhão	2.269	1,6
Mato Grosso do Sul	2.219	1,5
Ceará	912	0,63
Amazonas	850	0,59
Pernambuco	688	0,48
Alagoas	588	0,41
Rondônia	357	0,25
Tocantins	315	0,22
Amapá	257	0,18
Rio Grande do Norte	192	0,13
Paraíba	148	0,10
Distrito Federal	116	0,08
Piauí	101	0,07
Sergipe	49	0,03
Acre	16	0,01
Roraima	9	0,01

Recuperação da Economia Mundial em 2010 e 2011

Variação (%) Real do PIB	2008	2009	2010*	2011*
Mundo	3,0	-0,6	**4,8**	**4,2**
• Economias Avançadas	0,5	-3,2	2,7	2,2
• EUA	0,4	-2,6	2,6	2,3
• Zona do Euro	0,6	-4,1	1,7	1,5
• Em Desenvolvimento	6,1	2,5	**7,1**	**6,4**
• Ásia	7,7	6,9	9,4	8,4
• China	9,6	9,1	10,5	9,6
• Oriente Médio	5,3	2,0	4,1	5,1
• América Latina e Caribe	4,2	-1,7	5,7	4,0
• África Subsaariana	5,6	2,6	5,0	5,5

Fonte: FMI, Outubro-2010; (*) previsão

Retomada das Exportações Mundiais em 2010 e 2011

Valores em US$ bilhões	2007	2008	2009	2010*	2011*
Exportação Mundial	13.827	15.853	12.321	**14.669**	**16.012**
Variação (%)	15,4%	14,7%	-22,3%	**19,1%**	**9,2%**
Var. absoluta	1.849	2.026	**-3.532**	2.348	1.343

Fonte: FMI, Outubro-2010; (*) previsão

Século 19

O período joanino e o comércio exterior brasileiro

Capítulo 2

O estabelecimento da corte portuguesa em sua colônia sul-americana cria condições para um processo de independência praticamente pacífico do Brasil. Um decisivo passo nessa direção é dado em 1808 com a liberalização do comércio exterior. Nesse sentido, 1808 pode ser considerado ano zero da autonomia do comércio exterior brasileiro e momento-chave da sua gradual emancipação política. Seu acontecimento marco é a assinatura da Carta Régia de Abertura dos Portos da colônia que, em última instância, vem a ser a realização de um desígnio decorrente da inserção de Portugal no contexto europeu.

Em 29 de novembro de 1807, a família real portuguesa, acompanhada da corte de 15 mil pessoas, foge das tropas napoleônicas, que marcham em direção a Lisboa. Napoleão Bonaparte, à época, está no auge de seu poder e seus exércitos são considerados praticamente invencíveis. O Imperador francês pretende "aniquilar todas as tiranias", difundir (a seu modo) os ideais da Revolução Francesa (1789) e criar um Império Universal. Para alcançar sua meta, conquista quase toda a Europa e depõe monarquias absolutistas seculares. Mas encontra no mar sua grande inimiga. A Grã-Bretanha faz Napoleão conhecer sua maior derrota naval, em 1805, na batalha de Trafalgar na costa espanhola. Detido em seu intento de conquistar as ilhas britânicas, intensifica a guerra comercial que já vinha travando contra sua maior opositora. A intenção é vencer a Grã-Bretanha arrasando sua economia por meio

do estrangulamento de seu comércio marítimo. Para isso, decreta o bloqueio continental por terra (21 de novembro de 1806). A partir de então, proíbe todo tipo de comércio com a Grã-Bretanha.

Portugal, país pequeno com um vasto império colonial, mantém-se neutro (muito embora essa neutralidade tenha sido assimétrica) ao longo de quase todo o período das guerras napoleônicas para preservar seus domínios e seu comércio marítimo do qual é dependente, mas tem que enfrentar o risco de ataques a seu litoral e a seus navios cargueiros. Como tática de guerra, franceses e britânicos incentivam particulares e corsários a atacarem, inicialmente, as embarcações do inimigo, depois estendem essa medida aos navios neutrais. Dessa forma, os mares ficam inseguros, infestados de corsários que praticamente agem como se fossem uma linha auxiliar informal das respectivas marinhas. O reino lusitano não tem condições de se proteger sozinho desse perigo e solicita ajuda britânica para a tarefa de patrulhamento da sua costa e dos seus navios cargueiros.

Francisco Tomaz de Almeida (1778-1866), *D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado...*, 1812. Buril e pontilhado, 25,5 x 20cm em f. 35 x 26cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

A Grã-Bretanha, por seu turno, tem interesse em preservar aquela relação, dentre outros motivos, para utilizar os portos lusitanos como meio de escoamento de suas mercadorias no continente europeu. Em diversas ocasiões anteriores, a França ordenara a Portugal romper essa relação, mas ele resiste. Com o bloqueio continental, porém, Napoleão ultima Portugal a quebrar sua aliança com a Grã-Bretanha.

O Príncipe Regente português, D. João, vê-se, assim, perante a difícil escolha: aderir ao bloqueio francês ou preservar sua secular aliança? Em qualquer dos casos teria que enfrentar as represálias do lado preterido: invasão terrestre pelas tropas de Napoleão e uma provável destituição do trono, como vinha acontecendo em outros países conquistados; ou, bombardeio marítimo pela *Royal Navy* a seus portos europeus e uma possível invasão a sua possessão americana, como já ocorrera em território colonial espanhol a exemplo de Buenos Aires e Montevidéu (1806). Em qualquer das duas circunstâncias, corria o risco de ter seu comércio marítimo destroçado.

Paralelamente, o governo português negocia com seu aliado, o governo britânico, uma solução para esse impasse. O plano discutido é a transferência da sede do império português para sua colônia americana. Essa é uma ideia antiga em Portugal, remontaria a Martim Afonso de Sousa que, no século XVI, aconselhara o Rei D. João III a transferir a corte para o Brasil. O próprio marquês de Pombal também cogitara o mesmo quando das incertezas da guerra dos sete anos. Um afilhado de Pombal, e então Ministro do Príncipe Regente, Rodrigo de Sousa Coutinho (conde de Linhares), adepto da ideia de se criar um grande império luso-brasileiro com sede no Brasil, e que vinha debatendo esse projeto em um círculo de pessoas esclarecidas, negocia com os britânicos os termos da transferência da família real e da sede da monarquia para a colônia sul-americana.

Portugal é, então, praticamente o único aliado da Grã-Bretanha. Seus portos possibilitam a esta furar o bloqueio continental. Além disso, aquele país insular vem a ser o principal credor em geral e fornecedor do seu comércio marítimo. A aliança luso-britânica remonta ao século XIV e é então a mais antiga da Europa. Essa cooperação sempre teve como compromisso

Giuseppe Gianni, *Embarque do Príncepe Regente D. João VI para o Brasil*, s/ data. Aguada de nanquim, pb: 45,1 x 65,6cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Carta Régia de Abertura dos Portos de 1808

Conde da Ponte, do meu Conselho, governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, amigo.
Eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar, como àquele que amo.
Atendendo à representação que fizeste subir à minha Real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo dos meus vassalos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos:
sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte:
Primo: que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservem em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassalos, pagando por entrada 24 por cento; a saber, 20 de direitos grossos, e 4 do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforramentos, por que até o presente se regulam cada uma das ditas Alfândegas, ficando os vinhos, água ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora satisfaziam.
Secundo: que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhes parecer, a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias, ficando entretanto como suspenso e sem vigor todas as leis, cartas-régias ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassalos e estrangeiros.
O que tudo assim fareis executar com o zelo e atividade que de vós espero.

Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808.
Príncipe

Carta Régia de Abertura dos Portos, 1808. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

1

Conde da Ponte do Meu Concelho, Gover-
nador, e Capitão General da Capitania da Ba-
hia, Amigo. Eu o Principe Regente Vos envio mui-
to Saudar como aquelle que Amo. Attendendo a
representação que fizestes Subir á Minha Real Pre-
zença sobre se achar interrompido, e suspenso o Co-
mercio desta Capitania com grave prejuizo dos Me-
os Vassalos, e da Minha Real Fazenda em razão
das criticas, e publicas circunstancias da Europa,
e querendo dar sobre este importante objecto al-
guma providencia prompta, e capaz de melhorar o
progresso de taes damnos; Sou Servido Ordenar in-
terina, e provizoriamente, em quanto não con
solido hum systema geral, que effectivamente
regule semelhantes materias, o seguinte. Pri-
mo que sejão admissiveis nas Alfandegas do
Brazil, todos, e quaesquer Generos, Fazendas, e
Mercadorias transportados, ou em Navios Es-
trangeiros das Potencias, que se conservão em
Paz, e Harmonia com a Minha Real Corôa, ou
em Navios dos Meos Vassalos, pagando por
entrada vinte e quatro por cento, a saber: Vinte
de Direitos grossos, e quatro do Donativo já es-
tabelecido, regulando-se a cobrança destes Direi-
tos, pelas Pautas, ou Aforamentos, por que athe
o prezente se regulão cada huma das ditas
Alfandegas, ficando os Vinhos, Agoas ardentes,
e Azeites doces, que se denominão Molhados
pagando o dobro dos Direitos, que athe agora
nellas satisfazião. Secundo: Que não só os
Meos Vassalos, mas tambem os sobre ditos Es-
trangeiros, possão exportar para os Portos, que
bem lhes parecer a beneficio do Comercio, e Agri-
cultura, que tanto dezejo promover, todos, e quaes-
quer Generos, e Producçoens Coloniaes, a excepção
do Páo Brazil, ou outros notoriamente estanca-
dos

estancados, pagando por sahida os mesmos Di-
reitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias
ficando entretanto como em suspenso, e sem vi-
gor, todas as Leis, Cartas Regias, ou outras Or-
dens, que athe aqui prohibião neste Estado do
Brazil o reciproco Comercio, e Navegação, entre
os Meos Vassalos, e Estrangeiros. O que tudo as-
sim fareis executar com o Zello, e actividade,
que de vós espero. Escrita na Bahia aos vin-
te oito de Janeiro de 1808.

Principe ...

Para o Conde da Ponte.

2

Cumpra-se, registe-se, e passem-se as Ordens
necessarias. B.ª 29 de Janeiro de 1808.

Conde da Ponte

Nesta Secret.ª de Estado do
Brazil a f. 147 do L.º 25 de
Patentes e Provisoens se reg.ou
esta Reg.ª da Bahia 7 de Abril
de 1808

Albuq.e

f. 27

Constantino Fontes. *S. M. El Rei D. João VI de Portugal e toda a Família Real, embarcando para o Brazil, no cáes de Belem, em 27 de Novembro de 1807,* s/ data. Gravura, 13,6 x 16,4cm em f. 15,5 x 21,5cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

basilar o fornecimento de proteção britânica a Portugal e a concessão de vantagens comerciais portuguesas à Grã-Bretanha.

Esse país tem muitos simpatizantes em Portugal, os quais, em discordância dos partidários dos franceses, querem a continuação dessa cooperação. O governo português termina por assinar em Londres, em 22 de outubro de 1807, uma Convenção Secreta na qual ficam estabelecidas algumas medidas, que particularmente interessam ao Reino Unido da Grã-Bretanha: a família real e a sede da monarquia portuguesa serão transferidas para o Brasil; Portugal abolirá o monopólio comercial dos portos brasileiros; um porto brasileiro, preferencialmente Santa Catarina, será colocado como porto livre para embarcações britânicas.

Não obstante, o Príncipe Regente se mostra o tempo todo relutante em assumir compromisso de tamanha envergadura. Argumentos persuasivos para mobilizar D. João são as notícias de que as tropas francesas já marcham pelo território português em direção à sua capital e que os britânicos ameaçam bombardear os portos do reino se o monarca não embarcar. Em consequência dessa hesitação do Príncipe Regente, muitas providências para a viagem ocorrem de última hora. Finalmente, no fim de novembro, os navios partem transportando, além da família real, toda a corte. A sede da monarquia portuguesa faz então uma inédita viagem: atravessa o Atlântico e a Linha do Equador em direção à sua possessão sul-americana. Feito nunca dantes realizado por qualquer outro monarca.

Por seu turno, a inimiga daquela aliança trata, também, de tomar medidas para subordinar Portugal. O igualmente secreto Tratado de Fontainebleau, entre França e Espanha (27 de outubro de 1807), estabelece as condições necessárias para atingir aquela meta: pelo acordo, os soldados franceses receberiam autorização para atravessar o território espanhol em direção a Portugal. Como botim da conquista, esses países planejavam repartir o território e as colônias portuguesas entre si.

Essas são as motivações que ensejam a transferência, às pressas, da coroa portuguesa para a sua colônia mais importante, o Brasil. Naquela época, os mares estão mais do que nunca inseguros devido às ações dos corsários e intimidações das marinhas dos dois lados beligerantes, que supervisionam os navios cargueiros para ver se estão transportando mercadorias para o inimigo e, às vezes, chegam mesmo a apresá-los. Desse modo, o traslado é feito sob a proteção e a escolta da marinha da antiga aliada de Portugal, a Grã-Bretanha, em consonância com o acordado nas negociações da aludida Convenção Secreta.

Enquanto isso, no continente europeu, conforme já previsto, os exércitos de Napoleão derrotam as tropas portuguesas e ocupam Lisboa. Uma das primeiras medidas do domínio francês é a proibição do comércio daquele país com suas colônias e com a Inglaterra, sua arqui-inimiga, a fim de levar a cabo a estratégia do bloqueio continental. Entrementes, os franceses são derrotados pelos ingleses e pedem armistício em agosto de 1808. Essa é a primeira das três invasões francesas que Portugal vai sofrer ao longo das guerras napoleônicas. As outras investidas ocorrem em 1809 e em 1810. Em 1811, as tropas francesas finalmente se retiram de Portugal.

1808-1820

A corte portuguesa se estabelece no Brasil em 1808. Em 28 de janeiro, é publicada a Carta Régia de Abertura dos Portos brasileiros às Nações Amigas. Com isso, o Brasil passa a exercer autonomia inédita sobre seu próprio comércio exterior.

Confira mais no Anexo 1.

O Príncipe Regente deixa para trás esse cenário adverso e, ainda durante a viagem marítima, na escala que faz em Salvador, vê-se impelido a decretar o fim do monopólio da metrópole sobre o comércio colonial brasileiro. O ato de D. João atende a uma solicitação que lhe é feita por inspiração do Visconde de Cairu, que, quando acadêmico da Universidade de Coimbra, participara do círculo em torno de Sousa Coutinho, conde de Linhares, que debatia o projeto de criar um império luso-brasileiro com sede no Brasil. Oficializa-se essa iniciativa por meio da Carta Régia assinada em 28 de janeiro de 1808, com a ordem de abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

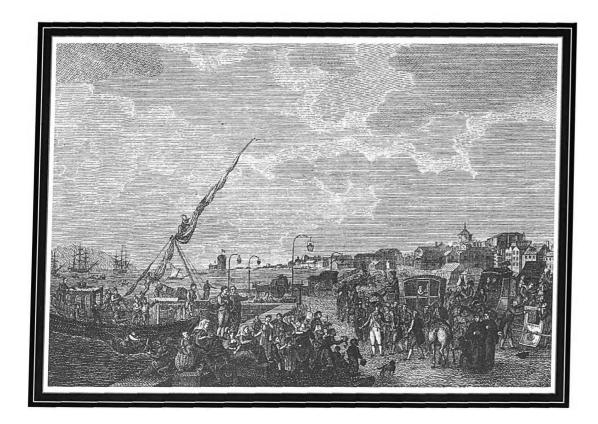
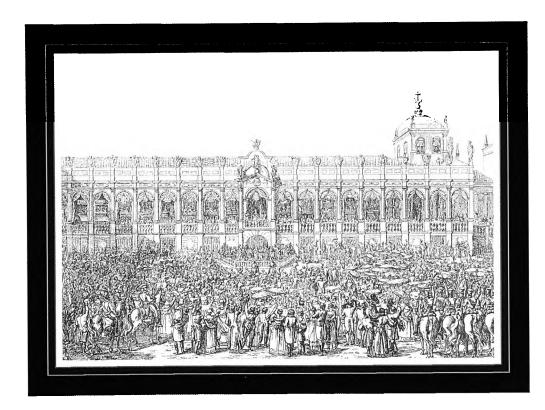
Texto literal da Carta Régia:

> *Conde da Ponte, do meu Conselho, governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, amigo. Eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar, como àquele que amo.*
>
> *Atendendo à representação que fizeste subir à minha Real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo dos meus vassalos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: Primo: que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservem em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassalos, pagando por entrada 24 por cento; a saber, 20 de direitos grossos, e 4 do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforramentos, por que até o presente se regulam cada uma das ditas Alfândegas, ficando os vinhos, água ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora satisfaziam. Secundo: que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhes parecer, a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitanias, ficando entretanto como suspenso e sem vigor todas as leis, cartas-régias ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassalos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e atividade que de vós espero.*
>
> *Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808.*
> *Príncipe*

Após essa medida, o Brasil passa a exercer autonomia inédita sobre seu próprio comércio exterior, o que, em última instância, é também a concretização da principal ambição comercial

inglesa consignada na Convenção Secreta de Londres, firmada no mês anterior à partida do Príncipe Regente de Portugal. (Por serem provisórios os termos da Carta símbolo da abertura dos portos, alguns anos depois D. João consolida essa medida por meio da Carta Régia de Abertura dos Portos Brasileiros ao Tráfico Mundial, datada de 18 de junho de 1814).

Finalmente, em 7 de março de 1808, a corte portuguesa chega ao Rio de Janeiro, que se tornará a sede da monarquia até 1821. Esse fato suscita outra postura da corte em relação à colônia, gerando um processo de ajustamento de interesses entre os portugueses do reino e os da nova sede da corte, o que provoca, em certa medida, uma sedimentação paulatina dos interesses políticos e econômicos da elite no interior da própria colônia. A transferência da coroa portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional modificam de forma determinante a relação de interdependência econômica histórica entre metrópole e colônia e estimulam o processo de emancipação política e econômica do Brasil. A centralidade do Rio de Janeiro nos assuntos da esfera política interna, conjugada aos fatores mencionados, será determinante, alguns anos mais tarde, na forma como se dará o processo de independência do Brasil.

Nos negócios exteriores, o estabelecimento da sede da monarquia no Brasil implica também mudanças significativas: a política externa portuguesa passa a ser feita na nova sede do império, o que reforça a centralidade do Rio de Janeiro em termos administrativos. Outros temas ganham destaque na sua agenda, nomeadamente: a invasão à Guiana Francesa e as investidas na região

Constantino Fontes. *S. M. El Rei D. João VI de Portugal e toda a Família Real, embarcando para o Brazil, no cáes de Belem, em 27 de Novembro de 1807*, s/ data. Gravura, 13,6 x 16,4cm em f. 15,5 x 21,5cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Jean Baptiste Debret (1768-1848), *Cerimonia da faustissima acclamação de S. M. o Senhor D. João VI Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil, e Algarves, Cellebrada no Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1818*, s/ data. Água-forte, 22,5 x 30,2cm em f. 32 x 46,2cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

do Prata com a conquista da Banda Oriental (1816), que é incorporada ao Brasil no ano de 1821 com o nome de Província Cisplatina.

Na Europa, as transformações trazidas pelas novas tendências liberais, de certa forma disseminadas pelo rastilho das interferências napoleônicas nas terras efemeramente conquistadas, modificam a estrutura política do sistema monárquico então vigente. Principalmente no período posterior à paz definitiva consagrada no Congresso de Viena (1814-1815), uma onda de revoltas constitucionalistas se propaga e Portugal não passa incólume por ela. Na Ibero-América deslancha-se o movimento emancipatório das colônias espanholas. O liberalismo, em graus variados, paulatinamente se impõe em todas as esferas sociais. No Brasil, produz uma ruptura com o sistema colonial que vigorou até 1808.

Os ideais liberais, no plano econômico, pregam a redução da interferência do Estado na economia, com preponderância do mecanismo autorregulador do mercado, e defendem a tese da liberdade comercial e da livre concorrência, em oposição ao exclusivismo colonial. A maior interessada e defensora dessas teorias é a Inglaterra, à época, a nação mais rica e industrialmente desenvolvida, que, como principal parceira econômica de Portugal, exerce forte influência sobre as decisões da coroa portuguesa.

No Brasil, à abertura dos portos sucedem outras medidas, igualmente importantes, que fortalecem a produção e o comércio brasileiros. Entre elas, está a revogação, em primeiro de abril de 1808, do Alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibia a instalação de indústrias manufatureiras no Brasil. O Alvará de 1785 determina a extinção de todas as manufaturas têxteis no Brasil, excetuada, apenas, a fabricação de panos brutos de algodão para a produção de roupas para os escravos e de sacos para armazenar a produção agrícola. No ano seguinte, D. João VI decreta a isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais e do imposto de exportação às manufaturas brasileiras. O intuito é o de incentivar a incipiente indústria colonial, proibida de existir para evitar a concorrência com o comércio do Reino e a emancipação econômica da colônia.

Porém, os incentivos concedidos não são suficientes para desenvolver significativamente a manufatura local. A forte concorrência dos produtos ingleses, de melhor qualidade, que, após a abertura dos portos, entram sem maiores entraves no território brasileiro e, a partir de 1810, as preferências tarifárias concedidas às importações inglesas tornam impossível competir com os preços dos produtos importados.

Apesar dos esforços tendentes ao desenvolvimento de uma indústria, as medidas de apoio à manufatura restam isoladas para reverter a situação de atraso provocada pela proibição de 1785 e pelas vantagens concedidas aos produtos ingleses. Assim, embora se veja livre de muitas das amarras que impedem uma possível diversificação de suas atividades econômicas, a estrutura produtiva colonial do Brasil permanece, em grande medida, inalterada, atrelada à exploração de metais preciosos e de alguns poucos gêneros tropicais, como açúcar, algodão, tabaco, couro, arroz, especiarias e o café; este último se destaca gradativamente na produção interna e no comércio exterior.

No campo econômico-financeiro são dignas de registro a instituição do Erário Régio (equivalente à Pasta da Fazenda), em 28 de junho de 1808, com o objetivo de administrar a arrecadação e os gastos públicos, e a criação do Banco do Brasil, fundado em 12 de outubro desse mesmo ano, por meio de alvará expedido por D. João. O capital da instituição é de 1.200 contos, constituído de 1.200 ações de um conto de réis cada uma, destinado à subscrição por grandes negociantes e pessoas abastadas. Apesar do apelo de D. João junto aos governadores das capitanias e das garantias concebidas para atrair investidores, o banco só entra em operação no ano seguinte, quando atinge a quota mínima de 100 contos de seu capital realizado. Até 1812, somente 126 ações são subscritas, um resultado bem aquém das projeções iniciais.

Pioneira na Revolução Industrial, a Inglaterra experimenta expressivo aumento de produtividade em sua estrutura manufatureira, o que reforça a demanda por fornecimento de matérias-primas e a busca de novos mercados consumidores. Portugal, um empório comercial então fragilizado pela insegurança advinda do contexto de guerra, necessita do apoio e da proteção inglesa para dar continuidade à política de preservação do seu império. A secular aliança anglo-portuguesa, a mais antiga da Europa, estabelecida nos idos do século XIV, renova-se e atualiza-se. Portugal submete-se às pressões liberalizantes daquele país. Os tratados de aliança e comércio celebrados com a Inglaterra, em 19 de fevereiro de 1810 (ratificados por Portugal, em 26 de fevereiro, e, pela Inglaterra, em 18 de junho, do mesmo ano), inserem-se nesse contexto. São assinados por Lord Stranford, como plenipotenciário do Rei Jorge III, da Inglaterra, e por Rodrigo Sousa Coutinho, Conde de Linhares (que negociou os termos da Convenção Secreta), como representante do Príncipe Regente de Portugal, e trarão importantes consequências no delineamento da etapa inicial do comércio exterior brasileiro.

O primeiro deles é o Tratado de Aliança e Amizade, composto de 11 artigos e dois decretos. O tratado autoriza a Inglaterra a comprar e cortar madeiras de construção das florestas brasileiras, prevê direitos recíprocos de navegação das esquadras de um país no mar territorial do outro, estabelece o compromisso de Portugal em não permitir a inquisição em seus territórios da América do Sul e em abolir gradualmente o comércio de escravos.

O segundo tratado, de Comércio e Navegação, composto de 34 artigos, no campo mais estritamente econômico, permite aos súditos de ambas as nações o livre trânsito, comércio e estabelecimento nos portos e cidades da outra, além da igualdade de tratamentos e de obrigações

tributárias e alfandegárias. Prevê, também, a concessão recíproca do tratamento de nação mais favorecida e outras medidas que visam a facilitar o comércio britânico na Região do Prata e reforçam direitos preexistentes da exportação de vinhos portugueses para a Inglaterra e de importação de tecidos ingleses por Portugal. Com esse tratado abrem-se, também, as praças brasileiras para assentamento de casas de comércio estrangeiras de importação e exportação.

O terceiro acordo, com 13 artigos, consiste em uma *Convenção sobre o Estabelecimento de Paquetes* entre os domínios de Portugal e a Grã-Bretanha, que visa à consolidação de uma linha mensal de serviços postais entre os portos de Falmouth e do Rio de Janeiro. Com a justificativa que os portos lusitanos estão inseguros e uma vez que a sede da monarquia está assentada nessa cidade, faz-se a conexão postal direta entre o Brasil e a Grã-Bretanha, tão importante para as tratativas diplomáticas e comerciais.

Os tratados de 1810 significam, na prática, o estabelecimento de obrigações e direitos em bases não recíprocas em favor da Inglaterra. Cite-se, por exemplo, o direito de os súditos ingleses beneficiarem-se de extraterritorialidade judicial no Brasil, o acesso irrestrito dos navios de guerra ingleses aos portos portugueses, a possibilidade de as esquadras inglesas perseguirem navios negreiros em alto-mar e, principalmente, a tarifa aduaneira preferencial de 15% *ad valorem*, concedida por Portugal à Grã-Bretanha, bem inferior à tarifa cobrada dos demais países (24%) e menor, até mesmo, que aquela cobrada dos produtos provenientes de Portugal (16%). Somente em 1818, o governo português, visando à melhoria do fluxo de comércio entre Brasil e Portugal, equipara a tarifa dos produtos provenientes de Portugal àquela aplicada para a Inglaterra no patamar de 15%.

Diante da dificuldade da Inglaterra em escoar seus produtos para a Europa por causa do bloqueio continental, os privilégios concedidos por esses tratados são determinantes, por seu turno, para estimular o crescimento das exportações de manufaturas desse país para as terras brasileiras, com reflexos negativos para o desenvolvimento da indústria nacional nascente e para o equilíbrio do balanço de pagamentos e da balança comercial. Por outro lado, devido à falta de reciprocidade dos direitos outorgados pelos tratados, o Brasil não obtém garantias efetivas para a exportação de seus produtos tipicamente coloniais, como o café e o açúcar, pois, em que pese a cláusula de nação mais favorecida em favor de Portugal, a Inglaterra continua privilegiando a compra desses artigos provenientes de suas próprias colônias.

Se em um primeiro momento as importações provenientes da Inglaterra garantem o abastecimento interno no Brasil e baixam os custos de vida em geral, o desequilíbrio da balança comercial provocado pelo crescente fluxo dessas importações logo se reflete em desequilíbrio monetário, grandes flutuações cambiais, crescente endividamento externo e reduzido poder aquisitivo da população em geral. Além disso, prejudica sobremaneira a região nordeste, que, desprovida das condições ideais para a produção de café, lamenta a dificuldade de escoamento de seus produtos de exportação tradicionais, como o açúcar, o tabaco, o algodão e a madeira.

Outro reflexo dessa ligação desigual com a Grã-Bretanha é o fato de, indiretamente, obstruir a possibilidade de busca de novas parcerias comerciais em outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, que também floresciam no cenário do comércio internacional, não logravam competir com os privilégios outorgados à Inglaterra.

O padrão de vida e de consumo da coroa e dos portugueses recém-chegados era bem superior ao preexistente na colônia, mesmo se comparado com o da camada mais alta. O acréscimo significativo no número de habitantes do Rio de Janeiro (15 mil pessoas a mais, correspondendo, à época, a um acréscimo de 1/4 na população de 60 mil habitantes da cidade), associado à propagação de hábitos da metrópole na vida da população local, foi um dos principais fatores para o aumento significativo das importações.

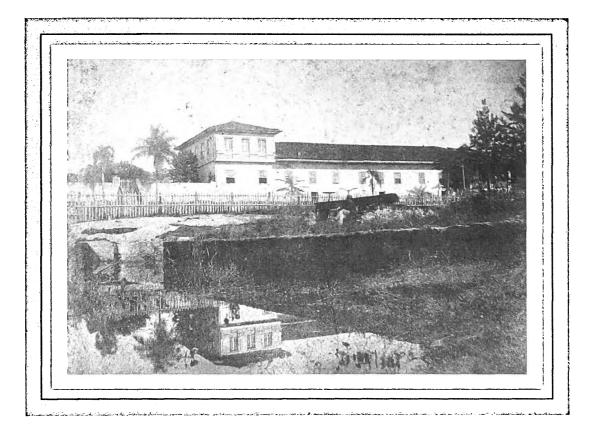
A vinda da família real para o Brasil tem também muitos outros significados além do econômico-financeiro e comercial. Na esfera política, um acontecimento se destaca: a elevação à categoria de reino, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 16 de dezembro de 1815, medida tomada por sugestão do representante francês no Congresso de Viena, Príncipe Talleyrand. Os Estados envolvidos nas guerras napoleônicas, depois da derrota do Imperador francês em 1814, se reúnem na capital austríaca para traçar a nova ordem internacional e redesenhar o mapa político europeu. Um princípio norteador proposto pela França para alcançar essa meta é o da legitimidade: os Estados deveriam voltar a ter a configuração que tinham antes da Revolução Francesa (1789). Buscava-se o equilíbrio entre as nações. Dessa forma, pressupõe-se ilegítima a situação de uma colônia abrigar a sede de uma monarquia. A solução encontrada para a permanência da corte portuguesa no Brasil veio a ser a de elevar a colônia à condição de reino, o que aprofunda as modificações no campo administrativo.

Dom João VI. Nosso Senhor: Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, s/ data. Gravura, 32,5 x 22 em f. 35,8 x 23,9 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Inaugura-se, também, uma nova etapa no plano cultural da colônia, com a abertura de teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, com vista a atender a demanda da coroa e da população urbana em rápida expansão. Vale registrar a chegada da Missão Artística Francesa, em março de 1816, que trouxe ao Brasil artistas europeus de renome, das áreas de pintura, escultura e arquitetura, como Joaquim Le Breton, João Batista Debret, Nicolau Antônio Taunay, Augusto Taunay e Granjean de Montigny, entre outros, que registrariam em desenhos e aquarelas as paisagens, o povo e as cenas da vida e dos costumes do Rio de Janeiro no período, e fundariam a Academia de Belas-Artes.

Outras importantes contribuições do período joanino no Brasil são a criação da Academia da Marinha e da Artilharia, do arquivo militar, da tipografia régia, da fábrica de pólvora, dos jardins botânicos, de teatros, da biblioteca nacional. Tais mudanças de *status* do Brasil perante a antiga metrópole, associadas à crescente autonomia econômica e comercial brasileiras, conduzem o País à necessidade de afirmação de sua soberania política ao mesmo tempo em que Portugal demonstra crescente insatisfação com a perda de prestígio e de poder.

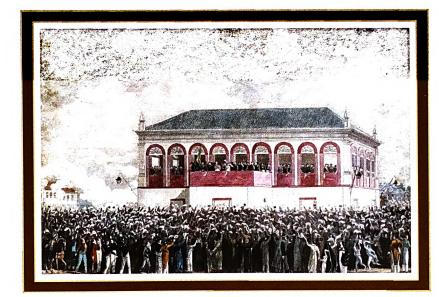
Esse sentimento de indignação faz eclodir a Revolução do Porto, em 24 de agosto de 1820, no auge do movimento liberal em Portugal. A permanência de D. João VI no Brasil torna-se cada vez mais insustentável devido às pressões da elite portuguesa estabelecida em Portugal, que busca, além da volta da coroa portuguesa à sua terra natal, a adoção de uma nova Constituição nos moldes liberais, com a limitação dos poderes absolutistas, e o retorno do Brasil à sua condição anterior de colônia.

A sede da monarquia faz o caminho de volta para Lisboa no ano de 1821, mas as condições na (ex)colônia, que começaram a mudar com a liberalização do comércio exterior, a Abertura dos Portos, no primeiro contato do Príncipe Regente com o solo brasileiro, se transformaram substancialmente. Além de ter deixado de ser colônia, as bases para a separação política definitiva de Portugal já estavam lançadas, bem como as premissas que irão lhe nortear.

Fábrica de Ferro de São João de Ypanema, [Sorocaba, SP, 1879] / Leuthold & Dursky, photographos, s/ data. Fotografia, 17 x 22 cm e 20 x 50 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Independência brasileira sob o signo do sistema de tratados comerciais — os significados do Primeiro Reinado

Capítulo 3

O acontecimento maior da década de 1820, para os brasileiros, é a Independência política do Brasil. A emancipação brasileira insere-se no amplo contexto da onda revolucionária liberal do início dessa década que sopra seus ventos pela Europa mediterrânea e pela América. As revoluções liberais ocorrem na Espanha, em Nápoles, em Portugal (1820) e na Grécia (1821). O vento liberal bafeja, também, na Ibero-América, notadamente, no alvorecer das independências da Venezuela, do Peru, da Costa Rica, de El Salvador, de Honduras, da Guatemala, da Nicarágua (1821) e do Equador (1822); e na consolidação da emancipação do México (1821). Não obstante, o mais característico daqueles anos 1820, no geral, são as inflexões das forças conservadoras.

Os jovens Estados ibero-americanos, especialmente ao longo das guerras napoleônicas, particularmente na fase dos bloqueios comerciais, passam a constituir um mercado de grande valor relativo para as exportações britânicas. A Grã-Bretanha, por seu turno, supre também as demandas daqueles países por crédito. Sem capital para bancar o custo das guerras de emancipação e outros gastos eles se endividam junto à banca inglesa. Esse é um período no qual a Inglaterra vai também alargar e aprofundar sua área de influência econômica mundo afora, em parte em um procedimento em busca de alternativas para a perda (temporária) dos mercados

Felix Emile Taunay (1795-1881), *Acclamação de S.M.O Snr. D. Pedro I imperador Cal. do Brasil: no dia 12 de outubro 1822*, 1822. Água-forte, aquarelada, 32,9 x 47cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

europeus que se encontram fechados, em boa medida, em decorrência do bloqueio decretado por Napoleão.

À época, a Ibero-América é um alvo preferencial dos comerciantes ingleses. Após 1815, a maior potência industrial de então, gradativamente, constrói sua hegemonia econômica em escala mundial. Os britânicos defendem por um lado as teses do liberalismo econômico, e por outro fazem uso dos clássicos meios de persuasão e, quando necessário, de coerção (negociação diplomática, revolta local, ameaça, invasão e, se necessário, a guerra) para implementar verdadeiro monopólio nas economias das potências mais fracas e dos Estados nascentes em foco. Diante do conjunto dessas circunstâncias, em primeira linha, a economia da Ibero-América torna-se dependente da inglesa. "O extremo oriente do mundo ocidental" vai transformar-se, paulatinamente, em uma área de domínio econômico inglês, que afugenta os concorrentes com todos os instrumentos e meios de que pode dispor. Para melhor avaliar o contexto desses anos 1820, vale lembrar que, até a década de 1830, a produção industrial inglesa é predominantemente fabril, exceção feita à indústria do algodão. Portanto, a propalada condição de potência industrial não pode ser tomada por igual para todas as décadas do século XIX (o século da *Pax Britannica*) e o *status* de Estado liberal merece, também, uma reflexão cuidadosa, pelo menos ao que diz respeito aos negócios exteriores quando se trata de ganhar mercados.

No caso específico do Brasil, sua economia atrela-se diretamente à inglesa, em primeira linha devido às concessões feitas pelo Príncipe Regente D. João no processo negociador da transferência da corte portuguesa para a América do Sul e de proteção militar ao seu Império ameaçado por Napoleão devido à não ruptura de fato da aliança anglo-lusitana.

No período da ausência da corte, a vida econômica de Portugal se modifica substancialmente, uma vez que não mais desfrutava da condição de empório comercial que detinha o exclusivismo sobre os produtos coloniais oriundos do Brasil, além de passar por uma guerra em seu território. Seus comerciantes, ressentidos da perda de tal condição, se agregam a outras forças revoltosas que vão deflagrar o movimento revolucionário constitucionalista de 1820 que pretendia "restaurar a dignidade nacional".

A Revolução Liberal do Porto, que teve como um de seus estopins a revolta das tropas militares aquarteladas naquela cidade devido ao atraso no pagamento dos soldos, é bem acolhida por várias guarnições militares estacionadas em diferentes pontos do Brasil, notadamente no Pará e na Bahia (não por acaso localidades que viriam a oferecer resistência à emancipação brasileira de Portugal). Dentre as metas da Revolução incluem-se a elaboração de uma constituição liberal, a volta da corte para Lisboa e, em um paradoxo aparente, um propósito mercantilista – a recondução de Portugal à condição anterior de empório comercial detentor do monopólio do

comércio com o Brasil, o que na prática significa retroceder na liberalização do comércio da ex-colônia, então alçada à condição de Reino Unido.

O desdobrar dos acontecimentos em Portugal leva à instalação, em Lisboa, das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (21 de janeiro de 1821). O monarca, ultimado pelas Cortes e obrigado pela divisão militar estacionada no Rio de Janeiro, jura as bases da futura Constituição portuguesa e declara-se pelo regresso a Portugal (26 de fevereiro de 1821).

D. João VI, ao perceber que a posição das Cortes de Lisboa é irredutível e que não mais pode continuar no Brasil, trata de assegurar o domínio da ex-colônia para seu Príncipe herdeiro. Assim, em 18 de fevereiro de 1821, em uma clara mensagem para tranquilizar as Cortes, baixa um decreto declarando que D. Pedro irá voltar para Lisboa.

Em 21 de abril, investe-o da prerrogativa de Príncipe Regente do Brasil.

As Cortes exercem todo tipo de pressão para forçar a volta do seu monarca para a terra natal e, por conseguinte, o retorno da sede da monarquia para Lisboa. Sem condições de se opor, o Rei embarca com destino à pátria europeia deixando o Rio de Janeiro em 26 de abril de 1821. O período joanino no Brasil chegara ao fim.

Cana-de-açúcar, s/ data. Fotografia. INCRA, Brasil.

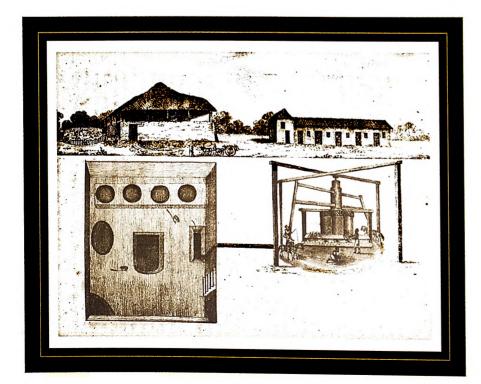
A posteriori, verifica-se que as impactantes realizações de enormes significados, de fato e simbólicos, do período joanino no Brasil, não são suficientes para criar verdadeiras estruturas políticas e econômicas nacionais. A economia permanece baseada no trabalho escravo. Sua produção voltada para a exportação restringe-se ao cultivo de alguns poucos produtos como açúcar, algodão, tabaco e exploração de metais preciosos. Sucede, então, que o Grito do Ipiranga, dado pouco mais de um ano depois do regresso de D. João a Portugal, torna politicamente independente um país que na seara econômica se encontra em uma conexão direta e subordinada com a mais florescente potência industrial, a qual se ocupa em construir uma hegemonia que com o tempo terá projeção mundializada. Dessa forma, economicamente o fato maior daquele período são os tratados assimétricos firmados com a Grã-Bretanha, nomeadamente o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade (29 de fevereiro de 1810).

As Cortes se voltam agora contra a permanência do Príncipe Regente, D. Pedro, no Rio de Janeiro. Exercem, de fato, todo tipo de pressão para forçar a volta do herdeiro da coroa portuguesa para a terra natal. Paralelamente, baixa um número considerável de medidas para reconduzir o Brasil à condição de colônia, como o decreto que anuncia a autonomia dos governos provinciais em relação ao Rio de Janeiro (24 de abril de 1821), pretendendo com isso minar a centralidade da sede do governo do Príncipe Regente; ou a decisão de transferir para Lisboa importantes repartições.

A conturbada Regência de D. Pedro vai durar de 21 de abril de 1821 até 7 de setembro de 1822, quando proclama a independência brasileira. Todavia, é investido com o título de primeiro Imperador do Brasil, como D. Pedro I, em 12 de outubro, data do seu natalício, quando completara 24 anos (foi Rei de Portugal com o título de D. Pedro IV, de 26 de abril a 2 de maio de 1826, tempo suficiente para assumir o trono português que herdou por morte do seu pai,

D. João VI, e abdicar em favor de sua filha, D. Maria da Glória, então com 7 anos e que vem a ser Rainha de Portugal como D. Maria II).

Sem embargo, o projeto de recolonização vai se reverter contra Portugal, funcionando como elemento catalisador das divergentes posições do movimento emancipacionista. À época, havia no Brasil dois agrupamentos distintos no que se refere ao posicionamento em relação às Cortes: o português, que as havia aclamado e acata a política recolonizadora; e o que queria a emancipação. Dentre estes se identifica os que defendem uma monarquia dual luso-brasileira, o chamado partido brasileiro, mais conservador, que não pretendia abrir mão das prerrogativas do *status quo* vigente como a liberdade de comércio e a escravidão, representa os interesses da aristocracia rural agroexportadora; e os favoráveis à independência com a unidade territorial, os denominados liberais radicais, com certos pendores democráticos como posicionamento difusamente contrário à escravidão e a favor do sufrágio direto nas eleições. Desse modo, o propósito recolonizador das Cortes e as medidas adotadas para concretizá-lo terminam por incentivar o "partido brasileiro", bem como os liberais radicais a tentarem influenciar o Príncipe Regente. Naturalmente que D. Pedro vai pender para o lado dos conservadores, os quais encontram em José Bonifácio uma figura altamente preparada para exercer a função de articulador da independência. Por seu turno, os liberais radicais tentam avançar no projeto emancipatório, e por iniciativa de Gonçalves Ledo conseguem um trunfo junto a D. Pedro, que acata a ideia de convocar uma Assembleia Constituinte (13 de junho de 1822).

Até esse ponto os conservadores ainda mantinham a posição favorável à união luso-brasileira. Não obstante, diante da firme posição das Cortes de Lisboa, que exigem o imediato regresso do Príncipe, eles, que na realidade detinham o controle da situação, reveem sua posição. Nesse momento, convergem as forças em prol da independência de feição conservadora e os liberais: o Príncipe, de feição absolutista e não simpatizante da revolução liberal portuguesa, o "partido brasileiro", defensor dos interesses conservadores da aristocracia rural e os radicais liberais que sempre defenderam a independência. O hábil José Bonifácio, em meio à mobilizada opinião pública, que em seus periódicos se posiciona contra as medidas recolonizadoras das Cortes, articula o desenlace. O resultado foi o Grito do Ipiranga. Sob essa condição o Brasil independente torna-se uma monarquia.

C. Shoosmith, *The sugar Engenho de Torre, and plan of its interieur*, 1821. Gravura. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

A nova estrela dentre a constelação dos jovens países ibero-americanos, tal como seus vizinhos hispânicos, vai enfrentar o desafio de instituir um Estado soberano, manter a unidade do território, a ordem pública e a paz social. Aliás, no plano político, social e cultural, a despeito da criação de duas escolas de medicina (pouco antes a Argentina criara não uma escola, mas a Universidade de Buenos Aires), da Real Biblioteca, da Missão Francesa e da Missão Austríaca; enfim, de todos os positivos feitos herdados do período joanino, o que prevalece é a velha ordem, nada liberal, de enfrentar as questões contestadoras com repressão, como, por exemplo, na Noite da Agonia (11 de novembro de 1823), quando os constituintes tentam resistir ao autoritarismo de D. Pedro e são severamente contidos. No dia seguinte, dá-se a dissolução da Assembleia Constituinte e, pouco depois, a mordaça na imprensa (21 de novembro de 1823).

Assim é, também, em relação às revoltas e levantes dos escravos nas fazendas. Escravos que fazem da fuga um meio de resistência, se aquilombolam e saem desses refúgios em bandos à cata de víveres e para tanto atacam feiras livres e comércios locais. Em todos os casos a ordem pública foi estabelecida por meio de repressão que se traduzia em prisões, chibatadas e muitas vezes em morte. Visto da longa distância do tempo presente, a questão da coesão social (ou melhor, a falta dela) era enfrentada não só com repressão, como também com discriminação, haja vista a lei complementar à Constituição imperial brasileira (5 de dezembro de 1824) que proíbe os escravos de frequentarem escolas, quando em outros países da Ibero-América a escravidão está sendo abolida, a exemplo do México (13 de setembro de 1821). Não obstante, no Brasil os escravos são vistos apenas do ponto de vista econômico, como mercadoria.

Aliás, o comércio internacional de escravos e a política de reconhecimento da independência do Brasil constituem, quiçá, as principais questões da política externa do jovem Império, com reflexos profundos e duradouros na vida do Estado nascente. Ao lado dessas questões inscreve-se, também, como tema importante na seara internacional a Guerra Cisplatina. No plano interno os maiores desafios são representados pela Guerra da Independência e pela Confederação do Equador.

A Guerra da Independência (muitas vezes denominada na literatura especializada no plural) vem a ser os focos de resistência armada impostos pelos simpatizantes da Revolução Liberal do Porto e sua Assembleia Geral e Constituinte, as Cortes, instaladas em Lisboa, ou seja, pelos comerciantes do "partido português" e pelas tropas fiéis a Portugal e leais a D. João VI. Pode-se dizer que a luta armada termina em 1823, não obstante alguns focos perdurarem até 1824. Os combates mais tenazes se travam principalmente nas províncias do Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina. Na sede do Império registram-se, também, levantes da guarnição lusa que, combatida, recua para Niterói.

Para debelar a resistência armada, D. Pedro I contrata mercenários estrangeiros para auxiliar as valorosas tropas que lhe são fiéis, uma vez que o jovem Estado ainda não tem um exército estruturado e estrategistas militares. Assim, atuam a soldo tanto soldados, como militares de alta patente das forças terrestre e naval da estirpe, dentre outros, dos ingleses John Grenfell, John Taylor, do escocês Lord Cochrane, almirante que enfrentou a armada portuguesa, e do francês Pierre Labatut.

Verbete

1821-1830

O principal fato histórico desse período para os brasileiros é a Independência do País em 1822. O Brasil assina o Tratado de Comércio com a Inglaterra, ato que revalida os termos do Tratado de Comércio firmado entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1810.

Confira mais no Anexo 1.

Facetas diversas da animosidade contra os portugueses são desempenhadas pela opinião pública, que reverbera na imprensa, e pelo sentimento nacional que aflora entre os que passam a se sentir cada vez mais brasileiros e se contrapõem aos portugueses. É o aflorar de um sentimento de pertencimento, de identificação nacional em contraposição a um outro, ao outro, ao português. Nos centros urbanos registram-se, a partir de então, e ao longo dos anos vindouros, episódios de conflito de rua entre portugueses e brasileiros, muitas vezes tendo como pano de fundo a atuação de concorrentes comerciais. Aos gritos de "pega maroto", os portugueses eram perseguidos e desacatados. A figura do português passa a ser caricaturada em prosa e verso, e destratada com dizeres como "maroto pé de chumbo, calcanhar de frigideira, quem te deu essa ousadia para casar com uma brasileira". Sem dúvida era o sentimento nacional tentando se autoafirmar.

D. Pedro I enfrenta ainda, em 1824, uma violenta reação dos pernambucanos aos seus atos autoritários. O ato autoritário do monarca dissolvendo a Constituinte (12 de novembro de 1823) e outorgando a Constituição (25 de março de 1824) funciona como estopim da Confederação do Equador.

Outra força que alimenta o ímpeto dos pernambucanos vem a ser a opinião pública contrária aos atos autoritários do monarca. Em Recife, onde, desde 1817, uma tipografia está a serviço dos revolucionários, é criado, em 9 de abril de 1823, o jornal radical Sentinela Liberal, trincheira de combate de Cipriano Barata e Frei Caneca. O baiano Cipriano Barata aporta em Pernambuco vindo de Londres (21 de dezembro de 1822). Periodista revolucionário, representante do Brasil às Cortes de Lisboa, que se distingue também pela postura radical tanto na verve, como no vestir com seu chapéu de palha panamá e trajes de linho branco (apropriados para o clima tropical) fora parar em Londres, depois de fugir de Portugal após repudiar as Cortes. Não obstante, a figura de Cipriano não incendeia por muito tempo o movimento revolucionário, posto ser preso pouco depois da dissolução da Constituinte (12 de novembro de 1823) e deportado para a sede da monarquia, condição na qual permanece até 1830.

Entrementes, apesar de se espalhar por outras províncias, o movimento não logra seu intento de criar uma confederação. Violentamente reprimido, em novembro, o último bastião na Paraíba cai perante as tropas imperiais.

A outra guerra desse período tem conotação singular, posto ser travada contra forças externas. Na Província Cisplatina, após a retirada das tropas imperiais depois do levante de resistência ao governo do Imperador, os uruguaios, apoiados pelo governo argentino, instituem um governo provisório e promovem a incorporação da província à República das Províncias Unidas do Rio do Prata (1824). No ano seguinte, tropas brasileiras tentam dar combate a esse intento, mas são derrotadas. O Brasil perde a Província Cisplatina em 1828. Com a mediação da Inglaterra, foi proposta a criação de um Estado tampão independente. Naquele mesmo ano, o Uruguai torna-se independente.

Depreende-se dos episódios narrados que, por volta de 1824, D. Pedro tinha consolidado a Independência no plano interno. Impunha-se, então, a tarefa de fazê-la ser reconhecida na constelação dos Estados soberanos. Nessa seara, o Brasil vai se deparar com duas questões que

são itens da agenda inglesa para o país sul-americano, quais sejam: a revalidação das condições dos Tratados de Comércio de 1810 e o tráfico de escravos.

O primeiro país a reconhecer a Independência são os Estados Unidos da América, motivado pela Doutrina Monroe e por interesses comerciais. A Inglaterra o faz na prática, mas não oficialmente. A cautela se explica pelos interesses a preservar.

Vencida a guerra da Independência, praticamente nenhuma outra ameaça política, interna ou externa, põe em risco a existência soberana do jovem Estado. A única sombra que pairava sobre a Independência era o temor de que as duas coroas pudessem se unificar, uma vez que o Imperador era, também, o herdeiro do trono português. Ameaça debelada no plano imediato com a renúncia ao trono em favor da Princesa herdeira.

Não obstante, o jovem País, no âmbito do processo de reconhecimento da sua Independência pela antiga metrópole, assume compromissos que vão marcar sua vida econômica nas próximas décadas. Dentre esses, o de maior vulto é a assinatura do Tratado de Comércio com

Laurent Deroy (1797-1886), *Recolte du café* (Colheita do café), 1835. Gravura. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

a Inglaterra, que revalida os termos do Tratado de Comércio firmado entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1810. Decorre daí a posição da política exterior brasileira de estabelecer uma série de tratados similares com outras nações atrelando-os ao reconhecimento da Independência brasileira, o que tem como resultante um sistema de tratados altamente danoso a seu comércio exterior e, por conseguinte, à sua economia como um todo.

A preeminência inglesa deixa-se identificar, também, nas questões respeitantes ao comércio transatlântico de escravos. À Inglaterra não interessava a continuidade desse comércio pelo fato de ele não mais fazer (naquela época) parte da sua estrutura produtiva e, portanto, de inserção internacional. Com sua economia em pleno processo de expansão das bases industriais, o que significa interesse em novos mercados consumidores e comércio internacional sob as bases liberais, a maior potência industrial de então vai travar um jogo de força com a ex-colônia portuguesa e impor restrições e, depois, até mesmo veto ao comércio transatlântico de seres humanos. A resistência férrea, muitas vezes dissimulada, do País sul-americano contorna, na prática, as imposições inglesas, não obstante algumas leis coibindo essa modalidade de comércio (leis "para inglês ver") e arrasta até o meado do século a sua prática.

Conclui-se, portanto, que a resistência oferecida à coibição do comércio de escravos é decorrente da permanência da estrutura produtiva colonial. Na seara da política exterior, onde, portanto, poderia ousar algo novo sem modificar a sua conformação interna, registra-se, também, um quadro de permanência – a reprodução das premissas dos tratados desiguais. O jovem País nasceu conservador.

as Regências, retrato da anarquia brasileira?

O transcurso do período das Regências no Brasil se dá em um contexto político de recrudescimento da luta em prol do liberalismo e marcado pelo sentimento autonomista em vários países. Assim, as agitações políticas que contestam o autoritarismo e levam à abdicação de D. Pedro I, e, posteriormente, desencadeiam várias revoltas internas, a despeito das motivações específicas, não é um fenômeno brasileiro isolado.

Em alguns dos principais centros que contavam para o comércio exterior brasileiro, a situação também é de intranquilidade interna. No contexto das relações internacionais, o exercício da hegemonia coletiva arquitetada no Congresso de Viena (1815) possibilita um equilíbrio de poder que favorece a paz entre as nações por certo tempo. Entrementes, a Ordem de Viena e a Santa Aliança não puderam conter por muito tempo o movimento liberal, o qual não só ressurge, gradativamente, mas cada vez com mais intensidade, se mescla com ideias republicanas e democráticas.

Na Europa, as ideologias do liberalismo e do nacionalismo desencadeiam uma nova onda revolucionária. Economicamente, a década é impregnada por uma crise que em alguns países assume proporções drásticas, a exemplo da Irlanda (em 1841, com 8 milhões de habitantes, o país europeu mais populoso na época), cuja população conhece a tragédia da fome (crises de 1837, 1839, e a pior de todas, de 1845 a 1849) em decorrência do crescimento demográfico e

Capítulo 4

das péssimas safras, devido a uma praga que atacou suas plantações de batata, e das péssimas colheitas de cereais por causa de problemas climáticos.

O alto custo de vida, as péssimas safras agrícolas, a estagnação da produção industrial que acarreta o aumento do desemprego e uma política de baixos salários provocam a miséria e a revolta das populações urbanas e o descontentamento da burguesia liberal. Esses fatores deságuam em confrontos que convulsionam vários países e desafiam a Ordem de Viena. Ilustrativamente, cite-se a ruptura da Bélgica com os Países Baixos, em 1830, que pela primeira vez modifica o mapa europeu traçado no Congresso de Viena (1815); e a Insurreição da Polônia, sufocada pela Rússia (1830). Nos Estados italianos, onde as revoltas têm caráter liberal, nacional ou antipapal, em contraposição aos respectivos poderes locais. Nos Estados alemães ocorrem várias revoltas, muitas das quais reprimidas pelas forças austríacas da Santa Aliança, outras pela Prússia, onde os revoltosos queriam impor uma Constituição. As revoluções do *Vormärz* foram politicamente derrotadas. Todavia, economicamente, a década vê concretizada a criação do *Zollverein* (união aduaneira, 1834), iniciativa prussiana que sela a união econômica dos Estados alemães, sem incluir a Áustria, no âmbito do projeto político da "pequena Alemanha", que décadas depois se concretiza no II Reich.

Entrementes, politicamente a França é o epicentro desses eventos. Os Bourbon, que foram reconduzidos ao trono pelos ditames do Congresso de Viena (1815), após as Guerras Napoleônicas, estavam no segundo governo. Carlos X, ao contrário do seu antecessor Luís XVIII, reina sob a égide do absolutismo. Descontentes, os liberais, depois de três dias de barricadas (27, 28 e 29 de julho de 1830), destronam o monarca e assumem o poder. Não obstante, as forças revolucionárias predominantes, que se sobrepõem às forças populares revoltadas, representam a burguesia que teme a turba revoltada e, ao invés da proclamação de uma República democrática, optam por uma monarquia constitucionalista. O liberalismo ainda não se associa na prática à democracia.

Na Inglaterra, os sindicalistas e os cartistas conseguem o reconhecimento de que nenhuma reforma seria possível se os trabalhadores não conseguissem o direito de votar. O liberalismo é, assim, questionado por uma premissa democrática. Os anos 1830 começam com um acentuado desaceleramento do crescimento econômico. O desenrolar dos fatores negativos levam ao que muitos admitem ser a primeira crise geral do capitalismo com sérios impactos sociais. Em consequência, os trabalhadores e a população pobre reagem com levantes populares espontâneos.

O alto custo de vida, os baixos salários e o reduzido consumo de produtos industriais motivam muitos empresários, sobretudo industriais de Manchester (produtores de tecidos) a questionar a legislação protecionista da produção de cereais que restringia a importação desses produtos (Leis do Trigo, existentes desde a Idade Média). Em 1838, por iniciativa dos industriais, surge a Liga Contra as Leis do Trigo.

Para uma linha de pensamento liberal da época, a lei de proteção à produção do trigo, ao obstaculizar a importação desse produto, mantinha-o sem concorrente no mercado interno e, por conseguinte, seus preços no patamar elevado para onde tinham sido empurrados pelo isolamento britânico em decorrência do Bloqueio Continental imposto por Napoleão. Com isso,

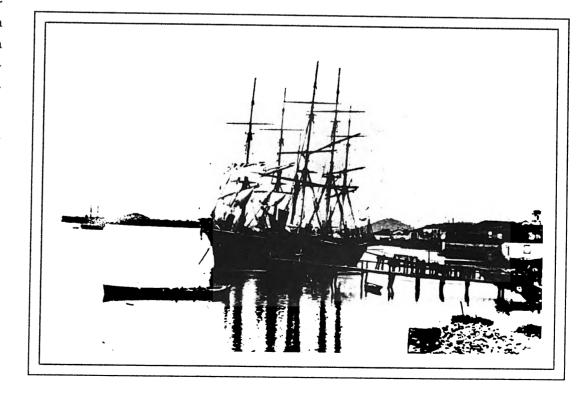
tinha-se uma pressão constante sobre os salários, uma vez que o alto custo do trigo elevava custo de vida do trabalhador, que tinha no trigo a base de sua alimentação e com ele gastava a maior parte de seus proventos.

Como as Leis do Trigo beneficiam os proprietários de terras, estes desejam sua manutenção, o que gerou uma acirrada polêmica.

Assim, em uma cadeia causal, o preço do trigo tinha que baixar. Uma forma de se atingir essa meta seria liberalizar as importações acabando com a legislação protecionista. Uma vez conseguindo baixar o preço do trigo, atingir-se-ia outra meta, a baixa do custo de vida em decorrência da oferta mais barata de alimentos, a qual acarretaria o barateamento do preço da mão de obra, indispensável para tornar o preço final do produto industrializado atrativo para o consumidor. Esse fato possibilitaria incrementar a economia, já que, além de baixar os preços dos produtos industrializados e, com isso, dinamizar o mercado interno, intensificaria o comércio exterior, uma vez que os países exportadores de trigo (França, Rússia e EUA) passariam a ter condições de, por seu turno, importar os produtos industrializados ingleses. (A Lei do Trigo só é revogada em 1846, sem, contudo, produzir os efeitos teorizados pelo fato de que os meios de transportes da época ainda não permitem a circulação de grandes volumes de mercadorias em curto tempo).

Ocorre, porém, que nos anos 1830, a par da crença dogmática dos liberais no *laissez-faire*, o pensamento liberal sozinho não pode modificar certas premissas básicas; no caso, o fato de o processo de industrialização ainda não dispor de máquinas que proporcionassem uma racionalização tal que possibilite o aumento em grande escala da produção e sua circulação em tempo o mais breve possível. A produção agrícola, também, não está mecanizada suficientemente para possibilitar tal feito.

Nessa década, tem-se na Grã-Bretanha o entronamento da Rainha Vitória, que em 1837 dá início ao seu longo reinado, o qual se estende até 1901. Nos primeiros anos do seu reinado, o país enfrenta dois períodos de crises econômicas tidas, então, praticamente, como fenômenos regulares inerentes à economia industrial, nos anos de 1836-7 e 1839-42. Essas crises, que incrementam a pobreza e a insegurança social, a soberana enfrentou com uma política de compromisso. Todavia, particularmente a partir da segunda metade

Militão Augusto de Azevedo. *Dois veleiros nos trapiches, próximo ao cais da capela*, 1864. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

do século, a Grã-Bretanha vivencia, sob a Era Vitoriana, seu apogeu como potência. Esse tempo é marcado pela hegemonia mundial inglesa, progresso econômico-tecnológico, expansão colonialista e primeiras lutas e conquistas dos trabalhadores.

Nas Américas, os Estados Unidos, sob o postulado da Doutrina Monroe, "A América para os americanos", reafirmam a não admissão de novas colônias europeias no continente. Mas, os colonos norte-americanos assentados no Texas lutam contra os mexicanos, vencem o embate e declaram a sua independência e transformam, em 1839, o seu território em uma República. Mais tarde, em 1845, o Texas é anexado pelos Estados Unidos.

Outra questão de destaque da história norte-americana dessa década relaciona-se também com a terra, dessa feita envolvendo os indígenas. Em 1830, o Congresso aprova o Ato de Remoção Indígena, pelo qual o Presidente norte-americano fica autorizado a negociar a permuta de terras na região leste do país, mais valorizadas economicamente, por terras a oeste do Rio Mississipi, mais para o interior do continente. Em 1834, é criado o Território Indígena (atual Oklahoma), destinado a receber diferentes povos indígenas. Com essa política, os Estados Unidos praticamente forçavam os indígenas a assinarem tratados, nos quais os nativos cediam suas terras de grande valor presumível, pelo direito de ocuparem algum espaço no Território Indígena. Ao todo, são quase uma centena de acordos firmados. Nem sempre é possível fazer os acordos sob a égide das negociações diplomáticas. Quando os indígenas oferecem resistências, geralmente são simplesmente expulsos à força.

Mas os anos 1830 são também conhecidos por outro feito, a chamada *Democracia Jacksoniana*, do Presidente democrata Andrew Jackson, que governou os Estados Unidos de 1829 a 1837. Oriundo da classe trabalhadora, Jackson inaugura a prática do partido vencedor de uma eleição fazer indicações politicamente motivadas para os postos de trabalho da máquina administrativa, contrariando com isso um velho costume vigente. Até então os escolhidos são sempre pessoas das camadas abastadas e as indicações permaneciam por toda a vida.

Na Ibero-América, como em outras partes, insurge-se o incipiente sentimento nacionalista. No Brasil ocorrem várias revoltas sociais, que geralmente são interpretadas pela historiografia como manifestações da insatisfação do povo com o governo regencial.

Essa tese dá uma dimensão simplificada do que está ocorrendo no País. O regresso de D. João VI a Portugal inaugura um período de agitações políticas de contestação ao poder central, representado pela figura de D. Pedro e, depois, pelas dos Regentes que o sucedem.

Um dos significados mais evidentes e reconhecidos do período do governo de D. Pedro I vem a ser a dimensão de permanência da estrutura socioeconômica da ex-colônia portuguesa a despeito da Independência. Na esfera política, verifica-se, também, a continuidade dos métodos e práticas na reestruturação administrativa. Nessa seara, a disputa do poder pelas forças políticas locais marca não somente o período do governo de D. Pedro I, como os subsequentes

que se prolongam por toda a década de 1830, quando, por força das circunstâncias, o País, em conformidade com os dispositivos constitucionais, é governado por Regentes.

Com a permanência do Príncipe herdeiro no Brasil, a luta pelo poder gira inicialmente em torno de sua figura e nas artimanhas para influenciá-lo. Com quase todas as forças políticas lutando por uma causa comum, a emancipação, tem-se um breve período liberal (1820-22). Após a Independência, uma vez que o monarca passou a ter as rédeas do poder em suas mãos e a exercê-lo sob o viés absolutista, as outras forças políticas oferecem resistência conspirando ou se rebelando, a exemplo da Confederação do Equador.

Sem a figura central de D. Pedro I, após a abdicação (7 de abril de 1831), ocorre a vacância do poder central, devido à minoridade do Príncipe herdeiro, D. Pedro de Alcântara (então com cinco anos incompletos). Com isso, pela primeira vez o Brasil fica sob o comando de suas próprias forças políticas, coincidentemente a caixa de pandora dos interesses regionais se abre e leva às várias revoltas provinciais. Em certo sentido, a figura do primeiro Imperador e seu governo representam, na prática, um período de transição, de transferência do comando do País das mãos dos portugueses para o mando dos brasileiros, que inicialmente ocorre sob os Regentes, período dos mais conturbados da História brasileira e que se prolonga da Abdicação de D. Pedro I (1831) até o golpe da maioridade de D. Pedro II (1840); ou seja, ao longo do período regencial.

O país que D. Pedro I deixa de herança para seu filho, Pedro de Alcântara, está quebrado. O seu banco, Banco do Brasil, falido, teve que encerrar as portas em 1829 e decretada a insolvência em 1833. Uma década depois da partida de D. João VI, o País vivencia outro regresso de seu estafe principal a Portugal. Dessa feita, da corte de D. Pedro I, o qual, por ter abdicado ao trono português em favor da sua filha Maria da Glória, volta à terra lusitana como duque de Bragança com toda a sua corte, deixando em solo brasileiro somente um filho seu, então uma criança de cinco anos incompletos, o Príncipe herdeiro. Esse acontecimento significa, em primeira linha, uma desarrumação da máquina administrativa à medida que os ocupantes dos principais postos batem em retirada.

O poder vai ser ocupado por políticos que representam muito mais os interesses das províncias geograficamente situadas em torno da corte, fato que aumenta ainda mais as dissidências provinciais em relação ao poder central. Essa situação de instabilidade se agrava em decorrência das acirradas disputas entre as duas principais correntes pelo comando político, nominalmente os liberais moderados e os liberais conservadores. Somam-se às duas correntes os restauradores, que apregoam a volta de D. Pedro I, tendência essa que perde seu argumento com a morte do duque de Bragança, em 24 de setembro de 1834.

De 1831 a 1840 o Brasil é governado por quatro regências. A Regência Trina Provisória (abril-julho de 1831) composta por Nicolau de Campos Vergueiro, José Joaquim de Campos e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (Chico Regência). Eleita em cima da hora pelos poucos membros da Assembleia Geral presentes no Rio de Janeiro durante o recesso, tem a incumbência de tocar os negócios do Estado e realizar uma nova eleição, com número mais representativo de votantes.

Verbete

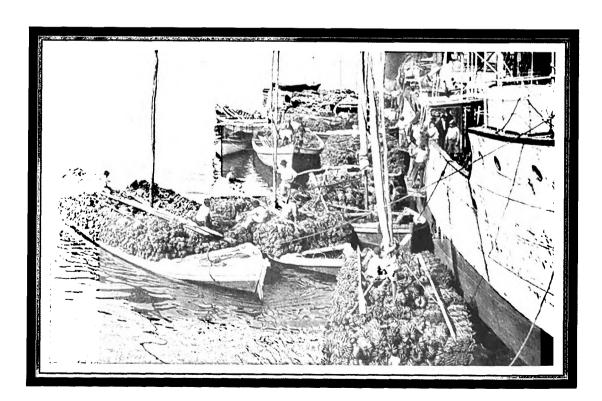
1831-1840

A terceira década do século XIX é marcada, no Brasil, pelo aumento da demanda mundial pela borracha produzida na região amazônica. Entretanto, a balança comercial registra sucessivos déficits. Nesta década, o café começa a se destacar na pauta das exportações brasileiras.

Confira mais no Anexo 1.

A Regência Trina Permanente (1831-1834) tem como membros Chico Regência, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Eleita, porém, para governar apenas por um mandato. Durante seu governo foi criada a Guarda Nacional (18 de agosto de 1831), força paramilitar diretamente vinculada ao Ministério da Justiça, então ocupado pela figura mais preeminente desse período, o padre Feijó. Seus membros são escolhidos por votação direta, observadas as normas censitárias. Nas grandes cidades, o membro tinha que ter renda de 200 mil réis e 100 mil réis nas demais localidades.

Ainda no ano de 1831, tem lugar um debate sobre uma reforma constitucional. Para tanto, é criada uma comissão que elaborou um projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 13 de outubro de 1831. Devido às manobras políticas para que este não fosse rejeitado pelo Senado, o projeto só é aprovado definitivamente, em 12 de agosto de 1834, pelos deputados eleitos em 1833 com poderes constituintes. O Ato Adicional, medida máxima do processo reformista para adequar a Constituição de 1824 à nova realidade de um governo regencial tão longo em meio a uma crise constante, teria merecido de uma das principais figuras do período, Bernardo Pereira de Vasconcelos, a alcunha de "Código da Anarquia". O casuísmo tenta açambarcar as diversas tendências dos políticos que, de fato, detinham o poder.

A Regência, que deveria ter três membros, passa a ser única, sendo denominada a Regência Única do Padre Feijó (1835-1837). Feijó é eleito em eleições diretas, sendo o primeiro político brasileiro eleito para um cargo do poder executivo. Com a demissão do padre Feijó, seu mandato é concluído por Araújo Lima.

O embarque das bananas para exportação, s/data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

E, finalmente, tem-se a Regência Única do mesmo Araújo Lima (1837-1840), quando se antecipa a maioridade de D. Pedro, que aos 15 anos incompletos assume o trono como D. Pedro II, que dá início ao Segundo Reinado (1840-1889).

Assim, tem-se uma nova situação: o maior cargo do poder executivo passa a ser eletivo (e a partir da eleição para a Regência Una do padre Feijó por meio de eleição direta). O Regente é eleito para exercer um mandato com tempo determinado. O Conselho de Estado (que representava o máximo de centralização) é extinto por meio do Ato Adicional de 1834; o qual, também, institui as Assembleias Legislativas provinciais, cujos membros, por seu turno, devem ser eleitos para uma legislatura de tempo determinado. Em ambos os casos as eleições são diretas e secretas.

Essas mudanças introduzidas no período regencial suscitam a interpretação, da parte de alguns historiadores, de que essas são as primeiras experiências republicanas no Brasil, pois, com isso, observam-se algumas das características fundamentais do regime republicano (temporalidade e elegibilidade do chefe do poder executivo e dos deputados, tanto da Assembleia Geral, como das provinciais; submissão das decisões do magistrado à assembleia, descentralização).

No período regencial, um tema polariza as posições políticas, tanto no âmbito da Assembleia Geral, como principalmente em algumas províncias – a questão da unidade nacional. Em que medida as províncias deveriam gozar de autonomia? Que o poder de decisão deveria ficar na corte, no Rio de Janeiro, era ponto pacífico para as correntes políticas soteropolitanas. Esse não é o posicionamento de muitos atores dos movimentos políticos provinciais. Nas províncias, predomina a reivindicação em torno do desejo de maior autonomia política do federalismo, em contraposição ao centralismo da corte. O que, em última instância, significa também ter os problemas locais e suas possíveis soluções colocados em primeiro plano.

Dessa forma, as sociedades provinciais alijadas das decisões políticas explodem em revoltas, levantes, sublevações contra o centro governamental. Elas, apesar de serem oriundas de um pano de fundo relacionado com as agruras do cotidiano, das tensões da situação política entre os interesses das províncias e o governo central, dos diferentes pontos de vista sobre a questão da unidade nacional, são produtos da realidade da vida da província, ou mesmo de uma localidade; ou seja, são, em primeira linha, formas de resistência a suas situações políticas e realidades sociais próximas.

Assim, o afro-brasileiro, para se ver livre do cativeiro, promove incontáveis revoltas em todos os rincões do País, cria quilombos onde se refugiam e de onde saem em grupo para atacar feiras livres. Dentre os movimentos dos escravos africanos dos anos 1830, a Revolta dos Malês é, provavelmente, a de maior expressão. Em Salvador, entre os dias 25 a 27 de janeiro de 1835, ocorre uma sublevação de escravos islâmicos das etnias hauçá e nagô. Integrantes do movimento possuem experiência de combate desde a África e planejam promover a libertação dos escravos dos engenhos do Recôncavo baiano a partir de uma marcha que sairia vitoriosa de Salvador em direção ao interior. Prontamente reprimidos, quatro de seus líderes são condenados à morte. Em consequência, segue-se uma proibição da prática das cerimônias religiosas dos escravos e de circularem à noite pelas ruas de Salvador.

O regime é abalado por perturbações internas de várias ordens que no fundo significam uma contestação às amarras do governo central e, em alguns casos, à condição de vida que se leva. Algumas pretendem ampliar as franquias políticas e sociais, outras reividicam maior autonomia para as províncias, algumas assumem um caráter separatista, emancipatório. A estrutura do regime não comportava os anseios por mais participação da sociedade nas decisões governamentais.

Dentre as revoltas dessa década destacam-se, em ordem cronológica, a liberal Cabanagem, no Pará (1833-1836), que tem como estopim a insatisfação com o Presidente provincial nomeado pelo governo regencial. A federalista Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845), que, em um primeiro momento, reclamava dos altos impostos sobre seu charque em contraposição à baixa taxação que incide sobre as carnes importadas da Argentina e do Uruguai, assume um caráter separatista ao proclamar as Repúblicas Piratini e Juliana, esta em Santa Catarina. A republicana Sabinada, na Bahia (1837-1838), motivada pelo descontentamento em relação às autoridades impostas pelo governo central. A popular Balaiada, no Maranhão (1838-18410), tem como fatores catalisadores a insatisfação com o Governante imposto e a precária condição de vida de seus membros, escravos fugidos, vaqueiros, fazedores de balaio.

Praticamente todos os movimentos revoltosos do período regencial tem um destino comum – foram cruelmente esmagados. Em muitos casos, como era corrente à época, uma apenação comum são os castigos corporais impingidos especialmente ao escravo fujão. Os chefes de muitas revoltas, após a condenação, são executados na forca. Único caso de rendição negociada vem a ser o da Revolta Farroupilha.

A repressão, muitas vezes brutal, dos movimentos rebeldes, da "anarquia reinante" é parte do custo arcado pela sociedade pela unidade do País.

Nessa altura dos acontecimentos, tomam curso as medidas regressistas para montar um arranjo institucional que dê conta de governar o País contornando o risco de secessão territorial, de colocar ordem na sociedade. Para tanto, são feitas algumas correções de rumo. Algumas medidas do Ato Adicional de 1834 mostram-se ineficientes para dar conta da flexibilidade do sistema e manter a ordem e a paz social (muitos dispositivos de concepção liberal na prática terminam sendo aplicados visando não ao interesse coletivo, mas aos particulares). Assim é que a tendência conservadora toma fôlego com a Regência de Araújo Lima. Ainda em 1837, formula-se um projeto de lei restringindo muitas das medidas liberalizantes do Ato Adicional de 1834. Esse projeto dos regressistas, porém, diante da oposição dos liberais, somente em 12 de maio de 1840 é aprovado e passa a ser conhecido como Lei Interpretativa do Ato Adicional, que introduz restrições à autonomia das províncias e dos municípios.

O Partido Regressista, como bem típico da época, engendra um plano que vem a ser coroado de êxito: antecipar a maioridade do Príncipe herdeiro. O golpe da maioridade é o símbolo maior do curso conservador que o País toma doravante. Com o movimento pela antecipação da maioridade do jovem Príncipe, então com 15 anos incompletos, a transformar-se em um Imperador com grandes poderes, achavam não somente algumas importantes figuras

do Partido Regressista, como também do Liberal, terem encontrado a solução para a "anarquia reinante". Em 1835, é apresentado à Câmara o primeiro projeto propondo a antecipação da maioridade de D. Pedro. Na Regência conservadora de Araújo Lima surgem novos projetos que foram rejeitados. Porém, em 1840, a questão toma alento. Em abril é criado o Clube da Maioridade com o objetivo de mover uma campanha em prol da antecipação da maioridade do jovem Príncipe. A questão é debatida não somente no Parlamento, como também pela imprensa, e ganhou as ruas. Outro projeto apresentado ao Senado por um membro do Clube da Maioridade, padre José Martinino de Alencar, é também rejeitado.

Um projeto do deputado conservador Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês do Paraná) propunha que os deputados da próxima legislatura tivessem poderes para reformular a Constituição quanto ao dispositivo da maioridade. Sob pressão contrária, o projeto é retirado de pauta em julho.

Enfim, alguns projetos de lei foram apresentados, mas a maioridade foi instituída mediante um acerto casuístico. Uma comissão formada por políticos maioristas, em conformidade com o Presidente do Senado, se dá à incumbência de solicitar a D. Pedro que "desde já" assuma o exercício das prerrogativas do cargo de Imperador. O jovem Príncipe acata o sugerido. Ato seguinte da trama, D. Pedro II assume o governo em 23 de julho de 1840. Está encerrado o período regencial. O Imperador adolescente passa a simbolizar a nova articulação entre as oligarquias regionais e o núcleo da oligarquia que está enriquecendo com a produção de café em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tornando possível o projeto centralizador em detrimento do ideal autonomista das províncias.

Relativo à política externa, um tema merece atenção especial e suscita debates no Parlamento. Trata-se do sistema de tratados internacionais de comércio. A política exterior brasileira tenta mudar de rumo e denuncia os tratados de comércio e navegação firmados entre o Brasil e países amigos sob o argumento que esses acordos levam o Brasil à dependência e trazem prejuízos ao comércio exterior brasileiro. O primeiro tratado denunciado é com a Áustria, quando a Câmara dos Deputados aproveita que o tratado havia expirado e decide não renová-lo. Ainda em 1836, o governo mantém a política de independência e nega-se a renovar os tratados com Portugal. O período é marcado pela não renovação e interrupção de novos tratados. O tratado firmado com a Inglaterra permanece vigente. Em 1838, o Brasil denuncia os Tratados de Comércio e Navegação estabelecidos com a Prússia e cidades Hanseáticas e com a Dinamarca, assinados, respectivamente, em 1827 e 1828.

No cenário internacional, em 1839, é editado o Bill de Palmerston, medida unilateral que permite à marinha britânica apresar os navios destinados ao tráfico de escravos que tivessem a bandeira portuguesa, devendo ser julgados por tribunais ingleses. Essa medida tem significado direto sobre o fornecimento de mão de obra escrava para as lavouras brasileiras.

Economicamente, dentre outros acontecimentos, registra-se o alargamento da fronteira agrícola no sudeste do País, com a expansão do plantio do café. No início dos anos 1830, há

deslocamento das fronteiras agrícolas em busca de novas áreas para a expansão do café – o que ocorre principalmente na região de fronteira entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. A partir do ano de 1832, o café destaca-se na pauta de exportação do Brasil.

A introdução do consumo do café no Ocidente remonta ao início dos tempos modernos. O hábito de tomar café em público, em estabelecimentos destinados a servir essa bebida, remonta ao ano de 1591, quando a primeira dessas casas foi aberta em Veneza. O processo de difusão desse hábito, de início, é lento. Somente em 1652 é aberta uma casa de servir café em Londres. Próximo capítulo dessa história é registrado na França, precisamente em Marselha, no ano de 1671. Nos Estados Unidos, lá chega no ano de 1670.

Depois das Guerras Napoleônicas há um aumento populacional considerável na Europa. Em alguns países, como na Irlanda, fala-se mesmo de uma explosão demográfica. Antigos costumes, antes raros e escassos na sociedade, ressurgem. Dentre esses, o hábito de beber café, que se intensifica. O mercado deste produto é abastecido pelo Haiti, porém, após a revolução dos escravos, em 1789, o mercado haitiano encontra-se desorganizado e sem produção suficiente para abastecer os antigos importadores. Diante disso, o mercado internacional busca novos fornecedores para suprir a demanda pelo café. Contribui, também, para o alargamento do consumo desse produto o crescimento urbano e o processo de industrialização, com seus operários necessitando trocar o uso de bebidas alcoólicas por uma bebida forte que os mantivessem despertados para o trabalho.

O Brasil produz café desde 1727, ano em que seu plantio é introduzido no País. Já no fim do século XVIII e início do século XIX, o café é cultivado e exportado em pequenas quantidades. O aumento da produção é verificado com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, devido à grande demanda por este produto no mercado interno. Com o café, o polo econômico gradativamente se desloca das províncias do norte para as do centro-sul.

O invento da hélice marítima, em 1832, e a utilização do ferro em larga escala, a partir de 1837, para a construção de navios são avanços que vão possibilitar um grande desenvolvimento no transporte marítimo intercontinental, o que gera condições favoráveis ao aumento das trocas comerciais e diminuição dos custos operacionais. Acontecimentos que vão dinamizar, de certa forma, o comércio internacional de modo geral. Evidentemente que o impacto de algumas dessas invenções e descobertas só vai se fazer sentir nas décadas vindouras, até mesmo por uma questão de sua implementação prática.

Outro invento dessa década vai ter um significado muito grande e influenciar diretamente a economia de uma região brasileira. Em 1839, Charles Goodyear desenvolve o processo de vulcanização da borracha. A região amazônica é extremamente favorecida por esse avanço tecnológico, que gera aumento na demanda da matéria-prima, por parte dos países industrializados, ávidos por aquele produto.

um adolescente no trono brasileiro, a vitória do projeto conservador

Essa é a década da "Primavera dos Povos", vaga revolucionária dos nacionalismos românticos (1848) que varre a Europa e põe termo, definitivamente, aos ditames do Congresso de Viena aos quais sucede um mecanismo de alianças e proteção mútua na tentativa de garantir a segurança e a paz entre as nações. O Brasil não fica imune aos reflexos dessa que é considerada a primeira onda revolucionária de caráter mundializado. A Revolução Praieira, em Pernambuco, identifica-se com o pensamento do socialismo utópico que influenciou seu liberalismo radical.

Esses são anos também marcados pelas "coqueluches ferroviárias", quando, depois da construção da primeira ferrovia pública do mundo na Inglaterra (1825), uma febre de instalações de estradas de ferro contamina as principais economias mundo afora. A siderurgia alarga, também, os meios de transporte com a construção de embarcações de metal movidas a vapor.

A maioridade de D. Pedro é declarada em 23 de julho. O Marquês de Paranaguá, que presidia o Senado, profere na presença de mais de oito mil pessoas aglomeradas dentro e em torno do Senado: "Eu, como órgão da representação nacional, em Assembleia Geral, declaro desde já maior a Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II, e no pleno exercício de seus direitos constitucionais". Com a subida ao trono de D. Pedro II, tem início o período denominado de Segundo Reinado.

Capítulo 5

Em 1841, a população do Brasil é de cerca de seis milhões de habitantes e concentra-se em trechos do litoral e em alguns pontos do interior. A economia, baseada principalmente na agricultura, sustenta-se por mão de obra escrava e as finanças do País sofrem com o peso de uma dívida externa de mais de cinco milhões de libras esterlinas.

O modelo de desenvolvimento brasileiro nos anos vindouros é condicionado por uma legislação baixada nessa década. A Tarifa Alves Branco, de 1844, aumenta para 30% e 60% a alíquota de importação de produtos sem e com similares nacionais, respectivamente. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, abole o tráfico de escravos e libera capitais para outras atividades nos anos subsequentes, o que anima os negócios urbanos. A Lei de Terras, do mesmo ano, que preventivamente tenta evitar uma possível posse da terra por ex-escravos e imigrantes.

Harald Schultz (1909-1966), *D. Pedro II*. Fotografia. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

O território é imenso, partes das fronteiras não são bem definidas, o País desconhece seus limites. As províncias são distantes e o acesso é difícil. Para se chegar à Província de Mato Grosso, por exemplo, o melhor caminho é seguir através do estuário do Prata e depois subir pelos rios Paraná e Paraguai.

Os atritos políticos são comuns e as províncias disputam com o poder central uma maior autonomia. No Maranhão e Piauí, em 1840, as tropas do governo tentam pacificar a rebelião que fica conhecida por Balaiada. E no Sul transcorre uma luta difícil contra os rebeldes republicanos, que ficou conhecida como Revolução Farroupilha.

Com este cenário, o Brasil adentra a década de 1840 e procura estabelecer uma maior centralização do poder para melhor ordenar e administrar a nação brasileira, o que é consubstanciado pela denominada Lei Interpretativa de 12 de maio de 1840, ou Lei da Interpretação do Ato Adicional de 1834, que retira poder das Províncias e municípios.

Uma das primeiras consequências políticas da maioridade é a nomeação, em 24 de julho, do primeiro ministério de D. Pedro II, composto principalmente por políticos liberais, que começa sua atuação pela tentativa de pacificar o País, que ainda tem revoltas ocorrendo no Maranhão e no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, o jovem imperador age, algumas vezes, influenciado pelo grupo palaciano, mas rapidamente revela vontade própria e impõe-se como soberano. A Constituição de 1824 lhe concede o Poder Moderador, ponto fundamental para a organização política do império, na medida em que se sobrepõe aos demais poderes, e ao mesmo tempo, garante a independência e harmonia entre eles.

Além das dificuldades políticas ocasionadas pelas disputas entre conservadores e liberais e das revoltas que ocorrem em algumas províncias, o governo brasileiro necessita equilibrar as contas públicas. Para isto, é fundamental livrar-se dos tratados comerciais desfavoráveis ao País, que foram herdados do período anterior. Na Sessão Ordinária de 1840 da Assembleia Legislativa, o Ministro e Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros apresenta relatório no qual informa que "ordens já têm sido expedidas para notificar a cessação dos Tratados que ainda existem, cujo termo está a aproximar-se".

No Brasil, as limitações impostas pelo período colonial e pelos tratados comerciais desfavoráveis contribuem para que o País chegue à década de 1840 com um baixo grau de industrialização, pesquisa e desenvolvimento. Registre-se, também, que não se implementaram políticas de impacto para proporcionar ao País condições de recuperar o tempo perdido. A pequena quantidade de patentes concedidas ajuda a comprovar este fato. Desde 1809 são concedidas no País apenas 31 patentes.

Na Inglaterra é criado o selo postal, na França surgem leis de proteção ao trabalho e, em breve, nos Estados Unidos será instalado o primeiro telégrafo elétrico ligando Washington a Baltimore. A Europa e os Estados Unidos seguem em um processo de desenvolvimento acelerado, resultando em crescimento e elevação do padrão de vida de suas populações.

Com isso, o café passa a ser cada vez mais consumido nesses locais e o Brasil beneficia-se desse mercado. As importações de café que os Estados Unidos fazem do Brasil possibilitam uma maior participação daquele país nas relações de troca com o Brasil, o que ajuda o País a reduzir a dependência da Inglaterra.

O café, que já era cultivado e exportado em pequena escala a partir do Grão-Pará e Maranhão, encontra nas regiões sudeste e sul as condições favoráveis para a expansão da cultura, e a produção aumenta significativamente, o que possibilita suprir a demanda internacional pelo produto. Entre 1820 e 1840 ocorre um aumento na produção de café da ordem de 206%. Foram exportadas 3.178.000 sacas de 1820 a 1831 e 9.744.000 sacas de 1831 a 1840.

O governo do jovem imperador precisa de uma instância consultiva para orientá-lo em assuntos relativos a declarações de guerra, ajustes de paz, negociações com nações estrangeiras e outros assuntos, por isso, o Conselho de Estado, que havia sido abolido em 1834, é restabelecido. Realiza-se, também, a reforma do Código de Processo Criminal e, para melhor assegurar a ordem pública no País, são criadas Chefias de Polícia nas Províncias.

As oligarquias provinciais reagem à centralização do poder empreendida nos anos anteriores. Em São Paulo e Minas Gerais eclodem rebeliões lideradas pelos liberais. O governo envia o Brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, já intitulado Barão de Caxias, para sufocar as rebeliões e prender seus líderes.

No comércio exterior, um dos problemas é com a Inglaterra, que não deseja que os grandes lucros que obtém com os produtos exportados para o Brasil diminuam e, na tentativa de renovar seu vantajoso tratado comercial com o Brasil, envia em 1842 Henry Hellis ao Rio de Janeiro para negociar novo tratado e, também, convencer o governo brasileiro a abolir o tráfico negreiro.

Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, assume em 23 de janeiro de 1843 o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nesse ano, o Brasil tem saldo positivo na balança comercial com Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Itália e Holanda e, também, foi aberto em Cantão o primeiro consulado brasileiro na China.

O imperador atinge a idade de casar, e o trono precisa de herdeiros. Bento Silva Lisboa é encarregado de encontrar uma noiva para o imperador e, após uma árdua busca pelas cortes

Verbete

1841-1850

No ano de 1844 o governo brasileiro extingue o Tratado Comercial com a Grã-Bretanha. Esta medida aumenta o custo dos produtos importados, estimulando a instalação de algumas indústrias no País. As exportações de café aumentam, mas a balança comercial ainda é desfavorável para o Brasil.

Confira mais no Anexo 1.

europeias e recusa de algumas princesas que não desejavam vir para um país que consideravam distante e exótico, encontra Teresa Cristina Maria, Princesa das Duas Sicílias. O casamento realiza-se por procuração em Nápoles e, após uma viagem de cerca de 80 dias, no dia 3 de setembro de 1843, a imperatriz chega ao Brasil.

Fracassam as tentativas inglesas de renovar o tratado comercial com o Brasil e, em março de 1843, Henry Hellis, que havia sido enviado pela Grã-Bretanha especialmente para esta missão, deixa o País. Em contrapartida às tentativas inglesas, o negociador brasileiro em Londres, José de Araújo Ribeiro, apresenta à Grã-Bretanha dois projetos de tratados que, entretanto, não são aceitos pelo *Foreign Office*.

Com o início efetivo do governo de D. Pedro II, reforça-se a tendência de se reverem os tratados considerados desfavoráveis ao Brasil, que desestimulam o desenvolvimento da produção industrial interna e geram pouca receita alfandegária. O Brasil precisa equilibrar suas finanças e recursos para criar infraestrutura e iniciar o processo de desenvolvimento interno. Em 1844, é implementada uma nova tarifa alfandegária de caráter protetor, que representa uma reação contra as baixas tarifas fixadas no âmbito do processo de reconhecimento da Independência.

Em 1844, a Câmara brasileira considera finalmente expirado o Tratado de 1827 com a Grã-Bretanha e aprova, em 12 de agosto, a Tarifa Alves Branco. São elevados os direitos alfandegários sobre 2.919 artigos estrangeiros a uma taxa que varia de 30% a 60% *ad valorem*. A arrecadação alfandegária aumenta e ajuda o Brasil a melhorar o equilíbrio de suas finanças. Com a elevação do custo dos produtos importados, passa a ser vantajoso produzir alguns artigos no Brasil, o que estimula a instalação de indústrias e manufaturas no País. As exportações de café aumentam, mas a balança comercial ainda é desfavorável para o País, que acumula um saldo negativo de sete milhões e quatrocentas mil libras esterlinas no período.

Em 14 de setembro de 1844, o Brasil reconhece a independência do Paraguai e, posteriormente, em 7 de outubro, assina em Assunção um tratado de aliança, comércio e limites com o Paraguai que, entretanto, não foi posteriormente ratificado pelo Brasil. O governo de Juan Maria Rosas, da Confederação Argentina, protesta contra o reconhecimento pelo Brasil da independência do Paraguai.

A Inglaterra resolve endurecer a repressão ao tráfico negreiro e, em 8 de agosto de 1845, o Parlamento britânico aprova e sanciona lei que ficou conhecida por *Bill Aberdeen*, que confere amplos poderes às autoridades inglesas para reprimir o tráfico de escravos. A marinha inglesa é autorizada a tratar os navios negreiros como se fossem navios piratas.

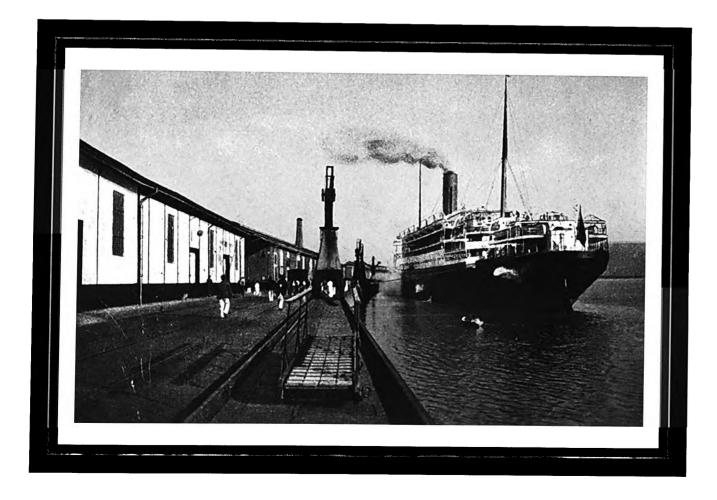
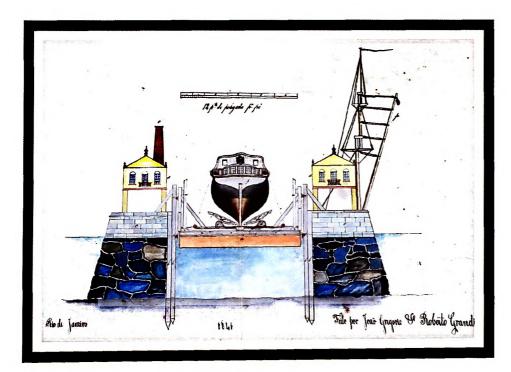
O governo brasileiro protesta, por intermédio de nota assinada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, contra o ato unilateral da Grã-Bretanha, que é considerado pelo Brasil "abusivo, injusto e atentatório dos direitos de soberania e independência da nação brasileira".

Nos cinco anos que se seguem, a Inglaterra capturou mais de 400 navios envolvidos com o tráfico de escravos. Paradoxalmente, a atitude do governo inglês não resultou em diminuição do tráfico, pelo contrário, estima-se que, entre 1845 e 1849, aumentou para mais de 50.000 o

número de escravos trazidos anualmente para o Brasil, contrapondo-se aos cerca de 20.000 por ano no período anterior a 1840.

Com a expansão da lavoura cafeeira e a perspectiva do fim do regime escravista, o Brasil passa a gerar mais riquezas e começa a atrair imigrantes. Nesse período, D. Pedro II patrocina a colonização de Petrópolis e ocorre a vinda de imigrantes alemães para aquele local, onde passam a dedicar-se às atividades têxteis, produção de flores e cereais.

Na Província das Alagoas, surgem agitações políticas. Os rebeldes, denominados *lisos*, opõem-se aos *cabeludos*, como são conhecidos os partidários do governo da província. Por duas vezes, a capital alagoana é ocupada pelos rebeldes, forçando o Presidente da província a refugiar-se a bordo do iate *Caçador*.

No sul, após dez anos de conflitos, termina a mais longa revolução brasileira, a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, conflito que ocorreu predominantemente na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e, transitoriamente, em Santa Catarina. A paz foi finalmente estabelecida entre as partes no local denominado Poncho-Verde, e os revolucionários recebem ampla anistia em troca da deposição das armas.

O vapor Asturias atracado no porto de Santos, s/ data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

João Gregório, *Projeto de um estaleiro*, 1841. Desenho técnico, 39,8 x 56 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

A pesquisa e o desenvolvimento industrial e científico seguem em marcha lenta no País, desde 1840 foi concedida uma única patente. O Brasil segue com o total de apenas 32 invenções patenteadas desde 1809.

A alfândega brasileira bate recorde de arrecadação e aumenta em 61% o seu desempenho em relação a 1843. A arrecadação que foi de 15,4 mil contos de réis, em 1843, passa a ser de 24,8 mil contos de réis em 1845. Os recursos arrecadados ajudam a equilibrar as contas nacionais e devem-se, principalmente, à elevação das tarifas de importação aplicadas após o término do tratado comercial com a Inglaterra.

Na família imperial brasileira a felicidade pelo nascimento do primeiro filho do Imperador, que recebeu o nome de D. Afonso, é rapidamente sucedida pelo luto, pois o Príncipe, que seria o herdeiro do trono do Brasil, morre no ano seguinte vitimado pela febre amarela.

Na região do Prata, Juan Manuel de Rosas continua a empreender ações a partir de Buenos Aires para consolidar a hegemonia sobre as demais províncias argentinas e expandir seu território. Para o Brasil, é fundamental o livre acesso à Bacia do Prata e a independência e estabilidade no Uruguai sob um governo aliado, tendo em vista a fronteira e os negócios brasileiros naquele país. Em função disso, o Brasil contrapõe-se aos interesses de Rosas e apoia forças que lhe são contrárias no Uruguai e nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios.

Em represália ao fechamento dos rios da região à navegação internacional, realizada por Rosas, França e Inglaterra iniciam em 16 de agosto de 1845 o bloqueio do Prata, alegando prejuízos ao comércio internacional.

Em 14 de setembro de 1846, são trocadas notas entre o Brasil e a Venezuela sobre a remoção de obstáculos ao comércio e à comunicação entre os dois países pela fronteira.

Com o encarecimento das importações, passa a ser vantajoso produzir no Brasil. Irineu Evangelista de Souza decide construir um estaleiro e fundição em Niterói para produzir navios a vapor, engenhos, canos de ferro e outros artigos correlacionados. Essa iniciativa consiste no marco mais significativo do início do desenvolvimento industrial brasileiro.

Nascem duas meninas na família imperial brasileira. Em 1846, a imperatriz Tereza Cristina dá à luz a Princesa Isabel e, no ano seguinte, à Princesa Leopoldina.

Em 25 de julho de 1847, o Brasil livra-se dos últimos compromissos estabelecidos nos tratados preferenciais do Primeiro Reinado, ao declarar insubsistentes os artigos do tratado de 1825 com Portugal.

As tentativas de trazer e fixar imigrantes continuam, Joinville é fundada por colonos alemães. O Senador Nicolau Vergueiro tenta estabelecer um sistema de parceria agrícola com famílias de imigrantes alemães na fazenda Ibiacaba, localizada atualmente em Cordeirópolis – SP, mas na época município de Limeira. Também chegam os primeiros colonos alemães ao Espírito Santo, provenientes da Prússia e da Renânia.

A França abole a escravidão em suas colônias e promulga, em 1848, a Constituição republicana, que prevê o voto universal. No Brasil tem início mais uma revolta, desta vez organizada por forças políticas representadas por "liberais radicais", que se contrapõem ao processo de centralização monárquica, desejam a nacionalização do comércio, a ampliação do mercado de trabalho para os brasileiros e defendem uma melhor distribuição das terras.

Desta vez as hostilidades iniciam em Olinda, Província de Pernambuco, e dão início à revolta que foi denominada de "Praieira" que é considerada a última no processo de consolidação do Estado imperial.

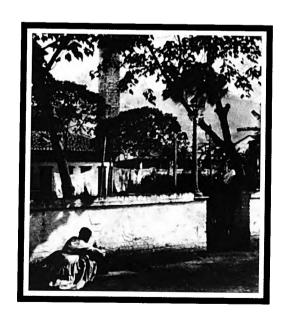
No ano de 1848, o governo uruguaio solicita a intervenção brasileira nos assuntos da região do Prata e chega ao fim, sem êxito, a intervenção estrangeira contra o governo de Rosas. Os navios ingleses que estavam no Rio do Prata são transferidos para a costa brasileira para reprimir o tráfico negreiro. Nesse mesmo ano é aberto um consulado brasileiro em Bombaim, na Índia.

Em 1849, Paulino José Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguai, assume o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nesse mesmo ano Irineu Evangelista de Souza obtém concessão pública para a criação da Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro.

Em 1850, ocorre a primeira grande epidemia de febre amarela, que provoca milhares de mortes no Rio de Janeiro. Em 10 de janeiro, morre na Fazenda Santa Cruz, D. Pedro Afonso, o segundo filho do Imperador, com um ano de idade. Dizia-se que era "a sina dos poucos varões da casa de Bragança", que se abatia sobre a família de D. Pedro II.

Desconsiderando a soberania do País, os ingleses radicalizam a repressão ao tráfico e atacam navios em portos brasileiros. Em 11 de julho de 1850, o Conselho de Estado reúne-se para discutir o fim do tráfico de escravos.

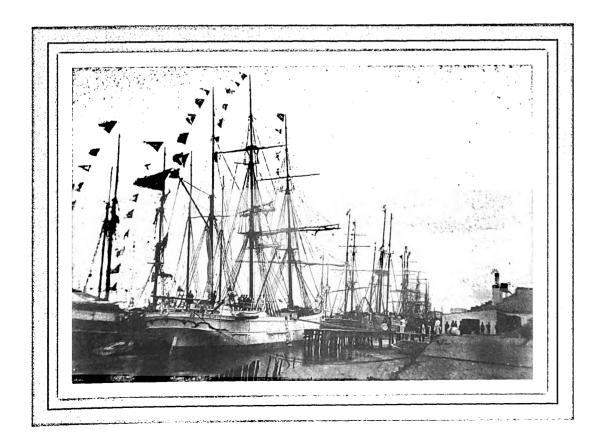
Em 25 de julho de 1850, foi aprovado Código Comercial com normas que aumentam a segurança dos empreendimentos e, assim, estimula o desenvolvimento da indústria e do comércio. A supressão do tráfico negreiro libera grandes capitais que antes se destinavam a esta atividade e que, somados a outros recursos provenientes do exterior, passam a contribuir para o aumento dos investimentos no País e para o desenvolvimento da cafeicultura.

Em 18 de setembro, foi aprovada a Lei de Terras, que tenta preparar o País para um eventual fim da escravidão. Essa Lei beneficiou a formação de grandes latifúndios, dificultou o acesso à terra pelos imigrantes e deu margem a injustiças e abusos contra os ocupantes de terras que não possuíssem a documentação que lhes assegurava a posse. Esta Lei não considerava a posse como único requisito para reconhecimento da propriedade, ou seja, era necessário um documento de posse assinado por um juiz para ser considerado o legítimo dono da terra.

Revert Henrique Klumb (1855-1880), *Fábrica de gás*, Rio de Janeiro, 1860. Fotografia. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Nesse período, existem 72 manufaturas atuando no Brasil, que produzem chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros e tecidos de algodão, concentradas principalmente no Rio de Janeiro. Ocorre um pequeno avanço com relação à quantidade de patentes concedidas e o Brasil atinge um total acumulado de 47 patentes desde 1809, sendo 15 concedidas desde 1845.

As exportações de café crescem bastante e, no período compreendido entre 1841 a 1850, o Brasil totalizou 16.677 mil sacas de 60 kg de café exportadas, a um preço médio de 1,39 libras por saca, gerando uma receita de exportação de 52.690 mil libras esterlinas. É o principal produto exportado nesse período, correspondendo a 41,3% das exportações do País. O açúcar contribui com 26,7% das exportações, o algodão com 7,5%, couros e peles com 8,6%, fumo com 1,8%, cacau com 0,9%, borracha com 0,4%, mate com 0,9% e outros produtos com 11,9%.

Segundo Furtado (1995), o café estava iniciando seu período áureo na economia mundial, sendo que paulatinamente irá se tornar o principal produto da pauta de exportação do Brasil, o que perdurará até meados do século XX.

As exportações, entre 1841 e 1850, rendem para o País um total de 52,7 milhões de libras esterlinas, entretanto, as importações foram de 60,1 milhões de libras, gerando um saldo negativo de 7,4 milhões de libras esterlinas no período.

Navios no porto de Pelotas. Papel albuminado, 16 x 22 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Rumos do apogeu do Império, desenvolvimento estimulado pelo café

O mundo ocidental conhece, de 1851 a 1857, um espetacular crescimento da produção e expansão do comércio internacional. O ano de 1857 registra, entrementes, uma depressão econômica que é superada na década seguinte.

O Brasil associa-se à estabilidade financeira, momento de paz e desenvolvimento. O período é marcado pelo fim do tráfico negreiro internacional, pela melhora das finanças públicas, pela maior estabilidade política, pelas iniciativas empreendedoras de Mauá e pelo desenvolvimento de indústrias e manufaturas. É o período que deslancha a modernização da chamada Era Mauá. A primeira locomotiva brasileira, a Baronesa, desliza em 1854 nos trilhos da via férrea entre Porto Estrada e o sopé da serra em Petrópolis, perfazendo 18 km.

Em 1860, a Tarifa Silva Ferraz substitui a Tarifa Alves Branco e, em decorrência das pressões inglesas, reduz as alíquotas de importação para máquinas, ferramentas e ferragens. Foi introduzida, também, uma política deflacionária com subtração dos créditos – o que estilhaça as iniciativas modernizadoras da Era Mauá.

O Brasil conseguiu diversificar um pouco o destino de suas exportações, mas as importações continuam concentradas na Grã-Bretanha. O governo procura administrar a política alfandegária e não ocasionar reduções significativas na arrecadação, assim, as tarifas em geral são mantidas em patamares elevados. O primeiro

Capítulo 6

saldo positivo da balança comercial desde a Independência é obtido em 1860, graças ao café, que no período compreendido entre 1851 e 1860 corresponde a 48,8% das exportações do País, seguido pelo açúcar com 21,2%, algodão com 6,2%, fumo com 2,6% e cacau com 1%. Esses produtos, no total, perfazem 80,8% da pauta de exportação brasileira.

Os anos 1850 são marcados pelo fim do tráfico negreiro. Em 1849, entraram no Brasil cerca de 54.000 escravos, em 1850 este número cai para 23.000, em 1851 para cerca de 3.000 e, em 1853, para cerca de 700. Em 1854, a Lei Nabuco de Araújo ratifica a proibição do tráfico negreiro e estabelece maior rigor na fiscalização do trafico de escravos para o Brasil. Depois disso, cessa completamente o tráfico, exceto por dois pequenos desembarques clandestinos realizados em Pernambuco e no Espírito Santo, que foram surpreendidos e os responsáveis punidos.

Sebastien Auguste Sisson (1824-1898), *Estação da Estrada de Ferro de D. P. II*, s/ data. Litografia, 31,2 x 44,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

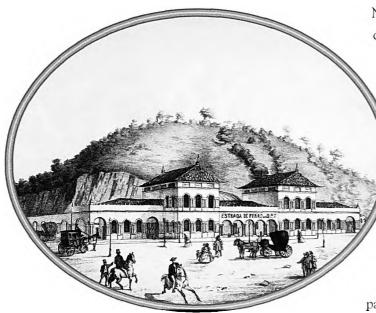
Nos primeiros anos da década de 1850, o governo dá continuidade aos esforços para consolidar uma situação favorável aos interesses brasileiros na região do Prata. Em Montevidéu, estabeleceu-se entre o Brasil, o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes uma aliança contra Rosas (29 de maio de 1851). Fica pactuada, também, a livre navegação pelo rio Paraná e seus afluentes.

Em setembro de 1851, termina o cerco a Montevidéu e Manuel Oribe é derrotado por tropas uruguaias coloradas e argentinas de Urquiza, apoiadas pelo Brasil. O Ministro uruguaio, no Rio de Janeiro, negocia com o País cinco tratados, relativos à aliança, limites, comércio e navegação, troca de criminosos, desertores e escravos fugidos. Além disso, o Brasil empresta ao Uruguai 138 mil patacões e, também, fica acertado que poderá prestar ajuda militar ao Uruguai, se requisitada.

Torna-se cada vez mais fácil e rápida a troca de correspondências e as viagens para a Europa. Em 9 de janeiro de 1851 é inaugurado o serviço postal a vapor entre o Brasil e a Inglaterra, na primeira linha de vapores entre a América do Sul e a Europa.

Em Londres, a Primeira Exposição Universal é inaugurada em 1º de maio de 1851 no *Crystal Palace*. Participam 13.937 expositores e cerca de seis milhões de visitantes. O Brasil não participa dessa exposição e, também, não participará em 1853 da Exposição Internacional de Nova York, nem da Exposição Universal, que será realizada em Paris em 1855 e que se destaca devido ao lançamento de um sistema legal uniforme para a classificação de moedas e dos pesos e medidas.

A década de 1850 associa-se à estabilidade financeira, paz e desenvolvimento no País: o fim do tráfico de escravos, do conflito contra Rosas, a melhora das finanças públicas, a maior estabilidade política, as iniciativas empreendedoras de Mauá.

O desenvolvimento de indústrias e manufaturas, a expansão da lavoura cafeeira e a utilização de inovações tecnológicas fazem com que o Brasil viva, nesses anos, um período de desenvolvimento e otimismo, no qual fundaram-se 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro.

Nessa época, no Rio de Janeiro, sempre existem novidades que não são encontradas no restante do País. Bailes, festas, reuniões e concertos tornam-se moda. A Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro concentra as lojas da moda e os sonhos de consumo das damas da corte. Quem gosta de ler pode adquirir bons livros nas livrarias Garnier e Irmãos Laemmert. O calor pode ser amenizado por um saboroso sorvete em forma de pirâmide, que custa em torno de 300 réis. Por um bom almoço se paga o equivalente a mil e quinhentos réis e, também, existem vários cafés onde se pode colocar a conversa em dia e tomar um cafezinho por sessenta réis, ou um copo de refresco por duzentos réis.

Os fazendeiros de café, que enriquecem com as lavouras e com a exportação do produto, passam a fazer belas casas nas fazendas e, também, nas cidades. Mas, mesmo assim, no interior a situação muda com velocidade bem menor, a maior parte do País continua erma e de difícil acesso.

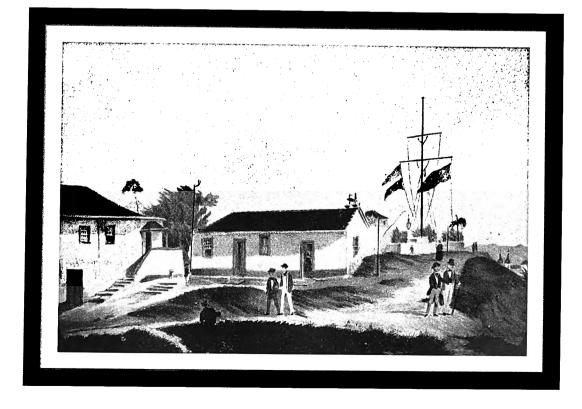
A corte está cercada pelo ambiente rural, totalmente dependente da mão de obra escrava. Em 1851, segundo o *Almanak Laemmert*, a corte reúne uma população de 266 mil habitantes, dentre os quais 110 mil escravos, a maior concentração urbana de escravos, desde o fim do império romano.

Em 2 de março de 1851, é fundado o Banco de Comércio e Indústria do Brasil, que depois passou a denominar-se Banco do Brasil, com capital de dez mil contos de réis, consistindo na maior sociedade por Ações da América do Sul.

Em 26 de junho de 1852 é emitido decreto incentivando a organização de capitais para criação de estradas de ferro. Nesse mesmo ano, Irineu Evangelista de Souza obtém do governo da Província do Rio de Janeiro a concessão para construir a primeira ferrovia do País e introduz a navegação a vapor na Amazônia, por intermédio da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas.

A considerada última revolta política do Segundo Reinado chega ao fim com a anistia concedida aos condenados da Revolta Praieira e, na região do Prata, Rosas é derrotado por Urquiza, apoiado por tropas brasileiras. Fato estranho acontece nos Estados Unidos, um tenente da marinha norte-americana inicia campanha para convencer a opinião pública e enviar negros norte-americanos para colonizar o Amazonas e constituir uma República amazônica.

As inovações tecnológicas passam a ser utilizadas no Brasil pouco tempo após sua invenção. A primeira linha de telégrafos é inaugurada no Rio de Janeiro, conectando a Quinta da Boa Vista ao Quartel do Campo. Em 1853, o Rio de Janeiro começa a receber

Estação do telégrafo no morro do Castelo, **s/ data. Gravura, 11,5 x 16 cm. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.**

calçamentos com paralelepípedos e, no ano seguinte, recebe iluminação a gás. Nesse ano, Mauá concede empréstimo de oitenta e quatro mil pesos ao Uruguai. Em Niterói, o estaleiro e a fundição de Mauá produzem navios, peças para pontes, canos, armas e outros artigos correlacionados. Ali trabalham mais de mil pessoas sob a direção de engenheiros ingleses.

Em 1853, as exportações para os Estados Unidos atingem um total de 2.649.817 libras esterlinas, correspondentes a 32,4% das exportações brasileiras. Entretanto, se as coisas caminham bem no comércio exterior entre os dois países, no campo diplomático ocorre o prenúncio de dificuldades. Os Estados Unidos desejam abrir o rio Amazonas às embarcações americanas e enviam representante ao Brasil com instruções para obter um tratado de comércio e navegação incluindo a abertura do rio Amazonas, o que não é concedido pelo governo brasileiro, que admite essa possibilidade apenas para os países ribeirinhos.

No plano interno o cenário político continua polarizado entre liberais e conservadores e, para amenizar as divergências existentes, em 1853 o Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, constitui o denominado Ministério da Conciliação, que integra políticos das duas correntes.

Na região do Prata, ainda existe fogo sob as cinzas e o Brasil, em 3 de maio de 1854, precisa interferir no Uruguai para garantir o cumprimento dos tratados de 1851 e apoiar o colorado Venâncio Flôres. No Paraguai, Carlos Antônio Lopez proíbe a passagem de navios estrangeiros pelo rio Paraguai e expulsa o encarregado de negócios brasileiros. Em represália a essas medidas paraguaias, que na prática impedem o acesso à província de Mato Grosso, o Brasil envia uma força naval para o Paraguai. A medida força o governo de Carlos Lopez a negociações e resulta em um tratado bilateral relativo a direitos de navegação.

A substituição da mão de obra escrava é um assunto preocupante e difícil para o governo, produtores rurais e políticos brasileiros. O fim do tráfico e a crescente expansão da lavoura cafeeira, muito dependente de mão de obra, fazem com que se busquem alternativas. Uma das soluções é o tráfico interno de escravos, por intermédio do qual se transfere mão de obra dos outros estados para as regiões cafeeiras. Em 1855, é fundada no Rio de Janeiro a Companhia Central de Colonização, que será responsável pela vinda de cerca de vinte mil imigrantes para o Brasil.

Em 14 de junho de 1855, José Maria da Silva Paranhos assume pela primeira vez o Ministério dos Negócios Estrangeiros. No que se refere à Amazônia, os Estados Unidos continuam incomodando. Em 24 de julho de 1855, o governo daquele país informa ao governo brasileiro, por intermédio de nota, a determinação dos Estados Unidos em obter o "livre uso do Amazonas para fins comerciais".

A Grã-Bretanha continua sendo o principal destino das exportações brasileiras. Em 1855, do valor total exportado pelo Brasil, 32,9% destinam-se à Grã-Bretanha. Para os Estados Unidos seguem 28,1%, para a França, 7,8%, Alemanha, representada pelas cidades Hanseáticas, 6,0%, Portugal 5,9%, Bélgica 1,8%, Espanha 0,9%, países escandinavos 3,7%, Estados austríacos 1,6%, Itália 1,4% e outros países 9,9%.

Se o Brasil conseguiu diversificar um pouco o destino de suas exportações, as importações continuam concentradas na Grã-Bretanha. Em 1855, em termos de percentual sobre o valor

total importado pelo Brasil, da Grã-Bretanha provêm 54,8%, dos Estados Unidos 7,0%, da França 12,7%, da Alemanha, representada pelas cidades Hanseáticas, 5,9%, de Portugal 6,3%, da Bélgica 2,0%, da Espanha 1,1%, dos países escandinavos 0,7%, dos Estados austríacos 0,4%, da Itália 0,7% e de outros países 8,8%.

No Prata, o Brasil continua seus esforços para criar uma situação favorável ao país e, em 7 de março de 1856, estabelece uma Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina e, em 6 de abril, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai.

O que parecia ser uma alternativa interessante para a produção agrícola, não dependente de braços escravos, resulta em fracasso. Alguns grupos de imigrantes, que estavam produzindo em sistema de parceira em fazendas localizadas principalmente em São Paulo, revoltam-se contra as condições vigentes.

A situação encontrada pelos imigrantes pode ser ilustrada pelo relato do suíço Thomaz Davatz, que liderou uma revolta na fazenda Ibiacaba, do Senador Vergueiro, "*Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se (...), desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver estes colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos. ...*". Os fatos repercutem no exterior e, na Europa, a imigração para o Brasil passa a ser desaconselhada. A Prússia chega a proibir a imigração de seus cidadãos para o Brasil.

Em 18 de março de 1857, o Brasil adere à Declaração de Paris, que regula princípios relativos ao direito marítimo em tempo de guerra e estabelece a abolição do corso.

O governo procura administrar a política alfandegária e introduzir as mudanças que julga necessárias mediante tarifas que geralmente ficam conhecidas pelos nomes de seus autores ou proponentes. Procura-se tomar cuidado para não ocasionar reduções significativas na arrecadação. A pauta geral de direitos é mantida em patamares elevados, o que é compreensível considerando-se que as tarifas de importação representam cerca de 65% da renda do Estado e as tarifas de exportação cerca de 13%.

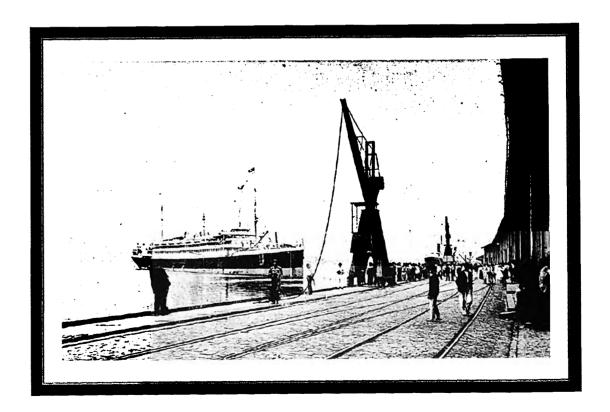
Revert Henrique Klumb (1855-1880), *Vapor de nacionalidade brasileira*, s/ data. Gravura, 19 x 25 cm e 26 x 19 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Dentro desse espírito, é realizada em março de 1857 a reforma que ficou conhecida por Reforma Souza Franco. Introduz a tributação específica por categorias de produtos, diminui alguns privilégios concedidos a indústrias nacionais e reduz a tarifação de algumas categorias, para não prejudicar o comércio importador. Um dos objetivos da reforma é favorecer a compra de matérias-primas e de instrumentos destinados à lavoura.

Logo em seguida, no mês de agosto, um novo ajuste nas tarifas, desta vez, por intermédio de um decreto, que ficou conhecido por Decreto Maurício Wanderley, tem como objetivo beneficiar a agricultura e isentar o carvão mineral para beneficiar o desenvolvimento das indústrias e comunicações. O carvão mineral passa a ser, cada vez mais, o principal componente da matriz energética mundial. Somente muitas décadas depois, começará a ser substituído por outras fontes de energia.

Em 5 de fevereiro de 1858, o Brasil estabelece um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Império Otomano e, em 12 de fevereiro, a missão chefiada por José Maria da Silva Paranhos reafirma, em Assunção, compromissos relativos ao tratado de 1856 entre o Brasil e o Paraguai.

O primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II é inaugurado em 29 de setembro de 1858. O progresso continua, em 1859 o Rio de Janeiro ganha bondes puxados por tração animal e no ano seguinte, em 21 de junho de 1860, é criada a Repartição Geral dos Telégrafos. O País completa 208 km de ferrovias inaugurados desde 1856. No final da década, o Brasil atinge um total acumulado de 114 patentes concedidas desde 1809, sendo 27 concedidas desde 1855. As patentes até esse período relacionam-se predominantemente a produtos agrícolas como café, açúcar e arroz, além de material de transporte.

Em 9 de fevereiro de 1859 chegam ao Brasil trezentos chineses provenientes de Cingapura, trazidos pelo comerciante Manoel de Almeida Cardoso. Destinam-se ao trabalho agrícola. É mais uma tentativa de introduzir no País a mão de obra estrangeira por intermédio da imigração. Quase todas são malsucedidas, a convivência da escravidão com a mão de obra assalariada e com a parceria agrícola é complicada. Os fazendeiros, acostumados ao trato com os escravos, têm dificuldade em lidar, motivar e possibilitar as circunstâncias favoráveis para que os imigrantes se estabeleçam, estruturem a vida e passem a produzir riquezas para as duas partes.

Vapor Avon atracado às docas de Santos, s/data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

No âmbito das relações diplomáticas, em 5 de maio de 1859, é assinado em Caracas o primeiro tratado entre Brasil e Venezuela – um Tratado de Limites e Navegação Fluvial. Por volta dessa época, o Brasil possui treze legações na Europa e oito no continente americano.

Devido às alterações na política alfandegária realizadas a partir de 1857, que diminuem o protecionismo, alguns setores da jovem indústria brasileira, que já encontravam dificuldades devido à falta de mão de obra qualificada, passam a disputar o mercado com importações mais baratas. Em 1858, são fechadas algumas fábricas de tecidos e o estaleiro que Mauá havia criado em Niterói, depois de chegar a produzir 72 navios, com a diminuição os impostos para importação de navios a vapor a alguns tipos de veleiros, encontra dificuldades para concorrer e termina por fechar em 1861.

O Imperador é a figura maior do cenário político, abaixo do qual vêm os senadores. O cargo de senador é vitalício e, para concorrer, é necessário idade de no mínimo 40 anos e renda de oitocentos mil réis anuais. Na estrutura política, abaixo dos senadores vêm os deputados. A idade mínima exigida é de vinte e cinco anos e a renda mínima anual de quatrocentos mil reis. A estrutura executiva do Império recebe, em 20 de janeiro de 1860, o Ministério da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas, criado nesta data.

Em 3 de setembro de 1860, a Tarifa Silva Ferraz realiza nova classificação alfandegária, com objetivo de proteger a indústria nacional "sem prejudicar o consumidor". Eleva a tarifa de alguns itens em até 50% e agrupa as mercadorias importadas em 1.500 artigos, subdivididos em 4.333 itens, sendo 3.968 sujeitos a taxas fixas, 236 sujeitos a taxas *ad valorem*, 25 livres de direitos e 7 proibidos.

O primeiro *superávit* da balança comercial desde a Independência é obtido em 1860, graças ao café, que foi o principal produto exportado no período compreendido entre 1851 e 1860. Corresponde a 48,8% das exportações do País, o açúcar a 21,2%, o algodão a 6,2%, couros e peles a 7,2%, fumo a 2,6%, cacau a 1,1%, borracha a 2,2%, mate a 1,5% e outros produtos correspondem a 9,2%. O total das exportações na década compreendida entre 1851 e 1860 é de 102 milhões de libras esterlinas e as importações de 113,5 milhões de libras, resultando em um saldo negativo de 11,5 milhões de libras esterlinas no período.

Verbete

1851-1860

Pela primeira vez o Brasil consegue diversificar os destinos de suas exportações, mas as importações continuam concentradas na Grã-Bretanha. O primeiro saldo positivo da balança comercial é obtido em 1860 graças ao café, que nesta década correspondia a 48,8% das exportações, seguido pelo açúcar (21,2%), algodão (6,2%), fumo (2,6%) e cacau (1%).

Confira mais no Anexo 1.

100
120
140
160
180
200
240
260
S
SE
SW
W
NW
N
E

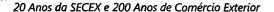
guerra abala o Império

Capítulo 7

Na década de 1860 tem continuidade o avanço do capitalismo, impulsionado por uma gama de fatores, entre os quais, a expansão da construção das estradas de ferro[1], dos navios a vapor e das linhas telegráficas, que fornecem meios de comunicação e circulação de pessoas, mercadorias e informações em escala proporcional ao ritmo de produção das fábricas. O capitalismo, nesses anos, não somente aprofunda sua internacionalização, como, também, sua internalização nas economias nacionais.

Na Europa, que consolida seu processo de industrialização, o contexto para que a penetração capitalista se intensifique nos mercados domésticos é consequência de medidas que em parte vêm sendo tomadas há algum tempo, mas em alguns países são implementadas ou completadas nos anos 1860. Dentre essas, destaque-se a liberalização das barreiras institucionais que ainda obstaculizavam o livre exercício das atividades comerciais. Eric Hobsbawm chama atenção, em sua obra A Era do Capital (São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.62), para o fato do persistente controle das guildas vir a ser completamente abolido somente na década de 1860. Assim o foi na Alemanha, que institui a *Gewerbefreiheit* (completa liberdade para o livre

---

[1] No ano de 1866, a malha ferroviária da Europa Central já está construída.

exercício de qualquer profissão e forma de comércio) apenas no ano de 1869. A Suécia, que já vinha abolindo essas restrições, completa a liberalização no ano de 1864.

Fato é que, mesmo países que são carros-chefe da economia capitalista europeia ainda têm resquícios medievais consideráveis em pleno período de industrialização – constatação que corrobora a tese que apregoa que a revolução tecnológica se deu no interior da própria indústria, convivendo paralelamente com o modo de vida da economia artesã e mercantilista. Mas, gradativamente, as amarras que cerceiam as atividades econômicas vão sendo liberadas. Algumas medidas que na prática não são mais aplicadas, mas formalmente ainda estavam em vigor, são abolidas, a exemplo das leis da usura. Dentre os países com processo de industrialização mais avançado, a Alemanha é um dos últimos a revogar essa lei, fazendo-o em 1867.

No circuito da racionalização gradual da produção, registram-se alguns progressos decorrentes da aplicação prática de conhecimentos científicos e tecnológicos, notadamente do dínamo, descoberto por Ernst Werner Siemens em 1866 e de uma descoberta, literalmente explosiva, do sueco Alfred Nobel – a dinamite (1867). O emprego da dinamite em fins pacíficos possibilita uma enorme margem de segurança, em comparação com outros explosivos, na construção civil e exploração de rochas para abertura de túneis e canais.

A descoberta de Ernst Werner Siemens é um bom exemplo de como, muitas vezes, o conhecimento científico e tecnológico perfazem um longo caminho até terem uma aplicação prática revolucionária. Sem intenção de historiar o nascimento da máquina elétrica, sinaliza-se, porém, que esta é resultante de conhecimentos desenvolvidos ao longo de alguns séculos. A primeira máquina eletrostática data de 1663.

Desde então, vários cientistas aprofundaram o conhecimento sobre os fenômenos das correntes elétricas e aperfeiçoaram o emprego prático das mesmas. Aliás, o fenômeno da eletricidade fora percebido na Antiguidade Clássica pelo filósofo grego Tales de Mileto (séculos IV/V a.C). Os dínamos vão desempenhar um papel fundamental na modernização representada pela chamada Segunda Revolução Industrial, posto que possibilitaram a eletrificação pública e privada e dos meios de transporte, acontecimentos que alteram o estilo de vida da sociedade com a ampliação do horário de trabalho, em decorrência da melhoria da iluminação e modernização do transporte urbano.

No setor de transporte, uma obra da engenharia de grande simbolismo também data dos anos 1860 – o canal de Suez, inaugurado em 1869.

Outra palavra-chave da Segunda Revolução Industrial é aço. Também nessa seara, registra-se um aperfeiçoamento da siderurgia com os processos Siemens-Martin desenvolvidos desde os anos 1850, mas que começa sua era em 1864 com a primeira instalação de um forno com esse processo na França. Na Alemanha, o primeiro forno com o processo Siemens-Martin é inaugurado pela Krupp em 1869. No Brasil, em 1937, instala-se o primeiro forno Siemens-Martin na Belgo-Mineira (esse processo torna-se obsoleto com o tempo e nos anos 1990 é desativado em quase todo o mundo, inclusive no Brasil).

Verifica-se, com os mencionados exemplos do dínamo e do aço, que fatores de ordem tecnológica que impulsionam a chamada Segunda Revolução Industrial são desenvolvidos gradativamente, que muitas vezes não são frutos de uma invenção genial, mas produto de aperfeiçoamentos graduais desenvolvidos por diversas gerações. (Quando se tem em conta que a metalurgia era proibida praticamente durante todo o período colonial brasileiro, pode-se facilmente identificar o significado simbólico da liberação desse processo por D. João VI).

Os trabalhadores, também, têm progresso em sua organização. No ano de 1868 são criadas as centrais sindicais *Trade Union Congress*, inglesa, e a *Hirsch-Dunckerscher Gewerksacahtsbund*, federação sindical alemã.

Período considerado relativamente estável, quanto aos aspectos econômicos, registra, não obstante, no contexto internacional, acontecimentos que levam a uma depressão no setor do comércio entre os anos de 1866 e 1868.

Essa é uma década de guerras. Na Europa travam-se as guerras de unificação da Itália e da Alemanha, movidas além dos canhões pelos nacionalismos. Em 1861, a Itália está quase totalmente unificada, mas Veneza e os Estados papais, incluindo Roma, ainda não fazem parte do Estado unificado, o que vem a ocorrer após a aliança italiana com a Prússia na Guerra Austro-Prussiana (1870), quando o Rei Vítor Emanuel II aproveita-se da vitoriosa invasão prussiana à França para conquistar o restante do território italiano e incorporá-lo.

Na Alemanha, sob o comando do antiliberal Otto Von Bismarck, a unificação vai ser alcançada após três campanhas bélicas. A Guerra dos Ducados Schleswig e Holstei contra a Dinamarca (1864), que resulta na incorporação desses territórios de população majoritariamente alemã. A Guerra contra a Áustria (1866), da qual sai vitoriosa a Prússia e seu projeto de unificação da "pequena Alemanha" (Estados alemães unificados sem a Áustria). Finda esta guerra, os Estados alemães até então incorporados pela Prússia formam a Confederação Germânica do Norte (1867). E, finalmente, a Guerra Franco-Prussiana (1870), deflagrada pelo desejo e por uma artimanha de Bismarck, que modifica o texto de um telegrama do imperador prussiano Guilherme II para Napoleão III da França tornando-o desabonador sob medida para ferir os brios franceses. O "incidente" ganha destaque na imprensa alemã. A França "morde a isca" e declara guerra à Prússia. A campanha é de curta duração, as tropas prussianas saem vitoriosas. Em 1871, os derrotados franceses veem a unificação alemã e a criação do II Reich serem declarados na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes (1871).

A Alemanha, que sai unificada dessas guerras, simboliza, mais que qualquer outro Estado europeu, o novo contexto no velho continente. O concerto da Ordem de Viena está definitivamente enterrado. Tem início uma nova época que vai desmoronar com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Nas Américas, duas guerras de grandes proporções sacodem o continente: uma no norte, a Guerra Civil Americana de 1861 a 1865, e outra no sul, a Guerra da Tríplice Aliança que contrapõem a Argentina, o Brasil e o Uruguai contra o Paraguai, de 1864 a 1870.

O Brasil envolve-se, ainda, em um contencioso com a maior potência de então e, no início de 1863, rompe relações com a Inglaterra – situação que dura três anos.

Acontecimento de significado na longa duração para o Brasil ocorre em 1870: é lançado o Manifesto Republicano.

Os anos 1860 são considerados, por muitos estudiosos, como iniciais do que vem a ser conhecido como Imperialismo. O México termina por conhecer uma faceta dessa vertente política posta em prática pelas grandes potências, particularmente a partir dos anos 1870 até a Primeira Guerra Mundial. Em 1861, Benito Juaréz, devido a uma grave crise econômica, suspende o pagamento dos juros dos empréstimos exteriores do México. Tal atitude desencadeia a reação da França, Espanha e Grã-Bretanha, que celebram o Tratado de Londres (31/10/1861), no qual fica pactuado que farão gestões no sentido de obrigar o país dos astecas a reiniciar os pagamentos. Passo seguinte, tropas francesas invadem o território mexicano e destituem o seu governo. Napoleão III convence Maximiliano de Habsburgo a assumir o Império Mexicano, que institui. Maximiliano é um arquiduque irmão de Francisco José I, Imperador da Áustria e primo de D. Pedro II. Pouco antes da sua aventura mexicana, onde vai perder a vida por fuzilamento, estivera no Brasil em visita à família imperial. O Império Mexicano do arquiduque austríaco dura três anos (1864-1867).

Militares brasileiros na Guerra do Paraguai, 1869. Fotografia, 16 x 19,2 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Os anos 1860 são o prelúdio da sinfonia da Segunda Revolução Industrial e do imperialismo. A ordem de Viena está definitivamente encerrada.

Relações Internacionais. As relações brasileiras ficam difíceis com a Grã-Bretanha. No Prata, a situação deteriora rapidamente e descamba na Guerra do Paraguai. Em 1861, tem início a Guerra da Secessão nos Estados Unidos. O Brasil declara neutralidade, mas concede acesso aos portos brasileiros para os navios confederados, o que contraria os interesses do governo de Washington. Em 11 de novembro de 1861, o Brasil reconhece formalmente o Reino da Itália, por intermédio de carta de D. Pedro II ao soberano italiano, Vítor Emanuel II. O representante norte-americano no Brasil, general James Watson Webb, propõe ao governo imperial o envio de ex-escravos provenientes dos Estados Unidos para o vale do Amazonas. Estes fatos contribuem para que o imperador assuma nos setores político e militar uma posição ainda mais atuante, como já desempenhava nas áreas científica e cultural.

Em 10 de maio de 1866, o Ministro norte-americano, James Webb, suspende relações com o Brasil em função do naufrágio de uma galera americana denominada *Canadá*, mas pouco tempo

depois, sua atitude é desautorizada pelo novo Secretário de Estado norte-americano Hamilton Fish e a questão é submetida à arbitragem internacional.

Ainda em 1866, o governo brasileiro decreta a abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e São Francisco à navegação comercial de navios de todas as nações. No mesmo ano é instalada uma linha de navegação entre Belém e Liverpool, que ganha cada vez mais importância conforme se intensifica a exportação de borracha, que será crescente ao longo das quatro décadas vindouras.

A Bolívia, em busca de um caminho para acessar os rios navegáveis da Amazônia, estabelece contrato com empresário americano para construir uma ferrovia até ultrapassar as corredeiras dos rios Madeira e Mamoré, após o que é possível navegar até o Atlântico.

Relações com a Grã-Bretanha. Nessa década as relações diplomáticas com a Grã-Betranha conhecem alguns desentendimentos que levam ao seu rompimento. Esses entreveros são conhecidos nos livros didáticos como Questão Christie. As dificuldades diplomáticas com a Inglaterra devem-se a alguns incidentes e à atitude de seu representante do Brasil, William Dougal Christie que, anteriormente, já havia entrado em atrito com o governo brasileiro por haver subtraído da justiça brasileira alguns tripulantes de uma fragata inglesa. Para complicar ainda mais a situação, em 8 de junho de 1861 naufraga, no litoral do Rio Grande do Sul, o navio inglês *Prince of Wales*, que tem sua carga pilhada. Christie exige a punição dos culpados e a indenização da carga.

No Rio de Janeiro, o representante britânico considera um ultraje à Inglaterra a prisão de três marinheiros britânicos que causavam distúrbios e haviam desacatado as autoridades brasileiras. Por isso, lança um ultimato exigindo que o chefe de polícia seja repreendido e que as exigências anteriores, em função do incidente com o navio *Prince of Wales,* sejam cumpridas. Essas exigências significam na prática o direito de extraterritorialidade, portanto restritivas à soberania nacional.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Abrantes, informa a Christie que o governo brasileiro se entenderá diretamente com o Gabinete Britânico sobre essas questões. Ao término do ultimato, Christie ordena que navios de guerra ingleses bloqueiem a Baía de Guanabara e, em janeiro de 1863, cinco navios mercantes brasileiros são capturados pela esquadra britânica. D Pedro II reage com energia, e Christie é forçado a deixar o Brasil. Como a Inglaterra não apresenta desculpas por sua "agressão de guerra", as relações diplomáticas são rompidas.

Apesar das relações diplomáticas estremecidas, os negócios com os ingleses não param. Em outubro de 1863, o Brasil obtém com *Casa Rothschild e Sons*, em Londres, um empréstimo no valor de 3,8 milhões de libras e, neste mesmo ano, é aberta no Rio de Janeiro uma agência do *English Bank of Rio de Janeiro.* Em 1864, D. Pedro II concede ao inglês Thomas Sargent a primeira concessão para explorar petróleo no Brasil.

As relações diplomáticas entre os dois países somente são normalizadas em 22 de setembro de 1865, quando o enviado especial inglês Edward Thornton reconhece a culpa inglesa no incidente e apresenta credenciais ao imperador, que nesse período se encontra em Uruguaiana devido à guerra com o Paraguai.

Verbete

1861-1870

Nesta década, o café e o algodão são os principais produtos exportados pelo Brasil. O total das exportações entre 1851 e 1860 é de 150 milhões de libras esterlinas, equivalentes a 11,8% do PIB, e as importações somam 132 milhões de libras. O superávit comercial do período é de 18 milhões de libras.

Confira mais no Anexo 1.

Guerra do Paraguai. Até 1864 não existiam indícios de que a situação entre o Brasil e o Paraguai pudesse deteriorar tão rapidamente em uma guerra tão intensa. Apesar de as fronteiras entre os dois países ainda não estarem definitivamente demarcadas, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai e havia defendido no campo diplomático a integridade territorial e a soberania daquele país diante das intenções expansionistas das Províncias Unidas do Rio do Prata e depois da Confederação Argentina. Desse modo, mesmo durante o longo período de isolamento imposto ao Paraguai por seu primeiro ditador, José Gaspar Rodriguez de Francia e alguns incidentes ocorridos posteriormente durante o governo de Carlos Antonio López, as relações entre os dois países haviam sido satisfatórias e o Brasil tinha livre trânsito pelo rio Paraguai e, assim, acesso fluvial à Província de Mato Grosso.

Em setembro de 1862 morre, no Paraguai, Carlos Antonio López, que é sucedido pelo seu filho, o general Francisco Solano López, que dá continuidade à política de seu pai, continua fortalecendo militarmente o Paraguai e importando tecnologia para desenvolver o país. No Uruguai, por volta dessa época, a situação complica-se em função do conflito entre as principais facções rivais naquele país, o Partido Blanco e o Partido Colorado.

O Brasil e a Argentina temem a política nacionalista dos *blancos* e o não cumprimento, por parte deles, dos acordos anteriormente assumidos pelo Uruguai, por isso apoiam a facção dos *colorados*, chefiados pelo General Venâncio Flores. Os *blancos*, liderados por Atanásio Aguirre, estabelecem interesses comuns com Solano López, principalmente no que se refere ao acesso paraguaio ao porto de Montevidéu, como alternativa ao de Buenos Aires.

Existem diferentes interpretações para as causas da Guerra do Paraguai, cujo cenário e zonas de tensão já estavam delineados há certo tempo, entretanto, os acontecimentos que deflagram o conflito ocorrem no Uruguai.

O Brasil envia uma missão ao Uruguai, então governado por Atanásio Aguirre, líder do Partido Blanco e aliado do Paraguai, para exigir reparação às violências e abusos sofridos por brasileiros que lá residem, porém, sem sucesso. Depois disso, o governo brasileiro emite um ultimato ao governo uruguaio para que as exigências sejam cumpridas. Como o ultimato não é atendido, tropas brasileiras invadem o Uruguai e, em 16 de outubro de 1864, a esquadra comandada pelo almirante Tamandaré bloqueia o porto de Montevidéu. O governo do Paraguai protesta contra a intervenção brasileira e adverte que a independência do Uruguai é necessária para a manutenção da estabilidade na região.

Em 10 de novembro de 1864, o Paraguai captura o vapor brasileiro Marques de Olinda que viaja pelo rio Paraguai com destino à Província de Mato Grosso e leva a bordo o governador daquela província. Em 13 de dezembro de 1864, Solano López declara guerra ao Brasil e, em 23 de dezembro, ataca a Província de Mato Grosso.

O Brasil não se encontra preparado para a guerra e apressa-se em tomar medidas para responder à agressão paraguaia. Em 7 de janeiro de 1865 é criado o corpo de combatentes Voluntá-

rios da Pátria. Em 1º de maio o Brasil, a Argentina e o Uruguai assinam em Buenos Aires um tratado contra o governo de Solano López, que ficou conhecido como Tratado da Tríplice Aliança.

No início da guerra, o exército paraguaio tem cerca de 55 mil homens, o brasileiro dezoito mil, o Argentino seis mil e o Uruguaio cerca de quatro mil. O Paraguai consiste na maior potência militar da América do Sul, mas, mesmo assim, existe uma grande desproporção de recursos entre os aliados e o país vizinho.

Os aliados têm acesso livre ao oceano e portos por intermédio dos quais podem receber armamentos e recursos; já o Paraguai está isolado. As populações somadas da Argentina, Brasil e Uruguai chegam a 11 milhões de habitantes, ao passo que a do Paraguai não chega a 500 mil habitantes. No que se refere ao comércio exterior, enquanto as receitas somadas da Argentina, Brasil e Uruguai são de 36 milhões de libras, o Paraguai obtém apenas meio milhão de libras.

Mesmo assim o Paraguai toma a iniciativa da guerra e invade o território brasileiro e depois o argentino e, ainda que precisando recuar posteriormente para o interior de suas fronteiras, consegue manter a guerra por cerca de cinco anos. A guerra é difícil e desgastante, o Paraguai é um adversário tenaz. O Brasil é obrigado a mobilizar quase todos os seus recursos para o esforço de guerra e endividar-se.

O Exército brasileiro, que em 1864 tem dezoito mil recrutas, em 1869 terá mais de oitenta mil e a marinha que tem 45 navios de guerra, em 1870 terá 94 navios. Com isso, o País deixa de priorizar outros setores que são fundamentais para seu desenvolvimento. Em 1870, ao término da guerra, o Brasil atinge um total de 744 km de ferrovias implantadas, neste mesmo ano, para efeito comparativo, os Estados Unidos possuem 84.675 km, a Inglaterra 21.558 km, a França 15.544 e a Itália 6.429 km.

Em 1º de janeiro de 1869, as tropas brasileiras ocupam Assunção e a Guerra do Paraguai aproxima-se do fim, entretanto, Solano López ainda resistirá por mais de um ano.

Em 1º de março de 1870, Solano López é morto em Cerro Corá e, em 4 de abril, o governo brasileiro informa ao corpo diplomático o fim da Guerra do Paraguai.

Economicamente, a Guerra da Tríplice Aliança foi sustentada, substancialmente, com recursos tomados emprestados pelo Brasil junto ao Banco Mauá, que tinha fortes ligações com a Casa Rothschild. Segundo interpretações de parte da literatura especializada, a decisão estratégica militar de localizar na Argentina o ponto de concentração das operações bélicas, de onde vão sair todas as operações brasileiras, não deve ser desvinculada dos aspectos econômicos da guerra.

Essa decisão desconsiderou a posição de Duque de Caxias, que advogava uma outra logística. Para o comandante brasileiro, o Quartel-General de seu Exército deveria ser São Paulo e de Mato Grosso deveriam partir as operações brasileiras. Com a Argentina abrigando a concentração das forças militares em seu território, tem como consequência o fato que praticamente todo o ouro brasileiro para financiar a guerra por lá ficou.

Rafael Castro y Ordoñez (1834-1865), *Jardim Botânico: Alameda das Palmeiras Imperiais*, 1862. Fotografia. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Figura do Imperador. D. Pedro II está atento à evolução da ciência e cultura em outros locais do mundo e com disciplina e esforço, além de suas atribuições de Governante, destina parte de seu tempo aos estudos. Aos 14 anos já falava quatro idiomas, depois ainda aprende latim, provençal, hebreu, sânscrito, árabe e tupi. Torna-se sócio e correspondente de várias associações científicas e culturais internacionais e, além de sua biblioteca, mantém e utiliza um observatório astronômico e um laboratório científico.

O monarca patrocina de seu próprio bolso o estudo de brasileiros na Europa. Tem grande interesse pela educação e costuma frequentar os concursos das escolas Politécnica, Naval, de Medicina e principalmente o Colégio Pedro II, a que dedica especial atenção. Na corte, a situação educacional era razoável para a época, mas, no restante do País, a oferta de vagas nas escolas era insuficiente apesar da educação primária ser obrigatória.

Não obstante o gosto pela ciência, o monarca não tem a iniciativa de criar uma universidade e formular políticas públicas para dar conta da universalização do ensino básico como vem ocorrendo em muitos outros países.

Revert Henrique Klumb (1855-1880), *Estrada União e Indústria*, Brasil, 1860. Fotografia, 7,4 x 13,8 em 8 x 17,5cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

A corte. De certo modo, funciona como um polo irradiador de mudanças, a partir de onde se esparramam pelo restante do País regras de linguagem, inovações técnicas, lançamentos literários, novidades culturais, moda, vestuário, hábitos de higiene e outras coisas. Os políticos e nobres brasileiros ajudam a levar as novidades para as suas províncias.

O Rio de Janeiro recebe seus primeiros trechos de rede de esgoto em 1862, o que contribui para melhoria das condições sanitárias da cidade.

Ao contrário da Europa, os títulos de nobreza no Brasil não são hereditários, são concedidos pelo imperador mediante mérito do agraciado como, por exemplo, "provas de patriotismo", "serviços prestados", "serviços na Guerra do Paraguai", "serviços conta a cólera-morbo". Havendo o mérito reconhecido, professores, comerciantes, médicos, militares, políticos, fazendeiros, diplomatas, funcionários e outros podem tornar-se nobres.

Durante seus quase cinquenta anos de governo, D. Pedro II concede cerca de mil títulos de nobreza (comparativamente bem mais do que Portugal em toda sua história, bem mais longa que a brasileira), cujo significado geralmente se busca em localizações geográficas relacionadas à vida do agraciado. A depender da inspiração do imperador e tendo em vista origem indígena da denominação de grande parte das localidades brasileiras surgem barões, viscondes e condes de, por exemplo, Itapororoca, Tacaruna, Tracunhaém, Piaçabuçu, Uraraí e outros nomes originários dos idiomas tupi e do guarani, que provavelmente causam estranheza nas cortes europeias.

Novidades tecnológicas. Além das novas fontes de energia, as nações procuram utilizar as tecnologias recentemente desenvolvidas para agilizar as comunicações e o intercâmbio. Os navios a vapor já haviam acelerado a velocidade das viagens e da correspondência entre os continentes. Com o telégrafo, as notícias tornam-se praticamente instantâneas entre as estações e os cabos submarinos tornaram isto possível, também, entre os continentes. Em 16 de maio de

1864 é assinado entre Brasil, França, Itália, Portugal e Haiti um acordo para estabelecimento de linha telegráfica entre a Europa e América.

O Brasil procura trazer estes benefícios, também, para o interior de seu território e expande as linhas de telégrafo, primeiramente em direção ao sul. Elas chegam a Porto Alegre e Pelotas em 1867, prioridade determinada em função da Guerra do Paraguai e, posteriormente, em direção ao nordeste e norte. O telégrafo chegará a Belém, no Pará em 1886.

Infraestrutura. Na mesma época em que as primeiras ferrovias começam a substituir as estradas de tropas, é construída a primeira rodovia do Brasil, a "Estrada União e Indústria" entre Petrópolis e Juiz de Fora. É construída com a melhor técnica disponível, com seis metros de largura, leito revestido de pedra britada, muros de arrimo e drenagem eficiente. Tem bom traçado e amplos raios de curva e pode ser trafegada com segurança por veículos de tração animal a uma velocidade média de até 20 km por hora. O primeiro trecho é inaugurado por D. Pedro II em 1860 e o restante da estrada é aberto ao tráfego em 23 de junho de 1861, a partir do que, sua extensão total de 144 km, com várias estações de troca de animais, pode ser integralmente percorrida em cerca de nove horas de viagem. Com todas estas facilidades, em pouco tempo, nas povoações ao longo de seu percurso surgem grandes depósitos de café e mercadorias diversas.

Crise financeira. Em 1864 ocorrem crises de insolvência no Brasil. Além disso, neste ano as exportações de café são prejudicadas pela queda de produção devido a fatores climáticos, o que agrava a crise financeira existente. O governo autoriza o Banco do Brasil a emitir moeda, o que resulta em uma expansão de 124,2% do meio circulante.

A crise financeira prolonga-se por oito anos, agravada pela Guerra do Paraguai e prejudica a continuidade do processo de crescimento que ocorria desde 1854. Para atender às despesas ocasionadas pela guerra, o governo é obrigado a emitir títulos do Tesouro e contrair outro empréstimo externo no valor de 6.953.600 libras esterlinas. Desse modo, mesmo com o saldo positivo da balança comercial o aumento das emissões acarreta uma desvalorização na moeda da ordem de 34%.

Faltam instituições de crédito que promovam empréstimos a longo prazo, o que dificulta a realização de investimentos relacionados a obras de infraestrutura e inibe os investimentos que necessitam de um maior tempo para atingir a estabilidade, principalmente empreendimentos industriais. Além disso, o custo do dinheiro no Brasil é maior que na Europa devido ao entendimento de que aqui o risco é maior; deste modo, as taxas de juros que na Europa variam entre 4% e 5% ao ano, no Brasil variam entre 8% e 10% ao ano.

Comércio exterior. No período compreendido entre 1861 e 1879, o comércio exterior brasileiro é predominantemente marcado pelas exportações do café, quase 29 milhões de sacas, que correspondem a 45,25 das exportações realizadas no período a um preço médio por saca de 2,35 libras esterlinas.

Outro produto importante nesse período é o algodão, que chega a representar 18,3% das exportações. O aumento das vendas de algodão brasileiro deve-se principalmente à oportu-

nidade criada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos, que desorganizou o fornecimento internacional que era realizado por aquele país. Entretanto, à medida que os Estados Unidos retomam sua produção, o Brasil perde mercado. A cada década que se segue, o algodão diminui pela metade a sua participação na pauta das exportações do Brasil, até estabilizar-se em torno de 2% no período compreendido entre 1891 e 1900. O algodão somente voltará a ter uma posição destacada nas exportações a partir de 1930.

O açúcar também é um produto importante, contribui com 12,1% das exportações do período compreendido entre 1861 e 1870, couros e peles com 6,1%, fumo com 3,0%, cacau com 1,0%, mate a 1,2%. A borracha, com a 3,2%, começa a ter uma presença mais significativa nas exportações brasileiras. Os outros produtos correspondem a 9,9%. No cômputo geral, predominam os produtos agrícolas e os originários do extrativismo.

O total das exportações no período compreendido entre 1861 e 1870 resulta em 149,5 milhões de libras esterlinas. O total das importações foi de 132,0 milhões de libras, portanto o saldo da balança comercial no período é positivo em 17,5 milhões de libras. Nesse ano o Brasil exporta o equivalente a 11,8% do PIB, Inglaterra 12%, Estados Unidos 2,5%, Alemanha 9,5%, França 4,9%, Argentina 9,4% e Japão 0,2% do PIB.

Exposição Nacional de 1866: produtos agrícolas, 1866. Fotografia, 10,4 x 13,5cm.
Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Em 1870 o PIB *per capita* do Brasil é de 740 dólares, para efeito comparativo, o da Grã-Bretanha é de 3.263, Estados Unidos de 2.457, Alemanha de 1913, França de 1.858, Argentina de 1.371 e o do Japão de 741 dólares *per capita*. O Japão ainda apresenta um baixo desempenho no comércio exterior porque em 1870 o país ainda se encontra em processo de abertura. Apenas em 1853 seus portos haviam sido liberados para o comércio internacional.

As exportações brasileiras em 1870 equivalem a uma média de 7,8 dólares *per capita*. O Reino Unido lidera com o equivalente a 31 dólares *per capita*, a França 14 dólares, os Estados Unidos 13 dólares e a Alemanha 11 dólares *per capita*.

No que se refere ao comércio exterior e à política aduaneira, em 22 de maio de 1869, foi aprovada a Tarifa Itaboraí, que é definida pelo sistema métrico, determinando valor por quilo mais um determinado percentual. Tem objetivos protecionistas e estabelece taxas de 30% a 40%.

O Brasil emite nota relativa às relações comerciais com os Estados Unidos, na qual reconhece o avanço do espírito liberal, mas informa que não julga conveniente a redução de direitos de exportação sobre café e açúcar, que juntos representam mais de 60% das exportações do País.

Simbologia de uma época. A partir da década de 1850, as grandes potências industriais começam a organizar exposições mundiais; espaços organizados para demonstrar o progresso técnico alcançado, fazer propaganda comercial, particularmente dos produtos industrializados,

Exposição Nacional de 1866: produtos agrícolas, 1866. Fotografia, 10,4 x 13,5cm.
Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

que ganhavam prestígio quando laureados com prêmios e menções honrosas. Não por acaso a primeira dessas exposições foi organizada pela maior potência industrial de então, e teve lugar em Londres no ano de 1851.

Ausente da primeira feira britânica, em 1862, o Brasil participa da segunda Exposição Universal de Londres. A participação brasileira foi organizada pelo Ministério da Agricultura com apoio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

Foram enviados predominante produtos agrícolas, alguns originários do extrativismo, artesanais e poucos do setor industrial. Dentre outros, apresentou-se café, chá, erva mate, guaraná, arroz, borracha, tabaco, madeira, fibras vegetais, abelhas, algodão e feno. O café e a cerâmica marajoara receberam prêmios.

Em 1866 realiza-se a Segunda Exposição Nacional, com participação de 2.300 expositores e cerca de 20 mil produtos. Esta exposição serviu, também, para coletar o material exibido no ano seguinte na exposição internacional realizada em Paris. O Brasil envia produtos "agrícolas, industriais e de belas-artes". Participam desta exposição, na França, um total de 43 mil expositores e 6,8 milhões de visitantes e o Brasil ganha algumas medalhas de ouro vinculadas a produtos agrícolas ou naturais, ou seja, café, algodão e madeira. Os produtos expostos pelo Brasil dão uma medida do seu lugar no comércio internacional.

Economia. Cenário promissor de desenvolvimento, paz e otimismo da década de 1850, foi refreado pelas crises financeiras dos anos sessenta e principalmente pela Guerra do Paraguai, que consumiu as energias e recursos do Brasil. O governo autoriza a expansão do meio circulante e, para atender às despesas ocasionadas pela guerra, é obrigado a emitir títulos do Tesouro e contrair um empréstimo externo.

De meados da década de 1850 até este momento, o Brasil passa por um período de progresso, estabilidade e otimismo, entretanto, os anos vindouros serão menos promissores.

No que se refere ao registro de patentes, o Brasil atinge um total acumulado de 208 patentes concedidas desde 1809, sendo 53 patentes concedidas desde 1865.

panorama do Segundo Reinado nos anos iniciais da Segunda Revolução Industrial

Capítulo 8

A década de 1870, com a Segunda Revolução Industrial consolidada quase que simultaneamente em vários países, a exemplo da Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Suíça, Bélgica e Japão, conhece uma mudança estrutural no sistema internacional que leva a Inglaterra a perder seu *status* de predominância como parque industrial do mundo. Em 1873, a economia mundial sofre sob a Grande Depressão marcada pela queda dos preços e superprodução ao que se segue uma retração na produção e concentração da propriedade. Os preços do comércio exterior caem, com um breve intervalo, até 1896. Surge, nesse período, o sistema conhecido com Imperialismo. Essa crise provoca uma onda de emigração da Europa para outros continentes.

Politicamente, a criação do Império Alemão, em 1871, faz surgir uma grande potência na Europa que consolida seu processo de industrialização e ocupa o vácuo de poder existente na Europa Central. Esses eventos possibilitam à Alemanha exercer um potencial hegemônico que contribui substancialmente para quebrar o equilíbrio de poder existente e levar à formulação do Sistema Internacional Europeu, marcado nos anos 1870 pelos seus diversos tratados secretos firmados pela Alemanha, que desenham um sistema de alianças idealizado por Bismarck na tentativa de isolar a França, que por seu turno não assimila a derrota da guerra contra a Alemanha (1870-1871). Desde então, a Europa passa a viver sob um "estado de

vigilância permanente". Estado esse que é um prenúncio da formação de blocos antagônicos que vão gerar tensões e conflitos, primeiro na periferia do sistema, depois em seu centro.

Na América do Sul, uma guerra remodela o mapa político. A Guerra do Pacífico de 1879-1881. O Chile combate o Peru e a Bolívia. Vencedor, o Chile anexa porções do território desses dois países. A perda territorial da Bolívia a deixa sem acesso ao oceano Pacífico. A perda de território para o Chile gerou traumas nos dois países batidos na guerra que repercutem até o tempo presente.

Além do significado dos fatores políticos, marcam igualmente os anos 1870 as modificações nos setores produtivos. O século XIX é um período de grandes transformações que ocorrem em muitos setores, mormente nos meios de produção, transporte, comunicações e nas condições de vida de pelo menos uma parcela mais favorecida da população.

As inovações ocorridas nas décadas anteriores, como por exemplo, a máquina a vapor, a hélice marítima, a ampla utilização do carvão mineral nas indústrias, os novos processos siderúrgicos, a adoção de novas técnicas e métodos de trabalho, resultaram no aumento da produtividade, na diminuição dos custos operacionais e na revitalização do mercado mundial, o que proporcionou riqueza e poder para as nações líderes deste processo.

O extraordinário crescimento da industrialização é debitário de diversos fatores, mas, sem dúvida, um vetor basilar é o progresso no campo científico e tecnológico. Nessa seara registra-se o aprimoramento de algumas descobertas e invenções, ilustrativamente citam-se as invenções das placas fotográficas secas, que tornam possíveis as fotos duráveis, por Maddox (1871); o belga Zénobe Gramme fabrica, em 1871, a primeira máquina considerada realmente construída com os princípios do dínamo moderno; Henry Drapar inventa a fotografia espectral astronômica e consegue pela primeira vez realizar o espectrograma de uma estrela (1872); Nikolaus Otto desenvolve o motor a quatro tempos (1876); Thomas Edison, nos Estados Unidos, inventa a lâmpada (1879); e a primeira locomotiva elétrica é inventada por Werner Siemens, na Alemanha (1879). James Alfred Ewing inventa o gerador eletrostático (1880). Em 1880, Philipp von Jolly mede a variação do peso em relação à altitude.

O desenvolvimento siderúrgico tem prosseguimento com a aplicação dos processos Siemens-Martin. A produção do aço em escala industrial descortina uma nova era na construção civil que incorpora o conceito de estruturas metálicas e leva a construção dos prédios que querem tocar o céu, de vãos de larguras extraordinárias. Enfim, proporciona a verticalização das construções, fato que muda o estilo de vida principalmente nas grandes cidades.

Na década de 1870, três fatores básicos da Segunda Revolução Industrial gradativamente convergem para a produção industrial – o aço, a eletricidade e o petróleo. Este último passa a ter importância maior principalmente depois da invenção do motor movido a gasolina (uma invenção de 1860) e do motor a quatro tempos, desenvolvido por Nikolaus Otto em 1776.

Devido ao aumento da produção industrial e, consequentemente, ao acúmulo de capital, ocorre a proliferação de instituições bancárias e maior oferta de crédito para as empresas, que investem e aperfeiçoam seus processos de produção, desenvolvem novos produtos e aumentam suas vendas.

Na década de 1870 as exportações brasileiras continuam concentradas em poucos produtos. Os principais são café, açúcar, algodão, couros, borracha, cacau, mate e fumo, que representam 94,9% de tudo o que o Brasil exporta entre 1871 e 1880. O café é o principal produto e corresponde a 56,4% das exportações realizadas. Em segundo lugar vem o açúcar com 11,9%. O algodão, apesar da grande diminuição ocorrida em relação à década anterior, em que ocupou o segundo lugar entre os produtos exportados, ainda representa um percentual significativo de 9,5%, correspondentes à terceira posição. Nos anos vindouros, o café aumentará ainda mais a sua participação na pauta de exportações do País.

A maior demanda externa por café é plenamente atendida pelo aumento da produção brasileira, que ocorre principalmente devido à expansão da lavoura. O aumento da área plantada é favorecido pela implantação de novas ferrovias, predominantemente no interior da província de São Paulo, o que viabiliza a incorporação de novas áreas produtoras com terras férteis e topografia favorável. Por volta de 1876, a lavoura do café chega a Ribeirão Preto onde a produção dos cafeeiros bate recordes de produtividade devido à elevada fertilidade da terra roxa da região.

Na região Cafeeira de Minas Gerais, a Estrada de Ferro Leopoldina é instalada a partir de 1874 e, somada à Estrada de Ferro D. Pedro II, passa a servir uma fértil região de produção agrícola. No final da década, por volta de 1880, a produção nacional de café será de cerca de 8,5 milhões de sacas, praticamente a metade de toda a produção mundial.

O imperador é movido por uma grande curiosidade cultural e científica. Com objetivo de conhecer outros países, estabelecer contatos e inteirar-se de novidades aplicáveis ao Brasil, em 1871 D. Pedro II realiza a sua primeira grande viagem internacional à Europa e ao Egito. Prefere viajar em caráter particular a suas próprias expensas, como D. Pedro de Alcântara. Na ausência do imperador a Regência do Império é assumida pela Princesa Isabel.

O lento processo de eliminação do regime escravista no Brasil dá mais um pequeno passo em 28 de setembro de 1871, quando é aprovada a Lei do Ventre Livre. Preparada pelo Gabinete do Visconde do Rio Branco e pelo Gabinete Moderador, determina a liberdade para os filhos de escravas nascidos após aquela data, o que, no entanto, não é suficiente para amainar o ânimo dos abolicionis-

Marc Ferrez (1843-1923), *La recolte du café*, 1870-1899. Fotografia, 16 x 22 cm em c. 19 x 26,7 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

tas. Além disso, os ideais republicanos continuam proliferando. Em 18 de abril de 1873, realiza-se a convenção do Partido Republicano Paulista em Itu, na Província de São Paulo.

O Brasil procura manter-se atualizado em relação à ciência e inovações industriais que ocorrem. Neste sentido, o Regulamento Consular de 1872 determina que os representantes consulares brasileiros informem regularmente sobre "as máquinas de nova invenção e melhoramentos do processo industrial, advindos nos outros países, que convenham e se aplique no Império".

O telégrafo, as ferrovias, depois o telefone passam a ser utilizados no Brasil pouco tempo depois de sua invenção, entretanto, devido à extensão e características do território, ausência de mão de obra especializada e falta de capital, o Brasil não consegue aproveitar plenamente as potencialidades desses novos meios.

O capital internacional, principalmente o inglês, é amplamente utilizado pelo Brasil, que procura atraí-lo para investimentos em obras de infraestrutura, transportes e, por intermédio de empréstimos, equilibrar suas finanças e honrar os compromissos de sua dívida externa. Nas finanças internacionais vigora o padrão ouro, ancorado na libra esterlina como padrão de troca.

O Brasil procura conectar-se através do telégrafo e novas rotas marítimas com os demais países. A primeira conexão internacional de telégrafo é com a Europa, realizada por intermédio de cabo submarino por onde trafegam os sinais elétricos em código Morse, sistema utilizado para codificar e transmitir as mensagens. A instalação desse cabo que liga o Brasil a Portugal é iniciada por Mauá em 1872 e a sua inauguração ocorre em 1874. Em 1875, também, é inaugurada uma linha de vapores ligando Manaus a Liverpool, na Inglaterra.

As ferrovias contribuem muito para o desenvolvimento do País no decorrer desses anos. Possibilitam a incorporação de novas áreas agrícolas, o surgimento de novas cidades, o aumento da população e do comércio e viabilizam o transporte dos produtos de exportação até os portos. Para citar alguns exemplos, em 1872 a Companhia de Estradas de Ferro Santos-Jundiaí estende suas linhas até Campinas, e é inaugurada a Estrada de Ferro Sorocabana, que posteriormente incorporará a Itauana e terá seus trilhos estendidos na direção do rio Paranapanema. É organizada, também, a companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que em 1885 chegará a Ribeirão Preto.

A primeira indústria têxtil considerada moderna no País é instalada em 1872 pelo Barão de Piracicaba em São Paulo. Essa indústria tem trinta teares adquiridos na Inglaterra e nela trabalham sessenta funcionários. Alguns anos depois seu filho instala na região algodoeira de Itu, no interior da Província de São Paulo, uma indústria bem maior com 350 teares provenientes da Inglaterra.

Nessa época a cidade de São Paulo tem pouco mais de trinta mil habitantes, uma pequena parcela da população do País, pois o primeiro censo nacional realizado em 1872 informa que o Brasil tem um total de 8.930.478 habitantes, dos quais ainda 1.510.806 são escravos. No que se refere à população estrangeira 60% está concentrada na região sudeste. A Província de São Paulo abriga apenas 7,6% dos estrangeiros e a região sul 15,8%. Entretanto, a partir de 1872 crescerá muito a entrada de estrangeiros em São Paulo, principalmente italianos, espanhóis e

portugueses, até que mais de 40% da população estrangeira no País estará concentrada em São Paulo no início do século XX.

Em janeiro de 1872 é assinado em Assunção, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai, em que fica garantida ao Brasil a posse do território entre os rios Apa e Branco. Apesar de a Guerra do Paraguai ter terminado em 1870 e as relações diplomáticas entre os participantes do conflito estarem em processo de normalização, a guerra provoca reflexos de longo prazo no Brasil.

O Exército brasileiro, em função da guerra, adquire um maior senso de corporação. Os militares passam a desejar voz mais ativa na política, na administração do Estado e tornam-se um terreno fértil para o cultivo e a disseminação das ideias positivistas, o que suscitará atritos entre o governo imperial e parte dos oficiais do Exército. Alguns episódios mais graves ocorridos nesse contexto ficaram conhecidos como as *Questões Militares*. Anos depois o Exército desempenhará um papel definitivo para o fim do império e proclamação da República.

Marc Ferrez (1843-1923), *Brazil*, 1877. Fotografia, 26 x 37 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

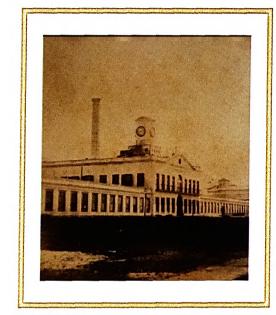
Em 1872, também, tem início um processo de desgaste entre o governo imperial e a Igreja católica, que ficou conhecido por *Questão Religiosa*. Sua origem está relacionada ao fato de que, nesse período, muitos sacerdotes participavam, também, da maçonaria, o que passa a ser reprimido pela alta hierarquia da Igreja.

Os bispos de Olinda e do Pará mandam interditar as irmandades religiosas que se recusassem a expulsar os maçons. As irmandades e outras instituições civis recorrem ao governo, que por força da legislação vigente ordena que os bispos retirem o interdito em 15 dias. Como não é obedecido, condena os dois bispos a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. Posteriormente é concedida anistia, mas o episódio contribuiu para reforçar as teses da separação entre Igreja e Estado e da liberdade de culto.

As relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos são bastante favorecidas em 1872, com a eliminação por parte daquele país do pagamento de taxas de importações de café de qualquer procedência. É um fato importante para o Brasil, pois no ano seguinte tem início um processo de depressão econômica mundial, que se agrava a partir de 1876 e provoca a queda do preço dos produtos brasileiros no mercado mundial.

Esse processo de depressão econômica dura até por volta de 1897 e faz com que os detentores do capital nacional passem a olhar com mais atenção os setores da indústria e serviços. A partir de 1875 ocorre um aumento nas atividades manufatureiras, principalmente indústrias têxteis, o que faz com que ao final do período imperial possam ser contabilizados 636 estabelecimentos fabris.

No que se refere à política aduaneira, em 1874 é implantada a Tarifa Rio Branco, que realiza a uniformização dos direitos de importação em 40% e concede isenção geral para máquinas e insumos benéficos às atividades agrícolas.

O açúcar brasileiro está cada vez menos competitivo no mercado externo. O sistema brasileiro de produção, baseado no trabalho escravo e em engenhos primitivos, encontra dificuldades para concorrer com o açúcar de beterraba produzido na Europa e com o açúcar proveniente da

cana produzido nas Antilhas, Cuba e Filipinas. O governo tenta estimular a adoção de processos mais eficientes de industrialização da cana e, em 1875 aprova a Lei nº 2.687, por intermédio da qual garante juros vantajosos, por volta de 7% ao ano, para estimular a instalação de engenhos centrais baseados no uso de "aparelhos e processo modernos".

Em 1877 foi inaugurado o primeiro engenho central em Macaé no Rio de Janeiro e no ano seguinte entram outros em funcionamento no Paraná, em São Paulo e na Bahia. Mas, em geral, além da falta de capital para investimentos, os senhores de engenhos são resistentes às inovações e a mudanças no sistema de produção baseado no braço escravo, de modo que, muito lentamente, a máquina a vapor e os novos métodos de produção passam a integrar o processo de produção do açúcar no Brasil.

As exportações de algodão do Brasil declinam muito durante essa década. O Ceará, que até então é um forte produtor, a partir de meados da década passa a sofrer mais com a seca e a lavoura no estado é muito prejudicada. Além disso, os Estados Unidos voltam a concorrer no mercado externo de algodão e, por terem condições mais competitivas, deslocam o produto brasileiro.

Entre 1877 e 1880 a seca no Nordeste intensifica-se e praticamente devasta o Ceará. Provoca milhares de mortes e o deslocamento de um grande contingente da população, que em busca da sobrevivência migra para a Amazônia, onde encontram alguma oportunidade na extração da borracha e meios de sobrevivência na pródiga natureza local.

Embarque de café no porto de Santos, s/data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

O regime escravista dificulta o estabelecimento de relações mais produtivas de trabalho e desestimula a vinda de imigrantes para o Brasil, um dos últimos países do Ocidente em que ainda existe a escravidão. Em 1878, Joaquim Nabuco escreve em seu livro *O Abolicionismo*: "Porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe seus elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, rebaixa a política, habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, exercita o ódio entre as classes, produz a aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos da anarquia moral, de miséria e destruição, que de Norte a Sul margeiam todo o nosso futuro".

Os abolicionistas, empenhados em mudar esta situação, intensificam suas ações, principalmente nas cidades, onde são realizadas quermesses, comícios, eventos beneficentes, conferências. Além disso, são fundados jornais, clubes e associações abolicionistas.

As diversas nações procuram estabelecer regras para proteção da propriedade industrial e uniformizar padrões técnicos, comerciais e outros, por intermédio de convenções e acordos. Nesse contexto é estabelecido em 1874, em Berna, o Tratado que fundou a então designada União Geral dos Correios, por 20 países europeus, os Estados Unidos, o Egito, ao qual o Brasil adere em 1878.

O estabelecimento de padrões uniformes, gerais e reconhecidos para os pesos e medidas, é indispensável para o comércio, equipamentos industriais, militares e para a engenharia e ciência. Em 20 de maio de 1875 é realizada na França, em Paris, a Convenção Internacional de Metro, que resulta no estabelecimento de um escritório internacional de Pesos e Medidas. Em julho deste mesmo ano é celebrada em São Petersburgo entre quinze países europeus e a Pérsia a Convenção Telegráfica Internacional. O Brasil adere à Convenção em 1877.

No que se refere à propriedade industrial, a França promove em 1880 uma conferência para estabelecer uma União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, da qual o Brasil participa juntamente com outros quinze países.

Em 1876, D. Pedro II parte para sua segunda viagem internacional, que realiza novamente em caráter particular. Inicia sua viagem pelos Estados Unidos e depois segue para a Europa, Rússia, Constantinopla, Atenas, Líbano, Síria e Palestina, e na volta ainda passa pelo Egito e Itália. Nos Estados Unidos inaugura, juntamente com o Presidente Grant, a *Centennial International Exhibition de Filadélfia*, comemorativa do centenário da Independência americana e que contou com cerca de 60 mil expositores e dez milhões de visitantes.

A participação do Brasil na feira é realizada com especial cuidado e grandes despesas. Este é um momento que marca a melhoria das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, país que então absorve a maior parte das exportações brasileiras. D. Pedro, apreciador das ciências e das invenções, encanta-se com uma máquina que fala: trata-se do telefone, recém-inventado por Alexander Graham Bell. Pouco tempo depois, em 1877, o Brasil instala seus primeiros telefones.

Verbete

1871-1880

Entre os anos de 1871 e 1880, os embarques brasileiros de café, açúcar, algodão, couro, borracha, cacau, mate e fumo continuam crescendo e representam 95% de toda a pauta exportadora.

Confira mais no Anexo 1.

Trata-se de uma iniciativa de D Pedro II, que ao voltar de sua viagem adota a nova tecnologia, antes mesmo que a maioria dos países da Europa.

Em 27 de maio de 1876, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o futuro Barão do Rio Branco e personagem que se tornará preeminente de nossa diplomacia, é nomeado cônsul brasileiro em Liverpool, na Inglaterra.

As fronteiras no Sul sempre foram movimentadas; a bem da verdade, existe uma proximidade cultural e um histórico secular de relacionamento das populações fronteiriças. São condições que facilitam o comércio, o intercâmbio e, também, o contrabando. Para tentar minorar essa prática, em 22 de novembro de 1879 é criada a Tarifa Assis Figueiredo, que reduz as tarifas de importação nas fronteiras do Sul, como uma tentativa de diminuir o contrabando.

Os esforços para viabilizar uma alternativa de mão de obra agrícola em substituição aos escravos continuam. Assim, em 1879, o Brasil envia uma missão à China com objetivo de estimular a vinda de imigrantes ao Brasil. A missão é chefiada por Artur Silveira da Mota, Barão de Jaceguai. No ano seguinte, também, é celebrado um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China.

A Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1879, começa a formar engenheiros, metalúrgicos e geólogos, mão de obra especializada da qual o Brasil é muito carente. O pessoal ali formado, juntamente com os militares, introduzem novas técnicas para a fabricação do ferro.

A partir de 1880 ocorre o incremento da exploração da borracha na região amazônica. As plantações de fumo e cacau começam a se expandir na Bahia, ao passo que a pecuária desenvolve-se no Triângulo Mineiro, região que posteriormente se tornará referência no País para a disseminação de gado com melhores qualidades zootécnicas.

O Nordeste, prejudicado pelas secas e pela crise na lavouras tradicionais de exportação, é a região que menos se desenvolve nesse período, razões que contribuem para torná-la fornecedora de imigrantes para as demais regiões do País.

No mundo ocorreram muitos fatos importantes nessa década. Para citar alguns, a Alemanha foi unificada, foi criado o primeiro motor a explosão, foi inventada a lâmpada elétrica, o princípio da vacina foi descoberto e algumas leis de proteção ao trabalhador começam a ser implementadas na Inglaterra.

No Brasil, a balança comercial resultou em um superávit de 34,5 milhões de libras esterlinas no período de 1971 a 1880, diversas ferrovias foram implantadas, muitas regiões do País foram conectadas pelo telégrafo e novas áreas agrícolas de grande fertilidade foram incorporadas ao sistema produtivo do País.

Império cede o cetro à República,

os anos 1880

A Europa ainda domina economicamente o mundo, mas os Estados Unidos, a partir dessa década, impulsionados por um ritmo acelerado de crescimento, já assumem a liderança mundial no setor da indústria. Todavia, seu crescimento volta-se, primordialmente, para o seu mercado interno, que constitui um verdadeiro bloco econômico.

Os anos 1880 são marcados pela concentração de fatores que deslancham uma nova fase de expansão econômica, aplicação de novas tecnologias, abertura de novos mercados e novas fontes de matérias-primas. Aço, eletricidade e petróleo passam a impulsionar o processo de industrialização.

Alguns símbolos marcantes dos tempos modernos surgem nessa década como produto da convergência de várias invenções e descobertas. Em Nova York, Thomas Edison implementa o primeiro sistema de distribuição elétrica em corrente contínua (1882). Está inaugurada a era da iluminação elétrica. No ano seguinte, Gottfried Daimler, Carl Benz e Wilhelm Maybach desenvolvem o motor a gasolina. Em 1885, Gottfrid Daimler e Carl Benz criam o automóvel. Embora conhecido desde a antiguidade, somente agora tem início a era do petróleo.

Em 1885 é produzida a primeira bicicleta. Louis Pasteur obtém sucesso nos testes com a vacina antirrábica, doença mortal que apavora a humanidade há milê-

Capítulo 9

nios. No ano seguinte serão descobertas as ondas eletromagnéticas, o que abrirá novas possibilidades técnicas e científicas e viabilizará a construção do telégrafo sem fio dentro de alguns anos.

A chamada Segunda Revolução Industrial vai se diferenciar tecnologicamente da primeira não só pela substituição das máquinas a vapor pelas elétricas, pelo uso da eletricidade e do aço, pelo consumo de petróleo, como também pela produção de produtos químicos.

A pesquisa em laboratório é uma característica dessa fase da revolução industrial e o conhecimento vai ser aplicado na fabricação de produtos. Nessa seara, destacam-se os produtos químicos, como os corantes de uso em larga escala para colorir os produtos industrializados.

Os Estados Unidos são os pioneiros na instalação de laboratório industrial para pesquisa, uma iniciativa de Thomas Edison, em 1887. Dessa forma, explica-se a quantidade de invenções patenteadas por Edison, que tinha uma equipe trabalhando em seu laboratório.

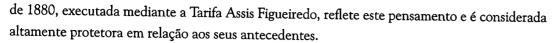
Economicamente, os anos 1880 aprofundam e alargam os horizontes abertos a partir da década anterior. A rede de transações econômicas mundializa-se mais e mais.

Inicia-se, também, a corrida neocolonialista. As grandes potências, reunidas em Berlim entre 1884-85, decidem as "regras do jogo para a partilha da África" segundo as quais a posse de um território só seria reconhecida se estivesse, de fato, ocupado, o que faz com que as potências – grandes e médias – intensifiquem a disputa para ocupar a maior quantidade possível de território.

Assim, as nações europeias avançam sobre a África e se apossam de grande parte do continente. A França ocupa a Tunísia, forma-se um protetorado inglês no Egito, a Alemanha estabelece um protetorado no Camarões e Togo e, no Sudoeste da África, anexa Tanganica e Zanzibar e cria a África Oriental Alemã. A Grã-Bretanha conquista a Uganda e o Quênia, e a Itália inicia a conquista da Eritreia depois da Somália. A África Ocidental é dividida entre a Alemanha e Grã-Bretanha. Do mesmo modo em que procura estabelecer e consolidar as colônias na África, o imperialismo europeu avança sobre o sudeste asiático. A França invade o Vietnã e, unindo-o ao Camboja, passa a dominar a Indochina. A Grã-Bretanha entra em guerra com a Birmânia.

Essas nações, ao mesmo tempo em que procuram obter acesso às matérias-primas e posições geopolíticas vantajosas, necessitam de mercados para consumir os excedentes de sua produção industrial e, bem preparadas para a competição, defendem de modo veemente a livre concorrência.

O programa de governo incluído no relatório de Afonso Celso, Ministro da Fazenda de 1880 e futuro Visconde de Ouro Preto, assim discorre sobre o assunto: "Magnífica em teoria, a escola da livre permuta não pode deixar de ser apregoada e seguida por aqueles países cuja produção superior ao consumo carece de achar mercados francos em toda a parte. Mas, para os que se encontram nas condições do Brasil, adotada como regra invariável, importaria condenar-se a uma dependência e sujeição, por vezes, perigosa e entorpecer o próprio progresso. A livre concorrência pressupõe a igualdade de condições; a inferioridade a exclui e impossibilita. A esse respeito, parece-me que os exemplos do Velho Mundo não são os que mais nos convêm, sendo, aliás, certo que, lá mesmo, há quem os combata e repudie. No sistema adotado pelos Estados Unidos, está o segredo de sua imensa prosperidade e é aí que devemos aprender". A política alfandegária

de 1880, executada mediante a Tarifa Assis Figueiredo, reflete este pensamento e é considerada altamente protetora em relação aos seus antecedentes.

Na América do Sul, estabelece-se um armistício entre o Chile e a Bolívia, que perde sua saída para o oceano Pacífico. Na América do Norte ocorre a quebra da Bolsa de Nova York.

Política e economicamente, a Alemanha torna-se forte concorrente da Grã-Bretanha, que gradativamente vê sua hegemonia decrescer, tanto devido à participação alemã no mercado mundial, como também devido à industrialização de outros países europeus. Assim, a partir de então, a concorrência no comércio mundial torna-se mais acirrada.

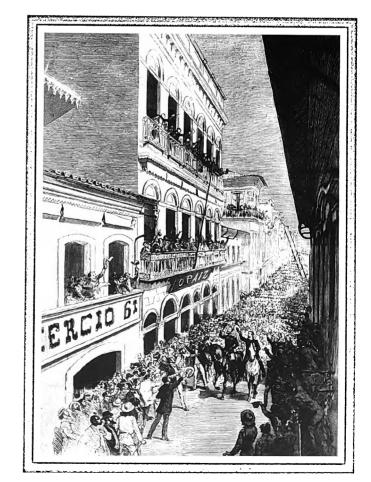
Na Alemanha, Otto von Bismarck renuncia ao cargo de Primeiro Ministro. A queda do seu gabinete, que esteve no governo de 1871 a 1890, vem a acarretar mais tarde uma mudança na política exterior alemã. A Alemanha transforma-se, gradativamente, de Estado Nacional em potência mundial e volta-se para fora, motivada, não só por interesses econômicos, como, também, pelo *Streben Nach Marcht* (ambição pelo poder).

Esses são anos, também, do capital financeiro. Nos países europeus são fundados bancos que criam uma verdadeira rede de apoio às transações comerciais. Esses bancos são os criadores de companhias de seguro e de navegação. Sucurssais e filiais desses bancos são abertas em vários países do mundo. Sem embargo, essa é também a era do capital.

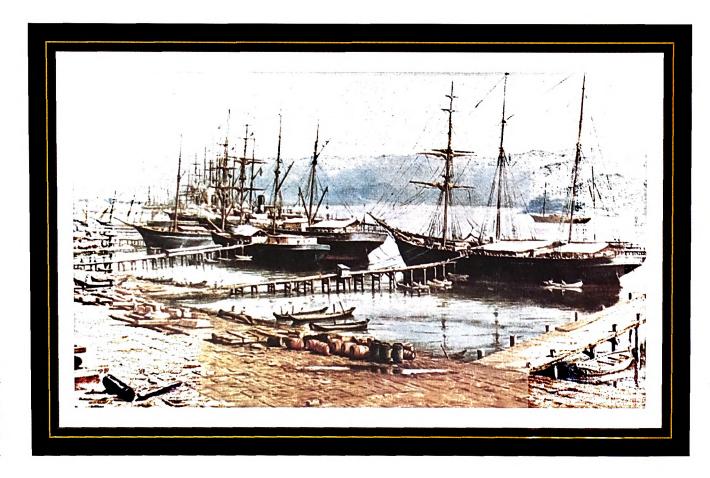
No Hemisfério Ocidental, os Estados Unidos realizam a Primeira Conferência dos Estados Americanos (1889-90) que propõe a criação de uma União dos Estados Americanos. Motivam essa convocatória fatores de ordem política e econômica. Nominalmente, necessidade de se impor como líder continental e busca de mercados para o seu excedente de produção. O Brasil participa da Conferência quando a República é proclamada (15/11/89) e seu representante na conferência consulta o Chanceler se "deveria dar tratamento republicano às posições brasileiras". A partir de então, a política externa brasileira gradativamente muda seu eixo, voltando-se para os Estados Unidos, e se afastando paulatinamente do eixo europeu.

Relatos sobre os últimos anos do Império. Em 1881, realiza-se uma reforma eleitoral por intermédio de lei redigida por Rui Barbosa e conhecida por Lei Saraiva. Institui a eleição direta, a não obrigatoriedade do voto e permite a eleição de não católicos, mas como ainda mantém a exigência de uma renda anual superior a duzentos mil réis para os eleitores e proíbe o voto dos analfabetos, na prática, exclui grande parte da sociedade do processo eleitoral.

A região cacaueira da Bahia prospera e, em 28 de junho de 1881, Ilhéus é elevada à categoria de cidade e passa a ser considerada a capital da Costa do Cacau na Bahia. Em Pernambuco é aberta uma grande indústria têxtil na cidade de Madalena. Em 28 de dezembro de 1882, a cidade de Rio Branco é fundada por seringueiros, às margens do rio Acre. Nesse período, a borracha passa a ocupar o terceiro lugar na pauta das exportações do País.

Illustration, Proclamação da República, 1889. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Em março de 1883, o Brasil participa, juntamente com outros dez países, da Conferência de Paris, na qual é estabelecida a União Internacional para Proteção da Propriedade Industrial. O Brasil é um signatário original do documento ao qual aderem, posteriormente, Grã-Bretanha, Estados Unidos e outros países industrialmente mais desenvolvidos.

Enquanto isso, no Brasil, os assuntos relacionados à abolição, ao movimento republicano e os atritos entre o governo e os militares, que ficam conhecidos como "Questões Militares", mobilizam a atenção da sociedade brasileira. A imprensa, que usufrui de grande liberdade, faz do governo imperial alvo constante de suas críticas e sátira, mas mesmo assim, tem sua liberdade preservada durante todo o governo de D. Pedro II.

Carl Von Koseritz, em Imagens do Brasil, assim descreve o Imperador D. Pedro II: "[...] Passa-se uma coisa rara, na situação do Imperador: ele não possui nenhuma fortuna pessoal e sua lista civil, já de si insuficiente, vai na maior parte para obras de beneficência, de modo que ele não pode manter nenhuma pompa na corte, nem pode fazer nada para dar brilho às suas residências [...]. Sem dúvida isso é muito honroso para o homem mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao Imperador. [...] Ainda mais cômica (e, para um europeu, inconcebível), é a circunstância de que todo andar térreo da ala interna do palácio imperial está alugado a negociantes, barbeiros etc.! Isso não aconteceria ao mais modesto dos Príncipes alemães, mas aqui é inevitável, pois as

Benedito Calixto. *Praia do Consulado – Porto de Santos*, 1882. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

rendas do imperador são insuficientes para as suas obras de caridade. Em questões políticas me vi muitas vezes na obrigação de censurar o Imperador. [...]; entretanto, respeito o homem, como todo cidadão honrado deve respeitá-lo, porque ele é um senhor de grande coração, amigo e benfeitor de seus semelhantes, que afasta de si qualquer luxo, para minorar a miséria alheia".

Em 30 de setembro de 1883, a cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte é a primeira cidade no País a libertar os escravos. Em 25 de março de 1884, a Província do Ceará abole a escravidão e, em 10 de julho, a Província do Amazonas faz o mesmo. No ano seguinte, em 1885, o imperador sanciona a lei que concede a liberdade aos escravos com mais de sessenta anos e fica conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe.

O café brasileiro faz sucesso em exposição realizada em São Petersburgo. As exportações possibilitam sucessivos saldos positivo na balança comercial do País e contribuem para um certo acúmulo de capital, que passa a ser direcionado para outras atividades produtivas e para a expansão das atividades manufatureiras, principalmente a indústria têxtil.

Os investimentos estrangeiros no País atingem um total acumulado de 24,9 milhões de libras esterlinas desde 1860. São recursos predominantemente ingleses que se destinam a serviços públicos, mineração, bancos comerciais e grandes empreendimentos como ferrovias e aparelhamento de portos. A partir dessa data, ocorre um aumento no número de patentes concedidas, que de certo modo coincide com o aumento do investimento externo no País. Entre 1831 e 1889, o Brasil registra um total de 1.432 patentes, incluídas as produzidas em outros países e registradas, também, no Brasil.

Em 1886, cafeicultores paulistas fundam a Sociedade Promotora da Imigração que, com apoio do governo da Província de São Paulo, passa a promover a vinda de imigrantes, arregimentados principalmente em Portugal, Espanha e Itália. Estes países passam por grandes transformações em sua estrutura agrária, o que resulta em grandes contingentes de trabalhadores sem terras, em precárias condições econômicas e, por isso, se dispõem a tentar melhor sorte em outros locais.

Todos os custos da vinda dos imigrantes para o Brasil, o transporte do porto até a Hospedaria dos Imigrantes e daí até as fazendas são custeados pelo governo da Província de São Paulo. Ao chegar às fazendas, muitos imigrantes desiludem-se com as precárias condições encontradas e, após cumprirem seus contratos, partem em busca de melhores oportunidades nas cidades e na capital da província.

Em 1887, é criada a Tarifa Belisário de Souza, que estabelece alguma proteção para os produtos nacionais similares aos importados e corrige a disparidade entre os preços reais e oficiais, sobre os quais incidem os direitos alfandegários. Além disso, reduz as taxas incidentes sobre a matéria-prima necessária às indústrias nacionais.

As operações com metais nobres, cambiais e fundos públicos intensificam-se acompanhando o crescimento da economia do País. Essa situação obriga o governo a organizar e a regular o pregão de títulos e valores, inclusive com um local próprio para seu funcionamento, que se torna o embrião da futura Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Verbete

1881-1890

A balança comercial brasileira registra sucessivos saldos positivos, contribuindo para um acúmulo de capital, que em parte é direcionado para a expansão das atividades manufatureiras. Em maio de 1888, a Lei Áurea abole a escravidão no Brasil e em 15 de novembro de 1889 há a Proclamação da República.

Confira mais no Anexo 1.

No Brasil continua o processo de desgaste e enfraquecimento da monarquia, cujos rituais já não empolgam a população. Além disso, outros grupos de poder desvinculados da família imperial se formam. Em 1887, Joaquim Nabuco discursa no Parlamento e incita o Exército a rebelar-se contra a função de perseguir escravos fugidos. Pouco tempo depois, o Exército solicita formalmente ao governo que seja liberado dessa função.

Nas regiões cafeeiras, as cidades crescem rapidamente e novas cidades surgem acompanhando a instalação dos trilhos das ferrovias que, em 1888, atingem quase nove mil quilômetros de extensão. A produção e exportação do café demandam a criação de toda uma infraestrutura de transporte e embarque e também de serviços, como companhias de navegação, casas importadoras e exportadoras, bancos e seguradoras. O porto de Santos é preparado para receber os navios de grande porte que levam o café brasileiro e trazem as mercadorias importadas para o País.

As importações brasileiras são compostas, predominantemente, por tecidos de algodão, lã, linho, seda, bebidas variadas, farinha de trigo, carnes, ferragens, ferro, aço, manteiga, azeites, bacalhau, louças e vidros, carvão e, mais próximo do fim do período imperial, ocorre uma maior presença de máquinas, papel, produtos químicos e farmacêuticos.

Em 1888, é instalado na Usina Esperança, em Itabirito, Província de Minas Gerais, um alto forno com capacidade de fundir até seis toneladas de ferro gusa por dia. Algum tempo depois é instalada outra siderúrgica em Miguel Burnier, também Minas Gerais. Estas duas usinas, posteriormente incorporadas sob uma única empresa, vão constituir praticamente na única empresa siderúrgica do País até 1924.

A economia cafeeira, ao proporcionar o acúmulo de capitais, a expansão da malha ferroviária e a instalação de um mercado de trabalho assalariado, contribui com algumas condições importantes para o início do processo de industrialização. De pouco mais de cinquenta indústrias, por volta de 1850, o Brasil atingirá cerca de seiscentas em 1889.

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, que substituía o Imperador, assina a Lei Áurea, que abole a escravidão no Brasil e concede a liberdade incondicional a cerca de setecentos e cinquenta mil escravos. Ao contrário do que previam alguns, o fim da escravidão não acarreta uma crise econômica grave, pois os setores mais dinâmicos da economia já não dependem dos escravos para produzir. Somente alguns setores que já estavam em crise enfrentam algumas dificuldades, como as lavouras do Nordeste e a cafeicultura do Vale do Paraíba.

Os ex-escravos passam a sobreviver com dificuldades e sem perspectivas na maioria das regiões do País. Realiza-se a abolição, mas não ocorre um processo planejado de integração dos libertos à sociedade. Existiam propostas, principalmente por parte de alguns líderes abolicionistas, para promover melhorias nas condições dessa população, entretanto nenhuma delas foi posta em prática pelo governo.

O governo autoriza, em 1888, a "Comissão Brasileira de Estudo da Exposição Universal de Paris" a gastar até 300 contos de réis para organizar a participação brasileira na referida exposição. Realiza-se, também, uma exposição nacional preliminar, que contribui para a seleção dos

produtos que serão enviados. Também é preparado para a Exposição Universal, um magnífico volume de apresentação do Brasil denominado *Le Brésil em 1889*.

A economia, durante o Segundo Império, evolui bastante e passa de uma renda nacional de 44 milhões de libras esterlinas, em 1850, para 166 milhões de libras, em 1890, com um crescimento médio anual de 2,9%. Esse crescimento deve-se predominantemente à evolução das exportações de produtos primários, principalmente o café.

Durante o período imperial, o setor industrial brasileiro não conta com uma política de desenvolvimento industrial eficaz. Pode-se dizer que é mais ajudado pela política aduaneira, norteada pela necessidade de arrecadação e principal fonte de recursos do tesouro e que, por consequência, protege as indústrias nacionais.

No final do período imperial, a receita aduaneira corresponde a cerca de dois terços de todos os recursos orçamentários. A última reforma aduaneira implantada nesse período é a Tarifa João Alfredo. É uma tarifa que acompanha o câmbio e que, objetivando favorecer a agricultura do País, suprime as taxas sobre produtos químicos utilizados na lavoura. Além disso, eleva a taxa sobre os manufaturados estrangeiros, o que faz com que seja considerada protecionista, principalmente a favor da indústria têxtil nacional.

O último empréstimo externo negociado pelo governo imperial, de 19.827.000 de libras esterlinas é o maior realizado pelo governo de D. Pedro II. Tem por objetivo converter empréstimos anteriores a condições mais favoráveis, juros mais baixos e maior prazo de pagamento. O governo imperial, apesar de um processo de endividamento crescente, sempre honrou seus compromissos externos com pontualidade, o que contribuiu para gerar credibilidade para o País e acesso ao capital estrangeiro.

Em junho de 1889, foi instalado um novo gabinete liberal chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, em substituição ao anterior, conservador e presidido pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Em 9 de novembro de 1989, realiza-se o último Baile da Monarquia, em homenagem aos oficiais do navio chileno "Almirante Cochrane", que fica conhecido como Baile da Ilha Fiscal, foi a última grande festa da monarquia antes da proclamação da República.

Na balança comercial do período compreendido ente 1881 e 1890 o principal produto exportado é o café, que corresponde a 61,7% das exportações. O açúcar contribui com 9,9%, a borracha já aparece em terceiro lugar com 7,7%. Peles e couros representam 3,2%, fumo 2,7%, cacau 1,6% e o mate 1,1%. O algodão sofre uma forte queda na participação das exportações, que durante esta década caem para 4,2%. O saldo acumulado da balança comercial, no período de 1881 e 1890, foi positivo e de 24,3 milhões de libras esterlinas.

Foram exportadas, nesse período, 53.326.000 de sacas de café, a um preço médio de 2,53 libras por saca, resultando em uma receita de 219.735.000 de libras. No ano de 1888, quarenta por cento de todo o café produzido no Brasil já é originário de São Paulo, que a partir de 1895 torna-se o maior produtor do País.

Ocorre, também, uma reorientação na diplomacia brasileira, que passa a priorizar as relações com os Estados Unidos. Entretanto, apesar desse redirecionamento, o Brasil não tem interesse em desvincular-se da Europa, devido ao comércio, aos investimentos e principalmente ao capital europeu. Isso fica claro quando os Estados Unidos propõem, na Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, em outubro de 1889, a criação de uma união alfandegária americana. A missão brasileira enviada à capital americana recebe do governo a seguinte orientação: "O Brasil não tem interesse em divorciar-se da Europa; bem ao contrário, convém-lhe conservar e desenvolver as suas relações com ela".

Início da República. Na noite de 15 de novembro de 1889 a República é proclamada e constituiu-se o primeiro Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Na tarde do dia seguinte, D. Pedro II recebe o documento que participa a destituição do ministério e do próprio Imperador, comunica a proclamação da República e dá um prazo de 24 horas para que a família real deixe o País.

"O povo assistiu bestializado" são as palavras de Aristides Lobo, líder republicano no Rio de Janeiro, para descrever o comportamento popular durante o episódio da Proclamação da República. O povo julgou tratar-se de uma "parada militar", ainda nas palavras de Aristides Lobo, Ministro do Interior do Governo Republicano de Deodoro da Fonseca. O imperador e a Princesa Isabel gozam de imenso prestígio junto à população, principalmente às classes sociais mais humildes do País. A Proclamação da República ocorre praticamente sem participação popular.

Na tarde do mesmo dia 15, Silva Jardim, José do Patrocínio e Lopes Trovão, republicanos exaltados, organizam um Ato Público na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e decretam o fim do Império e proclamam a República.

No dia 16, Deodoro da Fonseca e todo os membros do Governo Provisório prestam juramento solene. Uma das primeiras providências é o ato intimidatório encaminhado a D. Pedro II para que vá ao exílio com toda a família imperial.

No dia 17 de novembro, chega às mãos de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do novo Governo Republicano, a seguinte mensagem assinada por D. Pedro de Alcântara e datada de 16 de novembro:

> *À vista da representação que me foi entregue hoje às três horas da tarde resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família para a Europa, amanhã, deixando esta Pátria de nós estremecida, a qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me pois eu com todas as pessoas de minha família conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.*

Na madrugada do mesmo dia, D. Pedro II e sua família já haviam embarcado para a Europa a bordo do navio Alagoas.

No exílio, D. Pedro II mantém a serenidade e não empreende nenhuma ação para prejudicar o novo regime. Afasta-se da política com receio de que ocorra uma guerra civil no Brasil, caso ocorram tentativas de restauração do trono. Aos diplomatas que o procuram, aconselha que continuem servindo ao País.

No Brasil, o Governo Provisório da República nomeia, em 3 de dezembro de 1889, uma comissão especial para elaborar o projeto de Constituição. Após cerca de três meses de trabalho da comissão, o Congresso promulga, em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição da República.

A República dissolve as Assembleias Provinciais e as câmaras Municipais e nomeia intendentes para o governo dos municípios – o que resulta em um amplo processo de descentralização administrativa. Os governadores da maioria dos estados, também, são nomeados pelo Governo Provisório da República.

Em 1890, a população do Brasil é 14.333.915 habitantes, dos quais cerca de setecentos mil são estrangeiros. Apenas Rio de Janeiro, Salvador e Recife possuem mais de cem mil habitantes. A grande maioria da população dedica-se a atividades agrícolas e prestação de serviços. Apenas uma pequena parcela dedica-se a atividades industriais e o mundo rural predomina absoluto sobre o urbano. A grande maioria da população concentra-se no Sudeste e no litoral e as províncias do centro e norte do País têm imensas áreas desabitadas.

Rui Barbosa, Ministro da Fazenda durante o Primeiro Governo Republicano, procura assegurar a continuidade do surto industrial e adota medidas para proteger a produção nacional e incentivar a instalação de indústrias. É desse período, também, a primeira lei proibindo a concessão de isenções de direitos de importação para produtos importados que tiverem similares nacionais.

A Constituição de fevereiro de 1891 implementa reformas como a liberdade de culto, a separação da Igreja do Estado.

Uma das medidas do Ministro da Fazenda do Governo Provisório é a reforma bancária, que resulta em inflação e em um processo de especulação financeira desenfreada. Ocorre aumento nas importações, o País perde credibilidade perante os investidores externos, o preço das ações cai, muitas empresas e bancos falem, as finanças públicas desorganizam-se e milhares de pessoas perdem suas economias nas atividades especulativas. Esse período é denominado "Encilhamento" em uma alusão às apostas que ocorriam nas corridas de cavalo.

Finda-se o relato sobre a última década do Império do Brasil indagando-se: quais os eventos mais marcantes do período de 67 anos, dos quais 49 integralmente sob a coroa de D. Pedro II.

Um dos marcos mais simbólicos e importantes é a unidade do território nacional. Mas, a despeito das inúmeras e positivas realizações, constata-se, obviamente, que o Império não inseriu o País na era da industrialização. O Brasil continuou na periferia do sistema, participando do comércio internacional fornecendo produtos agrícolas para os sofisticados mercados dos países industrializados.

Crises e arranjo federativo sob a primeira Constituição republicana

Os anos iniciais da década registram uma crise econômica no contexto mundial, a Bolsa de Nova York chega a entrar em crise em 1893. A partir de 1896, a economia mundial registra um *boom* econômico que emoldura um frenesi comportamental conhecido como *belle époque*. No comércio internacional, registra-se uma alta de preço. Esses fatores perduram até a Primeira Grande Guerra.

A última década do século XIX, assinala dois debutes na política internacional. Precisamente na segunda metade dos anos 1890, duas potências sinalizam a medida de suas ambições. Em 1896, o *Kaiser*, Guilherme II, em uma fala do trono, declara como divisa da política exterior alemã o *Deutschen Platz an der Sonne* ("lugar alemão ao sol"). Com isso, anuncia a intenção alemã de tornar-se potência mundial. A Alemanha é então a economia europeia mais dinâmica e a mudança de seu caráter de Estado Nacional para potência mundial transforma o equilíbrio europeu – situação iniciada quando a França furou o cerco do bloqueio isolacionista que lhe fora imposto pelo sistema de alianças arquitetado por Bismarck, ao firmar com a Rússia uma aliança, em 1894. Desde então, passa-se, gradativamente, a viver na Europa a "paz armada".

Nas Américas, os Estados Unidos entram em guerra contra a Espanha, em 1898. Então, duas facetas pioneiras do poderio da sociedade norte-americana se

Capítulo 10

sobressaem: o uso da mídia e a ambição expansionista aliada ao poder bélico. Essa é a primeira guerra norte-americana além fronteira. O estopim do conflito foi a explosão acidental do navio militar norte-americano Main, no porto de Havana, Cuba. A imprensa e o governo dos Estados Unidos fizeram uma campanha de psicologia social usando o acidente para mobilizar a opinião pública contra a Espanha. Desde 1895, os Estados Unidos apoiavam as lutas por libertação do povo cubano e filipino, em última instância visando ao seu poder estratégico.

Os Estados Unidos exigem da Espanha a independência de Cuba como medida para solucionar o entrevero, o que é recusado. Tem, então, início o conflito. Em duas semanas de combate, a Espanha é derrotada e tem que ceder aos Estados Unidos o domínio sobre Cuba, Filipinas e Porto Rico.

Henri de Toulouse-Lautrec, *La danse au Moulin Rouge*, 1890. Óleo sobre tela: 115,5 × 150 cm. Museu de Arte de Filadélfia, Filadélfia, EUA.

A então maior potência econômica mundial, terceira maior marinha do mundo, não tem interesse em assumir diretamente o governo dos territórios conquistados, como no esquema do velho colonialismo. Mas, interessada está em garantir o acesso aos mercados das comunidades conquistadas e na instalação de bases militares permanentes. Esse último propósito tem um significado pioneiro, a mudança das características do Exército norte-americano que, com isso, deixa de ser uma força de defesa do território nacional e transforma-se em uma força de conquista com mobilidade para se deslocar para diferentes pontos do mapa mundial.

Economicamente, a Europa continua o centro do mundo. Suas três maiores economias nacionais, Alemanha, França e Inglaterra, detêm em conjunto cerca de 60% do comércio mundial. A Inglaterra continua a ser a maior potência financeira, a despeito de não acompanhar o vigor do processo de industrialização das novas potências, nomeadamente Estados Unidos, já o maior parque industrial, e a Alemanha.

No Brasil, a última década do século XIX inicia-se com a promulgação da primeira Constituição da República. A Constituição de 1891 assegura aos Estados da Federação ampla autonomia política e econômica, como a competência para taxar a produção e as exportações.

No mesmo ano que o Brasil ganha sua primeira Constituição republicana, um desenlace fatal aprofunda ainda mais a separação com o Império. Em 5 de dezembro de 1891, D. Pedro II falece em Paris, em um modesto quarto do Hotel Bedford. Praticamente não possuía bens pessoais e havia recusado a quantia de 5 mil contos de réis que o Governo Republicano havia oferecido para estabelecer-se na Europa.

A República vivencia suas primeiras crises políticas e econômicas logo nos primeiros anos de existência. No plano político, é desafiada pela Revolta da Armada e pela Revolta Federalista. A guerra é, também, o meio empregado para combater o movimento messiânico de Canudos.

A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (fevereiro), uma guerra civil, sacode aquele estado de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Motivam a revolta divergências e atritos entre facções políticas rivais com pontos de vista diferentes sobre a autonomia do Estado na Federação. Os federalistas, ou maragatos, liderados por Gaspar da Silva Martins, almejam a autonomia estadual frente ao poder federal de Floriano Peixoto. São seus opositores os republicanos, ou pica-paus, liderados por Júlio de Castilhos. Os maragatos se unem a integrantes da Armada no Paraná. Sob ferozes combates, quando a degola passa a ser uma forma de eliminar prisioneiros, os revoltosos são derrotados (1894). Após essa derrota, batem em retirada para o Rio Grande do Sul, onde dão continuidade à luta. Os revoltosos se rendem e depõem as armas, em agosto de 1895, mediante um acordo que envolveu a mediação do novo Presidente da República, Prudente de Moraes. O estado de sítio e a repressão ao movimento afetam a imagem do Brasil no exterior.

Em 6 de setembro de 1883 tem início a Revolta da Armada no Rio de Janeiro. Seu ponto de inflexão remonta a março de 1892, quando três generais enviam uma Carta-Manifesto ao Presidente Floriano Peixoto exigindo a convocação de novas eleições presidenciais para que "cumprindo-se o dispositivo constitucional, se estabelecesse a tranquilidade interna da nação". A quase totalidade da Armada revolta-se contra a presidência de Floriano Peixoto com o propósito de "restaurar o império da Constituição", nas palavras de seu líder Custódio de Melo. O pano de fundo são velhas rivalidades entre o Exército e a Armada. Pretendem os revoltosos "restaurar o império da Constituição" que prevê para caso de vacância do cargo de Presidente, antes de completados 18 meses de mandato, a convocação de nova eleição. O mandato de Floriano não observa esse dispositivo, o que resulta no fato de ele nunca ter sido diplomado como Presidente da República. Floriano resiste ao levante e se sustenta no cargo graças ao apoio das elites paulistas. Sem apoio político e social, o movimento não tem êxito. Reprimido o movimento, a prisão de seus líderes é decretada (1893).

Não obstante, em janeiro de 1894, os comandados de Custódio de Melo se juntam aos federalistas e invadem o Paraná, onde organizam um governo revolucionário. A meta é tomar o poder atacando primeiro São Paulo. São derrotadas pela guarnição da Lapa sob o comando do Coronel Gomes Carneiro. O outro comandante da Revolta, Saldanha da Gama, também é derrotado, na tentativa de tomar o Rio de Janeiro a partir de posições em Niterói, pela esquerda recém-chegada do exterior. Isso encerra o movimento em março de 1894.

No sertão da Bahia ocorre a chamada Revolta de Canudos (1893-1897). Essa é quiçá a mais estudada entre as revoltas consideradas messiânicas da História do Brasil. No presente texto, quer-se apenas fazer o registro desse movimento que, ao final, contrapôs um bando de sertanejos, que vivia praticamente dos recursos de sua comunidade religiosa, contra os modernos canhões da República (canhões da Krupp que, testados em Canudos, depois vão ser usados na Primeira Guerra Mundial). A resistência oferecida por Canudos descreve uma verdadeira saga heroica que impressionou sua mais importante testemunha, o escritor Euclides da Cunha, que relata em sua mais famosa obra, *Os Sertões*, publicada em 1902, os feitos daqueles sertanejos.

Verbete

1891-1900

O comércio exterior continua dependente do café, que constitui o setor mais dinâmico da economia e responde por mais de 60% das exportações brasileiras. Na região amazônica, intensifica-se a exploração da borracha, valorizada pela nascente indústria automobilística nos Estados Unidos.

Confira mais no Anexo 1.

Grande crise econômica e financeira, conhecida como Encilhamento, se manifesta desde 1890. Seus reflexos ainda se fazem sentir. Para evitar uma bancarrota, o governo contrai um crédito na Inglaterra, o *funding loan* de 1898, que impõe duras condicionalidades para liberar as parcelas do empréstimo.

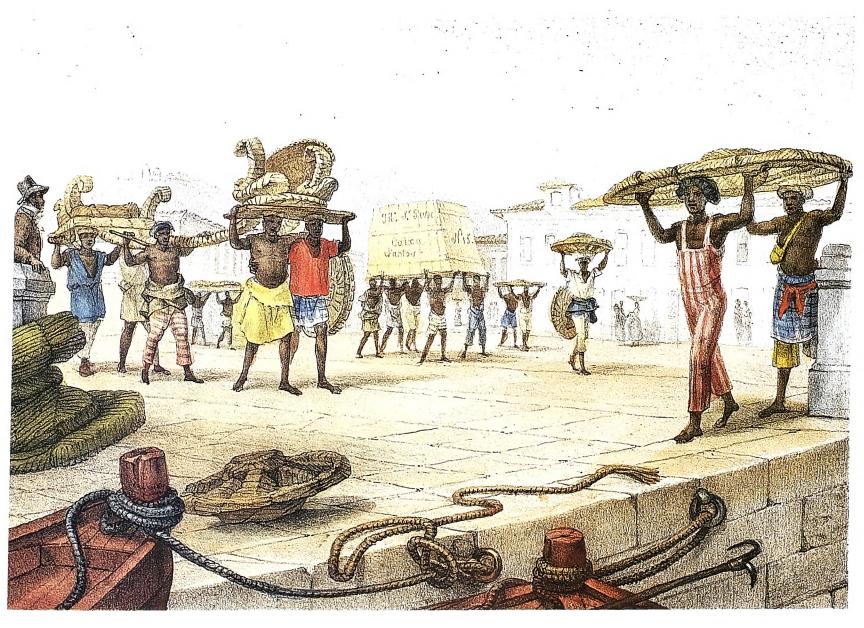
Primeiro plano econômico brasileiro, o Encilhamento é decorrente da política de livre emissão de créditos garantidos pela emissão de moeda do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. O objetivo é estimular a economia e promover a industrialização. São criados três bancos emissores regionais, um na Bahia, um em São Paulo e outro no Rio Grande do Sul, aos quais se soma o Banco do Brasil. O resultado é uma febre especulativa que leva à inflação e à criação de empresas fantasmas cotadas na Bolsa de Valores. O país quebra. Os papéis da Bolsa, sem nenhum valor, são jogados no setor de encilhamento do Jóquei Clube do Rio de Janeiro, de onde vem a origem da denominação da crise.

Comercialmente, o Brasil continua dependente das exportações do café, que constitui o setor mais dinâmico da economia e responde por mais de 60% das exportações brasileiras. Na região amazônica, intensifica-se a exploração da borracha, valorizada pela nascente indústria automobilística nos Estados Unidos.

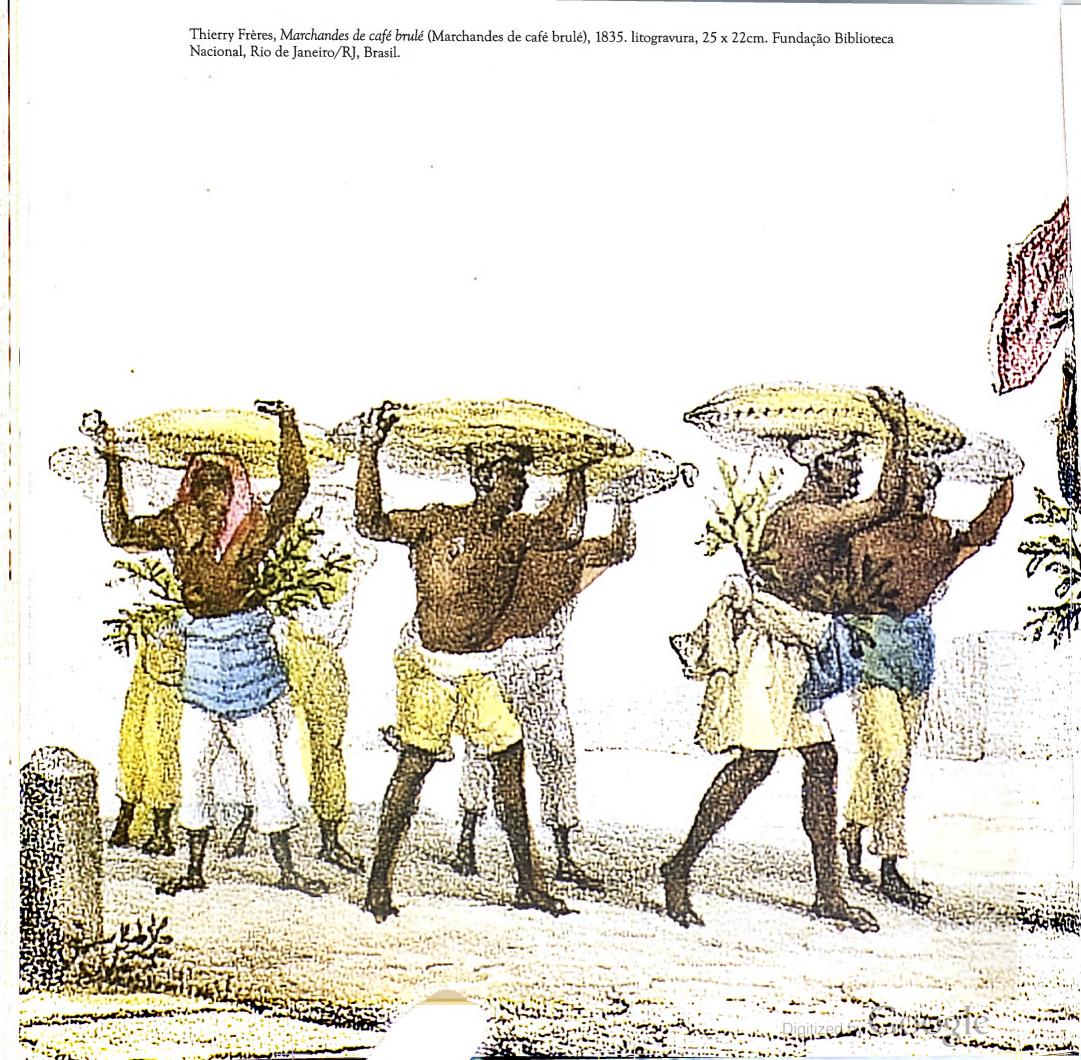
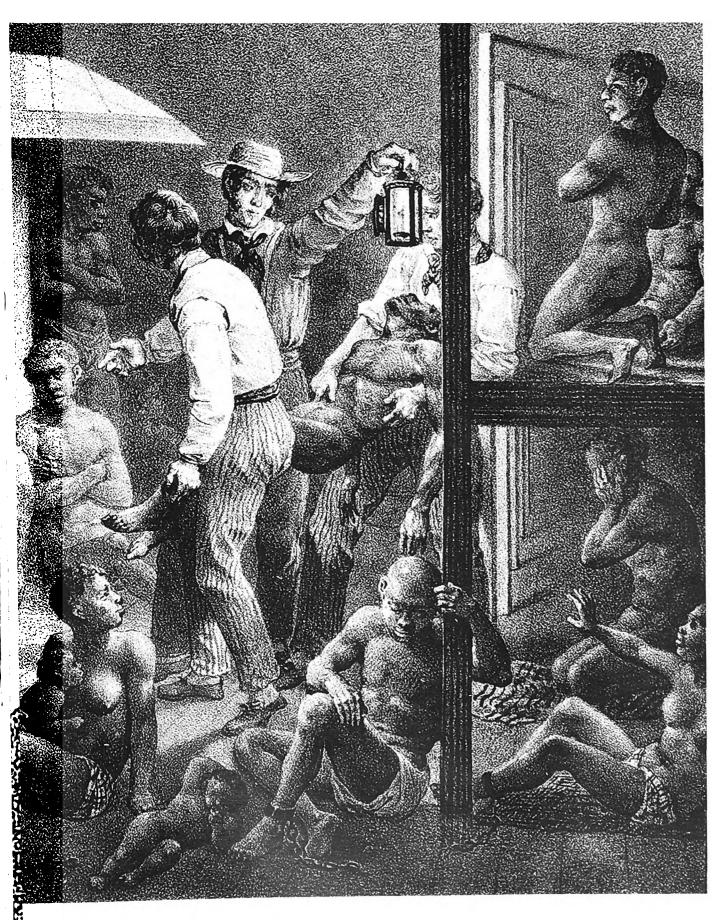
Nos anos 1890, o Brasil está falido e assolado pela inflação. O governo de Prudente de Moraes deixa como herança para o Presidente eleito, Campos Sales (presidência 1898-1902), a solução do problema. Como geralmente acontece nessas circunstâncias, as autoridades governamentais equacionam o problema com a contração de um novo empréstimo externo.

Assim, antes mesmo de tomar posse, mas como Presidente eleito, Campos Sales, político paulista, típico representante dos interesses da cafeicultura, assume a tarefa de negociar a dívida e tomar um novo empréstimo junto aos credores brasileiros.

Em abril de 1898, Campos Sales viaja à Inglaterra para negociar a moratória do Brasil. As negociações com os bancos ingleses, capitaneadas pelo Barão de Rothschild, levam à contração do *funding loan* de 1898. Os termos do empréstimo foram severos e inauguram, na banca internacional, a modalidade de empréstimo sob severas condições. A suspensão do pagamento da dívida e o empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas foram condicionados, além de uma moratória de três anos, a uma cartilha com medidas severas a serem tomadas.

Manoel Ferraz de Campos Sales, de volta ao Brasil, vê-se diante do problema, nada simples, de fazer um arranjo institucional que permita a governabilidade e a aprovação das condições aceitas junto aos credores internacionais. Elabora, então, uma "política dos governadores", a construção de uma ordem republicana, um ordenamento estatal que agregue uma maioria que dê sustentabilidade ao governo. As forças em jogo são muitas, citem-se as pressões internacionais dos credores, a força dos governadores, os coronéis, o conjunto de tendências políticas presentes no Congresso. Vivem-se, ainda, as apreensões dos reflexos do Encilhamento, a frustração pela política financeira de emissão de moeda sem lastro em ouro encetada por Rui Barbosa, nos primeiros momentos da República. Para implementar sua política, conta com a decisiva colaboração de seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho.

Thierry Frères, *Convoi de café*, 1835. litogravura, 25 x 22cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Thierry Frères, *Marchandes de café brulé* (Marchandes de café brulé), 1835. litogravura, 25 x 22cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Thierry Frères, *Marchandes de café brulé* (Marchandes de café brulé), 1835. litogravura, 25 x 22cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Laurent Deroy (1797-1886),
Négres a fond de Calle
(Negros no fundo do porão),
1835. Gravura. Fundação
Biblioteca Nacional, Rio de
Janeiro/RJ, Brasil.

Observando as determinações dos credores, a agenda de ajuste fiscal do governo tinha, dentre outros, os seguintes pontos a serem cumpridos: arrocho fiscal e financeiro, aumento dos impostos existentes, criação de novos impostos, a exemplo do imposto de consumo, reforma das tarifas alfandegárias e introdução da taxa-ouro de 10% sobre o valor das mercadorias importadas. Meta a ser alcançada: equilíbrio fiscal com aumento das rendas públicas e compressão das despesas. Os credores exigiam, ainda, como garantia, que fossem hipotecadas todas as rendas alfandegárias do País, as receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do abastecimento de água da Capital Federal. Na seara fiscal, impõe que sejam retirados de circulação volumes consideráveis de papel moeda equivalentes às parcelas do empréstimo que fossem liberadas a uma taxa de câmbio pré-fixada.

Essa política termina por levar o País à recessão com uma vaga de falências, fusões de bancos, suspensão de pagamentos pelo banco semioficial, restabelecimento do crédito externo e elevação da taxa de câmbio.

Para governar, implementar o plano de equilíbrio das despesas públicas e as obrigações com os credores da renegociação da dívida externa, Campos Sales necessitava ter um sistema político estável e maioria no Congresso Nacional. Então, põe em prática a Política dos Governadores e mudanças no sistema eleitoral, mormente do Regimento Interno da Câmara Federal, visando, assim, regular a dinâmica das relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Para tanto, faz-se necessário o controle de quem podia tomar posse no poder legislativo.

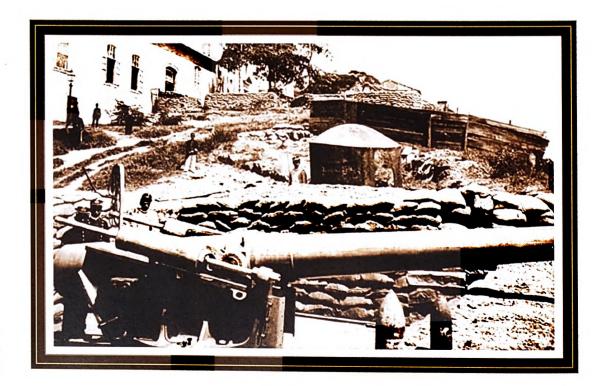
A Política dos Governadores, dito de forma sucinta e simplificada, constituía um esquema no qual o governo central prestigiava o reconhecimento dos Deputados e Senadores federais indicados pelos Governadores dos estados ou pelos partidos políticos neles dominantes e estes, em troca, apoiavam o governo da União em todos os assuntos relativos à política geral do País.

A Reforma do Regimento da Câmara é feita em 1900. Para anular a oposição no Poder Legislativo e assegurar a realização de suas políticas públicas, em outras palavras, a governabilidade, o governo implementa medidas que lhe garantem o poder sobre a máquina do sistema político. Tudo tem seu ponto nodal na reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas envolve o poder em todos os níveis. Mudanças introduzidas: a ata de apuração geral das eleições passa a ser definida por diploma e assinada pela maioria das Câmaras Municipais de cada distrito eleitoral. Essa medida aumenta o poder do chefe local.

A presidência provisória da Câmara, na fase de mudança de legislatura, passa a ser exercida pelo seu Presidente da legislatura em curso (naquele momento pessoa de confiança do

Grover Chapman, *Antonio Conselheiro e seus fiéis*, 1978. Água-forte 27,8 x 37,4. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

governo central) se tivesse renovado seu mandato e não mais pelo deputado mais velho, reeleito, da legislação anterior, como era antes. A Poderosa Comissão Parlamentar de Verificação Eleitoral (também conhecida como Comissão de Verificação, ou Comissão dos Cinco) que tinha o arbítrio de reconhecer (acatar) ou depurar (rejeitar) os mandatos dos eleitos, diplomando-os ou não, passa a ser indicada pelo Presidente da Câmara. Assim, uma única pessoa, o Presidente da Casa, que deve ser de confiança do governo central, indica os membros da Comissão de Verificação, que tem poder de decidir, dentre os candidatos eleitos, quem realmente pode tomar posse. Eleito não "confiável", que não fosse leal era "degolado". Resultado: para o Presidente deter e assegurar o poder, conseguir aprovar suas políticas, mandava-se às favas o jogo político democrático. Reconhece-se que, na prática, esse jogo é bem mais complexo e, como em todo jogo, nunca se domina todas as variáveis, ou seja, nem sempre as coisas saíam como desejável.

Em síntese, a Política dos Governadores e a mudança de um "simples dispositivo" do Regimento Interno da Câmara compõem, substancialmente, a essência política da Primeira República brasileira, que na perspectiva do ângulo em foco, de forma esquemática (sem esquecer que em um processo histórico sempre interfere uma gama diversificada de variáveis, nem todas aqui aventadas) significa: desmoralização do jogo político da representação democrática, inviabilidade de uma real alternância de poder e descaracterização do Parlamento como instituição representativa. Enfim, subtração do espaço do exercício da cidadania, castração da democracia, fortalecimento das oligarquias, do mandonismo local, do coronelismo. Mas, enfim, ordem republicana não é sinônimo de democracia.

Juan Gutierrez, *Revolta da Armada*, 1894. Água-forte 27,8 x 37,4. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Além do mais, Campos Sales faz uma aliança com o maior colégio eleitoral, o estado de Minas Gerais. Com isso, o poder passa a ser controlado por uma aliança entre as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais ligadas ao setor agroexportador, que se expressa no revezamento de representantes desses dois estados na presidência da República, a chamada política do café com leite.

Dessa forma, o governo de Campos Sales, que na realidade se desdobra entre os anos finais da década de 1890 e os dois primeiros do século XX (1898-1902) consegue montar parte considerável do sistema de poder que prevalece praticamente durante toda a Primeira República.

O Presidente do equilíbrio fiscal deixa o cargo com alto índice de rejeição, demonstrado, inclusive, pela hostilização da população quando deixava o Palácio do Governo após passar o cargo para o seu sucessor. Mas honrou sua palavra (não existe documento escrito do *funding loan* de 1898), cumpriu todas as obrigações assumidas com os credores internacionais, promoveu o saneamento da economia e restabeleceu o crédito do Brasil no estrangeiro.

E, mais, montou a estrutura de poder que vai prevalecer, com algumas variações, durante todos os anos vindouros da Primeira República. Nesse circuito, inclui-se a Tarifa Joaquim Murtinho (1900). A República, desde seu advento até essa data, vai ter ao todo quatro tarifas alfandegárias. A Tarifa Rui Barbosa (1890) do governo do primeiro Presidente, Marechal Deodoro da Fonseca, é protecionista, introduz a quota-ouro (parte do imposto teria que ser pago em moeda convertível). A taxa mais elevada *ad valorem* de 60%. A Tarifa Rodrigues Alves (1896), substitui a Tarifa Rui Barbosa, implementada no governo do primeiro Presidente civil, Prudente de Moraes (1894-1898), tem grau mais protecionista do que a anterior; introduz dois níveis de taxação – o máximo e o mínimo, eleva para 84% a alíquota máxima. A Tarifa Bernardino de Campos (1897) visa aumentar a receita. A alíquota mais elevada é *ad valorem* de 200%. E finalmente, a Tarifa Joaquim Murtinho (1899). Continua com a duplicidade de alíquotas, máxima e mínima, tem caráter fiscal e visa arrecadar recursos para as finanças públicas. Nas negociações com os parceiros internacionais, o objetivo maior é sempre a redução da alíquota incidente sobre o café.

Considerando que a jovem República, desde a sua proclamação até o governo de Campos Sales, teve ao todo quatro tarifas para as alfândegas, três de curta duração e a do Ministro da Fazenda do Presidente em epígrafe, de longa duração, tem-se uma medida da política comercial de Campos Sales.

Ademais, em vários sentidos a presidência de Campos Sales aprofundou a republicanização do regime e a consolidação da República. Resta assinalar que a questão democrática não ficou bem representada nesse retrato.

Século 20

O Brasil na primeira década do século americano

O alvorecer do século XX registra uma conjunção de fatores que aprofundam a dinamização do processo da produção industrial. Uma inovadora racionalização do trabalho na linha de montagem de cada fábrica vai ser marcante para a economia do centauro. Taylorismo e fordismo são as palavras-chave. A administração empresarial ganha contornos científicos. Organização e métodos inovadores na coordenação do trabalho levam a aumentos expressivos na produtividade. A tríade do progresso industrial – produção em escala, redução dos custos e inovação tecnológica constante – tem sua aplicação intensificada.

No item inovação tecnológica, a utilização em escala do motor propulsor movido a gasolina ou a diesel contribui para essa revolução, que dinamiza as economias nacionais dos países industrializados, mormente a dos Estados Unidos, pioneiros na utilização desses novos métodos. A principal fonte de energia que move toda essa engrenagem tem origem fóssil. A era do petróleo está deslanchada.

O cenário de fábricas com suas esteiras de produção rolando em ritmo frenético, divisão do trabalho altamente especializada, tempo de produção controlado e ritmo de trabalho acelerado foi imortalizado no clássico filme "Tempos Modernos" (1936) de Charles Chaplin.

Capítulo 11

Ano de 1901, o fim da Era Vitoriana na Inglaterra simboliza não somente o término de um longo reinado, como também o fechamento de um grande ciclo de preeminência internacional. Theodore Roosevelt, então Vice-Presidente no governo de William Mackinley, ascende ao primeiro posto após o assassinato de Mackinley por um anarquista, durante uma visita a Buffalo. Roosevelt dá continuidade à agressiva política de relações internacionais de "Porta Aberta" do seu antecessor e introduz uma reinterpretação da Doutrina Monroe para o continente americano.

Em 6 de dezembro de 1904, em sua mensagem anual ao Congresso, o Presidente Roosevelt faz um adendo à Doutrina, que passa para a história como "Corolário Roosevelt". Os Estados Unidos outorgam-se, então, o papel de polícia para a América Latina. Sintomaticamente, essa iniciativa se dá depois do episódio envolvendo os Estados Unidos na invasão à Venezuela (1902). Aplicando a chamada "diplomacia do dólar" e promovendo intervenções, principalmente na América Central e no Caribe, sob seu governo, os Estados Unidos ampliam e aprofundam seu domínio sobre a região.

Em dezembro de 1902, em uma operação conjunta de tropas dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Itália, portos da Venezuela são bloqueados, intervenção justificada pelo argumento de execução de cobrança do pagamento dos serviços da dívida venezuelana, então suspenso. Na operação, os canhões alemães destruíram uma cidade inteira. Esse acontecimento detona uma onda de reações. Indignados, os latino-americanos apoiam a proposta argentina de retomar os princípios da Doutrina Calvo que não admite o uso da força para obrigar o pagamento de dívidas internacionais. Essa iniciativa, lançada pelo então Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luís Maria Drago, na Reunião Pan-Americana de 1906, passa a ser conhecida como Doutrina Drago.

Em 1903, os Estados Unidos realizam três invasões no espaço que adquire um verdadeiro *status* de seu *hinterland*. Suas tropas intervêm em Honduras, em Santo Domingo e no Panamá. Nesse último, o objetivo é assegurar a ocupação da faixa de terra do canal interoceânico que terá sua construção concluída em 1914. Dessa forma, o "Colosso do Norte" constrói e mantém sua hegemonia na região.

Em termos de política interna, a administração Roosevelt empenha-se no combate aos grandes trustes. Implementa a política do "Square Deal" para supervisionar o cumprimento da legislação antitruste. O primeiro grande processo antitruste da história acontece em 1910, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos obriga a Standard Oil a se fracionar em 30 companhias.

A intensificação da produção industrial, possível em grande medida graças ao fordismo e ao taylorismo, gradativamente alarga o consumo, que paulatinamente se torna de massa. Os meios de transportes se revolucionam com a aviação e o uso do automóvel. As comunicações também são dinamizadas pelo uso do moderno telégrafo e a progressiva disseminação do uso do telefone.

Essa intensa movimentação dos vetores que impulsionam a faceta material da chamada modernidade também se reflete na cultura e nas artes, que passam por uma mudança crucial – seu próprio conceito modifica-se. Na pintura, por exemplo, a originalidade ganha outra conotação

e a reprodução em série possibilita ao cidadão comum ter acesso às imagens de obras de grandes mestres, na lata de seus biscoitos, por exemplo. Quanto aos quadros originais, estes continuam a ser colecionados por particulares abastados, mas a seção de pinacoteca dos museus ganha destaque. Em visitação pública, a admiração da arte se democratiza. A indústria fonográfica vai também, gradualmente, se tornando produtora de bens de consumo de massa, bem como a projeção de películas cinematográficas. A indústria de entretenimento vai paulatinamente se firmando em vários setores.

No Brasil, tem lugar o movimento conhecido como a *Belle Époque* brasileira. Em um cenário de mudanças em vários campos da vida social, provocadas pelo processo de urbanização, a cultura também se transforma. Nesse contexto, o Rio de Janeiro passa por uma remodelação conhecida como a "Modernização Pereira Passos".

Rodrigues Alves assume a presidência do Brasil em 1902, e toma a si a meta de sanear a Capital Federal, que sofria com graves problemas urbanos de saúde pública (rede insuficiente de água e esgoto, coleta de lixo precária e falta de habitação popular, com uma significativa parte da população vivendo em cortiços). A proliferação de doenças como tuberculose, sarampo, tifo e hanseníase fazia parte do quadro geral. Epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica não eram raras.

O Presidente nomeia o engenheiro Pereira Passos para a prefeitura da Capital Federal e o médico sanitarista Oswaldo Cruz para diretor-geral da Saúde Pública, com a incubência de modernizar e sanear a cidade. Tem lugar, então, o projeto "Bota Abaixo", denominação irônica do humor carioca à ampla reforma urbana posta em prática pelo prefeito. Demolições de prédios velhos e cortiços são feitas para dar lugar a grandes avenidas, edifícios modernos, jardins e praças. Registre-se que a modernização tem, também, um lado socialmente cruel. Milhares de pessoas, evidentemente pobres, são desalojadas à força e se veem obrigadas a morar nos morros e na periferia.

Oswaldo Cruz cria as Brigadas Mata-Mosquito, compostas por grupos de funcionários do Serviço Sanitário para combater os mosquitos, mas os modos empregados por esses agentes são inadequados. Eles simplesmente invadem as casas (dos menos favorecidos socialmente) para dar combate aos mosquitos transmissores da febre amarela.

Uma campanha de extermínio de ratos transmissores da peste bubônica também é encetada. Os agentes da Saúde Pública atuam espalhando raticidas pela cidade e mandando o povo recolher o lixo.

A *Belle Époque* brasileira tem uma faceta de pedagogia da violência no processo de modernização do Rio de Janeiro. Para erradicar a varíola, Oswaldo Cruz convence o Congresso a aprovar a Lei da Vacina Obrigatória (31 de outubro de 1904). A catastrófica maneira como foram implementadas as ações de saúde pública vai revoltar a população. A cidade em escombros, sendo demolida, terraplanada, um canteiro de obras. Em meio a esse quadro, a população se sente desprotegida, sob a ameaça e concretização de despejos. O sentimento de descontentamento e confusão torna-se difuso.

Verbete

1901-1910

Nesta década, inicia-se uma longa fase de expansão do comércio exterior brasileiro. A região Norte vive o auge do ciclo da borracha e o Brasil responde por 97% da produção mundial. Em 1906, é colocado em prática o Acordo de Taubaté, para manter em alta o preço internacional do café e garantir os lucros dos cafeicultores.

Confira mais no Anexo 1.

Os ânimos são atiçados por jornais da oposição que criticavam o governo e difamavam a vacina por supostos perigos. Boatos são espalhados dizendo que a vacina seria aplicada "nas partes íntimas". O descontentamento transforma-se em revolta, a Revolta da Vacina. Reação do governo: suspende a obrigatoriedade da vacina e declara estado de sítio (16 de dezembro de 1904), prende inúmeras pessoas, deportam outras tantas para o Acre. Controlada a situação, a campanha de vacinação é retomada e, em um tempo relativamente curto, a varíola é erradicada da capital.

Embarque de café no porto de Santos, s/data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

As obras de remodelação impulsionam o crescimento e a modernização da Capital Federal. Nesse âmbito, é instalada uma companhia de iluminação elétrica, em 1904, a *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.* Em 1907 é inaugurada a distribuição de energia elétrica.

Rio de Janeiro, 1907. A cidade se apresenta moderna, com prédios de arquitetura sofisticada ladeando as largas avenidas asfaltadas, por onde deslizam os primeiros automóveis, ruas arborizadas, ventiladas, salubres. A noite chega cheia de luz da Light. Bondes elétricos fazem o transporte urbano. A vida social se complementa em cafés e confeitarias refinadas. Essa nova plasticidade da cidade inspira Coelho Neto, em 1908, a denominá-la Cidade Maravilhosa!

Quanto aos desalojados, as políticas públicas não deram conta de solucionar seus problemas de moradia e de atendimento de saneamento básico. A proliferação das favelas foi sua resposta "espontânea". Registre-se, ainda, que o Presidente que patrocinou a modernização do Rio de Janeiro, que se preocupou com a higienização da cidade, ironicamente foi vitimado pela peste pneumônica, quando estava prestes a assumir pela segunda vez a presidência da República. Francisco de Paula Rodrigues Alves foi a mais ilustre vítima brasileira da gripe espanhola (1918).

Economicamente, observa-se, na virada do século, o mercado cafeeiro brasileiro, já em grandes dificuldades, entrar definitivamente em uma crise de superprodução, afetando toda a economia do País. Para entender esse fenômeno de superprodução, basta observar que o número de cafeeiros aumenta nessa época à razão de 90% ao ano enquanto o consumo mundial de café no mesmo período cresce apenas 1,5%. Nesse contexto de crise, o governo decide diminuir drasticamente a subvenção à imigração, ocorrendo inclusive um refluxo dos imigrantes, a partir das lavouras de café para seus países de origem.

No final do século XIX, o setor cafeeiro favorece o desenvolvimento de alguns setores industriais. A disponibilidade de capital e a necessidade de infraestruturas para escoamento da produção do café alavancam o desenvolvimento industrial brasileiro. Desenvolvem-se, assim, as primeiras indústrias moageiras, de tecido, de cerveja e de fósforos.

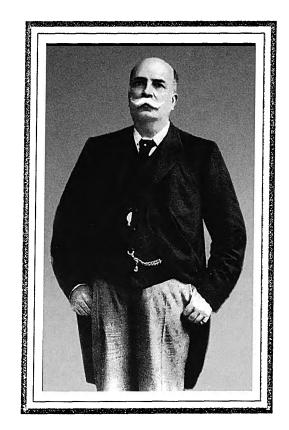
Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda de Campos Sales (1898-1902), consegue obter um empréstimo de consolidação da dívida externa, introduz a cláusula-ouro na arrecadação do imposto de importação e instaura uma série de medidas de caráter deflacionário. Além disso, ele implementa a Tarifa de 1900 (ou Tarifa Joaquim Murtinho), peça fundamental da política financeira de Campos Sales. Essa tarifa aduaneira sobre as importações tem, então, como principal objetivo, uma arrecadação maior e mais eficiente. De início, esse aumento do protecionismo agrada a nova classe industrial brasileira, mas a crise ainda perdura, pois esta última não é de ordem financeira mas, sim, econômica. Em 1901, realiza-se o Congresso de Engenharia em que se inicia a promoção em prol da industrialização do País. Os industrialistas reivindicam medidas que protejam o mercado nacional contra a invasão dos produtos estrangeiros.

Apesar da intensa crise econômica, a gestão de Campos Sales (1898-1902) saneou as finanças do País. Além do mais, em 1903, tem início uma longa fase de expansão do comércio exterior, com um volume comercial quase triplicando até 1913. Esse aumento do comércio internacional é obtido pelo viés das importações de bens de capital destinado a investimentos públicos. Mas o fato essencial do período é o aumento expressivo das exportações da borracha brasileira, pois o período coincide como o auge do ciclo da borracha, período no qual o Brasil responde por 97% da produção mundial deste produto. Por todas essas razões, o governo seguinte de Rodrigues Alves (1902-1906) realizou-se com sucesso, beneficiado por essas finanças em ordem e pelo crédito externo revigorado.

Barão do Rio Branco, s/data.
Fotografia. Ministério das Relações Exteriores, Brasília/DF, Brasil.

O ano de 1902 representa um ponto de inflexão na história das relações internacionais do País, com o início da gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores. Ele permanece no cargo até sua morte em fevereiro de 1912 e, durante esses dez anos, tem autonomia suficiente para implementar sua própria política. Adotando um "americanismo" pragmático, ele eleva, em 1905, a legação brasileira em Washington à categoria de embaixada, criando assim a primeira embaixada brasileira. A intenção é obter um apoio político externo como recurso defensivo contra o imperialismo europeu.

Mas, ao mesmo tempo, em 1906, durante o discurso de abertura da III Conferência Internacional Americana, Rio Branco ressalta a importância da Europa para o Brasil. Portanto, nas palavras de Oliveira Lima, crítico da política exterior de sua época, Rio Branco "serenamente obstou a enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano". Vemos, portanto, que a política de Rio Branco marca-se pelo pragmatismo e por um anseio de independência política do país.

Já a partir de 1895, Rio Branco foi fundamental para resolver a Questão de Palmas, um conflito de fronteira entre Argentina e Brasil relativo à região oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Em 1900, Rio Branco ajudou a pôr fim nas disputas territoriais com a Guiana Francesa ao norte do País. Rio Branco resolve, também, em 1903, a Questão do Acre com o Tratado de Petrópolis. Neste tratado, o Acre é incorporado ao Brasil, que se compromete a pagar uma indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e construir a ferrovia Madeira-Mamoré,

a fim de facilitar o comércio boliviano pelo rio Amazonas. Rio Branco resolve, em 1909, outras questões relativas à fixação dos limites do País nos tratados de limites com a Colômbia, Peru e Uruguai.

Em 1906, o novo governo de Afonso Pena lança a Convenção de Taubaté, um plano de valorização do café. Esta convenção define uma intervenção estatal no mercado cafeeiro com o financiamento da produção em excesso. Este financiamento é realizado, no início, através de créditos estrangeiros.

Mas, em 1907, estoura uma grave crise financeira internacional desencadeada pela crise na bolsa nova-iorquina e pela superprodução industrial alemã. Desde então, o próprio governo assume os créditos, permitindo a desova do excedente de café e garantindo, assim, a estabilidade do preço do produto. A convenção determina, por conseguinte, uma profunda distorção na economia de mercado, pois o preço do café não resulta mais do encontro entre a oferta e a demanda, mas sim da intervenção do governo na compra do excedente de café. No mesmo ano, o governo institui a Caixa de Conversão, fixando o câmbio em uma taxa inferior à do mercado e atendendo, assim, mais uma vez, as reivindicações dos interesses cafeeiros e da indústria de bens de consumo nacional. Estas medidas acabam amplificando a crise a longo prazo, pois a garantia da compra do café excedente pelo governo e a moeda desvalorizada incentivam os produtores de café a aumentar ainda mais sua produção, fazendo com que as compras tenham que continuar.

A Convenção de Taubaté é, também, o pontapé inicial da política do "café com leite", política de revezamento do poder nacional pelos estados de Minas Gerais (forte economia do leite) e São Paulo (principal produtor cafeeiro), que dominaria a República Velha.

No plano de fundo, no ano de 1906, Santos Dumont realiza, em Paris, o primeiro voo com o 14 bis, tecnicamente um "aparelho mais pesado que o ar, impulsionado por seus próprios meios". No ano seguinte, promulga-se a lei do serviço militar obrigatório, repudiada pelo movimento operário e pelos positivistas, e chega ao Brasil a primeira leva de imigrantes japoneses.

Em 1909, falece Afonso Pena, ainda em seu mandato. Assume, então, seu vice, Nilo Peçanha. No ano seguinte, Hermes da Fonseca toma posse e, já no mesmo ano, tem que lidar com a revolta da Chibata. Comandada pelo marinheiro João Cândido, dois mil marinheiros da Marinha do Brasil se rebelam contra a aplicação dos castigos físicos a eles impostos como punição, ameaçando bombardear a cidade de Rio de Janeiro.

No governo de Nilo Peçanha (1909-1910) é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Na presidência do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914), a "guerra dos coronéis" vai agitar o interior do Brasil. Além da Revolta do Contestado, outros movimentos têm lugar na Bahia, Pará, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e, o mais famoso, em Juazeiro, Ceará. Para dar combate às perturbações, o governo implementa a "Política das Salvações".

Os acordes da conturbada década de 1911-1920

Os acontecimentos dos anos de 1911 a 1920 marcam o início ou o fim de uma época? Essa controvérsia existe na historiografia. Para Eric Hobsbawm, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) dá início ao século XX histórico, que seria distinto do festejado século do calendário gregoriano, que começou em 1º de janeiro de 1901 (*Era dos Extremos, o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995). Giovanni Arrighi, com uma abordagem distinta da de Hobsbawm, considera que o século XX histórico não se reduz ao século XX do calendário. Sua interpretação leva em conta outras balizas e toma, como corte temporal, os acontecimentos relacionados com a expansão financeira do fim do século XIX, a qual perpassaria, em um longo ciclo, todo o século XX do calendário gregoriano. Todavia, esse autor não indica precisamente os anos do início e do fim do seu longo século XX (*O longo século XX*. São Paulo: Ed.UNESP/Rio de Janeiro: Contraponto: 1996). Evidentemente, essa controvérsia tem a marca do universalismo ocidental, posto considerar os eventos que lhe são marcantes.

Mas, enfim, a década de 1911 a 1920 é palco temporal de múltiplos e complexos acontecimentos, cujos acordes encerram o ressoar de determinados movimentos históricos e, concomitantemente, fazem repicar os sons de novas vertentes da história.

O acontecimento histórico que mais marca a segunda década do século XX é a tragédia da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O pós-guerra dá início a

Capítulo 12

uma nova ordem mundial denominada Ordem de Versalhes. Política e economicamente, uma superpotência se apresenta em grande estilo no palco europeu. Woodrow Wilson faz uma viagem inédita na história (1919). Pela primeira vez, um Presidente dos Estados Unidos da América visita a Europa em missão oficial. O objetivo é participar das negociações de paz e, nesse contexto, apresenta seu famoso Plano de Quatorze Pontos, onde esboça traços de um novo ordenamento mundial. Decididamente, o chamado "século americano" faz seu debute na Europa.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

Directoria Geral de Estatistica

ANNUARIO ESTATISTICO DO BRAZIL

1º Anno - 1re Année
(1908—1912)

Volume III

CULTOS, ASSISTENCIA, REPRESSÃO E INSTRUCÇÃO

RIO DE JANEIRO
Typographia da Estatistica

Ministério da Agricultura e Comércio. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-12. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

Outro evento de significado a longo prazo é a Revolução Russa de 1917. "Os dez dias que abalaram o mundo", segundo o testemunho ocular do escritor norte-americano John Redd. Desse evento, surge um regime que se torna emblemático, especialmente no contexto da ordem mundial que vai emergir no pós-Segunda Guerra. A Revolução de Outubro, desencadeada pelo Partido Bolchevique liderado por Vladimir Lênin, liquida com o governo provisório do Partido Menchevique, que derrubara o regime czarista, e impõe um governo socialista soviético. A contraposição à economia de mercado e ao comércio multilateral dos anos vindouros está em gestação.

Com relação às comunicações marítimas, essa década também registra um acontecimento portentoso. Em 3 de agosto de 1914 é inaugurado o Canal do Panamá que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico. Propriedade dos Estados Unidos, o Canal tem, além de importância econômica, significado geoestratégico para as condições da época, principalmente se for levado em conta que a passagem interoceânica facilitará os contatos com o Havaí, "novo" Estado norte-americano, anexado em 1898. Mais barato ficará, também, o custo do transporte com o Extremo Oriente.

Nesta década, a Primeira Guerra Mundial não detém o privilégio de ceifar vidas. Uma pandemia virótica abate, em números alarmantes, muitas pessoas. A famosa gripe espanhola se espalha entre agosto de 1918 e maio de 1919. Gripe pneumônica com alta taxa de letalidade, teria contaminado 5% da população mundial. Muitas vítimas da Primeira Guerra teriam morrido em consequência de seus efeitos. Apesar de conhecida como gripe espanhola, na realidade, não teve origem na Espanha. A hipótese mais provável é que o seu vírus letal esteja relacionado com o da gripe suína. Dentre suas vítimas está o ex-Presidente brasileiro Rodrigues Alves, que tinha sido eleito para mais um mandato e não pôde assumir.

A marcha da economia mundial é impregnada por alguns fatores, dentre os quais se sobressaem o ocaso da Inglaterra, a queda do padrão-ouro internacional, bem como o triunfo do movimento operário na Revolução Russa de 1917. Neste mesmo ano, no Brasil, os operários, sob forte influência do anarcossindicalismo, fazem a primeira greve geral (1917).

Guerra Mundial, revolução, revolta, greve, pandemia virótica são as palavras-chave que fazem ressoar a sonoridade (ensurdecedora) dessa década.

A entrada do Brasil na Primeira Guerra coincide com uma crise no setor cafeeiro, que obriga o governo a colocar em prática o segundo plano de valorização do produto.

O impacto econômico da crise desencadeada mundialmente pela Primeira Guerra Mundial cria no Brasil um hiato no ciclo de expansão do "império" do multimilionário Percival Farquahar, empresário que nos anos 1920 consegue se reerguer usando da mesma metodologia

heterodoxa de captação de recursos "contraindo dívidas sobre dívidas" e "vivendo dos favores governamentais". A Revolução de 1930 encerra seu ciclo no Brasil, que uma vez sonhou dominar o sistema ferroviário dos países latino-americanos, tinha investimentos que se espalhavam pelos Estados Unidos, Cuba, América Central, América do Sul e Rússia. Dono, no Brasil, da Ferrovia Madeira-Mamoré, as empresas do seu grupo Brazil Railway e Southern Brazil Lumber & Colonization, que obtiveram amplas concessões de terras na região do Contestado, Paraná, se envolvem no litígio em torno da disputa daquelas terras por "coronéis" rivais e expulsão de posseiros que as vinham ocupando, dentre os quais estavam membros da seita religiosa messiânica que deflagra a chamada Revolta do Contestado (1912-1915). Movimento esse que tem desfecho similar ao de Canudos.

O café é a mola propulsora da economia e responde por mais da metade das exportações brasileiras. A diversificação nas lavouras se expande e a exportação de produtos agrícolas tem um desempenho significativo na balança comercial brasileira. Os principais produtos de exportação são o café, o açúcar, o cacau, o mate, o fumo, o algodão, a borracha e couros e peles.

Os rumos do contexto político nacional são conduzidos na esteira do acordo *café com leite*, até 1909, quando São Paulo e Minas Gerais se desentendem e abrem espaço para o retorno dos militares e dos gaúchos ao cenário político nacional. Assim, na campanha para a presidência da República, em 1909-1910, o Marechal Hermes da Fonseca é lançado como candidato, apoiado pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais, e pelos militares.

São Paulo, por sua vez, lança o candidato Rui Barbosa, com uma plataforma de campanha em oposição às oligarquias dominantes, muito embora a sua principal base de sustentação eleitoral fosse a oligarquia paulista. Hermes da Fonseca é eleito para o período 1910-1914 e é nesse novo cenário que Minas e São Paulo buscam o entendimento e procuram evitar novas cisões. Em 1913, esses dois Estados fazem um acordo político, por via do qual pretendem retomar a hegemonia na política nacional e conseguem, assim, eleger o mineiro Wenceslau Brás para o período 1914-1918. Todavia, essa estratégia articulada por São Paulo e Minas Gerais é interrompida em 1918, quando Rodrigues Alves, eleito pela segunda vez, falece antes da posse. Em novas eleições, é empossado como Presidente da República o chefe da oligarquia paraibana, Epitácio Pessoa, que, por força das circunstâncias políticas, acaba por se submeter à predominância dos dois grandes centros políticos do País: São Paulo e Minas Gerais.

Em contraste com a economia do estado de São Paulo, fortemente apoiada nas exportações do setor cafeeiro, Minas Gerais não possui um polo produtivo predominante e a economia desse estado, muito dependente das benesses patrocinadas pela União, se dilui na pecuária, no café e em outros segmentos de menor importância. Na verdade, a influência mineira nos rumos da economia nacional é centrada em sua representatividade política na Câmara dos Deputados, onde detém uma bancada significativamente superior à do estado de São Paulo. Nesse contexto, os mineiros conseguem atender à sua principal prioridade, que é uma estratégia de logística, focada na construção de ferrovias em seu território. Com efeito, isso vai se refletir na década seguinte,

Verbete

1911-1920

O acontecimento histórico que marca a segunda década do século XX é a Primeira Guerra Mundial. A entrada do Brasil na guerra coincide com uma crise no setor cafeeiro, que obriga o governo a colocar em prática o segundo plano de valorização do produto. Os principais produtos de exportação eram café, açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, borracha, couros e peles.

Confira mais no Anexo 1.

quando a grande maioria das construções de estradas de ferro, cerca de 40%, são realizadas no estado de Minas Gerais.

A economia gaúcha, por outro lado, é voltada basicamente para o mercado doméstico e, nessa direção, os esforços dos seus representantes políticos são concentrados na defesa dos interesses comerciais de seus produtos, principalmente do charque, destinado a outras regiões do País, especialmente o Nordeste e o Distrito Federal.

O censo de 1920 indica que mais de 50% dos imigrantes se concentram no estado de São Paulo, consequência natural de uma economia que se expande e oferece oportunidades de trabalho e incentivos à imigração, tais como a concessão de passagens e acomodação em alojamentos. Cerca de 87% dos imigrantes japoneses residem em São Paulo e vão exercer um papel importante na década seguinte, principalmente a partir de 1925, quando passam a atuar não mais como empregados das fazendas de café, mas como pequenos empreendedores de segmentos agrícolas diversificados. A grande maioria dos imigrantes italianos também se concentra em São Paulo (71,4%) e representa 9% da população do Estado. A imigração portuguesa se concentra mais nas grandes cidades, especialmente no Distrito Federal e na cidade de São Paulo, onde se destacam pela atuação no comércio e na indústria. Os espanhóis, por outro lado, a exemplo dos japoneses, preferem as cidades do interior e se concentram no estado de São Paulo. Apesar de uma redução acentuada do fluxo imigratório no período da Primeira Guerra Mundial, as estatísticas registram a entrada líquida de quase 800 mil imigrantes na década de 1911-1920, em sua maioria portugueses, seguidos de espanhóis, italianos, japoneses e alemães, estes dois últimos em quantidade bem menor do que os demais.

Nas relações de trabalho o sistema de parcerias dá lugar ao colonato, que consiste num contrato em que figuram, de um lado, o colono imigrante e sua família que são os responsáveis pelo manejo e colheita da cultura cafeeira e, de outro lado, o proprietário da terra, que, além de conceder moradia e uma pequena área para cultivo de produtos alimentícios, remunera os colonos proporcionalmente à quantidade de cafeeiros cuidados e ao produto da colheita. A diferença fundamental entre a parceria e o colonato é que neste último não há participação sobre os lucros obtidos com a venda do produto.

A economia brasileira se sustenta principalmente na atividade agrícola. O censo de 1920 revela que quase 70% da população ativa, cerca de 9,1 milhões de pessoas, se dedicam a esse segmento. O restante da população ativa se divide entre a indústria (13,8%) e pequenos serviços (16,5%). Comparado ao censo de 1872, os números revelam que a participação da população ativa na indústria quase que dobra, passando de 7% para 13%. São Paulo assume a liderança industrial e responde por 31,5% da produção, seguido do Distrito Federal (20,8%) e do Rio Grande do Sul (11%). Os principais setores industriais são o têxtil, que já responde por 80% do consumo interno, alimentos e vestuário.

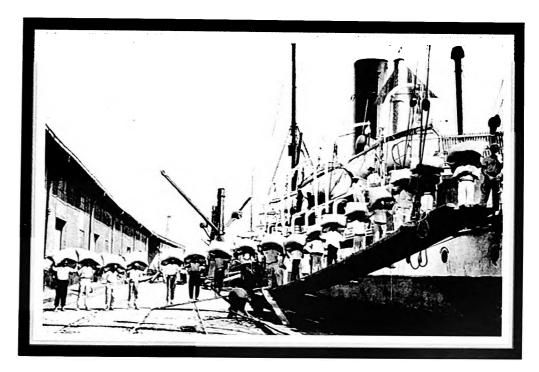
Na medida em que se expande a produção de café, emerge a diversificação nas lavouras, impulsionada pela vocação agrícola dos imigrantes. Assim, no decorrer da década, São Paulo

já é autossuficiente e gera excedentes exportáveis de produtos como o milho e o arroz, além de garantir o fornecimento de matéria-prima para a indústria têxtil, na medida em que se torna o maior produtor nacional de algodão. A exportação de produtos agrícolas é impulsionada pela política de substituição das importações e tem um desempenho significativo na balança comercial brasileira. Para que se tenha uma ideia, a comparação da média das exportações dos últimos cinco anos da década com os cinco primeiros, revela que as exportações de arroz saltam de apenas 144 toneladas para mais de 236.000 e as importações caem de 48.000 para apenas 758 toneladas. As exportações de feijão se elevam de 360 toneladas para quase 292.000, com queda das importações de 32.698 para 1.829 toneladas. As exportações de milho mais do que decuplicam e as importações caem para menos da metade. O café, mola propulsora da economia, responde por 52,4% das exportações brasileiras.

Os principais produtos de exportação são o café, o açúcar, o cacau, o mate, o fumo, o algodão, a borracha e couros e peles. Mas a participação da borracha na pauta das exportações brasileiras decresce gradualmente. Se no período compreendido entre os anos de 1898 e 1910 esse produto respondia por 25,7% das exportações, nos quatro primeiros anos da década a participação é de 20% e, no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), é de apenas 12%. Isso se deve a uma forte queda nos preços, provocada pela concorrência da borracha asiática, que, em 1915, já responde por 68% da produção mundial.

O Brasil mantém um acordo bilateral com os Estados Unidos que estabelece a redução de direitos alfandegários. O café é exportado para o mercado norte-americano, com isenção tarifária e, em contrapartida, alguns produtos daquele país, entre eles a farinha de trigo, entram no mercado brasileiro com redução tarifária. Esse acordo é prorrogado até o início da década seguinte, mantendo-se a isenção tarifária para o café e redução dos direitos alfandegários para outros produtos brasileiros, como o fumo e a borracha.

Antes de se adentrar na questão do café, produto em torno do qual se conduz a economia, é importante relembrar que, na década anterior, foi colocado em prática o Primeiro Plano de Valorização do Café, firmado em 1906 pelo Acordo de Taubaté, assinado pelos Presidentes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O objetivo principal era garantir preços mínimos para o café em moeda nacional e a estratégia consistia em retirar do mercado os excedentes da produção, com recursos obtidos através de um empréstimo

Carregadores de café, s/data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

externo, e manter o câmbio desvalorizado em níveis favoráveis às exportações do setor cafeeiro. Para esta última finalidade foi criado um fundo de estabilização cambial: a Caixa de Conversão.

Com o aval do governo federal, o estado de São Paulo obteve, em 1908, um empréstimo externo de 15 milhões de libras para viabilizar as aquisições dos excedentes da produção e, assim, dar sustentação à política de valorização do café. Nesse contexto, com suporte na formação de estoques reguladores e consequente retração da oferta, os preços do produto se mantêm em alta e, no período compreendido entre os anos de 1910 e 1912, o preço do café já é quase o dobro dos preços de 1906-1908.

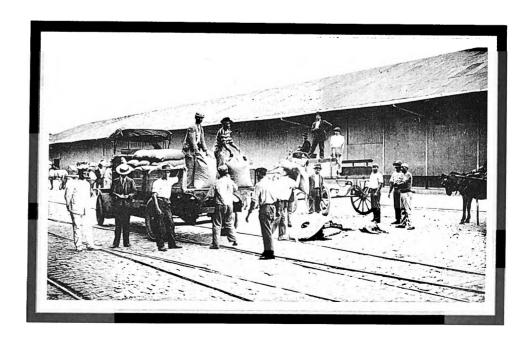
O sucesso desse plano, porém, é interrompido em 1913, quando tem início uma crise no comércio exterior como consequência da retração da demanda dos países industrializados. O preço do café despenca no mercado internacional e a balança comercial deste ano registra um déficit de 1,7 milhões de libras esterlinas, equivalente a 25.727 contos de réis. A crise se agrava a partir do ano seguinte, quando eclode a Primeira Guerra Mundial, e o ingresso de capitais estrangeiros é interrompido. As exportações não são suficientes para fazer frente à dívida externa e o mercado cambial, que é vulnerável a ataques especulativos, entra em crise. A Caixa de Conversão é fechada. Como não existe ainda um controle efetivo sobre o câmbio, essa liberdade permite que os bancos privados concorram com o Banco do Brasil no mercado cambial e façam especulações com a taxa de câmbio, sobretudo em torno das expectativas de aquisições, pelo governo, dos excedentes da produção de café. O fechamento da Caixa de Conversão acarreta sucessivas desvalorizações do câmbio que asseguram a rentabilidade das exportações de café em moeda nacional.

Com a crise de 1913, os preços dos produtos de exportação sofrem uma drástica redução, o que provoca uma acentuada diminuição no poder de compra das exportações, que leva a uma queda nas importações. Como consequência da redução das importações de matérias-primas, bens de capital e combustíveis, fica comprometida a expansão industrial, apesar dessa circunstância permitir, por outro lado, um aumento da capacidade produtiva das indústrias já instaladas e a geração de excedentes que são exportados em grandes quantidades, caso, por exemplo, do açúcar e de carnes frigorificadas.

Embarque de café no porto de Santos, s/data.
Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

Assim, após uma acentuada queda na receita de exportações em 1914, em decorrência do declínio dos preços internacionais de produtos tradicionais, especialmente o café, verifica-se uma recuperação a partir de 1915, quando a pauta é diversificada e passa a incluir, além de produtos industrializados, a exportação de produtos agrícolas não tradicionais como o milho e o feijão. Comparando-se os anos de 1914 e 1917, verifica-se, por exemplo, que as exportações de carnes frigorificadas, até então inexistentes, totalizam 66,5 mil toneladas e as exportações de açúcar crescem de 11,2 mil toneladas para 127,6 mil toneladas.

Com efeito, as circunstâncias que restringem o comércio exterior durante o período da guerra acabam por favorecer a substituição de importações de produtos agrícolas. O incremento na produção desse segmento se reflete num acentuado aumento das exportações de gêneros alimentícios. Produtos como o arroz, feijão e milho, deficitários até 1914, revertem os saldos comerciais e começam a gerar superávits a partir de 1916. A produção de milho já é a segunda no mundo, atrás apenas da produção norte-americana.

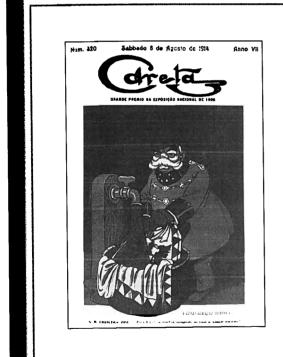
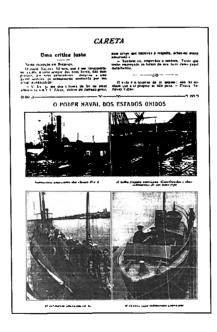
Em abril de 1917, uma embarcação brasileira é torpedeada por um submarino alemão e o Brasil rompe as relações diplomáticas com a Alemanha. Em outubro do mesmo ano o Presidente Wenceslau Brás sanciona uma resolução do Congresso Nacional que reconhece o estado de guerra. Assim, o Brasil entra na Primeira Guerra Mundial em meio à expectativa de uma safra excepcional de café (1917-1918), que agrava a crise do setor cafeeiro, já combalido pela queda dos preços no mercado internacional. O governo, então, ainda em 1917, coloca em prática o Segundo Plano de Valorização do Café, que se estende até 1919, e adquire mais de 3 milhões de sacas para formar um estoque regulador e conter a oferta do produto. No ano seguinte, uma forte geada se encarrega de comprometer quase 40% dos 800 milhões de cafeeiros existentes e os preços voltam a subir, impulsionados, também, pela demanda do mercado europeu reaquecida com o fim da guerra. Nessas condições, a balança comercial de 1919 registra um saldo recorde de 45,5 milhões de libras esterlinas, que só vai ser superado em 1946. No ano seguinte, porém, a expectativa de outra safra espetacular (1920-1921), associada à retração do comércio com os Estados Unidos, empurra o preço para baixo outra

Novo sistema de embarque de café no porto de Santos, s/data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

vez. A balança comercial de 1920 fecha com um saldo negativo de 6 milhões de libras esterlinas. Isso vai resultar em nova intervenção do governo, que, na década seguinte, colocará em curso o Terceiro Plano de Valorização do Café, com os mesmos instrumentos de sempre.

A década de 1911-1920 reflete, assim, os traços marcantes de uma economia agroexportadora sustentada quase que exclusivamente na *performance* das exportações do setor cafeeiro e da intervenção do Estado para sustentar esta cultura. Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1930 e 1940, vai se iniciar uma movimentação no sentido de impulsionar o segmento industrial, reduzindo a dependência do setor agrícola.

Num. 320 Sabbado 8 de Agosto de 1914 Anno VII

Careta

GRANDE PREMIO NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908

Jornal "O Careta". 1914. p. 1. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

CARETA

Uma critica justa

O PODER NAVAL DOS ESTADOS UNIDOS

Jornal "O Careta". 1917. p.14. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

CARETA

MARINHA INGLEZA

A vida alheia

Jornal "O Careta". 1917. p.15. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

O contexto de recrudescimento do comércio internacional, os anos 1920

Os anos 1920 são herdeiros de grandes e complexos problemas provenientes da Primeira Guerra Mundial. A Paz de Versalhes não logrou implementar bases sólidas para estabelecer uma nova ordem internacional. Frequentemente cita-se, como exemplo dessa situação, as dívidas da guerra e as reparações impostas aos vencidos, mormente à Alemanha. Eram de tal monta que, desde seus cálculos iniciais, provocam um controverso debate sobre as reais possibilidades de se poder saldá-las. Esse debate se prolonga por toda a década. Uma eminente testemunha ocular das negociações na Conferência de Paz (Paris, novembro de 1918 – abril de 1919), John Maynard Keynes, registrou em sua obra "As Consequências Econômicas da Paz" (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Ed. UNB, 2002, p. XXXV, © original 1919): "os dois lados sabiam bem que essas promessas não valiam o papel sobre o qual foram escritas". Todavia, a França pretendia "a execução integral do Tratado de Versalhes".

Capítulo 13

A Conferência de Paz, mera formalidade, fica alijada das decisões tomadas pelas grandes potências vencedoras (EUA, Inglaterra, França, Japão e Itália, que depois se retira). Os países vencidos, contrariando uma tradição europeia, não participam da Conferência, não negociam os termos da paz. Por fim, chega-se aos termos de um tratado marco, Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha. Tratados suplementares são firmados com as outras potências derrotadas.

Fato é que, no pós-guerra, tem-se uma nova correlação de forças. O mapa mundial apresenta-se com nova configuração. Na Europa surgiram novos países: Finlândia, na Escandinávia; Estônia, Letônia e Lituânia, no Báltico; Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Hungria, na Europa Central. A Alemanha encolheu em 1/7 do seu território e em 1/10 de sua população. Beneficiárias foram França, Inglaterra, Bélgica, Dinamarca e Polônia, que anexam aos seus respectivos territórios porções do espaço, até então, alemão. Ou então passam a administrar, em nome da Liga das Nações, as ex-colônias alemãs, caso da França e Inglaterra. Os Impérios Austro-Húngaro e Otomano haviam se desintegrado.

À Alemanha são impostas condições humilhantes: desarmamento (redução do exército, recrutamento voluntário, proibição de ter marinha de guerra, artilharia pesada, tanques ou avião militar, fabricação de material bélico), criação de uma zona desmilitarizada ao longo do rio Reno (fronteira com a França) e pagamento de pesadas reparações de guerra (a Alemanha é declarada única culpada pela guerra, portanto deve arcar isoladamente com as reparações), dentre outras.

A incapacidade de pagamento das dívidas e reparações de guerra gera muitos atritos e tensões na seara política e econômica, as quais se aprofundam face à desvalorização das moedas nacionais e à desorganização da produção, devido ao estado arrasado das plantações e à interrupção da produção industrial. Este último fato contribui enormemente para acentuar o desequilíbrio entre oferta e procura no comércio internacional. Enfim, o leque de problemas, que não se esgota com os aludidos, é de tal proporção que, em boa medida, se arrastam sem solução ao longo de toda a década.

A tese que advoga a correlação entre as consequências da guerra, as crises econômicas dos anos 1920 e a assunção das ideologias totalitárias não é de todo convincente e desperta controvérsias. Mas, sem entrar no mérito da complexidade da questão, uma pergunta insinua-se: poderia se sustentar uma paz que humilhava os vencidos? Que tolhia suas iniciativas econômicas? Particularmente, no caso da Alemanha? Ilustrativamente, registram-se aspectos da situação econômica alemã.

Depois da Primeira Guerra Mundial a Alemanha vive uma onda de crises políticas e econômicas (a fragilidade da República de Weimar) sem precedentes que desemboca na hiperinflação de 1923, quando a cotação do Deutsch Mark despenca e chega-se ao ponto de necessitar-se de DM 4,6 bilhões para trocar por US$ 1. O efeito em cadeia é arrasador: desorganização da produção e do comércio, queda das vendas, aumento do desemprego. O fato de o governo alemão não ter podido pagar parcelas das reparações naquele ano não aplaca a ira da França que, juntamente com a Bélgica, ocupa a região do Ruhr onde se localizam importantes indústrias e minas de carvão. Fato esse que aumenta ainda mais a crise.

O novo gabinete do Chanceler Gustav Stresemann (13 de agosto de 1923) tem como prioridade zero estabilizar a economia. Em novembro já conseguira debelar a hiperinflação à custa da suspensão da disputa pela região do Ruhr, o que gera revolta e ameaça de morte contra sua pessoa.

O período de agitação política e econômica começa a se estabilizar em 1923. No ano seguinte é implementado o Plano Dawes que regulamenta as reparações, as quais devem ser pagas em conformidade com a capacidade da balança de pagamentos. Concomitantemente, é disponibilizado um empréstimo internacional para promover a recuperação econômica alemã. A este sucede o Plano Young que vem a ser o último dos planos de reparação, implementado em 1930, com efeito retroativo a partir de setembro de 1929. Seu tempo de vigência previsto era até 1988. Foi suspenso em 1932. Quando se considera o ano de 1988, a Alemanha ficaria sob o compromisso do pagamento das reparações ao longo de sete décadas. Não por acaso, a rejeição da chamada "paz da violência" vem a ser assunto consensual na sociedade alemã de então.

Dessa forma, considerando que a grave situação econômica não era privilégio alemão, não surpreende que, nos anos 1920, a produção mundial tenha crescido muito mais do que o comércio internacional (traçando um paralelo com a situação dos dias de hoje, observa-se uma situação inversa – o comércio internacional tem crescido bem mais do que a produção).

Visita da Esquadra Japonesa ao porto de Santos, s/ data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

Essa é uma década de fracasso das tentativas de controlar as ondas inflacionárias e de restabelecer um novo padrão ouro. A Inglaterra, enfraquecida econômica e financeiramente, vê Londres perder o *status* de centro financeiro do sistema capitalista para Paris e Nova York.

Os Estados Unidos registram, na segunda metade na década, um *boom* sem precedentes nas transações de suas bolsas. Os anos 1920 são marcados também pela superprodução de matérias-primas, associada à acentuada queda de seus preços internacionais, o que atinge forte e diretamente as economias nacionais dependentes de um produto agrícola ou mineral, acarretando, indiretamente, o endividamento desses países. Os esforços empreendidos não conseguem ordenar o sistema econômico internacional, desarrumado pelos efeitos da Grande Guerra. O desfecho da década é a grande depressão simbolizada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York.

A retração da demanda dos Estados Unidos, nosso maior importador de café, associada à expectativa de uma grande safra em 1920-1921, empurram para baixo o preço internacional do café e, em 1921, a balança comercial registra um déficit de 622 mil libras. Para contornar a crise do setor cafeeiro, o Governo Epitácio Pessoa coloca em prática o Terceiro Plano de Valorização do Café, desta vez por intermédio de uma Política de Defesa Permanente do produto.

O que se busca agora não é apenas estancar uma queda brusca do preço internacional do café, mas sim mantê-lo em um patamar elevado. A taxa cambial volta a se desvalorizar e as exportações do produto alcançam o seu apogeu no período de 1924 a 1929, quando o preço alcança níveis muito elevados.

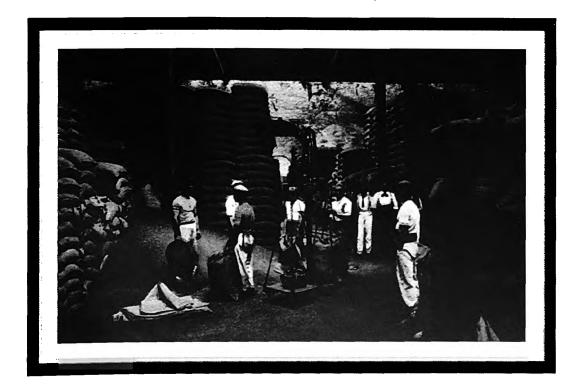
A aquisição dos excedentes para formação de estoques reguladores é financiada pelo Banco do Brasil e, até 1924, são retiradas do mercado cerca de 4,5 milhões de sacas de café. O estado de São Paulo assume a defesa do café, com a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café (lei estadual de dezembro de 1924), depois transformado em Instituto do Café do estado de São Paulo. As receitas para gestão dessa entidade são obtidas com uma taxa incidente sobre o transporte de café no estado de São Paulo.

No cenário político a expectativa de avanços é focada, sobretudo, na educação e na introdução do voto secreto, este como meio de acabar com as manipulações eleitorais. Mais participativa e mais bem informada, a população urbana é cada vez mais atenta ao processo político. Assim, na campanha sucessória de Epitácio Pessoa, eleito Presidente da República em 1919, duas correntes políticas se colocam em disputa. De um lado, a coalizão São Paulo-Minas, alinhada com as oligarquias cafeeiras, lança o candidato Artur Bernardes, governador de Minas Gerais. De outro, o bloco de oposição formado pelo Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e o estado do Rio de Janeiro, lança a candidatura de Nilo Peçanha.

Nilo Peçanha é derrotado nas eleições e uma rede de intrigas, que se engendra nos subterrâneos da política, coloca os militares em rota de colisão com o governo do Presidente Artur Bernardes, eleito em 1º de março de 1922. O clima se torna mais tenso quando, em junho, o governo determina o fechamento do Clube Militar e a prisão do seu Presidente, Marechal Hermes da Fonseca, ex-Presidente da República. Essa turbulência política, que coloca os militares no centro da crise, dá motivação ao surgimento do movimento Tenentista, assim chamado porque incorpora em suas fileiras oficiais de patentes intermediárias, em sua grande maioria tenentes.

Guilherme Gaensly. *Armazém de café – Lima, Nogueira & Co.*, s/ data. Pintura. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

A primeira manifestação do tenentismo se dá em 5 de julho de 1922 com a revolta do Forte de Copacabana, quando um pequeno grupo de jovens oficiais se insurge contra o governo. Dois anos depois, explode em São Paulo outra revolta tenentista, desta vez muito mais articulada e já com o propósito explícito de derrubar o governo de Artur Bernardes. Todavia, rechaça-

das pelas forças legalistas, as tropas revoltosas se refugiam no Paraná. A elas se juntam rebeldes gaúchos liderados pelo Capitão Luís Carlos Prestes e pelo Tenente João Alberto. Surge a partir daí a Coluna Prestes, que, em dois meses, percorre mais de 20.000 km pelo interior do País, com o objetivo de insuflar um levante da população contra as oligarquias dominantes. Ao final, a coluna se refugia em países vizinhos.

O governo de Artur Bernardes se desenrola, assim, num quadro de muitas adversidades, inclusive de impopularidade nas áreas urbanas. O governo enfrenta sérias dificuldades para equilibrar o orçamento federal e um dos focos principais é o pagamento da dívida externa. Nesse contexto, se desenvolvem intensas negociações com os credores externos e, em 1924, chega ao Brasil uma missão inglesa chefiada por Lorde Montagu, com o objetivo de analisar a situação financeira do País. Em seu relatório, a missão faz severas críticas à política de valorização do café e, não querendo se indispor com os credores internacionais, o governo federal se afasta da política centrada nos interesses do setor cafeeiro.

O censo de 1920 revelou que, na década anterior, o parque industrial brasileiro era centrado na produção de bens de consumo, especialmente têxteis (29,6%) e alimentos (20,5%). Essa estrutura industrial praticamente não se altera na primeira metade da década de 1920. Nos anos seguintes, porém, esse quadro começa a se modificar, com a participação de fábricas de cimento e indústrias siderúrgicas. Por outro lado, é intensificado o deslocamento da participação industrial do Distrito Federal e do estado do Rio de Janeiro para o estado de São Paulo.

Acontece que, durante a década de 1920, o aumento dos índices do custo de vida provoca uma redução no poder aquisitivo da população brasileira e se reflete na indústria nacional, já prejudicada pela concorrência de produtos similares estrangeiros. Os industriais reivindicam junto ao governo medidas de proteção à indústria, tais como a estabilidade cambial e a elevação de tarifas aduaneiras para produtos concorrentes.

O grande desafio é a formação de uma indústria de produtos básicos, haja vista a intensa dependência de importação de cimento, aço, ferro, máquinas e equipamentos. Surgem, então, as primeiras iniciativas no sentido de romper as limitações impostas à expansão industrial. Assim, em 1924, o governo estabelece uma política de incentivos à indústria, por intermédio da isenção de taxas alfandegárias sobre a importação de máquinas e equipamentos, concessão de financiamentos e tarifas mais baixas na utilização de meios de transporte da União, além de isenção do imposto de consumo.

Em contrapartida, exige uma produção mínima de 30.000 toneladas anuais e utilização exclusiva de matérias-primas e combustíveis nacionais. Em Minas Gerais, é fundada a Siderúrgica Belgo-Mineira e, em São Paulo, é instalada a Companhia Brasileira de Cimento Portland, com capital canadense. Começa a produzir em 1926 e, três anos depois, já responde por 15% do consumo interno. Também são instaladas no País algumas pequenas indústrias de máquinas e equipamentos. A produção de aço em lingote, que se inicia em 1924, chega a 26,8 mil toneladas em 1929 e já atende 75% da demanda. A produção de laminados se inicia em 1926 e, ao final da

Verbete

1921-1930

A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, provoca uma crise que se alastra pelo mundo e atinge em cheio a economia cafeeira brasileira. Isso coincide com uma extraordinária expansão das lavouras de café e o resultado é uma oferta superior à demanda internacional. A solução encontrada pelo governo é a destruição dos estoques excedentes do produto.

Confira mais no Anexo 1.

década, chega a quase 30 mil toneladas. Mas essa produção não é suficiente para atender sequer a 5% da demanda.

Em 1926 é realizada uma reforma monetária que consiste na conversibilidade da moeda à taxa de 200 miligramas de ouro por mil réis. É criado um novo fundo de estabilização cambial: a Caixa de Estabilização. Esta substitui a Caixa de Conversão e detém autonomia para adquirir ouro com notas por ela emitidas. A taxa de câmbio é fixada em 40 mil réis por libra esterlina e favorece os cafeicultores que expandem a produção. Ao mesmo tempo, essa política cambial protege a indústria nacional, em consequência do encarecimento dos similares importados. O grande problema, no entanto, é que a extraordinária expansão cafeeira nos últimos anos da década resulta em uma produção superior à demanda internacional do produto e a solução encontrada é a destruição do produto.

Com efeito, uma safra colossal em 1927-1928 gera um excedente de 10 milhões de sacas de café e São Paulo se articula com os estados do Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo, Paraná, Bahia e Pernambuco com o objetivo de controlar as entradas de café nos portos. Paralelamente, São Paulo concede um adiantamento de 60 mil réis por saca aos cafeicultores, mas acontece, porém, que esses adiantamentos são aplicados em novas plantações e, em consequência dessa expansão, os dois últimos anos da década conhecem uma supersafra de 28,9 milhões de sacas, cujos efeitos se agravam com a Grande Depressão.

Em outubro de 1929, ocorre a quebra da Bolsa de Nova York, seguida da Grande Depressão. A crise que se sucede, a partir do mercado financeiro norte-americano, se alastra pelo mundo e acerta em cheio a economia cafeeira. O recuo da demanda, associado à expectativa de uma safra colossal em 1929-1930, além dos estoques acumulados em grandes proporções, em decorrência da política de defesa permanente, provocam uma queda dramática dos preços internacionais do café. Entre 1929 e 1930, as exportações declinam de 94.831 mil libras para 65.746 mil libras, mas, ao mesmo tempo, as importações também recuam de 86.653 mil libras para 53.619 mil libras. Por essa razão, a balança comercial de 1930, apesar da crise, fecha com um saldo positivo de 12.127 mil libras.

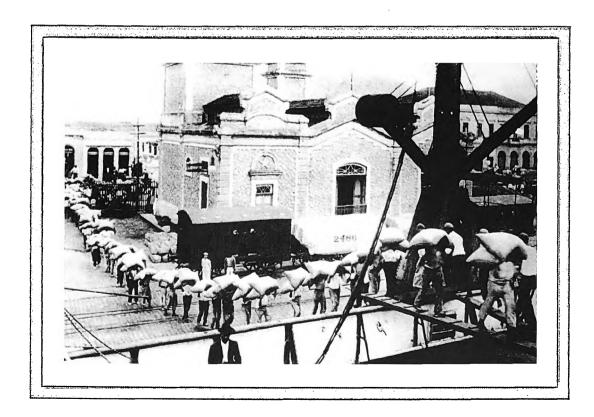
No curso da campanha eleitoral, em plena depressão, o Presidente Washington Luís interfere no pacto de revezamento "café com leite" e surpreende as forças políticas ao lançar o paulista Júlio Prestes como candidato à sua sucessão na presidência da República, ao invés de um candidato mineiro. Essa atitude acende o pavio da grande cisão política, em 1930. Inconformados, os mineiros articulam com os gaúchos uma candidatura de oposição e indicam para a presidência o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e para a vice-presidência o governador da Paraíba, João Pessoa. Formam, assim, a Aliança Liberal, que traz como plataforma de campanha a defesa dos interesses regionais e nacionais desvinculados da hegemonia do setor cafeeiro, além de um forte apelo às questões trabalhistas e sociais.

Acuados pela crise que sufoca o setor, os cafeicultores pressionam o Governo Washington Luís e, em São Paulo, se intensificam manifestações de descontentamento. Apesar disso, o can-

didato governista, Júlio Prestes, é eleito em 1º de março de 1930 e, nos bastidores, começa a se formar uma conspiração revolucionária que coloca do mesmo lado a Aliança Liberal e os ideais do Tenentismo, ou seja, a solução do descontentamento pela via do confronto armado.

O assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, em uma confeitaria do Recife, motivado por razões pessoais e políticas, provoca o acirramento do ânimo revolucionário e precipita o enfrentamento, que se inicia em 3 de outubro de 1930, a partir do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Imobilizadas pela supremacia das forças revolucionárias, as tropas legalistas capitulam com a deposição de Washington Luís, em 24 de outubro. Assume uma junta militar provisória que permanece à frente do poder até 3 de novembro de 1930, quando Getúlio Vargas é empossado como chefe do governo em transição. Esse fato histórico encerra a Primeira República e dá início a uma nova fase na estrutura de poder da política brasileira.

Ao assumir a chefia do governo provisório, Getúlio enfrenta um quadro dramático, com a economia combalida por adversidades de toda sorte, dentre elas o serviço da dívida externa, o desemprego que se alastra nos grandes centros, a erosão da moeda conversível e a retração dos mercados compradores dos nossos produtos agrícolas, que empurra as exportações para baixo e coloca os agroexportadores à mercê da falência.

Antes do encerramento da década de 1920, em novembro de 1930, já prenunciando o modelo centralizador que vai se impor na década seguinte, o governo provisório dissolve o poder

Embarque de café no porto de Santos, s/ data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

legislativo no âmbito nacional, estadual e municipal. No executivo estadual, todos os governadores, à exceção de Minas Gerais, são substituídos por interventores federais.

Na década anterior (1919), os produtos agrícolas de exportação ocupavam metade de toda área cultivada no País e representavam cerca de 60% do valor de toda a produção agrícola. Na década de 1920, a produção agrícola de exportação se expande de forma excepcional, com uma taxa de crescimento de 9%, no período de 1920-1928, seis vezes maior do que as culturas direcionadas para o mercado interno, que crescem a uma taxa de 1,5%. Isso acontece porque, até o final dos anos 1920, o café ainda é a mola propulsora da economia brasileira. Responde por quase 30% da produção agrícola e por mais de 70% das exportações desses produtos. Na esteira da Terceira Valorização, colocada em prática a partir de 1921, a economia agroexportadora atravessa um bom momento e, não obstante as adversidades dos três primeiros anos da década, as exportações alcançam níveis excepcionais entre 1924 e 1929, quando ocorre a quebra da Bolsa de Nova York. As exportações de 1925, por exemplo, alcançam o valor de 102.875 mil libras, inferior apenas ao nível de 1919, quando as exportações atingiram o valor 117.388 mil libras.

No decorrer da década, o café responde, em média, por 69,6% da pauta exportadora e o plantio se desenvolve de tal forma que, no período compreendido entre 1924 e 1929, a produção média do produto alcança um volume superior a 18 milhões de sacas. Essa expansão do setor cafeeiro atrai um grande fluxo de imigração, com o ingresso líquido de cerca de 840 mil imigrantes, em sua maioria portugueses, seguidos por italianos e, muito próximos em quantidades, espanhóis, alemães e japoneses. É nessa década também que se expande a malha rodoviária brasileira, estendida ao longo de 121,8 mil km, quase o quádruplo da rede ferroviária. Verifica-se também um excepcional aumento na geração de energia elétrica, especialmente nas áreas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Todavia, a década de 1920 se encerra em meio à crise do setor cafeeiro, ressentido dos efeitos provocados pela Grande Depressão, que se iniciam em 1929 e vão se estender até os primeiros anos da década seguinte. As consequências são adversas para o comércio exterior brasileiro e atingem o setor agrícola exportador. Os preços do café despencam no mercado internacional e a receita de exportações sofre uma drástica redução, apesar de mantido o volume exportado. Ainda em 1929, com a interrupção da ajuda do governo federal e do estado de São Paulo à sustentação do setor cafeeiro, é desencadeada uma crise de graves proporções, que coloca os produtores de café à mercê da própria sorte.

As trocas comerciais nos cenários internacional e da modernização varguista na década da Grande Depressão (os conturbados anos 1930)

Capítulo 14

O comércio internacional nos anos 1930, sempre é bom lembrar, é duramente marcado por um acontecimento súbito e aparentemente imprevisível. Em 24 de outubro de 1929, a chamada quinta-feira negra, ocorre uma abrupta e inesperada queda dos preços na Bolsa de Valores de Nova York, decorrente da oferta alarmante de cerca de 70 milhões de títulos, que não encontram compradores. As cotações das ações despencam. A evaporação de US$ 18 milhões perfaz o cálculo das perdas. Na segunda-feira, os preços voltam a cair drasticamente. No dia 29, a terça-feira seguinte, a crise de confiança se generaliza e a Bolsa quebra. Milhares de acionistas veem-se da noite para o dia na bancarrota.

Inicialmente, tida pelos especialistas de então como acidental, uma crise de créditos, que estoura nos Estados Unidos face a um superaquecimento especulativo – supercotação dos valores dos títulos – gera expectativa geral que pode vir a ser debelada em curto prazo, bastando enxugar os valores da excessiva especulação para sanear o mercado. Afinal, ao longo do século XIX, a quase regularidade das crises econômicas sugeria a tese que essas fazem parte do próprio sistema capitalista. Historicamente, entretanto, essa é uma crise que vai se mostrar diferente das ocorridas no século anterior, devido às dimensões da sua duração, extensão e repercussão.

A crise, na realidade, constitui-se de dois choques: a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a Grande Depressão, que se instala no período de 1929 a 1932 e, ainda, segundo muitos especialistas, ocorre devido a políticas equivocadas para combatê-la.

A onda depressiva que se propaga até 1932 atinge diversos setores da economia norte-americana. Devido à interdependência econômica estabelecida desde a Primeira Guerra Mundial entre os Estados Unidos e países europeus, contrariamente a crises anteriores, ocorridas em um tradicional contexto de isolamento daquela economia, a chamada crise de 1929 expande-se, de forma sem antecedentes, para o Velho Continente e pelo mundo afora.

Aspectos do cultivo, ensacamento, armazenamento e transporte do café – transporte de sacas de café, s/ data. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Depois da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos têm a economia mais robusta do mundo, fortalecida, inclusive, por ter podido lucrar com os negócios no período bélico. Após o conflito, registra-se uma fase de prosperidade e euforia em sua sociedade. O estilo de vida norte-americano, fomentado pelo fordismo, pelo taylorismo e pela produção diuturna, é estimulado, nos anos 1920, por créditos de consumo para expandir o mercado interno e aplicar parte do capital excedente gerado no âmbito do conflito mundial. Mas, isso se dá em um contexto especialmente paradoxal. Um exemplo representativo do *boom* do consumo e desequilíbrio do mercado expressa-se no fato da fabricação de automóveis ter dobrado no período de dois anos (1927-1929), tornando a produção muito maior do que a capacidade de absorção do mercado.

À população é proporcionado o consumo, em larga escala, de novos bens como rádio, geladeira, automóvel, câmara fotográfica e o sonho da casa própria. O crédito fácil leva as pessoas a se endividarem. Nesse cenário, especulações nas bolsas são frequentes, na busca de ganhos fáceis e rápidos, inclusive na crença de poder saldar os débitos com os lucros da bolsa. O mecanismo para a espiral da crise vai sendo montado.

No meio rural observa-se, também, o fenômeno da superprodução. Os agricultores se endividam, hipotecam suas propriedades, para custear o armazenamento das safras; forma de conter a oferta na esperança de manter os preços internacionais.

Por outro lado, os Estados Unidos colaboram na reconstrução da Europa com consideráveis empréstimos; meio pelo qual mantinham, também, sua economia aquecida ao assegurar suas exportações para aqueles mercados. A Alemanha, que fora socorrida por aportes de capital norte-americano para concretizar seu plano de recuperação, em 1924 (Plano Dawe), é um dos países que mais recebe investimentos norte-americanos, tanto de curto, como de longo prazo. Com os empréstimos norte-americanos, de longo e curto prazo, os países europeus financiam, principalmente, instalações modernas de produção industrial, que deveriam proporcionar lucros para que os débitos fossem quitados e que terminam por lançar no mercado produtos que concorrem com os norte-americanos. Os entrelaçamentos entre a economia norte-americana e de muitos outros países são densos como nunca dantes.

Observa-se, então, que não somente a economia norte-americana se encontra superaquecida. A própria economia mundial registra uma conjuntura de superprodução industrial e agrícola decorrente, substancialmente, da recuperação das economias das potências europeias e da

produção proveniente dos novos países surgidos no Pós-Primeira Guerra. Ao mesmo tempo, a tendência dos custos, em alta desde 1895, aponta sua seta para baixo. Os preços dos produtos primários e agrícolas (produtos, também, com produção em alta) despencam e atingem em cheio as economias dos países agrários exportadores como o Brasil. Assim, outros fatores que reforçarão a crise vão sendo gestados.

Com a conjuntura política desfavorável em alguns países europeus, mormente na Alemanha, os Estados Unidos repatriam parte considerável de seu capital, o que agrava a instabilidade naqueles países e diminui as importações de produtos norte-americanos. Diminuem, assim, os créditos externos norte-americanos e as importações de suas mercadorias.

Os investidores dos Estados Unidos procuram, então, vender suas ações, fato que acentua a queda das cotações. Mais investidores tentam vender seus títulos com medo de não poderem honrar seus créditos. As cotações caem mais ainda. O pânico se instala. As cotações desmoronam. Os créditos no exterior são repatriados. A Europa é atraída para a crise. A situação entra em espiral. Diversos fatores, muitos dos quais surgidos de forma independente, se conjugam, acentuando ainda mais a crise, que atinge os mais distintos setores da economia de vários países. Instala-se uma onda de estagnação da produção com demissões, aumento do desemprego, que contém ainda mais o mercado consumidor. Falências de indústrias, bancos, casas comerciais, pessoas físicas compõem o cenário. A situação de calamidade se mundializa, sua intensidade atinge de forma diferenciada os diversos países – mais a uns do que a outros. Seus efeitos sociais são catastróficos.

O período de prosperidade da economia norte-americana sofre uma descontinuidade e deslancha a já aludida Grande Depressão econômica dos anos 1930. A crise mundial ganha contornos trágicos e é considerada a pior e mais longa recessão econômica do século XX.

O republicano Herbert Clark Hoover exercia há poucos meses a presidência dos Estados Unidos (1929-1933) quando a Bolsa de Nova York estourou. Todo seu mandato se passa sem que ele consiga debelar a crise. Não obstante, toma uma medida polêmica que é associada por alguns economistas ao agravamento da crise, ao contrário de atenuá-la; tese que é contestada por outros tantos especialistas. Em junho de 1930, firma a célebre Lei de Tarifas Smoot-Hawley, que aumenta unilateralmente os impostos de mais de 10 mil produtos. Essa lei eleva o nível médio dos direitos aduaneiros de 38% para 55%. Uma das intenções é aumentar a demanda interna por bens domésticos. O protecionismo comercial exacerbado fora introduzido sob diversos argumentos, inclusive o de proteger a indústria nacional. A forte taxação das importações deveria, também, ampliar a base tributária e com isso contribuir com fundos para os gastos públicos, tão imprescindíveis para o país sair da crise.

A natureza altamente protecionista da Lei de Tarifas Smoot-Hawley passa a percepção para os parceiros comerciais dos norte-americanos de uma política extremamente discriminatória. A retaliação a essa lei não tarda. O Reino Unido, a França, a Suécia, a Holanda, a Áustria, a Bélgica, dentre outros países, resolvem discriminar, também, os produtos norte-americanos e

Verbete

1931-1940

Os efeitos da quebra da Bolsa de Nova York e da crise do setor cafeeiro comprometem o desempenho do comércio exterior brasileiro. No início desta década, grande parte da safra do grão se acumula em armazéns. A oferta continua muito maior que demanda mundial e para contornar a crise do setor, o governo destrói milhões de sacas de café. O algodão brasileiro desponta como o segundo principal produto de exportação. A política de substituição de importações favorece o desenvolvimento da indústria nacional. Nesta década, se inicia a Segunda Grande Guerra.

Confira mais no Anexo 1.

introduzem medidas de contrapartida como cotas compensatórias. Essa reação passa a ser chamada de *Little Real Retaliation Policy*.

Um efeito direto advindo desse embate vem a ser a retração das trocas comerciais, a exacerbação do nacionalismo econômico com apelos para o consumo do que fosse nacional. Na Alemanha, o que fosse *made in Germany*, na França o que fosse *made in France*, nos Estados Unidos o que fosse *made in USA* etc.

Outro efeito dessa conjuntura protecionista é o fato de a retração das exportações ter dificultado a formação de reservas monetárias e, por conseguinte, contribuído para a contração monetária dos principais parceiros comerciais norte-americanos. Sem reservas monetárias, muitos países chegam a estabelecer trocas comerciais diretas, a exemplo da Alemanha. Barreiras alfandegárias e contingenciamentos se proliferam. Saídas bilaterais se multiplicam. O comércio internacional entra em profunda depressão.

Em 20 de junho de 1932, o Presidente Hoover declara suspensas as obrigações de pagamentos internacionais por um ano, medida esta conhecida como Moratória Hoover, que vigora a partir de 6 de julho, contra a opinião da França. Sem entrar no mérito das intenções presidenciais, fato é que, na prática, fica suspenso o pagamento das reparações da Alemanha às potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial (essas reparações estavam previstas no Plano Young, de 1930, para serem pagas, em grande parte, mediante divisas, retroativamente a partir de setembro de 1929 até 1988, em anuidades de cerca de dois bilhões de Marcos). Também fica suspenso o pagamento das dívidas da Guerra entre os próprios aliados. A Inglaterra e a França, por exemplo, tinham contraído empréstimos com os Estados Unidos durante a Primeira Guerra e saldavam suas obrigações com os recursos advindos dos pagamentos das reparações.

Essa situação se oficializa no fim do verão de 1932, no Hemisfério Norte. Uma comissão de especialistas se reúne em Lausanne para debater sobre as questões da crise econômica e chega à conclusão que a Alemanha não tinha nenhuma condição de arcar com o pagamento das reparações e resolve pôr termo a elas, mediante um pagamento simbólico. Os Estados Unidos não acatam medida semelhante em relação às chamadas Dívidas da Guerra entre os aliados. Escudadas na decisão referente à Alemanha, de onde provinham os recursos para esses pagamentos, até hoje a França e a Inglaterra se negam a saldar aqueles compromissos.

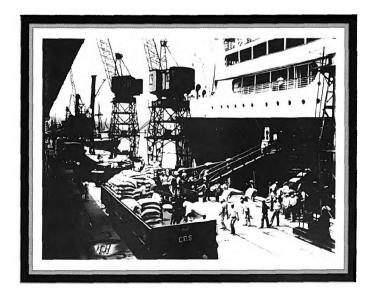
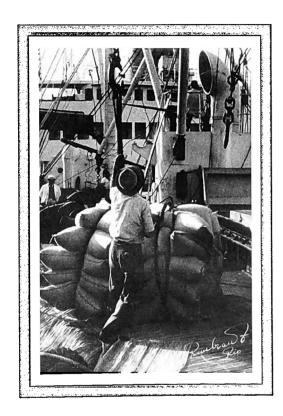
As percepções sobre as principais causas da crise, no geral, e especialmente as consoantes à Grande Depressão do início dos anos 1930, estão longe de um consenso. Contrariamente, constituem verdadeira celeuma. Sem embargo, todas elas citam as consequências econômicas da Primeira Guerra Mundial, particularmente às relativas às reparações e às dívidas da guerra, e as políticas monetárias, fiscais e comerciais adotadas pelos países para tentar estancar o alastramento da crise, mas que teriam retroalimentado a espiral depressiva. Observa-se, de um modo geral, que essas interpretações muitas vezes não podem ser desassociadas das posições políticas ou ideológicas de seus formuladores.

A historiografia registra, também, que outros fatores, além dos de natureza econômica, estavam em marcha, alguns bem antes da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, e vão compor o cenário da conjuntura dos anos 1930, a exemplo da crise das instituições representativas, haja vista a assunção ao poder de Benito Mussolini na Itália, em 1922. As forças sociais conquistam gradativamente mais espaço. De uma forma generalizada, os trabalhadores adquirem o direito de se organizarem em sindicatos e associações. A chamada causa operária ganha alento com a vitória da Revolução Russa de 1917. Surgem novas ideologias de direita, como o fascismo e o nazismo.

Por tudo isso, pode-se dizer que o ano de 1929 representa um marco histórico. De 1925 até o eclodir da crise em 1929, praticamente, as principais economias do mundo encontravam-se em uma fase de aparente prosperidade; e, não mais do que de repente esse mundo desaba. Os anos de 1929 a 1933 são de aguda crise mundo afora com aumento dos juros reais, contração da renda, aumento do nível de desemprego, deflação (especialmente no setor agrário), desvalorização das moedas, desequilíbrios nos balanços de pagamento. Como consequência, tem-se o desmoronamento do sistema financeiro internacional, do sistema monetário internacional (que vê fracassar todas as tentativas de restabelecimento do padrão-ouro-libra, ao longo da década de 1920), do sistema de trocas comerciais, inclusive com a paralisação da frota mercante.

Sem embargo, um dos setores mais atingidos pela Grande Depressão foi o do comércio internacional, que simplesmente entra em colapso. Alguns indicadores ilustram esse quadro: em relação aos dados de 1929, as trocas mundiais de mercadorias atingem seu ponto mais baixo no ano de 1932, com uma redução de 25% do volume e de 56% do valor em preços-ouro. Em plena fase de recomposição, no ano de 1936, os indicadores ainda não se igualam aos de 1929 (isso só vai ocorrer no início dos anos 1950): o volume apresenta uma recuperação que perfaz um percentual de 85% e o valor 37% do nível de 1929 de antes do craque da bolsa.

Essa conjuntura começa a mudar tanto nos Estados Unidos como na Europa, particularmente na Alemanha, a partir de 1933. Em 30 de janeiro, Adolf Hitler assume legalmente o poder na Alemanha, sem que seu partido [*National-Sozialistischer Deutscher Arbeiter Partei* (NSDAP) – Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, mais conhecido como partido nazista] tivesse maioria. Aqui são pertinentes algumas observações. Hitler e seu partido não são frutos da crise econômica, muito embora dela tenham se usufruído para amplificar suas parolas contra o liberalismo, a democracia, o comunismo e cooptar adeptos no contingente de desempregados.

Embarque de café no vapor "Brasil", 1938. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

Uma vez no poder, Adolf Hitler transforma, em um ritmo acelerado, o regime na Alemanha. O nazismo passa a imperar; vale dizer, o regime racista e totalitário de direita. Para debelar a depressão e promover o crescimento econômico introduz o *Neuer Plan* (Plano Novo; setembro de 1934). Uma das estratégias do *Neuer Plan* é a reativação do comércio exterior. A seus parceiros comerciais a Alemanha impõe, praticamente como norma, o bilateralismo com trocas de mer-

cadorias efetuadas pelo sistema de compensações (forma de contornar a falta de divisas, dentre outros objetivos).

Nos Estados Unidos, o candidato democrata eleito Presidente em 1932, Franklin Delano Roosevelt, toma posse no ano seguinte, em 4 de março, portanto, apenas pouco mais de um mês depois da assunção de Hitler ao poder. Alguns dias depois de assumir a presidência, em 16 de março, Roosevelt declara feriado bancário. Medida heterodoxa das mais importantes para impor o embargo nas exportações de ouro e a flutuação do dólar.

Na grande democracia liberal da América registra-se, sob a presidência Roosevelt, um crescente controle do governo sobre a economia, com a política de recuperação conhecida como *New Deal*. Aplicando métodos que faziam parte do arcabouço teórico do economista John Maynard Keynes, como grandes injeções de fundos públicos na economia privada, a política antirrecessão de Roosevelt afasta-se do *laissez-faire* e introduz a tutela parcial do Estado para estimular a economia e gerar emprego. Para reativar as condições internas, promulga a Lei de Reparações da Indústria Nacional. Entende ser necessário reativar, também, o comércio internacional sob os moldes do livre comércio como um dos caminhos para sair da crise econômica. Assim sendo, a cláusula de nação mais favorecida (NMF) e o estabelecimento de tratados bilaterais de comércio sob o ângulo do multilateralismo são mecanismos constitutivos das suas relações comerciais. Sinalização prática que a administração Roosevelt quer se afastar do ferrenho protecionismo da tarifa Smoot-Hawley (acusada maior de ter paralisado o comércio internacional) e reativar seu comércio exterior é a aprovação, em 1934, do *Reciprocal Trade Agreement Act* (*RTAA*, o Congresso americano dá autonomia ao Presidente da nação para celebrar acordos comerciais bilaterais com redução de tarifas).

Aspectos do cultivo, ensacamento, armazenamento e transporte do café – Embarque de café, s/ data. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Desse modo, dois personagens dos mais importantes da década, figuras símbolos de emblemáticos acontecimentos do século XX, membros de partidos políticos de perfis diametralmente opostos, estão, a partir de 1933, entronizados no poder. Ambos governam seus respectivos países até, praticamente, o fim da Segunda Guerra Mundial (1945).

Roosevelt e Hitler assumem o governo com a incumbência de sanear a economia, tarefa que vão efetuar com a intervenção estatal. Sob governo deles a burocracia cresce nos respectivos países de forma sem precedentes. Protecionismo e intervencionismo são duas palavras-chave comuns na esfera de suas políticas econômicas e comerciais. Contrariamente, multilateralismo e bilateralismo são conceitos que vão polarizar a concorrência comercial e acirrar a rivalidade política entre seus países, particularmente, ao longo da segunda metade dos anos 1930, ao que se segue o enfrentamento bélico, diretamente, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial a partir de dezembro de 1941.

Os Estados Unidos, sob o governo de Franklin Delano Roosevelt, e a Alemanha, sob a ditadura de Adolf Hitler, vão implementar medidas nacionalistas para tirar seus respectivos países da crise. Esse é um posicionamento generalizado, como ficou patente na malograda Conferência Econômica Internacional realizada em Londres, entre junho e julho de 1933. Como a

crise econômica mundial persistia, a França, os Estados Unidos e a Inglaterra organizaram uma conferência geral para debater e buscar uma possível solução para a desordem econômica em substituição às políticas nacionalistas que vinham sendo aplicadas. O conclave contou com a participação de 66 delegações e terminou sem nenhum resultado prático. Os países, mais do que nunca, voltavam-se para seus próprios problemas e buscavam, de forma autônoma, colocar ordem na economia. Aliás, uma das características dentre as que distinguem a Grande Depressão das crises anteriores é o fato de a sua superação ser resultante, em primeira linha, das políticas nacionais de desenvolvimento dos respectivos mercados domésticos.

O malogro de uma outra grande conferência sinaliza para o aprofundamento das tensões internacionais e o fracasso da política efetivada por meios diplomáticos. Instalada em Genebra, na Suíça, em 1932, a Conferência do Desarmamento fracassa devido às demandas francesas, relativas a garantias de segurança, e alemãs, relacionadas à igualdade de direitos. A Alemanha retira-se do conclave em 14 de outubro de 1933 e, pouco depois, abandona a Liga das Nações.

Evidentemente, a conjuntura internacional é muito mais complexa e envolve muitos outros fatores e personagens de proa do que a simplificação até aqui esboçada. Mas, para os limites desse texto interessam as questões que mais diretamente se relacionam com a realidade brasileira, como é o caso daqueles países que vêm a ser seus principais parceiros comerciais nos anos 1930.

No plano das relações internacionais, os anos 1930 são marcados, ainda, pelo expansionismo territorial de alguns países, a exemplo da invasão do Japão na Mandchúria, que culmina com a retirada desse país da Liga das Nações (1931). A Terra do Sol Nascente implementa uma política expansionista pelo controle do Pacífico, no que se defronta com os interesses das potências europeias e dos Estados Unidos.

A peça teatral que culmina com a Segunda Guerra Mundial vai sendo gradativamente montada. O pulsar dos acontecimentos torna-se gradativamente dinâmico. A corrida armamentista, a partir de 1935, toma fôlego em decorrência, substancialmente, da abjunção de Hitler das cláusulas de desarmamento do Tratado de Versalhes. As crises internacionais se amiúdam no tempo. Nesse sentido, dois eventos são dignos de menção: o Pacto Antikomintern e a Guerra Civil espanhola. O Antikomintern (Komintern, Internacional Comunista) assinado originalmente entre a Alemanha e o Japão, em 25 de novembro de 1935, canaliza os sentimentos anticomunistas contra a União Soviética. Por ele ficam acordadas consultas mútuas em caso de agressão soviética e o compromisso de não firmarem tratados políticos com a URSS. A Alemanha reconhece, ainda, o Estado japonês na Mandchúria. A Itália adere ao pacto em 1937. Com isso, está esboçado o bloco que entra para a história como o Eixo. O outro acontecimento é a Guerra da Espanha (1936-1939). Não obstante ser uma guerra civil, trata-se, subsidiariamente, do primeiro ato da peça teatral que envolve em lados opostos a participação das potências que gladiarão na grande tragédia mundial. Emblemática é a destruição do vilarejo basco de Guernica pelo bombardeio da *Luftwaffe* (1937).

Como já aludido, ao que concerne às trocas comerciais, o cenário internacional, a partir especialmente do ano de 1934, vai ser marcado pela rivalidade entre os Estados Unidos do Go-

verno Roosevelt e a Alemanha do regime nazista de Hitler. A América Latina, especialmente a América do Sul e, particularmente, o Brasil, representam um importante mercado para aqueles países, substancialmente devido ao alto grau de complementaridade de seus comércios exteriores (exportadores de matérias-primas e importadores de manufaturados). O subcontinente vem a ser palco de acirrados embates da ferrenha rivalidade comercial entre aqueles países.

A conjunção de uma série de fatores motiva o novo governo norte-americano, empossado em 1933, a mudar sua política do *Big Stick* (porrete e dólar) para a América Latina para a chamada *Good Neighbor Policy*. Ilustrativamente, cite-se: em primeira linha, a intenção do Presidente Roosevelt de transformar seu país no bom vizinho; a fragilidade econômica norte-americana decorrente da Grande Depressão; a oposição norte-americana a expansão da ideologia belicosa do novo regime de Berlim; a intensificação das trocas comerciais entre a Alemanha e a América Latina, especialmente com a Argentina e o Brasil; a posição firmada pelos países latino-americanos nas conferências interamericanas em prol do respeito ao direito de autodeterminação dos povos e ao princípio da não intervenção.

Além disso, com o cenário de guerra se desenhando na Europa, a América Latina adquire uma importância relativa cada vez maior, tanto em termos comerciais, como estratégicos. Aqui, destaque-se a posição do Brasil com sua extensa costa marítima no Atlântico Sul, especialmente a proximidade da saliência do seu Nordeste com a África. Ademais, matérias-primas brasileiras estratégicas, como areias monazíticas, manganês, cristais de quartzo, borracha, dentre outras, interessam à logística de qualquer esforço de guerra.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (agosto de 1939) e, especialmente, o avanço das tropas de Hitler pelo continente europeu na primavera de 1940, no Hemisfério Norte, acendem o sinal de alarme nos Estados Unidos. A defesa e segurança continental precisavam ser asseguradas de imediato.

Nas eleições presidenciais daquele ano o democrata Roosevelt quebra uma tradição política, se candidata e vence pela terceira vez as eleições para Presidente. Com isso, o patrono da Política da Boa Vizinhança continua no poder e, diante das circunstâncias internacionais, reformula a política norte-americana para a América Latina. A ênfase na defesa hemisférica e cooperação interamericana é reforçada. À tese da necessidade de 'americanização' da América Latina é agregada a percepção de que a competitividade das economias nacionais da região deveria ser incentivada, posto o atraso econômico ser entendido como fator de ameaça para a segurança continental, uma vez que a miséria daí advinda poderia constituir uma seara propícia para movimentos de cunho fascistas ou mesmo revoluções comunistas; ou seja, a propagação de ideologias contrárias aos interesses norte-americanos. A debilidade das forças militares da região, também, constituiria fator de risco para a segurança hemisférica. Portanto, promover a modernização de sua doutrina e instrução militar se fazia necessário.

No processo de reformulação da política norte-americana para a América Latina a cultura passa a fazer parte de sua estratégia a partir de 1940. De forma planejada, a Política da Boa Vizi-

nhança lança mão de recursos culturais para erradicar todas as atividades e influências das potências do Eixo na região. Para controlar, na medida do possível, o antiamericanismo e coordenar as iniciativas no plano das relações econômicas e culturais com a América Latina, é criado, no dia 16 de agosto de 1940, um escritório sob a chefia de Nelson Rockefeller, o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, o qual passa a ser nomeado, no ano seguinte, *Office of the Coordenation of Inter-American Affairs* (OCIAA). O escritório subordinava-se ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos e, por causa das mudanças que se operavam na conjuntura internacional (por exemplo, a retirada das tropas alemãs do *front* leste depois da derrota de Stalingrado), a partir de 1943, a política norte-americana para a América Latina começa a ser novamente reformulada. Nesse contexto, a agência muda mais uma vez de nome e passa a chamar-se *Office of Inter-american Affairs*, sendo-lhe com isso subtraída a conotação política. O Office existiu até o final da Segunda Guerra, sendo extinto em 1946.

No Brasil, a agência atuou de forma conjunta com o governo em três grandes áreas: saúde, alimentação e informação; esta última subdividia-se nas seções imprensa, cinema, rádio, ciência e educação. Promoveu o intercâmbio de intelectuais e artistas, no âmbito do qual Orson Welles visitou o Brasil e Carmen Miranda passou uma temporada nos Estados Unidos.

De um modo geral, o Birô Interamericano contribuiu para divulgar o *American way of life* na América Latina. Desenvolveu vários programas de cooperação nas áreas de suas divisões. Mas, sobretudo, particularmente no Brasil, varreu os produtos alemães e assegurou o domínio comercial no mercado brasileiro no Pós-Segunda Guerra Mundial.

Cartão-postal contendo desenho alegórico em homenagem à Revolução de 1930, 1930. Desenho. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

A Primeira República brasileira é derrubada por um movimento armado que eclode em 3 de outubro de 1930. Em 24 de outubro, uma junta de militares dos mais graduados depõe o então Presidente da República na Capital Federal, a 24 dias do término do seu mandato, para impedir que este desse posse ao candidato oficialmente eleito nas eleições de março daquele ano. Em 3 de novembro, o líder civil do movimento e candidato derrotado na eleição presidencial, Getúlio Vargas, assumiu, aos 47 anos, a chefia do governo provisório e só vem a ser apeado do poder em 29 de outubro de 1945.

No interstício de tempo do longo Governo Vargas sucederam-se, na realidade, três mandatos. O primeiro, do Governo Provisório, vai de 3 de novembro de 1930 a 20 de julho de 1934. Após a proclamação da Constituição liberal de 1934, Vargas é eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte. Em 20 de julho, pela primeira e única vez, é formalmente empossado e dá início ao chamado Governo Democrático (1934-1937). Em 10 de novembro de 1937, anuncia que "o Brasil deixa de lado a democracia dos partidos". Com apoio dos militares dissolve o Congresso Nacional e outorga uma constituição autoritária (Constituição de 1937). É o golpe que implementa a Ditadura do Estado Novo. Em 29 de outubro de 1945 é destituído, por seu turno, por outro Golpe de Estado, encabeçado por algumas das mais altas patentes militares que sempre estiveram ao seu lado. Acaba, então, a chamada Ditadura de Vargas (1937-1945). Nesses 15 anos de governo, também denominados Era Vargas (1930-1945), o País passa por um processo de modernização sob o paradigma do nacional-desenvolvimentismo.

O Brasil, no início dos anos 1930, tem um quadro demográfico de perfil rural (dos cerca de 37 milhões de habitantes, 70% vivem na área rural). Todavia, o País passa por um acentuado crescimento urbano. A economia agrário-exportadora tem no café seu principal sustentáculo. A chamada crise econômica de 1929 atingira em cheio sua economia e estagnara seu comércio exterior.

Getúlio Vargas, em especial no Estado Novo, promove a modernização, visando desenvolver o País, de forma autoritária, com o apoio das forças militares, à sombra de parcela considerável das velhas oligarquias e com o concurso de membros das novas gerações das camadas médias. Introduz uma política populista de cooptação dos trabalhadores urbanos. Esse processo dá-se, em parte, devido à força das circunstâncias, como também à aplicação de uma política deliberada. O governo chama a si o papel de árbitro na repartição da renda nacional, através da efetivação de sua política salarial e trabalhista e das suas ações como indutor do crescimento econômico e da industrialização.

Horta Barbosa, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Iba Jobim Meireles e outros durante visita a poços petrolíferos, bem como aspectos dos trabalhos de exploração de petróleo, 1939. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

A introdução na sociedade de alguns avanços tecnológicos, modificações no setor administrativo, social e educacional ocorrem concomitantemente à prática de procedimentos personalistas, politiqueiros e patrimonialistas do antigo regime. Em um país de base rural a questão agrária não faz parte do núcleo central da reforma que implementa o processo de industrialização. Esse fenômeno é caracterizado por parte da literatura especializada como "modernização conservadora".

Durante o longo período de seu governo, Vargas enfrenta muitos e sérios percalços nos diversos setores da vida brasileira (social, político, econômico). Vê-se defrontado com forças internas emergentes, a exemplo da direita integralista e da esquerda comunista. Entretanto, seu primeiro grande embate vai ser com a elite paulista. Em 9 de julho de 1932, São Paulo se levanta contra o governo varguista. Com exceção da classe operária organizada, a população paulista se mobiliza em torno da bandeira da constitucionalização. Os combates duram mais de dois meses. Os paulistas são militarmente derrotados e sua Força Pública se rende. Não obstante, a principal bandeira da Revolução de 1932 termina vitoriosa. Em maio de 1933, são realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo a Constituição promulgada a 14 de julho de 1934. Visando apaziguar os paulistas, o governo autoriza o Banco do Brasil a dar cobertura aos bônus de guerra emitidos pelos revoltosos. Outro ganho dos paulistas traduz-se no apoio à agricultura consignado pelo Decreto do Reajustamento Econômico (Dec. 23.533), de 1º de dezembro de 1933, que perdoa até 50% das dívidas dos cafeicultores contraídas antes de junho do mesmo ano.

Em novembro de 1935, militares comunistas tentam dar um golpe, o qual foi prontamente sufocado. A insurreição, também chamada Intentona Comunista, enseja o aumento das medidas de exceção. Ainda naquele mês, foi aprovado o estado de sítio. A Lei de Segurança Nacional (abril de 1935) foi ampliada por três emendas constitucionais, instrumentos que permitem ao Presidente demitir sumariamente funcionário público e remover militares. Gradativamente, o regime cria um arcabouço institucional que vai alargando e aprofundando seu caráter autoritário.

Os integralistas comandam, em maio de 1938, um assalto ao Palácio do Governo. O próprio Vargas e sua filha Alzira tiveram que ajudar a desorganizada guarda palaciana a reprimir

os agressores. Após essa tentativa de golpe, o governo "limpa a área" de seus opositores de esquerda e de direita.

No plano do aparelho do Estado, o governo empreende desde seus primeiros momentos uma profunda modernização. Ainda em 1930, cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que vem a ser instalado em janeiro de 1931.

A conformação do aparelho administrativo do Estado caracteriza-se por uma centralização dos comandos e descentralização administrativa. Nesse sentido, foi criado em 1936 o Conselho Federal do Serviço Público Civil, que se transforma, em 1938, no Departamento do Serviço Público (DASP). Introduz-se o sistema de mérito com a instituição de concursos públicos para ingresso no serviço público. Promove-se a estruturação da carreira do funcionalismo e a racionalização administrativa, que, muito embora tenha caráter limitado, significa grande avanço ao estabelecer a padronização do material e centralização das compras administrativas federais, o que representa, em última estância, economia de recursos. Com o DASP, que tem seus similares nos estados e municípios, os chamados "DASPinhos", são adotados critérios mais técnicos ao estabelecer funções normativas, executivas e legislativas.

A elaboração das políticas públicas passa a ter suporte técnico e a contar com estruturas materiais, como órgãos, códigos e um arcabouço legislativo.

A modernização das instâncias burocráticas implica a criação de alguns ministérios e na reformulação de outros. O painel geral das modificações resulta em uma nova forma do aparelho do Estado, que toma a feição de autarquia.

No que concerne a questões econômicas, as instituições e códigos abaixo arrolados dão uma ideia da magnitude do que estava sendo implementado.

- Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC, dezembro de 1930, instalação: janeiro 1931).
- Reorganização do Ministério da Fazenda.
- Criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE, 1944).
- Conselhos Econômicos.
- Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE, 1934).
- Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF, 1937).
- Código de Florestas (1934).
- Código da Propriedade Industrial e Lei das Sociedades por Ações (1934).
- Código de Caça e Pesca (1934).
- Código de Águas e Esgoto (1934).
- Código de Minas (1934).
- Código Brasileiro do Ar (1938).
- Definição da Legislação Brasileira de Regulamentação dos Serviços de Radiocomunicações em Território Nacional (1931-1934).

- Instituição da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937).
- Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim, 1941).
- Criação do Banco de Crédito da Borracha (1942).
- Criação da Comissão de Financiamento da Produção (1943).
- Comissão de Investimento (1944).
- Departamento Nacional de Segurança Privada e Capitalização (subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1934).
- Instituto de Resseguro do Brasil (1940).
- Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc, 2/2/1945).
- Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 1934).
- Conselho Nacional do Petróleo (1938).
- Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939).
- Conselho Nacional de Mineral e Metalurgia (1940).
- Instituto do Cacau (1933).
- Departamento Nacional do Café, depois Instituto Brasileiro do Café (IBC, 1933).
- Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool (1933).
- Instituto Nacional do Mate (1938).
- Instituto Nacional do Pinho (1941).
- Instituto Nacional do Sal (19410.
- Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941).
- Comissão Nacional do Ferro (1941).
- Comissão Executiva Têxtil (1942).
- Comissão Vale do Rio Doce (1942).
- Comissão da Indústria do Material Elétrico (1944).

Se o Governo Vargas, desde o início, implementa uma política de modernização da máquina burocrática do Estado, inclusive no que concerne à esfera econômica, quanto à sua política para o comércio exterior não se pode dizer o mesmo. Ao longo do Governo Provisório, a política comercial pode ser caracterizada como conservadora, voltada principalmente para a expansão das exportações do agronegócio. O principal canal para alcançar essa meta preserva, também, uma linha de continuidade. O governo negocia e termina por firmar cerca de trinta tratados comerciais sob a cláusula de nação mais favorecida (NMF), em plena fase aguda da depressão econômica mundial (1932). Esses tratados vão ser denunciados em 1935.

Nos planos da modernização, como é de largo conhecimento, a meta principal era industrializar o País. Para tanto, o desenvolvimento da indústria de base se faz imprescindível; assim sendo, uma indústria siderúrgica de alto forno vem a ser a menina dos olhos de todo o plano.

Capital e tecnologia o Brasil não tinha, portanto, se quisesse implementar um processo de industrialização no mais curto horizonte de tempo possível, teria que se voltar para o exterior.

Uma outra questão central e sensível dos planos da modernização responde pelo verbete "forças armadas". Para um regime que se implementa e se mantém com o apoio militar, atender ao desejo e as necessidades reais de modernização das forças armadas constituem um objetivo central, ainda mais quando as questões relacionadas à segurança e defesa da nação mais e mais ganham relevo devido ao clima de corrida armamentista que vai se instalando no cenário internacional e que termina na Segunda Grande Guerra. Esse item, portanto, é um dos mais importantes da agenda política do governo. Modernizar as forças armadas significa, antes de tudo, compras públicas, importação de material bélico. Assim, a modernização das forças armadas vai se imbricar com o comércio exterior duplamente, pela importação e pela resposta à pergunta de onde tirar os recursos para efetivar essas compras.

Dessa forma, o comércio exterior, além de vital para a recuperação da economia, desempenha papel central no plano varguista de modernização do País e, por conseguinte, na política econômica. A diplomacia brasileira e as várias esferas do governo correlacionadas com o comércio exterior vão atuar, de alguma forma, no sentido de promover as trocas comerciais, tanto no que se refere ao aumento das exportações, como às "compras seletivas", a exemplo de armamento para as forças armadas.

Economicamente, o governo, desde o primeiro momento, tem que enfrentar os problemas decorrentes dos efeitos da crise mundial de 1929. Aliás, a historiografia aponta a própria depressão econômica como um dos mais importantes fatores que levam à chamada Revolução de 1930. De pronto, medidas administrativas foram tomadas para fazer frente aos mais urgentes problemas. Assim, para manter o pagamento da dívida externa em dia, o governo utiliza a reserva-ouro da Caixa de Estabilização e do Banco do Brasil e contrai um empréstimo de 20 milhões de libras. Quanto à dívida dos cafeicultores, o governo faz um reajustamento desta com perdão de 50%, conforme já mencionado anteriormente.

Para fazer frente ao problema da superprodução do café, promove uma política de destruição de estoques. Queima-se café para produzir coque que é utilizado como fonte de energia para a iluminação pública, o que teve como efeito o cheiro de café espalhado por algumas cidades. Simplesmente queima-se café para destruir os estoques e diminuir o custo do armazenamento. Toneladas de café foram jogadas ao mar (diga-se de passagem, que medidas similares foram implementadas, também, com outros produtos, a exemplo do cacau). Mas, na prática, resulta na manutenção de parte do nível do trabalho e certa estabilidade dos preços, o que, em última instância, significa a continuidade da engrenagem da economia. Outros países também tomaram medidas semelhantes e, assim como o Brasil, saem mais cedo da depressão. Dessa forma, a partir de 1933, a economia brasileira dá mostras de recuperação.

Ao longo dos anos, o governo adota, também, medidas vitalizadoras, como o incentivo a outras culturas, forma de alargar a estrita pauta de exportação. A partir da obtenção de fibras

mais longas, o algodão plantado em terras brasileiras ganha qualidade e desponta como o segundo principal produto de exportação, atrás apenas do café; colabora para isso o interesse das potências do Eixo, especialmente da Alemanha, pelo algodão brasileiro e a relativa estabilidade do seu preço internacional, mantida pela política protecionista do maior produtor mundial, os Estados Unidos. A substituição de importações de produtos industrializados é impulsionada com maior dinamismo e favorece o desenvolvimento da indústria nacional.

Quanto ao comércio exterior, a partir de 1934, a situação começa a mudar gradativamente de forma substancial, devido a circunstâncias fruto, em primeira linha, da concorrência entre as grandes economias por mercados externos. No caso específico, principalmente entre os Estados Unidos e a Alemanha.

Naquele ano, como já aludido, o governo dos Estados Unidos inclina-se por uma flexibilização das restrições aduaneiras que foram implementadas no âmbito das medidas de recuperação da crise de 1929. Entende, também, que a saída da crise passa pela recuperação do sistema do comércio mundial. Para tanto, esboça uma política comercial de acordos bilaterais sob a cláusula NMF. Para efetivar suas intenções, tem passe livre dado pelo Congresso por meio do RTAA. Por seu turno, a Alemanha, em setembro do mesmo ano, introduz novas diretrizes para sua política comercial previstas no seu plano de recuperação econômica, Neuer Plan.

As diretrizes do Neuen Plan preveem a assinatura de Tratados de Compensação e Pagamentos (*Verrechnungs- und Zahlungsabkommen/Clearing Verträge*). A isso associa-se a obrigatoriedade de seus parceiros aceitarem marcos bloqueados, também conhecidos como Aski, Aski-Mark (*Ausläender Sonderkonto für Inlandszahlungen*/Conta Especial do Estrangeiro para Pagamentos Internos), como forma de pagamento das compras alemãs. Essa moeda especial só poderia ser utilizada para pagamento das importações de mercadorias alemãs feitas no mercado alemão (o comércio triangular, a reexportação, era estreitamente vedado).

Correndo o risco de simplificar uma questão complexa, pode-se dizer que, sob essa modalidade de trocas comerciais, o parceiro da Alemanha ficava atrelado, submisso, ao mercado alemão na proporção direta do volume de suas exportações para aquele País. O montante do numerário advindo de suas vendas para a Alemanha só poderia ser empregado como forma de pagamento no mercado interno alemão, com o agravante que a Alemanha não vendia muitos de seus produtos por esse sistema, mas mediante divisa. O lema dessa política comercial era "se nos quiserem vender, têm que comprar nossas mercadorias".

Métodos divergentes e interesses geográficos convergentes, as premissas básicas da concorrência comercial entre os dois países pelos mercados latino-americanos estão dadas. Sob esses ditames processa-se a rivalidade entre os Estados Unidos e a Alemanha no mercado brasileiro.

Para efetivar a política comercial do Neuer Plan, o governo alemão desenvolve um intenso processo de cooptação de seus parceiros comerciais para que aceitem os seus métodos. Representantes diplomáticos são convocados a entabular negociações nesse sentido. Delegações são enviadas para distintas regiões. Assim, é formada a Delegação Alemã de Tratados de Comércio

para a América do Sul sob a direção do Cônsul Geral Kiep. Em outubro de 1934, a delegação aporta no Rio de Janeiro e, desde então, a Alemanha passa a ocupar um lugar no comércio exterior do Brasil, como nunca dantes.

Um dos mais fortes argumentos dos alemães para que os brasileiros aderissem aos seus métodos, além dos já mencionados, era a recíproca diminuta capacidade de compra decorrente da escassez de divisas. E como contra-argumentar à possibilidade de escoar parte da produção em um momento de armazéns abarrotados de mercadorias sem comprador? O Brasil, particularmente, e a América Latina, em geral, vêm a ser a região onde essa proposta alemã mais tem sucesso.

Apesar de estar em vigor o primeiro tratado comercial assinado depois da Primeira Guerra Mundial entre o Brasil e a Alemanha (22/10/1031 – entrada em vigor a partir de 4/1/1932, com prazo de vigência até junho/1936) sob a cláusula da NMF, de pronto, alguns negócios são fechados sob essa modalidade por meio de acordos informais. Em agosto de 1936, entra em vigor um *Modus Vivendi* com validade de 12 meses, o qual, em sucessivas prorrogações, se estende até 1939. Resultado prático dessa circunstância: a Alemanha torna-se ao lado dos Estados Unidos o principal parceiro comercial do Brasil, e o Brasil o 10º da Alemanha.

Essas trocas de mercadorias não têm somente o lado do sucesso. Internamente, enfrentava a crítica de muitos adversários, inclusive entre membros da cúpula do governo simpatizantes do modelo norte-americano. Diplomaticamente, são resultantes de duras negociações. Tecnicamente, o processo de compensação apresentava problemas, como o fato de o Brasil ficar abarrotado de marcos bloqueados, a ponto de o governo suspender temporariamente os fluxos comerciais sob essa modalidade, em 1938, vindo, porém, pouco depois a retomá-los.

O conceito do comércio de compensação teuto-brasileiro (a aplicação do modelo apresentava algumas especificidades para o caso brasileiro), porém, consolidou-se de tal forma que, os Estados Unidos, que manifestavam forte oposição contra ele, chegaram a cogitar de uma modalidade similar, com "dólar especial" para a América Latina. Não obstante, o início da Segunda Guerra Mundial sombreou essa intenção.

Aspectos do cultivo, ensacamento, armazenamento e transporte do café – Armazém de café, s/ data. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Relativo às relações com seu mais importante parceiro econômico, Os Estados Unidos da América, que requeria do governo brasileiro uma posição contrária ao comércio bloqueado com a Alemanha, Vargas reagia em cima do muro e deixava, com isso, espaço de manobra para os dois rivais.

Coerente com as diretrizes de sua política econômica, os Estados Unidos firmam com o Brasil um tratado comercial sob cláusula de nação mais favorecida (NMF), em 1935 (segundos alguns críticos, esse tratado anulou, na prática, algumas medidas protecionistas implementadas por Vargas para incentivar a substituição das importações). Para combater o avanço alemão no mercado brasileiro acena com promessas financeiras e comerciais, como disponibilização de créditos e aumento das suas importações. A sua ofensiva econômica inclui, também, uma luta ideológica no âmbito da política da Boa Vizinhança.

Quando, em 1936, os dados estatísticos registram mais um avanço do progressivo aumento das exportações alemãs para o Brasil (em 1930 a Alemanha cobria 11,4% das importações brasileiras; em 1936, 23,5%) e o governo brasileiro prorroga o acordo do comércio de compensação de 1934 (*Modus Vivendi* de 1936), os Estados Unidos movem uma verdadeira ofensiva contra ele. O Embaixador brasileiro em Washington é acionado. Em 1937, Oswaldo Aranha solicita que o governo brasileiro envie o Ministro da Fazenda para os Estados Unidos a fim de planejar, com a ajuda norte-americana, as bases do saneamento econômico do Brasil.

Em junho, a Missão Souza Costa viaja para Washington. Com relação ao comércio exterior, recomendou-se que: o Brasil deveria esforçar-se no sentido de não permitir que o governo nazista subvencionasse suas exportações para seu mercado. Sugeriu-se a criação de duas comissões mistas para fiscalizar o comércio exterior brasileiro, com acentos em Nova York e no Rio de Janeiro. E, por último, que fossem introduzidas restrições das exportações brasileiras para a Alemanha. Afinal, o método do comércio compensado feria os postulados do livre comércio e, assim, do Tratado Comercial de 1935 entre os dois países. Por outro lado, os Estados Unidos aumentaram suas compras do café e do cacau.

Apesar de tudo, o comércio de compensação continua sua curva de ascensão. No ano seguinte, 1938, pela terceira vez consecutiva, a Alemanha ocupa o posto de primeiro fornecedor das importações brasileiras, cobrindo agora 25% do total geral. E isso no ano em que se registra a maior tensão nas relações políticas teuto-brasileiras, decorrente dos atritos entre o Embaixador alemão, Karl Ritter, e o Chanceler brasileiro, Oswaldo Aranha (Aranha deixara a Embaixada em Washington e assumira a Chancelaria naquele ano de 1938). O episódio toma tal monta, que Ritter foi declarado *persona non grata* (21 de setembro de 1938), tendo que se retirar do Brasil, ao que se segue a retirada do Embaixador brasileiro de Berlim (os postos ficam vagos até julho de 1939, quando são indicados novos embaixadores).

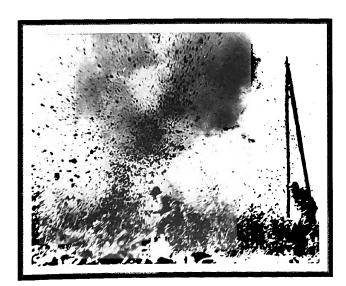
A rivalidade entre Alemanha e Estados Unidos pelo mercado brasileiro é astutamente utilizada por Vargas para aumentar as exportações brasileiras e conseguir efetivar alguns dos principais pontos de sua agenda modernizadora, haja vista as compras de armamento para as forças armadas. Outras metas das mais cruciais para o desenvolvimento do País, como a sonhada Usina Siderúrgica Nacional, vão ser também atingidas. Esse ganho se dá no cenário de plena guerra. Vargas barganha o consentimento para que os Estados Unidos ocupassem bases em território brasileiro, pelo financiamento da siderúrgica. Mas, essa é a história da década seguinte, a do realinhamento do Brasil aos Estados Unidos.

Retrospectivamente, os anos 1930 deixam demonstrado que o comércio exterior nessa década foi muito mais do que trocas de mercadorias, vindo a constituir um dos mais importantes mecanismos impulsionadores do desenvolvimento brasileiro.

O comércio exterior brasileiro no cenário de guerra e de paz nos anos 1940

O mundo passa pelo inimaginável. Apenas duas décadas depois da Primeira Grande Guerra, novamente, a hecatombe de uma guerra total, potencializada dessa vez pela utilização de bomba atômica. A economia, a partir de 1942, com a derrota da estratégia econômica da *Blitzkrieg* e a entrada dos Estados Unidos no conflito, mais do que antes, é submetida às prioridades bélicas que, conjuntamente com o esforço empreendido nos combates aéreos, terrestres e navais, desorganizam a produção de mercado e o comércio internacional. A partir de então, a demanda por determinadas matérias-primas aumenta estratosfericamente. Esse é o caso de alguns minerais estratégicos e da borracha que registra um renascer do seu ciclo no Brasil.

Ainda durante a guerra, as potências aliadas realizam conferências para tratar do ordenamento dos Estados no período de paz que viria. Na Conferência de Bretton Woods, em 1944, são estabelecidos importantes marcos econômicos multilaterais para a reconstrução da Ordem Internacional. Sob a hegemonia dos Estados Unidos, as propostas de criação dos organismos idealizados concretizam-se sucessivamente. Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1945, o Banco Mundial em 1946, e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) em 1947. Neste mesmo ano, é anunciado o Plano Marshall para recuperação da Europa.

Capítulo 15

Ao longo das conferências, que planejam o futuro imediato do mundo no momento que a Segunda Guerra Mundial marcha para o fim, patenteiam-se duas lideranças antagônicas entre os aliados, os Estados Unidos da América e a União Soviética. No pós-guerra, de 1945 a 1947, começam a se delinear dois subsistemas de poder. A partir de 1947, uma verdadeira guerra gradativamente se deflagra sem que diretamente se trave combate bélico, a chamada Guerra Fria, que para alguns estudiosos começa com o uso da bomba atômica para bombardear Hiroshima e Nagasáki em 1945. Uma vez instalada essa modalidade de guerra, os Estados Unidos adotam políticas preventivas para evitar vácuos de poder. Lançam, em 1947, o Plano Marshall para reconstruir a Europa Ocidental e decidem promover fortemente a reconstrução do Japão.

No ano de 1947, os Estados Unidos proclamam a Doutrina Truman para conter e prevenir contra o comunismo e iniciam um cerco de aliados aos Estados socialistas. Para tanto, firmam uma série de tratados de defesa e auxílio mútuo conhecidos como Cordão Sanitário. O primeiro passo nesse sentido é dado com o Tratado Interamericano de Auxílio Recíproco (Tiar), firmado em 1947, no Rio de Janeiro, entre os Estados Unidos e os países americanos. No contexto americano, é criada ainda a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948.

Sob a liderança da superpotência ocidental, formaliza-se entre os países ocidentais, em 1949, um pacto militar de defesa mútua, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

A tomada de posição soviética no tabuleiro de xadrez da política mundial também se faz sentir. Em 1947, a União Soviética institui o Kominform, unificação dos partidos comunistas e dos governos dos países do leste europeu. Em resposta à política das potências ocidentais de promover uma reforma monetária nas zonas da Alemanha dividida sob seu controle, a URSS decreta o bloqueio de Berlim na tentativa de expulsá-las da antiga capital alemã, geograficamente localizada no coração da zona sob seu controle. O bloqueio é furado por meio de um corredor aéreo, por intermédio do qual os aviões fazem uma verdadeira ponte aérea (*Luftbruck*). Em 1949, institui o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecom) para recuperar as economias dos países da Europa Oriental sob sua liderança. Nesse mesmo ano, a União Soviética detona sua primeira bomba atômica.

Aspecto da atuação do V Exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial – Dois soldados em meio a uma explosão, 1942-1945. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

No cenário dos últimos anos dessa turbulenta década, novos Estados, que adquiriram a independência ou foram recém-criados, se apresentam na constelação dos Estados, a exemplo da Índia, de Israel, da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã. O partido comunista chinês ascende ao poder na mais populosa dentre as nações.

O comércio internacional passa por distintas fases ao longo da década: em 1941 as relações comerciais já estão sob o efeito da guerra; de 1942 até 1945 tem-se economia de guerra; entre 1945 até 1947 largos passos são dados para liberalizar o comércio que, gradativamente, toma impulso no chamado Mundo Ocidental. Fato é que, o crescimento econômico que se processa no período entre 1945 até 1973, com todos os seus problemas e incertezas, passa para a história como a Idade de Ouro do capitalismo.

Durante a guerra, o comércio exterior do Brasil se faz principalmente com os membros do chamado "bloco do dólar", sobretudo com os Estados Unidos, que também intermedeiam remessas destinadas à Inglaterra. Nesse período, o País consegue acumular significativo montante em divisas.

No Brasil, chega ao fim, em 1945, o Estado Novo, cuja política externa optou pelo alinhamento com os Estados Unidos durante a guerra, tendo como objetivo a obtenção de ganhos comparativos para desenvolvimento do processo de modernização que vinha sendo implementado. Destaque-se a modernização das forças armadas e, sobretudo, a construção de uma usina de alto forno, mola indispensável para o aprofundamento do seu processo de industrialização, instalada com tecnologia e créditos americanos.

A presidência Eurico Gaspar Dutra (1945-1951) adota inicialmente uma política econômica antagônica à do seu antecessor, distancia-se das medidas intervencionistas e de controle dos fatores econômicos e aplica uma política de liberdade das operações comerciais e financeiras no setor externo e livre cambista, que tem como resultado a dissipação das reservas cambiais e leva o governo a adotar o controle cambial. A partir de 1947 é adotado um regime de licença seletiva das importações com uma distribuição proporcional das divisas disponíveis.

Fato é que, finalizada a Guerra, os preços internacionais do café se tornam mais uma vez atrativos e a produção e a exportação desse produto volta à sua posição de destaque na economia nacional.

Em 1941, há redução das importações brasileiras procedentes da Europa devido ao início da Segunda Guerra Mundial. Entre 1939 e 1940, graças ao bloqueio naval britânico, a participação alemã no total das importações brasileiras diminui de 25% para apenas 2%, e, no total das exportações brasileiras, as compras feitas pela Alemanha caem de 19% para 2,8%. Entretanto, no mesmo período, os Estados Unidos aumentam sua participação nas importações brasileiras de 33,6%, em 1939, para 51,9%, em 1940. No lado da exportação, o fenômeno é semelhante, intensificando-se, entretanto, a partir de 1941. Neste ano, os Estados Unidos foram o destino de 57% das exportações brasileiras.

O Acordo Interamericano do Café, que garante preço e quota para o café brasileiro nos EUA, e a assinatura de diversos acordos exclusivos para suprimento de materiais estratégicos aos EUA e a alguns países membros da comunidade britânica, são alguns fatores que levam a um aumento do intercâmbio entre Brasil e os países aliados. Por outro lado, o aumento das exportações, combinado com uma escassez de importações, resulta em uma entrada líquida de divisas, levando a um explosivo processo inflacionário no período pós-guerra. Além de uma maior facilidade nas negociações com os EUA, especialmente no setor econômico e militar, instalam-se bases militares em território nacional.

Em 9 de abril de 1941, é realizada a assembleia geral de criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A empresa a ser construída em Volta Redonda, RJ, é constituída basicamente com capitais externos, especialmente do Eximbank para o financiamento do maquinário. A usina é inaugurada no dia 12 de outubro de 1946.

1941-1950

Durante a Segunda Guerra Mundial, o intercâmbio comercial brasileiro é feito principalmente com os Estados Unidos. Com a guerra, os preços internacionais do café se tornam mais uma vez atrativos. A produção e a exportação desse produto voltam às suas posições de destaque na economia nacional.

Confira mais no Anexo 1.

O ataque japonês à base de Pearl Harbor, em 7 dezembro de 1941, tira do Brasil mais um importante parceiro comercial, o Japão. Desde 1936, este país havia se tornado um importante destino para nossas exportações de algodão em pluma e respondia, em 1941, por 6,4% das exportações brasileiras.

Em 21 de novembro, Brasil e Argentina assinam o Tratado sobre Livre Comércio e Intercâmbio, com o propósito de estabelecer, de forma progressiva, uma união aduaneira, também disponível a outros países vizinhos. Esse tratado é estabelecido a fim de contornar a dificuldade de transporte e as altas taxas aduaneiras, que impediam a entrada de produtos em ambos os países.

Novos produtos são exportados em consequência da demanda dos países em guerra, como quartzo, diamantes industriais, dentre outros.

No ano de 1942, em decorrência da dominação japonesa no Oriente, são paralisadas as exportações da borracha oriental para o Ocidente, ou seja, os japoneses ameaçam a produção da borracha nos seringais no Oriente com a ocupação de territórios no sudeste asiático. Consequentemente, os aliados, especialmente os Estados Unidos, voltam sua atenção mais uma vez para o norte do Brasil.

Aspectos de usina hidrelétrica e da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, s/ data. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Os Estados Unidos propõem ao Brasil um acordo para aumentar o crescimento na produção da borracha nativa. Nesse acordo é estabelecida a criação do Banco de Crédito da Borracha (criado com a finalidade de fomento da produção durante a guerra, sem a intenção de desenvolvimento da região), no qual os EUA participam com a maioria das ações e têm o direito de indicar os principais executivos. Os americanos também são responsáveis pela criação de condições alimentares e sanitárias na área do projeto e pelos armazéns da "Rubber Development Corporation". Além disso, aquele país obtém um preço-teto para importar o produto do Brasil abaixo do preço de mercado. Metade da produção é exportada e o restante o mercado brasileiro absorve. Já o Brasil fica com a responsabilidade de aumentar a oferta de mão de obra na região.

Com a mudança da postura de Vargas em relação à Guerra e seu consequente apoio aos países aliados, o Brasil desenvolve um intenso programa de cooperação econômica e militar com os Estados Unidos. No campo econômico, essa cooperação resulta em um acordo com os EUA sobre uma coparticipação no mercado canadense de algodão, com vistas a escoar a produção brasileira, além de acordos bancários. No campo militar, os EUA concedem crédito para a modernização das Forças Armadas e o Brasil autoriza os Estados Unidos a utilizarem bases militares no Nordeste.

No dia 31 de agosto de 1942, é declarado estado de guerra em todo o território nacional e, para coordenar os esforços da economia de guerra, cria-se a Coordenação da Mobilização Econômica. Devido aos gastos com a economia de guerra, o governo adota medidas para deter a inflação e executa uma reforma monetária. A moeda nacional muda de mil-réis para cruzeiro.

Com a redução de oferta de bens pelos países em guerra, o governo brasileiro demonstra maior interesse em diminuir a dependência externa das indústrias brasileiras, principalmente no que se refere a maquinários.

A demanda de bens no mercado internacional também é afetada e a pauta de exportação brasileira se diversifica com a inclusão de produtos não tradicionais, tais como têxteis e minerais estratégicos. Alguns países latino-americanos e a África do Sul tornam-se mercados importantes, principalmente para absorver produtos manufaturados. Entretanto, a economia brasileira está cada vez mais dependente do mercado americano.

Ainda neste ano, o governo desapropria a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e cria a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Esta empresa assegura o fornecimento de matéria-prima essencial ao setor siderúrgico emergente e exporta o excedente, tornando-se, especialmente na época da Segunda Guerra Mundial, uma importante fonte de receita cambial para o País.

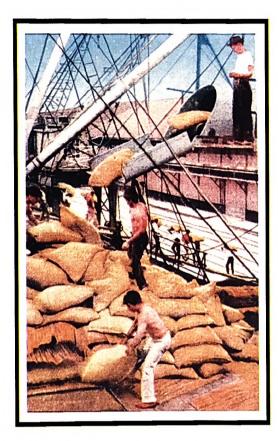
No ano de 1943 são lançados outros de projetos de desenvolvimento da indústria nacional, como a Fábrica Nacional de Álcalis, para suprir o mercado nacional de carbonato de sódio e potássio (barrilha), e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), para produzir motores automotivos como os caminhões "fenemê".

Um grande aumento da demanda por algodão em pluma no mercado internacional leva a uma alta nos preços do algodão e a uma consequente mudança na fronteira agrícola brasileira. Há uma migração da produção do café para a do algodão, o que favorece a indústria têxtil nacional.

Em julho em 1944, o Brasil participa da Conferência de Bretton Woods, em que são criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O primeiro tem como função dar assistência aos países signatários nos déficits de seus balanços de pagamentos e o segundo prestar assistência na recuperação pós-guerra e, mais tarde, promover o crescimento econômico em países pobres. Na mesma conferência, são derrotadas as ideias defendidas por Keynes e é adotado o Plano White de hegemonia do dólar americano com livre conversibilidade externa das moedas e taxa de câmbio fixa definida em ouro ou dólar.

Com a finalidade de formar reserva de divisas para viabilizar a política de substituição das importações, instituem-se os Certificados de Equipamentos, títulos normativos emitidos pelo governo que rendem juros e podem ser resgatados em moedas estrangeiras quando as importações se normalizarem. As empresas são isentas de taxação sobre lucros extraordinários, caso apliquem o dobro do imposto devido na compra desses títulos.

Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, apesar da grande entrada de divisas, o cruzeiro manteve seu valor nominal em relação ao dólar americano praticamente inalterado. A moeda brasileira encontra-se sobrevalorizada em 60% em relação a seu valor de 1939.

No contexto internacional, entre 4 a 12 de fevereiro, é realizada a Conferência de Yalta, com a finalidade de discutir as fronteiras soviéticas e o destino dos países do leste europeu, considerados como "zona de influência" soviética.

Sistema novo de carregamento de café, s/ data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

Devido às pressões para a redemocratização do País, Vargas renuncia em 29 de outubro. Assume José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal e são convocadas eleições presidenciais. É o fim do Estado Novo.

Marechal Eurico Gaspar Dutra assume a presidência da República (1946-1951), com um discurso liberal. Fim dos controles de capitais e das restrições à importação para atração de investimentos estrangeiros e combate à inflação, que havia se acelerado a partir de 1942. A combinação de uma taxa de câmbio sobrevalorizada com o fim das restrições à importação leva a um aumento de 84% das importações, em 1946, e 72% em 1947. Em meados de 1947, as reservas em dólar já haviam sido gastas e, embora ainda houvesse reservas em ouro, o governo toma a decisão de reintroduzir o controle cambial e de importações.

Em 18 de setembro é promulgada a Constituição brasileira de 1946, com caráter liberal e democrático. Também fica regulamentado o envolvimento do Brasil em guerras. Como a entrada em uma guerra deveria ser a última instância cabível, após todos os recursos diplomáticos terem sido esgotados, também fica definido que o Brasil não poderá se envolver em guerras de conquistas, em hipótese alguma.

Após a Segunda Guerra Mundial, vários países decidiram regular suas relações econômicas internacionais, não só com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, mas também por entenderem que os problemas econômicos influíam seriamente nas relações entre os governos. Para regular aspectos financeiros e monetários, foram criados o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, no âmbito comercial, foi discutida a criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), que funcionaria como uma agência especializada das Nações Unidas.

Em 1946, visando impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas adotadas desde a década de 1930, 23 países, dentre eles o Brasil, posteriormente denominados membros fundadores, iniciaram negociações tarifárias. Essa primeira rodada de negociações resultou em 45.000 concessões e no conjunto de normas e concessões tarifárias denominado Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt).

Quanto à OIC, os membros fundadores, juntamente com outros países, formaram um grupo que elaborou o projeto para sua criação, sendo os Estados Unidos um dos países mais atuantes no convencimento da ideia do liberalismo comercial regulamentado em bases multilaterais. O foro de discussões, que se estendeu de novembro de 1947 a março de 1948, ocorreu em Havana, Cuba, e culminou com a assinatura da Carta de Havana, na qual constava a criação da OIC. O projeto de criação da OIC era ambicioso, pois, além de estabelecer disciplinas para o comércio de bens, continha normas sobre emprego, práticas comerciais restritivas, investimentos estrangeiros e serviços.

Apesar do papel preponderante desempenhado pelos Estados Unidos nestas negociações, questões políticas internas levaram o País a anunciar, em 1950, o não encaminhamento do projeto ao Congresso para sua ratificação. Sem a participação dos Estados Unidos, a criação

da Organização Internacional do Comércio fracassou e, assim, o Gatt, um acordo criado para regular provisoriamente as relações comerciais internacionais, foi o instrumento que, de fato, regulamentou, por mais de quatro décadas, as relações comerciais entre os países.

O Brasil adere ao Gatt, em 30 de julho de 1948, com aprovação de uma lista tarifária em níveis mínimos.

Em fevereiro de 1948, adota-se a primeira forma administrativa de conter as importações, as licenças prévias para importação, de acordo com as prioridades governamentais, sob responsabilidade da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil. Esse sistema durará até a liberalização das importações em 1953, por meio da instrução Sumoc nº 70, no início do segundo governo de Vargas. Eram prioridade os bens essenciais: combustíveis, produtos alimentícios básicos (cereais, destacando-se o trigo), cimento, papel e equipamento tipográfico. Os artigos de maior interesse social, tais como remédios e utensílios agrícolas foram praticamente mantidos livres para importação. Os bens de menor interesse, como os de consumo e, principalmente, os supérfluos, eram considerados com baixa prioridade, ficando sua importação condicionada à maior disponibilidade de reservas cambiais, que era pequena.

Embarque de café pelo embarcador mecânico, s/ data. Fotografia. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

Na América Latina, é criada da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), idealizadora do chamado "modelo cepalino de substituição das importações" como meio para promoção do desenvolvimento econômico, estratégia utilizada em maior ou menor grau pelos países latino-americanos nas décadas de 1950 e 1960. De acordo com os estudos da Cepal, se a América Latina continuasse exportando produtos primários e importando produtos industrializados, a deterioração dos termos de troca levaria os países da região cada vez mais para o fundo da economia mundial. Estabelecida em 1948, a Cepal, ligada à ONU, trabalha na coordenação de políticas que visam ao desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e do Caribe e colabora com seus 41 Estados-Membros e sete membros associados na pesquisa e na análise de processos de desenvolvimento nacionais e regionais.

Também é fundada, em 30 de abril de 1948, a Organização dos Estados Americanos (OEA), principal foro de concertação política do hemisfério e o eixo gravitacional do sistema interamericano, constituindo-se como um dos organismos regionais mais antigos do mundo. Os 21 países signatários, entre eles o Brasil, reunidos em Bogotá, Colômbia, assinaram a Carta da Organização dos Estados Americanos, em que a organização é definida como um organismo regional dentro das Nações Unidas. Os países-membros se comprometem a defender os interesses do continente americano, buscando soluções pacíficas para seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Atualmente, a OEA conta com 35 estados-membros que, a partir de 1990, definiram como prioridade dos seus trabalhos o fortalecimento da democracia e assuntos relacionados com comércio e integração, controle de entorpecentes, repressão ao terrorismo e corrupção, lavagem de dinheiro e questões ambientais, mazelas comuns a todos seus membros, inclusive os Estados Unidos.

A partir de 1947, com a recuperação da demanda mundial por café, seu preço no mercado internacional também se recupera. O preço médio do café aumenta de US$ 22,6 cents por

libra-peso, em 1948, para 27,4 cents por libra-peso, em 1949, e para 49,5 cents por libra-peso, em 1950. Com isso, a participação do café nas exportações brasileiras, que baixou para apenas 1/3, no período 1940-1945, vai chegar a 70% no período 1952-1953. Os Estados Unidos são o principal mercado para o café brasileiro e têm uma participação de 54,3% nas exportações totais do Brasil, em 1950.

Portanto, assim que o preço do café se recupera, o Brasil volta a ser extremamente dependente desse produto como fonte de divisas. A diversificação da pauta exportadora obtida durante o período da guerra não se mantém. Para tentar colocar esses novos produtos de exportação no mercado externo, o governo permite a exportação de produtos gravosos (produtos que não venderiam à taxa oficial de câmbio vigente) com taxas de câmbio mais favoráveis. Essas operações, denominadas vinculadas, surgem em 1948 e são, posteriormente, regulamentadas pela Carteira de Exportação e Importação (Cexim). Os exportadores de produtos gravosos vendem suas cambiais a importadores, que não têm outros meios de conseguir divisas, a um preço acima do mercado oficial. Com isso, esses exportadores conseguem vender os seus produtos no mercado internacional a um preço mais baixo. Essa modalidade representa, em 1949, mais de 25% das operações de comércio exterior. Os principais produtos exportados dentro desse tipo de modalidade são o cacau e a madeira. Do lado da importação, os produtos que mais se beneficiam são automóveis e geladeiras, ou seja, bens de consumo duráveis.

As licenças prévias para importações ficam conhecidas como modelo de substituição das importações, porém, com o grande capital vindo das vendas de café e a forte demanda para importar, o Governo Dutra renova as licenças e concede novas com maior facilidade.

O Plano Salte é a grande intervenção governamental do Governo Dutra. Propõe-se a coordenar os gastos públicos nas áreas da saúde, alimentação, transporte e energia. Todavia, o plano tem dificuldades em obter financiamentos e também encontra grandes barreiras no Parlamento brasileiro, onde só é aprovado em 1950, sendo abandonado em 1951. Mesmo assim, são organizadas a Companhia Hidroelétrica de São Francisco, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, constituída em 1953.

Em 1950, o Congresso americano aprova a lei "Act of International Development" como resposta ao quarto ponto do discurso de posse do Presidente americano Truman, em janeiro de 1949. A lei concede aos países pobres a disponibilidade de ajuda técnica dos norte-americanos e a possibilidade de estabelecer comissões econômicas mistas com a finalidade de desenvolver ajuda econômica através de técnicos americanos. Apenas oito países requisitam tal ajuda, dentre eles o Brasil. Já em dezembro do mesmo ano, por meio de acordo, é instaurada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos com o objetivo de elaborar projetos concretos que poderiam ter o apoio financeiro do Eximbank e do Banco Mundial. Em 1953, é encerrada a comissão. Seus estudos são utilizados para os projetos iniciais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952 para conceder empréstimos a longo prazo com baixas taxas de juros a setores de interesse econômico e conceder aval às operações financeiras externas.

O comércio exterior sob as diretrizes dos Governos Vargas e Kubitschek nos anos 1950

Capítulo 16

Nos anos 1950, as incompatibilidades entre as visões de mundo dos Estados que emergem da guerra, como as duas maiores potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, levam à escalada da chamada Guerra Fria e da bipolarização do mundo em dois blocos, o dos países capitalistas, bloco ocidental, que forma a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), e o dos países socialistas, bloco do leste europeu ou da Europa Oriental, que se agregam no Pacto de Varsóvia, estabelecido em 1955.

As disputas por áreas de influência entre as antigas aliadas que derrotaram os países do Eixo, as duas superpotências que lideram os polos em que se divide o mundo levam à Guerra da Coreia, que se estende de junho de 1950 até julho de 1953. Esse acontecimento provoca o ponto alto de uma tendência que já se manifestava, os preços dos produtos agrícolas e das matérias-primas crescem mais do que o aumento dos preços dos manufaturados, o que representa uma melhoria da relação de troca em favor do primeiro grupo.

No âmbito da política de contenção do comunismo, os Estados Unidos elaboram, em 1951, o Plano Colombo para induzir o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países do sul e sudeste asiático. Nesse mesmo ano, o Cordão Sanitário se fortalece com o estabelecimento de uma aliança entre a Austrália, a

Nova Zelândia e os Estados Unidos (Anzus). Em 1954, a Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (Otase) é firmada entre os Estados Unidos e os países daquela região. Com isso, alarga-se formalmente o cerco que consolida ainda mais a hegemonia internacional norte-americana.

O equilíbrio geopolítico e geoestratégico entre as duas superpotências assenta-se no fato de a cada ação sempre corresponder uma reação do polo oposto. Essa capacidade de reação estabelece uma corrida armamentista no âmbito da qual se desenvolve uma corrida espacial, que serve de instrumento de propaganda para enaltecer os feitos e conquistas, por conseguinte, o sistema, de cada um dos lados oponentes. Os russos saem na frente. Em 1957, lançam o primeiro satélite a girar na órbita terrestre, o Sputnik. A Era Espacial havia começado. Neste mesmo ano, lançam o Sputnik II, primeiro satélite tripulado por um ser vivo, a cadela Laika.

Assim como na corrida espacial, sucede também na corrida armamentista, com cada vez mais novos, mais sofisticados e potentes armamentos convencionais e nucleares, que leva a uma capacidade de destruição em mais de uma vez o próprio planeta Terra. Após a morte de Stálin, assume o poder na União Soviética Nikita Kruschchov, que condena os crimes do antecessor e lança a política de Coexistência Pacífica (1953-1962). Concomitantemente, é implantado o "Equilíbrio do Terror", a doutrina MAD (Mutual Assured Destruction, também louco em inglês), Destruição Mútua Assegurada. A paz seria mantida pela capacidade que cada um dos oponentes detinha de destruir o outro e, ao fazê-lo, terminaria por autodestruir-se diante da capacidade de ataque preventivo do lado oposto. Não obstante, com Kruschchov tem início uma aproximação entre o líder soviético e o Presidente americano Eisenhower e seu sucessor, o Presidente Kennedy.

Os anos 1950 são marcados ainda pela Guerra do Canal de Suez (1956), liderada pelo Egito contra Israel. Os árabes perderam a guerra. A Revolução da Hungria, em 1956, tenta se rebelar contra Moscou e é violentamente reprimida. A Revolução Cubana, em 1959, vai inserir a América Latina na corrida armamentista e colocar o subcontinente na estratégia da Guerra Fria.

Fato marcante, também, vem a ser a realização da Conferência de Bandung ou Conferência Asiático-Africana, realizada em 1955, que lança o conceito de Terceiro Mundo e proclama o fim da era colonial. Em contraponto aos países da América Latina, essa é a década da segunda grande onda de independência de ex-colônias europeias, considerada a década da descolonização no século XX.

Na Europa, os anos 1950 registram os primeiros passos em direção à posterior criação da União Europeia. A cooperação inicial envolve a França e a Alemanha sob o manto da Declaração Shuman, que previa um trabalho conjunto no setor de carvão e aço. Passo importante para superar na prática a histórica rivalidade entre os dois países. A incipiente cooperação se amplia e transforma-se na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), que deságua em uma entidade ampliada, a Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada pelo Tratado de Roma (1957), envolvendo os mesmos signatários, ou seja, o chamado núcleo dos seis, além de França e Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. A Carta de Roma firma o compromisso de permitir gradativamente a livre circulação de bens, trabalhadores, prestação de serviços e capitais.

Economicamente, os países do subsistema de poder ocidental, mesmo aqueles que mais sofreram os efeitos negativos da guerra, vão vivenciar um ciclo de crescimento e prosperidade sem precedentes até o início dos anos 1970. Especialmente na Europa Ocidental e, particularmente, na República Federal da Alemanha, o país do milagre econômico do pós-guerra, esse processo se dá por causa de um sistema que se desenha a partir de alguns fatores, dentre os quais se incluem o uso intensivo no setor civil de tecnologia desenvolvida durante a guerra e o "pacto social" entre as empresas privadas e o trabalho (os sindicatos aceitam a política de investimento do setor privado e este reconhece a política de segurança social e pleno emprego dos sindicatos).

Aliado a isso tem-se a intervenção do Estado na economia (políticas financeiras, tributárias e de incentivo à produção) e a oferta de mão de obra em larga escala e altamente qualificada por meio da instituição de um sistema de ensino que dá chances iguais para todos. Ou seja, democraticamente universaliza o ingresso das crianças e dos jovens nos distintos níveis de ensino e, assim, alarga a oferta de trabalho. Com a melhora da qualidade do ensino, melhora a qualidade do próprio trabalho.

Concomitantemente, o Estado adota uma política de fomento às pesquisas em todo o espectro do saber. As pesquisas são incentivadas, financiadas e subvencionadas pelo Estado nas universidades e institutos de pesquisas e nas grandes empresas do setor privado.

Evidentemente que outras variáveis interferem de forma decisiva no processo; mas esses fatores são cruciais para melhor aproveitar os recursos que são disponibilizados para reerguer a Europa. Sem dúvida que sem os incentivos dos planos de recuperação financiados pelos Estados Unidos esse progresso não seria possível, nesses termos. Não obstante, eles, apenas, não explicam todos os indicadores alcançados. Nesse sentido, digno de registro, além dos já mencionados, é o fato de que, depois de um breve período em que as relações de troca foram favoráveis aos gêneros alimentícios e às matérias-primas, a partir de 1951, até 1972, os termos de troca se mantiveram favoráveis aos produtos industrializados. Em um contexto de reconstrução das economias, cidades e parques industriais altamente demandantes por alimentos, energia e matérias-primas, em grande escala importadas, esse é um dos fatores que contribuem de forma considerável para o sucesso da recuperação pós-guerra e a expansão das economias chamadas centrais.

Trens mineiros da Companhia Vale do Rio Doce, s/ data. Fotografia. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

Assim como no caso de alguns outros países chamados "em desenvolvimento", o crescimento da economia brasileira escreve alguns dos seus mais expressivos capítulos nesses anos 1950. É a fase democrática do nacional-desenvolvimentismo. Apesar de ter participado da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ficou praticamente à margem da geopolítica da Guerra Fria e, por conseguinte, da política norte-americana de fomento ao crescimento econômico de seus aliados preferenciais.

Política, social, cultural e economicamente, os anos 1950 são de grande expressividade na vida brasileira. Essa é a década da campanha de nacionalização do petróleo, quando se teve um grande movimento de massa em prol da defesa de um setor econômico, do suicídio de Getúlio Vargas, dos primeiros filmes do Cinema Novo, da Bossa Nova, do rompimento do Brasil com o FMI na presidência JK (1959), da Operação Pan-Americana (OPA). Esta última, proposta no Governo Kubitschek, em 1958, apregoava, como meio de barrar a penetração do comunismo na América Latina, o fomento do desenvolvimento econômico associado à cooperação do capital internacional.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder nos anos 1950, a política retoma, de um modo geral, as diretrizes protecionistas e enfrenta o desequilíbrio na balança comercial. Preocupa-se com o alargamento e aprofundamento do processo industrial de substituição de importação, mormente com a importação de implementos para a instalação de indústria pesada, e com a geração de energia para o desenvolvimento. Entabula um acordo nuclear com os alemães, abortado pelos americanos com a colaboração dos ingleses; mas tem sucesso na campanha pela criação da Petrobras e nacionalização das fases de exploração do petróleo. Vargas intenta, também, alargar o leque dos parceiros comerciais do Brasil e procura aprofundar as relações com os antigos parceiros europeus, especialmente a Alemanha e, sem muito sucesso, se aproximar dos países do bloco socialista e do Oriente Médio.

Getúlio Vargas assume a presidência da República em 1951. Seu mandato é marcado por divergências em relação às intervenções do governo na economia, perda da credibilidade do País entre os organismos financeiros e negligência do governo norte-americano em relação ao Brasil e à América Latina. No cenário internacional, se desenrola a guerra da Coreia e o conflito entre as ideologias socialista e capitalista.

Pecuária, s/ data. Fotografia. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Brasil.

A Guerra da Coreia começa em 1950 e há expectativas de que o conflito coreano atinja proporções mundiais. Dada a dificuldade para importar, verificada durante a II Guerra Mundial, Getúlio Vargas decide facilitar as importações, especialmente as de matérias-primas e bens de capital. Em consequência, em 1951, o Brasil importa mais de 1,7 bilhão de dólares, um aumento de 81% em comparação ao ano anterior. Ainda neste ano registra-se um aumento no preço do algodão e do café no mercado internacional, o que aumenta a nossa receita de exportação. Em 1953, o café representa mais de 70% da pauta de exportação brasileira.

A taxa de câmbio vigente no Brasil ainda é a mesma do início da II Guerra Mundial e os preços internos aumentam a uma proporção de mais de 400%. O produto brasileiro é desvalorizado no mercado internacional, o que causa a saída de produtos exportáveis da pauta. Não há como competir com os preços internacionais. A taxa de

câmbio do mercado paralelo cujo valor é duas vezes mais alto que o da taxa oficial, passa a ser mais atrativa para os exportadores.

Em 1952, muda a política externa norte-americana e os Estados Unidos cessam seus investimentos governamentais em países em desenvolvimento, concedidos principalmente com objetivo de conter eventuais movimentos populares que pudessem desencadear movimentos socialistas. Um dos reflexos dessa nova política no Brasil é o esvaziamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e o rompimento de cooperação com o Governo Vargas. No entanto, os investimentos privados por parte de empresas norte-americanas aumentam.

Nesse ano, apesar de o valor das importações permanecer no mesmo patamar do ano anterior, a balança comercial brasileira registra déficit de mais de 300 milhões de dólares. O desequilíbrio da balança decorre dos efeitos da sobrevalorização do cruzeiro e da inflação. A crise das indústrias têxteis mundiais e a consequente paralisação das vendas do segundo maior produto de exportação brasileira, o algodão, também contribuem.

A redução das receitas de exportações, a pauta de importação inflexível, a dificuldade de estabilização do balanço de pagamentos e o crescente custo da dívida externa brasileira, levam o governo a reformar o sistema cambial, com a aprovação da Lei nº 1.807 (Lei do Mercado Livre) e da Instrução nº 70 da Sumoc (adoção de taxas múltiplas e leilões cambiais).

Em dezembro de 1953, é criada a Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, em substituição à Carteira de Exportação e Importação da referida instituição bancária. Suas atribuições são, dentre outras, as seguintes: emissão de licenças de importação, divididas entre cinco categorias de acordo com a sua essencialidade; estabelecimento de sobretaxas de câmbio; promoção das exportações.

Em 3 de outubro de 1953, é criada a Petrobras, um dos marcos do nacionalismo brasileiro. É estabelecido o monopólio estatal do petróleo e isso passa a ser visto com maus olhos por empresários estrangeiros e por defensores da política anticomunista de Eisenhower.

Nos primeiros meses de 1954, é esperada uma queda nos preços do café. Entretanto, devido às adversidades climáticas em outros países produtores na América Central e do Sul, há uma redução da produção cafeeira e um consequente aumento na cotação do café. Diante dessa circunstância, o Congresso americano instala uma subcomissão liderada pelo Senador Guy Gillete, com o apoio da *Trade Federal Comission*, para investigar a alta dos preços. Através da imprensa norte-americana, inicia-se forte campanha para redução do consumo de café e sua substituição por outros produtos. A campanha surte efeito e as exportações brasileiras diminuem drasticamente. O governo brasileiro, certo de que a demanda não aumentaria, decide fixar o preço mínimo em um patamar elevado, através de decreto, a fim de maximizar a receita cambial.

Em agosto de 1954, diante de grave crise política, Getúlio Vargas comete suicídio e Café Filho assume a Presidência da República. Seu rápido mandato é marcado por forte crise financeira decorrente de desequilíbrios do balanço de pagamentos. O então Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, prestigiado pelas autoridades financeiras estrangeiras, recorre ao FMI para garantir

Verbete

1951-1960

Neste período, há diversificação da pauta exportadora brasileira e também dos destinos desses produtos. No início dos anos 1950, a normalização das trocas internacionais já tinha feito com que o café voltasse a concentrar a maior parte das exportações nacionais, tendo os Estados Unidos como seu principal mercado.

Confira mais no Anexo 1.

crédito ao Brasil. Todavia, o acordo não é satisfatório e o Ministro recorre aos bancos privados, dando como garantia as reservas de ouro brasileiras.

A política externa norte-americana, negligente com a América Latina como um todo, faz com que o governo brasileiro se preocupe com o crescimento do processo inflacionário e com a dificuldade em obter crédito em instituições estrangeiras. Diante disso, o governo se esforça em remover obstáculos à livre entrada de capitais externos em uma tentativa de estimular o fluxo de investimentos estrangeiros no País.

Para operacionalizar essa nova política, edita-se a Instrução nº 113 da Sumoc, no dia 27 de janeiro de 1955, possibilitando à Cacex emitir licenças de importação sem cobertura cambial para equipamentos destinados a complementação das máquinas já existentes no País. A Instrução também autoriza o licenciamento de importação em favor de empresas nacionais que financiam equipamentos no exterior no prazo de cinco anos. Por conta desse subsídio, essa instrução foi considerada discriminatória ao capital nacional. Os montantes do capital externo que entraram através dessa instrução somaram (até 1961) mais de US$ 300 milhões para as indústrias básicas e mais de US$ 100 milhões para as indústrias leves.

A partir de 1956, com o Governo Juscelino Kubitschek, a economia brasileira ingressa em uma fase de desenvolvimento acelerado e consolidação do processo de industrialização. O Plano de Metas para o período 1956-61 prevê a instalação de novos setores industriais como o de automóveis, autopeças e outros insumos industriais, além da produção de alguns bens de capital.

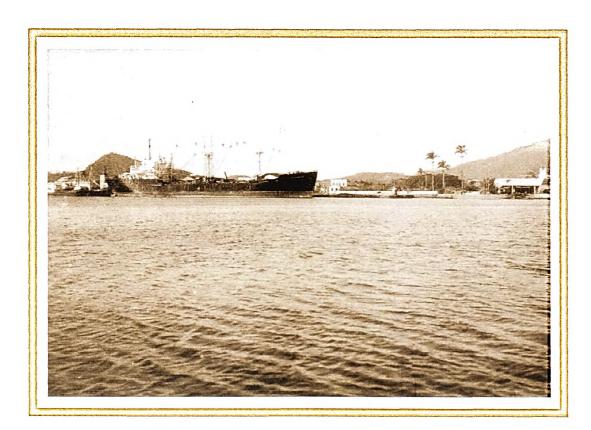
A concretização do Plano se torna possível devido à participação do Estado no setor de infraestrutura, ao investimento direto externo no processo de industrialização e à atração de empresas multinacionais, cuja expressão mais visível é a indústria automobilística. Comercialmente, promove-se a diversificação das exportações, tanto de produtos quanto de mercados.

O Plano de Metas estabelece o objetivo de "crescer cinquenta anos em cinco", através do desenvolvimento da indústria de base, da construção de estradas e de hidrelétricas e aumento da extração de petróleo. A meta principal é retirar o Brasil do estágio de subdesenvolvimento e transformá-lo num país industrializado. Os industriais brasileiros continuam investindo nos setores tradicionais (tecido, móveis, alimentos, roupas e construção civil) e as multinacionais entram no Brasil, pela primeira vez, para a produção de bens de consumo. O plano tem consequências tanto positivas quanto negativas. Por um lado, a indústria se moderniza, mas, por outro, os empréstimos necessários à execução do plano causam um forte endividamento internacional. Aumenta também a nossa dependência tecnológica e o êxodo rural.

Como estímulo à instalação de empresas estrangeiras no País, é editada, em 14 de agosto de 1957, a Lei de Tarifas Aduaneiras, que introduz em nosso sistema aduaneiro a tarifa *ad valorem*, de acordo com a Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas, e concede elevação das tarifas para proteção das indústrias nascentes. Para operar esse novo sistema, é criado o Conselho de Política Aduaneira (CPA). A proteção possibilitada pela adoção da tarifa *ad valorem* (os valores das tarifas específicas, adotado anteriormente, havia se deteriorado com a inflação) também per-

mite que o regime cambial criado em 1953 pela Instrução Sumoc 70 seja simplificado de cinco categorias para duas.

Em relação ao café, firma-se um acordo de contenção a fim de estabelecer um preço mínimo para a exportação. Brasil e Colômbia se comprometem a retirar do mercado aproximadamente 20% e 10%, respectivamente, de sua produção nacional de café direcionada ao mercado externo. O acordo sustenta o preço do café durante todo o ano. Entretanto, com a supersafra mundial do ano subsequente, que durará até meados dos anos 1960, ocorre desestabilização do mercado. Dada a importância do café para a economia brasileira, instala-se uma crise cafeeira com a superprodução. No ano de 1958, 15 países produtores encontram uma saída para o problema e é formado o Convênio Latino-Americano do Café. Brasil, Colômbia e os demais países produtores de café asseguram a retenção de sua produção cafeeira, em 40%, 15% e 10%, respectivamente. Entretanto, o acordo não é suficiente para assegurar os preços.

Em 1959, cria-se o Convênio Internacional do Café com a participação de todos os países produtores latino-americanos, além de Portugal e França (representando suas colônias) e da colaboração da Inglaterra e Bélgica. Esse acordo diferencia-se do anterior, pois delimita quotas anuais fixas de exportação (90% das exportações do melhor ano) distribuídas por trimestre a fim de adequar a oferta à demanda.

Porto de Itajaí, s/ data. Fotografia. Porto de Itajaí, Itajaí/SC, Brasil.

Para compensar a negligência norte-americana com a América Latina, os Estados Unidos não se opõem à criação, em 1962, da Organização Internacional do Café, quando entra em vigor, por um período de cinco anos, o primeiro Acordo Internacional de Café.

Ao longo do ano de 1959, os parlamentos dos países latino-americanos sancionam a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que segue os preceitos defendidos por Juscelino Kubitschek de que somente com capitais norte-americanos os países latinos venceriam o subdesenvolvimento e ao mesmo tempo o comunismo.

O Tratado de Montevidéu de 1960 cria a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) com o objetivo de regular e estimular o comércio entre países latino-americanos e, inclusive, estabelecer as bases do livre comércio regional. Entretanto, a natureza protecionista dos modelos de desenvolvimento adotados por cada um de seus membros e a dificuldade em conciliar interesses comprometem desde o início o seu bom funcionamento. O tratado foi inicialmente assinado por Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, México, Paraguai e Peru. Mais tarde, aderiram Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela.

Os anos JK, apesar de terem sido extremamente proveitosos para a indústria nacional, com diversificação da produção e aumento da produtividade, não foram transformadores para o comércio exterior brasileiro. Em 1960, as exportações de café ainda eram responsáveis por quase 60% do valor exportado pelo Brasil e, embora o PIB tenha crescido uma média 8,1% ao ano durante o período 1955 a 1960, as exportações, ao contrário, caíram nesse mesmo intervalo de tempo.

Aspectos das diferentes situações políticas e econômicas dos anos 1960

Capítulo 17

Os anos 1960 descortinam-se para a história como Anos Rebeldes ou Anos Gloriosos. São marcados por grandes manifestações políticas em quase todo o mundo. A Guerra Fria escreve um dos seus capítulos mais dramáticos, quando as duas superpotências, que polarizam a ordem mundial, quase começam um conflito nuclear. O crescimento econômico do pós-guerra chega ao auge nos países mais ricos. A juventude passa a constituir importante filão do mercado de consumo e o setor que mais se volta para esse segmento é o fonográfico.

Um quadro com colagem de *flashes* que expressam esses emblemáticos anos pode ser sintetizado com os verbetes: Revolta da juventude estudantil. Passeatas de protesto: contra a Guerra do Vietnã, contra a corrida armamentista; a favor da paz, da descolonização. Movimento *hippie*. Movimento feminista. Primavera de Praga. Construção do Muro de Berlim. Campanha pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Protestos estudantis contra o *apartheid* na África do Sul. Assassinatos de líderes religiosos, políticos eminentes, guerrilheiros de esquerda. *Baby boom*. Dois jovens rostos latinos ganham as manchetes do mundo, inicialmente como rebeldes que tomam o poder em uma ilha caribenha – Fidel e Che. Desafios à superpotência ocidental. Ditaduras. Repressão. Censura. Muros grafitados com o *slogan* "Abaixo a Ditadura". Os Anos Rebeldes consagram a revolução dos costumes ao som do *rock'n'roll* e músicas de protesto.

Alguns eventos dos anos 1960 vão se revestir de uma dramaticidade ímpar e transformar-se em símbolos da Guerra Fria. Inclui-se nesse rol a construção do Muro de Berlim, em 1961. Na tentativa de estancar a corrente de trabalhadores que fogem do lado oriental da cidade para o lado ocidental capitalista, o governo da República Democrática Alemã constrói um muro, o muro da vergonha, separando os dois lados da cidade.

Ainda nesse mesmo ano de 1961, lideranças de potências menores, descontentes com a bipolarização da ordem mundial, acatam o convite do Governante da Iugoslávia, Marechal Tito, e se reúnem em Belgrado para debater as bases de uma ação coordenada que firmasse posição contrária às beligerantes iniciativas das duas superpotências. A Declaração de Belgrado de Países Não Aliados lança a bandeira do neutralismo.

A Guerra Fria passa por seu momento culminante quando o período de coexistência pacífica é interrompido pela chamada Crise dos Mísseis de Cuba, que quase levou as duas superpotências a um embate nuclear. Fidel Castro (1962), premido pelo bloqueio comercial capitaneado pelos Estados Unidos, alinha-se ao sistema de poder soviético, em 1961; ao que sucede uma frustrada tentativa de invasão da ilha de Cuba, patrocinada pelos Estados Unidos. Na cadeia dos acontecimentos, dá-se a instalação de mísseis soviéticos na ilha, o que os norte-americanos não podem tolerar. Depois de um clímax que quase levou a detonação de armas atômicas, as negociações resultam na retirada dos mísseis soviéticos e nas promessas norte-americanas de não invadir Cuba e retirar seus foguetes instalados na Turquia.

Diante do risco de uma catástrofe atômica, que se mostrou iminente durante a crise dos mísseis, as duas superpotências reconhecem que com um ataque com armas nucleares não haveria "curva do aprendizado" e resolvem entabular negociações diplomáticas que inauguram um período conhecido como de "distensão", *détente*.

Essa fase da Guerra Fria é envolta por um paradoxo: os Estados Unidos e a União Soviética vão assinar uma série de tratados que tentam regular a corrida armamentista, mas, paralelamente, intensificam as iniciativas que fortalecem a guerra ideológica. Acima de tudo, um espiona acirrada e ostensivamente o outro. A iniciativa que sucede à crise dos mísseis é o Tratado de Moscou, firmado pela URSS e pelos EUA em 1963, que regula a pesquisa de novas tecnologias nucleares e consigna a concordância dos dois países de não ocupar a Antártica.

Outro fato importante do ano de 1963 diz respeito à instalação de uma linha telefônica direta entre Washington e Moscou, o telefone vermelho, que só deveria ser acionado em caso de emergência. Ainda nessa década, em 1968, é assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Os signatários são os EUA, a URSS, a França, o Reino Unido e a China. Pelo tratado, acordam em não transmitir tecnologia nuclear a terceiros e a desarmar arsenais nucleares.

A corrida espacial também se desdobra com lances espetaculares. Em resposta ao lançamento do foguete soviético Sputnik II, lançado ao espaço em 1957 com uma cadela a bordo, os norte-americanos lançam, em janeiro de 1961, um chimpanzé no espaço. Os russos, em abril

desse mesmo ano, mandam o astronauta Yuri Gagarin no satélite Vostok 1 para ser o primeiro humano a orbitar na Terra e pronunciar a famosa frase: "A Terra é azul".

Lance a lance, os Estados Unidos disputam com a União Soviética a corrida espacial e superam o feito soviético, que conseguira tirar as primeiras fotos do lado escuro da Lua, ao lançarem a nave Apolo-11 com três tripulantes em direção ao satélite natural da Terra. Dessa feita, a frase emblemática é do astronauta norte-americano Neil Armstrong, que vaticina: "um pequeno passo para um homem, um grande salto para a humanidade", em alusão à primeira passada humana na superfície lunar em 1969.

A capacidade de reação dos norte-americanos se distinguiu da dos russos por um aspecto singular, o fato de esses primeiros darem maior e melhor uso prático na vida civil às conquistas dos conhecimentos e tecnologias geradas no âmbito da rivalidade militar. Ilustrativamente, citem-se as primeiras transmissões de rádio e TV via satélite, feitas ainda em 1963.

Na seara tecnológica, o temor de uma hecatombe nuclear leva à criação de uma rede de informação descentralizada, forma pensada para preservar as informações em caso de um ataque. Os Estados Unidos, implementando mais uma aplicação militar na área civil, dão mais do que um passo decisivo à frente da URSS, inauguram com sucesso em 1969, na Universidade da Califórnia (Ucla), o envio de mensagem digital de um servidor para outro. Nesse momento está criada a Arpanet, que inicialmente serve para fins militares e acadêmicos. A revolução da comunicação tem outro ponto culminante quando, em 1987, a rede é liberada para uso comercial rebatizada como Internet.

Além disso, os anos 1960 trazem à baila fortes dissensões e posições independentes da parte dos aliados que os dois núcleos da bipolarização da ordem mundial têm que assimilar. Do lado ocidental, a França do Presidente Charles De Gaulle ganha notoriedade devido a alguns acontecimentos de monta. Em 1962, por meio do Tratado de Évian, acata a paz e a independência da Argélia e reforça, dessa forma, a tendência de descolonização do pós-guerra. Em 1963, veta a entrada da Inglaterra na Comunidade Econômica Europeia. Em 1964, estabelece relações com a República Popular da China. Em 1967, o desalinhamento de De Gaulle do bloco ocidental se patenteia com a retirada da França da Otan.

O Chanceler alemão Willy Brand também vai trilhar uma vereda própria com a implantação da *Neuem Ostpolitik*. Assim que eleito para o que seria seu primeiro gabinete (1969-1972), Brand implementa uma política de aproximação com os países do bloco oriental como solução para minimizar as tensões da Guerra Fria. Com "pequenos passos" pretendia promover a "normalização na Europa". A *Ostpolitik* tem prosseguimento em seu segundo mandato (1972-1974) e deságua nos tratados firmados com os países do bloco oriental. A herança dessa política suscita um debate controverso na literatura especializada. Para alguns analistas, mesmo sem ser sua intenção, ela teria preparado o caminho que termina por levar ao colapso dos governos comunistas no leste europeu e à reunificação da Alemanha. Todavia, para outros estudiosos, a *Ostpolitik*

Verbete

1961-1970

No Brasil, é criado o Conselho Nacional de Comércio Exterior, que torna obrigatório o registro do exportador e cria o Fundo de Financiamento à Exportação. A política de comércio exterior tem como metas o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no exterior, a diversificação da pauta de produtos exportáveis e a ampliação de mercados externos.

Confira mais no Anexo 1.

promoveu um reconhecimento desnecessário da República Democrática Alemã e serviu como mecanismo para valorizar o governo.

Por seu turno, a União Soviética vê a China comunista oficialmente se desalinhar do seu bloco de poder, em 1962. Em 1964, Ever Hoxha da Albânia rompe com Moscou. Em 1968, uma revolta faz o poder soviético revelar mais uma vez a máscara do realismo político: a "Primavera de Praga", brutalmente esmagada. As imagens das cenas de jovens desarmados enfrentando os tanques nas seculares ruas da histórica cidade de Franz Kafka percorrem o mundo e falam por si só. Para reprimir o processo de democratização da Tchecoslováquia, Moscou implementa a chamada doutrina Brejnev, pela qual fica estabelecido o conceito de soberania limitada, o que equivale na prática ao direito de um Estado do Pacto de Varsóvia intervir nos assuntos internos de outro país sob o argumento de que estaria preservando o socialismo ameaçado.

Ao longo de quase toda a década, o ciclo de crescimento econômico consolida a sociedade de bem-estar nos países da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), com sede em Paris, sucessora da *Organisation for European Co-operation,* OEEC, criada em 1948 para coordenar a aplicação dos recursos do Plano Marshall). Por volta de meados da década, considera-se que o pleno emprego foi alcançado e que a rede de infraestrutura possibilita o bem-estar. Essa onda de crescimento foi possível devido, evidentemente, a muitos e múltiplos fatores. Em primeira linha, incluem-se as condições econômicas asseguradas pelo Sistema de Bretton Woods, dentre as quais se destaca a convertibilidade do dólar e sua paridade fixa com o ouro (uma onça igual a US $ 35,00).

Nos Estados Unidos, o ciclo de crescimento econômico e prosperidade no pós-guerra transcorre de forma diferenciada em comparação aos países da OECD. Esses países e o Japão tinham sua economia em curso de reconstrução, o que impulsiona o crescimento da sua economia. Os Estados Unidos, entrementes, conhecem um ciclo de crescimento mais moderado e vivenciam, já nos dois últimos anos da década de 1940, sua primeira recessão pós-guerra. Evidentemente que a economia norte-americana foi impregnada pelos efeitos do financiamento do Plano Marshall, de guerras localizadas e dos gastos da corrida armamentista e espacial. A década de 1960 começa com uma outra recessão. A taxa de desemprego permanece alta. Entre 1963 e 64, uma nova recessão ameaça a economia e o governo toma medidas para combatê-la, baseadas nos princípios da chamada *New Economics* (corte de impostos e incentivo ao consumo). Essa política é modificada em 1968, quando uma alta dos impostos é introduzida para deter a inflação. Política essa, aplicada, aliás, sem muito sucesso.

Dessa forma, nos últimos anos do período em foco, mais precisamente a partir de 1968, a estabilidade e o ritmo de crescimento econômico mostram-se claudicantes. Essa incerteza é fortalecida, dentre outros acontecimentos, pelos gastos com políticas sociais e pela onda de protestos estudantis no emblemático ano de 1968. Os jovens questionam os valores da sociedade de consumo, a ideologia do crescimento, a guerra do Vietnã, a posição sectária da sociedade americana em relação à questão dos direitos civis das minorias, especialmente dos afro-americanos, a

questão da mulher etc. Enfim, a rebeldia das novas gerações coloca em cheque as bases ideológicas daquela sociedade. A isso se soma a solidariedade com as teses terceiro-mundistas.

A conjuntura econômica modifica-se e a sombra da inflação se faz presente, mais nos Estados Unidos do que nos países da OECD. Os preços das mercadorias para o consumidor final elevam-se consideravelmente a partir da metade da década e mais do que triplicam no intervalo de 1969/70, em relação ao que era praticado nos anos iniciais do período. Concomitante a esse desdobramento, verifica-se que as manifestações das forças sociais impulsionam os salários para cima, a exemplo do aumento considerável registrado na França após a revolta estudantil de maio de 1968 e das portentosas greves dos trabalhadores alemães em 1968/69. Economicamente, um dado inédito a registrar é a balança comercial norte-americana, deficitária em consequência da supervalorização do dólar. Aliás, esse fato se dá pela primeira vez no século. A cotação da moeda americana vinha se mantendo estável desde o final dos anos 1940. Concomitante a esses eventos, o orçamento norte-americano registra déficits crescentes com reflexos nos preços dos produtos primários e gêneros alimentícios no mercado internacional, que registram uma alta, fatos que vão impactar a economia na década seguinte.

Relativo ao Brasil, verifica-se que os anos JK, apesar de terem sido extremamente proveitosos para a indústria nacional, com diversificação e aumento da produtividade industrial, não foram transformadores para o comércio exterior brasileiro. Café, açúcar, algodão e minérios ainda são responsáveis por 70% da pauta exportadora brasileira.

Diego Gutierrez. *Plantação de algodão*, s/data. Fotografia. Prefeitura de Chapadão do Sul/MS, Brasil.

Porto de Tubarão, s/ data. Fotografia. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

A partir de meados dos anos 1960, a redução dos preços dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil em relação aos produtos manufaturados importados leva o governo a tomar a decisão de transferir para a exportação a transformação ocorrida na economia brasileira durante o período 1957-61. A participação de produtos manufaturados nas exportações brasileiras passa de 7%, em 1965, para 30%, em 1974. Há também uma diversificação de mercados. Pela primeira vez, desde o início dos anos 1950, os Estados Unidos deixam de ter uma participação próxima a 50%.

Em 1961, Jânio Quadros assume a presidência da República e adota uma política econômica ortodoxa, com medidas visando diminuir o déficit público, cortar subsídios, reduzir gastos governamentais e modificar a política cambial. Nesse último ponto, além de desvalorizar em 50% o cruzeiro, Jânio Quadros estabelece a "verdade cambial" e elimina as taxas múltiplas de câmbio de algumas mercadorias subsidiadas, como o petróleo e o trigo.

Para o setor externo, Jânio Quadros adota uma política externa mais abrangente conhecida como Política Externa Independente, na qual defende a expansão das exportações brasileiras em direção a qualquer país, mesmo socialista, o Direito Internacional, a autodeterminação e a não intervenção nos assuntos internos dos Estados estrangeiros, política de paz, desarmamento, formulação de planos nacionais independentes para o desenvolvimento do Brasil e a ajuda econômica.

No discurso de posse, Jânio Quadros afirma a situação delicada da economia, sendo que a dívida externa ultrapassa mais de três bilhões de dólares e a inflação do período anterior em torno de 30%. A conjuntura faz com que o governo adote medidas ortodoxas (medidas impopulares), incluindo expressiva desvalorização cambial, controle dos gastos públicos e da expansão monetária. Durante quatro meses o Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, adota uma forma de simplificação cambial ("câmbio de custo"), desvalorizado em 100%. Como forma de redução dos gastos públicos, são reduzidos os subsídios para o trigo e o petróleo. Também é controlada a expansão monetária através de sucessivas resoluções da Sumoc (204, 206, 207 e 208).

As medidas são suficientes para impressionar instituições financeiras internacionais, dentre elas o FMI. Há avanços para a contratação de novos empréstimos para aliviar o déficit do balanço de pagamentos e renegociação da dívida externa. O Clube de Haia, formado por credores europeus e americanos da dívida brasileira, fixa novos prazos para o pagamento da dívida externa. A situação somente adia a crise da liquidez do balanço de pagamentos.

A reforma cambial, determinada pela Instrução nº 204 da Sumoc, de 13 de março de 1961, possibilita a desvalorização da moeda, a unificação da taxa de câmbio e a suspensão do subsídio à importação de trigo e petróleo, mantida até meados do ano de 1963, colocando esses produtos no sistema preferencial de câmbio. O fim do subsídio causa aumento na inflação. Já as exportações são beneficiadas com, dentre outras medidas, a concessão de financiamentos pela Cacex. Através da Instrução Sumoc nº 205, as cambiais de exportação do café são negociadas pelo Banco do Brasil. É extinto o confisco cambial sobre as exportações do café e criada a quota de contribuição, destinada a ser gradualmente eliminada. Mas, com a renúncia de Jânio, a eliminação gradual da quota de contribuição é abandonada pelos governos que se seguiram e transforma-se, ela própria, em novo confisco cambial. Em junho, é decretado um plano para reduzir os gastos governamentais, visto que o fim do sistema de bonificações e ágios elimina importantes fontes de receita governamental.

O café continua, até 1963, como o principal produto da pauta das exportações e representa mais de 52% das receitas totais de exportação. Também são importantes na pauta de exportação: cacau, algodão, açúcar e minério de ferro.

Os esforços para restabelecer as relações diplomático-comerciais com os países socialistas, o apoio à luta da independência das colônias africanas de Portugal e o discurso com teor nacionalista e terceiro-mundista descontentam não só os Estados Unidos, como as forças armadas nacionais. O estopim para a crise presidencial ocorre em agosto, quando o Presidente brasileiro condecora o Ministro da Economia cubano, Che Guevara. A crise provoca a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto, considerado por muitos historiadores como uma tentativa de golpe.

Após a renúncia e durante a ausência do Vice-Presidente João Goulart, que estava em visita oficial à República Popular da China, Ranieri Mazzilli governa o País durante catorze dias, de 25 de agosto a 8 de setembro de 1961. Os Ministros militares tentam impedir a posse de Goulart e acontecem manifestações populares contra o golpe em todo o País. O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, lança a Campanha da Legalidade, que obtém apoio oficial, com a criação da Rede da Legalidade e a posterior adesão do III Exército. A solução para o impasse é a aprovação pelo Congresso, em 2 de setembro, de uma Emenda Constitucional instaurando o parlamentarismo como regime de governo. João Goulart assume, então, a presidência da República (setembro de 1961 até março de 1964) e inicia os projetos para as reformas estruturais que abrangerão os setores universitários, fiscais, políticos e agrários, conhecidos como as Reformas de Base.

No mandato de Goulart há o fim das medidas ortodoxas aplicadas no governo de Jânio, elevação nos gastos públicos e diminuição da receita de exportações.

Em 29 de dezembro de 1961, promulga-se a Lei nº 4.048, que reorganiza o Ministério da Indústria e Comércio para desenvolver estudos e executar a política econômica e administrativa relacionada com a indústria e o comércio. Compete, ainda, ao novo ministério fomentar, orientar, proteger, regulamentar e fiscalizar o desenvolvimento industrial, nacional e regional, a expansão do comércio interno e externo e as operações de seguros privados e capitalização. No

mesmo ano, é criado o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), autarquia do Ministério da Indústria e Comércio, para implantar a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, atuais IPEMs, e instituir o Sistema Internacional de Unidades (S.I.) em todo o território nacional.

No cenário internacional, o Presidente norte-americano, John Kennedy, anuncia a Aliança para o Progresso, um programa de assistência ao desenvolvimento para a América Latina, e a Escola das Américas, no Panamá, para treinamento de militares latino-americanos em "guerra interna e revolucionária". Ao mesmo tempo, fracassa o ataque anticastrista na Baía dos Porcos, em Cuba, apoiado pelos Estados Unidos, e é reforçada a bipolaridade na Guerra Fria com a construção do muro de Berlim.

Em 1962, o governo de Fidel Castro é expulso da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Cuba é palco da Crise dos Mísseis, quando a União Soviética instala mísseis em seu território, em retaliação à instalação de mísseis norte-americanos na Turquia.

Porto do Rio de Janeiro, s/ data. Fotografia.
Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

Pelos anos seguintes à renúncia de Jânio serem desprovidos de uma linha política consistente, a economia perde seu dinamismo da década anterior. Depois da taxa de crescimento do PIB real atingir o pico de 10,3%, em 1961, há um declínio para 5,3%, em 1962.

Para reconquistar a confiança dos organismos internacionais e especialmente dos Estados Unidos, é prometido que, após a promulgação dos poderes para Goulart, haveria um plano de equilíbrio econômico, que é elaborado no final de 1962 pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado. Conhecido como Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, foi implantado no início do ano de 1963.

O Plano Trienal enfatiza os problemas do desenvolvimento regional, com especial atenção para a área social e também um importante espaço para as reformas agrárias, fiscais, bancárias e administrativas. É definida uma medida de crescimento econômico em 7% com contenção da moeda. O nível das importações seria mantido, a dívida externa refinanciada e novos recursos obtidos para investimentos públicos. O plano, ainda, mantém a política de substituição de produtos que causam estrangulamento externo, e permite ênfase aos setores siderúrgico e petrolífero. Quanto ao desenvolvimento regional, são aprovados dois planos diretores da Sudene, conhecido como 34/18, em referência ao número dos artigos que concedem benefícios fiscais aos investimentos na região sob supervisão da Sudene (art. 34 da Lei nº 3.995/61 e art 18 da Lei nº 4.239/63). Esse beneficio será expandido para a região amazônica através da Lei nº 4.216, em 1963.

Para centralizar a ação de planejamento e execução dos programas e projetos essenciais ao crescimento econômico do País, com o objetivo do desenvolvimento nacional, tanto através de controles monetários e fiscais quanto na organização das empresas estatais, é criado o Ministério do Planejamento e Desenvolvimento.

Em 1963, João Goulart instaura plebiscito para restaurar o presidencialismo. Antecipado para janeiro, este plebiscito torna-se uma estrondosa vitória, devolvendo ao Presidente os poderes inscritos na Constituição de 1946. Nesse momento, Celso Furtado elabora o Plano Trienal de Desenvolvimento.

A taxa de crescimento segue a tendência de queda e não ultrapassa 1,5% de crescimento do PIB real. Entre 1962 e 1963, diminuem os investimentos estrangeiros no País e a ajuda financeira norte-americana ao Brasil. No período, o salário mínimo e tarifas de transporte urbano aumentam, fator determinante para o aumento do processo inflacionário. Concomitantemente, o governo solta um pacote de medidas restritivas na área monetária, como a elevação dos compulsórios bancários de 24% para 28% (Resoluções Sumoc nº 234 e 235), que levam a uma restrição para empréstimos às empresas privadas em torno de 35% em termos nominais. O Plano não é aceito pelos empresários e Celso Furtado, seu idealizador, deixa o Ministério do Planejamento. É substituído na execução do Plano por San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda.

Continua a implementação das Reformas de Base, iniciadas no começo do mandato do Presidente João Goulart. Em março de 1962, é aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural de autoria do deputado Fernando Ferrari, que estende aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e altera o processo da reforma agrária. Segundo a imprensa da época, a lei resulta em desagregação dos latifúndios e empresários, que formam *lobbies* para atuar em todo cenário da política nacional. Em setembro, é aprovada a Lei nº 4.131, que limita as remessas de lucros do capital estrangeiro, exceto lucros reinvestidos no Brasil ou capitalizados dentro do País.

Os atores políticos especulam que a saída política da crise não poderia ser em moldes democráticos; sendo assim, o Presidente Goulart, em outubro de 1963, propõe ao Congresso Nacional a decretação de um estado de sítio como salvaguarda de contenção da agitação no campo e restabelecimento da ordem. Contudo, o Decreto é vetado pelo Congresso. No mesmo mês, ocorre a última grande paralisação operária de São Paulo, chamada "greve dos 700 mil". O movimento abrange os setores metalúrgico, químico e de papel e papelão. Dura alguns dias e os operários conseguem um aumento salarial superior a 80%, mas não conseguem estender os futuros acordos salariais a todas as categorias profissionais.

Em 1962, a Sudene emite um documento em que consta que a França se mostra contrária à compra de lagostas do Brasil, devido aos altos impostos e também à restrição imposta a uma eventual participação sua no capital de sociedades mistas de pesca no Brasil, que não poderia exceder a 40%.

O assunto contido no documento da Sudene é conhecido como a Guerra da Lagosta. Entretanto, esse episódio não é marcado somente por um conflito diplomático, mas também por um possível conflito militar. A França se encontra em um período de colapso de seu sistema colonial e em outras áreas marítimas de pesca. Em 1961, o governo francês havia solicitado ao governo brasileiro permissão para que três barcos franceses, Gotte, Lopnk Ael e La Tramontaine, pesquisassem as reservas lagosteiras do nordeste do Brasil. O governo brasileiro apoia e autoriza

a pesquisa, desde que controladores de pesca da Marinha fizessem parte da tripulação dos barcos franceses. Apresentam-se somente dois navios, sendo que um não consta na lista original de permissão à pesquisa. Ao mesmo tempo, são encontrados outros navios franceses realizando pesca em território nacional.

Após protestos de políticos do Nordeste, de federações de pesca e dos sindicatos de armadores, a Marinha patrulha a costa nordestina. Dois barcos franceses são apreendidos e rebocados. A pedido do Ministério das Relações Exteriores da França, os barcos são liberados dois dias depois, sob a condição de que a França impeça a vinda de novas embarcações. Nos meses seguintes, a França insiste em que a exploração de lagosta no Brasil seja arbitrada por uma Corte Internacional, o que é negado pelo Brasil. A licença dos barcos de pesquisa franceses é caçada.

Ao receber o comunicado oficial do governo brasileiro sobre a cassação da licença, o governo francês reage energicamente e decide enviar um navio de guerra para resguardar as atividades de seus lagosteiros no nordeste brasileiro. Os motivos para a deflagração da Guerra da Lagosta extrapolam o conflito diplomático ou a demonstração de poderio militar.

O impasse continua nos dias seguintes, até que surge o primeiro sinal de que a Guerra da Lagosta chegaria ao fim, com o anúncio da desmobilização de efetivos militares de lado a lado. Porém, a "trégua" duraria apenas uma semana, até que a França recrudescesse seu posicionamento e reforçasse sua frota que guardava os lagosteiros havia mais de 10 dias. Em vez de findado, o conflito aparenta estar no auge e continuavam mobilizados os militares brasileiros. Mas, em 12 de março daquele ano, é anunciada a desmobilização dos franceses. Alguns dos motivos foram que, sem poder pescar, os armadores vinham tendo prejuízos e a manutenção do efetivo militar em alto-mar para guarnecer empresas privadas já não soava bem a oposicionistas de De Gaulle e à opinião pública francesa.

Ao que parece, os governos da França e, sobretudo, do Brasil, tratam de cuidar de problemas internos e a questão da lagosta é relevada a um plano de intermediação internacional. Novamente, por iniciativa da França, surge uma proposta de que a Corte Permanente de Arbitragem de Haia julgue o caso. O Brasil, talvez até por estar vivendo momento de convulsão interna, não se manifesta.

No início de 1964, João Goulart é aconselhado a implementar as Reformas de Base através de decretos e anunciá-las, para reunir grandes parcelas da população em uma séria de comícios. O primeiro, no dia 13 de março, realizado na Praça da República, localizada em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde serão assinados dois decretos, apresenta propostas com a pretensão de aplicar reformas urbanas e ampliar aos analfabetos e militares de baixa patente o direito de votar. São defendidas as Reformas de Base e divulgado o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que submete à desapropriação as terras com mais de quinhentos hectares, nas quais o governo federal realizou investimentos, e a desapropriação das refinarias privadas em favor da Petrobras. Também apresenta ideias de reforma urbana que preveem mudanças nos impostos.

No dia 19 de março, como resposta ao comício da Central, é organizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo, articulada pelo deputado Cunha Bueno, juntamente com o padre capelão estadunidense Patrick Peyton, com o apoio do Governador Ademar de Barros, que se fez representar no trabalho de convocação por sua mulher, Leonor Mendes de Barros, e organizada pela União Cívica Feminina e pela Campanha da Mulher pela Democracia, patrocinadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES. A Marcha reúne cerca de quinhentas mil pessoas temerosas do perigo comunista e favoráveis à deposição do Presidente.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, várias unidades de militares sublevam-se, marchando em direção à Brasília e ao Rio de Janeiro. Deflagrado o golpe, o governo não reage, temendo colocar em risco a estrutura social. Brizola reúne militares favoráveis ao Presidente com a intenção da mesma tentativa semelhante à Campanha da Legalidade, porém, o Presidente João Goulart refugia-se em uma de suas fazendas no Uruguai.

A operação "*Brother Sam*", que previa o desembarque de forças americanas com a intenção de assegurar o golpe, não ocorre, pois o golpe é rápido, sem nenhuma reação, e o governo americano reconhece imediatamente o novo governo brasileiro.

No dia seguinte, uma vez constatada a ausência do Presidente João Goulart, o Presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, assume a presidência da República. No dia 9 de abril de 1964, o Supremo Comando da Revolução, composto pelos comandantes das três armas, decreta o Ato Institucional nº 1 (AI 1), destinado a mudar as instituições do País. Contudo, mantém-se a Constituição de 1946 com algumas características modificadas, principalmente quanto ao funcionamento do Congresso e o reforço do Poder Executivo.

O Presidente da República remete seus projetos de lei para o Congresso, sendo que este deve apreciá-las em um prazo máximo de trinta dias. Findo o prazo, a lei está automaticamente aprovada. Nasce o Decreto-Lei.Também é de responsabilidade do Presidente a iniciativa de criar e aumentar a despesa pública. O AI-1 também suspende imunidades parlamentares, autoriza o Comando Supremo da Revolução a cassar mandatos, tanto no nível federal quanto no municipal, e suspender os direitos políticos por um prazo de 10 anos. O Ato é a base para a implementação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs). Através desses poderes excepcionais, desencadeiam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas.

Após a cassação de diversos políticos, magistrados e servidores públicos, o Congresso elege um dos líderes golpistas, o General Humberto Castelo Branco – promovido para Marechal – como Presidente, em 15 de março. Seu mandato se estenderá até 20 de janeiro de 1967, de acordo com a Emenda Constitucional nº 9, aprovada em julho. O novo Presidente garante o retorno da democracia em um breve período de tempo, também apresenta a "revolução redentora", que significa a ordem e paz social com forma de eliminação do "perigo comunista", combate à corrupção e a retomada do crescimento através do capitalismo privado (capital internacional, sobretudo norte-americano). A burguesia, associada aos interesses estrangeiros, a classe média

e a maior parte da elite burocrática civil e militar, o setor agroexportador e a oligarquia agrária tradicional constituem a nova base do novo governo.

Para compor a política econômica do Governo Castelo Branco são indicados para os cargos de Ministro de Estado, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos para o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, respectivamente, responsáveis pelo modelo de Política Econômica.

Contudo, podemos dividir esse período entre duas fases. A primeira vai de 1964 a 1967 e se define por um ajuste conjuntural e estrutural da economia, com a intenção de conter a inflação. Nesta fase é elaborado o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) e importantes reformas estruturais (sistema financeiro, estrutura tributária e do mercado de trabalho) fundamentadas no documento redigido pelo Ministro Roberto Campos, intitulado "A Crise Brasileira e Diretrizes de Recuperação Econômica". A segunda fase, que vai de 1967 a 1973, se caracteriza por uma política monetária expansionista, um grande crescimento da atividade econômica (média anual de 11%) e uma lenta redução da inflação e do desequilíbrio externo. É a fase do chamado "milagre econômico brasileiro".

Em novembro de 1964, é lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) com o objetivo de acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter a progressão da inflação, igualar a desigualdade regional, equilibrar o balanço de pagamentos e abrir a economia para o capital estrangeiro, promovendo integração com os centros financeiros internacionais. O programa ainda engloba questões da diversificação da pauta de exportação para facilitar a absorção de setores regionais ociosos, assim como estimular o desenvolvimento econômico. Também existe a preocupação em restaurar créditos internacionais para equilibrar o balanço de pagamentos, estimular o ingresso de divisas estrangeiras e estabelecer cooperação técnica e financeira com agências internacionais e com outros governos, de modo que se alavanque o crescimento nacional.

Ainda na primeira fase da condução da Política Econômica, as reformas estruturais que o Ministro Roberto Campos diagnosticou como necessárias tiveram como foco o sistema tributário e financeiro. Em 1966, é criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição do regime de estabilidade no emprego, considerado um entrave ao crescimento do emprego.

A reforma tributária, nesse período, é compreendida por um conjunto de medidas que aumetam a carga tributária em mais de 4 pontos percentuais em relação ao PIB. O objetivo é aumentar a arrecadação federal e racionalizar o sistema de impostos, centralizando para o governo federal. No final de 1965, uma emenda constitucional transforma o imposto sobre consumo e imposto sobre vendas e consignações em impostos sobre o valor adicionado, renomeando-os Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), federal, e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), estadual, evitando, assim, os efeitos cascata que existiam anteriormente. Também foram criados ou revisados o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto Único sobre Energia Elétrica, o Imposto Único sobre Minerais e o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes e ampliada a base de incidência do imposto sobre a renda de pessoas físicas. Contudo, extinguem-se impostos sobre profissões e diversões públicas.

O Sistema Financeiro Nacional é reformado com o objetivo de dotá-lo de mecanismos de financiamento capazes de sustentar a industrialização já em curso, de forma que se contenha a inflação. Para isso, é necessário reorganizar o funcionamento do mercado monetário com a criação de duas instituições: o Banco Central do Brasil, executor das políticas monetárias e financeiras do governo, e o Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Superintendencia da Moeda e Crédito (Sumoc), com função normativa e reguladora do sistema financeiro (em 31 de dezembro de 1964, pela Lei nº 4.595). Em 1964, também é criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) como instituição central para crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo (APE).

Outro aspecto importante da Reforma do Sistema Financeiro é a ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo especulativo e, principalmente, de créditos. Para atrair recursos estrangeiros, o governo regulamenta alguns tópicos da Lei nº 4.131/62 para possibilitar a captação direta de recursos externos por empresas privadas. Em 1967, é aprovada a Resolução 63 do Bacen, que regulariza a captação de empréstimos externos pelos bancos nacionais para repasse às empresas nacionais, e também há mudanças na legislação sobre investimentos estrangeiros no País, com a finalidade de tornar o Brasil mais competitivo na captação de investimentos diretos.

O nível da taxa de câmbio é considerado adequado aos exportadores e, junto com o fraco crescimento econômico no biênio 1964-65, permite que no ano de 1964 a balança comercial apresente um superávit. A redução das importações é decorrente do baixo crescimento, tanto em 1964 quanto no ano seguinte, sendo considerado o mais baixo desde as décadas de 50 e 60. No ano seguinte, ocorre um recorde nas exportações brasileiras, o que leva a um superávit no balanço de pagamentos.

Ainda em 1964, no contexto internacional, acontece a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) que coordena políticas em favor da redução tarifária e da eliminação de barreiras não tarifárias prejudiciais ao intercâmbio entre os blocos industrializados e os em desenvolvimento.

Em 1966, é criado o Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), pela Lei nº 5.025, que também dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, redefine as competências da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), tornando obrigatório o registro do seu exportador, isenta de impostos os produtos destinados à exportação, com exceção do imposto de exportação, e cria o Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), dentre outras providências.

É atribuição do Concex formular a política de comércio exterior, bem como determinar, orientar e coordenar a execução das medidas necessárias à expansão das transações comerciais com o exterior. Ainda compete ao Concex traçar as diretrizes da política de comércio exterior, adotar medidas de controle das operações do comércio exterior, quando necessárias ao interesse nacional, pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior e formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política de financiamento da exportação. A Política de Comércio Exterior tem como

Anuário Estatístico do Brasil, 1970. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

base os seguintes objetivos principais: criação de condições internas e externas capazes de conferir maior capacidade competitiva aos produtos brasileiros no exterior; diversificação da pauta de produtos exportáveis, especialmente através de estímulos à exportação de produtos industriais; ampliação de mercados externos, quer mediante incentivos à penetração de novos produtos em mercados tradicionais, quer através da conquista de novos mercados.

As novas funções da Cacex, delimitadas pelo Concex, incluem as seguintes competências: emitir licenças de exportação e importação, cuja exigência será limitada aos casos impostos pelo interesse nacional; exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, diretamente ou em colaboração com quaisquer outros órgãos governamentais e repartições aduaneiras; financiar a exportação e a produção para exportação de produtos industriais, bem como, quando necessário, adquirir ou financiar estoques de outros produtos exportáveis, assim como na aquisição de produtos importados necessários ao abastecimento interno; colaborar na aplicação do regime da similaridade e do mecanismo de "*drawback*"; elaborar, em cooperação com os órgãos do Ministério da Fazenda, as estatísticas do comércio exterior e executar quaisquer outras medidas relacionadas que lhes forem atribuídas.

No que se relaciona à importação, o governo implementa uma progressiva liberalização e busca-se valorizar a tarifa aduaneira como principal instrumento de proteção da indústria doméstica, por meio do Decreto-Lei nº 63, de 21 de novembro de 1966.

Através do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, é criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) – autarquia vinculada ao Ministério do Indústria e Comércio. A Suframa atua como agência promotora de investimentos, com responsabilidade de identificar alternativas econômicas e atrair empreendimentos para a região amazônica, objetivando a geração de emprego e renda. Tem, assim, a missão de promover o desenvolvimento socioeconômico, de forma sustentável, na sua área de atuação, mediante geração, atração e consolidação de investimentos, apoiado em capacitação tecnológica, visando à inserção internacional competitiva.

Em março de 1967, assume a presidência da República o General Costa e Silva, que nomeia o professor de economia da USP, Delfim Netto, para o Ministério da Fazenda e Hélio Beltrão para o do Planejamento. Delfim mantém a política de combate a inflação e renova a mudança de ênfase da política econômica em dois pontos: controle da inflação no componente de custo e retomada do crescimento econômico.

A política monetária no governo anterior era essencialmente restritiva. Com o novo governo a moeda torna-se expansiva com controle de preços, através da Comissão Nacional de Estabilização de Preços (Conep), que passa a tabelar tarifas, câmbio e juros do crédito público, insumos industriais e os juros cobrados pelos bancos comerciais, este último tabelado pelo Bacen. As alíquotas do imposto de importação aumentam em 5% e, para diminuir as especulações e incertezas, o Ministro da Fazenda mantém o câmbio fixo até 4 de janeiro de 1968, Em junho de 1967, o Brasil obtém créditos de mais de 50 milhões de dólares pelo BID, a serem investidos

na formação de mão de obra qualificada, melhoramento do saneamento básico nas capitais, financiamento de indústrias nordestinas e exportação de navios mercantes produzidos nos estaleiros brasileiros com destino ao México. Em dezembro, o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, anuncia a finalização das negociações com os organismos financeiros internacionais, que resulta em um montante superior a 600 milhões de dólares investidos na importação de equipamentos e matérias-primas, programas educativos e projetos específicos para o desenvolvimento industrial. Também são beneficiados os programas de expansão da usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Embratel e da Companhia Vale do Rio Doce.

Em novembro de 1967, o Conselho Monetário Nacional edita a Resolução nº 71, decretando que a concessão de financiamento terá como base preferencial os produtos destinados ao mercado externo. Também há incentivos fiscais que consistem na isenção e créditos para os pagamentos de imposto de renda e impostos federais e estaduais (IPI e ICM). Entretanto, pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), permitem-se maiores incentivos às importações.

No dia 18 de dezembro de 1967, o Brasil participa da negociação da VII Conferência das partes integrantes do Tratado de Montevidéu, que resulta no Decreto nº 62.596, de 24 de abril de 1968, o qual dispõe sobre a execução do resultado das negociações para a formação da Zona de Livre Comércio instituída pelo tratado. Designa isenção de Direitos Aduaneiros e Taxa de melhoramento de Portos aos produtos importados do Paraguai, Bolívia e Equador. Aumenta a alíquota do imposto de importação *ad valorem* em 5% aos países da Lista Nacional do Brasil (LNB) – Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Em 1968, inicia-se a fase econômica do Brasil conhecida como "Milagre Econômico". Até 1973, o País inaugura uma taxa de crescimento média de 11% ao ano, sendo que o setor de bens de consumo durável alavanca o maior crescimento. A taxa de investimento, estagnada em torno de 15% no intervalo entre 1964 até 1967, sobe para 19% em 1968 e, no final de 1973, encerra-se em torno de 20%. Ademais, esse período de relevada importância é acompanhado por quedas na inflação, assim como de superávits crescentes no balanço de pagamentos.

Em meados de 1968, é lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) com as seguintes prioridades: estabilização de preços, fortalecimento das empresas privadas para retomar o investimento, investimento na infraestrutura por parte do governo e ampliação do mercado interno. No que tange à política cambial, é adotado o sistema de minidesvalorizações para evitar que a inflação cause uma defasagem cambial significativa, que poderia prejudicar a balança comercial e também a atividade econômica. Essa política consiste em desvalorizações periódicas pela qual a variação cambial deve refletir a diferença entre a inflação interna e externa. Esse sistema é adotado até 1973.

Na política interna aumentam os movimentos de oposição ao Regime Militar e, em 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva decreta o Ato Institucional nº 5, que fecha o Congresso Nacional. Com o novo Ato, o Presidente concentra poderes para fechar temporariamente o Congresso, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos

políticos, demitir e aposentar servidores públicos. Há também a suspensão do *habeas corpus* para os acusados de crime contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e é estabelecida a censura aos meios de comunicação.

O Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, estimula as exportações de manufaturados por meio de benefícios fiscais, como o crédito-prêmio do IPI para empresas produtoras, vendedoras e intermediárias na exportação. O Decreto estabelece que as vendas para o exterior das empresas produtoras e exportadoras de produtos manufaturados serão beneficiadas por créditos fiscais, que podem ser deduzidos do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados pago sobre vendas domésticas. Caso haja excedente de crédito, este poderá ser utilizado para o pagamento de outros impostos federais.

Em 31 de agosto de 1969, Costa e Silva é vítima de um derrame que o deixa paralisado. Os Ministros militares decidem substituí-lo por meio do Ato Institucional nº 12 e os Ministros Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa e Melo assumem temporariamente o poder. O Congresso Nacional marca eleições para 25 de outubro.

O novo Presidente é o general Emílio Garrastazu Médici, que divide o governo em três áreas: a militar, a econômica e a política. O Ministro do Exército, Orlando Geisel, é o encarregado da área militar. Delfim Netto continua no ministério da Fazenda e assume a área econômica do governo, e Leitão de Abreu fica com a área da política.

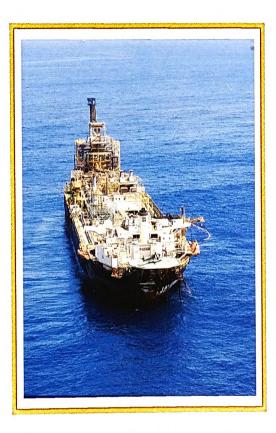
Ao final da década (1970) se concretiza a criação do Sistema Geral de Preferências (SGP), considerado como uma vitória das políticas da UNCTAD, na medida em que garante tratamento preferencial aos produtos manufaturados procedentes dos países em desenvolvimento, sem reciprocidade de concessões.

crises, choques e milagres — o perfil econômico dos anos 1970

Capítulo 18

Os anos 1970 conhecem o fim do Sistema de Bretton Woods. O dólar, a partir de 1973, passa a flutuar em relação às moedas fortes. Verbete que também simboliza essa década é o "milagre econômico japonês". Mas, sobretudo, ela é marcada por uma forte recessão que caracteriza o esgotamento do modelo de crescimento econômico do pós-guerra, baseado no *Welfare State*. A era de ouro do sistema capitalista se encerra.

Essa crise já mostrara seus indicadores desde o ano de 1968, levando o Presidente norte-americano de então, Richard Nixon, a quebrar, em 1971, a paridade do ouro com o dólar estabelecida nas rodadas de negociações de Bretton Woods. Entrementes, a alta do preço do petróleo vem a ser um fator crucial de seu agravamento. O dólar entra em uma fase de desvalorização que gera alta da inflação em toda a área do sistema capitalista. Em 1979, é criado o Sistema Monetário Europeu. Nesse mesmo ano o Federal Reserve (FED), o banco central norte-americano, sobe o juro para a estratosférica taxa de 20%.

Diplomaticamente, a década registra muitos acontecimentos que aprofundam a distensão da Guerra Fria. Os Estados Unidos são obrigados a sentar à mesa de negociação com o Vietnã para acertar o fim da guerra, que ocorre oficialmente em 1975. A diplomacia internacional também, praticamente, põe fim à corrida armamentista com a assinatura dos acordos *Strategic Arms Limitation* (Salt) I (1972) e

Salt II (1979), que previam o congelamento de arsenais nucleares soviéticos e norte-americanos. Henry Kissinger promove a Diplomacia Triangular ao fazer a ponte entre Pequim e Moscou, que tinham se afastado um do outro desde o início dos anos 1960.

O aumento vertiginoso do preço do petróleo implementado pela Organização Petroleira de Países Exportadores (Opec) tem um efeito deflatório sobre a produção dos países industrializados e promove uma transferência de renda para os países produtores, que por sua vez investem parte considerável desse capital nos próprios países industrializados.

Geraldo Falcão. *Navio da Petrobras*, s/ data. Fotografia. Banco de Imagens Petrobras, Brasil.

Após o primeiro choque do aumento do preço do petróleo em 1973, a chamada crise do petróleo, ou crise da energia, deslancha um aumento dos preços internacionais das matérias-primas a partir de 1974.

Tendo como pano de fundo esse cenário, a economia brasileira consegue crescer de forma considerável. O milagre econômico, iniciado em 1967, chega a seu auge com taxas de crescimento anual acima de 11%. Mas, o primeiro choque do petróleo, em 1973, interrompe essa trajetória de sucesso.

Para cobrir a conta de importação de petróleo, cujo preço quadruplica, o Brasil tem que restringir ainda mais suas importações. Do lado da exportação, a participação dos manufaturados aumenta em 47% de 1974 a 1979 e o Brasil conquista novos mercados no Oriente Médio e na África. Esse esforço, entretanto, apenas adia, no Brasil, a recessão que já havia tomado conta no mundo.

Em 1979, um novo choque do petróleo e a explosão das taxas de juros americanas colocam um ponto-final na fase de prosperidade.

No início da década de 1970, o "milagre econômico" está a pleno vapor com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,4% (1971), 11,9% (1972) e 13,9% (1973).

Emílio Garrastazu Médici assume a presidência em 30 de outubro de 1969, com um projeto Brasil Grande Potência, visando trazer à luz, até o ano 2000, o destino nacional de grandeza. Delfim Netto continua Ministro da Fazenda, cargo que ocupa desde 1967, convidado pelo então Presidente Costa e Silva para domar a inflação e manter taxas de crescimento estáveis. A economia no triênio 1964/66 havia sido caracterizada por um perfil *stop and go*, em parte devido às políticas de combate à inflação. Os governos militares estavam desde 1964 tentando controlar o processo inflacionário que estava instalado em 1963. De acordo com Delfim, a inflação brasileira às vezes era de demanda outras de custo, por isso, as políticas ortodoxas utilizadas a partir de 1964 não davam certo.

A partir de 1967, o objetivo prioritário da nova administração passa a ser estabilização do crescimento industrial a longo prazo, evitando o combate da inflação no curto prazo, que acabava provocando oscilações conjunturais. Era a "fuga para frente" com expansão monetária, fiscal e, principalmente, de crédito, além de uma política mais ativa de incentivo às exportações.

O perfil de nossas exportações havia se modificado gradualmente a partir da segunda metade dos anos 1960. A deterioração dos meios de troca das *commodities* agrícolas exportadas pelo Brasil, café e algodão, fez com que o governo brasileiro decidisse que era hora de exportar pro-

dutos com maior valor adicionado. Graças ao intenso processo de industrialização iniciado na segunda metade dos anos 1950, o parque industrial brasileiro já estava maduro o suficiente para se lançar no mercado internacional. O comércio exterior passa a ser visto como um mecanismo vital para o processo de desenvolvimento brasileiro.

A nova estratégia se baseia na tese de Raul Prebisch da Cepal, que mostrou a deterioração histórica das relações de troca dos países produtores de matérias-primas, ressaltando a necessidade de diversificar a pauta de exportações dos países, com ênfase nos produtos de maior valor agregado. Os países mais avançados se especializariam na produção de bens mais complexos, exportando para os países em desenvolvimento a produção de bens de tecnologia média, por meio da instalação de empresas multinacionais em seu território.

A exportação de bens manufaturados também vem resolver o problema de superprodução desses bens de tecnologia média. O parque industrial que começou a ser instalado por Juscelino Kubitschek produzia bens de consumo para a classe média, ou insumos industriais para esses bens, e o Brasil não tinha uma classe média grande o suficiente para absorvê-los. Parte desse problema foi resolvido no final dos anos 1960, com a ampliação do crédito ao consumidor. Entretanto, ainda havia um excedente a ser exportado. Portanto, uma política de incentivo à exportação de manufaturados passou a ser essencial para se manter o ritmo de crescimento da economia brasileira.

O Brasil amplia suas exportações de manufaturados, serviços e capitais para a América Latina, África e Oriente Médio, enquanto continua a vender café, soja, milho e minério de ferro para os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Assim, a participação do Brasil no comércio mundial passa de 0,88% em 1967-68 para 1,2% em 1972-73.

Como parte dessa política, o governo estende para o câmbio a indexação que havia sido adotada para o resto da economia: a taxa de câmbio é ajustada com frequência a fim de refletir quaisquer descompassos entre a inflação interna e a externa, de modo que se mantenha a estabilidade da taxa de câmbio real. Também são reforçados ou implementados uma série de programas de incentivo às exportações tais como crédito-prêmio à exportação, também conhecido como crédito-prêmio IPI, que concedia, a título de estímulo fiscal, créditos tributários sobre exportações de produtos manufaturados, que podiam ser usados para compensar tributos pagos sobre operações domésticas, Programa de Financiamento à Produção para Exportação (Resolução Bacen nº 71/67), administrado pela Cacex, e Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), pelo sistema BNDES/Finame, além de isenções de tributos, como isenção de imposto de renda sobre o lucro da exportação e isenção de imposto de importação (II) e imposto sobre produtos industrializados (IPI) nas importações feitas por empresas exportadora, de acordo com sua *performance* de exportação (programa Befiex). Em abril de 1979, pressionado pelos Estados Unidos, o Brasil assina o Código de Subsídios do Gatt e tem que começar a interromper seus programas de estímulos às exportações.

Em 1974, com o primeiro choque do petróleo e a quadruplicação de seus preços, a trajetória de crescimento do PIB acima de 10% é interrompida. O Brasil produz apenas 20% do petróleo

Verbete

1971-1980

Nesta década, a economia brasileira consegue crescer de forma considerável. O milagre econômico, iniciado em 1967, chega ao seu auge, com taxas de crescimento anual acima de 11%. A participação dos produtos manufaturados na pauta exportadora brasileira aumenta em 47% de 1974 a 1979 e o Brasil conquista novos mercados no Oriente Médio e na África.

Confira mais no Anexo 1.

que consome e o valor das importações brasileiras dobra em 1974. Entretanto, apostando que a recessão mundial seria breve e que as taxas de juros internacionais seriam mantidas baixas, o Brasil tenta sustentar as taxas de crescimento da economia e os níveis de investimento industrial por meio do endividamento externo. Adicionalmente, intensifica sua política de estímulo e promoção das exportações e aumenta as restrições às importações. O Brasil consegue, assim, manter taxas de crescimento entre 10% e 5% até 1980.

Nos anos 1970, o perfil das exportações brasileiras se modifica não só com o aumento da participação dos produtos industrializados, mas também com o aparecimento da soja e seus derivados entre os nossos principais produtos de exportação. O aumento do preço da soja e seus derivados no mercado mundial, em meados de 1970, desperta o interesse dos agricultores e do governo.

Ernesto Geisel em visita à Bahia, 1973. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Inicialmente, a produção de soja se concentrava no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Com o aumento da demanda mundial por soja em grão e seus derivados, como farelo e óleo, o governo brasileiro resolve incentivar a expansão da cultura agrícola, principalmente de soja, para a região centro-oeste, através da disponibilização de linhas de crédito favorecidas e novas técnicas agrícolas. Entre 1970 e 1980, a área cultivada com soja passa de um pouco mais de 1,3 milhão de hectares para cerca de oito milhões e meio de hectares, enquanto a produção brasileira passa de cerca de um milhão e meio de toneladas para 15 milhões de toneladas. Em 1980, o Brasil já havia se consolidado como segundo maior produtor mundial, ultrapassando a China. A produção brasileira representa naquele ano 18,73% da produção mundial de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que foi responsável por mais de 60% de toda a soja produzida no mundo.

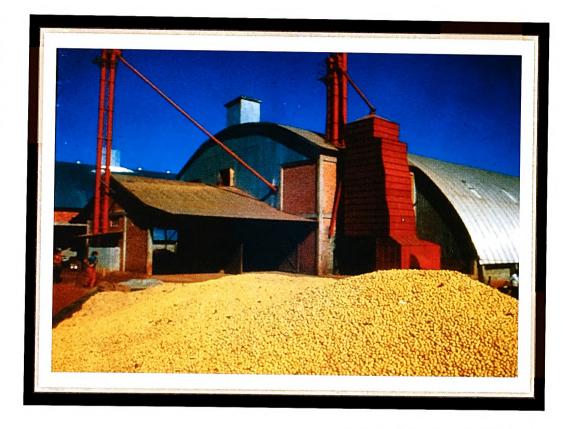
Em 15 de março de 1974, o General Geisel, ex-Presidente da Petrobras, assume a presidência com a promessa de uma "distensão política lenta, segura e gradual", no plano interno. Na política exterior, o Presidente define a posição do Brasil como de "pragmatismo responsável", isto é, fidelidade ao Ocidente, mantendo o direito de escolher os próprios rumos de acordo com o interesse nacional.

Na área econômica, o governo aumenta as alíquotas máximas do imposto de importação de 100% para 205% e estabelece que as importações de supérfluos têm que ser pagas à vista. Para manter o crescimento econômico, apesar da crise do petróleo de 1973, e completar o processo de substituição de importações dos setores de bens de capital e insumos básicos, é lançado, em setembro de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979). É facilitada a captação de capital externo para investimento em áreas como energia, siderurgia e transporte. Além disso, são captados vultosos empréstimos externos, sendo que a maior parte deles é feita por governos e empresas públicas.

A partir de 1975, a economia, cada vez mais dependente da entrada de recursos externos, perde fôlego industrial e ganha ânimo financeiro. Para atrair os petrodólares é preciso pagar taxas de juros superiores às do mercado internacional e sem eles é impossível crescer. Com isso, passa a ser preferível aplicar dinheiro no mercado financeiro do que investi-lo na produção. É o

início da ciranda financeira. No final de 1975, a relação entre a dívida externa e as exportações chega a 47%. Em 1974, ela era de 33%.

É proibida a importação de bens de luxo e criada uma reserva de informática, que determina que o suprimento do mercado interno de computadores de pequeno porte deverá ser feito por produtores e tecnologias nacionais.

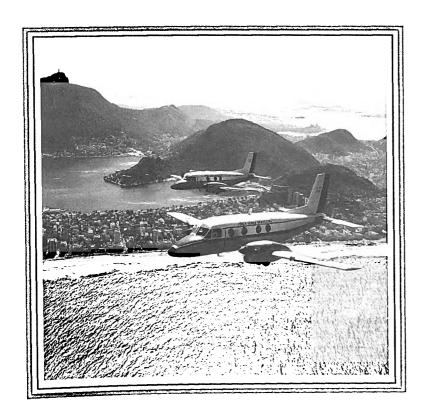
Durante o período 1974-79, as exportações brasileiras aumentam ao mesmo ritmo de crescimento do mercado importador mundial, abaixo do que havia sido no período 1967-73, quando o Brasil teve um aumento de suas exportações bem acima do crescimento das importações mundiais. Na segunda metade da década de 1970, aumenta a diversificação de mercados e produtos, resultado de uma política de promoção comercial e incentivos à exportação mais agressiva. A participação dos produtos manufaturados aumenta ainda mais, passando 23,1% para 44-45%, em 1979-80. Se considerarmos os produtos industrializados, conceito que inclui os produtos semimanufaturados, o aumento na participação é de 32,4% para 56%. Em 1979, a participação do café, incluindo café solúvel, havia caído para 27,2%. A participação de outros países latino-americanos nas exportações brasileiras também passa de 9%, em 1973, para 16%, em 1979.

Produção de laranja, s/ data. Fotografia.
Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

A partir de novembro de 1978, os preços do petróleo, que haviam ficado estáveis no período 1974-1978, dão um novo pulo. A situação política no Irã, um dos maiores exportadores mundiais, estava explosiva. Entre o final de 1978 e o início de 1979, uma série de protestos populares e greves, principalmente dos trabalhadores da indústria de petróleo, levam à queda do Xá e à revolução islâmica, provocando queda na produção de petróleo e disparada de seus preços. O preço do petróleo aumenta de US$ 12 o barril, em 1978, para US$ 30 no início de 1980. A guerra Irã-Iraque, no início de 1981, provoca novo aumento para US$ 35 o barril.

Do lado financeiro, a aceleração da inflação nos Estados Unidos leva o governo daquele país a adotar políticas macroeconômicas rígidas, elevando a taxa de juros norte-americana e, como consequência, a do mercado financeiro internacional. A dívida externa brasileira, que, no final de 1973, era de US$ 13,8 bilhões, havia chegado a US$ 52,8 bilhões em 1978. Em 1974, o Brasil pagava US$ 500 milhões por ano de serviço da dívida. Em 1978, esse valor já era de US$ 2,8 bilhões e, com o aumento da taxa de juros internacional, os juros líquidos anuais pagos pelo país chegam a US$ 4,2 bilhões no final de 1979.

Em 15 de março de 1979, o General João Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações do Governo Geisel, assume a presidência da República prometendo a "mão estendida em conciliação" e jurando fazer "deste País uma democracia". Inicialmente, Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda do Governo Geisel, assume a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e mantém o comando da política econômica. Entretanto, pede demissão cinco meses depois. Antônio Delfim Netto, prestigiado como homem do "milagre", assume o cargo até o final do Governo Figueiredo.

Delfim Netto tenta repetir o sucesso econômico do período 1967-73, mas o quadro internacional é outro. A economia mundial está em recessão, o comércio internacional não cresce ao mesmo ritmo de antes e a oferta de empréstimos é escassa. O aumento do passivo externo dos países devedores em relação ao valor de suas exportações e reservas internacionais, leva a uma perda de confiança por parte dos credores privados. O serviço da dívida externa passa a sofrer restrições de refinanciamento, pois a comunidade financeira internacional não tem mais confiança na capacidade do Brasil de equilibrar seu balanço de pagamentos, cujo déficit em transações correntes é de U$12,8 bilhões no final de 1980.

A despeito do caótico quadro econômico internacional, o Ministro Delfim aplica políticas heterodoxas na economia, que resultam no crescimento econômico de 9,2% em 1980, mas levam à recessão no período 1981-83, com queda média de -2,3% do PIB.

Avião Bandeirante da Embraer, s/ data. Fotografia. Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer), São José dos Campos/SP, Brasil.

democracia e neoliberalismo em contexto de crises econômicas e revolução tecnológica nos anos 1980

Capítulo 19

A década de 1980 é carregada de simbolismos. A singularidade dos acontecimentos é tanta que o renomado historiador inglês Eric Hobsbawm considera essa a última década do século XX. O século que ele denomina de breve, na sua acepção, teria começado em 1914, data da eclosão da Primeira Guerra Mundial, e terminado em 1991, ano do colapso oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que acarreta a extinção do sistema bipolar de poder da ordem mundial e, por conseguinte, do próprio ordenamento das relações internacionais até então vigente.

Mais sensacionalista, o norte-americano Francis Fukuyama declara, em 1989, após a queda do Muro de Berlim (1989), o fim da própria história e anuncia o pensamento único no circuito de um sistema político, econômico e social democrático (mais tarde ele reconsidera sua assertiva).

Fala-se do fim da era industrial e advento da era da informação, devido à revolução causada no modo de vida e de trabalho, com o emprego da informática e dos robôs, pioneiramente, nas cadeias de produção das indústrias automotivas. O computador torna-se pessoal e instala-se, gradativamente, no quarto dos jovens dos países mais ricos, que ouvem música em *walkmans*, tocando a partir da leitura do Compact Disc (CD). Os CD-Rom(s) dão alento à nova era digital. Os videocassetes se disseminam e aquecem o mercado do entretenimento audiovisual.

Um produto do medo da Guerra Fria, a Arpanet (surgida nos Estados Unidos, nos anos 1960, originalmente um sistema de rede fechada desenvolvido para proteger, de forma descentralizada, informações importantes e sigilosas para os militares) ganha, progressivamente, nova feição quando é criada, em 1989, a World Wide Web (WWW), sistema que interliga sistemas.

Dois acontecimentos marcantes na URSS acontecem nessa década na seara tecnológica. Um a ser comemorado, o lançamento da estação espacial MIR, outro a ser lamentado, a explosão da usina atômica de Chernobyl, em 1986.

O impacto das novas tecnologias, conjuntamente com outras transformações no campo científico e social, dão alento ao (secular) debate sobre a crise de paradigmas, crise na teoria e prática científica. Os pressupostos advindos do Iluminismo, questionados pelos movimentos contestatórios dos anos 1960, os quais apontam para a dissociação entre as teorias e as práticas existentes ("a teoria na prática é outra"), são questionados naquilo em que mais proporcionou o modelo de desenvolvimento industrial – a racionalização do conhecimento por meio da disciplinaridade, da hiperespecialização. Surgem novas propostas de abordagem: interdisciplinaridade, multidisciplinaridade. A crítica antiga ao modelo canônico da Ciência Moderna calcado na física e na matemática, com suas certezas, ganha novo alento e propõe (ou recoloca) uma abordagem holística do Universo e das realidades (econômicas, sociais, geográficas, geológicas, históricas, psicológicas, políticas, antropológicas, sideral etc.) em eterna mutação.

Por tudo isso (e muitos outros aspectos e complexidades temáticas que o escopo desse texto não permite aventar), os anos 1980 são considerados ponto nodal da chamada revolução científico-tecnológica, a Terceira Revolução Industrial.

Citem-se alguns acontecimentos que moldam a imagem da década. Na América Latina dá-se a derrocada das ditaduras e o processo de redemocratização. Destaque-se o regime dos Sandinistas, que assumem o poder após derrotarem Anastácio Somoza (1979), e os processos de redemocratização no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile entre outros.

Na Polônia, surge o Sindicato Solidariedade (Solidarnos'c'), em 1980. Sob a liderança de Lech Walesa, eclode uma greve dos operários dos estaleiros navais em Gdansk. No âmbito desse acontecimento é criado o sindicato que conduz o processo de redemocratização do país sob as bênçãos do Papa João Paulo II. O governo termina por decretar lei marcial (1981). Não obstante, após o abandono da doutrina Brejnev pela URSS, Walesa vence, em 1989, a primeira eleição livre no bloco socialista.

Na China, estudantes que fazem demonstração na Praça da Paz Celestial são massacrados (1989). Na URSS, assume o poder, em 1985, Mikhail Gorbatchev, que implementa uma série de grandes reformas econômicas, a *Perestroika*, e políticas, a *Glasnost*. Na posse do novo Secretário-Geral uma enorme comitiva de artistas, empresários e representantes da sociedade civil, principalmente da Europa, se faz presente. O novo líder soviético tenta modernizar a cambaleante economia soviética via liberalização, não obstante sem grandes êxitos. Em 1988, oficializa o abandono da Doutrina Brejnev ("direito" de intervenção em países dissidentes). A partir de então, os

países do bloco socialista poderiam, se quisessem, adotar o regime democrático sem correr o risco de invasão. A senha para a queda da cortina de ferro estava dada. Mudanças de regime em cadeia sucedem-se nos países do leste europeu até então sob controle da URSS (em 1991, Gobartchev sofre o golpe e tem que deixar o poder. Esse evento culmina com a extinção da própria URSS).

E o evento de maior simbolismo, a queda do Muro de Berlim (1989), ao que sucede a reunificação das duas Alemanhas, em 3 de outubro de 1990. A teoria dominó mostra-se correta. Após a derrocada do regime comunista na antiga República Democrática Alemã e sob a "Doutrina Sinatra" (suspensão da Doutrina Brejnev na bem-humorada designação de Gobarchev em homenagem à Voz, Frank Sinatra), os regimes dos países do leste europeu vão caindo um a um, quando por fim a própria URSS, parafraseando Marx, como "tudo que é sólido, se desmancha no ar". É o epílogo da Guerra Fria.

Dois Governantes vão contribuir de forma decisiva para pôr fim à Guerra Fria nos anos 1980, Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos da América, e Mikhail Gorbatchev, Governante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Capa da revista Cacex, 1981. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

Uma terceira personagem tem que ser incluída no panteão dos citados políticos, Margareth Thatcher, a "dama de ferro" do Reino Unido. Reagan e Thatcher lançam as teses do neoliberalismo, cantam loas à liberdade total do mercado e aplicam políticas de desmonte do Estado do Bem-Estar Social. Com a derrocada do sistema soviético de poder o neoliberalismo ganha *status* de pensamento único e marcará a década vindoura.

Reagan desenvolve o plano da Guerra nas Estrelas e retoma a rivalidade bélica da Guerra Fria; uma forma de forçar a URSS a exaurir sua cambaleante economia, se por acaso intentasse enfrentar uma nova corrida armamentista. No plano econômico, implementa uma política neoliberal para recuperar a economia norte-americana, que sofria uma crise agravada com o impacto das crises do petróleo dos anos 1970. Gorbatchev, por seu turno, está envolvido com o aludido processo de grandes reformas econômicas, a partir de 1986, conhecido como *Perestroika*. Defende o liberalismo como única saída para a crise econômica soviética. Decididamente, o modelo de crescimento econômico soviético faz uma guinada prol economia de mercado.

Embora a Guerra Fria tenha acabado, conflitos bélicos não são descartados como embate no jogo político internacional. Dessa forma, em 1990, em represália à invasão do Kuwait pelo Iraque, em razão da posição geoestratégica da região devido ao petróleo, os Estados Unidos e seus aliados impingem o que passa a ser um dos dois maiores massacres já perpetrados no Oriente Médio, a chamada "Guerra do Golfo", deflagrada em 2 de agosto de 1990.

A década de 1980 é, sobretudo, de crise para os países da América Latina. A região passa por uma estagnação aguçada por problemas de solvência externa e baixo crescimento do PIB. Sem condições de honrar as dívidas contraídas internacionalmente, muitos países decretam moratória. Essa é a chamada "década perdida" para a região.

Em vários países são elaborados e implementados planos de recuperação econômica, aparentemente sem lograr o sucesso almejado.

O fim da Guerra Fria tem diversos e variados significados para a América Latina e, sem dúvida, um dos mais relevantes é a reorientação da política norte-americana para a região. Até 1989, segurança e estabilidade política eram os paradigmas que norteavam aquela política. Entrementes, com a nova "ordem mundial unipolar" e no novo contexto de redemocratização da região a prioridade recai nas questões de ordem econômica, particularmente as relativas ao comércio.

Em novembro de 1989, é formulado um "receituário" com dez regras básicas que deverão ser recomendadas pelos organismos multilaterais, a exemplo do FMI, como o caminho para sair da crise econômica. Particularmente visados são os países latino-americanos. O economista inglês, ex-funcionário do Banco Mundial e do FMI, John Williamson, batizou essas medidas como Consenso de Washington, a quintessência do neoliberalismo.

Manual do Exportador 1988-89
elaborado pela Cacex. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

O decálogo neoliberal consiste em: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, juros de mercado, desregulamentação, abertura comercial, reforma tributária, privatização das empresas estatais, câmbio de mercado, eliminação de restrições ao investimento estrangeiro direto (IED) e direito à propriedade.

O conjunto dos elementos do processo histórico que confluem para a década de 1980 leva alguns personagens a concluir que se tem, a partir desses anos, uma nova era na história, era pós-moderna (a expressão pós-modernidade surgiu no início do século XX para designar o mundo pós-Primeira Guerra Mundial).

Passadas quase duas décadas, uma visão geral sobre os anos 1980 deixa a impressão que esse é um período marcado, principalmente, por processos de redemocratização e liberalização de mercados em um cenário de crises econômicas e revolução digital. Entra-se de vez no mundo conectado pela informática, a realidade virtual em tempo presente. Para chegar-se a esse contexto foi preciso uma longa caminhada, ultrapassar barreiras que no fundo pôs em cheque todo um ordenamento das relações internacionais, introduzir novas tecnologias no setor de produção e de comunicação que transformam profundamente o estilo de vida.

A década de 1980 inicia-se ainda sob o impacto das crises que abalaram a economia brasileira na década anterior. Além das consequências dos choques provocados pela elevação do preço do petróleo, em 1973 e 1979, a escalada dos juros internacionais repercute drasticamente no endividamento externo do Brasil e compromete o balanço de pagamentos. O quadro econômico do Brasil é de uma forte recessão que atinge diversos setores produtivos, e resulta em desemprego e declínio da renda.

No final da década de 1970, sob a presidência de João Batista Figueiredo, o governo brasileiro introduz o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), projetado para o período 1980-1985, que estabeleceu como uma de suas diretrizes o controle das importações e o aumento e diversificação das exportações, de modo que viabilizasse a geração de superávits na balança comercial para fazer frente ao serviço da dívida externa e equilibrar o balanço de pagamentos.

Acontece que os efeitos da crise provocada pelo segundo choque do petróleo, deflagrado em 1979, se estendem ao longo do ano de 1982 e resultam em recessão econômica nos países industrializados e retração do comércio internacional, esta agravada pela Guerra das Malvinas. Em consequência disso, cai a demanda pelas exportações brasileiras, que fecham o ano com queda de US$ 23,295 bilhões, em 81, para US$ 20,18 bilhões. O resultado da balança comercial também fecha em queda, apesar do declínio das importações de US$ 22,090 para US$ 19,395.

Para agravar ainda mais esse contexto, o País convive com outra crise externa, a moratória unilateral da dívida externa declarada pelo México, em setembro de 1982, que culmina com a suspensão de novos empréstimos para países da América Latina e, de modo geral, para os chamados países em desenvolvimento (PEDs), dentre os quais se inclui o Brasil. Nesse mesmo ano, mais de 80% das receitas de exportações respondem pelo pagamento do serviço da dívida externa.

1981-1990

Na América Latina, os anos 1980 são conhecidos como a década perdida. A região passa por uma grave crise econômica, com baixas taxas de crescimento que levam vários países a decretar moratória ao pagamento de dívidas internacionais.

O Brasil também é marcado por uma forte recessão, que atinge diversos setores produtivos e resulta em desemprego e declínio da renda.

Confira mais no Anexo 1.

Para atender aos compromissos externos, o governo é compelido a utilizar-se de empréstimos externos. Em fevereiro de 1983, o Brasil firma o acordo com o FMI e é forçado a se submeter à austeridade de um programa de ajustes econômicos, que se estende até 1984, ano em que a economia começa a se recuperar, movida por um excepcional aumento das exportações, que saltam de US$ 21,9 bilhões, em 1983, para US$ 27 bilhões. Ainda em fevereiro de 1983, o governo promove uma maxidesvalorização de 30% como forma de incentivar as exportações e viabilizar a geração de superávits comerciais para honrar os compromissos externos.

Com efeito, nos primeiros quatro anos da década, o saldo da balança comercial salta de US$ 1,2 bilhão para US$ 13,1 bilhões. As exportações de produtos básicos se mantêm entre US$ 8,2 bilhões e US$ 8,9 bilhões, as de manufaturados aumentam de US$ 11,8 bilhões para US$ 15,1 bilhões e as reservas se elevam de US$ 7,5 bilhões para US$ 12,0 bilhões. Por outro lado, no mesmo período, a dívida externa sobe de US$ 61,4 bilhões para US$ 91,1 bilhões.

Nesse mesmo ano de 1983, é desencadeado o maior movimento popular da história do País. É a campanha das "Diretas Já", que promove mobilizações nas ruas e pressiona o Congresso Nacional para aprovar uma emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para Presidente da República. A emenda não é aprovada e o candidato da oposição, Tancredo Neves, vence seu oponente governista, Paulo Maluf, e é eleito, indiretamente, pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, com ampla maioria de votos.

Todavia, Tancredo Neves, acometido de uma trágica enfermidade, é submetido a uma sucessão de intervenções cirúrgicas que o impedem de tomar posse. Em seu lugar, é empossado, interinamente, o Vice-Presidente eleito, José Sarney. Tancredo não resiste a uma infecção generalizada e falece em 21 de abril de 1985. No dia seguinte, Sarney é investido oficialmente no cargo de Presidente da República.

Assim, após 21 anos, chega ao fim o regime militar e tem início um novo ciclo político, com restabelecimento da democracia. A fase de transição se completa com uma sucessão de fatos

históricos que ocorrem na década de 1980: as eleições de novembro de 1986 para Governadores, Senadores e Deputados Federais, a Assembleia Nacional Constituinte, que se reúne a partir se 1º de fevereiro de 1987, a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, e a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, o primeiro Presidente civil eleito pelo voto direto desde 1960.

Em 30 de novembro de 1985, os Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinam a Declaração de Iguaçu e inauguram uma fase de reaproximação e cooperação entre Brasil e Argentina, que tem como objetivo aumentar o comércio entre os dois países, por intermédio de complementação industrial e parceria tecnológica. Esse primeiro passo em busca da integração regional vai culminar com a formação do Mercosul, no início da década seguinte, com a assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991.

No primeiro ano do Governo Sarney, a inflação chega a mais de 225% e, em 28 de fevereiro de 1986, sob a gestão do Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, é lançado o Plano Cruzado, que tem como principais objetivos o combate à inflação e a reorientação da economia. O Plano substitui o cruzeiro por uma nova moeda, o "cruzado", extingue a correção monetária e cria o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Aluguéis e preços são congelados e os salários passam a ser reajustados pela média dos últimos seis meses, acrescida de um abono de 15% para o salário mínimo e de 8% para os demais. Os reajustes seguintes são acionados por um "gatilho", automaticamente, sempre que a inflação atinge 20%.

No início, o Plano consegue conter a inflação e estabilizar os preços. Todavia, o aumento do poder aquisitivo dos salários provoca um elevado aumento no consumo interno e começam a faltar produtos nas prateleiras dos supermercados. É introduzida a prática da maquiagem de produtos e cobrança de ágio e, em consequência disso, aumentam as importações para consumo.

Antes de completar nove meses, o Plano fracassa e o chamado dragão inflacionário volta a desestabilizar a economia. Em 22 de novembro de 1986, o governo lança um novo pacote de medidas de ajustes econômicos para combater a inflação, que fica conhecido como Plano Cruzado II. A exemplo do primeiro, este também fracassa e a Era Cruzado se encerra, deixando como herança algumas consequências que repercutem drasticamente na economia e, em especial, no comércio exterior, pois aumentam as importações, ao mesmo tempo em que caem as exportações e as reservas internacionais.

Neste ano de 1986, a balança comercial encerra com queda das exportações de US$ 25,639 bilhões, em 1985, para US$ 22,348 bilhões e aumento das importações de US$ 13,167 bilhões, em 1985, para US$ 14,042 bilhões. O saldo, no mesmo período, cai de US$ 12,472 bilhões para US$ 8.306 bilhões.

Em 20 de julho de 1986, os Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinam, em Buenos Aires, a Ata de Integração Brasileiro-Argentina, que estabelece as bases do Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice) entre os dois países. São assinados diversos protocolos abrangendo setores específicos, dentre eles o comércio bilateral. Neste mesmo ano, tem início

a Rodada Uruguai do Gatt, que vai se estender até 15 de dezembro de 1993. O Brasil se alinha com o grupo dos 10 e com o Grupo de Cairns. Com o primeiro, faz oposição à discussão dos chamados novos temas: serviços, propriedade intelectual e investimentos. Com o segundo, formado por países exportadores de produtos agrícolas, defende o aumento da liberalização comercial para produtos do setor.

Em 20 de janeiro de 1987, o Brasil decreta moratória e suspende o pagamento da dívida externa. Quase três meses depois, em 29 de abril de 1987, Dílson Funaro é substituído por Luiz Carlos Bresser Pereira, que põe em prática um novo plano de ajuste econômico, o "Plano Bresser". O objetivo principal é conter a escalada inflacionária e, nessa direção, os preços de aluguéis e os salários são congelados pelo prazo de 90 dias e é criada a Unidade de Referência de Preços (URP), calculada com base na média da inflação dos últimos três meses. As negociações com o FMI são retomadas, a moratória é suspensa. No âmbito do comércio exterior, as exportações são favorecidas com a desvalorização da moeda em 10,5%.

Pereira é, então, substituído por Maílson da Nóbrega, em 6 de janeiro de 1988, que, neste mesmo ano, enfrenta uma inflação de 934% e uma elevação de preços de 70,28%. No Cone Sul avança o processo de integração regional e, em 29 de novembro de 1988, Brasil e Argentina assinam, na cidade de Buenos Aires, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que estabelece o prazo de dez anos para remoção de obstáculos tarifários e criação de um espaço econômico comum, com ação coordenada nas áreas aduaneira, comercial, agrícola, industrial, de transportes e de comunicações. No cenário doméstico, porém, a conjuntura econômica é dramática e, para evitar uma hiperinflação e o colapso da economia, o governo introduz mais um pacote de medidas anti-inflacionárias, que fica conhecido com Plano Verão, lançado em 15 de janeiro de 1989. O Plano congela preços, aluguéis e salários por prazo indeterminado e cria uma nova moeda, o "cruzado novo", que elimina três zeros do cruzado. Os preços caem no início, mas voltam a aumentar e a inflação chega a 1.782%.

Depois de 29 anos, desde a eleição de Jânio Quadros, Fernando Collor de Mello é eleito Presidente da República pelo voto direto, em disputa realizada em dois turnos. Em 15 de março de 1990, assume a presidência da República em meio a um quadro de hiperinflação, com taxa mensal de 81%. Para combater a figura do, agora "tigre" inflacionário, estabelece uma nova moeda, o "cruzeiro", que substitui o cruzado novo, e, dentre outras medidas, congela depósitos, poupança, preços e salários, libera o câmbio e promove a abertura gradual do comércio internacional. As exportações perdem incentivos e passam a ser tributadas com imposto de renda. Nesse mesmo ano, Brasil e Argentina assinam a Ata de Buenos Aires, que fixa a data de 31 de dezembro de 1994 para início do funcionamento do Mercosul e, no âmbito da Aladi, é firmado o Acordo de Complementação Econômica N.º 14, que consolida os protocolos de natureza comercial e propõe uma redução tarifária a partir de 1990.

O processo de liberalização comercial vai se estender até o início da década seguinte e é introduzida uma redução tarifária gradual com flutuação do câmbio. No encerramento da

década, em 1990, a falta de incentivos às exportações, associada a uma sobrevalorização do câmbio, provoca um declínio das exportações, que fecham o ano com queda de US$ 34,382 bilhões para US$ 31,41 bilhões e aumento das importações de US$ 18,257 bilhões para US$ 20,66 bilhões.

Encerram-se, assim, os anos 1980, que têm como característica uma sucessão de crises e turbulências econômicas, em meio a quadros recessivos com elevadíssimo grau de endividamento externo. São muitas as perdas que atingem o Brasil, a América Latina e, de um modo geral, os países em desenvolvimento. Por essa razão, convencionou-se chamar esses anos de "a década perdida".

comércio exterior nos anos 1990 sob a nova ordem global

Na última década do milênio, com o fim da Guerra Fria, novos países ganham espaço e visibilidade no sistema internacional. O novo paradigma econômico é o neoliberalismo, que prega que a prosperidade só pode ser alcançada por meio do livre comércio e do fim do protecionismo. Esta época será conhecida como a fase do Consenso de Washington.

As relações comerciais ocorrem no contexto de uma nova ordem da economia mundial, em que o livre comércio e a multilateralização passam a caracterizar a inserção dos países na economia mundial. Nesse contexto, é criada, em 1995, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que substitui o Gatt, que tem como objetivo aplicar políticas de desregulamentação relativas ao comércio e investimentos e zelar pelo livre comércio. Por outro lado, esta instituição também normaliza as condições sob as quais devem ser respeitadas a propriedade intelectual. Para atingir suas metas, a OMC incentiva os acordos de livre comércio sob a cláusula de nação mais favorecida.

Dessa forma, a interação comercial mundial ocorre em um contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, que se caracteriza pela intensificação dos fluxos comerciais, políticos, econômicos etc. A globalização e o regionalismo são dois elementos fundamentais da economia contemporânea. Esses fatores abrem perspectivas e oferecem maior alcance internacional para nações como o Brasil.

Capítulo 20

É nesse sentido que os governos nacionais de várias partes do mundo adotam, no decorrer da década de 1990, políticas de modernização da economia, da produção nacional, da criação e aperfeiçoamento de um bloco econômico regional e de intensificação dos fluxos comerciais.

Os anos 1990 registram, também, uma cadeia de crises econômicas e financeiras. Entre os anos de 1992-93, tem-se a "crise monetária da Europa", com a desvalorização do franco francês e da lira italiana e a saída da libra britânica do Sistema Monetário Europeu. Em 1994, é a vez da "Crise do México". Em 1996, os chamados Tigres Asiáticos enfrentam problemas cambiais e uma crise generalizada. Em 1997, o Japão entra em recessão por conta do estouro da bolha especulativa na Bolsa de Tóquio e eclode a crise russa. Em 2000 estoura a bolha das empresas de tecnologia na Bolsa da Nova Economia (NASDAQ) nos Estados Unidos.

Geraldo Falcão. *Plataforma de petróleo da Petrobras*, s/ data. Fotografia. Banco de Imagens Petrobras, Brasil.

Diante dessas crises econômicas e financeiras e do novo paradigma de relações comerciais mundiais, o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos desenvolvem um novo programa de ajuda às nações em dificuldade. O FMI passa a recomendar, especialmente para os países da América Latina, um conjunto de medidas neoliberais. Desregulamentação da economia, liberdade de circulação e isenção fiscal do capital financeiro em nível mundial e Estado mínimo são as palavras-chave para a política econômica e comercial a partir de agora.

No início da década de 1990, o Brasil implementa ampla abertura comercial com redução de tarifas de importação e reformulação dos incentivos à exportação. Os fluxos comerciais se intensificam e é criado um bloco econômico regional, o Mercosul.

Fernando Collor de Melo implementou uma ampla abertura comercial ao estabelecer uma programação de redução das tarifas de importação, que se refletiu rapidamente em aumento das importações. Na tentativa de acabar com a inflação, lançou o Plano Collor, em 15 de março, promovendo a reforma monetária, com a readoção do cruzeiro como moeda nacional. Adota, também, um sistema flexível de câmbio, estabelece reformulações nos incentivos à exportação e elimina a lista com produtos cuja importação era proibida, visando criar concorrência externa aos produtos nacionais e com isso evitar aumentos abusivos de preços.

A abertura econômica alcança a indústria automobilística e põe fim à reserva de mercado para a informática. Essas iniciativas direcionadas para a liberalização comercial resultam na ampliação da disponibilidade de bens de capital, de matérias-primas e de outros produtos, além de atender à demanda interna e estimular a competitividade do produto nacional. O impacto inicial destas medidas foi a ampla oferta de bens importados, de alimentos a carros, passando por tecidos e calçados. Posteriormente, várias medidas serão tomadas para evitar a falência de setores inteiros, como no caso do leite que sofria ampla concorrência de produtos da Argentina e Uruguai.

Várias políticas são implementadas para melhorar a participação brasileira no comércio internacional. Do lado da competitividade é lançado o Programa de Competitividade Industrial (PCI) que, juntamente com o Programa Brasileiro da Qualidade de Produtividade (PBQP) e com o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica na Indústria, constituem os principais instrumentos da Política Industrial. Com o objetivo de prover condições de competitividade às exportações brasileiras de bens de capital, é criado o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), em janeiro de 1991.

É realizada uma reforma administrativa que culmina com as extinções da Comissão de Política Aduaneira (CPA) e da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), além da criação do Departamento de Comércio Exterior (Decex).

É aprovado no Congresso o mecanismo de "*drawback* verde-amarelo", que reduz a carga tributária incidente sobre os insumos nacionais utilizados nos produtos a serem exportados. Ainda em 1991, o governo encaminha projeto de lei ao Congresso Nacional objetivando ajustar o setor portuário à política de promoção do comércio exterior.

No plano regional, em 26 de março de 1991, é celebrado o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, tendo como objetivo a constituição de um Mercado Comum do Sul, o Mercosul. O tratado define um programa de liberalização comercial através da consolidação de uma união aduaneira e adota os mecanismos de caráter intergovernamental (Conselho do Mercado Comum, órgão supremo; Grupo Mercado Comum, órgão executivo; Comissão Parlamentar Conjunta, com representantes designados por cada Parlamento nacional) com a finalidade de adotar, futuramente, uma Tarifa Externa Comum (TEC) pelos Estados membros.

Fernando Collor sofre *impeachment* no final de 1992. O Vice-Presidente Itamar Franco assume o cargo e mantém a política de liberalização comercial e de inserção internacional. É nesse cenário que é criada a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em 1992, no âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), que também incorpora à sua estrutura o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). Para dar mais agilidade aos processos burocráticos ligados ao comércio exterior brasileiro, é introduzido, em janeiro de 1993, o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), que informatiza os processamentos administrativos relativos às exportações e torna mais ágil a sistemática de registro, acompanhamento e controle das operações.

No Mercosul se desenvolvem ações para a harmonização de políticas comerciais, com destaque para a aprovação do Regulamento Contra Práticas Desleais de Comércio, que intensificou o uso dos instrumentos "*antidumping*" e antissubsídio, com a adoção de medidas de proteção à indústria nacional, em coerência com os princípios do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt). Em 1993, o Brasil e a Bolívia assinam acordo bilateral que tem como objetivo regular a compra de gás natural boliviano pelo Brasil, através da construção de um gasoduto de três mil quilômetros. A iniciativa visa abastecer o mercado brasileiro de gás e reduzir os custos das empresas com a substituição do diesel e da energia elétrica.

Verbete

1991-2000

No início da década de 1990, o Brasil implementa a abertura comercial com redução de tarifas de importação e reformulação dos incentivos às exportações. Os fluxos comerciais se intensificam e é criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Nesta década também é instituída a Organização Mundial de Comércio (OMC), organismo multilateral responsável pela regulamentação do comércio.

Confira mais no Anexo 1.

No Marrocos, em 1994, a Ata de Marrakesh conclui a Rodada Uruguai, iniciada em 1986, e cria a Organização Mundial do Comércio (OMC), que substitui o Gatt a partir do ano seguinte. Situam-se na esfera de competências da OMC os acordos de comercialização de bens, comércio de serviços (*General Agreement on Trade of Services* – Gats) e questões relacionadas à propriedade intelectual (*Trade Related Intelectual Property Rights* – Trips). Outra novidade é a instituição de procedimentos para solução de controvérsias.

Na tentativa de negociar a constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas, futura Alca, é realizada em Miami, em 9 de novembro de 1994, a I Cúpula das Américas, com a participação dos chefes de Estado e de Governo de todo o continente americano. Ainda no plano regional, em 17 de dezembro de 1994, o Protocolo de Ouro Preto confere personalidade jurídica ao Mercosul, confirmando o agrupamento de sua natureza intergovernamental.

Em julho de 1994 o Governo Itamar lança o Plano Real com o objetivo de estabilizar a economia e estabelecer uma nova moeda, o real. O Plano tem impacto imediato sobre a inserção econômica internacional do Brasil, na medida em que contribui para o resgate da confiança no País junto à comunidade internacional e altera a política cambial.

O governo ancora a nova moeda ao dólar e, como consequência, há uma valorização do real. No início ocorre uma sobrevalorização do real que contribui para derrubar a inflação, que estava há anos em um nível bastante elevado. A taxa mensal de inflação cai de 45% ao mês, na primeira metade de 1994, para 1% a 2% ao mês no fim do ano. Além disso, com a moeda nacional valorizada em relação ao dólar, os preços dos produtos importados caem e, dessa forma, as empresas são obrigadas a reduzir os preços dos produtos nacionais para tentar competir com os preços externos. Isso contribui para iniciar um processo intenso de modernização das indústrias nacionais, buscando aumentar a produtividade, a eficiência e a competitividade delas.

Com o câmbio sobrevalorizado, a alta dos preços dos produtos nacionais diminui a sua atratividade externa, atingindo negativamente os exportadores em geral. Assim, os setores nacionais são expostos à concorrência dos produtos importados, que se encontram mais baratos e mais atrativos, o que fica evidenciado pela perda de mercados e pela falência de empresas têxteis, de calçados e de outros bens de consumo não duráveis.

Mas todo esse cenário resulta em desequilíbrio da balança comercial, devido ao rápido crescimento das importações, combinado como o pequeno crescimento das exportações. O País passa de um superávit de mais de US$ 10 bilhões, em 1994, para sucessivos déficits nos anos seguintes. As importações brasileiras totalizam, em 1993, US$ 25,5 bilhões. Em 1995, elas passam para 49,9 bilhões. Nos dois anos seguintes, as importações totalizam 53,3 bilhões e 59,7 bilhões, respectivamente. Somente em 1998 elas param de crescer, registrando uma redução para 58 bilhões. É nesta fase que a indústria nacional passa a ter condições de competir em certos setores, quando são impostas salvaguardas às importações predatórias da China.

Ainda em dezembro de 1994, explode a crise financeira do México, que provoca a desvalorização do peso e afeta a economia mundial. É a crise que fica conhecida como "efeito tequila".

O Brasil, com um contexto cambial semelhante ao mexicano, fica exposto aos efeitos da crise, mas só altera o câmbio três meses depois de iniciada a crise mexicana, deixando de utilizar o câmbio vinculado ao dólar e passando a adotar uma política de cautelosa flexibilidade. O real é desvalorizado em 7% em relação ao dólar.

O pânico no mercado, decorrente da crise mexicana, provoca o primeiro ataque especulativo contra o real, acarretando a perda de cerca de US$ 10 bilhões das reservas cambiais brasileiras, fazendo com que o saldo caia de US$ 43 bilhões, em julho de 1994, para US$ 33 bilhões no mesmo período do ano seguinte.

Para evitar uma crise financeira, o governo reduz o ritmo de crescimento da economia, contém o consumo e eleva as taxas de juros e as tarifas de importação para alguns produtos. A partir daí, verifica-se um aumento significativo da entrada líquida de capitais estrangeiros, principalmente de caráter especulativo, estabilização da balança comercial e recuperação das reservas cambiais que saltam para US$ 61,1 bilhões, ao final de 1996.

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso toma posse como Presidente da República. O novo governo assume com a promessa de fazer uma política de comércio exterior voltada para a inserção internacional do Brasil, intensificação dos fluxos econômicos e ampliação das atividades do Mercosul. É nesse mesmo dia que entra em vigor a União Aduaneira do Mercosul, com a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC).

Em Madri, em 15 de dezembro, é assinado o Acordo-Quadro de cooperação Inter-Regional entre o Mercosul e a União Europeia, o principal parceiro comercial dos quatro países-membros da nova união aduaneira, visando aprofundar as relações entre os dois blocos.

Diego Gutierrez. *Colheita de algodão*, s/data. Fotografia. Prefeitura de Chapadão do Sul/MS, Brasil.

No plano interno, o Programa de Privatizações das empresas estatais é o principal atrativo para o capital estrangeiro. Além disso, várias empresas nacionais privadas são vendidas e é registrado, também, um aumento considerável da entrada de novas empresas multinacionais no País, como ocorreu no setor automobilístico e de eletrônicos. Apesar das empresas multinacionais contribuírem de certo modo para o crescimento do País, através de investimentos, expansão do mercado interno e transferência de tecnologia, elas tiram da concorrência as pequenas e médias empresas nacionais.

Assim, as indústrias brasileiras se posicionam contra a adoção dos juros altos e o aumento dos preços dos produtos destinados à exportação, devido à dificuldade de, sob essas condições, competir no mercado internacional. Para ampliar a competitividade internacional dos produtos nacionais, o governo adota medidas para reduzir a tributação sobre elas.

A política de comércio exterior do Governo FHC enfatiza a abertura comercial através da integração com os países do Mercosul e com os demais países da América do Sul. Nesse sentido são assinados acordos de Livre Comércio entre Mercosul e Chile e Mercosul e Bolívia, que passam a ser membros associados do bloco econômico regional.

O ano de 1997 marca o início das negociações do Brasil na OMC, o que irá persistir na década seguinte. Nesse ano, começam as disputas sobre subsídios à indústria e à aeronáutica,

envolvendo o Brasil e o Canadá e suas respectivas empresas, representadas pela Embraer e pela Bombardier. A disputa começa com as queixas canadenses, sob a alegação de que o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) estaria subsidiando a Embraer em desacordo com os princípios da OMC, a qual autoriza o Canadá a retaliar o Brasil em US$ 1,4 bilhão, valor reduzido depois para US$ 231,6 milhões e que nunca chegou a ser aplicado.

Em março, o Brasil solicita consultas sobre os financiamentos às exportações da Bombardier e são comprovadas ilegalidades no programa de financiamento canadense, de acordo com os princípios do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. Somente em outubro de 2001 a OMC divulga parecer favorável ao Brasil e determina que o Canadá retire os subsídios concedidos. Em junho de 2002, a Organização autoriza o Brasil a retaliar o Canadá em função dos prejuízos decorrentes dos subsídios à aviação, mas as sanções não chegam a ser aplicadas por nosso País.

Ao final de 1997, e durante 1998, duas crises financeiras internacionais afetam a economia brasileira, a crise asiática e a crise russa. A crise asiática começa na Tailândia, em julho de 1997. Esse país vinha registrando alto crescimento a partir dos anos 1960, sofre com a desvalorização da moeda chinesa e com a concorrência dos produtos chineses, vendidos a preços mais baratos. Estabelece-se, assim, um colapso cambial que se estende aos países vizinhos em situação semelhante com desvalorização generalizada das moedas da região em relação ao dólar. A moeda japonesa, por exemplo, tem sua maior desvalorização, prejudicando o andamento das bolsas de valores no mundo inteiro. A bolsa de Hong Kong registra a maior queda da sua história e ocorre a queda de 580 pontos no índice Dow Jones na Bolsa de Nova York, em 27 de outubro.

A repercussão da crise no Brasil se dá com o ataque especulativo contra o real e com o aumento dos juros. Duas semanas depois da mudança do câmbio na Tailândia, a Bolsa de Valores de São Paulo registra a maior queda durante a vigência do Plano Real. O governo brasileiro adota medidas para evitar a desvalorização do real, dobrando os juros básicos.

Em 1998, a crise financeira alcança a Rússia, que vivencia, além da crise econômica, a crise política agravada pelo processo de transição para o capitalismo. A moratória unilateral decretada pela Rússia, em agosto de 1998, leva a uma crise sistêmica mundial. O Brasil assiste a saídas maciças de capitais de curto prazo e a uma diminuição espetacular do volume do crédito voluntário oferecido pelas instituições privadas. As reservas cambiais, que atingiram o pico de US$ 74,6 bilhões, em abril de 1998, despencam para US$ 44,5 bilhões no final do ano. O País começa, nesse contexto, a buscar apoio externo para controlar o efeito da crise mundial e consegue empréstimos com a cooperação conjunta das autoridades do G7 e do FMI.

Como resposta às crises, em 15 de janeiro de 1999, o governo brasileiro altera a política cambial, deixa de utilizar as bandas cambiais, passando a adotar o sistema de "livre" flutuação do câmbio. O real sofre a maior desvalorização em relação ao dólar, estimada em 40%. Com a depreciação do real e a adoção do câmbio flexível aumenta a atuação do Banco Central. A

Avião. Arquivo Chá Com Nozes Propaganda.

Siderúrgica.
Arquivo Chá Com
Nozes Propaganda.

Cargo.
Arquivo Chá Com
Nozes Propaganda.

Container.
Arquivo Chá Com
Nozes Propaganda.

Plantação de cana. Arquivo Chá Com Nozes Propaganda.

Avião Bandeirante da Embraer, s/ data. Fotografia. Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer), São José dos Campos/SP, Brasil.

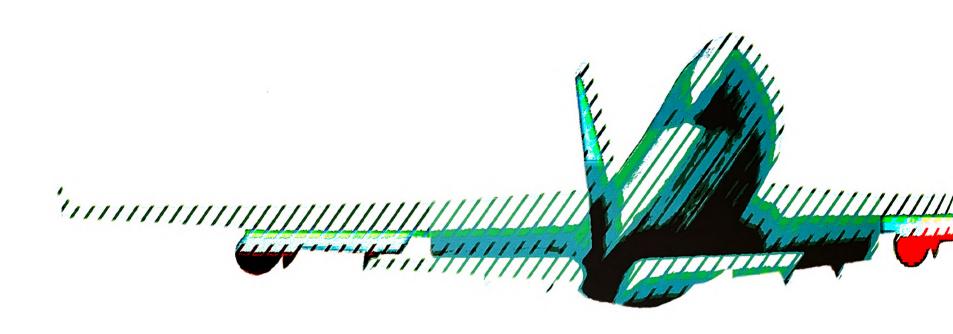
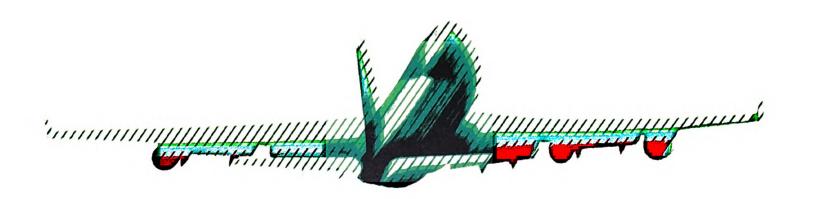
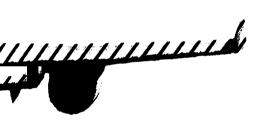
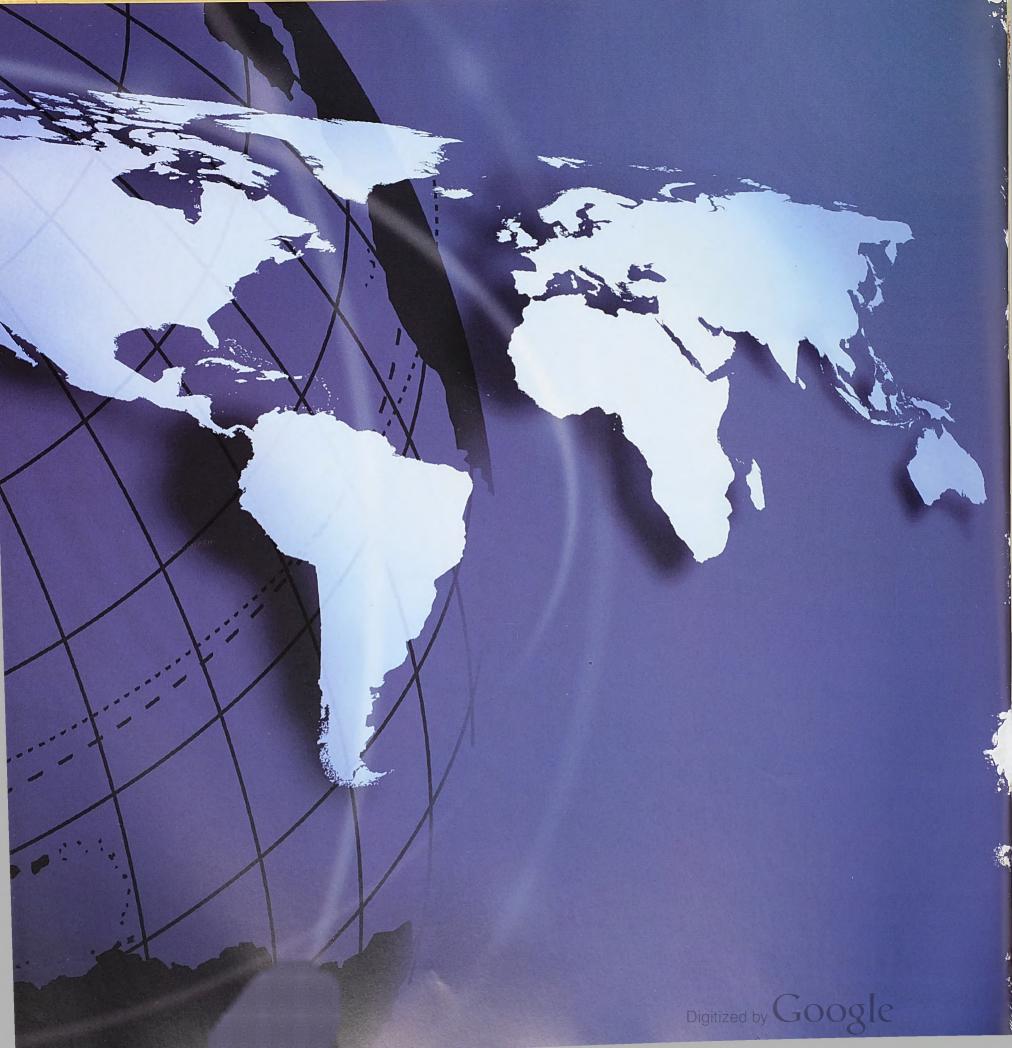
desvalorização da moeda nacional desestimula as importações de bens e serviços, com reflexo na diminuição do déficit da balança comercial, que passa de US$ 6,6 bilhões, em 1998, para US$ 1,3 bilhão, em 1999, e US$ 720 milhões, em 2000.

A recuperação econômica brasileira, de fato, ocorre. Porém, a crise se estende aos parceiros do Mercosul e se reflete na queda dos fluxos de comércio inter-regionais. A crise do Mercosul se completa com a ameaça de dolarização do sistema monetário argentino. A desvalorização do real torna as exportações argentinas pouco competitivas no mercado internacional e principalmente no mercado brasileiro. Além disso, o Ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, se pronuncia contra a União Aduaneira do Cone Sul e viola alguns acordos tarifários.

Em 1º de janeiro de 1999, a União Europeia lança uma moeda única, em princípio apenas como moeda contábil, o euro. A partir 1º de janeiro de 2002, o euro é uma realidade palpável como cédula de papel e moeda de metal. Com isso, nasce não somente uma nova moeda, mas é implementado, com sucesso, um ambicioso projeto econômico que coloca quase todos os países da União Europeia sob as mesmas normas e regras de um mesmo Banco Central. As primeiras cotações do euro se sobrepõem às do dólar, que passa a ter um valor menor do que a moeda europeia.

Os dados econômicos do País, na década de 1990, apresentam exportações totais de US$ 451.033 bilhões com média anual de US$ 45.103 bilhões. As importações totais registram US$ 425.878 bilhões com média anual de US$ 42.588 bilhões. Os principais produtos de exportação do período são os produtos metalúrgicos (14,1%), máquinas e equipamentos (11,9%), materiais de transporte (9,9%), Soja (8,4%) e produtos químicos (7%). Quanto à participação dos principais mercados de destino das exportações brasileiras, destacam-se a Europa, com 29,1%, seguida pelos Estados Unidos, com 20,3%, a América do Sul, com 18,6%, e a Ásia, com 14,9%.

Pode-se perceber pelos dados acima que não há grandes alterações na composição do comércio exterior brasileiro em relação a décadas anteriores, o fato marcante da década é a abertura comercial, os ganhos de competitividade e o controle da inflação.

Avião Embraer 190, s/ data. Fotografia. Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer), São José dos Campos/SP, Brasil.

éculo 21

O Brasil na década do bicentenário do seu comércio exterior

Capítulo 21

O comércio exterior do Brasil completa 200 anos nesta década. O século XXI inicia-se em meio ao debate sobre o neoliberalismo, a globalização e dos chamados grandes temas da agenda global: revisão da ordem internacional; governança global; remodelagem da necessidade do desarmamento nuclear[1], desenvolvimento econômico autossustentável; proteção ao meio ambiente; segurança global e segurança energética, mudanças climáticas, biodiversidade e impacto das novas tecnologias.

Um dos fatos mais marcantes da década de 2000 foi o atentado terrorista ao World Trade Center, em Nova York e ao Pentágono, em Washington, em 11 de setembro de 2001. É o maior atentado terrorista da história dos Estados Unidos. Os ataques abalam fortemente os mercados mundiais e alteram a política internacional, no sentido de atribuir maior importância e relevância à segurança. Sendo assim, os Estados Unidos adotam a política de guerra contra o terror e contra as nações que, supostamente, apoiam esta prática. Assim, em 7 de outubro, iniciam-se os ataques ao Afeganistão. Em 20 de março de 2003, os Estados Unidos invadem o Iraque.

1 Devido até mesmo aos novos desafios colocados pelo risco do uso dessa tecnologia por terroristas internacionais.

Nesse início do século XXI, uma nova potência mundial aparece, a China, que se torna um importante ator na economia mundial com uma política de incentivos à produção industrial, taxa nominal de câmbio fixa em relação ao dólar, alto e crescente saldo comercial com os Estados Unidos e um mercado interno em expansão.

O chamado efeito estufa, decorrente da emissão de CO_2 na atmosfera, passa a constituir um mercado. Os termos do Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, preveem a redução de emissões de gases. Companhias que produzam mais do que seus limites de gases causadores do aquecimento global podem comprar créditos para cobrir os excessos.

Foi instituído também o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), processo aberto, no qual os países com metas de redução podem complementar em até 5,7% de suas obrigações com projetos de redução de gases-estufa com reduções fora de seu território, implantando projetos de redução em países sem essa obrigação. Assim, considerando que um país tenha que cumprir uma meta de redução de 100 toneladas, ele pode cumprir somente 94,3 toneladas em seu próprio território, e o restante de 5,7 ele pode cumprir com a implementação de um projeto de redução de gases-estufa em um país que não tem essa obrigação.

Dessa forma, países pobres, por exemplo, sem condição de implantar mecanismos de desenvolvimento limpo, estão sendo procurados por aqueles com altas metas, os quais implementarão um desses processos nesse "distante país" e com isso continuará sem diminuir integralmente sua taxa em seu território, mas a meta será cumprida em termos globais. Evidentemente, esse mecanismo desperta polêmicas que o escopo desse texto não permite discutir.

Nesse cenário do início do século XXI, o Brasil participa ativamente como protagonista regional e ator global estabelecendo várias alianças políticas, visando ao fortalecimento do seu posicionamento político e da sua economia.

Na atualidade, existem grupos de ações coordenadas que ampliam a participação dos países emergentes, como o Brasil, no debate dos temas globais e de seus interesses econômicos. Nesse sentido, a atuação brasileira tem uma orientação muito mais pragmática do que ideológica. A participação nesses grupos significa, também, uma inserção na governança global.

O Brasil faz parte do chamado grupo dos BRICs, composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China. Na cúpula de São Petersburgo (2006), o Brasil inseriu no conjunto dos principais itens do grupo (originalmente as questões relativas à segurança energética, educação e doenças infecciosas) os assuntos relacionados ao comércio internacional e dos fluxos financeiros. Os BRICs têm projeção reconhecida pelo seu porte demográfico, geográfico, econômico e político. Em conjunto, têm 43% da população mundial e representam 1/6 da demanda internacional por petróleo. Desta forma, os efeitos negativos são, também, proporcionais ao seu tamanho. Assim, os BRICs + México respondem por 15% das emissões de CO_2 na atmosfera. Admite-se que qualquer debate correlacionado às questões econômicas somente tenha chance de sucesso com a inclusão desse grupo. O Brasil faz parte, também, do IBAS, grupo integrado pela Índia, Brasil e África do Sul, formado em 2003.

Na sua já tradicional reivindicação em prol do alargamento dos assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que continua com o mesmo formato desde que foi criado, com seus cinco membros originais, o Brasil se aliou à Alemanha, ao Japão e à Índia. Na OMC, por seu turno, o Brasil faz parte do G20, grupo de países em desenvolvimento que atua especialmente nas negociações dos temas agrícolas.

Em 2003, o Brasil, conjuntamente com mais outros dez países emergentes, participou como convidado da reunião do G8, realizada em Evian, França. Na ocasião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a criação de um fundo mundial de combate à fome. Os recursos seriam oriundos de uma taxa sobre o comércio de armas e provenientes de parte dos juros da dívida pagos por países em desenvolvimento.

O governo brasileiro, particularmente a partir de 2003, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva toma posse, se propõe a estreitar suas relações com os países da África, da Ásia e em especial da América do Sul (relações sul-sul), postura essa decorrente de uma perspectiva de inserção internacional, tanto do Brasil como dos outros Estados parceiros de alianças em torno de temas específicos, como os acordos de cooperação e de integração para o desenvolvimento em áreas como a agricultura familiar e a produção de medicamentos de combate à AIDS, ou seja, aplica uma agenda social.

Nesse contexto, a América do Sul tem lugar de prioridade na política exterior do Brasil, com destaque para o Mercosul, que está em processo de ampliação com a adesão da Venezuela como membro permanente e de aprofundamento com a criação, em dezembro de 2006, do Parlamento do Mercosul, instalado em Montevidéu, em março do ano em curso.

No ano de 2001, a economia brasileira é prejudicada por uma série de fatores, como a crise energética, a crise da Argentina, a disparada do dólar, o embargo à carne brasileira e o ataque terrorista de 11 de setembro. Em fevereiro desse ano, o Canadá suspende as importações de carne bovina brasileira com a alegação de que estaria contaminada pela doença da vaca louca. Estados Unidos e México seguem a atitude canadense, por fazerem parte do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). O embargo é suspenso após técnicos canadenses constatarem que as acusações eram infundadas. Em julho, o Brasil contabiliza focos de febre aftosa, o que afeta diretamente a economia de alguns estados brasileiros.

O real sofre desvalorização de 20% no ano. A taxa flutuante, adotada em 1999, é de grande ajuda para o controle do preço da moeda brasileira. O Banco Central usa a estratégia de aumentar a oferta de dólares no mercado e eleva as taxas de juros. Com isso, atrai investidores para outros ativos financeiros e estabiliza a moeda em torno de 2,60 reais em novembro. Apesar disso, as crises de 2001 demonstram que a economia do País continua suscetível aos efeitos de choques internacionais e a movimentos de fuga de capitais. Para tentar estabilizar a crise, o governo fecha, no mês de agosto, novo acordo com o FMI, que terá validade até dezembro de 2002.

A crise energética brasileira de 2001 afeta a indústria, os consumidores e o comércio. A falta de investimentos nas usinas hidrelétricas e o alto consumo de energia causam a crise. O governo

Verbete

2001-2010

A partir de 2000, o comércio exterior brasileiro aumenta num ritmo mais vigoroso. O crescimento econômico mundial, o aumento dos preços internacionais de produtos básicos, a diversificação dos mercados importadores e a maior produtividade da indústria nacional são fatores que favorecem o dinamismo das exportações brasileiras, que passa a atingir sucessivos recordes.

Confira mais no Anexo 1.

obriga todos os consumidores a reduzir a energia em 20%. O racionamento da energia elétrica tem forte impacto econômico. A indústria é obrigada a produzir menos para cumprir as metas da economia. A consequência é a redução do PIB e o aumento do desemprego.

Quanto aos indicadores macroeconômicos do ano de 2001, o Brasil, apesar de todas as crises, obtém superávit na Balança Comercial de US$ 2,6 bilhões, o primeiro depois de seis anos de déficits consecutivos. As exportações atingem US$ 58,2 bilhões, com um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. As importações se mantêm nos US$ 55,6 bilhões. O grupo de produtos que mais contribuiu para o crescimento das exportações durante o ano de 2001 foi o segmento de petróleo e derivados. Além desses produtos, houve destaque também para a soja, que atingiu crescimento de 36,1%. O açúcar (em bruto e refinado) também se destaca na balança. Suas exportações totalizaram US$ 2,279 bilhões, valor 90,1% superior ao realizado em 2000. Com esses resultados, o Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor, abaixo da Índia, e principal exportador mundial de açúcar, representando 25% das vendas totais do produto. Deve-se destacar, também, o ingresso de US$ 22 bilhões e investimentos diretos estrangeiros, que financiaram quase que integralmente o déficit em transações correntes. O Brasil também teve um superávit no Balanço de Pagamentos de US$ 6,9 bilhões e terminou o ano com US$ 37 bilhões de reservas.

O ano de 2002 marca o início das disputas do Brasil na OMC. Em 5 de janeiro, os Estados Unidos adotam sobretaxa de 30% ao aço importado, imposta a 22 países, nos quais se inclui o Brasil. A ação, que foi divulgada com o objetivo de proteger a indústria local, é considerada ilegal pela OMC. Em dezembro de 2003, o Presidente George W. Bush decidiu suspender a cobrança após a União Europeia (UE) e o Japão ameaçarem retaliar o país americano.

Em junho de 2002, a Organização Mundial do Comércio autoriza o Brasil a retaliar o Canadá, por conta dos prejuízos decorrentes dos subsídios canadenses impostos pela questão da Embraer e da Bombardier. No entanto, as sanções não são aplicadas.

No início de 2002, esperava-se a recuperação gradual da atividade econômica, porém, a percepção de que a situação externa do Brasil estava de fato mudando só se dá no final de 2002, visto que as exportações cresceram de forma significativa e o superávit comercial alcançou níveis recordes.

Apesar desse cenário favorável, o país registra, no meio do ano, nova situação de instabilidade financeira, determinada pelo aprofundamento da crise argentina e seus reflexos no Brasil, pelas incertezas inerentes ao processo eleitoral brasileiro, assim como pela aversão ao risco de bancos e investidores internacionais.

A crise argentina intensifica-se em fins de 2002 verifica-se no País uma situação alarmante de desemprego e pobreza. A crise afeta diretamente o Brasil, que tem a Argentina como seu principal parceiro comercial dentro da América Latina. Além disso, a questão argentina afeta negativamente a visibilidade externa do Brasil, aumentando o risco-país.

Outra situação externa que afeta o Brasil e muitas economias do mundo é a questão da crise no mercado acionário norte-americano, que se dá a partir da descoberta de uma série de fraudes

contábeis em grandes corporações. Com esse cenário, os bancos e fundos adotam a postura de segurança e de recusa ao risco envolvido nas operações de empréstimos e financiamentos ao setor corporativo, reduzindo, assim, o fluxo líquido de recursos para economias emergentes. Para superar a crise de confiança, acerta-se acordo com o FMI em agosto, através da liberação de um empréstimo de US$ 30,4 bilhões.

No mês de outubro, o dólar dispara e o real atinge a cotação mais alta de sua história, R$ 4. O dólar encerra o ano de 2002 cotado a R$ 3,545, acumulando uma valorização de 53,13% frente ao real.

O desempenho macroeconômico durante o ano mostra a surpresa do alto superávit comercial, que atinge US$ 13,1 bilhões. As exportações crescem de forma significativa e somam US$ 60,4 bilhões. As importações situaram-se em US$ 47,2 bilhões. Em 2002, os vinte principais produtos da pauta de exportação representaram mais de 50% do total exportado, com destaque para as vendas de minério de ferro, soja em grão, assim como a venda de aviões, farelo de soja e automóveis de passageiros, entre outros. Outra grande contribuição para o crescimento das exportações se dá pela venda de petróleo.

Em 2003, inicia-se a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. O novo governo assume com credibilidade e a população tem grande expectativa de mudança. No setor externo, Lula realiza diversas viagens pelo mundo a fim de atrair mercados e aumentar a variedade de países importadores dos produtos nacionais. Enfatiza-se a política externa por meio de uma cooperação sul-sul, entre países em desenvolvimento e pela intensificação das relações econômicas com a América do Sul, priorizando o aprofundamento do Mercosul. Dessa forma, as negociações preferenciais com os países do Norte perdem peso.

Em 2003, o comércio exterior brasileiro apresentou a maior cifra já registrada pelo País. As exportações totalizaram US$ 73,1 bilhões, enquanto as importações foram de US$ 48,3 bilhões. Como resultado, o saldo da balança comercial foi de quase US$ 25 bilhões em 2003, o maior superávit do comércio exterior brasileiro. O principal setor exportador foi o de produtos manufaturados, respondendo por 54,3% da pauta, com exportações no valor de US$ 39.653 milhões, seguida dos produtos básicos, com US$ 21.179 milhões, e semimanufaturados, com US$ 10.944 milhões.

A evolução recente das exportações tem sido caracterizada pela ampliação e a diversificação da pauta de exportação. As vendas externas brasileiras atingem diversificação geográfica, refletida na intensificação da presença brasileira em mercados não tradicionais, como em países da Ásia e do Oriente Médio. Neste contexto, destaca-se o aumento dos negócios com a China. Esse país era responsável por 4,2% da pauta, em janeiro-dezembro/2002 e, no mesmo período de 2003, o país se torna o destino de 6,2% dos produtos exportados pelo Brasil, passando de US$ 2.520 milhões para US$ 4.532 milhões (79,8%). Este desempenho confere à China o posto de terceiro maior comprador dos produtos brasileiros, no período.

Em 2004, o crescimento econômico consolida-se em escala global. A balança comercial brasileira atinge recorde de exportação, alcançando a cifra de, aproximadamente, 100 bilhões

Motor, s/ data. ThyssenKrupp.

de dólares. O comércio exterior brasileiro cresce 31,2% em relação ao ano anterior, atingindo US$ 159,3 bilhões. As exportações totalizam o nível recorde de US$ 96,5 bilhões, com crescimento de 32% em relação ao anterior (US$ 73,1 bilhões). As importações somam US$ 62,8 bilhões, com acréscimo de 30% sobre 2003. A balança comercial apresenta o maior superávit já registrado pelo comércio exterior brasileiro, no valor de US$ 33,7 bilhões, com crescimento de 35,9% em relação ao saldo computado para o ano de 2003 (US$ 24,8 bilhões).

O cenário externo, marcado pelo crescimento da economia mundial, propiciou maior demanda por bens e aumento dos preços internacionais de *commodities*. De acordo com cálculo do índice de preço e *quantum*, as exportações brasileiras, na comparação com janeiro/dezembro-2003, cresceram 18,3%, no volume exportado, e 11,3% em preço.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) ratifica, em 31 de julho, o acordo da agricultura, que passa a reger as regras internacionais do comércio de produtos agrícolas. As discussões sobre o assunto colocam de um lado o Grupo dos 20, formado pelos principais países em desenvolvimento, produtores de itens agropecuários, liderados por Brasil, Índia e China, e de outro, os Estados Unidos e a União Europeia. O Brasil atinge grande visibilidade com a adoção de uma postura de liderança entre os países em desenvolvimento.

Na 26ª reunião de cúpula do Mercosul, que se realiza em julho de 2004, o Brasil assume a liderança rotativa no Mercosul, sucedendo a Argentina. A atuação do Mercosul neste ano se dá de forma a intensificar a relação sul-sul e adiciona novos países associados ao bloco. Em 15 de

Recorde de 100 bilhões de dólares exportados.
Fotografia. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

dezembro, a 27ª reunião de cúpula do Mercosul, realizada em Ouro Preto, confirma a entrada da Colômbia, Equador e Venezuela como membros associados do bloco. Em 16 de dezembro, um acordo entre Mercosul e União Aduaneira da África Austral é firmado em Belo Horizonte.

O petróleo domina o cenário econômico mundial em outubro de 2004. O preço do petróleo atinge marca histórica e atinge valor mais alto desde 1983. A elevação do preço do petróleo causa susto nos mercados internacionais. A cotação alcança 55,67 dólares. As causas do aumento são relacionadas à recuperação da economia mundial, em especial à retomada das economias norte-americana e japonesa, ao *boom* da economia chinesa, aos baixos estoques mundiais e à Guerra no Iraque, que põe em risco o fornecimento do produto. No fim do ano, os preços caem para 43 dólares o barril.

Em 2005, o comércio exterior brasileiro registra um grande avanço. O inédito resultado alcançado na balança comercial e o pagamento da dívida externa são os principais destaques do ano. As exportações atingem o valor recorde de US$ 118,3 bilhões, e as importações contabilizam US$ 73,6 bilhões, crescendo significativamente em relação ao ano anterior, que registrou, respectivamente, US$ 96,5 bilhões e US$ 62,8 bilhões. O saldo comercial registra um superávit de US$ 44,7 bilhões, valor 33% superior ao contabilizado em 2004, quando atingiu US$ 33,7 bilhões. Verifica-se uma expansão das importações, decorrente do aumento de investimento nas empresas para suprir a demanda interna e externa.

Os setores que mais contribuíram para o crescimento das exportações em 2005 foram os de combustíveis e de material de transportes. As exportações de petróleo e derivados cresceram 58,4% em relação a 2004, gerando acréscimo de divisas de US$ 3,3 bilhões. Com relação ao setor de material de transporte, a contribuição foi de US$ 3,1 bilhões.

O crescimento atingido pelo Brasil reflete a ampliação das vendas externas brasileiras para mercados não tradicionais, como a África, Europa Oriental, América Latina, Ásia e Oceania e a elevação das compras dos produtos nacionais pelos mercados tradicionais, como a União Europeia, Estados Unidos e Argentina. Contribuíram para esse desenvolvimento o bom desempenho de alguns setores, como o de minério de ferro, soja e de aviões. A exportação de carne, que estava em alta, é prejudicada pela descoberta de febre aftosa em alguns estados brasileiros. O efeito imediato é a suspensão imediata da compra de carne brasileira por mais de 40 países.

Ampliam-se os problemas no setor da agropecuária no ano de 2005. Há, nesse ano, uma queda nos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Além disso, problemas na comercialização da safra de 2004 e 2005 e o aumento dos custos de produção, entre outras adversidades, fazem o setor perder renda, produção e produtividade.

Em 27 de dezembro de 2005, o governo brasileiro realiza o pagamento antecipado de US$ 15 bilhões e quita a dívida do Brasil com o FMI. O pagamento aumenta a visibilidade do País no exterior.

No ano de 2006, o PIB registrou aumento real de 3,7%, segundo o IBGE. O crescimento do ano de 2006 foi impulsionado pela forte demanda interna, tanto de produtos para investimentos

quanto para consumo. A economia internacional manteve sólido ritmo de expansão favorecida pelo desempenho da economia dos EUA e pelo crescimento acelerado das economias emergentes, com destaque para China e Índia. O real inicia o ano com uma valorização nominal em relação ao dólar americano superior a 12%. Apesar disso, as exportações cresceram. Nesse ano, as exportações somaram US$ 137,5 bilhões e as importações US$ 91,4 bilhões, com saldo de US$ 46,1 bilhões.

Os produtos que mais se destacaram nas exportações de 2006 foram as matérias-primas e os combustíveis, grupos compostos predominantemente de *commodities*. As vendas externas de produtos básicos e semimanufaturados cresceram mais (respectivamente, 16% e 22,3%) que as de manufaturados, que tiveram expansão de 14,7%. Destacam-se o incremento de exportações para alguns parceiros comerciais como o Irã (+61,9%) e países da América do Sul, como Venezuela (+60,4%), Colômbia (+51,5%) e Peru (+60,9%). Já as vendas para os parceiros tradicionais, Estados Unidos, União Europeia e Ásia tiveram crescimento menor, respectivamente, 8,5%, 14,6% e 12,1%.

Em janeiro desse ano, Evo Morales toma posse na Bolívia e nacionaliza as reservas de hidrocarbonetos (petróleo e gás). A decisão afeta diretamente o Brasil, já que a Petrobras é o maior investidor estrangeiro do setor na Bolívia. Nesse mesmo ano entra em operação a maior plataforma da Petrobras e o Brasil atinge autossuficiência na produção de petróleo.

O Brasil estabelece, durante o ano, uma série de acordos comerciais com vários países, em especial a China, cujos produtos chegam ao País com um preço muito baixo prejudicando a concorrência dos produtos brasileiros. No âmbito do Mercosul, a Venezuela assina o Protocolo de Adesão, em 4 de julho. Terá, ainda, quatro anos para adotar a Tarifa Externa Comum e o acervo normativo do Mercosul.

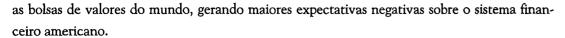
Motivados por questões ambientais e pela gradual redução do petróleo, Brasil e os Estados Unidos querem promover o etanol como energia alternativa. Assinam um tratado que cria a Comissão Interamericana do Etanol junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a proposta de promover o uso desse combustível como alternativa ao petróleo nas Américas.

O ano de 2007 se inicia com o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em janeiro, a valorização do euro dá perspectivas de ganhos aos exportadores brasileiros, que tentam ganhar o mercado europeu, aproveitando a atratividade dos preços dos produtos nacionais.

Em fevereiro, a China passa a ser o segundo maior fornecedor do Brasil, ficando atrás somente dos Estados Unidos. No decorrer desse ano, os chineses venderam US$ 8,28 bilhões para o País e a China passa a responder por 8,8% das importações do Brasil,

Nos Estados Unidos, em março de 2007, aparecem os primeiros indícios de problemas com os denominados empréstimos "*subprime*", como foram apelidados os empréstimos lastreados em hipotecas imobiliárias de alto risco. O mundo começa a olhar para uma possibilidade de nova crise financeira no coração da economia capitalista mundial. Posteriormente, novos fatos afetam

as bolsas de valores do mundo, gerando maiores expectativas negativas sobre o sistema financeiro americano.

A tentativa de emancipar a venda de etanol funciona, impulsionando as exportações do setor. Verifica-se, no mês de julho, que segue em alta a demanda internacional por milho e soja brasileiros em razão da maior utilização desses grãos na produção de biocombustíveis na Europa e nos Estados Unidos.

A ameaça dos produtos chineses continua e são denunciados pelos calçadistas do Mercosul. Em setembro, os empresários reivindicaram medidas de defesa diante do avanço chinês e da concorrência desleal que seus produtos a preços muito baratos estão impondo.

Verifica-se, durante o ano de 2007, destaque para as exportações de frango. Embarques de carne de frango têm aumento de 43,7%, mantendo um bom ritmo de crescimento. Somam uma cifra de aproximadamente 3 milhões de toneladas e mantêm a 5ª posição na pauta das exportações brasileiras. Por outro lado, enfrentamos problemas com as exportações de carne bovina para a União Europeia, que alega que o produto está fora dos padrões sanitários da União Europeia.

O ano de 2007 termina com um fato importante, a Petrobras anuncia a descoberta do Pré-sal em novembro. Espera-se que uma vez implementada a exploração, o volume de produção ficará entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo e gás, o que pode transformar o Brasil num grande exportador de petróleo. Este fato conturba um pouco as expectativas de vários setores empresarias do País, que estavam apostando na produção de energia e combustíveis limpos, como o álcool.

O ano de 2008 se inicia com expectativas positivas para o desempenho da balança comercial do Brasil, visto que 106 fazendas brasileiras voltam a ser autorizadas a exportar carne para a União Europeia, revertendo em parte o embargo sanitário do ano anterior. A liberação foi considerada um avanço nas negociações brasileiras com o bloco europeu e uma vitória no contexto da OMC.

Em maio de 2008 a Câmara de Comércio Exterior (Camex), representada por sete Ministros do governo federal, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) apresentam um conjunto de 12 propostas que integram a Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior. As ações fazem parte do projeto Ambiente Jurídico – Investimento e Inovação, desenvolvido pela ABDI no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). O objetivo é reduzir a burocracia, facilitar as transações do comércio internacional e melhorar a gestão dos processos, operações, rotinas e procedimentos, entre outros benefícios, para o exportador e o importador brasileiros.

No que tange à regulação e implementação de políticas publicas, deve-se destacar o lançamento do informativo SECEX em outubro de 2008, com o objetivo de divulgar as atividades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior, dando transparência e divulgação às atividades do órgão.

Por outro lado, surgem incertezas quanto ao futuro das negociações internacionais de comércio. A Rodada Doha, que havia sido iniciada em novembro de 2001, rotulada de Rodada do

Desenvolvimento, e que tinha uma ambiciosa agenda na busca de uma maior liberalização do comércio, é interrompida por falta de acordo entre as partes envolvidas.

No mercado de capitais, além de o Brasil se tornar credor externo, a fusão da Bovespa com a BM&F cria a maior bolsa do mundo, concentrando grande parte dos negócios com ações e opções, taxas de juros, índices de ações e contratos agrícolas. A nova empresa passou a ter um valor entre 20 e 30 bilhões de dólares.

Ainda no campo financeiro, a agência *Standard and Poor's* concede ao Brasil a categoria de grau de investimento, ou seja, declara que o País é seguro para investimentos financeiros e produtivos. Este fato pode ser considerado como um dos determinantes do aumento do fluxo de investimentos estrangeiros no Brasil nos últimos anos.

O ano de 2008 estava bom para o Brasil, nossa economia seguia uma trajetória de crescimento e no campo externo a situação parecia boa, exceto pela incerteza financeira. Em setembro ocorre o colapso financeiro global. O governo dos EUA anuncia o plano de resgate das financeiras Fannie Mae e Freddie Mac, evitando o colapso do mercado imobiliário americano. Esse foi o início de uma semana que revelou a verdadeira crise nos mercados financeiros. Em sequência, as ações do Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos EUA, registram queda de 45% e começam as discussões sobre a crise, sobre seus impactos etc. Foi o início do colapso financeiro que afetou o mundo todo em 2009, mas do qual o Brasil saiu com rapidez e de certa forma, sem sofrer impactos significativos, graças às ações do Estado. A crise se instala nas mais variadas partes do planeta, tornando-se a maior depressão desde a Grande Recessão de 1929.

O governo brasileiro reagiu de forma relativamente rápida à crise financeira global. Em dezembro de 2008, o governo brasileiro anuncia um pacote anticrise com corte de impostos com o objetivo de injetar R$ 4,8 bilhões na economia. A principal medida foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de automóveis, produtos da linha branca, construção civil e redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o consumo, assim como reajustou a tabela do Imposto de Renda.

Bruno Merlin. *Navio cargueiro*, s/ data. Fotografia.

No âmbito da política cambial, o governo federal não altera o sistema de câmbio flutuante. A desvalorização do dólar em relação às outras moedas do mundo e a concomitante queda nos preços das *commodities* internacionais criam a expectativa de que as exportações nacionais de produtos agrícolas e minerais possam ser afetadas.

Mas, apesar da crise internacional e da desvalorização do dólar, a exportação brasileira em 2008 atingiu níveis recordes. As exportações atingiram US$ 197,9 bilhões e as

importações, US$ 173,1 bilhões, resultando numa corrente de comércio de US$ 371 bilhões. Comparando-se com 2007, houve crescimento de 23,2% nas exportações e de 43,6% nas importações, reflexo da valorização do real perante o dólar e da necessidade de modernização da indústria nacional. A maior expansão das importações resultou em queda de 38,2% no superávit comercial, que caiu de US$ 40 bilhões em 2007 para US$ 24,8 bilhões em 2008, menor cifra dos últimos seis anos.

Assim termina 2008, com incertezas sobre os rumos do combate à crise econômica, por um lado, e com expectativas sobre as mudanças no campo político e social, visto que o primeiro Presidente negro estava para assumir a presidência dos Estados Unidos, com perspectivas novas sobre a geopolítica americana. Vamos entender melhor o que ocorreu no ano de 2009, começando pelo panorama internacional.

Em janeiro de 2009, Barak Obama toma posse como Presidente dos Estados Unidos. Em seu discurso, carregado de simbolismo histórico, ele alerta para os desafios, apelou para a responsabilidade, pediu esperança e previu uma 'nova era' para seu país e para o mundo e para a necessidade de combate rápido a crise financeira.

Em fevereiro, o Congresso dos Estados Unidos aprova um plano de recuperação econômica de US$ 787 bilhões proposto pelo novo Presidente com o objetivo de evitar a falência de bancos e de grandes empresas americanas.

Em abril, a Cúpula do G20, reunida em Londres, discute medidas para acelerar a retomada do crescimento e destina US$ 1,1 trilhão ao FMI para ajudar países emergentes e combater o protecionismo. Além da injeção de recursos financeiros, os líderes também concordaram com outros pontos, como a imposição de sanções a paraísos fiscais, como forma de tentar evitar a especulação financeira.

Ainda na arena internacional, em dezembro de 2009 ocorreu a Cop 15, quando 75 países estabeleceram metas de redução ou limitação do crescimento das emissões de gases do efeito estufa até 2020, como parte do Acordo de Copenhague. Além disso, 111 países, assim como a União Europeia (integrada por 27 países), expressaram apoio ao acordo. No entanto, o acordo também foi acusado de ser o pior dentre todos pelos países em desenvolvimento.

A agenda internacional de 2009 foi marcada também por ações pontuais de certos países e de comunidades de comércio. Devemos destacar o acordo entre Mercosul e Índia assinado em abril, que possibilitou a aproximação comercial entre as regiões, com perspectivas de grande incremento no volume de comércio. Outro fato de destaque neste sentido foi a primeira reunião de Chefes de Estado dos países do Bric, países que representam 15% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 15% do comércio internacional, 40% da população e 25% das terras habitáveis do planeta. Os Presidentes do Brasil, Rússia Índia e China se reuniram em Ecaterimburgo, na Rússia, para defenderem a ampliação do G7 e iniciarem estudos para substituir o dólar nas transações comerciais entre estas nações, além de outras medidas mais gerais visando a uma reforma do sistema financeiro internacional.

No campo doméstico, o Brasil segue tomando medidas para incentivar a demanda agregada e combater a crise financeira. A Petrobras anuncia plano de investimentos de 2009 a 2013, de US$ 174,4 bi. O objetivo é ampliar produção doméstica para 3,3 milhões de barris por dia e iniciar a exploração do pré-sal.

Em março de 2009 o governo federal do Brasil adota novas medidas anticíclicas para conter os efeitos da crise. Determina que empresas estatais aumentem seus gastos e investimentos e assumam a liderança na promoção do crescimento e do aumento da demanda. Nos primeiros dois meses após a implantação das políticas, as estatais investiram R$ 8,8 bilhões, segundo balanço publicado pelo Ministério do Planejamento, 49% a mais em relação aos R$ 5,9 bilhões gastos em igual período de 2008.

O Brasil tomou medidas importantes no campo da promoção e geração de dados de comércio exterior. Em 2009, foi lançado o ALICE-Web Mercosul, possibilitando a análise dos dados de comércio dos países componentes do Mercosul, tanto individualmente quanto de todo o bloco.

Por outro lado, o MDIC reúne membros da Aladi em encontro sobre estatísticas de comércio exterior, organizado pela SECEX, com o objetivo de padronizar estatísticas de comércio exterior dos países membros e apresentar as novas recomendações da ONU para a área. Esta iniciativa também tem importante impacto nas pesquisas e na elaboração de políticas de comércio internacional.

Em suma, embora 2009 tenha se iniciado com expectativas negativas sobre a economia e o comércio internacional, não se mostrou um ano com resultados muito ruins. O PIB teve pequena queda, -0,2%, resultado das medidas de incentivo à demanda. A balança comercial brasileira encerrou 2009 com saldo positivo de US$ 24,615 bilhões. No período de 250 dias úteis, as exportações somaram US$ 152,252 bilhões e as importações ficaram em US$ 127,637 bilhões, média diária respectiva de US$ 609 milhões e US$ 510,5 milhões. O resultado do ano mostra que devemos ter atenção especial às pequenas e médias empresas exportadoras (MPEs) que foram responsáveis por 74% do total dos estabelecimentos exportadores, embora o valor negociado ainda seja pequeno, de 6,5% do total.

O saldo comercial favorável foi resultado também da queda das importações mundiais em cerca de 22,8%, de US$ 15,7 trilhões para US$ 12,1 trilhões. No Brasil, a queda foi 26,2%, e em termos de valores passaram de US$ 173 bilhões para US$ 127,6 bilhões.

O mercado internacional de petróleo iniciou o ano de 2010 com o impacto do vazamento de petróleo no golfo do México em poço operado pela empresa British Petroleum. O acidente está sendo considerado o maior desastre ambiental na história do setor, com um vazamento em torno de 60 mil barris por dia que jorravam pelo golfo do México. O vazamento demorou meses para ser contido.

No campo financeiro internacional as incertezas sobre os rumos da crise mundial se tornaram maiores com a eclosão do caso da Grécia em maio. O déficit no orçamento grego de 2009 foi quatro vezes maior do que o permitido no âmbito da União Europeia, chegando a 13,6% do PIB. A dívida vincenda, somente em maio, era de US$ 12 bilhões, de um total de US$ 400 bilhões.

Petróleo. Arquivo Chá Com Nozes Propaganda.

Laranjas. Arquivo Chá Com Nozes Propaganda.

Aviação. Arquivo Chá Com Nozes Propaganda.

Plantação de trigo. Arquivo Chá Com Nozes Propaganda.

Maçãs. Arquivo Chá Com Nozes Propaganda.

O pacote de ajuda para o país por parte dos países da zona do euro e do FMI é de, aproximadamente, US$ 143 bilhões, mas implicará um programa de austeridade com o corte de gastos e aumento de impostos que desagradam a população. Na mesma região, a Irlanda é o segundo país a sofrer os impactos da crise financeira e ser socorrido pelo Banco Central Europeu.

No campo social, deve-se destacar a greve na França contra a reforma na previdência, que paralisaram o país, gerando um custo entre 200 a 400 milhões de euros, mas não conseguiram impedir que a reforma fosse aprovada no congresso. A questão da previdência social surge como mais um tema que pode desestabilizar a economia mundial nos próximos anos.

Em novembro, o governo americano lança um pacote de liquidez, anunciando a compra de US$ 600 bilhões até a metade de 2011 a fim de injetar recursos na economia daquele país. O evento deu início à "guerra cambial" e provocou impactos na desvalorização do dólar em relação às demais moedas do mundo.

A preocupação com a guerra cambial aumenta ainda mais quando os Estados Unidos e a China são acusados pelas demais nações comerciais do planeta de provocarem desvalorizações competitivas em suas moedas, afetando assim os mecanismos de comércio internacional e causando inclusive retaliações protecionistas por parte das demais nações. O tema é muito discutido nos fóruns internacionais e nas reuniões de Chefes de Estado.

Em maio de 2010 foram retomadas as negociações para assinatura do Acordo de Livre Comércio entre União Europeia e Mercosul durante a VI Reunião de Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia.

O Brasil e o México negociam acordo comercial em 2010. O acordo inclui negociações de tarifas sobre serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, entre outros. Outro importante objetivo é garantir o acesso real aos mercados, sem desproteger setores mais fragilizados nos dois países.

No âmbito doméstico, o governo federal cria uma agência de crédito e fundo garantidor para exportações em 2010, que é denominada EXIM Brasil. Ela se destina ao fomento das exportações, por meio de operações de crédito não cobertas pelo mercado, como é o caso de contrato de prazo mais longo, crédito para comprador no exterior e algumas operações pós-embarque. A maior parte dessas operações era desempenhada pelo BNDES e agora passam a ter uma agência exclusiva.

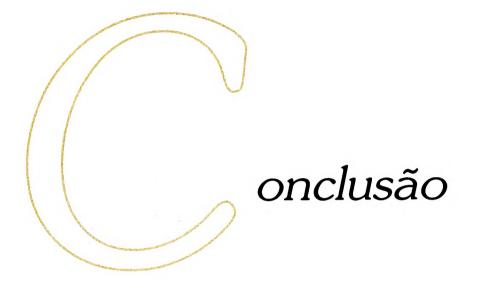
Em meados de 2010 o comércio internacional do Brasil volta a crescer e se aproxima dos níveis pré-crise. De janeiro a julho as exportações totalizaram US$ 106,9 bilhões, ou seja 27,1% de incremento. As importações foram de US$ 97,6 bilhões, representando 45,1% de crescimento em relação a igual período de 2009. O fluxo de comércio totalizou, portanto, US$ 204 bilhões, valor muito próximo ao recorde atingido em janeiro-julho de 2008, pré-crise, que foi de US$ 207,6 bilhões.

Países emergentes da Ásia, América Latina, Caribe e Europa Oriental são os que apresentam um incremento mais intenso nas relações comerciais com o Brasil. O maior destaque é a China, que passou de 6,7%, em 2007, do total do comércio para 15,7% em junho de 2010.

Um fato marcante deste ano é a eleição de Dilma Roussef para a presidência do País com 56% dos votos. A candidata foi eleita a primeira mulher para a presidência do País e manteve o partido dos trabalhadores no poder por mais quatro anos.

O Novoex entrou em funcionamento no dia 17 de novembro. Os usuários podem acessar o novo sistema de dados de exportações diretamente pela internet. Foi implantado o novo módulo do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), denominado Siscomex Exportação Web (Novoex). O Novoex substituiu o módulo Siscomex Exportação, lançado em 1993. A modernização do sistema se fez necessária diante do expressivo aumento das exportações brasileiras, do surgimento de novas tecnologias de comunicação e informação, além da defasagem tecnológica do sistema atual. No novo sistema, são efetuadas apenas as operações comerciais (Registro de Exportação-RE e Registro de Operação de Crédito-RC), sendo que todas as operações aduaneiras continuam a ser realizadas da mesma forma nos sistemas da Receita Federal.

O ano de 2010 ainda não terminou no momento de fechamento deste trabalho. Mas podemos considerá-lo como o da superação da crise e da consolidação do Brasil como importante ator no cenário internacional e regional, tanto em termos políticos como econômicos.

Conclusão

A assinatura da Carta Régia de Abertura dos Portos, em 28 de janeiro de 1808, pode ser considerada como o marco da autonomia comercial do Brasil. Para comemorar esse acontecimento, a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, elaborou este livro comemorativo dos 20 anos da SECEX e dos 200 anos de comércio exterior brasileiro.

O objetivo deste trabalho foi o de oferecer um panorama histórico das relações econômicas internacionais do Brasil, durante o período que se seguiu a assinatura da Carta Régia. O conteúdo deste livro segue uma linha do tempo, de 1808 aos dias atuais, na qual registra os principais acontecimentos da história do *Comércio Exterior do Brasil*, destacando como os aspectos políticos e sociais interferiram nesta trajetória.

Os leitores encontraram, para cada uma das décadas desde 1808, um texto detalhado sobre os rumos que o comércio exterior brasileiro seguiu ao longo dos últimos 200 anos, ilustrado com ricas imagens. A partir de meados do século XIX, estão disponíveis estatísticas sobre a participação de vários produtos na balança comercial do Brasil, tornando a obra uma referência importante para pesquisadores e para o público em geral. Sobretudo nessas duas últimas décadas, com a instituição da SECEX, que proporcionou um novo patamar para o conhecimento do tema ao País.

Há, também, para cada ano da linha do tempo, verbetes relacionados aos principais fatos da história política, econômica, social e cultural do Brasil e do mundo que, direta ou indiretamente, repercutiram na corrente de comércio.

Como informação complementar, os leitores tiveram a oportunidade de acompanhar a evolução do comércio exterior brasileiro analisando dados referentes à balança comercial, aos principais produtos de exportação e importação e parceiros comerciais do Brasil.

O texto histórico, por sua vez, destaca o papel da agropecuária nas exportações e no crescimento do Brasil. Açúcar, café, algodão, cacau, borracha, fumo, erva-mate e couro eram os principais produtos de exportação do Brasil no século XIX. Eles eram, também, os principais geradores de emprego e renda.

Hoje, a pauta de exportações do Brasil conta com a presença de produtos industriais, com destaque para máquinas, equipamentos de transportes, produtos químicos e agrícolas. Isso reflete as mudanças ocorridas com a industrialização do Brasil e as consequentes alterações estruturais da nossa economia.

Atualmente, dentre os produtos agrícolas presentes em nossa pauta de exportação, encontramos alguns tradicionais, com destaque para café e açúcar. A estes dois se juntam as carnes (bovina e de aves), a soja e os derivados, o suco de laranja e as frutas diversas. Nossa pauta de exportações agrícolas se diversificou e continua importante para a geração de superávits comerciais, uma vez que o agronegócio do País é, seguramente, um dos mais eficientes do mundo.

Os destinos de nossas exportações se alteraram com o tempo. No passado, os Estados Unidos e os países da Europa eram os principais compradores de nossos produtos. Com a indus-

trialização, o estabelecimento de acordos comerciais, a criação de zonas de comércio regional e acordos bilaterais de comércio, passamos a ter negócios com a Ásia, América Latina, África e Oriente Médio.

O texto desta obra nos permite, também, um olhar sobre os desafios futuros. Desta forma, cumpre importante papel de descrever a história e de convidar o leitor para uma reflexão crítica.

Nesse sentido, a instituição da SECEX, há 20 anos, foi fundamental para o sucesso das políticas que se seguiram à abertura comercial dos anos 1990. Sua importância está focada no planejamento do comércio exterior, no tratamento administrativo, no caráter estratégico das negociações internacionais, na defesa comercial, e no aperfeiçoamento das normas.

Esta configuração não só provou sua eficácia, com a plenitude de esforços e parcerias, como permite a previsão de novos desafios. Há bases sólidas para tanto. Essas duas últimas décadas apresentaram desafios únicos. A SECEX, sem jamais perder seu foco, soube persistir quando preciso, mas principalmente soube avançar, com a adoção de medidas e instrumentos, somando-se ao esforço de seus profissionais, que estabeleceram uma cultura própria e efetiva.

Esperamos que essa leitura tenha sido reveladora de nossos valores e do potencial brasileiro. Temos uma história plena de ações das quais nos orgulhamos. A continuidade dessa trajetória e a eficácia das ações tornarão o futuro mais promissor e os obstáculos menos temíveis.

Agradecemos, por fim, a todos aqueles que se identificaram com os sentimentos desta obra, retratados nesta intrépida trajetória.

Welber Barral

Secretário de Comércio Exterior

Anexo 1 – Verbetes

1808-1820

Ao se estabelecer no Brasil, em 1808, a corte portuguesa dá início ao processo de emancipação política e econômica do País. Nesse mesmo ano, no dia 28 de janeiro, D. João VI manda publicar a Carta Régia de Abertura dos Portos, modificando a relação entre metrópole e colônia.

As mudanças introduzidas por D. João não atingem a estrutura de produção, continuando apoiada no trabalho escravo e voltada para o comércio exterior. A base produtiva é composta principalmente por metais preciosos e produtos como açúcar, algodão, tabaco, couro, arroz, especiarias e café.

Giuseppe Gianni, *Embarque do Príncepe Regente D. João VI para o Brasil*, s/ data. Aguada de nanquim, pb: 45,1 x 65,6cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1808

1808-1821 **Corte portuguesa no Brasil**

A colônia se converte em sede da monarquia portuguesa por 13 anos.

28 de janeiro **Ano Zero do Comércio Exterior do Brasil**

D. João, Príncipe Regente de Portugal, em escala da viagem com destino ao Rio de Janeiro, assina em Salvador, Bahia, (28/1/1808) a Carta de Abertura dos Portos às nações amigas. Esse episódio quebra o monopólio comercial, rompe o pacto colonial e inaugura a autonomia econômica e comercial brasileira.

Idem **Carta Régia de Abertura dos Portos**

D. João assina documento que quebra o monopólio português no comércio brasileiro. Portugal se comprometera com a Grã-Bretanha, em Convenção Secreta assinada em Londres (22/10/1807), a acabar com o exclusivismo comercial. A Carta Régia de Abertura dos Portos às nações amigas, resposta do Príncipe Regente ao memorial com representação dos anseios de livre comércio inspirado pelos liberais José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, e Antônio da Silva Lisboa, atende, sobretudo, aos interesses ingleses, às necessidades de arrecadação alfandegária para custear os gastos oficiais (os portos brasileiros estavam abarrotados de mercadorias que não podiam ser escoadas devido à interdição dos portos portugueses, em decorrência da Guerra Peninsular) e ao apelo dos comerciantes coloniais.

7 de março **Chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro**

O Rio de Janeiro torna-se a sede da monarquia portuguesa até 1821, com grande estímulo político, econômico e social para o Brasil.

1º de abril **Indústria manufatureira no Brasil**

O Alvará de 1785, que proibia a criação de manufaturas, é revogado e, a partir dessa data, fica permitida a fundação de indústria no Brasil.

11 de junho **Regulamentação de entrada e reexportação de mercadorias**

Decreto complementar à Carta Régia de Abertura dos Portos visa ao aumento do comércio e regulamenta o comércio triangular.

12 de outubro **Banco do Brasil**

D. João publica alvará que cria o Banco do Brasil com a função de agente financeiro do governo, administrador dos fundos orçamentários e emissor de moeda e disponibilidade de crédito para o público.

• **Balança comercial**
Exportações de 19.000 contos de réis e importações de 19.500 contos de réis. Saldo negativo de 500 contos de réis.

1809

28 de janeiro **Isenção de direitos aduaneiros já pagos em Lisboa e no Porto**
Decreto isenta o pagamento de direitos às importações provenientes dessas cidades, quando já desembaraçadas em Portugal. Evita-se, assim, uma dupla tributação.

21 de abril **Convenção entre Portugal e Grã-Bretanha sobre empréstimo**
Portugal assina a Convenção visando conseguir 6.000.0000 libras esterlinas.

Alvará de 28 de abril **Isenção de direitos aduaneiros e às matérias-primas necessárias à manufatura nacional e à construção naval**
D. João concede incentivos à indústria naval, sobretudo com a construção de estaleiros no Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Alvará de 6 de outubro **Isenção de direitos aduaneiros e de imposto de exportação aos produtos têxteis nacionais**

• **Balança comercial**
Exportações de 19.100 contos de réis e importações de 20.050 contos de réis. Saldo negativo de 950 contos de réis.

1810

19 de fevereiro **Tratado de Aliança e Amizade**
Assinado entre Portugal e Grã-Bretanha. Permite, sem reciprocidade, que os súditos ingleses se beneficiem de extraterritorialidade judicial no Brasil. A escravidão torna-se ilegal nos territórios não portugueses, permitindo à Inglaterra abordar navios negreiros em alto-mar. Impede a instalação do Tribunal da Inquisição no Brasil.

Idem **Tratado de Comércio e Navegação**
Assinado entre Portugal e Grã-Bretanha. Considerado, senão o mais, seguramente um dos mais desiguais tratados lesivos a uma das partes que duas nações independentes jamais contraíram. Seu texto proclama, dentre outros itens, que os navios de guerra ingleses passam a ter acesso irrestrito aos portos portugueses. Os produtos ingleses passam a contar com acesso privilegiado ao império português, com tarifa alfandegária preferencial de 15% *ad valorem*, inferior à de todos os demais países (24%) e até mesmo à de Portugal (16%). A Grã-Bretanha passa a ter o direito de reexportação de mercadorias coloniais.

Idem — **Franquia de Santa Catarina como porto livre**

No bojo do Tratado de Comércio e Navegação, a Grã-Bretanha consegue essa prerrogativa.

Decreto de 13 de maio — **Isenção de direitos ao comércio entre Brasil e Macau**

Junho — **Representante diplomático dos Estados Unidos da América, no Rio de Janeiro**

Thomas Sumter Jr., nomeado desde 7 de março de 1809, chega como Ministro dos Estados Unidos ao Rio de Janeiro, com a missão de dinamizar o comércio bilateral – o que fica na dependência dos acertos entre a corte e a Inglaterra no âmbito dos Tratados de Amizade e de Comércio. O interesse norte-americano pelo Brasil fica patente diante do fato de que, desde 1802, por medida de economia, a Legação americana fora fechada em Portugal e, nesse momento, dispõe-se a enviar um representante com o posto de Ministro.

Alvará de 6 de outubro — **Política de estímulo à fabricação de fios e tecidos**

Isenção de direitos aduaneiros para o fio e tecidos de algodão, seda e lã, fabricados no Brasil.

• **Balança comercial**

Exportações de 19.400 contos de réis e importações de 20.250 contos de réis. Saldo negativo de 850 contos de réis.

1811

17 de abril — **Retirada do Exército Francês de Portugal**

Comandadas pelo general Massena, as tropas francesas abandonam o território português.

• **Domínio de William Beresford em Portugal**

Com a retirada dos franceses, Portugal fica sob o comando da Inglaterra até a Revolução Liberal do Porto (1820). Beresford procede como se Portugal fosse um protetorado inglês.

• **Fábrica de ferro Ipanema**

Instalada em Sorocaba, São Paulo, com recursos da Real Fazenda e da isenção de impostos para importação de equipamentos e matérias-primas. Fundada por Frederico Varnhagem.

• **Fábrica de ferro Patriota**

Instalada em Congonhas, Minas Gerais, para explorar as jazidas da localidade. Propriedade do Barão Von Eschwege, mineralogista que escreveu o tratado *Pluto Brasiliensis*.

- **Balança comercial**
  Exportações de 19.500 contos de réis e importações de 20.500 contos de réis. Saldo negativo de 1.000 contos de réis.

1812

- **Representante diplomático russo no Rio de Janeiro**
  Ministro russo, conde de San Pahlen, chega ao Rio de Janeiro e estabelece representação diplomática.

- **Balança comercial**
  Exportações de 19.750 contos de réis e importações de 21.000 contos de réis. Saldo negativo de 1.250 contos de réis.

1813

4 de dezembro **Declaração de Paz para a França, Guerra a Napoleão**
Datada de 1º de dezembro, feita pelos aliados e dada a conhecer no dia 4 do mesmo mês.

- **Balança comercial**
  Exportações de 19.950 contos de réis e importações de 20.950 contos de réis. Saldo negativo de 1.000 contos de réis.

1814

31 de março **Queda de Paris**
Os exércitos aliados tomam a capital francesa.

23 de abril **Armistício encerra as guerras napoleônicas**

18 de junho **Carta Régia de Abertura dos Portos Brasileiros ao Tráfico Mundial**
Acaba com o caráter provisório da Abertura dos Portos, instituída por meio da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, e permite que embarcações de qualquer bandeira possam entrar e sair dos portos brasileiros. Equivale, também, à revisão de parte dos favorecimentos que a Carta de 1808 concedia aos navios das nações amigas, o que praticamente significava os de bandeira inglesa.

- **Balança comercial**
  Exportações de 20.000 contos de réis e importações de 21.400 contos de réis. Saldo negativo de 1.400 contos de réis.

1815

16 de dezembro **Criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves**
Por recomendação do Congresso de Viena, por pressão inglesa e para poder ter assento entre os plenipotenciários do congresso na capital austríaca, D. João modifica o *status* do Brasil, que, em termos jurídicos, deixa de ser colônia. O Rio de Janeiro é elevado a capital do Reino.

18 de junho **Abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial**

• **Balança comercial**
Exportações de 20.300 contos de réis e importações de 21.600 contos de réis. Saldo negativo de 1.300 contos de réis.

1816

20 de março **Assunção de D. João ao trono**
Com a morte da Rainha, Dona Maria I, dá-se a sucessão ao trono. O Príncipe Regente torna-se Rei com o título de D. João VI, como 27º Rei de Portugal e 1º do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

29 de julho **Proibição de navegação de cabotagem no Brasil a navios estrangeiros**

• **Capitanias transformam-se em províncias**

• **Balança comercial**
Exportações de 20.500 contos de réis e importações de 20.650 contos de réis. Saldo negativo de 150 contos de réis.

1817

• **Instalação dos primeiros consulados alemães**
Consulados de Hamburgo, no Rio de Janeiro e na Bahia; Consulado da Baviera, na Bahia.

• **Visita e busca a navios portugueses suspeitos de tráfico de escravos**
Portugal concede à Inglaterra o direito de busca e visita em navios suspeitos de tráfico negreiro.

• **Tomada de Montevidéu**
A capital da Província Oriental é ocupada pelas tropas joaninas da Divisão dos Voluntários Reais.

- **Balança comercial**
  Exportações de 20.250 contos de réis e importações de 22.000 contos de réis. Saldo negativo de 1.750 contos de réis.

1818

16 de maio — **Decreto autoriza primeira colônia suíça no Brasil**
D. João VI emite autorização para o agente do Cantão suíço de Friburgo a estabelecer uma colônia na região serrana do Rio de Janeiro.

- **Redução da taxa alfandegária a produtos portugueses**
  Os produtos portugueses obtêm a equiparação da taxa aduaneira preferencial de 15%, até então em vigor apenas para os produtos ingleses.

- **Exportações de algodão brasileiro atingem seu auge**
  Brasil exporta 73.730 sacas de algodão, quase 3 vezes mais do que em 1800. Porém, a partir de 1818, a concorrência norte-americana dificultará cada vez mais o desempenho da exportação brasileira desse produto.

- **Primeira colônia agrária alemã no Brasil**
  Implantada no sul da Bahia, recebe o nome de Leopoldina, em homenagem à Arquiduquesa austríaca que desposara o Príncipe Herdeiro D. Pedro de Alcântara no ano anterior.

- **Balança comercial**
  Exportações de 20.150 contos de réis e importações de 21.000 contos de réis. Saldo negativo de 850 contos de réis.

1819

14 de janeiro — **Isenção de impostos sobre a importação de livros**

4 de junho — **Colônia suíça de Nova Friburgo**
Fundada em decorrência da autorização dada por D. João no ano anterior. Os primeiros colonos chegam finalmente. Simboliza o início da política imigratória governamental para promover o estabelecimento de imigrantes europeus não portugueses no Brasil. Antes do período joanino no Brasil, essa imigração era proibida. Nova Friburgo se diferencia da Colônia Leopoldina, na Bahia, pelo número considerável de imigrantes que para ali se dirigem.

- **Chegada de imigrantes chineses**
  O governo português estimula a imigração chinesa, com o objetivo de introduzir a cultura do chá no Rio de Janeiro.

- **Balança comercial**
  Exportações de 20.050 contos de réis e importações de 20.500 contos de réis. Saldo negativo de 450 contos de réis.

1820

6 de abril **Criação dos Correios do Brasil**

- **Balança comercial**
  Exportações de 20.100 mil contos de réis e importações de 21.500 mil contos de réis. Saldo negativo de 1.400 mil contos de réis.

- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 258.050 contos de réis com média anual de 19.850 contos de réis. Importações totais de 270.900 contos de réis com média anual de 20.838 contos de réis.

1821-1830

A independência, em 1822, é o maior acontecimento da década no Brasil. As revoluções europeias e a independência de vários outros países latino-americanos desencadeiam uma forte onda liberal. No Congresso do Panamá, em 1826, Simon Bolívar conclama as nações americanas a formarem uma união perpétua. Todavia, são anos marcados pelo conservadorismo.

No Brasil, D. Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte e, em 1824, outorga a Carta Magna. O processo de reconhecimento da independência do País marca a economia das décadas seguintes e, nesse contexto, o compromisso de maior vulto é a assinatura do tratado de comércio com a Inglaterra.

Esse acordo influencia a política externa brasileira. Tratados semelhantes, firmados com outras nações, e atrelados ao reconhecimento de independência política do Brasil, resultam em danos ao comércio exterior e à economia brasileira.

O herõe da independência do Brazil: José Bonifácio de Andrade e Silva: dedicado a teus amigos, 1832. Gravura. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1821

21 de abril **Investidura de D. Pedro de Alcântara como Príncipe Regente do Brasil**

26 de abril **Retorno de D. João VI a Portugal**

Por exigência das Cortes, para "restaurar a dignidade metropolitana".

31 de julho **Anexação da Província Cisplatina**

Por Tratado, a Banda Oriental (Uruguai) é oficialmente incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com a denominação de Província Cisplatina.

29 de setembro **Decisão das Cortes de transferir para Lisboa importantes repartições**

Dentre as quais, o Desembargador do Passo, a Mesa da Consciência e Ordens, o Conselho da Fazenda. A decisão é tomada antes da chegada dos representantes brasileiros. Totalizam, só no mês de setembro, 2 mil. A medida visa enfraquecer a autoridade do Príncipe Regente.

Idem **Exigência do regresso do Príncipe Regente, D. Pedro, e toda a família real para Portugal**

Pelo Decreto nº 125, D. João VI praticamente extingue o reino do Brasil e determina o regresso a Portugal do seu herdeiro.

24 de dezembro **Pedido de permanência da Junta de governo de São Paulo a D. Pedro**

Seus membros não querem o regresso do Príncipe a Lisboa.

• **Balança comercial**

Exportações de 20.119 contos de réis e importações de 21.260 contos de réis. Saldo negativo de 1.141 contos de réis.

1822

9 de janeiro **Dia do Fico**

Dom Pedro, Príncipe Regente do Brasil, desobedece às Ordens das Cortes de Lisboa, atende ao apelo popular e se recusa a deixar o Brasil. Atribui-se ao Príncipe a frase que teria pronunciado na ocasião: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico".

6 de agosto **Manifesto do Príncipe Regente do Brasil às potências estrangeiras**

D. Pedro declara a governos e nações amigas que Portugal atenta contra os direitos do Brasil e quer impor uma "tirania portuguesa", e convida-os a manter relações diplomáticas com o Brasil. Prontifica-se a abrir os portos brasileiros "a todas as nações pacíficas e amigas".

7 de setembro **Proclamação da independência política do Brasil**

De regresso ao Rio de Janeiro, a comitiva de D. Pedro é alcançada às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, por emissários da Regente D. Leopoldina e do Ministro José Bonifácio, que lhe entregam duas missivas. Uma carta vinda de Portugal, que anula seus atos de

Príncipe Regente e exige seu regresso. Uma segunda carta de Bonifácio, com a mensagem: "só existem dois caminhos: ou volta para Portugal como prisioneiro das Cortes portuguesas ou proclama a independência, tornando-se o Imperador do Brasil".

Idem — **O Grito do Ipiranga**
Ao receber as mensagens de D. Leopoldina e de José Bonifácio às margens do riacho Ipiranga, o Príncipe teria se desfeito das fitas com as cortes de Portugal, empunhado a espada e proclamado: "Laços fora, soldados! As Cortes portuguesas querem mesmo escravizar o Brasil. Cumpre, portanto, declarar já a nossa independência. Desde este momento, estamos definitivamente separados de Portugal: Independência ou Morte seja a nossa divisa!"

1º de dezembro — **Dom Pedro I é sagrado Imperador do Brasil**

• **Balança comercial**
Exportações de 19.754 contos de réis e importações de 22.498 contos de réis. Saldo negativo de 2.744 contos de réis.

1823

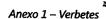
22 de outubro — **Provisão Imperial extingue definitivamente o regime de sesmaria**
Após a independência do Brasil, D. Pedro I torna definitiva a extinção do regime sesmarial já feita pela Resolução nº 76 de 1822. Com essa medida, o sistema de atribuição e controle da propriedade agrária não prevê posse jurídica da terra. Essa situação perdura de 1823 até 1850, quando é aprovada a Lei da Terra.

12 de novembro — **Dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I**
D. Pedro envia à Assembleia Constituinte do Brasil ato que a dissolve, acusando-a de não estar defendendo a integridade e a independência do Império. Seguem-se prisões e deportações.

• **Balança comercial**
Exportações de 20.653 contos de réis e importações de 19.420 contos de réis. Saldo positivo de 1.233 contos de réis.

1824

5 de janeiro — **Decreto autoriza contrair na Europa empréstimo de três milhões de libras esterlinas – início da marcha do endividamento externo**
D. Pedro I visa cobrir despesas urgentes.

25 de março — **Outorga da Primeira Constituição brasileira e instituição do Poder Moderador**
Depois de nomear um Conselho de Estado com dez membros, D. Pedro outorga a primeira Constituição do Brasil, sem a aprovação da Assembleia Constituinte do País.

Idem **Instituição do voto censitário pela Constituição de 1824**
A primeira Constituição do Brasil excluía os desfavorecidos da participação política.

26 de maio **Reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos da América**
Primeiro país a fazê-lo.

7 de setembro **Primeiro empréstimo externo do Brasil**
Contraído em Londres, dando a renda da alfândega como garantia. Destinava-se à contratação de esquadras e mercenários para combater a Confederação do Equador.

• **Balança comercial**
Exportações de 19.162 contos de réis e importações de 24.061 contos de réis. Saldo negativo de 4.899 contos de réis.

1825

25 de março **Negociações do reconhecimento da independência por Portugal**
Sir Charles Stuart é enviado por Georg Canning, titular do Foreign Office, em missão especial ao Rio de Janeiro para negociar, em nome de Portugal, a independência brasileira.

28 de agosto **Endividamento pelo reconhecimento da independência por Portugal**
Em cláusula secreta do Tratado de Paz e Amizade, o Brasil se compromete em indenizar Portugal em dois milhões de libras esterlinas; mesma quantia que esse país devia à Inglaterra. O empréstimo contraído pelo Brasil junto à Inglaterra para honrar esse compromisso fica nos próprios cofres ingleses.

29 de agosto **Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal**
Portugal e Brasil aceitam os termos acordados pela mediação inglesa para o reconhecimento da independência brasileira.

18 de outubro **Reconhecimento da independência pela Inglaterra**

4 de novembro **Relações rompidas e início da Guerra Cisplatina**
O Brasil rompe relações com as Províncias Unidas do Prata, e impõe bloqueio naval aos portos argentinos.

• **Balança comercial**
Exportações de 21.396 contos de réis e importações de 22.841 contos de réis. Saldo negativo de 1.445 contos de réis.

1826

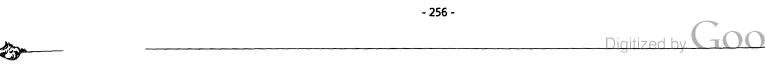
entre 5 de janeiro e 6 de março **Reconhecimento da independência do Brasil por outros países**
Reconhecimento da independência do Brasil pela Suécia (5 de janeiro), Santa Sé (23 de janeiro), Suíça (30 de janeiro), Países Baixos (15 de fevereiro), e Prússia (6 de março).

8 de janeiro	**Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a França**
22 de janeiro	**Instalação do primeiro Senado do Império do Brasil** São nomeados 50 senadores vitalícios.
Fevereiro	**Bloqueio do Rio do Prata e mediação pela Inglaterra do conflito** Forças navais brasileiras bloqueiam o Rio do Prata, fato que atinge as negociações comerciais na região platina.
23 de novembro	**Convenção sobre o Tráfico de Escravos entre o Brasil e a Inglaterra** O embaixador britânico consegue que o Brasil assuma o compromisso de honrar o acordado com Portugal em 1817 e se comprometa a eliminar inteiramente o tráfico de escravos dentro de três anos após a ratificação do acordo.
•	**Balança comercial** Exportações de 16.599 contos de réis e importações de 18.672 contos de réis. Saldo negativo de 2.073 contos de réis.

1827

8 de março	**Suspensão das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos** Incidentes isolados e tensão em suas relações bilaterais levam à sua suspensão.
16 de junho	**Assinatura de Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Áustria**
9 de julho	**Assinatura de Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Prússia**
17 de agosto	**Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a Inglaterra** Celebrado, no Rio de Janeiro, o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a Inglaterra.
17 de novembro	**Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e as Cidades Livres e Hanseáticas de Hamburgo, Bremen e Lübeck**
27 de novembro	**Primeira autorização oficial para emissão de moeda** Decreto imperial, que ordenava a troca das moedas de cobre por notas emitidas do Tesouro, constitui a primeira autorização legal para emissão de papel-moeda pelo Governo.
•	**Balança comercial** Exportações de 24.919 contos de réis e importações de 26.894 contos de réis. Saldo negativo de 1.975 contos de réis.

1828

26 de abril	**Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Dinamarca**

27 agosto **Convenção de Paz entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio do Prata, pondo fim à guerra cisplatina e formalizando a independência do Uruguai**
Brasil e Argentina desistem da posse da Província Cisplatina e lhe concedem a independência, sob o nome de República Oriental do Uruguai.

15 de setembro **Aprovação da primeira organização da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, na gestão de Carlos Augusto Oyenhausen, marquês de Aracati**

24 de setembro **Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos**
Promulgada lei que reduz as tarifas alfandegárias de quaisquer produtos à taxa de 15% para todos os países, independentemente de tratado bilateral.

12 de dezembro **Tratado de Comércio, Navegação e Amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América**

20 de dezembro **Tratado de Comércio, Navegação e Amizade entre o Brasil e os Países Baixos**

- **Balança comercial**
  Exportações de 32.111 contos de réis e importações de 31.940 contos de réis. Saldo positivo de 171 contos de réis.

1829

- **Escassez monetária**
  A falência do Banco do Brasil abala profundamente a liquidez monetária do País, que se vê sem moedas de ouro e de prata. A tentativa de se cunharem moedas de cobre fracassa por serem facilmente falsificadas. O Brasil se vê forçado a contrair empréstimos estrangeiros.

- **Balança comercial**
  Exportações de 33.415 contos de réis e importações de 35.531 contos de réis. Saldo negativo de 2.116 contos de réis.

1830

- **Balança comercial**
  Exportações de 35.135 contos de réis e importações de 42.047 contos de réis. Saldo negativo de 6.912 contos de réis.

- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 243.263 contos de réis com média anual de 24.326 contos de réis. Importações totais de 265.164 contos de réis com média anual de 26.516 mil contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**
  Açúcar (32,2%), algodão (20,0%), café (18,6%), peles e couros (13,8%) e demais (15,4%).

1831-1840

Os anos 1830 do século XIX são marcados pelo liberalismo. Os liberais assumem o poder na Inglaterra e fazem oposição às monarquias absolutistas. Nos Estados Unidos impera a doutrina Monroe, que prega o lema: "a América para os americanos". Nas regiões ibero-americanas insurge o sentimento nacionalista. No Brasil, as revoltas sociais evidenciam a insatisfação do povo com o governo regencial.

A descoberta do processo de vulcanização da borracha aquece a demanda pelo produto. Entretanto, a balança comercial da década registra sucessivos déficits e o café começa a ser destaque na pauta exportadora do Brasil.

A câmara dos deputados inicia debates sobre os tratados de comércio e de navegação firmados entre o Brasil e os países amigos. Os tratados que levam à dependência e prejudicam o comércio exterior brasileiro são cancelados. Isso provoca mudanças nos rumos da política externa do País.

Laurent Deroy (1797-1886), *Recolte du café* (Colheita do café), 1835.
Gravura. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1831

7 de abril — **Abdicação de D. Pedro I**

Crises internas culminam na abdicação do Imperador em favor de seu filho menor de idade, futuro D. Pedro II.

9 de abril — **Aclamação de Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo como Imperador**

D. Pedro poderá assumir o trono quando de sua maioridade aos 18 anos. O País, como constitucionalmente previsto, deverá ser governado, enquanto o Imperador for menor, por regências trinas.

• **Renovação dos Tratados de 1810 com a Inglaterra**

Tributação de 15% *ad valorem* para os produtos ingleses e 24% para as outras nações.

7 de novembro — **Lei Feijó**

O tráfico negreiro torna-se ilegal.

• **Balança comercial**

Exportações de 32.431 contos de réis e importações de 33.491 contos de réis. Saldo negativo de 1.060 contos de réis.

1832

• **Invenção da hélice marítima**

Contribuição com a modernização dos transportes marítimos, tornando-os mais rápidos e eficientes.

• **O café destaca-se na pauta das exportações**

• **Balança comercial**

Exportações de 31.815 contos de réis e importações de 32.146 contos de réis. Saldo negativo de 331 contos de réis.

1833

• **Liquidação do Banco do Brasil**

Devido aos saques da corte portuguesa em seu retorno a Lisboa, por descalabro administrativo e desmandos financeiros durante o 1º Reinado. Acaba o prazo de 20 anos e sob intensa oposição política, o Banco é liquidado.

8 de outubro — **Lei nº 59**

Adota novo padrão monetário, com a reorganização do Sistema Monetário Nacional, gera novas fontes de renda e restabelece o Banco do Brasil.

- **Balança comercial**
  Exportações de 36.175 contos de réis e importações de 36.285 contos de réis. Saldo negativo de 110 contos de réis.

1834

12 de agosto **Consolidação do Rio de Janeiro como sede do império brasileiro**
Com a medida de criação do município neutro do Rio de Janeiro no âmbito do Ato Adicional de 1834, o Rio de Janeiro consolida-se como capital imperial.

- **Invenção do motor elétrico**
  Contribuição para o progresso dos meios de transportes.

- **Assinatura entre o Brasil e a Bélgica de um Tratado de Comércio e Navegação**
  Definição de tarifas aduaneiras entre o Brasil, a Bélgica e os Países Baixos.

- **Balança comercial**
  Exportações de 32.992 contos de réis e importações de 36.577 contos de réis. Saldo negativo de 3.585 contos de réis.

1835

- **Política de Recusa e Contestação dos tratados internacionais**
  Câmara dos Deputados afirma que os tratados firmados com as nações amigas levam à dependência do Brasil e prejuízo aos negócios, pois era proibido fixar as taxas alfandegárias.

20 de setembro **Revolução Farroupilha**
Pecuaristas do Rio Grande do Sul exigem maior tributação sobre o charque oriundo do Uruguai e da Argentina. A revolução, liderada pelo coronel Bento Gonçalves da Silva e Guiseppe Garibaldi ao longo da luta vai tomando aspectos próprios e singulares. A luta dessa revolução, que é a mais longa das revoluções brasileiras, transforma-se em uma guerra civil que dura todo um decênio (1835-1845). Pouco depois do romper da revolta, os farrapos tomam a capital provincial, Porto Alegre, e em seguida a segunda maior cidade, Pelotas. Dos desdobramentos da revolta tem-se a proclamação da República de Piratini (Rio-Grandense), em setembro de 1836. A luta estende-se, em 1839, para o sul de Santa Catarina onde Garibaldi proclama a República Juliana.

- **Concessão de ferrovias para unir Rio de Janeiro às províncias de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul**

- **Balança comercial**
  Exportações de 41.442 contos de réis e importações de 41.196 contos de réis. Saldo positivo de 246 contos de réis.

1836

- **Rejeição ao Tratado de Comércio e Navegação com Portugal**
  A Câmara dos Deputados recusa-se a assinar, continuidade da política de negação dos tratados comerciais.

- **Balança comercial**
  Exportações de 34.183 contos de réis e importações de 45.320 contos de réis. Saldo negativo de 11.137 contos de réis.

1837

11 de outubro **Lei sobre o trabalho do imigrante**

- **Antonio Peregrino Maciel Monteiro assume o Ministério dos Negócios Estrangeiros**

- **Início da Era Vitoriana. Considerado o auge da Revolução Industrial**
  O Brasil não incorpora as ideias da revolução.

- **Invenção do telégrafo por Samuel Morse**

- **Balança comercial**
  Exportações de 33.511 contos de réis e importações de 40.757 contos de réis. Saldo negativo de 7.246 contos de réis.

1838

25 de outubro **Denúncia dos Tratados de Comércio e Navegação com a Prússia, cidades Hanseáticas e a Dinamarca**

- **Balança comercial**
  Exportações de 41.598 contos de réis e importações de 49.446 contos de réis. Saldo negativo de 7.848 contos de réis.

1839

- **Aumento na demanda pela borracha**
  Charles Goodyear desenvolve o processo de vulcanização da borracha e a região amazônica é favorecida.

- **Balança comercial**
  Exportações de 43.192 contos de réis e importações de 52.359 contos de réis. Saldo negativo de 9.167 contos de réis.

1840

23 de julho **Declaração da maioridade de D. Pedro II**

O Senado, pelo seu Presidente, o Marquês de Paranaguá, apoiado pelo Partido Liberal, declara D. Pedro II maior de idade aos 14 anos, e o coroa, com o título de Dom Pedro II, Imperador do Brasil. Para alguns estudiosos, essa medida é tida como o "golpe da maioridade". Termina o agitado período regencial brasileiro.

- **Primeira concessão ferroviária do Brasil**

  Concedida ao médico inglês Thomas Cochrane para construir ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo.

- **Patentes concedidas**

  O Brasil atinge um total acumulado de 31 patentes concedidas, desde 1809, perfaz, portanto, uma média de uma patente por ano.

- **Repúdio aos tratados bilaterais de comércio**

  Os políticos do Império continuam repudiando os tratados comerciais de cláusula de nação mais favorecida firmados pelo Brasil e que julgam danosos ao País. Nesse sentido, Caetano Maria Lopes Gama, Ministro e Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros (Ministro das Relações Exteriores), apresenta um requerimento à Assembleia Geral Legislativa que confirma "ordens já têm sido expedidas para notificar a cassação dos tratados que ainda existem, cujo termo está a aproximar-se".

- **Aumento exponencial da produção do café**

  A produção do café aumenta 206% em relação a 1820. Foram produzidas 3.178.000 sacas de café de 1820 a 1831 e 9.744.000 sacas de 1831 a 1840, atendendo plenamente a demanda do produto no mercado mundial.

- **Balança comercial da década**

  Exportações totais de 327.339 contos de réis com média anual de 36.371 contos de réis. Importações totais de 367.577 contos de réis com média anual de 40.842 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**

  Café (43,8%), açúcar (24,0%), algodão (11,0%), peles e couros (7,9%) e demais (13,3%).

1841-1850

A década de 1840 é chamada de a década da "primavera dos povos", devido aos nacionalismos românticos que afloram no período, em vários países do mundo. O Brasil não fica imune a essa primeira onda revolucionária e, em Pernambuco, surge a Revolução Praieira. Sua principal característica é o socialismo utópico, com influência do liberalismo radical.

A siderurgia expande os meios de transporte com embarcações de metal movidas a vapor. Em 1841, com cerca de 6 milhões de habitantes, a população brasileira concentra-se em vias litorâneas e em pontos do interior. A economia, basicamente agrícola, ainda faz uso de mão de obra escrava e possui uma dívida externa de mais de 5 milhões de libras esterlinas.

D. Pedro II tem sua maioridade antecipada e torna-se imperador constitucional do Brasil. Em 1844, o governo rompe seu principal tratado comercial, com a Grã-Bretanha, e eleva os direitos alfandegários. O custo das importações aumenta, estimulando a instalação de indústrias e manufaturas no País. As exportações de café crescem, mas a balança comercial ainda é deficitária.

Harald Schultz (1909-1966), *D. Pedro II*. Fotografia. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1841

8 de julho — **Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação com o Peru**
Não é ratificado pelo Brasil.

18 de julho — **Sagração e coroação de D. Pedro II**
D. Pedro II é sagrado Imperador Constitucional do Brasil.

• **Desmonte do sistema de tratados desiguais**
O Brasil está quase livre dos tratados desiguais firmados no âmbito do processo de reconhecimento de sua independência. Restam apenas as cláusulas relativas a questões consulares do tratado com a França, consideradas perpétuas e o tratado com a Grã-Bretanha.

• **Balança comercial**
Exportações de 41.672 contos de réis e importações de 57.727 contos de réis. Saldo negativo de 16.055 contos de réis.

1842

19 de novembro — **Inglaterra envia representante ao Brasil para negociar novo tratado comercial**

• **Balança comercial**
Exportações de 39.084 contos de réis e importações de 56.041 contos de réis. Saldo negativo de 16.957 contos de réis.

1843

23 de janeiro — **Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, assume o Ministério dos Negócios Estrangeiros**

• **Saldo positivo na balança comercial do Brasil com alguns países**
Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Itália e Holanda, dentre os principais parceiros comerciais no período.

• **Abertura do primeiro consulado brasileiro na China, localizado em Cantão**

• **Balança comercial**
Exportações de 41.039 contos de réis e importações de 50.639 contos de réis. Saldo negativo de 9.600 contos de réis.

1844

17 de maio — **Tarifa Alves Branco**
Introduz proteção à indústria nacional. O Brasil eleva os direitos alfandegários a uma taxa que varia de 30% a 60% *ad valorem*, em vez dos anteriores 15%, sobre os bens importados. O protecionismo gera o primeiro surto industrial.

24 de maio — **Primeira linha telegráfica do mundo**
Instalada por Samuel Morse, conecta Baltimore a Washington, nos Estados Unidos.

12 de agosto — **Elevação os direitos alfandegários brasileiros sobre 2.919 artigos estrangeiros**

7 de outubro — **Firmado em Assunção um Tratado de Aliança, Comércio e Limites entre Brasil e Paraguai**
Entretanto, o tratado não é ratificado pelo Brasil devido a divergências sobre áreas de limites.

• **Fim do Tratado de 1827, firmado com a Inglaterra**
A Câmara dos Deputados considera definitivamente expirado o tratado que deslancha a formulação do Sistema de Tratados de nação mais favorecida, tido como altamente danoso para a economia brasileira.

• **D. Pedro II patrocina a colonização de Petrópolis por imigrantes alemães**
Os colonos dedicam-se as atividades têxteis, produção de flores e cereais.

• **Balança comercial**
Exportações de 43.800 contos de réis e importações de 55.289 contos de réis. Saldo negativo de 11.489 contos de réis.

1845

• **Fim da Guerra dos Farrapos**
Após dez anos de conflitos, termina a Revolta Farroupilha. Pactuou-se a paz em Poncho-Verde. Os revolucionários recebem ampla anistia em troca da deposição das armas.

16 de agosto — **Bloqueio do Prata pela França e Inglaterra**
Devido ao fechamento dos rios à navegação internacional decretada por Rosas.

• **Desempenho da alfândega brasileira ajuda a equilibrar as contas nacionais**
Efeito da Tarifa Alves Branco: aumenta 61% o desempenho da alfândega brasileira em relação a 1843. A arrecadação que foi de 15,4 mil contos de réis, em 1843, passa a ser de 24,8 mil contos de réis, em 1845.

• **Balança comercial**
Exportações de 47.054 contos de réis e importações de 55.228 contos de réis. Saldo negativo de 8.174 contos de réis.

1846

14 de setembro **Trocadas notas entre o Brasil e a Venezuela**
Sobre a remoção de obstáculos ao comércio e à comunicação entre os dois países pela fronteira.

• **Construção de estaleiros navais, primeira grande indústria do Brasil**
Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, decide construir um estaleiro e uma fundição em Niterói para produzir navios a vapor, engenhos, canos de ferro e outros artigos correlacionados. Os estaleiros de Ponta de Areia são os primeiros na América do Sul.

• **Balança comercial**
Exportações de 53.630 contos de réis e importações de 52.194 contos de réis. Saldo positivo de 1.436 contos de réis.

1847

25 de junho **Declarados insubsistentes os artigos do tratado de 1825 com Portugal**
Esses artigos referem-se à cláusula de nação mais favorecida e aos direitos de 15% sobre os produtos recíprocos. Com isto, o Brasil livra-se dos últimos resquícios dos tratados preferenciais estabelecidos durante o Primeiro Reinado.

• **Balança comercial**
Exportações de 52.449 contos de réis e importações de 55.740 contos de réis. Saldo negativo de 3.291 contos de réis.

1848

18 de abril **Governo uruguaio solicita intervenção brasileira nos negócios platinos**

• **Aberto consulado brasileiro em Bombaim, na Índia**

• **Balança comercial**
Exportações de 57.926 contos de réis e importações de 47.350 contos de réis. Saldo positivo de 10.576 contos de réis.

1849

- **Exportações de café**
  De 1841 a 1850 o Brasil exporta mais de dezesseis milhões de sacas de café.

- **Balança comercial**
  Exportações de 56.290 contos de réis e importações de 51.570 contos de réis. Saldo positivo de 4.720 contos de réis.

1850

25 de julho **Promulgação do primeiro Código Comercial brasileiro**
A Lei nº 556 unifica todas as leis que dispõem sobre a matéria. Impõe normas que aumentam a segurança dos empreendimentos e assim estimula o desenvolvimento da indústria e do comércio. Esse Código é revogado em 2002, pelo novo Código Civil brasileiro.

- **Patentes concedidas**
  O Brasil atinge um total acumulado de 47 patentes concedidas, desde 1809, sendo 15 patentes concedidas desde 1845.

- **Existem 72 manufaturas atuando no Brasil**
  Destacam-se as de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros e tecidos de algodão, concentradas, principalmente, no Rio de Janeiro.

- **Exportações de café**
  De 1841 a 1850 o Brasil exporta mais de dezesseis milhões de sacas de café.

- **Balança comercial**
  Exportações de 55.032 contos de réis e importações de 59.165 contos de réis. Saldo negativo de 4.133 contos de réis.

- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 487.976 contos de réis com média anual de 48.798 contos de réis. Importações totais de 540.943 contos de réis com média anual de 54.094 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**
  Café (41,3%), açúcar (26,7%), peles e couros (8,6%), algodão (7,5%) e demais (15,9%).

1851-1860

A década de 1850 é de espetacular crescimento da produção e expansão do comércio internacional. No Brasil, o período é marcado pelo fim do tráfico negreiro internacional, pela melhora das finanças públicas, pela maior estabilidade política e pelo desenvolvimento de indústrias e manufaturas.

É o período que deslancha a modernização da chamada era Mauá. A primeira locomotiva brasileira, a baronesa, é de 1854. Em 1860, são reduzidas as alíquotas de importação para máquinas, ferramentas e ferragens.

O Brasil consegue diversificar o destino de suas exportações, mas as importações continuam concentradas na Grã-Bretanha. O primeiro saldo positivo da balança comercial desde a independência é obtido em 1860, graças ao café. Nessa década, o produto corresponde a quase 50% das exportações do País, seguido pelo açúcar, algodão, fumo e cacau.

H. Clerget, Fazenda du Governo: Parahyba-do-Sul, 1861. Litografia. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1851

1º de maio — **Primeira exposição universal em Londres**
Participam 13.937 expositores e cerca de seis milhões de visitantes.

29 de maio — **Estabelecida aliança ofensiva e defensiva contra Rosas**
Em Montevidéu, entre o Brasil, o Uruguai, e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. Fica pactuada, também, a livre navegação pelo rio Paraná e seus afluentes.

22 de agosto — **Primeira organização do Corpo Diplomático Brasileiro**

• **Guerra do Brasil contra Rosas**
O conflito se prolonga até 1852.

• **Estabelecida a primeira linha de navegação de longo curso**
Estabelecida pelos ingleses, ligando o Rio de Janeiro a Southampton, na ilha Britânica.

Setembro — **Termina o cerco a Montevidéu**
Intervenção brasileira no Uruguai, em apoio ao governo colorado. Manuel Oribe, caudilho Blanco e aliado do ditador argentino Rosas, se rendem às tropas do general Urquiza, que vence apoiado pelo Brasil e pelos colorados uruguaios.

12 de outubro — **Assinado Tratado de Comércio e Navegação com o Uruguai**
Assinado no Rio de Janeiro. As ratificações são trocadas em Montevidéu no mês de novembro de 1851.

23 de outubro — **Assinada a Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru**

• **Balança comercial**
Exportações de 67.788 contos de réis e importações de 76.918 contos de réis. Saldo negativo de 9.130 contos de réis.

1852

3 de fevereiro — **Rosas é derrotado**
Em Monte Caseros, por Urquiza, apoiado por tropas brasileiras. Rosas exila-se na Inglaterra.

• **Inaugurada primeira linha de telégrafos**
No Rio de Janeiro, conectando a Quinta da Boa Vista ao Quartel do Campo.

• **Navegação a vapor na Amazônia**
Introduzida em 1852 por Irineu Evangelista de Souza, que cria a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas.

- **Balança comercial**
  Exportações de 66.640 contos de réis e importações de 92.860 contos de réis. Saldo negativo de 26.220 contos de réis.

1853

- **Estados Unidos, um grande importador de produtos brasileiros**
  As exportações para os Estados Unidos atingem um total de 2.649.817 libras esterlinas, correspondentes a 32,4% das exportações brasileiras.

- **Os Estados Unidos querem abrir o Rio Amazonas às embarcações americanas**
  Enviam representante ao Brasil com instruções para obter um tratado de comércio de navegação que incluísse a abertura do Rio Amazonas.

- **Balança comercial**
  Exportações de 73.644 contos de réis e importações de 87.332 contos de réis. Saldo negativo de 13.688 contos de réis.

1854

3 de maio **Brasil intervém no Uruguai**
Para garantir o cumprimento dos tratados de 1951 e apoiar o colorado Venâncio Flôres.

- **Primeira ferrovia do País**
  Mauá constrói a Estrada de Ferro Petrópolis, com pouco mais de quatorze quilômetros, ligando Porto Mauá-RJ à Estação Fragoso.

- **Balança comercial**
  Exportações de 76.843 contos de réis e importações de 85.838 contos de réis. Saldo negativo de 8.995 contos de réis.

1855

- **Patentes concedidas**
  O Brasil atinge um total acumulado de 87 patentes concedidas, desde 1809, sendo 40 patentes concedidas desde 1851.

- **Principais destinos das exportações brasileiras**
  A Grã-Bretanha é o principal comprador dos produtos brasileiros, seguida dos Estados Unidos em segundo lugar e a França, em terceiro.

- **Países dos quais o Brasil importa**
  A Inglaterra é o principal fornecedor de produtos para o Brasil, mais da metade de nossas importações provém daquele país. A França é o segundo principal fornecedor, seguida dos Estados Unidos, em terceiro lugar.

- **Balança comercial**
  Exportações de 90.698 contos de réis e importações de 85.170 contos de réis. Saldo positivo de 5.528 contos de réis.

1856

7 de março — **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Confederação Argentina**

6 de abril — **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai**

- **Balança comercial**
  Exportações de 94.432 contos de réis e importações de 92.779 contos de réis. Saldo positivo de 1.653 contos de réis.

1857

Março — **Reforma Souza Franco**
Introduz tributação específica por categorias de produtos e diminui alguns privilégios concedidos a indústrias nacionais. Visa favorecer a compra de matérias-primas e de instrumentos destinados à lavoura.

26 de agosto — **Decreto Maurício Wanderley**
Promove ajustes na tarifa com objetivo de beneficiar a agricultura e isentar o carvão mineral, tendo em vista beneficiar o desenvolvimento das indústrias e comunicações.

- **Balança comercial**
  Exportações de 114.547 contos de réis e importações de 125.227 contos de réis. Saldo negativo de 10.680 contos de réis.

1858

5 de fevereiro — **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Império Otomano**

- **Balança comercial**
  Exportações de 96.200 contos de réis e importações de 130.264 contos de réis. Saldo negativo de 34.064 contos de réis.

1859

- **Prússia proíbe a vinda de seus cidadãos para o Brasil**
  A revolta dos colonos da Fazenda Ibiacaba repercute na Europa e o governo prussiano, por meio de um Edito, veda a emigração para o Brasil; essa medida é seguida por outros países. O governo brasileiro faz junções diplomáticas que resultam na suspensão dessa medida poucos anos depois.

- **Balança comercial**
  Exportações de 106.782 contos de réis e importações de 127.268 contos de réis. Saldo negativo de 20.486 contos de réis.

1860

3 de setembro **Tarifa Silva Ferraz**
Alega objetivo de proteger a indústria nacional sem prejudicar o consumidor. Eleva os direitos em até 50%.

- **Balança comercial**
  Exportações de 112.958 contos de réis e importações de 113.028 contos de réis. Saldo negativo de 70 contos de réis.

- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 900.532 contos de réis com média anual de 90.053 contos de réis. Importações totais de 1.016.684 contos de réis com média anual de 101.668 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**
  Café (48,8%), açúcar (21,2%), algodão (6,2%), couros e peles (7,2%), fumo (2,6%), cacau (1,1%), borracha (2,2%), mate (1,5%) e outros produtos correspondem a 9,2%.

1861-1870

O cenário promissor de desenvolvimento, paz e otimismo da década de 1850 é refreado pelas crises financeiras dos anos de 1860 e, principalmente, pela guerra da Tríplice Aliança, que consome as energias e recursos do Brasil. Para atender às despesas ocasionadas pela guerra, o País é obrigado a emitir títulos do tesouro e contrair um empréstimo externo.

Nesse período, o café representa a maior parte das exportações, e o saldo da balança comercial é positivo em 18 milhões de libras.

No contexto americano, duas guerras de grandes proporções sacodem o continente: nos Estados Unidos, a guerra civil americana, e no sul, a guerra da Tríplice Aliança, que envolve Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. Em 1870, é lançado o Manifesto Republicano.

Conde d'Eu e outros oficiais brasileiros que participaram da Guerra do Paraguai, 1864-1870.
Fotografia, 12 x 16,5cm em c. 21,5 x 26,5cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1861

11 de novembro **Brasil reconhece o Governo do Reino da Itália**

• **Aberta ao tráfego a primeira rodovia do Brasil**
Denominada Estrada União e Indústria, unindo Petrópolis a Juiz de Fora, com uma extensão de 144 Km.

• **Balança comercial**
Exportações de 123.171 contos de réis e importações de 123.720 contos de réis. Saldo negativo de 549 contos de réis.

1862

26 de junho **Aprovação da Lei nº 1.157, que determina a substituição do sistema de pesos e medidas pelo sistema métrico francês**
O novo sistema somente entra em vigor com o Decreto Imperial de 18 de setembro de 1872. Em todo o País, continua em uso uma variedade de pesos e medidas dos padrões portugueses, ingleses e espanhóis (légua, onça, quintal, arroba, libra, jardas, palmo, braça, côvado etc.).

31 de dezembro **Apresamento de 5 navios brasileiros pela frota inglesa**
Embarcações inglesas bloqueiam o Rio de Janeiro e apresam naves brasileiras agravando a chamada Questão Christie.

• **Brasil participa da segunda Exposição Universal de Londres**
Com 439 expositores e seis mil produtos, praticamente todos agrícolas.

• **Balança comercial**
Exportações de 120.720 contos de réis e importações de 110.531 contos de réis. Saldo positivo de 10.189 contos de réis.

1863

Janeiro **Navios de guerra ingleses bloqueiam a Baía de Guanabara**

25 de maio **Rompidas relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra**

Outubro **Brasil toma empréstimo de 3,8 milhões de libras**

• **Balança comercial**
Exportações de 122.479 contos de réis e importações de 99.163 contos de réis. Saldo positivo de 23.316 contos de réis.

1864

16 de maio — **Acordo para estabelecimento de linha telegráfica entre a Europa e a América**
Assinado pelo Brasil, França, Itália, Portugal e Haiti.

16 de outubro — **Bloqueio do porto de Montevidéu pela esquadra do Almirante Tamandaré**
O Brasil entra em guerra contra Aguirre.

• **Governo determina a expansão do meio circulante**
A queda das exportações de café, devido a fatores climáticos, agrava a crise financeira já existente.

13 de dezembro — **Paraguai oficializa declaração de Guerra ao Brasil**

• **Balança comercial**
Exportações de 131.204 contos de réis e importações de 125.700 contos de réis. Saldo positivo de 5.504 contos de réis.

1865

1º de maio — **Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança**
Entre Brasil, Argentina e Uruguai.

11 de junho — **Batalha do Riachuelo**
Após um dia todo de luta, a esquadra brasileira destrói o poderio naval paraguaio, na foz do Riachuelo.

22 de setembro — **Reatadas as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra**
Novo Ministro britânico apresenta credenciais ao Imperador D. Pedro II em Uruguaiana.

• **Empréstimo externo de cerca de sete milhões de libras esterlinas**
Para atender às despesas com a guerra do Paraguai, o governo contrai empréstimo externo de 6.953.600 libras esterlinas.

• **Inaugurados 276 km de ferrovias desde 1861**

• **Balança comercial**
Exportações de 141.100 contos de réis e importações de 131.800 contos de réis. Saldo positivo de 9.300 contos de réis.

1866

16 de abril — **Invasão do Paraguai pela Tríplice Aliança**

- **Abertura do rio Amazonas à navegação internacional**
- **Instalada a linha de navegação entre Belém e Liverpool**
  Ganha importância conforme se intensifica a exportação de borracha.
- **Exposição Nacional reúne 20 mil produtos e 2.300 expositores**
- **Balança comercial**
  Exportações de 157.100 contos de réis e importações de 137.800 contos de réis. Saldo positivo de 19.300 contos de réis.

1867

- **Brasil participa da Exposição Internacional organizada na França**
  O número total de expositores é de 43 mil e o de visitantes é de 6,8 milhões.
- **Balança comercial**
  Exportações de 156.300 contos de réis e importações de 143.200 contos de réis. Saldo positivo de 13.100 contos de réis.

1868

23 de janeiro — **Fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro**
Iniciativa dos cafeicultores.

16 de fevereiro — **Abertura da estrada de ferro Santos – Jundiaí**
Aberta ao público pela companhia São Paulo Railway, detém o monopólio de exploração da estrada até 1930.

- **Balança comercial**
  Exportações de 185.300 contos de réis e importações de 140.600 contos de réis. Saldo positivo de 44.700 contos de réis.

1869

22 de maio — **Aprovada Tarifa Itaboraí**
Taxas protecionistas de 30% a 40%. Definida pelo sistema métrico, determinando valor por quilo mais um determinado percentual.

10 de maio — **Ministro norte-americano James Webb suspende relações com o Brasil**

- **Locomotiva elétrica**
  A Siemens é pioneira em sua fabricação.
- **Abertura do Canal de Suez**

- **Balança comercial**
  Exportações de 202.700 contos de réis e importações de 166.700 contos de réis. Saldo positivo de 36.000 contos de réis.

1870

4 de abril **Fim da Guerra do Paraguai**

- **Patentes concedidas**
  O Brasil atinge um total acumulado de 208 patentes concedidas desde 1809, sendo 53 patentes concedidas desde 1865.

- **O Brasil atinge um total de 744 km de ferrovias**
  Os Estados Unidos já possuem 84.675 km, a Inglaterra 21.558 km, a França 15.544 e a Itália 6.429 km.

- **Exportações de café**
  De 1861 a 1870, o Brasil exporta 28.977 mil sacas de 60 kg de café, a um preço médio de 2,35 libras por saca, gerando uma receita de exportação de 149.471 mil libras esterlinas.

- **O Brasil exporta o equivalente a uma média de 7,8 dólares *per capita***
  O Reino Unido lidera com o equivalente a 31 dólares *per capita*, a França com 14 dólares, os Estados Unidos com 13, e a Alemanha com 11 dólares *per capita*. O Japão, recentemente aberto ao exterior, exporta o equivalente a 0,4 dólares *per capita*.

- **Brasil exporta o equivalente a 11,8% do PIB**
  Inglaterra 12%, Estados Unidos 2,5%, Alemanha 9,5%, França 4,9% Argentina 9,4% e Japão 0,2% do PIB.

- **Balança comercial**
  Exportações de 197.100 contos de réis e importações de 168.300 contos de réis. Saldo positivo de 28.800 contos de réis.

- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 1.537.174 contos de réis com média anual de 153.717 contos de réis. Importações totais de 1.347.514 contos de réis com média anual de 134.751 contos de réis.

- **Principais produtos exportados na década**
  Café (45,3%), açúcar (12,0%), algodão (18,4%), couros e peles (6,0%), fumo (3,0%), cacau (1,0%), borracha (3,2%), mate (1,2%) e outros produtos (9,9%).

1871-1880

A década de 1870 é marcada pela segunda Revolução Industrial, consolidada quase que simultaneamente em vários países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Isso provoca uma mudança estrutural no sistema internacional e leva a Inglaterra a perder seu *status* de predominância como parque industrial do mundo.

Em 1863, a economia mundial sofre sob a grande depressão marcada pela queda dos preços e a superprodução. Essa crise provoca uma onda de emigração da Europa para outros continentes.

As exportações brasileiras continuam concentradas em poucos produtos. Os principais são café, açúcar, algodão, couros, borracha, cacau, mate e fumo, que representam 95% de tudo o que o Brasil exporta. Com a implantação de ferrovias, o transporte entre os pontos de produção e os portos se torna muito mais viável. Essa facilidade e a grande demanda externa fazem a produção de café aumentar. As ferrovias também favorecem o surgimento de novas cidades, o crescimento da população e do comércio.

Marc Ferrez (1843-1923), *La recolte du café*, 1870-1899. Fotografia, 16 x 22 cm em c. 19 x 26,7 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1871

28 de setembro — **Lei do Ventre Livre**
Preparada pelo Gabinete do Visconde do Rio Branco e pelo Gabinete Moderador, determina a liberdade para os filhos de escravas nascidos após esta data.

• **Primeira viagem internacional de D. Pedro II**
O imperador realiza a sua primeira grande viagem internacional à Europa, Palestina e Egito. Prefere viajar em caráter particular, como D. Pedro de Alcântara. Na sua ausência, a Regência do Império é assumida pela Princesa Isabel.

• **Balança comercial**
Exportações de 168.000 contos de réis e importações de 162.400 contos de réis. Saldo positivo de 5.600 contos de réis.

1872

Janeiro de 1872 — **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai**
Assinado em Assunção, também garante ao Brasil a posse do território entre os rios Apa e Branco.

1º de agosto — **Primeiro censo do Brasil**
Informa que o Brasil tem um total de 8.930.478 habitantes, dos quais 1.510.806 são escravos. Nessa época a cidade de São Paulo tem pouco mais de trinta mil habitantes.

• **Cabo submarino entre Brasil e Europa**
O cabo, por onde trafegam os sinais elétricos em código Morse, tem sua instalação iniciada por Mauá, em 1872, e a sua inauguração ocorre em 1874. Liga o Brasil a Portugal.

• **Inovações industriais devem ser informadas ao governo brasileiro**
O Regulamento Consular de 1872 determina que os representantes consulares brasileiros informem regularmente sobre "as máquinas de nova invenção e melhoramentos do processo industrial, advindos dos outros países, que convenham e se apliquem no Império".

• **Primeira indústria têxtil moderna do País**
Instalada pelo Barão de Piracicaba, em São Paulo, com trinta teares adquiridos na Inglaterra e sessenta funcionários. Alguns anos depois, seguindo o exemplo do pai, o filho do Barão de Piracicaba instala na região algodoeira de Itu, no interior da Província de São Paulo, uma indústria bem maior com 350 teares.

• **Condições favoráveis para o café no mercado dos Estados Unidos**
Os Estados Unidos eliminam o pagamento de taxas para importações de café de qualquer procedência, fato importante para o País, pois no ano seguinte tem início um

processo de depressão econômica mundial, que se agrava a partir de 1876 e provoca a queda do preço dos produtos brasileiros no mercado mundial.

- **Balança comercial**
  Exportações de 190.700 contos de réis e importações de 150.300 contos de réis. Saldo positivo de 40.400 contos de réis.

1873

- **Exportações de algodão**
  No período compreendido entre 1871 e 1873, o algodão representa 16,6% das exportações do País. Entretanto, este percentual diminuirá significativamente nos anos seguintes.

- **Balança comercial**
  Exportações de 214.900 contos de réis e importações de 158.500 contos de réis. Saldo positivo de 56.400 contos de réis.

1874

- **Vinda dos primeiros imigrantes italianos para São Paulo**

- **Inauguração da comunicação por cabo submarino entre o Brasil e a Europa**

- **Início do serviço de telégrafo ligando as províncias do norte e a capital do Império**

- **Tarifa Rio Branco**
  Divide as mercadorias em 36 categorias, promove correções em alguns valores oficiais e consolida diversas taxas aplicadas aos importados em um patamar de 40%. Para estimular a agricultura, concede isenção para máquinas e insumos necessários às atividades agrícolas.

- **Estrada de ferro Leopoldina**
  Instalada a partir da região cafeeira de Minas Gerais e somada à Estrada de Ferro D. Pedro II, passa a servir uma fértil região de produção agrícola.

- **Balança comercial**
  Exportações de 189.700 contos de réis e importações de 152.800 contos de réis. Saldo positivo de 36.900 contos de réis.

1875

- **Modernização dos engenhos de açúcar**
  O açúcar brasileiro está cada vez menos competitivo no mercado externo. O governo tenta estimular a adoção de processos mais eficientes de industrialização da cana e

aprova a Lei nº 2.687, por intermédio da qual garante juros vantajosos, por volta de 7% ao ano, para estimular a instalação de engenhos centrais baseados no uso de "aparelhos e processo modernos".

20 de maio **Padronização do sistema de pesos e medidas**
Realiza-se em Paris, na França, a Convenção Internacional de Metro e estabelece-se um Escritório Internacional de Pesos e Medidas.

- **Nova rota marítima une a Amazônia à Europa**
  Inaugurada uma linha de vapores ligando Manaus a Liverpool, na Inglaterra.

- **Balança comercial**
  Exportações de 208.494 contos de réis e importações de 167.549 contos de réis. Saldo positivo de 40.945 contos de réis.

1876

- **Segunda viagem internacional de D. Pedro II**
  Visita Estados Unidos, Rússia, Crimeia, Constantinopla, Atenas, Líbano, Síria e Palestina. Nos Estados Unidos inaugura, juntamente com o Presidente Grant, a Centennial International Exhibition de Filadélfia, comemorativa do centenário da independência americana e que contou com cerca de 60 mil expositores e dez milhões de visitantes.

- **O imperador e o telefone**
  Durante a exposição de Filadélfia, D. Pedro II encanta-se com uma máquina que fala, é o telefone, recém-inventado por Alexander Graham Bell.

- **Balança comercial**
  Exportações de 183.602 contos de réis e importações de 172.149 contos de réis. Saldo positivo de 11.453 contos de réis.

1877

- **Engenhos centrais**
  É inaugurado o primeiro engenho central em Macaé, no Rio de Janeiro, e no ano seguinte entram outros em funcionamento no Paraná, em São Paulo e na Bahia. Mas, em geral, além da falta de capital para investimentos, os senhores de engenhos são resistentes a inovações e a mudanças no sistema de produção baseado no braço escravo, de modo que, muito lentamente, a máquina a vapor e os novos métodos de produção passam a integrar o ciclo de produção do açúcar no Brasil.

- **As exportações de algodão começam a declinar**
  A partir de meados da década, o estado do Ceará passa a sofrer mais com a seca, o que prejudica muito a lavoura de algodão no estado. Além disso, os Estados Unidos vol-

tam a concorrer com o Brasil no mercado externo de algodão e, por terem condições mais competitivas, deslocam o produto brasileiro.

- **Início do "ciclo da borracha" na Amazônia**
  A atividade já começara um pouco antes. Neste ano, intensifica-se a exploração do seringal, principalmente com a utilização da mão de obra nordestina que foge da grande seca que assola suas províncias.

- **O Brasil instala seus primeiros telefones**
  Trata-se de uma iniciativa de D. Pedro II, que ao voltar de sua viagem, adota a nova tecnologia, antes mesmo que a maioria dos países da Europa.

- **Balança comercial**
  Exportações de 195.563 contos de réis e importações de 156.886 contos de réis. Saldo positivo de 38.677 contos de réis.

1878

- **Os abolicionistas intensificam suas atividades**
  Atuam principalmente nas cidades. São realizados quermesses, comícios, eventos beneficentes, conferências. São fundados jornais, clubes e associações abolicionistas para difundir suas ideias e promover a libertação dos escravos.

- **Balança comercial**
  Exportações de 186.349 contos de réis e importações de 163.517 contos de réis. Saldo positivo de 22.832 contos de réis.

1879

22 de novembro — **Ajustes na tarifa alfandegária para reduzir o contrabando**
É criada a Tarifa Assis Figueiredo, que promove ajustes nas tarifas anteriormente implementadas com propósitos protecionistas e reduz tarifas para as importações nas fronteiras do sul, para tentar diminuir o contrabando naquela região.

- **Missão do Brasil na China**
  Os esforços para viabilizar uma alternativa de mão de obra agrícola em substituição aos escravos continuam. Assim, o Brasil envia uma missão à China com objetivo de estimular a vinda de imigrantes ao Brasil. A missão é chefiada por Artur Silveira da Mota, Barão de Jaceguaí. No ano seguinte é celebrado um Tratado de Comércio, Navegação e Amizade entre o Brasil e a China.

- **Guerra comercial entre os países industrializados**
  Pode-se dizer que tem início com a denominada Tarifa de Bismarck, implantada pela Alemanha e logo imitada por diversos outros países europeus. Mesmo assim, a Grã-

Bretanha, a Bélgica e os Países Baixos mantêm sua política liberal pelo restante do século XIX, em um cenário de crescente protecionismo comercial. Esta disputa afeta pouco o Brasil, pois suas exportações de manufaturados são irrelevantes.

- **Balança comercial**
  Exportações de 204.058 contos de réis e importações de 163.505 contos de réis. Saldo positivo de 40.553 contos de réis.

1880

- **Brasil, o maior produtor mundial de café**
  A produção nacional de café é de aproximadamente 8,5 milhões de sacas, praticamente a metade de toda a produção mundial.

- **Procura pela borracha cresce no mercado externo**
  Para atender à crescente demanda, a exploração de borracha na Amazônia torna-se cada vez mais intensa e este produto passa a ter um peso cada vez maior nas exportações brasileiras.

- **Indústrias no Brasil**
  O processo de industrialização continua crescente. Por volta dessa época, o Brasil já dispõe de cerca de seiscentas indústrias, que se localizam principalmente nos centros urbanos e passam a construir uma alternativa crescente para as atividades agrícolas.

- **Exportações de café**
  São vendidas ao exterior, nesse período, 36.341.000 sacas de café a um preço médio de 3,10 libras esterlinas por saca.

- **Balança comercial**
  Exportações de 222.352 contos de réis e importações de 173.645 contos de réis. Saldo positivo de 48.707 contos de réis.

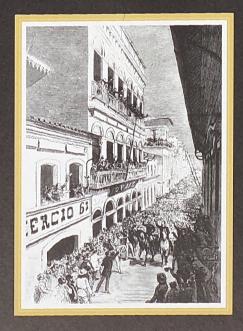
- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 1.963.718 contos de réis com média anual de 196.372 contos de réis. Importações totais de 1.621.251 contos de réis com média anual de 162.125 contos de réis.

- **Principais produtos de exportações da década**
  Café (56,4%), açúcar (11,9%), algodão (9,5%), couros e peles (5,5%), borracha (5,5%), fumo (3,4%), cacau (1,2%) e mate (1,5%).

1881-1890

Os anos de 1880 são marcados por novas fases de expansão econômica, aplicação de tecnologias, abertura de mercados e geração de fontes de matéria-prima. Começa também a corrida neocolonialista. As grandes potências reunidas em Berlim, entre os anos de 1884 e 1885, decidem as regras do jogo para a partilha da África.

No Brasil, os assuntos relacionados à Abolição e ao movimento republicano, e os atritos entre o governo e os militares mobilizam a atenção da sociedade brasileira. As exportações possibilitam sucessivos saldos positivos na balança comercial e contribuem para um acúmulo de capital, que é, em parte, direcionado para a expansão das atividades manufatureiras.

Duas datas históricas marcam essa década: a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, um ano depois. Nessa época, o Brasil tem cerca de 14 milhões de habitantes, a maioria dedicada às atividades agrícolas. A renda nacional, que era de 44 milhões de libras esterlinas, em 1850, passa para 166 milhões, em 1890. O crescimento é motivado pela evolução das exportações de produtos primários, principalmente o café.

Illustration, Proclamação da República, 1889. Fotografia.
Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1881

26 de maio **Primeiro Congresso Abolicionista no Brasil**
Realiza-se na localidade de Maranguape, no Ceará.

• **Balança comercial**
Exportações de 230.963 contos de réis e importações de 179.668 contos de réis. Saldo positivo de 51.295 contos de réis.

1882

28 de dezembro **Fundação da cidade de Rio Branco**
É fundada às margens do rio Acre por seringueiros. Por volta dessa época, a borracha já ocupa uma posição de destaque na pauta de exportações.

• **Manifesto da Associação Industrial**
Felício dos Santos publica manifestação em prol da industrialização e de uma política protecionista, para diminuir a vulnerabilidade econômica do País decorrente de uma orientação exclusivamente agrária.

• **Balança comercial**
Exportações de 209.851 contos de réis e importações de 182.252 contos de réis. Saldo positivo de 27.599 contos de réis.

1883

Março **Conferência de Paris**
Institui a União Internacional para Proteção da Propriedade Industrial. O Brasil, juntamente com outros dez países, é um dos signatários originais do documento. É constituída uma secretaria para a qual o Brasil passa a contribuir anualmente com 2.351 francos.

• **Balança comercial**
Exportações de 197.032 contos de réis e importações de 190.263 contos de réis. Saldo positivo de 6.769 contos de réis.

1884

• **Fim da escravidão em algumas províncias**
O Ceará abole a escravidão, em 25 de março, e, em 10 de julho, o Amazonas faz o mesmo.

- **Investimentos estrangeiros**
  Os investimentos estrangeiros no País, predominantemente ingleses, atingem um total acumulado de 24,9 milhões de libras esterlinas desde 1860. São investimentos que se destinam a serviços públicos, mineração, bancos comerciais e grandes empreendimentos como ferrovias e aparelhamento de portos.

- **Balança comercial**
  Exportações de 217.072 contos de réis e importações de 202.530 contos de réis. Saldo positivo de 14.542 contos de réis.

1885

28 de setembro **Lei dos Sexagenários**
Sancionada a lei que concede a liberdade aos escravos com mais de sessenta anos. Ela fica conhecida, também, como Lei Saraiva-Cotegipe.

- **Novas descobertas científicas e invenções**
  Produzidos o protótipo do primeiro automóvel movido a gasolina e, também, a primeira bicicleta. Louis Pasteur obtém sucesso nos testes com a vacina antirrábica, doença mortal que apavora a humanidade há milênios.

- **Balança comercial**
  Exportações de 226.269 contos de réis e importações de 178.431 contos de réis. Saldo positivo de 47.838 contos de réis.

1886

- **Descobertas as ondas eletromagnéticas**
  Fato que abre novas possibilidades técnicas e científicas e viabilizará a construção do telégrafo sem fio dentro de alguns anos.

- **Aumento das operações financeiras**
  Ocorre um grande aumento nas operações com fundos públicos, metais nobres e cambiais devido ao crescimento da economia do País, o que torna necessário ao governo regular e organizar um local adequado para o funcionamento do pregão de títulos e valores.

- **Balança comercial**
  Exportações de 194.962 contos de réis e importações de 197.502 contos de réis. Saldo negativo de 2.540 contos de réis.

1887

- **Tarifa Belisário de Souza**
  Procura corrigir a discrepância entre os preços reais dos produtos e os preços oficiais das tabelas, sobre os quais incidem os direitos alfandegários. Institui algum grau de proteção aos produtos nacionais similares aos importados, mas reduz as taxas sobre as matérias-primas que são necessárias às indústrias nacionais.

- **Balança comercial**
  Exportações de 263.519 contos de réis e importações de 207.204 contos de réis. Saldo positivo de 56.315 contos de réis.

1888

13 de maio **Lei Áurea**
A Princesa Isabel, que substituía o Imperador, assina a Lei Áurea, que abole a escravidão no Brasil e concede a liberdade incondicional para cerca de setecentos e cinquenta mil escravos.

- **Expansão das ferrovias**
  Nas regiões cafeeiras as cidades crescem rapidamente e novas cidades surgem acompanhando a instalação dos trilhos das ferrovias, a malha ferroviária brasileira atinge quase nove mil quilômetros de extensão.

- **Tarifa João Alfredo**
  Consiste na última reforma alfandegária realizada pelo governo de D. Pedro II. Trata-se de uma tarifa que acompanha a variação cambial e aumenta a taxa aplicada sobre os manufaturados estrangeiros. Suprime taxas sobre alguns produtos químicos necessários à agricultura. É considerada protecionista, principalmente em favor do setor têxtil nacional.

- **Balança comercial**
  Exportações de 206.405 contos de réis e importações de 187.488 contos de réis. Saldo positivo de 18.917 contos de réis.

1889

- **Aumento da quantidade de indústrias**
  De pouco mais de cinquenta indústrias, por volta de 1850, o Brasil atinge cerca de seiscentas, em 1889. A economia cafeeira, ao proporcionar o acúmulo de capitais, a

expansão da malha ferroviária e a instalação de um mercado de trabalho assalariado contribui, também, para o processo de industrialização.

- **O maior empréstimo externo de todo o período imperial**
  Negociado um total de 19.837.000 de libras esterlinas, com objetivo de converter empréstimos anteriores a condições mais vantajosas, ou seja, juros menores e prazos mais longos.

- **Exposição Universal de Paris**
  O Brasil participa desta Exposição Internacional realizada na França e, também, prepara especialmente para o evento um magnífico volume de apresentação do Brasil. Algumas monarquias europeias boicotaram a exposição, que qualificaram de republicana.

- **Patentes registradas no Brasil**
  Entre 1831 e 1889, o País concede um total de 1.432 patentes, incluídas as provenientes do exterior e aqui registradas. O aumento do número de registros que ocorre a partir de 1860 coincide, de certo modo, com o aumento do investimento externo no País.

15 de novembro **Proclamação da República**
Na manhã de 15 de novembro, comandando apenas um regimento, o Marechal Deodoro da Fonseca cerca o Ministério da Guerra exigindo a demissão do Ministro Visconde de Ouro Preto. Deodoro derruba o Gabinete Liberal e vai para casa.

- **Balança comercial**
  Exportações de 259.095 contos de réis e importações de 217.800 contos de réis. Saldo positivo de 41.295 contos de réis.

1890

- **Encilhamento**
  Crise financeira decorrente da política de livre emissão de créditos garantidos pela emissão de moeda do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. O objetivo é estimular a economia e promover a industrialização. São criados três bancos emissores regionais, um na Bahia, um em São Paulo e outro no Rio Grande do Sul, aos quais se soma o Banco do Brasil. O resultado é uma febre especulativa que leva à inflação e criação de empresas fantasmas cotadas na Bolsa de Valores. O País quebra. Os papéis da bolsa sem nenhum valor são jogados no setor de encilhamento do Jóquei Clube do Rio de Janeiro, de onde vem a origem da denominação da crise.

- **Brasil atinge quatorze milhões de habitantes**
  Em 1890, a população do País é de 14.333.915 habitantes, dos quais cerca de setecentos mil são estrangeiros. Apenas Rio de Janeiro, Salvador e Recife possuem mais

de cem mil habitantes. A grande maioria da população concentra-se no sudeste e no litoral. As províncias do centro e norte do País têm imensas áreas desabitadas.

- **Evolução da economia brasileira**
  A renda nacional, que era de aproximadamente 44 milhões de libras esterlinas, em 1850, passa a ser de 166 milhões de libras, em 1890, quase quatro vezes maior. O crescimento médio anual da economia, nesse período, é de 2,9% ao ano. A principal contribuição é das exportações, que consistem no setor mais dinâmico da economia durante todo esse período.

- **Medidas para proteger a produção nacional**
  Rui Barbosa, Ministro da Fazenda durante o primeiro governo republicano, procura assegurar a continuidade do surto industrial e adota medidas para proteger a produção nacional e incentivar a instalação de indústrias. É desse período a primeira lei proibindo a concessão de isenções de direitos de importação para produtos importados que tenham similares nacionais.

- **Balança comercial**
  Exportações de 280.665 contos de réis e importações de 255.520 contos de réis. Saldo positivo de 25.145 contos de réis.

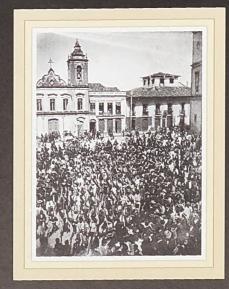
- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 2.285.833 contos de réis com média anual de 228.583 contos de réis. Importações totais de 1.998.658 contos de réis com média anual de 199.866 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**
  Café (61,7%), açúcar (10%), borracha (7,7%), algodão (4,2%), peles e couros (3,2%) e demais (13,2%).

1891-1900

A partir de 1896 a economia mundial registra um *boom* econômico que fica conhecido como *belle époque*. O comércio internacional registra uma alta de preços e esses fatores perduram até a Primeira Grande Guerra. Em 1891 é promulgada a Primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que assegura aos estados ampla autonomia política e econômica.

As oligarquias agroexportadoras de São Paulo e de Minas Gerais passam a controlar o poder. De maneira alternada, representantes dos dois estados tornam-se Presidentes da República. Essa prática fica conhecida como "política do café com leite". A era republicana do Brasil vive suas primeiras crises. Duas revoltas marcam essa década: a Revolta da Armada e a Revolta Federalista. No sertão baiano, estoura a Guerra de Canudos.

No final da década, o País passa por uma grande crise econômica, conhecida como Encilhamento. Para evitar uma moratória, em 1898, o governo contrai um crédito na Inglaterra, o *funding loan*. O café permanece como principal produto da economia brasileira, responsável por mais de 60% das exportações. A exploração dos seringais da Amazônia se intensifica em função da embrionária e promissora indústria automobilística norte-americana.

Concentração de soldados na Guerra de Canudos, s/data. Fotografia.
Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1891

31 de janeiro — **Acordo de reciprocidade comercial Brasil – Estados Unidos**
Convênio aduaneiro em que o Brasil concede isenção de imposto e redução de tarifas alfandegárias a uma série de produtos norte-americanos. Em contrapartida, os EUA permitem a entrada, livre de impostos, do açúcar e couro brasileiros, mantêm a isenção do café, e garantem que tal privilégio não será estendido a terceiros.

24 de fevereiro — **Promulgação da primeira Constituição da República**
O Brasil torna-se uma federação de 20 estados aos quais se concede ampla autonomia econômica e administrativa.

Maio — **Tratado sobre açúcar. Espanha – Estados Unidos**
Os EUA estendem à Espanha os mesmos direitos concedidos ao Brasil, o que incentiva a produção do açúcar das colônias de Porto Rico e Cuba.

• **Início do ciclo da borracha**
Impulsionado por uma forte demanda de borracha, o Brasil, único produtor até então, inicia um rápido e intenso período de extração e comercialização da borracha na região amazônica.

• **Balança comercial**
Exportações de 574.366 contos de réis e importações de 551.999 contos de réis. Saldo positivo de 62.367 contos de réis.

1892

2 de fevereiro — **Inauguração oficial do Porto de Santos**
O navio "Nasmith", de bandeira inglesa, atraca no primeiro trecho de 260 metros de cais construído em Santos, na região do Valongo. Momento em que o modesto atracadouro se torna o primeiro porto organizado do Brasil. O porto será finalizado em maio de 1909, atingindo uma extensão contínua de 4.720 metros.

5 de outubro — **Livre entrada no Brasil de imigrantes japoneses e chineses**
O Governo brasileiro promulga a Lei nº 97, que permite a livre entrada no Brasil de imigrantes japoneses e chineses. A primeira leva de imigrantes japoneses desembarcará em 1908.

• **Balança comercial**
Exportações de 784.462 contos de réis e importações de 589.575 contos de réis. Saldo positivo de 194.887 contos de réis.

1893

- **Balança comercial**
  Exportações de 705.581 contos de réis e importações de 652.425 contos de réis. Saldo positivo de 53.156 contos de réis.

1894

- **Forte expansão da produção de café**
  Impulsionados por seguidas desvalorizações, os produtores brasileiros aumentam consideravelmente sua produção cafeeira.

- **Balança comercial**
  Exportações de 766.803 contos de réis e importações de 782.450 contos de réis. Saldo negativo de 15.647 contos de réis.

1895

5 de fevereiro — **Fim da Questão de Palmas**
Contencioso entre a Argentina e o Brasil, também denominado Questões das Missões, território reivindicado por esses países. Depois de tentativas sem sucesso, inclusive a assinatura de tratado não ratificado pelo Brasil (Tratado de Montevidéu, 25/1/1890), a questão é submetida ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, que emitem laudo inteiramente favorável ao Brasil.

5 de novembro — **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão**
Em um período de forte expansão da produção de café, a assinatura desse tratado estimula a vinda de imigrantes japoneses para o País dentro da política de "braços para a lavoura".

- **Balança comercial**
  Exportações de 882.057 contos de réis e importações de 844.581 contos de réis. Saldo positivo de 37.476 contos de réis.

1896

- **Início da Guerra de Canudos**
  Liderado por Antônio Conselheiro, movimento político-religioso brasileiro decorrente da grave crise econômica e social em que se encontra a região do interior do estado da Bahia. Ele e seus seguidores pregam contra a República.

20 de abril **Tarifa Rodrigues Alves**

Tarifa altamente protecionista que eleva o imposto de importação além de criar duas pautas, uma geral e outra mínima, que são utilizadas de acordo com as conveniências da política comercial.

• **Fim da grande depressão econômica do final do século XIX, que se estendeu de 1873 a 1896**

• **Balança comercial**

Exportações de 844.106 contos de réis e importações de 864.213 contos de réis. Saldo negativo de 20.107 contos de réis.

1897

4 de março e 17 de dezembro **Tarifa Bernardino de Campos**

A tarifa de março estabelece mudanças na pauta, reduzindo as taxas de importação de certos itens e aumentando consideravelmente para outros. Porém, a tarifa de dezembro retira vários itens que haviam sido estabelecidos na pauta de taxa reduzida. Essas duas tarifas permitem *in fine* um grande aumento da receita geral das alfândegas.

5 de outubro **Fim da Guerra de Canudos**

O Exército da República vence a quarta expedição militar contra Antônio Conselheiro e seus seguidores após uma série de derrotas, e põe fim à "guerra civil" na região.

• **Balança comercial**

Exportações de 1.010.719 contos de réis e importações de 845.803 contos de réis. Saldo positivo de 164.916 contos de réis.

1898

• **Superprodução e queda do preço do café**

A produção de café mundial aumenta à razão de 9% ao ano impulsionada, sobretudo, pelo aumento da produção cafeeira brasileira (que representa 70% da produção mundial). Por outro lado, o consumo mundial de café no mesmo período cresce apenas 1,5% ao ano. A inevitável superprodução mundial de café derruba os preços da saca do café.

• **Acordo de *Funding Loan***

Acordo oral no qual o Brasil recebe um empréstimo de 10 milhões de libras, além de 3 anos de moratória da dívida, porém sob a condição de que o governo instaure medidas econômicas restritivas para recuperar o equilíbrio fiscal e inflacionário. Entre outras

medidas, o governo tem que cortar despesas públicas e desvalorizar a moeda brasileira. Esse tipo de acordo é inédito, pois é a primeira vez que se criam condicionantes para um empréstimo e uma moratória temporária de uma dívida.

6 de outubro **Tratado de Limites entre Brasil e Argentina**
Firmado no Rio de Janeiro, o tratado completa o estabelecimento da linha divisória na região de Palmas.

• **Balança comercial**
Exportações de 1.011.301 contos de réis e importações de 933.322 contos de réis. Saldo positivo de 77.979 contos de réis.

1899

• **Recuperação do equilíbrio externo da balança de pagamentos**
O polêmico Ministro da Fazenda de Campos Salles, Joaquim Murtinho, restabelece o equilíbrio das contas externas brasileiras. Para isso, ele reduz o serviço da dívida externa por meio de um empréstimo de consolidação, introduz a cláusula-ouro na arrecadação do imposto de importação e instaura uma série de medidas de caráter deflacionário.

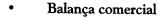
22 de novembro **Tarifa Joaquim Murtinho**
Instrumento fundamental da política financeira de Campos Sales, essa tarifa tem como principal objetivo uma arrecadação maior e mais eficiente. A tarifa entra em vigor em 1900.

• **Balança comercial**
Exportações de 954.467 contos de réis e importações de 864.610 contos de réis. Saldo positivo de 89.857 contos de réis.

1900

1º de dezembro **Fixação da fronteira da Guiana Francesa**
Com a ajuda de Rio Branco, a Comissão de Arbitragem de Genebra põe fim às disputas territoriais franco-brasileiras da região e concede a posse do território conhecido hoje pelo estado do Amapá.

• **Aumenta a imigração sírio-libanesa ao Brasil**
O fluxo de imigração aumenta devido à pressão do Império Otomano.

• **Quadro demográfico das maiores cidades brasileiras**
Rio de Janeiro: 811.443 habitantes; São Paulo: 239.820 habitantes; Salvador: 205.813 habitantes; Recife: 113.106 habitantes e Porto Alegre: 73.674 habitantes.

- **Balança comercial**
  Exportações de 850.338 contos de réis e importações de 644.938 contos de réis. Saldo positivo de 205.400 contos de réis.

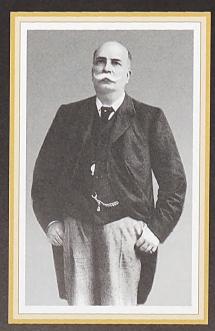
- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de 8.384.200 contos de réis com média anual de 838.420 contos de réis. Importações totais de 7.533.916 contos de réis com média anual de 753.391,6 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**
  Café (63,8%), borracha (15,8%), açúcar (5,7%), algodão (2,5%), peles e couros (2,5%) e demais (9,7%).

1901-1910

Nasce o século XX e, no seu curso, se desenvolve a industrialização no Brasil. No cenário mundial, dois norte-americanos revolucionam o sistema produtivo: Frederick Taylor cria a organização científica do trabalho e Henry Ford desenvolve a linha de montagem. As duas novidades modificam totalmente a maneira de o homem produzir bens manufaturados. O aumento da utilização de motores a gasolina ou a diesel é outro fator que marca o início do século. Tem início a era do petróleo.

Na primeira década do século XX, o Brasil se consolida como grande produtor de borracha, responsável por 97% da produção mundial. Inicia-se uma longa fase de expansão do comércio exterior brasileiro. Paralelamente, os cafeicultores brasileiros vivem uma crise em função dos baixos preços do grão no mercado internacional.

Em 1906, o governo brasileiro coloca em prática o primeiro plano de valorização do café, o Acordo de Taubaté. Com isso, ele passa a comprar todo excedente da produção, o que garante o preço do grão e o lucro dos cafeicultores.

Barão do Rio Branco, s/data.
Fotografia. Ministério das Relações
Exteriores, Brasília/DF, Brasil.

1901

Janeiro **Congresso de Engenharia**
Os industrialistas reivindicam medidas que protejam o mercado nacional contra a invasão dos produtos estrangeiros.

• **Balança comercial**
Exportações de 860.827 contos de réis e importações de 448.353 contos de réis. Saldo positivo de 412.474 contos de réis.

1902

• **Gestão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores**
No cargo durante dez anos, a gestão independente de Rio Branco é marcada pelo pragmatismo e por importantes avanços diplomáticos.

• **Balança comercial**
Exportações de 735.940 contos de réis e importações de 471.114 contos de réis. Saldo positivo de 264.826 contos de réis.

1903

17 de novembro **Tratado de Petrópolis**
Sob o comando do Chanceler brasileiro, Barão do Rio Branco, é dada solução à Questão do Acre. A Bolívia cede o Acre ao Brasil, território boliviano ocupado por brasileiros; e em troca recebe faixas de fronteira, uma indenização de 2 milhões de libras e a facilitação do seu comércio pelo Rio Amazonas – para tanto, o governo brasileiro se compromete, também, em construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

• **Expansão do comércio exterior**

• **Ciclo da borracha**
Auge do ciclo da borracha, o Brasil responde por 97% da produção mundial.

• **Balança comercial**
Exportações de 742.632 contos de réis e importações de 486.498 contos de réis. Saldo positivo de 256.13.

1904

4 de julho **Início da construção do canal do Panamá**

• **Balança comercial**
Exportações de 776.367 contos de réis e importações de 518.588 contos de réis. Saldo positivo de 257.779 contos de réis.

1905

10 de janeiro **Primeira embaixada brasileira**
A legação brasileira em Washington eleva-se a categoria de embaixada e, na oportunidade, Rio Branco reforça a proximidade diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos.

30 de dezembro **Criação do quarto Banco do Brasil**
Origem do atual BB.

• **Balança comercial**
Exportações de 685.457 contos de réis e importações de 454.995 contos de réis. Saldo positivo de 230.462 contos de réis.

1906

25 de fevereiro **Convênio de Taubaté**
Firmado pelos governos dos principais estados produtores: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no âmbito da política de valorização do café. Garante o financiamento da produção excedente de café. O financiamento é assegurado por investidores estrangeiros e, a partir de 1907, pelo próprio governo, que assume os créditos do excedente do café garantindo, assim, a estabilidade do seu preço. Apesar da oposição dos Rothschild, temendo o não pagamento dos seus créditos, o convênio é assinado. Os fundos para sua efetivação vieram de empréstimos de firmas alemãs, bancos e casa comerciais como a firma Theodor Wille & Co.

23 de outubro **Voo de Santos Dumont no 14 Bis**
Santos Dumont, pilotando o 14 Bis, realiza, em Paris, o primeiro voo público.

6 de dezembro **Instauração da Caixa de Conversão**
O governo decide controlar o valor da moeda brasileira.

• **Balança comercial**
Exportações de 799.670 contos de réis e importações de 499.287 contos de réis. Saldo positivo de 300.383 contos de réis.

1907

21 de outubro **Crise financeira internacional**
Desencadeada pela crise na bolsa nova-iorquina Wall Street e pela superprodução industrial alemã. A crise tem reflexo na economia brasileira, pois o governo não pode mais usar o crédito internacional para financiar seu excedente de produção de café.

• **Balança comercial**
Exportações de 860.891 contos de réis e importações de 644.938 contos de réis. Saldo positivo de 215.953 contos de réis.

1908

18 de junho — **Início da imigração japonesa**

A convite do governo brasileiro, o Japão envia grupos de imigrantes dispostos a trabalhar nos cafezais do interior paulista. São 781 imigrantes que chegam ao Porto de Santos a bordo do cargueiro Kasato Maru procedente de Kobe. Até 1935, mais de 140.000 japoneses virão trabalhar no Brasil.

- **Balança comercial**

  Exportações de 705.791 contos de réis e importações de 567.272 contos de réis. Saldo positivo de 138.519 contos de réis.

1909

23 de janeiro — **Tratado de Arbitramento entre Brasil e Estados Unidos**

O Brasil dá início à realização de uma série de tratados e convenções bilaterais de arbitramento com diferentes países. Serão 18 tratados e convenções, nesse ano, e mais 10 nos dois anos seguintes.

- **Recorde de exportação de café pelo porto de Santos**

  No ano em que se assentou a última pedra da murada de cais do porto, a movimentação de cargas é 12 vezes maior que a de 1892, impulsionada pelo recorde de maior exportação de café, com mais de 13 milhões de sacas.

- **Balança comercial**

  Exportações de 1.016.590 contos de réis e importações de 592.876 contos de réis. Saldo positivo de 423.714 contos de réis.

1910

20 de julho — **Inauguração do novo cais do porto do Rio de Janeiro**

- **Balança comercial**

  Exportações de 939.413 contos de réis e importações de 713.863 contos de réis. Saldo positivo de 225.550 contos de réis.

- **Balança comercial da década**

  Exportações totais de 8.123.578 contos de réis com média anual de 812.358 contos de réis. Importações totais de 5.397.784 contos de réis com média anual de 539.778 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**

  Café (51,5%), borracha (27,9%), peles e couros (4,4%), algodão (2,1%) e açúcar (1,2%).

1911-1920

A Primeira Guerra Mundial altera toda a lógica econômica, política, social e cultural da época. Há o enfraquecimento econômico da Inglaterra, a queda do padrão-ouro internacional e o triunfo do movimento operário na Revolução Russa de 1917. No Brasil, os operários fazem a primeira greve geral registrada no País.

A entrada do Brasil na Primeira Guerra coincide com uma crise no setor cafeeiro, que obriga o governo a colocar em prática o segundo plano de valorização do produto.

O café ainda é o principal produto exportado pelo Brasil, respondendo por mais da metade das vendas ao mercado internacional. No Brasil, expande-se a diversificação nas lavouras e outros produtos agrícolas começam a ocupar significativo lugar na balança comercial. Nessa década, os principais produtos exportados pelo Brasil são o café, o açúcar, o cacau, o mate, o fumo, o algodão, a borracha, além de couros e peles.

Embarque de café no porto de Santos, s/data. Fotografia.
Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

1911

- **Término das obras de modernização do porto do Rio de Janeiro**
- **Garantia de transportes a empresas de ferro e aço**
  O governo assume o compromisso de fornecer transportes para os insumos e produtos das empresas de ferro e aço.
- **Balança comercial**
  Exportações de 1.003.925 contos de réis e importações de 793.716 contos de réis. Saldo positivo de 210.209 contos de réis.

1912

30 de abril **Inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré**

- **Processo judicial contra o café**
  O Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, sob pretexto de sua política antitruste implementada pelo governo e as críticas por parte do Congresso daquele País, instaura processo judicial a respeito da valorização do café brasileiro.
- **Decadência do ciclo da borracha na Amazônia**
  O mercado internacional suplanta o produto pela produção inglesa no sudeste asiático.
- **Abolidas isenções e concessões ao setor siderúrgico**
  Diante do fracasso das medidas de fomento à siderurgia no Brasil, o Congresso nacional abole o decreto que as originou.
- **Balança comercial**
  Exportações de 1.119.737 contos de réis e importações de 951.370 contos de réis. Saldo positivo de 168.367 contos de réis.

1913

9 de julho **Consolidação das leis de imigração**
Objetivo é assegurar mão de obra para a lavoura.

- **Arquivamento de processo contra o café do Brasil**
  Os Estados Unidos da América retiram o processo judicial antitruste movido contra o café brasileiro.
- **Déficit da balança comercial**
- **Balança comercial**
  Exportações de 981.768 contos de réis e importações de 1.007.495 contos de réis. Saldo negativo de 25.727 contos de réis.

1914

28 de julho — **Declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia**
Início da Primeira Guerra Mundial.

Julho — **Corte de fluxos de capital**
O início da Primeira Guerra Mundial dificulta a entrada de capitais estrangeiros no Brasil.

Outubro — ***Funding Loan* de 1914**
O Brasil contrai, em caráter de urgência, empréstimo, em Londres, no valor de 15 milhões de libras para honrar o pagamento de débitos anteriores e impedir moratória.

- **Consolidação da dívida externa**
Acordo para a consolidação da dívida é alcançado. Por meio dele ficam suspensos os pagamentos por treze anos.

- **Regulamento do imposto de consumo**
Diante do prejuízo do imposto de importação decorrente da Guerra Mundial, o governo resolve aumentar as alíquotas e o número de produtos tributáveis, com o fito de aumentar e aprimorar sua arrecadação.

- **Balança comercial**
Exportações de 755.747 contos de réis e importações de 561.853 contos de réis. Saldo positivo de 193.894 contos de réis.

1915

19 de fevereiro — **Greves dos estivadores, Rio de Janeiro**

- **Balança comercial**
Exportações de 1.042.298 contos de réis e importações de 582.996 contos de réis. Saldo positivo de 459.302 contos de réis.

1916

- **"Lista negra" britânica**
A Grã-Bretanha impõe uma "lista negra" de empresas inimigas com as quais ficava proibido transacionar. No Brasil, as firmas alemãs são as mais diretamente atingidas, tanto as casas comerciais, como também as bancárias. Em 9 de agosto, o Brasil protesta por meio de seus cônsules na Grã-Bretanha.

- **Os Estados Unidos tornam-se o maior parceiro comercial do Brasil**
Decorrente da conjuntura de guerra, mormente a implantação da "lista negra" britânica, os Estados Unidos ocupam espaços deixados por outros países (foram vários os

casos de firmas alemãs que se associaram a brasileiros, mudaram de nome e passaram a comprar dos Estados Unidos para não irem à bancarrota) e superam, pela primeira vez, a Grã-Bretanha com o principal fornecedor das importações brasileiras.

• **Balança comercial**
Exportações de 1.136.888 contos de réis e importações de 810.759 contos de réis. Saldo positivo de 326.129 contos de réis.

1917

30 de março **Grã-Bretanha declara o café como produto supérfluo**
No contexto da Grande Guerra, a Grã-Bretanha proíbe a importação de café por considerá-lo produto não essencial. A medida atinge em cheio a economia brasileira.

11 de abril **Rompimento das relações Brasil-Alemanha**
Após o ataque alemão ao Paquete Paraná, o Brasil anuncia sua decisão.

1º de junho **Ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial**
A Alemanha ataca navios brasileiros e, em resposta, o Brasil declara estado de guerra.

3 de dezembro **Convênio para negociações de navios**
Brasil e França fecham acordo para o afretamento de 30 navios ex-alemães, sob a posse de Lloyd Brasileiro, pelo prazo de um ano.

• **Fiscalização das operações cambiais**
Decretada a fiscalização das operações cambiais, com o fim de abandonar as remessas ao exterior durante a guerra e as operações especulativas. Essa medida deslancha uma crise no comércio exterior que se estende até 1923.

• **Balança comercial**
Exportações de 1.192.175 contos de réis e importações de 837.738 contos de réis. Saldo positivo de 354.437 contos de réis.

1918

• **Missão especial britânica de reorganização do comércio com a América Latina**
Com o fito de reorganizar o comércio com a Grã-Bretanha é enviada uma missão sob o comando de Maurice de Bunsen. A missão passa, também, pelo Brasil.

• **Redução da produção cafeeira por geada**
Forte geada reduziu maciçamente a produção dos cafeicultores, tendo em consequência a elevação de preços do café.

• **Balança comercial**
Exportações de 1.137.100 contos de réis e importações de 989.404 contos de réis. Saldo positivo de 147.696 contos de réis.

1919

28 de junho **Tratado de Versalhes**

Assinado o Tratado de Versalhes, integrado por 440 artigos. O tratado favorece os interesses do café de São Paulo perante os pagamentos dos credores alemães. Não obstante, o acordo inclui o café brasileiro na lista de produtos que deveriam ser sobretaxados, como forma de a Alemanha conseguir recursos para o pagamento das reparações de guerra.

- **Balança comercial**

  Exportações de 2.178.719 contos de réis e importações de 1.334.259 contos de réis. Saldo positivo de 844.460 contos de réis.

1920

Junho **Criação da Câmara de Comércio Internacional em Paris**

- **Reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha**

  Antes mesmo desse fato, os dois países já tinham reiniciado suas trocas comerciais.

- **Nova crise no setor cafeeiro**

  A previsão de grande safra e a redução do volume dos negócios nos Estados Unidos da América provocam nova crise do café, decorrente da redução do volume exportado. O fato repercute com déficit na balança comercial do Brasil.

- **Balança comercial**

  Exportações de 1.752.411 contos de réis e importações de 2.090.633 contos de réis. Saldo negativo de 338.222 contos de réis.

- **Balança comercial da década**

  Exportações totais de 12.300.768 contos de réis com média anual de 1.230.077 contos de réis. Importações totais de 9.960.223 contos de réis com média anual de 996.022 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**

  Café (52,4%), borracha (11,4%), peles e couros (6,4%), açúcar (3,2%), algodão (2,0%) e demais (24,6%).

1921-1930

Com o fim da Primeira Guerra Mundial é criada a Liga das Nações. Nesse período, as tentativas para controlar as ondas inflacionárias e para restabelecer um novo padrão-ouro não foram satisfatórias. A Inglaterra, enfraquecida economica e financeiramente, vê Londres perder o *status* de centro financeiro do sistema capitalista para Paris e Nova York. Nesse período, é registrada uma acentuada queda nos preços internacionais de matérias-primas em função de uma superprodução desses produtos. Esse fato atinge forte e diretamente as economias dependentes da exportação de um produto agrícola ou mineral. Países, como o Brasil, ficam endividados.

No Brasil, os anos 1920 foram bastante movimentados. O País vive as revoltas tenentistas e, em função dos acontecimentos mundiais, o setor cafeeiro passa por uma nova crise. Para contorná-la, o governo de Epitácio Pessoa aplica o terceiro plano de valorização do café. Dessa vez, o objetivo não é apenas segurar a queda do preço internacional, mas mantê-lo num patamar elevado. É criada a política de defesa permanente do setor cafeeiro. A exportação da produção agrícola brasileira cresce excepcionalmente e o café responde por quase 70% do total.

Em 1929, acontece o fato mais marcante da década: a quebra da Bolsa de Nova York, que provoca a grande depressão. A crise norte-americana se alastra pelo mundo inteiro. No Brasil, a principal afetada é a economia cafeeira. A supersafra alcançada naquele ano é superior à demanda internacional, o que provoca uma vultosa queda dos preços. A solução encontrada pelo governo é a destruição dos estoques excedentes do produto.

Guilherme Gaensly. *Armazém de café – Lima, Nogueira & Co.*, s/ data.
Pintura. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos/SP, Brasil.

1921

Março **Implementação do novo plano de valorização do café, o terceiro**

- **Prejuízos à terceira valorização do café**
  Prejudicada pelas políticas de redução dos déficits orçamentários, estabilização monetária e valorização da taxa de câmbio, adotadas entre 1923 e 1925.

- **Balança comercial**
  Exportações de 1.709.722 contos de réis e importações de 1.689.839 contos de réis. Saldo positivo de 19.883 contos de réis.

1922

- **Balança comercial**
  Exportações de 2.332.084 contos de réis e importações de 1.652.630 contos de réis. Saldo positivo de 679.454 contos de réis.

1923

- **Máxima desvalorização da taxa de câmbio**

- **Política de câmbio**
  A política da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, a despeito da limitação das valorizações no mercado cambial, não surte efeito e a taxa continua a crescer, o que coloca os preços da produção da indústria interna em desvantagem com os importados; em outras palavras, o câmbio não funciona como barreira à importação e, por conseguinte, como incentivo à industrialização.

- **Balança comercial**
  Exportações de 3.297.033 contos de réis e importações de 2.267.159 contos de réis. Saldo positivo de 1.029.874 contos de réis.

1924

- **Representação brasileira na Liga das Nações**
  Criada a Delegação Permanente do Brasil junto à Liga das Nações. O chefe é Afrânio de Melo Franco, que tem a prerrogativa de embaixador.

- **Alta dos preços do café**
  De 1924 até a crise mundial de 1929, o preço internacional do café conhece as mais altas cotações. Os recursos arrecadados destinam-se, primordialmente, ao pagamento dos compromissos da dívida externa e à estabilidade monetária.

- **Balança comercial**
  Exportações de 3.863.554 contos de réis e importações de 2.789.557 contos de réis. Saldo positivo de 1.073.997 contos de réis.

1925

- **Criação do Instituto do Café do Estado de São Paulo**

Agosto **Campanha norte-americana contra a valorização do café**
Hebert Hoover encabeça campanha norte-americana contra a política brasileira de valorização do café.

- **Balança comercial**
  Exportações de 4.021.965 contos de réis e importações de 3.376.832 contos de réis. Saldo positivo de 645.133 contos de réis.

1926

Maio **Novo empréstimo externo**
O Brasil consegue, em Nova York, novo empréstimo de US$ 60 milhões.

- **Introdução de nova reforma monetária**
  Metas são o estabelecimento de uma nova paridade-ouro para o mil réis e a estabilização do câmbio.

- **Balança comercial**
  Exportações de 3.190.559 contos de réis e importações de 2.705.553 contos de réis. Saldo positivo de 485.006 contos de réis.

1927

- **Retomada do pagamento integral da dívida externa**

- **Aumento do déficit público**

- **Balança comercial**
  Exportações de 3.644.118 contos de réis e importações de 3.273.163 contos de réis. Saldo positivo de 370.955 contos de réis.

1928

- **Balança comercial**
  Exportações de 3.970.273 contos de réis e importações de 3.694.990 contos de réis. Saldo positivo de 275.283 contos de réis.

1929

29 outubro — **_Crack_ na Bolsa de Nova York**
Instala-se uma crise econômica que se amplifica e se espalha pelo mundo; sua duração se prolonga até 1933. A crise gera a chamada Grande Depressão, a maior do século XX, com repercussão em todos os setores. Os efeitos sociais da crise são trágicos.

- **Superprodução brasileira de café**
Superoferta por um lado, por outro diminuição da procura e contração do comércio internacional. Queda das exportações gera recessão.

- **Balança comercial**
Exportações de 3.860.482 contos de réis e importações de 3.527.738 contos de réis. Saldo positivo de 332.744 contos de réis.

1930

26 de novembro — **Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**
Primeiro Ministro é o gaúcho Lindolfo Collor.

- **Ameaças ao equilíbrio orçamentário**
Dois fatores levam, em primeira linha, ao equilíbrio das contas públicas: redução do volume e da receita das exportações do principal produto, o café.

- **Extinta a Caixa de Estabilização**

- **Crescimento da importância do algodão na pauta de exportação**

- **Balança comercial**
Exportações de 2.907.354 contos de réis e importações de 2.343.705 contos de réis. Saldo negativo de 563.649 contos de réis.

- **Balança comercial da década**
Exportações totais de 32.797.144 contos de réis com média anual de 3.279.714 contos de réis. Importações totais de 27.321.166 contos de réis com média anual de 2.732.117 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**
Café (69,6%), peles e couros (4,6%), borracha (2,5%), algodão (2,4%), açúcar (1,4%) e demais (19,5%).

1931-1940

A década de 1930 é marcada pelos impactos da crise de 1929 e pelas políticas protecionistas dos países para recuperar seus potenciais econômicos. O período representa o fracasso dos valores liberais e a ascensão dos totalitarismos de esquerda e de direita. As ambições ideológicas do nazismo e do fascismo resultam na eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

Os reflexos da crise do setor cafeeiro comprometem o desempenho do comércio exterior brasileiro. Nesse período, milhões de safras de café ficam estocadas nos armazéns paulistas. Com isso, a oferta do produto é elevada para um patamar superior ao da demanda mundial. Para contornar a crise, são introduzidas algumas medidas. Entre elas, a destruição de milhões de sacas de café.

Em contrapartida, o algodão, plantado em terras brasileiras, ganha qualidade e desponta como o segundo principal produto de exportação, atrás apenas do café. Já a substituição de importações de produtos industrializados é impulsionada com maior dinamismo e favorece o desenvolvimento da indústria brasileira.

Cartão-postal contendo desenho alegórico em homenagem à Revolução de 1930, 1930. Desenho. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1931

Janeiro — **Instalação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**

• **Negociações da dívida externa**
O Brasil enfrenta dificuldades para honrar o pagamento de seus compromissos externos (juros e amortização da dívida pública externa) e obtém dos credores a concessão de um empréstimo de consolidação.

16 de junho — **Conferência Internacional do Café, em São Paulo**
No âmbito da conferência é aprovado projeto para a criação de Bureau Internacional do Café.

Agosto — **Suspensão do pagamento da dívida externa**
O governo interrompe o pagamento da dívida externa e negocia a concessão de um empréstimo de consolidação junto aos Rothschild.

Setembro — **Controle de câmbio**
Introduz-se o controle de câmbio ao Banco do Brasil, com prioridade para a compra de cambiais.

• **Instituição do Conselho Nacional do Café**

• **Redução das importações**
As compras externas são reduzidas em decorrência da escassez de cambiais devido à retração das exportações causada pela crise econômica internacional, e da implementação do controle cambial.

• **Balança comercial**
Exportações de 3.398.164 contos de réis e importações de 1.880.934 contos de réis. Saldo positivo de 1.517.230 contos de réis.

1932

• **Criação da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil (Fins)**
Desempenha funções típicas de banco central. Concede empréstimos aos bancos em troca de seus ativos.

• **Balança comercial**
Exportações de 2.536.765 contos de réis e importações de 1.518.694 contos de réis. Saldo positivo de 1.018.071 contos de réis.

1933

19 de abril — **Abandono geral do padrão-ouro**

- **Balança comercial**
  Exportações de 2.820.271 contos de réis e importações de 2.165.254 contos de réis. Saldo positivo de 655.017 contos de réis.

1934

20 de junho — **Criação do Conselho Federal de Comércio Exterior**
Órgão voltado à política industrial em suas correlações com o comércio exterior.

- **Balança comercial**
  Exportações de 3.459.006 contos de réis e importações de 2.502.785 contos de réis. Saldo positivo de 956.221 contos de réis.

1935

2 de fevereiro — **Acordo Comercial Tarifário**
É assinado, em Washington, Acordo Comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, prevendo concessões tarifárias recíprocas, com base no princípio do livre comércio, e tratamento cambial equitativo.

Dezembro — **Denúncias dos acordos comerciais firmados sob a cláusula Nação Mais Favorecida – NMF**
Diante do contexto da Grande Depressão econômica deslanchada com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, a quase totalidade dos governos introduziu medidas protecionistas (cotas, licenças prévias, restrições cambiais). Diante desse fato, o governo brasileiro resolve denunciar todos os cerca de 30 tratados comerciais assinados sob a cláusula NMF.

- **Balança comercial**
  Exportações de 4.104.008 contos de réis e importações de 3.855.917 contos de réis. Saldo positivo de 248.091 contos de réis.

1936

- **Exportações de algodão**
  As exportações do algodão brasileiro para a Alemanha aumentam consideravelmente. O algodão, nos anos 1930, torna-se o segundo produto da pauta de exportações do Brasil. Produto estratégico (entra na fabricação de granadas, por exemplo, como amortecedor do explosivo; usado na fabricação de isolante térmico, em uma época quando a matéria-prima sintética ainda não tem o uso que vai conhecer no Pós-Segunda Guerra Mundial; matéria-prima para confecção de fardamento etc.) tem sua demanda aumentada pelas potências do Eixo no contexto de corrida armamentista.

- **Balança comercial**
  Exportações de 4.895.435 contos de réis e importações de 4.268.667 contos de réis. Saldo positivo de 626.768 contos de réis.

1937

- **Suspensão do pagamento da dívida externa, por dois anos, pelo Banco do Brasil**

- **Balança comercial**
  Exportações de 5.092.060 contos de réis e importações de 5.314.551 contos de réis. Saldo negativo de 222.491 contos de réis.

1938

Março **Nomeação de Osvaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores**
Oswaldo Aranha, como Ministro do MRE, mostra a disposição do Estado Novo em não mudar a linha de atuação da política exterior. Os alemães entendem essa nomeação como ganho de posição dos norte-americanos na disputa pelo mercado e inclinação da política exterior do Brasil.

- **Nacionalização de atividades relacionadas ao petróleo**
  Assinatura do decreto-lei que nacionaliza as atividades vinculadas ao abastecimento de petróleo no Brasil e define sua utilidade pública.

- **Balança comercial**
  Exportações de 5.096.890 contos de réis e importações de 5.195.570 contos de réis. Saldo negativo de 98.680 contos de réis.

1939

- **O Brasil assina acordos de crédito e cooperação com os Estados Unidos**

- **Liberação, pelos EUA, de empréstimo ao Brasil no valor de US$ 50 milhões**

- **Concessão para importação de petróleo**
  Decreto do governo abre à iniciativa privada a concessão para importar derivados de petróleo, instalar refinarias e contratar fornecimento de petróleo bruto para processamento no País.

- **Balança comercial**
  Exportações de 5.615.519 contos de réis e importações de 4.993.992 contos de réis. Saldo positivo de 621.527 contos de réis.

1940

24 de setembro

Acordo para construção de siderúrgica

Assinado acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para a implementação de uma siderúrgica em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, com empréstimos do Eximbank, a ser controlada por uma empresa estatal brasileira, a CSN, Companhia Siderúrgica Nacional.

- **Predominância do setor têxtil e alimentício na produção industrial**

  Mas os setores metalúrgico, mecânico, químico e farmacêutico aumentaram seu peso relativo na estrutura industrial.

- **Balança comercial**

  Exportações de 4.960.538 contos de réis e importações de 4.964.149 contos de réis. Saldo negativo de 3.611 contos de réis.

- **Balança comercial da década**

  Exportações totais de 41.978.656 contos de réis com média anual de 4.197.866 contos de réis. Importações totais de 36.660.513 contos de réis com média anual de 3.666.051 contos de réis.

- **Principais produtos de exportação da década**

  Café (50,0%), algodão (14,3%), peles e couros (4,4%), borracha (1,1%) e demais (30,2%).

1941-1950

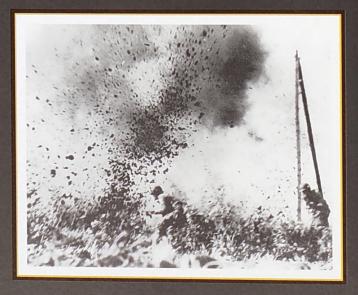
No período de 1941 a 1950, a Segunda Guerra Mundial tem forte influência e desestabiliza a produção de mercado e o comércio internacional. Com isso, a demanda de matérias-primas brasileiras aumenta significativamente. É o caso de alguns minerais estratégicos e da borracha, cujo ciclo renasce.

Quando o fim dos conflitos se aproxima, as potências realizam várias conferências para tratar da ordem e da economia dos Estados no período de paz que viria. Organismos idealizados são criados sucessivamente, como a Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional, em 1945, e o Banco Mundial em 1946.

O ano de 1945 marca o fim do Estado Novo. O Presidente Eurico Gaspar Dutra adota uma política de liberdade das operações comerciais e financeiras no setor externo. O resultado é a dissipação das reservas cambiais.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os preços internacionais do café se tornam mais uma vez atrativos. Com isso, a produção e a exportação desse produto volta à sua posição de destaque na economia nacional.

Aspecto da atuação do V Exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial – Dois soldados em meio a uma explosão, 1942-1945. Fotografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

1941

9 de abril — **Fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**
Paralelamente, tem início a construção da usina de Volta Redonda.

1º de outubro — **Estabelecimento do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos com benefícios mútuos**
Os norte-americanos fornecem condições para a fundação de uma siderurgia de alto-forno e os brasileiros permitem o uso da Saliência do Nordeste para instalação de bases.

21 de novembro — **Tratado sobre Livre Intercâmbio de Comércio**
Brasil e Argentina criam e ratificam acordo para progressão de futura união aduaneira.

- **Diminuição das importações**
  Devido à redução da oferta de produtos para exportação no mercado externo, já que as indústrias voltam sua produção para a guerra.

- **Acordo interamericano do café**
  Melhores preços ao café e garantia de quotas para o mercado norte-americano.

- **Aumento das exportações**
  O mercado brasileiro beneficia-se com as relações de troca, já que abastece as economias estrangeiras em guerra.

- **Carteira de Exportação e Importação (Cexim)**
  Criação pelo Banco do Brasil de uma agência reguladora do comércio exterior.

- **Novos produtos na pauta de exportações**
  Produtos como quartzo e diamante industrial.

- **Materiais estratégicos para Aliados**
  Brasil beneficia-se com acordos de venda exclusiva de produtos.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 368 milhões e importações de US$ 223 milhões. Saldo positivo de US$ 145 milhões.

1942

28 de janeiro — **Declaração brasileira de rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo**
Com isso, saem oficialmente da pauta do comércio exterior brasileiro todos os países do Eixo ou por eles ocupados; em outras palavras, o comércio entre eles está, também, rompido.

31 de agosto — **Declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália**
Cinco navios brasileiros naufragados pelos alemães causam grande repúdio na opinião pública nacional. Todo o território brasileiro é submetido ao estado de guerra.

- **Novo surto da borracha no norte do Brasil**
Devido à perda do mercado asiático da borracha com a Segunda Guerra, a região amazônica recebe incentivos para fomentar a extração da borracha e o principal comprador são os Estados Unidos, com preço médio abaixo do internacional.

- **Banco de Créditos da Borracha**
Resultado do acordo com os EUA para aumentar a produção da borracha, sem a intenção de desenvolver a região.

- **Política de substituição das importações**
Incentivos governamentais para desenvolver a indústria nacional, com o objetivo de diminuir a dependência externa dos bens industriais importados.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 410 milhões e importações de US$ 177 milhões. Saldo positivo de US$ 232 milhões.

1943

- **Aumento da área de plantação do algodão**
Incentivado pela alta dos preços deste produto no mercado internacional. Também favorece a indústria nacional com matéria-prima.

- **Bloqueio econômico do Eixo nos países da América do Sul**
Imposto pela Inglaterra para limitar os interesses daqueles países nesta região.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 473 milhões e importações de US$ 227 milhões. Saldo positivo de US$ 246 milhões.

1944

1º a 22 de julho — **Conferência de Bretton Woods**
Elaboração do esboço para o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), criados em 1945 e 1946, respectivamente. Taxa cambial fixa e paridade com ouro e dólar norte-americano (Plano White).

- **Plano de obras**
Desenvolvimento da infraestrutura nacional.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 580 milhões e importações de US$ 310 milhões. Saldo positivo de US$ 270 milhões.

1945

22 de janeiro **Sistema de concessão de licenças prévias de importação**
Prioridade para o reaparelhamento industrial e restrição à importação de supérfluos (Portaria Interministerial nº 7).

4 de fevereiro **Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)**
Entidade autônoma, precursora do Banco Central, criada para que o Brasil pudesse atender aos compromissos assumidos na Conferência de Bretton Woods. Fixa taxas de juros, executa política cambial e coordena a execução da política orçamentária com a da política monetária.

8 de maio **Rendição incondicional da Alemanha**
Repercute mundo afora uma onda de comemoração.

26 de junho **Fundação da ONU**

- **Fim da Liberdade Cambial**
  Fim do Decreto-lei nº 1.201.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 655 milhões e importações de US$ 323 milhões. Saldo positivo de US$ 333 milhões.

1946

27 de fevereiro **Liberdade total ao mercado de câmbio e às operações de comércio exterior**
Decreto-Lei nº 9.025.

Julho **Fim do preço-teto para o café no mercado norte-americano**

- **Liberalização das importações**
  Causa aumento nas importações de bens supérfluos e bens de capital, necessários para o desenvolvimento da produção nacional.

- **Liberalização cambial**
  Aumenta a saída de capital com a finalidade de desenvolvimento e, também, a entrada de capitais externos.

- **Aumento das exportações em mais de 50% em comparação com o ano anterior**

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 985 milhões e importações de US$ 594 milhões. Saldo positivo de US$ 391 milhões.

1947

1º de março — **Início das atividades do FMI**

5 de junho — **Plano Marshall**
Plano de ajuda econômica dos Estados Unidos para reconstrução da Europa.

- **Crise cambial**

- **Reintrodução do controle cambial**
  Reservas cambiais em nível crítico, resultado do rápido gasto no ano anterior.

- **Finalização da conversibilidade com a libra esterlina**
  Medida defendida na conferência de Bretton Woods.

- **Conferência sobre Comércio e Emprego das Nações Unidas, em Havana**
  A qual constitui "zonas de preferências comerciais".

- **Déficits em pagamentos de moedas conversíveis**
  Saldo de pagamentos em moedas conversíveis, especialmente os dólares norte-americanos. Os grandes acúmulos de reservas cambiais não foram suficientes para financiar os grandes déficits.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.157 milhões e importações de US$ 1.027 milhões. Saldo positivo de US$ 130 milhões.

1948

- **Entrada em vigor do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt)**
  Promove a liberalização do comércio mundial e disciplina o intercâmbio comercial entre as nações. Define tratamento especial aos países em desenvolvimento, tarifas aduaneiras como único meio de proteção comercial e abertura dos mercados.

23 de fevereiro — **Licenças prévias de importação**
Licenças prévias para importar de acordo com as necessidades governamentais. Restrições administrativas, responsáveis e legalizadas de acordo com a Carteira de Exportação e Importação (Cexim), do Banco do Brasil (Lei nº 262).

16 de abril — **Criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE)**
Objetiva coordenar a aplicação dos recursos provenientes do Plano Marshall em prol do desenvolvimento dos países membros. Em dezembro de 1960 é transformada em OECD.

30 de julho — **Adesão do Brasil ao Gatt**
Aprovação de lista tarifária em níveis mínimos (Lei nº 313).

26 de outubro — **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal)**
Criação de órgão da ONU voltado para os problemas do desenvolvimento latino-americano e as relações centro-periferia. Postulava que a industrialização era o principal caminho para a superação do subdesenvolvimento.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.183 milhões e importações de US$ 905 milhões. Saldo positivo de US$ 278 milhões.

1949

11 de outubro — **Declaração de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Itália**

- **Recuperação do preço do café**
  Grande salto positivo na balança comercial devido à alta do preço.

- **Venda dos estoques de café**
  Devido à desvalorização da libra esterlina e do cruzeiro, ocorre mais uma vez aumento no preço do café.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.100 milhões e importações de US$ 947 milhões. Saldo positivo de US$ 153 milhões.

1950

- **Impulsos para a industrialização**
  Controle de câmbio, medidas para enfrentar a dificuldade do balanço de pagamento e licenças prévias para importação.

- **Operações vinculadas**
  Iniciadas em 1948, alcançam 25% das operações de comércio exterior. As exportações de cacau e madeira foram as que mais geraram divisas para as importações de bens duráveis (principalmente automóveis e geladeiras).

19 de dezembro **Comissão mista entre o Brasil e os Estados Unidos para o desenvolvimento econômico**

Objetivo de elaborar projetos concretos para o desenvolvimento nacional com apoio financeiro do Eximbank e do Banco Mundial.

- **Balança comercial**

  Exportações de US$ 1.359 milhões e importações de US$ 934 milhões. Saldo positivo de US$ 425 milhões.

- **Balança comercial da década**

  Exportações totais de US$ 8.270 milhões com média anual de US$ 827 milhões. Importações totais de US$ 5.667 milhões com média anual de US$ 567 milhões.

- **Principais produtos de exportação da década**

  Café (46,1%), algodão (11,4%), peles e couros (3,3%), borracha (1,0%) e demais (38,3%).

1951-1960

O crescimento da economia brasileira escreve alguns de seus mais expressivos capítulos a partir da década de 1950. É a chamada fase democrática do nacional-desenvolvimentismo. Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, a política retoma as diretrizes protecionistas e enfrenta o desequilíbrio na balança comercial.

A partir de 1956, com o governo de Juscelino Kubitschek, a economia brasileira ingressa na fase de desenvolvimento acelerado. Contribui, ainda, na consolidação do processo de industrialização, o Plano de Metas de JK, que prevê a instalação de setores industriais como o de automóveis e a produção de alguns bens de capital.

Além disso, a década é a da campanha pela nacionalização do petróleo. Um grande movimento de massas impulsiona a defesa desse setor econômico brasileiro. No período, há também uma diversificação das exportações de produtos e mercados. A normalização das trocas internacionais, em meados de 50, fazem com que o café volte a concentrar a maior parte das exportações nacionais. Seu principal mercado são os Estados Unidos.

Porto de Itajaí, s/ data. Fotografia. Porto de Itajaí, Itajaí/SC, Brasil.

1951

26 de dezembro **Negociação de venda de produtos estratégicos para os Estados Unidos**
Venda de minerais como manganês, urânio e areias monazíticas.

• **Facilitação das importações**
Expectativas de que o conflito coreano se torne mundial, como na Segunda Guerra, e temor de que isso dificulte as importações. Para tanto, o governo possibilita facilidades para a importação.

• **O valor das importações registra mais de US$ 1.700 milhões**
Em decorrência da política de facilidade de importar. Principais produtos foram matérias-primas e bens de capital.

• **Preço do algodão e do café no mercado internacional**
Aumentam em consequência da política de controle de preço imposta pelos Estados Unidos na Guerra das Coreias.

• **Desvalorização dos produtos brasileiros no mercado externo**
Não há mudanças na taxa de câmbio no Brasil desde o início da II Guerra Mundial e os preços internos aumentam na proporção de mais de 400%, evidenciando a inflação.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.769 milhões e importações de US$ 1.725 milhões. Saldo positivo de US$ 44 milhões.

1952

Fevereiro **Acordo comercial entre o Brasil e os Estados Unidos para fornecimento de minerais estratégicos**
O acordo estabelece que o Brasil deve fornecer 1.550 toneladas de monazita em três anos, metade *in natura* e metade manufaturada. Os Estados Unidos importam ao longo do ano toda a quantidade *in natura* e denunciam unilateralmente o acordo. Diante das cobranças para que levasse também o material já processado, que não encontrava outra saída, requerem o fornecimento de mais monazita *in natura* para aceitar a importação do material já manufaturado. As condições impostas foram aceitas.

Agosto **Limitação da importação de autopeças já produzidas no País (Lei do Similar)**
Aviso 288 da Cexim.

• **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)**
Resultado dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Criado em 20 de junho de 1952 para ser o principal formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico.

- **Maiores investimentos privados norte-americanos**
- **Déficit na balança comercial em mais de 300 milhões de dólares**
  Efeito da sobrevalorização do cruzeiro, e da crise das indústrias têxteis mundiais.
- **Café registra mais de 70% da pauta de exportação brasileira**
- **Crise cambial**
  Em decorrência da baixa entrada de capitais externos, diminuição da receita de exportação, aquisição do trigo americano por causa da seca argentina e sobretaxas com fretes internacionais.
- **Expectativas de desvalorização da taxa cambial**
  Como consequência, os produtores decidem estocar seus produtos.
- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.418 milhões e importações de US$ 1.720 milhões. Saldo negativo de US$ 302 milhões.

1953

Janeiro **Lei do Mercado Livre**
Ampla liberdade de movimento para o capital estrangeiro no Brasil a fim de atrair financiamento, no setor externo privado, e suprir a ausência dos financiamentos do Eximbank e do BIRD. Taxa de câmbio fixa oficial só para exportações que o governo quer estimular: café, cacau e algodão. Para o restante das exportações são aplicadas três taxas flutuantes (Lei nº 1.807). Início de uma política cambial mais preocupada com desenvolvimento econômico do que com o desequilíbrio do balanço de pagamentos.

3 de outubro **Criação da Petrobras e estabelecimento do monopólio estatal do petróleo**
Criada pela Lei nº 2.004, sancionada pelo Presidente Vargas. O monopólio da exploração do petróleo é dado à Petrobras, que entra em funcionamento em 1954.

- **Reforma do sistema cambial**
  Cria um sistema de leilão de câmbio com cinco categorias de importações. O preço da divisa para cada categoria de bem importado varia de acordo com a sua essencialidade. Importação de máquinas e equipamentos pela taxa mais valorizada (com menor custo em moeda nacional) e de bens de consumo pela mais desvalorizada.(Instrução nº 70 da Sumoc e Lei nº 2.145).
- **Comissão Mista Brasil-Alemanha para estudo da possibilidade de colaboração no setor de energia atômica**
  A comissão, composta por cientistas e industriais dos dois países, é instituída com o fito de analisar a possibilidade de se construir uma usina de enriquecimento de urânio

no País. Da parte do Brasil, a comissão se insere no âmbito da sua política atômica de compensações específicas, que prevê a aquisição de tecnologia nesse setor.

25 de novembro **Acordo atômico entre o Brasil e a Alemanha**
O acordo envolve o fornecimento de uma usina com três ultracentrífugas para enriquecimento de urânio e é aprovado pelo Presidente brasileiro por meio de um despacho (25/11/1953). As tratativas para viabilizá-lo são efetivadas sob o mais estreito sigilo, devido à condição de nação ocupada em que ainda se vê a Alemanha, submetida à "supervisão" da Alta Comissão Aliada (Alliierte Hoho Kommission); além do fato de a ela estar vedada toda e qualquer atividade que pudesse levar à fabricação da bomba atômica, como é o caso (na realidade as ultracentrífugas não produziriam o U-235 puro). Além disso, a política dos Estados Unidos impõe limites ao acesso ao conhecimento nuclear. O Brasil chega a fazer o depósito bancário do pagamento envolvido no acordo (1954). A Alemanha providencia a fabricação das peças em diversas fábricas para despistar. O local para a montagem da usina já está determinado. E, quando tudo parece caminhar bem, as ultracentrífugas são apreendidas na Alemanha, poucos dias antes do embarque, pelas forças de segurança inglesas, que, para tanto, receberam ordens dos norte-americanos. Assim, o acordo acaba sem êxito. A historiografia registra que teria sido brasileira a fonte de informação dos Estados Unidos.

29 de dezembro **Extinção da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim)**
Criação, em substituição, da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil. Lei nº 2.145.

- **Carteira de Comércio Exterior (Cacex)**
Antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Tem como atribuições, dentre outras, a emissão de licenças de importação, o estabelecimento de sobretaxas de câmbio e a promoção de exportações.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.539 milhões e importações de US$ 1.145 milhões. Saldo positivo de US$ 395 milhões.

1954

Primeiros meses **Aumento do preço do café**
Devido a situações climáticas adversas, há queda na produção.

- **Campanha anticonsumo de café nos EUA**
Redução das exportações brasileiras. Governo decreta alto preço mínimo para maximizar a receita cambial.

Novembro **Ajuste da bonificação para a exportação de café**
Tentativa de ajustar o preço do café cujas vendas vinham sofrendo baixa. (Instrução nº 99 da Sumoc).

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.562 milhões e importações de US$ 1.415 milhões. Saldo positivo de US$ 147 milhões.

1955

17 de janeiro **Resolução número 113 da Sumoc**
Importação sem cobertura cambial de equipamentos, na forma de investimento direto estrangeiro. Cacex autorizada a emitir licenças de importação sem cobertura cambial, para empreendimentos julgados de interesse para o desenvolvimento da economia nacional. Estímulo à entrada de capital estrangeiro na economia.

3 de agosto **Acordos de cooperação entre Brasil e Estados Unidos**
Define usos civis da energia atômica e reconhecimento de recursos de urânio no Brasil.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.423 milhões e importações de US$ 1.104 milhões. Saldo positivo de US$ 319 milhões.

1956

31 de janeiro **Juscelino Kubitschek, Presidente da República (1956-1961)**
"50 anos em 5" como *slogan* de campanha, em alusão ao Plano Nacional de Desenvolvimento.

• **Plano Nacional de Desenvolvimento**
Mais conhecido como Plano de Metas, consiste em expandir a infraestrutura do transporte e energia, campanha pelo aumento dos investimentos nacionais aliados ao capital externo.

• **Multinacionais entram no Brasil**

• **V Rodada de negociações do Gatt (Genebra)**
Inclusão da Comunidade Econômica Europeia. Países em desenvolvimento denunciam as barreiras tarifárias e não tarifárias dos países ricos.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.482 milhões e importações de US$ 1.046 milhões. Saldo positivo de US$ 436 milhões.

1957

25 de março **Assinatura dos Tratados de Roma, criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE)**

14 de agosto **Lei de Tarifas Aduaneiras**
Reforma aduaneira com introdução da tarifa *ad valorem* de acordo com a Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas. Elevação das tarifas para proteção das indústrias nascentes. Reformulação do sistema cambial para simplificar o sistema de taxas múltiplas (Lei nº 3.244).

4 de outubro **Lançamento do Sputnik I, primeiro satélite russo**

- **Conselho de Política Aduaneira (CPA)**
Instituído para operar o novo sistema de câmbio, estabelecer alíquota e enquadrar produtos em duas categorias: geral e específica.

- **Acordo de Contenção entre Brasil e Colômbia**
Finalidade de reduzir as exportações de café e definir preço mínimo para exportação.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.392 milhões e importações de US$ 1.285 milhões. Saldo positivo de US$ 106 milhões.

1958

- **Conferência Pan-Americana do Café**
Criação do Convênio Internacional do Café com participação dos países latino-americanos e apoio de França e Portugal. Garante preço e quotas anuais fixas para exportação.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.243 milhões e importações de US$ 1.179 milhões. Saldo positivo de US$ 64 milhões.

1959

Janeiro **Exportações de manufaturados liberadas para o mercado de câmbio livre**
Todas as operações de exportações, exceto as de café, cacau, óleo mineral cru e mamona em bagas, passam a ser feitas através do mercado de câmbio livre (Instrução nº 167 da Sumoc).

9 de junho **Rompimento com o FMI**
Aumento da inflação e do déficit público, o Presidente critica os lucros excessivos

de firmas estrangeiras e o Brasil busca créditos externos, dependentes do FMI, que defende ajuste recessivo. Para não comprometer o Plano de Metas, há o rompimento.

28 de novembro **Comissão de Coordenação da Execução da Política Econômica Exterior**
Criada no âmbito da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

15 de dezembro **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)**
Órgão regional autônomo, subordinado ao governo federal, criado por Celso Furtado para formulação de uma política de desenvolvimento para o Nordeste.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.282 milhões e importações de US$ 1.210 milhões. Saldo positivo de US$ 72 milhões.

1960

Janeiro **Comissão executiva brasileira de intercâmbio de produtos do Brasil e da União Soviética**

27 de abril **Independência do Togo**

6 de julho **Redução da cota de importação do açúcar cubano em 95% pelo governo norte-americano**

22 de julho **Criação do Ministério da Indústria e do Comércio**
Através da Lei nº 3.782, incorpora Departamentos e institutos voltados para a propriedade industrial, tecnologia, seguros privados e capitalização, café, álcool, mate, pinho, sal, siderurgia, dentre outros.

14 de setembro **Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)**
Criada pelos países em desenvolvimento, cujas economias estão baseadas na exportação de petróleo e derivados. Esses países são: Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela.

Outubro **Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc)**
Criada pelo Tratado de Montevidéu. Regula e estimula o comércio entre países latino-americanos e estabelece as bases do livre comércio regional.

14 de dezembro **Criação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**
Defesa da democracia representativa, do liberalismo econômico e do desenvolvimento social.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.269 milhões e importações de US$ 1.293 milhões. Saldo negativo de US$ 24 milhões.

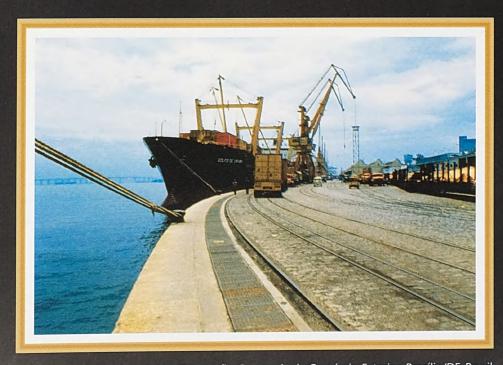
- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de US$ 14.379 milhões com média anual de US$ 1.438 milhões.
  Importações totais de US$ 13.122 milhões com média anual de US$ 1.312 milhões.

- **Principais produtos de exportação da década**
  Café (59,9%), algodão (8,3%), minérios (3,5%), açúcar e álcool (2,2%), carnes (0,7%), petróleo e combustíveis (0,6%), químicos (0,3%) e máquinas e equipamentos (0,2%).

1961-1970

A Guerra Fria escreve um de seus capítulos mais dramáticos quando o período de coexistência pacífica, entre os Estados Unidos e a União Soviética, é interrompido pela chamada Crise dos Mísseis de Cuba, que quase leva as duas superpotências a um embate nuclear.

No Brasil, é criado o Conselho Nacional de Comércio Exterior, que torna obrigatório o registro do exportador e cria o Fundo de Financiamento à Exportação. A política de comércio exterior tem como metas o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no exterior, a diversificação da pauta de produtos exportáveis e a ampliação de mercados externos. Café, açúcar, algodão e minérios ainda são responsáveis por 70% da pauta exportadora brasileira.

A partir de meados dos anos 1960, o governo coloca em prática uma política de substituição de importações e, em decorrência disso, cresce a participação de produtos manufaturados nas exportações brasileiras.

Porto do Rio de Janeiro, s/ data. Fotografia. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

1961

13 de março — **Reforma do Regime Cambial**
Desvalorização da moeda, unificação da taxa de câmbio e suspensão do subsídio à importação de trigo, petróleo e papel de imprensa – desvalorização de 100% na taxa de câmbio (Instrução nº 204 da Sumoc).

31 de março — **Restabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia, e estabelecimento de relações diplomáticas com a Bulgária e a Albânia**
Adensamento das relações comerciais, culturais e científicas.

22 de abril — **Convênio de Amizade e Consulta entre o Brasil e a Argentina**
Assinado durante o Encontro de Uruguaiana.

13 de agosto — **Construção do muro de Berlim**

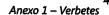
30 de julho — **Início da viagem do Vice-Presidente João Goulart ao leste europeu e ao Oriente, inclusive à República Popular da China**
João Goulart viaja em missão oficial como chefe de uma delegação comercial com um longo e extenso roteiro. Quando o Presidente Jânio Quadros renuncia, em 25 de agosto, o Vice-Presidente encontra-se há mais de três semanas fora do país.

25 de agosto — **Jânio Quadros renuncia à presidência**
Perda completa de sua base de apoio e crítica à Política Externa Independente. O Presidente da Câmara, na ausência do vice, constitucionalmente, assume de forma interina o governo.

11 de setembro de 1961 a 25 de junho de 1962 — **San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores**
Um dos idealizadores da chamada "Política Externa Independente", iniciada no governo de Jânio Quadros.

23 de novembro — **Restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética**

- **Política Externa Independente**
Adoção de uma política externa mais abrangente e pragmática na tentativa de romper as barreiras ideológicas da Guerra Fria. Resguardava o direito do Brasil de negociar com todos os países, de acordo com suas próprias conveniências, respeitadas as boas normas internacionais de procedimento.

- **Estabelecimento da "verdade cambial"**
Desvalorização em 50% do cruzeiro e eliminação das taxas múltiplas de câmbio de algumas mercadorias subsidiadas.

- **Instauração de medidas econômicas ortodoxas**
  Diminuição do déficit público, corte de subsídios e redução de gastos governamentais reduzem a inflação, mas também o dinamismo econômico.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.403 milhões e importações de US$ 1.292 milhões. Saldo positivo de US$ 111 milhões.

1962

20 de janeiro — **O Brasil integra a Aliança dos Países Produtores de Cacau**

3 de setembro — **Estatuto do Capital Estrangeiro**
Taxação progressiva sobre a remessa de lucros. Estímulo ao reinvestimento no País e desestímulo ao repatriamento. Regulamento para a transferência de tecnologia, pagamento de *royalties* e demais direitos sobre patentes e assistência técnica. Orientação básica de evitar a evasão de divisas. Lei nº 4.131.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.214 milhões e importações de US$ 1.304 milhões. Saldo negativo de US$ 90 milhões.

1963

Abril — **Conclusão de acordo de comércio e pagamentos com a União Soviética**
Objetivo de aumentar o intercâmbio bilateral.

- **Fim da Guerra da Lagosta**
  Contencioso diplomático entre Brasil e França (que dura de 1961 a 1963), em torno do fato de pesqueiros franceses que invadem a costa brasileira para pescar lagostas.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.406 milhões e importações de US$ 1.294 milhões. Saldo positivo de US$ 113 milhões.

1964

17 de janeiro — **Promulgação de lei que restringe remessas de lucros ao exterior**

31 de março — **João Goulart deposto**
Madrugada do dia 31 de março para o 1º de abril. Golpe militar derruba o Presidente. Pelo Ato Institucional nº 1, de 9 de abril, líderes têm seus direitos políticos cassados

por dez anos. Instaura-se o regime militar tendo como Presidente o Marechal Castelo Branco, Chefe do Estado-maior do Exército (15 de abril a 15 de março de 1967).

Abril — **Venezuela suspende relações diplomáticas com o Brasil**
Do período de 17 de abril a 29 de dezembro de 1966, devido ao Golpe Militar de 31 de março de 1964. Caracas adota a "Doctrina Betancourt" segundo a qual o governo venezuelano não reconhece governo originado de algum golpe militar.

2 de maio — **Rompimento das relações diplomáticas com o regime de Fidel Castro pela ditadura brasileira**

16 de junho — **Realização da UNCTAD**
Primeira conferência da ONU sobre comércio e desenvolvimento.

23 de junho — **Instauração de uma política econômica alinhada com o Ocidente**
Castelo Branco defende uma "correção de rumos" da política externa alinhando-se com o Ocidente e revogando medidas do governo anterior. Estados Unidos oferecem um empréstimo de US$ 50 milhões ao Brasil.

30 de novembro — **Isenção do IPI aos produtos industrializados**
Lei nº 4.502.

Novembro — **Criação do Programa de Ação Econômica do Governo (PEAG)**
Fundamentada na publicação do Ministro do Planejamento, A Crise Brasileira e Diretrizes de Recuperação Econômica, tem como objetivo conter a inflação, normalizar o crédito e retomar o crescimento econômico. Diminui as importações, aumenta as exportações, com abertura ao capital externo, dentre outras medidas.

28 de dezembro — **Desvalorização do cruzeiro em mais de 13%**

31 de dezembro — **Criação do Banco Central**
Executor das políticas monetária e financeira do governo com a Lei nº 4.595.

- **Apresentação da "Revolução Redentora"**
Significa ordem e paz social para eliminação do "perigo comunista", combate à corrupção e a retomada do crescimento através do capitalismo privado. O capital internacional, sobretudo norte-americano, e o setor agroexportador, constituíam a nova base do novo governo.

- **Reforma tributária**
O objetivo é aumentar arrecadação federal e racionalizar o sistema de impostos, centralizando para o governo federal. Os novos impostos foram: ISS, ICM e ampliação da base de cálculo de imposto de renda, dentre outros.

- **Conselho Monetário Nacional (CMN)**
  Em substituição da Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc) e como função normativa e reguladora do Sistema Financeiro Nacional.

- **Sistema Financeiro de Habitação (SFH)**
  Instituição central para crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo (APE).

- **Ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo**

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.430 milhões e importações de US$ 1.086 milhões. Saldo positivo de US$ 343 milhões.

1965

13 de janeiro	**Concessão do FMI concede crédito de US$ 125 milhões ao Brasil**
27 de março	**Inauguração da Ponte da Amizade entre o Brasil e o Paraguai**
Abril	**Participação brasileira na Força Interamericana de Paz na República Dominicana**
Maio	**Missão comercial brasileira à África Ocidental**
8 de junho	**Exclusividade do Ministério das Relações Exteriores na promoção comercial** Lei nº 4.669 estabelece as competências do MRE.
16 de novembro	**Desvalorização da moeda cruzeiro em mais de 21%**

- **A Lei nº 4.663 autoriza as empresas, durante os exercícios de 1966, 1967 e 1968, a deduzirem do lucro sujeito ao imposto de renda a parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados, determinados pela Comissão de Comércio Exterior, e cuja penetração no mercado internacional convenha promover**

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 1.595 milhões e importações de US$ 941 milhões. Saldo positivo de US$ 655 milhões.

1966

10 de junho	**Criação do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex)** Lei nº 5.025. Compete ao Concex formular políticas de comércio exterior e procedimentos referentes a exportação/importação.
Novembro	**Missão econômica brasileira visita a Iugoslávia e a União Soviética**

6 de dezembro — **Publicação do projeto de uma nova Constituição para o Brasil**
Protestos de todos os lados.

- **Reorganização das funções da Carteira de Comércio Exterior (Cacex)**
Pela mesma lei da criação da Concex, a Cacex passa a emitir licenças prévias de importação e exportação, financiar a exportação de produtos industrializados, colaborar na aplicação do regime do "Drawback", dentre outras funções.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.741 milhões e importações de US$ 1.303 milhões. Saldo positivo de US$ 438 milhões.

1967

24 de janeiro — **Promulgação da Constituição de 1967**
O Congresso elaborou a nova Carta em 43 dias, em conformidade com os termos do AI-4. Legislação amplia os poderes do Executivo, especialmente com relação à Segurança Nacional, e encerra-se o poder excepcional do Presidente em cassar mandatos e perda de direitos políticos. Entra em vigor dia 15 de março.

25 de janeiro — **Decreto-Lei nº 200**
Modifica a nova Constituição em muitos aspectos concernentes à organização da administração federal.

13 de fevereiro — **Desvalorização da moeda cruzeiro em 22,30%**

28 de fevereiro — **Criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus**
Com a promulgação do Decreto-lei nº 288, é autarquia vinculada ao atual Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A finalidade é atrair investimentos na região amazônica.

15 de maio — **Concluída a Rodada Kennedy do Gatt**
Redução de tarifas.

Junho — **FMI concede mais de US$ 50 milhões de crédito ao Brasil**
O crédito é usado para formar mão de obra qualificada, no financiamento de indústrias nordestinas e na exportação de navios mercantes produzidos nos estaleiros brasileiros com o destino para o México.

17 de agosto — **Resolução nº 63 do Bacen**
Regulariza a captação de empréstimos externos pelos bancos nacionais para repasse às empresas nacionais.

12 de outubro — **O Conselho de Política Aduaneira passa a fiscalizar valores mínimos para o cálculo do imposto de importação**
Decreto-lei nº 333.

Novembro — **Preferência para financiamento de produtos destinados à exportação**
Resolução nº 71 do Conselho Monetário Nacional.

Dezembro — **Finalização das negociações com organismos financeiros internacionais**
Os créditos são utilizados para a importação de equipamentos e matérias-primas, exportação de trigo, programas educativos e projetos específicos para o desenvolvimento industrial.

18 de dezembro — **Participação brasileira na VII Conferência das partes integrantes do Tratado de Montevidéu**

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.654 milhões e importações de US$ 1.441 milhões. Saldo positivo de US$ 212 milhões.

1968

27 de março — **Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas**
Brasil assina a convenção após 7 anos.

Março — **Realização da II UNCTAD**

24 de abril — **As negociações da VII Conferência do Tratado de Montevidéu resultam no Decreto nº 62.596**
Dispõe sobre a execução das negociações para a formação da Zona de Livre Comércio instituída pelo tratado e designa isenção de Direitos Aduaneiros e Taxa de melhoramento de Portos aos produtos importados do Paraguai, Bolívia e Equador. Aumenta a alíquota do imposto de importação *ad valorem* em 5% aos países da Lista Nacional do Brasil (LNB).

Junho — **Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)**
Objetivo de retorno aos investimentos privados, ampliação do mercado interno de consumo e minidesvalorizações cambiais.

27 de agosto — **Desvalorização do cruzeiro em 13,35%**

Idem — **Início da Política de "minidesvalorizações cambiais"**
Mantida até o final do ano de 1979.

13 de dezembro — **Ato Institucional nº 5**
Fortalecimento do poder presidencial para fechar o Congresso Nacional, intervir nos Estados e municípios, suspensão do *Habeas Corpus*, censura nos meios de comunicação e tortura como prática governamental.

• **Fase do "Milagre Econômico"**
Taxa de crescimento acima de 11% ao ano até 1973.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 1.881 milhões e importações de US$ 1.855 milhões. Saldo positivo de US$ 26 milhões.

1969

5 de março — **Incentivos fiscais para exportação de manufaturados**
Lei nº 491 doutrina que as vendas para o exterior das empresas produtoras, intermediárias e vendedoras gozam de abatimentos no IPI, caso haja excedente, poderá abater outros impostos federais, conhecido como crédito-IPI.

23 de abril — **Tratado da Bacia do Prata é assinado entre Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai**
Promoção da integração física da região por meio de cooperação.

28 de julho — **Criação dos Direitos Especiais de Saque (DES)**
Ativo de reservas do FMI para países com desequilíbrio no balanço de pagamentos.

19 de agosto — **Criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer)**
Por meio do Decreto nº 770, destinada à fabricação seriada do avião Bandeirante.

17 de outubro — **Emenda Constitucional nº 1**
Incorpora à Constituição de 1967 muitos dispositivos do AI-5 e de outros atos baixados pelo regime. A Carta que emerge após a Emenda-1 é considerada como uma nova Constituição (há controversas entre os juristas); aceitando-se esse ponto de vista, o Brasil teria então sua terceira constituição outorgada.

30 de outubro — **Posse de Emílio Garrastazu Médici como Presidente da República**
Divide o governo em três setores: militar, econômico e político. "Milagre econômico" e "anos de chumbo" expressam o perfil do seu governo.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 2.311 milhões e importações de US$ 1.993 milhões. Saldo positivo de US$ 318 milhões.

1970

25 de março — **Ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas**
A medida é tomada por meio de decreto do governo brasileiro.

10 de julho — **Estabelecimento do preço referência aos produtos importados**
Com a aprovação do Decreto-lei nº 1.111, ainda disciplina que o Conselho de Política Aduaneira fica autorizado a adotar medidas para fiscalizar o preço das importações.

- **Concretização da vitória da UNCTAD, pois é regulamentado o Sistema Geral de Preferências (SGP)**
  Sistema preferencial aos produtos manufaturados procedentes dos países em desenvolvimento, sem reciprocidade de concessões.

Outubro — **Concedido o maior empréstimo até então jamais feito a um país da América Latina**
BID é o banco credor e o Brasil o devedor. A quantia, US$ 66,5 milhões. Destino, complexo hidrelétrico de Ilha Solteira.

- **Reservas brasileiras ultrapassam a quantia de um bilhão de dólares de moedas fortes no FMI**
  O feito consagra o Brasil como o primeiro país da América Latina a consegui-lo.

- **Taxa do crescimento anual do PIB de 9%**

- **Taxa de inflação abaixo de 20% (1970)**

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 2.739 milhões e importações de US$ 2.507 milhões. Saldo positivo de US$ 232 milhões.

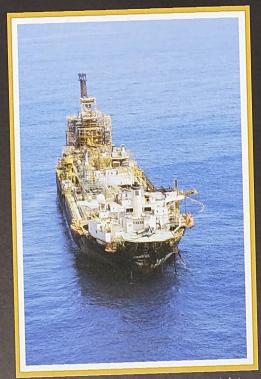
- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de US$ 17.376 milhões com média anual de US$ 1.738 milhões. Importações totais de US$ 15.017 milhões com média anual de US$ 1.502 milhões

- **Principais produtos de exportação da década**
  Café (45,6%), minérios (7,7%), algodão (7,5%), açúcar e álcool (4,5), metalúrgicos (3,6%), carnes (1,6%) e máquinas e equipamentos (1,5%).

1971-1980

Os anos 1970 são marcados por uma forte recessão que caracteriza o esgotamento do modelo de crescimento econômico do pós-Guerra. É o fim de um longo ciclo de prosperidade do sistema capitalista. A crise se agrava ainda mais com a desvalorização do dólar, que aumenta a inflação em toda a área do sistema capitalista.

Mas é a alta do preço do petróleo, em 1973, o fator crucial do agravamento dessa situação. A crise deslancha um aumento dos preços internacionais das matérias-primas.

O Brasil também é afetado pela recessão mundial. É fim do período conhecido como Milagre Econômico, no qual o País chegou a crescer 11% ao ano. Em 1979, um novo choque do petróleo e a explosão das taxas de juros americanas colocam um ponto-final na fase de prosperidade brasileira.

Geraldo Falcão. *Navio da Petrobras*, s/ data.
Fotografia. Banco de Imagens Petrobras, Brasil.

1971

21 de janeiro — **Apresentação de proposta de instrumento jurídico continental de repressão do Ministro das Relações Exteriores do Brasil junto à OEA**

Fevereiro — **Início dos trabalhos da construção da Usina binacional de Itaipu**

Durante a década de 1960, Brasil e Paraguai estabelecem um intenso processo negociador para a viabilização da usina. Em 22 de junho de 1966, os dois países assinam a "Ata do Iguaçu", documento marco para a concretização do projeto. Em 1970, realiza-se concorrência internacional para o projeto da obra. A viabilização até essa etapa envolveu, também, negociações com a Argentina que contestava o projeto em si; decorrendo desse posicionamento tensões políticas nas relações bilaterais dos dois países.

• **Acordo Internacional do Trigo e Convenção sobre Comércio do Trigo**

1973 — **Protocolo de negociações comerciais entre países em desenvolvimento (Gatt)**

• **Nacionalizações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)**

É iniciado o processo de nacionalização da Opep, organização que detém dois terços das exportações mundiais de óleo bruto.

• **Contencioso envolvendo o "mar de 200 milhas"**

Em 1970, por decreto, o Brasil declara sua soberania sobre o mar territorial no limite de 200 milhas – o que é contestado por vários países, particularmente os Estados Unidos. Em 1971, o Brasil é acusado de atacar oito barcos pesqueiros norte-americanos em seu mar territorial de 200 milhas. O deputado Sam Gibbons afirma ter recebido informação que um navio de guerra brasileiro teria feito disparos contra as embarcações. O Ministério da Marinha brasileiro nega a acusação.

• **Contencioso envolvendo o "mar de 200 milhas"**

Devido à posição brasileira relativa ao "mar de 200 milhas" o Departamento de Estado dos Estados Unidos resolve intimidar com a ameaça de sair do Acordo Internacional do Café; ao que o Brasil reage firmemente e classifica o anunciado de "intolerável pressão econômica".

• **Fim do sistema de Bretton Woods**

Fim da paridade fixa dólar-ouro estabelecida em Bretton Woods. O Presidente norte-americano Richard Nixon desvaloriza a moeda americana em 10%.

• **Crítica à fórmula do "milagre"**

Relatório do FMI critica a política de "desenvolvimento capitalista associado" de Delfim Netto.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 2.904 milhões e importações de US$ 3.247 milhões. Saldo negativo de US$ 343 milhões.

1972

15 de maio **Befiex**
É criada, pelo Decreto-Lei nº 1.219, a Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação, com o objetivo de conceder isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados na importação, a empresas que tivessem seus programas de exportação aprovados pelo Ministério da Fazenda. Também era permitido a essas empresas abater do lucro tributável a parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados.

11 de setembro **Acordo Internacional sobre o Cacau**
Aprovado para ratificação no Acordo Internacional do Cacau, concluído na Conferência das Nações Unidas (ONU).

- **Soja**
  Aumento da produção de soja, incentivada principalmente pelo aumento da demanda e dos preços internacionais de soja em grão e derivados como farelo e óleo. Entre 1970 e 1980, a área cultivada com soja passou de um pouco mais de 1,3 milhões de hectares para cerca de 8,5 milhões de hectares, enquanto a produção brasileira passou de cerca de 1,5 milhão de toneladas para 15 milhões de toneladas. Em 1980, o Brasil já havia se consolidado como segundo maior produtor mundial, ultrapassando a China.

- **O Brasil importa 80% do petróleo que consome**
  A produção interna de petróleo atende apenas a 23,5% da demanda aparente. O País importa 80% do que consome, o que representa 10% do total de suas importações.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 3.991 milhões e importações de US$ 4.232 milhões. Saldo negativo de US$ 241 milhões.

1973

26 de abril **Itaipu Binacional**
Empresa criada com a assinatura do Tratado de Itaipu, pelos governos do Brasil e do Paraguai, para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná. Formada pela brasileira Eletrobrás e pela paraguaia Administración Nacional de Electicidad (Ande). A empresa terá sede nos dois países.

26 de abril — **Assinatura do Tratado de Itaipu**

Instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná pelo Brasil e Paraguai.

• **Contencioso com a Argentina. Buenos Aires chama seu embaixador no Brasil de volta**

A medida é um protesto contra a criação da Itaipu Binacional e é justificada com o argumento de que não teria sido avisada com a devida antecedência. O Brasil nega as alegações argentinas.

Maio — **Contencioso com a Argentina. Barco argentino apresado no Rio Grande do Sul pela Capitania dos Portos**

O fato acirra ainda mais a tensão nas relações Brasil-Argentina.

Junho-julho — **Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Gibson Barbosa, aos países do Pacto Andino**

A meta mais pragmática da visita refere-se à política energética, comércio de carvão com a Colômbia e, particularmente, ao que reporta a compra de petróleo e derivados da Venezuela e a construção de um gasoduto com a Bolívia.

Outubro — **Primeira crise internacional do petróleo**

Consequência da quarta guerra árabe-israelense, a Guerra do Yon Kippur, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) aumenta o preço do petróleo cerca de 100%, submergindo o mundo numa crise de energia. A crise afeta profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total de seu consumo.

• **Expansão do comércio exterior**

O governo concede incentivos à exportação de produtos industriais. Nas exportações agrícolas, o café que, entre 1965 e 1971, representava 37% do valor das exportações brasileiras, passa a representar apenas 15% entre 1972 e 1975, com destaque para o avanço da soja, cujos preços internacionais eram favoráveis.

• **Gatt – Tóquio**

Início da sétima reunião ministerial de negociações comerciais multilaterais, com destaque aos interesses dos países em desenvolvimento. Discussão de temas como subsídios e requisitos de licenciamento; tarifa média para produtos manufaturados nos nove maiores mercados; redução de 7% para 4,7% na tarifa média de produtos manufaturados nos nove maiores mercados.

• **Gatt – Genebra – Acordo Multifibras**

Adoção de regime de quotas ao comércio internacional de têxteis.

- **Fim do "milagre econômico brasileiro"**
  Ápice do extraordinário crescimento econômico e das baixas taxas de inflação. A variação do PIB chega a 13,9% e a inflação média anual é de 15,5% (oficial). Mais tarde, o próprio Delfim admitiria que o índice estava "distorcido". A inflação é estimada pelo Banco Mundial em 22,5%.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 6.199 milhões e importações de US$ 6.192 milhões. Saldo positivo de US$ 7 milhões.

1974

15 de março — **Posse do Presidente Ernesto Geisel**
General Geisel, ex-Presidente da Petrobras, assume com a promessa de uma "distensão política lenta, segura e gradual" no plano interno. Quanto à política exterior, o Presidente define a posição do Brasil como de "pragmatismo responsável", fidelidade ao Ocidente, mantendo o direito de escolher os próprios rumos de acordo com o interesse nacional.

Junho — **Estados Unidos sobretaxam calçados brasileiros**
Brasil é acusado de *dumping*, baseada no fato de que empresas brasileiras vendem seus produtos abaixo do custo no mercado brasileiro por causa de devolução de impostos. 70% das exportações de calçados do Brasil têm os Estados Unidos como destino.

Setembro — **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979)**
Para manter o crescimento econômico, apesar da crise do petróleo de 1973, e completar o processo de substituição de importações dos setores de bens de capital e insumos básicos. Foi facilitada a captação de capital externo para investimento em áreas como energia, siderurgia e transporte. Além disso, foram captados vultosos empréstimos externos, sendo que a maior parte deles foi feita por governos e empresas públicas.

14 de dezembro — **Declaração sobre a Nova Ordem Econômica Internacional**
Com o objetivo de modificar a velha ordem econômica concebida em Breton Woods, a Assembleia Geral da ONU adota a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados que concretiza a Nova Ordem Econômica Internacional ao trazer princípios que regerão as relações entre os Estados, passando pela não agressão, não intervenção, solução pacífica de controvérsias etc.

- **Política Nacional de Exportação de Material Bélico (Penemem)**
  O Brasil passa a exportar desde revólveres e tanques de guerra a aviões para América Latina, Oriente Médio e África.

- **Imposto de exportação**
  É aplicado sobre a exportação de alguns produtos básicos, como algodão, soja e couro, a fim de estimular a exportação de derivados com maior valor agregado.

- **Código Tarifário Brasileiro**
  As alíquotas máximas de imposto de importação passam de 100% para 205%.

- **Relações diplomáticas com a China comunista são restabelecidas**

- **Grupo de países latino-americanos e do Caribe exportadores de açúcar**
  Adoção de regime de quotas ao comércio internacional de açúcar.

- **Déficit na balança comercial**
  O Brasil passa de um saldo positivo de US$ 7 milhões em 1973 para um déficit de US$ 4,7 milhões em 1974. As exportações aumentam 28%, mas o valor das importações cresce 104%.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 7.951 milhões e importações de US$ 12.641 milhões. Saldo negativo de US$ 4.690 milhões.

1975

Janeiro — **Polocentro**
Programa de incentivo à expansão da cultura agrícola, principalmente de soja, para a região centro-oeste, por meio da disponibilização de linhas de crédito favorecidas e novas técnicas agrícolas.

27 de junho — **Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha**
Assinado, em Bonn, acordo para a construção de usinas nucleares no Brasil.

14 de novembro — **Proálcool**
O Programa Nacional do Álcool foi criado com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

- **Ciranda financeira**
  A economia, cada vez mais dependente da entrada de recursos externos, perde fôlego industrial e ganha ânimo financeiro. Para atrair os petrodólares é preciso pagar taxas de juros superiores às do mercado internacional e, sem eles, é impossível crescer. Com isso, passa a ser preferível aplicar dinheiro no mercado financeiro do que investi-lo na produção. É o início da ciranda financeira.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 8.670 milhões e importações de US$ 12.210 milhões. Saldo negativo de US$ 3.540 milhões.

1976

- **Visita do Presidente Geisel a potências mundiais**
  O Presidente Geisel visita a França, a Inglaterra e o Japão a fim de estreitar as relações de amizade, bem como aumentar o intercâmbio comercial, a atração de recursos e a cooperação tecnológica. Vale ressaltar que o Japão ocupa o terceiro posto como parceiro comercial do Brasil.

- **Proibição de importação de bens de luxo**

- **Reserva de informática**
  Determina o suprimento do mercado interno de computadores de pequeno porte por produtores e tecnologias nacionais.

- **Dívida externa/exportações**
  Relação entre a dívida externa e as exportações chega a 47%. Ela era 33% em 1974.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 10.128 milhões e importações de US$ 12.383 milhões. Saldo negativo de US$ 2.255 milhões.

1977

Janeiro **Congelamento do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha**
Jimmy Carter manda seu Vice-Presidente à Alemanha para congelar o acordo que transfere tecnologia e supostamente dá ao Brasil a capacidade de produzir combustível atômico em território nacional.

- **Dívida externa**
  A dívida externa brasileira chega a 30 bilhões de dólares, a maior do mundo subdesenvolvido.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 12.120 milhões e importações de US$ 12.023 milhões. Saldo positivo de US$ 97 milhões.

1978

- **Êxito no programa de substituição de importações**
  Queda de US$ 1,4 bilhão no déficit da balança comercial de bens de capital e de US$ 2,4 bilhões no setor de insumos básicos no período de três anos.

- **Segunda crise internacional do petróleo**
  A revolução islâmica no Irã e a guerra Irã-Iraque provocam queda na produção e disparada de preços. O preço do petróleo aumenta de US$ 12 o barril em 1978 para US$ 30 no início de 1980.

- **Taxas de juros internacionais**
  Políticas macroeconômicas restritivas nos Estados Unidos levam a uma subida brusca das taxas de juros internacionais.

- **Dívida externa brasileira**
  A dívida externa brasileira, que, no final de 1973, era de US$ 13,8 bilhões, chega a US$ 52,8 bilhões em 1978, um crescimento de 283%.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 12.659 milhões e importações de US$ 13.683 milhões. Saldo negativo de US$ 1.024 milhões.

1979

Abril **Código de Subsídios**
Pressionado pelos Estados Unidos, o Brasil assina o Código de Subsídios do Gatt e tem que começar a interromper seus programas de estímulos às exportações.

19 de Outubro **Acordo Corpus – Itaipu**
Assinado o Acordo Tripartido entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai para o aproveitamento dos recursos hidráulicos do Rio Paraná.

- **Produção cacaueira**
  A força da produção cacaueira, apesar de o sistema comercial estar praticamente em mãos de empresas estrangeiras compradoras e exportadoras, gera US$ 988,4 milhões nas exportações. O sul da Bahia produz 78% da produção brasileira de cacau.

- **Rodada Tóquio de negociações comerciais do Gatt**
  Aprovação do princípio do tratamento preferencial e mais favorável para os países em

desenvolvimento: cláusula de habilitação permite a outorga e o intercâmbio recíproco de preferências comerciais parciais, com a derrogação admitida da cláusula de nação mais favorecida.

- **Acordos plurilaterais (de adesão voluntária) na Rodada de Tóquio**
  Código de normalização, código de valoração aduaneira, código *antidumping*, código de subsídios, arranjo relativo à carne bovina, declaração sobre tratamento diferenciado e mais favorável, medidas comerciais sobre balança de pagamentos, medidas de salvaguarda para fins de desenvolvimento, acordo sobre notificações, consultas, solução de controvérsias.

- **Maxidesvalorização**
  No final de 1979, houve uma maxidesvalorização "corretiva" do cruzeiro a fim de garantir a competitividade das exportações brasileiras.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 15.244 milhões e importações de US$ 18.084 milhões. Saldo negativo de US$ 2.839 milhões.

1980

- **Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)**
  Assinatura do Tratado de Montevidéu que institui a Aladi para a conformação de "área de preferências tarifárias".

- **Expansão de moeda é limitada**
  Decorrente da segunda crise do petróleo, em 1979, e do contínuo aumento das taxas internacionais de juros, investimentos de empresas estatais são cortados, taxas de juros internos sobem e investimento privado declina.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 20.132 milhões e importações de US$ 22.955 milhões. Saldo negativo de US$ 2.823 milhões.

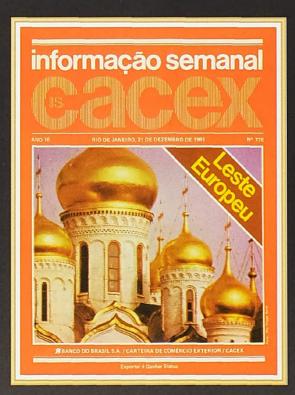
- **Balança comercial da década**
  Exportações totais de US$ 17.376 milhões com média anual de US$ 1.738 milhões. Importações totais de US$ 15.016 milhões com média anual de US$ 1.502 milhões.

- **Principais produtos de exportação da década**
  Café (17,8%), soja (12,1%), minérios (8,8%), açúcar e álcool (7,7%), máquinas e equipamentos (6,2%), material de transporte (4,0%), metalúrgico (3,7%), calçados e couro (3,0%), algodão (3,0%), químicos (2,1%), carnes (2,0%), petróleo e combustíveis (1,6%) e demais (27,9%).

1981-1990

O fim da Guerra Fria marca a década de 1980. É o período da derrocada do sistema soviético de poder, que tem na queda do muro de Berlim o seu principal símbolo. Em 1990, a Guerra do Golfo inicia uma nova fase nos conflitos bélicos internacionais.

Na América Latina, os anos 1980 são conhecidos como a década perdida. A região passa por uma grave crise econômica, com baixas taxas de crescimento que levam vários países a decretar moratória ao pagamento de dívidas internacionais.

O Brasil também é marcado por uma forte recessão, que atinge diversos setores produtivos e resulta em desemprego e declínio da renda.

Capa da revista Cacex, 1981. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

1981

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 23.293 milhões e importações de US$ 22.091 milhões. Saldo positivo de US$ 1.202 milhões.

1982

Maio-junho **Neutralidade brasileira na Guerra das Malvinas**

18 de outubro **Acordo Brasil-Itália de Cooperação Econômica e Industrial**

5 de novembro **Inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu**

10 de dezembro **Convenção da ONU sobre Direito do Mar**
Fixa em 12 milhas o limite do mar territorial e em 200 milhas a zona econômica exclusiva.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 20.175 milhões e importações de US$ 19.395 milhões. Saldo positivo de US$ 780 milhões.

1983

Fevereiro **O Brasil firma o acordo com o FMI e é forçado a se submeter à austeridade de um programa de ajustes econômicos**

- **O governo brasileiro promove uma maxidesvalorização de 30% como forma de incentivar as exportações**

- **Campanha das "Diretas Já"**
  É desencadeado o maior movimento popular da história do País, em prol da democratização.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 21.899 milhões e importações de US$ 15.429 milhões. Saldo positivo de US$ 6.470 milhões.

1984

- **Aumento excepcional das exportações, que saltam de US$ 21,9 bilhões para US$ 27 bilhões**

Outubro **Aprovação da Lei de Reserva da Informática**

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 27.005 milhões e importações de US$ 13.916 milhões. Saldo positivo de US$ 13.090 milhões.

1985

22 de abril — **Com a morte de Tancredo Neves, o vice, José Sarney, assume a Presidência da República**

30 de novembro — **Declaração de Iguaçu**
Com o restabelecimento da democracia nos dois países, Brasil e Argentina iniciam um processo de aproximação.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 25.639 milhões e importações de US$ 13.153 milhões. Saldo positivo de US$ 12.486 milhões.

1986

28 de fevereiro — **Lançamento do Plano Cruzado**
Estabelece uma nova moeda nacional, o cruzado, que substitui o cruzeiro e tem como objetivo conter a inflação e criar condições para a estabilidade econômica.

14 de julho — **Reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba**
Resulta na realização de acordos bilaterais entre os dois países.

20 de julho — **Ata de Integração Brasil-Argentina**
Assinada em Buenos Aires pelos Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, estabelece as bases do Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice).

20 de setembro — **Início da Rodada Uruguai do Gatt, em Punta del Este**

22 de novembro — **Lançamento do Plano Cruzado II**
Assinatura da Ata de Amizade entre os governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai (dezembro).

- **Perestroika**
  Entra em curso o processo de grandes reformas econômicas na URSS, promovido por Mikhail Gorbatchev.

- **Ato único europeu**
  Estabelece como objetivo a criação de um mercado europeu unificado, com livre circulação de pessoas, capital, bens e serviços.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 22.349 milhões e importações de US$ 14.044 milhões. Saldo positivo de US$ 8.304 milhões.

1987

20 de janeiro — **O Brasil decreta moratória e suspende o pagamento da dívida externa**

1º de fevereiro — **Início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte**

12 de junho — **Lançamento do Plano Bresser**

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 26.224 milhões e importações de US$ 15.051 milhões. Saldo positivo de US$ 11.173 milhões.

1988

5 de outubro — **Promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil**

29 de novembro — **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento**
Assinado pelos governos do Brasil e da Argentina, na cidade de Buenos Aires.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 33.789 milhões e importações de US$ 14.605 milhões. Saldo positivo de US$ 19.184 milhões.

1989

15 de janeiro — **Lançamento do Plano Verão**

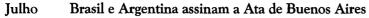
Novembro — **Queda do Muro de Berlim**

- **Consenso de Washington**
  Estabelece dez regras básicas que deverão ser recomendadas pelos organismos multilaterais, a exemplo do FMI, como o caminho para sair da crise econômica.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 34.383 milhões e importações de US$ 18.263 milhões. Saldo positivo de US$ 16.119 milhões.

1990

15 de março — **Fernando Collor de Mello assume a Presidência da República**
Estabelece uma nova moeda, o "cruzeiro", que substitui o cruzado novo.

Julho **Brasil e Argentina assinam a Ata de Buenos Aires**

É fixada a data de 31 de dezembro de 1994 para início do funcionamento do Mercosul.

- **Collor promove a abertura econômica e liberalização comercial**

- **Balança comercial**

  Exportações de US$ 31.414 milhões e importações de US$ 20.661 milhões. Saldo positivo de US$ 10.751 milhões.

- **Balança comercial da década**

  Exportações totais de US$ 266.170 milhões com média anual de US$ 26.617 milhões. Importações totais de US$ 166.609 milhões com média anual de US$ 16.661 milhões.

- **Principais produtos de exportação da década**

  Metalúrgico (13,7%), soja (10,4%), máquinas e equipamentos (9,2%), café (7,9%), material de transporte (7,9%), minérios (7,6%), químicos (5,7%), calçados e couros (4,9%), petróleo e combustíveis (4,5%), papel e celulose (3,0%), açúcar e álcool (2,2%), carnes (2,0%), algodão (1,4%) e demais (19,8%).

1991-2000

Com o fim da Guerra Fria, novos países ganham espaço na comunidade internacional. Os fluxos comerciais se intensificam e é criada a Organização Mundial do Comércio. No plano regional, é celebrado o Tratado de Assunção, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, para a constituição de um Mercado Comum do Sul – o Mercosul.

Os anos 1990 registram crises econômicas na Europa, no México, nos chamados Tigres Asiáticos e no Japão. No final da década, a Nasdaq, a bolsa da nova economia, quebra nos Estados Unidos, repercutindo nas economias de vários países ao redor do mundo.

O Brasil inicia uma ampla abertura comercial, com redução de tarifas de importação e reformulação dos incentivos à exportação. Ao longo da década, o governo brasileiro adota políticas de modernização da produção nacional e lança o plano real, que promove a estabilização da inflação e da economia.

Avião Embraer 190, s/ data. Fotografia. Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer), São José dos Campos/SP, Brasil.

1991

31 de janeiro — **Plano Collor 2**
Ministra Zélia Cardoso baixa o plano sob feriado bancário, introduz congelamento de preços e desindexação.

28 de fevereiro — **Fim da Guerra do Golfo**
Gera relativo aumento do preço do petróleo. Brasil intensifica a política de busca de autossuficiência em petróleo.

26 de março — **Mercosul**
O Tratado de Assunção é celebrado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, para a constituição de um Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

25 de junho — **Fim da reserva de mercado para a informática**
Liberdade de comércio para os produtos de informática.

9 de julho — **Acordo comercial entre Brasil e Irã**
Irã passa a ser o primeiro fornecedor de petróleo para o Brasil, com 180 mil barris/dia.

17 de dezembro — **Protocolo de Brasília**
Primeira reunião de Cúpula do Mercosul na qual é aprovado o Sistema de Solução de Controvérsias.

- **Programa de Financiamento às Exportações (Proex)**
Lançado para prover condições de competitividade às exportações brasileiras de bens de capital.

- **Departamento de Comércio Exterior (Decex)**
Criado no âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT).

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 31.620 milhões e importações de US$ 21.041 milhões. Saldo positivo de US$ 10.579 milhões.

1992

7 de fevereiro — **Tratado de Maastricht**
Estabelece a criação de uma União Econômica e Monetária, uma política externa e de segurança comum e uma maior cooperação nas políticas interna e judicial, no âmbito da União Europeia (UE).

3 a 14 de junho — **Rio-92. Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**
Criação da Agenda 21 e da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

29 de setembro **Impeachment de Collor**
Assume o Vice-Presidente Itamar Franco (1992-1994). Mantém-se a liberalização econômica.

19 de novembro **Criação do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT**
Em seu âmbito é criada a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 35.793 milhões e importações de US$ 20.544 milhões. Saldo positivo de US$ 15.249 milhões.

1993

Março **Assinado acordo bilateral entre Brasil e Bolívia**
Regula a compra de gás boliviano pelo Brasil, por meio da construção de um gasoduto de três mil quilômetros.

- **Criação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex)**
Instrumento administrativo e informatizado que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior.

- **Regulamento contra práticas desleais de comércio**
Aprovado no âmbito do Mercosul, de acordo com os princípios do Gatt.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 38.555 milhões e importações de US$ 25.256 milhões. Saldo positivo de US$ 13.299 milhões.

1994

1º de julho **Plano Real**
Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, implementa o Plano Real para promover a estabilização da economia e introduz uma nova moeda, o real.

9 de novembro **I Cúpula das Américas**
Realizada em Miami, discute-se a constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas, futura Alca.

17 de dezembro **Protocolo de Ouro Preto**
Confere personalidade jurídica ao Mercosul.

- **Organização Mundial do Comércio (OMC)**
Criada pela Ata de Marrakesh, no Marrocos.

- **Estabilidade do real**
Gera boa visibilidade internacional e atrai o capital estrangeiro para o Brasil.

- **Sobrevalorização do real**
  O real, vinculado ao dólar, gera uma grande valorização da moeda nacional. Ajuda a derrubar a inflação e a aumentar o poder de compra dos importadores brasileiros. Por outro lado, gera desequilíbrio da balança comercial, devido à intensificação das importações e ao baixo crescimento das exportações. Os exportadores, em geral, são penalizados, pois os produtos nacionais encontram-se sem atratividade externa, devido aos seus elevados preços.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 43.545 milhões e importações de US$ 33.079 milhões. Saldo positivo de US$ 10.466 milhões.

1995

1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2002 — **Presidência de Fernando Henrique Cardoso**
Assume com a promessa de fazer uma política de comércio exterior voltada para a inserção internacional do Brasil, intensificação dos fluxos econômicos e ampliação das atividades do Mercosul.

1º de janeiro — **Entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul**
Adoção da Tarifa Externa Comum (TEC).

Idem — **Entrada em vigor da Organização Mundial de Comércio (OMC)**
Sucede ao Gatt na regulação do comércio mundial. Também é utilizada como fórum para governos negociarem acordos e solucionarem disputas comerciais.

3 de janeiro — **México em crise, programa econômico de emergência**

Março — **Câmbio flexível**
O governo altera o câmbio vinculado ao dólar, passando a adotar uma política de flexibilidade. Ocorre devido à repercussão da crise do México, desvalorizando o real em cerca de 7% em relação ao dólar.

Maio — **Criação do Departamento de Defesa Comercial (Decom), no âmbito da SECEX**
Órgão que conduz investigações com base nos acordos *antidumping*, sobre subsídios e medidas compensatórias e sobre salvaguardas da OMC.

8 de novembro — **Fim do monopólio estatal do petróleo no Brasil**
Aprovação pelo Senado em segundo turno. Aprovada alteração do artigo 177 da Constituição, que quebra monopólio da Petrobras. Permite que outras empresas privadas participem da pesquisa de exploração, produção, refino e transporte do petróleo no Brasil.

15 de dezembro — **Acordo-Quadro de Cooperação entre Mercosul e União Europeia**
Assinado acordo inter-regional, em Madri, visando aprofundar as relações entre os dois blocos.

- **Alternativa para evitar a crise financeira**
Governo reduz o ritmo do crescimento da economia, contém o consumo, eleva as tarifas de importação para alguns produtos, e as taxas de juros. Com isso, verifica-se aumento significativo de entrada de capitais estrangeiros, recuperando as reservas cambiais e estabilizando a balança comercial.

- **Queda das reservas internacionais**
A crise mexicana provoca o primeiro ataque especulativo contra o real, acarretando a perda de US$ 10 bilhões de reservas brasileiras.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 46.506 milhões e importações de US$ 49.972 milhões. Saldo negativo de US$ 3.466 milhões.

1996

25 de junho — **Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Chile**
Assinado em San Luis, na Argentina. Chile passa a ser membro-associado.

17 de dezembro — **Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Bolívia**
Firmado, em Fortaleza. Bolívia passa a ser membro-associado.

- **Programa de privatizações**
Principal atrativo para a entrada de capital estrangeiro no País. Várias empresas nacionais são vendidas e registra-se entrada de empresas multinacionais no País.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 47.747 milhões e importações de US$ 53.346 milhões. Saldo negativo de US$ 5.599 milhões.

1997

19 de março — **Encerramento da Reunião Rio + 5**
Não se chega a uma posição comum sobre o balanço das medidas previstas na Eco-92. A maior potência mundial, os Estados Unidos, resiste a implementar medidas ambientalistas.

6 de maio — **Privatização da Companhia Vale do Rio Doce**

1997-2000 — **Brasil e Canadá na OMC**
Disputa sobre subsídios à indústria e à aeronáutica entre o Brasil e o Canadá e suas respectivas empresas, representadas pela Embraer e pela Bombardier. O Canadá alega que o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) estaria subsidiando, ilegalmente, a Embraer, de acordo com os princípios da OMC.

- **Acordo provisório entre Brasil e Argentina eleva a Tarifa Externa Comum do Mercosul em 3%**

- **Crise financeira na Ásia**
  A repercussão no Brasil se dá com o ataque especulativo contra o real e com o aumento de juros. O Brasil adota medidas para evitar a desvalorização do real, dobrando os juros, em outubro.

- **Brasil torna-se membro do Banco para Compensações Internacionais (BIS)**
  Banco monitora sistemas financeiros.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 52.994 milhões e importações de US$ 59.741 milhões. Saldo negativo de US$ 6.747 milhões.

1998

17 de fevereiro — **Brasil adere à associação dos países produtores de estanho – ATPC**

Abril — **Acordo-Quadro entre o Mercosul e a Comunidade Andina**
Prevê a criação de uma zona de livre comércio entre os dois blocos a partir de janeiro de 2000.

Agosto — **Crise financeira da Rússia**
Moratória unilateral decretada pela Rússia leva a uma crise sistêmica mundial. O Brasil assiste a saídas maciças de capitais de curto prazo e a uma diminuição espetacular do volume do crédito. Eleva ainda mais os juros, adota um pacote fiscal e faz acordos com o FMI.

13 de novembro — **Acordo com FMI**
Pressionado pela crise econômica internacional, o Brasil assina acordo com o FMI para a obtenção de um pacote de ajuda financeira de 41,5 bilhões de dólares.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 51.140 milhões e importações de US$ 57.764 milhões. Saldo negativo de US$ 6.624 milhões.

1999

1º de janeiro — **Implementação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) – Celso Lafer, Ministro**

- **Lançamento de moeda única da União Europeia (UE), o euro**
  Começa a circular na maioria dos países do grupo.

15 de janeiro — **Livre flutuação do câmbio**
O real sofre a maior desvalorização em relação ao dólar, estimada em 40%.

Janeiro — **Crise do Plano Real**
Desvalorização e flutuação do real. Sob o impacto da crise financeira e da instabilidade cambial, renegocia-se com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

- **Crise do Mercosul**
Ameaça de dolarização na Argentina.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 48.013 milhões e importações de US$ 49.295 milhões. Saldo negativo de US$ 1.282 milhões.

2000

5 de julho — **Recorde de produção da empresa Petrobras**
A Petrobras anuncia produção de 1,3 milhão de barris de petróleo por dia. O número recorde representa 76% do consumo diário brasileiro, que é de 1,7 milhão de barris. A expectativa da Petrobras é que em cinco anos o Brasil seja autossuficiente na produção de petróleo.

21 de agosto — **Brasil é condenado pela OMC a aceitar retaliações por parte do Canadá**
Tal condenação se deve ao fato de o Brasil ter concedido subsídios demasiados à venda de aviões da Embraer. Retaliações comerciais no valor de US$ 1,3 bilhão até 2005.

Dezembro — **Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República da África do Sul**
Assinado acordo de cooperação para criação de uma zona de livre comércio.

- **Balança comercial**
Exportações de US$ 55.119 milhões e importações de US$ 55.839 milhões. Saldo negativo de US$ 720 milhões.

- **Balança comercial do período (1991-2000)**
Exportações totais de US$ 451.033 milhões com média anual de US$ 45.103 milhões. Importações totais de US$ 425.878 milhões com média anual de US$ 42.588 milhões.

- **Principais produtos de exportação da década**
Metalúrgicos (14,1%), máquinas e equipamentos (11,9%), materiais de transporte (9,9%), soja (8,4%), químicos (7,0%).

2001-2010

A primeira década do século XXI inicia sob forte influência das questões ambientais e do combate ao terrorismo, que passam a fazer parte da agenda mundial, influenciando a economia.

O fortalecimento da globalização e do comércio mundial continua, permitindo o surgimento de novos atores no cenário internacional. O maior exemplo é a China, que se firma no grupo das potências mundiais e se torna um polo da economia mundial.

A partir do ano 2000, o comércio externo brasileiro atinge recordes de exportação. Isso acontece por vários motivos. Entre eles, o aumento no número de parceiros comerciais e a diversificação da pauta de exportação. O Brasil também passa a ter participação mais ativa nas disputas da organização mundial de comércio e assume uma postura de liderança na defesa dos interesses comerciais dos países emergentes.

Recorde de 100 bilhões de dólares exportados. Fotografia. Secretaria de Comércio Exterior, Brasília/DF, Brasil.

2001

2 de janeiro **Implementação da zona euro**

29 de janeiro **Celso Lafer assume Ministério das Relações Exteriores**

Fevereiro **Embargo à carne brasileira**
Canadá, Estados Unidos e México suspendem as importações de carne bovina brasileira, com a alegação de que estaria contaminada pela doença da vaca louca. O embargo é suspenso após técnicos canadenses constatarem que as acusações eram infundadas.

Julho **"Apagão elétrico". Racionamento na distribuição de energia elétrica**
Primeiro, adotam-se medidas de incentivo ao consumidor para que economize no uso de energia; depois, instala-se o racionamento a partir do segundo semestre do ano de 2001 até fevereiro de 2002. O governo impõe redução de energia em 20% para todos os consumidores. O racionamento de energia elétrica tem forte impacto econômico, pois a indústria é obrigada a produzir menos para cumprir as metas do racionamento de energia.

Agosto **Acordo com Fundo Monetário Internacional**
Governo fecha novo acordo com o FMI, válido até dezembro de 2002. Com o novo programa, o Brasil terá direito a sacar US$ 15 bilhões.

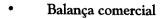
1º de agosto **Sérgio Silva do Amaral assume o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

29 de novembro **Lançamento do Portal do Exportador pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**
Surge como uma fonte importante de informações sobre comércio exterior, com assuntos disponibilizados por temas, de fácil consulta.

Dezembro **Decreto nº 4.072 restringe o nome cachaça às aguardentes nacionais**
Estabelece que a palavra "cachaça" é denominação típica e exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica de 38% a 48% em volume a 20 graus Celsius e com características sensoriais peculiares.

- **Número de empresas exportadoras cresce 6,2%**
  Cresce 6,2% em relação a 2000, passando de 16.246 para 17.267, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- **Destaque para o setor agrícola**
  Aumento das exportações de produtos agrícolas, que passaram de 14 bilhões de dólares, em 2000, para cerca de 18 bilhões, em 2001.

• **Balança comercial**

Exportações de US$ 58.287 milhões e importações de US$ 55.602 milhões. Saldo positivo de US$ 2.685 milhões.

2002

5 de janeiro

Sobretaxa dos Estados Unidos de 30% ao aço importado

A ação, considerada ilegal pela OMC, tem o objetivo de proteger a indústria local e é imposta a 22 países.

Junho

Vitória do Brasil no contencioso Embraer X Bombardier

A Organização Mundial do Comércio (OMC) autoriza o Brasil a retaliar o Canadá, por conta dos prejuízos decorrentes dos subsídios canadenses na causa Embraer X Bombardier. No entanto, as sanções não são aplicadas.

11 de junho

Brasil e México fecham acordo comercial para redução tarifária

Acordo prevê redução tarifária para o comércio bilateral de 800 itens, entre eles os produtos do setor automotivo. Aumenta imediatamente a quota de exportação de 50 mil veículos para 140 mil, e libera completamente o comércio no setor a partir de 2006.

16 de julho

Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) impõe salvaguardas às importações de coco ralado

A importação do produto passa a ser limitada ao máximo de 3.957 toneladas, no primeiro ano, a 4.550 toneladas no quarto e último ano de vigência da medida. Medida para proteger a produção nacional, uma vez que o coco ralado estrangeiro entra no Brasil com preços muito baixos. Estão excluídos das medidas os países membros do Mercosul (Mercado Comum do Sul) e os países em desenvolvimento que vendam, isoladamente, ao Brasil, menos de 3% do total importado ou 9% em conjunto.

• **Representação na OMC contra subsídio do açúcar**

O Brasil, em conjunto com a Tailândia e a Austrália, entram com denúncia na OMC contra os subsídios da União Europeia (UE) aos produtores de açúcar. Em agosto, a OMC dá vitória ao Brasil.

Outubro

Alta cotação do dólar

A moeda norte-americana atinge a marca dos R$ 4, cotação mais alta da história do real. O dólar encerrou o ano de 2002 cotado a R$ 3,545, acumulando uma valorização de 53,13% frente ao real.

2 de dezembro

China e Brasil fazem acordo de cooperação tecnológica

O acordo prevê a transferência de tecnologia para produção de álcool e para o desenvolvimento de automóveis movidos a álcool. O acordo busca permitir, também, o

desenvolvimento conjunto de tecnologia para produção de medicamentos genéricos, de aço e para o desenvolvimento de *software.*

- **China reduz alíquota de importação para o Brasil**
  O país se compromete a reduzir as alíquotas de importação de 34 itens de produtos que o Brasil vende no mercado chinês e a acabar com a quota de importação de outros produtos. Com a redução das tarifas, os produtos brasileiros ganham maior competitividade no mercado chinês e as exportações para a China se intensificam.

- **Representação na OMC contra subsídio do suco de laranja**
  Brasil entra com ação na OMC questionando o imposto cobrado na Flórida (EUA) sobre o suco de laranja importado e com a afirmação de que esse imposto viola as regras da organização. Em maio, o governo brasileiro fecha acordo com o governo americano e retira a queixa.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 60.439 milhões e importações de US$ 47.243 milhões. Saldo positivo de US$ 13.196 milhões.

2003

1º de janeiro — **Luiz Fernando Furlan assume Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

- **Acordo de Complementação Econômica nº 55 entre Mercosul e México para produtos automotivos**
  Entra em vigor acordo para produtos automotivos, que prevê a elevação da quota de 50 mil para 119 mil carros ao ano e a queda na alíquota de importação de 8% para 1,1%.

20 de março — **Início da Guerra do Iraque**

Os Estados Unidos, mesmo sem a chancela da ONU, formam uma aliança com o Reino Unido e outras nações – o que passa a ser chamado de Coalizão – e inicia a investida terrestre contra o Iraque. A justificativa dos Estados Unidos é a alegação de que estariam mantidas naquele país supostas armas de destruição em massa. Antecede essa investida uma série de ataques aéreos com mísseis e bombardeios sobre a capital Bagdá e regiões vizinhas.

- **Representação na OMC contra subsídio do algodão**
  Brasil entra com ação na OMC contestando os programas de ajuda doméstica e de crédito concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos produtores de algodão do seu país. Em junho, a OMC dá vitória ao Brasil no caso.

11 de julho — **Vitória do Brasil no contencioso dos produtos siderúrgicos**
Painel da OMC dá ganho de causa ao Brasil e a outros países contra salvaguardas dos EUA sobre produtos siderúrgicos.

13 de dezembro — **Renovação de acordo com FMI**
Tem duração de um ano e disponibiliza ao País um crédito de 14 bilhões de dólares.

• **Renovação de compromisso do Mercosul**
Por ocasião dos doze anos do Tratado de Assunção, os países do Mercosul renovam o compromisso com o avanço da integração.

• **Transgênicos**
A comercialização da soja transgênica da safra de 2003 é autorizada pelo Presidente Lula, em medida provisória assinada em 27 de março. Estima-se que a não comercialização provocaria perda de 1 bilhão de reais.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 73.203 milhões e importações de US$ 48.326 milhões. Saldo positivo de US$ 24.878 milhões.

2004

7 a 8 de julho — **XXVI Cúpula do Mercosul**
O Brasil assume a liderança rotativa do bloco, sucedendo a Argentina.

31 de julho — **O acordo agrícola**
A Organização Mundial do Comércio (OMC) ratifica o acordo da agricultura, que passa a reger as regras internacionais do comércio de produtos agrícolas. O Brasil atinge grande visibilidade com a adoção de uma postura de liderança entre os países em desenvolvimento.

8 de setembro — **Vitória do Brasil na OMC no contencioso do algodão**
Relatório final de painel da OMC dá vitória ao Brasil em causa com os EUA sobre o algodão.

15 de outubro — **Vitória do Brasil na OMC no contencioso do açúcar**
Relatório final de painel da OMC dá vitória ao Brasil em causa com a União Europeia sobre o açúcar. O Brasil argumentava que os subsídios europeus à exportação de açúcar violavam as disciplinas do acordo de agricultura da OMC.

• **Preço do petróleo em alta**
A cotação do petróleo alcança 55,67 dólares, valor mais alto desde 1983. As causas do aumento são relacionadas à recuperação da economia mundial, o crescimento

do consumo na China, os baixos estoques mundiais e a Guerra no Iraque, que põe em risco o fornecimento do produto. No fim do ano, os preços caem para 43 dólares o barril.

15 de dezembro **Novos membros associados ao Mercosul**
A 27ª reunião de cúpula do Mercosul, realizada em Ouro Preto, confirma a entrada da Colômbia, Equador e Venezuela como membros associados do bloco.

16 de dezembro **Acordo entre Mercosul e União Aduaneira da África Austral**
Firmado, em Belo Horizonte, acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu).

17 de dezembro **Acordo de cooperação entre Brasil e Paraguai**
Assinado acordo de cooperação para o desenvolvimento da indústria sucroalcooleira e utilização de álcool combustível no Paraguai. O acordo inclui transferência de tecnologia e medidas para facilitar a instalação de empresas brasileiras no Paraguai.

• **Recorde de exportações**
Brasil atinge recorde de exportações, alcançando a cifra de, aproximadamente, 100 bilhões de dólares.

• **Balança comercial**
Exportações de US$ 96.678 milhões e importações de US$ 62.836 milhões. Saldo positivo de US$ 33.842 milhões.

2005

24 de março **Vitória do Brasil no contencioso do frango**
Relatório final de painel da OMC dá ganho de causa ao Brasil em contencioso com a União Europeia sobre o frango. A UE havia aumentado em 2002 a tarifa de importação para cortes de frango salgado, medida que prejudicava as exportações brasileiras.

Julho **Acordo limita a exportação de sapatos**
Os fabricantes argentinos e brasileiros de calçados fecham acordo que limita as exportações brasileiras para o país vizinho aos 15,4 milhões de pares embarcados em 2004.

Agosto **Medidas *antidumping* ao suco de laranja brasileiro**
Governo norte-americano anuncia aplicação de medidas *antidumping* preliminares sobre as importações de suco de laranja do Brasil.

• **Camex eleva tarifa para calçados**
Alíquota de importação de sapatos e tênis é elevada de 14% para 35%.

Dezembro **Indústria brasileira já exporta um quarto da produção**

Levantamento do BNDES demonstra que 24,8% da produção industrial do País foi destinada ao mercado externo em 2004.

27 de dezembro **Pagamento da dívida com o FMI**

O governo brasileiro realiza o pagamento antecipado de US$ 15 bilhões e quita a dívida do Brasil com o FMI. O Brasil também irá zerar em 2006 a dívida com o Clube de Paris, no valor de US$ 2,6 bilhões.

• **Crise na agropecuária brasileira**

Queda nos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, problemas na comercialização da safra de 2004 e 2005, aumento dos custos de produção, entre outros problemas fazem o setor perder renda, produção e produtividade.

• **Febre aftosa**

Afeta boa parte dos pecuaristas que haviam trocado as lavouras de grãos por criação de gado. Suspensão imediata da compra de carne brasileira por grandes compradores mundiais.

• **Balança comercial**

Exportações de US$ 118.529 milhões e importações de US$ 73.600 milhões. Saldo positivo de US$ 44.929 milhões.

2006

Fevereiro **Valorização do real**

O real inicia o ano com uma valorização nominal em relação ao dólar americano superior a 12%.

• **A Camex reduz a zero a alíquota de imposto de importação de cimento e álcool combustível**

A ação prevê redução de custos e aumento da concorrência em setores aquecidos pelo aumento de consumo.

3 de março **China assina acordo têxtil com Brasil**

Acordo prevê restrição voluntária de exportação de produtos têxteis do país para o Brasil.

• **Brasil abre processo de salvaguardas contra a China para sete produtos**

A salvaguarda é imposta aos produtos chineses que ameaçam a indústria local – escova de cabelo, óculos e armação, óculos de sol, alto-falante, ferrosilício, brinquedos e pedal de bicicleta.

21 de abril — **Autossuficiência na produção de petróleo**
Com a entrada em operação da plataforma P-50, a maior da Petrobras, Brasil atinge autossuficiência na produção de petróleo.

4 de julho — **Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul**
Assume as obrigações do Tratado de Assunção e dos Protocolos de Ouro Preto e Olivos. Terá, ainda, quatro anos para adotar a Tarifa Externa Comum e o acervo normativo do Mercosul.

10-11 de julho — **XXXIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica**

1º de agosto — **Assinado, em Brasília, Acordo-Quadro de Cooperação Técnica Brasil-Afeganistão**

Setembro — **Mercosul caminha para conversão de moedas locais**
Os governos do Brasil e da Argentina se propõem a implementar, a partir de 2007, um sistema de compensação de moedas locais nas operações de comércio exterior entre os dois países. Consiste na eliminação da conversão para o dólar a cada passo das vendas e compras feitas entre os países.

• **Real forte provoca queda de 5% nas exportações aos EUA**

26 de outubro — **Brasil e União Europeia fecham acordo para carne de frango**
O Brasil terá cota de 336 mil toneladas para suas exportações de carnes de frango e peru industrializado para a União Europeia a partir de 2007.

Dezembro — **Brasil e EUA querem promover etanol como energia alternativa**
Assinam tratado que cria a Comissão Interamericana do Etanol, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a proposta de promover o uso do combustível como alternativa ao petróleo nas Américas.

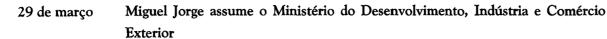
• **Balança comercial**
Exportações de US$ 137.807 milhões e importações de US$ 91.349 milhões. Saldo positivo de US$ 46.458 milhões.

2007

1º de janeiro — **Início do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva**

• **Euro forte dá ganhos aos exportadores**
Valorização do euro faz empresas brasileiras tentarem ganhar o mercado europeu.

Fevereiro — **China supera Argentina e passa a ser o segundo maior fornecedor do País**
No decorrer do ano de 2006, os chineses venderam US$ 8,28 bilhões para o País, acima dos US$ 8,19 bilhões exportados pelos argentinos. A China responde agora por 8,8% das importações do Brasil, apenas um décimo à frente da Argentina, com 8,7%.

29 de março — **Miguel Jorge assume o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

• **Derrocada financeira global**
Tem início nos EUA, com a crise do *subprime*, como é chamada a modalidade de empréstimos de segunda linha no país.

Junho — **Dois produtos chineses tem *antidumping***
O Brasil aumenta o imposto que incide sobre ferros de passar roupas e ventiladores de mesa importados da China. Os produtos chineses entram no país com valores muito baixos e afetam a concorrência dos produtos nacionais.

Julho — **Etanol impulsiona exportações do setor**
Segue em alta a demanda internacional por milho e soja brasileiros em razão da maior utilização desses grãos na produção de biocombustíveis nos Estados Unidos.

Agosto — **Crise do mercado de hipotecas imobiliárias dos EUA**
Afeta seu próprio mercado imobiliário e as bolsas de todo o mundo.

Setembro — **Calçadistas do Mercosul denunciam ameaça dos calçados chineses**
Empresários reivindicam medidas de defesa diante do avanço chinês, e perante a concorrência desleal.

Outubro — **União Europeia ameaça suspender importações de carne brasileira**
Alega que os padrões de segurança alimentar não se encontram nos padrões exigidos.

• **Destaque para a exportação de frango**
Embarques de carne de frango têm aumento de 22,5%, mantendo um bom ritmo de crescimento. Somam uma cifra de aproximadamente 2,375 milhões de toneladas e mantêm a 5ª posição na pauta das exportações brasileiras.

• **Destaque para a exportação de couro**
Exportações de couro têm crescimento de 24%. O faturamento chega a US$ 1,47 bilhão, contra US$ 1,12 bilhão até agosto do ano anterior.

Novembro — **Petrobras anuncia descoberta do Pré-sal**
Uma vez implementada a exploração, o volume de produção seria algo em torno de 5 e 8 bilhões de barris de petróleo e gás, o que transforma o Brasil num potencial exportador de volumes consideráveis de petróleo.

Dezembro — **CPMF é eliminada**
A retirada desse imposto provoca uma perda de 40 bilhões de reais por ano. Para equilibrar essas contas, o governo corta R$ 20 bilhões de suas despesas e aumenta as alíquotas de IOF, para arrecadar R$ 10 bilhões. Os R$ 10 bilhões restantes vi-

riam do aumento da arrecadação provocado pelo crescimento econômico esperado para 2008.

- **Balança comercial**
  Exportações de US$ 160.649 milhões e importações de US$ 120.624 milhões. Saldo positivo de US$ 40.024 milhões.

2008

Fevereiro **106 fazendas brasileiras voltam a ser autorizadas a exportar carne para a UE**
Fazendas brasileiras teriam problemas com a rastreabilidade e por isso teriam tido suas exportações para o bloco proibidas. A liberação foi considerada um avanço nas negociações brasileiras com o bloco e no contexto da OMC.

- **Brasil é credor externo**
  Neste ano os jornais dão conta de que o Brasil havia passado a ter uma dívida externa total líquida negativa em US$ 6,983 bilhões, o que coloca o País na posição de credor externo.

Março **Fusão da Bovespa com a BM&F cria a maior bolsa do mundo**
A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) concentra cerca de 70% do volume de negócios com ações na América Latina e é responsável pela negociação de opções, entre outros ativos. Na BM&F são negociados taxas de juros, dólar, índice de ações e contratos agrícolas, entre outros produtos. A empresa passa a ter um valor entre 20 e 30 bilhões de dólares.

Abril ***" Investment grade"***
A agência *Standard and Poor's* concede ao Brasil a categoria de grau de investimento, ou seja, declara que o País é seguro para investimentos.

Maio **Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior, lançada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex)**
A Câmara de Comércio Exterior (Camex), representada por sete Ministros do governo federal, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) apresentam um conjunto com 12 propostas que integram a Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior. As ações fazem parte do projeto Ambiente Jurídico – Investimento e Inovação, desenvolvido pela ABDI no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada dia 12 de maio pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A finalidade é reduzir a burocracia, facilitar as transações do comércio internacional e melhorar a gestão dos processos, operações, rotinas e procedimentos, entre outros benefícios, para o exportador e o importador brasileiros.

Junho **Brasil vence caso do algodão na OMC**

O processo contra os subsídios ao algodão estadunidense teve início em 2002, quando o Brasil solicitou aos EUA consultas preliminares sobre o assunto. A decisão do Órgão de apelação é final.

Julho **Rodada Doha é suspensa**

A Rodada que havia sido iniciada em novembro de 2001, rotulada de Rodada do Desenvolvimento, e que tinha uma ambiciosa agenda na busca de uma maior desgravação do comércio, é interrompida por falta de acordo entre as partes.

Setembro **Colapso financeiro global**

O governo dos EUA anuncia o resgate das gigantes das hipotecas Fannie Mae e Freddie Mac, evitando o colapso do mercado imobiliário americano. Esse foi o início de uma semana que revelou a verdadeira crise nos mercados financeiros. Em sequência, as ações do Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos EUA, registram queda de 45% e começam as discussões sobre a crise. É o início do colapso financeiro que afetou o mundo todo.

Outubro **Lançamento do informativo SECEX**

Divulgação das atividades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior.

Novembro **Barack Obama é eleito Presidente dos EUA**

Muito se espera em termos de mudanças com a eleição do primeiro Presidente negro dos EUA. No Brasil são claras as preocupações com a tendência protecionista dos democratas, reforçadas pela imensa crise econômica que afeta aquele país.

• **Brasil questiona tarifas dos EUA sobre suco de laranja**

O Brasil dá início a mais um contencioso contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) por considerar que os norte-americanos usam tarifas "artificialmente infladas" contra o suco de laranja nacional.

Dezembro **Redução de IPI para estimular economia**

O governo brasileiro anuncia um pacote anticrise com corte de impostos com o objetivo de injetar R$ 4,8 bilhões na economia. O pacote reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras de automóveis, produtos da linha branca, construção civil e reduz o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o consumo, assim como reajusta a tabela do Imposto de Renda.

• **Desvalorização cambial afeta exportações**

O comércio internacional brasileiro é afetado pela sistemática desvalorização do dólar e a concomitante queda nos preços das *commodities* internacionais.

- **Crise financeira mundial**
  A crise se instala nas mais variadas partes do planeta, tornando-se a maior depressão desde a Grande Recessão de 1929.

- **Balança comercial**
  Apesar da crise internacional e da desvalorização do dólar, a exportação brasileira em 2008 atinge níveis recordes. As exportações atingem 197,9 bilhões e as importações, US$ 173,1 bilhões, resultando numa corrente de comércio de US$ 371 bilhões. Comparando-se com 2007, houve crescimento de 23,2% nas exportações e de 43,6% nas importações. A maior expansão das importações resulta em queda de 38,2% no superávit comercial, que caiu de US$ 40 bilhões em 2007 para US$ 24,8 bilhões em 2008, menor cifra dos últimos seis anos.

2009

Janeiro **Posse de Obama**
Em seu discurso de posse, carregado de simbolismo histórico, Obama alerta para os desafios, apela para a responsabilidade, pede esperança e prevê uma "nova era" para seu país e para o mundo.

- **Petrobras anuncia plano de investimentos**
  A Petrobras anuncia plano de investimentos de 2009 a 2013, de US$ 174,4 bi. O objetivo é ampliar produção doméstica para 3,3 milhões de barris por dia.

Fevereiro **Pacote gigante contra a crise**
O Congresso dos Estados Unidos aprova um plano de recuperação econômica de US$ 787 bilhões, promovido pelo Presidente.

Março **Política anticíclica**
Para conter os efeitos da crise, o governo ordena que as empresas estatais ponham o pé no acelerador. Nos primeiros dois meses, as estatais investem R$ 8,8 bilhões, segundo balanço publicado pelo Ministério do Planejamento, 49% a mais em relação aos R$ 5,9 bilhões gastos em igual período de 2008.

Abril **Cúpula do G20 em Londres**
Com o objetivo de acelerar a retomada do crescimento, líderes mundiais destinam US$ 1,1 trilhão ao FMI para ajudar países emergentes, e combater o protecionismo. Além da injeção de recursos financeiros, os líderes também concordam com outros pontos, como a imposição de sanções a paraísos fiscais.

- **Atenção especial às pequenas e médias empresas**
  As MPE's são responsáveis por 74% do total dos estabelecimentos exportadores, embora o valor seja ainda pequeno, de 6,5%.

- **Acordo entre Mercosul e Índia**
  O acordo tem a principal característica de ser um avanço na aproximação comercial entre as duas potências emergentes, com perspectivas de grande incremento no volume de comércio.

Junho **Chefes de países do Bric se reúnem pela primeira vez**
Os Presidentes do Brasil, Rússia, Índia e China se reúnem em Ecaterimburgo, na Rússia. Líderes dos quatro países, cujas economias representam 15% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 15% do comércio internacional, 40% da população e 25% das terras habitáveis do planeta, defendem a ampliação do G7 e iniciam estudo para substituir o dólar nas transações comerciais entre os países do grupo, além de outras medidas mais gerais visando a uma reforma do sistema financeiro internacional.

Setembro **Lançado o ALICE-Web Mercosul**
Possibilita a análise dos dados de comércio dos países componentes do Mercosul, tanto individualmente quanto de todo o bloco.

Outubro **MDIC reúne membros da Aladi em encontro sobre estatísticas de comércio exterior**
Organizado pela SECEX, tem como objetivo padronizar estatísticas de comércio exterior dos países da Aladi e apresentar as novas recomendações da ONU para a área.

Novembro **Brasil vence contencioso do algodão**
A sanção, fixada por um ano, deveria atingir US$ 591 milhões na área de mercadorias. Outros US$ 238 milhões seriam impostos mais tarde nas áreas de patentes e serviços. A retaliação pode ser suspensa, se houver acordo entre os dois governos.

Dezembro **Cop 15**
Um total de 75 países estabelecem metas de redução ou limitação do crescimento das emissões de gases do efeito estufa até 2020, como parte do acordo de Copenhague. Além disso, 111 países, assim com a União Europeia (integrada por 27 países), expressam apoio ao acordo. No entanto, o acordo também é acusado de ser o pior dentre todos pelos países em desenvolvimento.

- **Diminuição do comércio internacional afeta saldo brasileiro**
  As importações mundiais caem 22,8%. Foram de US$ 15,7 trilhões para US$ 12,1 trilhões. No Brasil, a queda no volume exportado é de 22,7%, passando de US$ 197,9 bilhões para US$ 153 bilhões. Em relação às importações, a queda é 26,2%, e em termos de valores passaram de US$ 173 bilhões para US$ 127,6 bilhões.

- **Balança comercial brasileira**
  A balança comercial brasileira encerra 2009 com saldo positivo de US$ 24,615 bilhões. No período de 250 dias úteis, as exportações somam US$ 152,252 bilhões e as importações ficam em US$ 127,637 bilhões, média diária respectiva de US$ 609 milhões e US$ 510,5 milhões.

2010

Abril **Vazamento de petróleo no Golfo do México**

Às 22h do dia 20 de abril há uma explosão no Golfo do México. Onze funcionários da empresa British Petroleum desaparecem no acidente, que se torna ao longo dos meses o maior desastre ambiental na história do setor, com um vazamento em torno de 60 mil barris por dia que jorram pelo Golfo do México.

- **Entra em vigência o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel**

Maio **Crise na Grécia**

O déficit no orçamento grego de 2009 é 4 vezes maior do que o permitido no âmbito da União Europeia, chegando a 13,6% do PIB. A dívida vincenda somente em maio era de US$ 12 bilhões, de um total de US$ 400 bilhões. O pacote de ajuda para o país por parte dos países da zona do euro e do FMI é de aproximadamente de US$ 143 bilhões, mas implicará um programa de austeridade com o corte de gastos e aumento de impostos.

- **Governo cria agência de crédito e fundo garantidor para exportações**

  Governo cria o Exim Brasil, empresa destinada ao fomento das exportações, por meio de operações de crédito às exportações não cobertas pelo mercado, como é o caso de contrato de prazo mais longo, crédito para comprador no exterior e algumas operações pós-embarque. A maior parte dessas operações era desempenhada pelo BNDES e agora passam a ter uma agência exclusiva.

- **Acordo de Livre Comércio – União Europeia x Mercosul**

  São retomadas as negociações comerciais para a assinatura de um Acordo de Livre Comércio do Mercosul com a União Europeia, durante a VI Reunião de Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia.

Junho **Conhecendo o Brasil em números**

Lançada publicação que tem como objetivo apresentar, de modo prático e sintético, um conjunto de informações acerca do Brasil. Inclui temas e indicadores sobre geografia, sociedade, infraestrutura, economia e setor externo, dispostos em gráficos e tabelas, o que possibilita rápida e eficaz leitura de seu conteúdo.

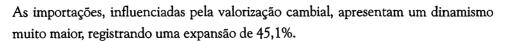
Agosto **Assinado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Egito, o segundo acordo firmado entre o bloco e um parceiro extrarregional**

- **China torna-se a segunda maior economia do mundo**

  A China ultrapassa o Japão como a segunda maior economia do mundo no segundo trimestre do ano, ao crescer 1,337 trilhões de dólares, contra 1,288 trilhões do Japão.

- **Retomada do crescimento das exportações**

  Nos primeiros 7 meses de 2010, as exportações voltam a crescer, num total de 27,5%.

As importações, influenciadas pela valorização cambial, apresentam um dinamismo muito maior, registrando uma expansão de 45,1%.

Setembro **Capitalização da Petrobras**

O processo de capitalização será responsável pelo aporte de recursos de acionistas ou de investidores – que serão usados para pagar por até 5 bilhões de barris em reservas. Esse valor será usado pela empresa para novos investimentos.

Outubro **Eleição de Dilma Roussef para presidência do País**

Com 56% dos votos, a candidata Dilma Roussef é eleita a primeira mulher para a presidência do País.

Novembro **Pacote de liquidez nos EUA**

Governo americano anuncia a recompra de US$ 600 bilhões até a metade de 2011 a fim de injetar recursos na economia daquele país. A preocupação geral é de que isso afete ainda mais o comércio internacional, e provoque retaliações protecionistas generalizadas.

- **Brasil e México negociam acordo comercial**

  O acordo tem uma proposta mais ambiciosa, pretende incluir tarifas, "temas de serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual", entre outros. Outro importante objetivo é garantir o acesso real aos mercados, sem desproteger setores mais fragilizados.

- **Preocupação generalizada com guerra cambial**

  Os Estados Unidos e a China são acusados pelas demais nações comerciais do planeta de provocarem desvalorizações competitivas em sua moeda, afetando assim os mecanismos de comércio internacional e causando inclusive retaliações protecionistas por parte das demais nações.

- **Censo 2010**

  IBGE realizará o XII Censo Demográfico, que constituirá o grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características socioeconômicas e, ao mesmo tempo, a base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década.

- **Lançamento do Novoex**

  Portaria nº 24, de 10 de novembro de 2010, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estabelece a implantação do novo módulo do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), denominado Siscomex Exportação Web – Novoex. O Novoex substitui o módulo atual do Siscomex Exportação, lançado em 1993, e que representou um marco na utilização das tecnologias da informação nas operações de comércio exterior.

- **Corrente de comércio**
  O comércio volta a crescer e se aproxima dos níveis pré-crise. De janeiro a julho as exportações totalizaram US$ 106,9 bilhões, ou seja 27,1% de incremento. As importações foram de US$ 97,6 bilhões, representando 45,1% de crescimento em relação a igual período de 2009. A corrente de comércio totalizou, portanto, US$ 204 bilhões, valor muito próximo ao recorde atingido em jan-jul de 2008, que foi de US$ 207,6 bilhões.

- **Exportações em 2010**
  De janeiro a julho, a Ásia foi responsável por 27,8% das vendas externas brasileiras, seguida de América Latina e Caribe (23,7%), União Europeia (21,4%), EUA (9,9%), Oriente Médio (5,0%), África (4,4%) e Europa Oriental (2,6%). Considerando-se os principais países compradores, sublinham-se as participações de China (15,7%), Estados Unidos (9,9%) e Argentina (8,8%).

- **Importações em 2010**
  De janeiro a julho, a Ásia foi responsável por 30,5% das compras externas brasileiras, seguida de União Europeia (21,3%), América Latina e Caribe (17,2%), EUA (15,1%), África (7,0%), Oriente Médio (2,6%) e Europa Oriental (1,6%). Considerando-se os países fornecedores, sublinham-se as participações dos Estados Unidos (15,1%), da China (13,4%) e da Argentina (8,2%), que se consolidam como os três maiores mercados fornecedores do Brasil.

- **Aumento da participação dos países em desenvolvimento nas exportações brasileiras**
  Países emergentes da Ásia, América Latina, Caribe e Europa Oriental são os que apresentam um incremento mais intenso nas relações comerciais com o Brasil. O maior destaque é a China, que passou de 6,7%, em 2007, do total do comércio para 15,7% em junho de 2010.

17 de novembro

Novoex entra em funcionamento. Usuários podem acessar novo sistema de dados de exportações diretamente pela Internet

É implantado o novo módulo do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), denominado Siscomex Exportação Web (Novoex). O Novoex substitui o módulo Siscomex Exportação, lançado em 1993. A modernização do sistema se fez necessária diante do expressivo aumento das exportações brasileiras, do surgimento de novas tecnologias de comunicação e informação, além da defasagem tecnológica do sistema atual. No novo sistema, são efetuadas apenas as operações comerciais (RE e RC), sendo que todas as operações aduaneiras continuam a ser realizadas da mesma forma nos sistemas da Receita Federal.

O Novoex tem interface mais interativa para os usuários, maior agilidade e visibilidade na elaboração de REs e de processos pelo exportador e pelo anuente, e permite ainda a simulação prévia do RE.

nexo 2 – Evolução e dados estatísticos

Comércio Exterior Brasileiro – Evolução 1808 a 1899

Valores em contos de réis

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1808	19.000	19.500	-500
1809	19.100	20.050	-950
1810	19.400	20.250	-850
1811	19.500	20.500	-1.000
1812	19.750	21.000	-1.250
1813	19.950	20.950	-1.000
1814	20.000	21.400	-1.400
1815	20.300	21.600	-1.300
1816	20.500	20.650	-150
1817	20.250	22.000	-1.750
1818	20.150	21.000	-850
1819	20.050	20.500	-450
1820	20.100	21.500	-1.400
1821	20.119	21.260	-1.141
1822	19.754	22.498	-2.744
1823	20.653	19.420	1.233
1824	19.162	24.061	-4.899
1825	21.396	22.841	-1.445
1826	16.599	18.672	-2.073
1827	24.919	26.894	-1.975
1828	32.111	31.940	171
1829	33.415	35.531	-2.116
1830	35.135	42.047	-6.912
1831	32.431	33.491	-1.060
1832	31.815	32.146	-331
1833-34	33.011	36.237	-3.226
1834-35	32.992	36.577	-3.585
1835-36	41.442	41.196	246
1836-37	34.183	45.320	-11.137
1837-38	33.511	40.757	-7.246
1838-39	41.598	49.446	-7.848
1839-40	43.192	52.359	-9.167
1840-41	41.672	57.727	-16.055
1841-42	39.084	56.041	-16.957
1842-43	41.039	50.639	-9.600
1843-44	43.800	55.289	-11.489
1844-45	47.054	55.228	-8.174
1845-46	53.630	52.194	1.436
1846-47	52.449	55.740	-3.291
1847-48	57.926	47.350	10.576
1848-49	56.290	51.570	4.720
1849-50	55.032	59.165	-4.133
1850-51	67.788	76.918	-9.130
1851-52	66.640	92.860	-26.220
1852-53	73.644	87.332	-13.688
1853-54	76.843	85.838	-8.995
1854-55	90.698	85.170	5.528
1855-56	94.432	92.779	1.653
1856-57	114.547	125.353	-10.806
1857-58	96.247	130.440	-34.193
1858-59	106.782	127.268	-20.486
1859-60	112.958	113.028	-70
1860-61	123.171	123.720	-549
1861-62	120.720	110.531	10.189
1862-63	122.479	99.163	23.316
1863-64	131.204	125.700	5.504
1864-65	141.100	131.800	9.300
1865-66	157.100	137.800	19.300
1866-67	156.300	143.200	13.100
1867-68	185.300	140.600	44.700
1868-69	202.700	166.700	36.000
1869-70	197.100	168.300	28.800
1870-71	168.000	162.400	5.600
1871-72	190.700	150.300	40.400
1872-73	214.900	158.500	56.400
1873-74	189.700	152.800	36.900
1874-75	208.494	167.549	40.945
1875-76	183.602	172.149	11.453
1876-77	195.563	156.886	38.677
1877-78	186.349	163.517	22.832
1878-79	204.058	163.505	40.553
1879-80	222.352	173.645	48.707
1880-81	230.963	179.668	51.295
1881-82	209.851	182.252	27.599
1882-83	197.032	190.263	6.769
1883-84	217.072	202.530	14.542
1884-85	226.269	178.431	47.838
1885-86	194.962	197.502	-2.540
1886-87	263.519	207.204	56.315
1887	125.170	103.638	21.532
1888	237.251	215.508	21.743
1889	255.778	217.798	37.980
1890	326.453	294.879	31.574
1891	574.366	511.999	62.367
1892	784.462	589.575	194.887
1893	705.581	652.425	53.156
1894	766.803	782.450	-15.647
1895	882.057	844.581	37.476
1896	844.106	864.213	-20.107
1897	1.010.719	845.803	164.916
1898	1.011.301	933.322	77.979
1899	954.467	864.610	89.857

Fonte: Anuário Estatístico Comercial – Comércio, Indústria e Agricultura – O Brasil em 1920.
Observações:
1887 – Dados do ano estimado, com base no resultado do 2º semestre de 1887, que alcançou cifra de 125.170 e 103.638 contos de réis, respectivamente na exportação e na importação.
De 1834 a 1886, o resultado refere-se ao ano fiscal compreendendo a período de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte.
A partir de 1887, os dados referem-se ao ano civil.

Conheça outras estatísticas dos ***200 Anos de Comércio Exterior Brasileiro***, visitando o endereço http://www.aprendendoaexportar.gov.br/200Anos

Comércio Exterior Brasileiro – Evolução 1900 a 1960

Valores em US$ milhões

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1900	435,6	565,8	-130,2
1901	368,3	330,4	37,9
1902	299,3	191,8	107,4
1903	301,1	191,6	109,6
1904	308,4	197,3	111,2
1905	188,3	203,6	-15,4
1906	240,4	125,0	115,5
1907	276,2	150,1	126,1
1908	224,3	206,9	17,4
1909	323,0	180,3	142,8
1910	281,6	188,4	93,2
1911	303,3	214,0	89,3
1912	337,3	239,8	97,5
1913	296,6	286,6	10,0
1914	228,3	304,4	-76,1
1915	373,3	169,7	203,6
1916	429,3	208,8	220,5
1917	443,2	306,2	137,0
1918	417,1	311,4	105,7
1919	714,8	363,0	351,9
1920	383,5	437,7	-54,2
1921	652,6	457,6	195,0

Valores em US$ milhões

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1921	652,6	457,6	195,0
1922	301,3	645,0	-343,7
1923	335,2	213,5	121,7
1924	419,4	230,5	188,9
1925	483,1	302,8	180,3
1926	455,7	405,6	50,0
1927	430,9	386,4	44,5
1928	474,5	387,0	87,5
1929	455,3	441,3	14,0
1930	314,6	421,1	-106,5
1931	238,2	260,6	-22,4
1932	179,5	136,5	43,0
1933	222,1	106,9	115,2
1934	286,4	170,4	116,0
1935	344,8	211,4	133,4
1936	415,2	224,9	190,3
1937	446,8	232,2	214,6
1938	294,3	330,5	-36,2
1939	263,1	293,8	-30,7
1940	272,6	244,7	27,9
1941	370,4	253,1	117,3
1942	400,8	209,5	191,3

Valores em US$ milhões

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1943	466,5	275,4	191,1
1944	574,5	360,3	214,2
1945	655,4	389,4	266,1
1946	985,4	584,4	400,9
1947	1.152,3	1.056,1	96,2
1948	1.180,5	973,0	207,4
1949	1.096,5	957,4	139,1
1950	1.355,5	941,9	413,6
1951	1.769,0	1.724,8	44,2
1952	1.418,1	1.720,3	-302,1
1953	1.539,3	1.144,6	394,7
1954	1.561,8	1.414,7	147,1
1955	1.423,2	1.103,8	319,5
1956	1.482,0	1.046,0	436,0
1957	1.391,6	1.285,3	106,3
1958	1.243,0	1.179,3	63,7
1959	1.282,0	1.210,5	71,5
1960	1.268,8	1.292,8	-24,0
1961	1.403,0	1.291,8	111,1
1962	1.214,2	1.304,2	-90,00
1963	1.406,5	1.294,0	112,5

Fonte:
IBGE – Anuário Estatístico do Brasil 1952
Ministério da Fazenda, Serviço e Estatística Economica e Financeira
Fundação IBGE, Anuario Estatistico do Brasil 1939/40 (9.1358-1359)
Intercambio comercial – 1953/1976

Conheça outras estatísticas dos ***200 Anos de Comércio Exterior Brasileiro***, visitando o endereço http://www.aprendendoaexportar.gov.br/200Anos

Comércio Exterior Brasileiro – Evolução 1961 a 2010*

Valores em US$ milhões

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1964	1.430	1.086	343
1965	1.595	941	655
1966	1.741	1.303	438
1967	1.654	1.441	212
1968	1.881	1.855	26
1969	2.311	1.993	318
1970	2.739	2.507	232
1971	2.904	3.247	-344
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.192	7
1974	7.951	12.641	-4.690
1975	8.670	12.210	-3.540
1976	10.128	12.383	-2.255
1977	12.120	12.023	97
1978	12.659	13.683	-1.024
1979	15.244	18.084	-2.839
1980	20.132	22.955	-2.823
1981	23.293	22.091	1.202

Valores em US$ milhões

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1982	20.175	19.395	780
1983	21.899	15.429	6.470
1984	27.005	13.916	13.090
1985	25.639	13.153	12.486
1986	22.349	14.044	8.304
1987	26.224	15.051	11.173
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.119
1990	31.414	20.661	10.752
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.544	15.249
1993	38.555	25.237	13.318
1994	43.545	33.053	10.492
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.986	61.352	-8.366
1998	51.120	57.529	-6.409
1999	48.011	49.301	-1.290

Valores em US$ milhões

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
2000	55.086	55.850	-764
2001	58.223	55.605	2.618
2002	60.362	47.240	13.121
2003	73.084	48.260	24.825
2004	96.475	62.813	33.662
2005	117.000	75.000	42.000
2006	137.807	91.396	46.411
2007	160.649	120.617	40.032
2008	197.942	172.985	24.957
2009	152.995	127.719	25.276
2010*	163.310	148.683	14.627

Fonte:
Intercambio comercial – 1953/1976
Brasil Comércio Exterior – 1985
Brasil Comércio Exterior Exportação 1988
MDIC / SECEX
* até outubro/2010

Conheça outras estatísticas dos **200 *Anos de Comércio Exterior Brasileiro***, visitando o endereço http://www.aprendendoaexportar.gov.br/200Anos

Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABREU, Marcelo de Paiva. ***The Brazilian Economy*, 1928-1980**. Texto para discussão. Rio de Janeiro, nº 433, nov. 2000.

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da sociedade brasileira.** 13. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil.** Brasília: Senac, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil:** as relações econômicas internacionais no Império. 2ª ed. São Paulo: Senac: Brasília: Funag, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O estudo das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Editora Unimarco, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**: história e sociologia da diplomacia brasileira. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp 1996.

ARRUDA, José Jobson de A. **História moderna e contemporânea**.São Paulo: Ática, 1978.

AURELINO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. Edite Sciulli (Trad.). 2ª ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil e a economia internacional**. Recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BAUMANN, Renato (Org.). **Brasil: uma década em transição.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BOERSNER, Demetrio. **Relaciones internacionales de America Latina**. Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1990.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 21ª ed. Ijuí: Unijui, 2000.

BUESCU, Mircea. **Evolução econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Apec, 1974.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 2ª ed. São Paulo: TAQ, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1997.

CARLUCI, José Lence. **Uma introdução ao direito aduaneiro**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet. **Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000**. Brasília: UnB, 2000.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: Velhos e novos paradigmas. Coleção Relações Internacionais, IBRI/UnB, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **A política externa brasileira**: 1822-1985. São Paulo: Ática, 1986.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UnB, 2002.

COLLOR, Fernando. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1992.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História do Porto de Santos**. Santos: (s. n.), 2007, disponível em: <http://www.portodesantos.com/dados/historico-do-porto.html>, acessado em 3/9/2007 às 14:36.

CORSEUIL, Carlos Henrique; KUME, Honório (Coords.). **A abertura comercial brasileira nos anos 1990**: impactos sobre emprego e salário. Rio de janeiro: Ipea, 2003.

CRAIG, Gordon A. **Geschichte Europas 1815-1980.** Munique: Beck, 1995.

D. PEDRO II. **A vida dos grandes brasileiros-12**

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo.** 4ª ed. Ed. Bertrand Brasil.

DELFIM NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

DTV-Atlas zur weltgeschichte. Karten und chronologischer Abriss, Band 2. Munique, 1977.

Economia Brasileira, Vários autores. São Paulo: Editora Saraiva. 2000.

Enciclopédia da História do Brasil 3000. (multimídia)

Encyclopedia Britannica do Brasil.

FARIA, Fábio. **O comércio exterior brasileiro** – 1930 a 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 8. ed. São Paulo: EDUSP: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FRANCO, Itamar. *Mensagem ao Congresso Nacional.* 1ª edição. Brasília, 1994.

FREUND, Michael. **Deutsche Geschichte, von den Anfängen bis zum Gegenwart.** Munique: Bertelsmann, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 25ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira.** 7ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

GAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. **Economia brasileira contemporânea (1964-2004).** Rio de Janeiro: Elseiver, 2005.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs.). **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES,1999.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional:** transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional.* Brasília, 1964.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JR., Rudinei. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a globalização econômica.** São Paulo: Aduaneiras, 1997.

GRIECO, Francisco de Assis. **O comércio exterior e as crises financeiras.** São Paulo: Aduaneiras, 1999.

HARDACH, Gerd. **Der Marshall-Plan.** Munique: Deuscher Taschenbuch, 1994.

HARDACH, Karl. **Wirtschaftsgeschichte Deutschlands im 20.** Jahrhundert. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções, 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital, 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios, 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric J., **A Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **O Brasil republicano: economia e cultura: 1930-1964.** São Paulo: DIFEL, 1981. v.4, t.3.

HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté:** A primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KEYNES, John Maynard. **As conseqüências econômicas da paz.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: E. UnB, 2002.

KUNZLER, Jacob Paulo. **Mercosul e o comércio exterior.** 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LOHBAUER, Christian. **História das relações internacionais II:** O século XX do declínio europeu à era global. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil:** de 1808 a 1930. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MÄHLERT, Ulrich. **Kleine Geschichte der DDR. 1949-1989.** Munique: Beck, 1999.

MARINA, Gusmão de Mendonça. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MDIC/STI: SEBRAE: IEL/CNI. *Cronologia de Desenvolvimento Científico, Tecnológico, e Industrial Brasileiro 1938-2003*: homenagem do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro Empresas pelos 65 anos da Confederação Nacional da Indústria. 2ª ed. rev. e atual. Brasília: 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MENEZES, Albene Miriam F. "Alemanha e Brasil: O comércio de compensação nos anos 1930". In Brancato, Sandra e MENEZES, Albene (Orgs.). **O Cone Sul no Contexto Internacional.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MENEZES, Albene Miriam F. "Comércio exterior do Brasil: O caso do algodão nos anos 30". In **Revista Múltipla**; v. 3-nº 3, dezembro de 1997, pp 39-47.

MENEZES, Albene Miriam F. "Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in den Jahren 1920-1950 unter besonderer Berücksichtigung des Kakaohandels". Universidade de Hamburgo, Dissertação, 1987.

MENEZES, Albene Miriam F. "Entre dúvidas e globalização: guerra no Iraque, início de um novo século americano?" In **Revista Múltipla**; Ano VIII, v. 9, nº 14, junho de 2003.

MENEZES, Albene Miriam F. "Penetração do capital alemão no Brasil – 1880-1930. Uma visão histórica de sua anatomia". In Reckziegel, Ana Luiza Setti et. all. (Orgs.). **Estados americanos:** Relações continentais e intercontinentais. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MENEZES, Albene Miriam F. "Tratado de comércio e navegação de 1827: Importância e significados". In MENEZES, Albene e Kothe, Mercedes. **Brasil-Alemanha, 1827-1997.** Perspectivas Históricas. Brasília: Thesaurus, 1997, pp. 25-40.

MERCADANTE, Aloizio (Org). O Brasil Pós-Real. Campinas: Unicamp, 1997.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel.** A Revolução Cubana e a América Latina. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Estado nacional e política internacional na América Latina.** O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil.** As relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994). São Paulo: Ensaio, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **1822 dimensões.** 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1986.

NETO, Miranda. **O dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

OLIVEIRA LIMA, Manuel. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. "A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: A atuação de Joaquim Nabuco em Washington". 2005. 229f. Dissertação (Pós-graduação em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Unesp/Unicamp/PUC-SP, São Paulo, 2005.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUADROS, Jânio. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1961.

RÉMOND, René. **O século XIX**. São Paulo: Cultrix, 1976.

RÉMOND, René. **O século XX**. São Paulo: Cultrix, 1976.

REVISTA NOSSA HISTÓRIA. São Paulo: Vera Cruz, nº 26, dezembro 2005.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo (Org.). **Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **Relações internacionais:** Dois séculos de história. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Ibri, 2001.

SARAIVA, José Flávio S. (org.); CERVO, Amado Luiz; ALMEIDA, Paulo Roberto de; DÖPCKE, Wolfgang. **Relações internacionais contemporâneas**: Da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1980.

SCHACHT, Hjalmar. **Setenta e seis anos de Minha Vida.** A autobiografia do mago da economia alemã da republica de Weimar ao III Reich. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SCHILLING, Volteire. "EUA, a doutrina da segurança nacional – Guerra fria". Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2002/06/11/001.htm>. Acessado em: 5 de julho de 2007 às 16:21.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SILVA, Heloisa Conceição Machado. "Crise, ação do Estado e pragmatismo: a política de comércio exterior brasileira de 1934-1945". **Cena Internacional** Revista de Análise em Política Internacional. São Paulo, nº 2, dez. 2000.

SILVA, Heloisa Conceição Machado. "Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979". **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília. IBRI/UNB, v. 46, nº 001, jan-jun 2003.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

STREISAND, Joachim. **Deutsche Geschichte von den Anfängen bis zur Gegenwart. Eine Einführung.** Colônia: Pahl-Rugenstein, 1983.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira:** Origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TYLER, William G. **Manufactured export expansion and industrialization in Brazil.** J.C.B. Mohr (Paul Siebeck) Tubingen, 1976.

ULLRICH, Volker. **Die nervöse Grossmacht, 1871-1918.** Frankfurt/Main: Fischer, 1999.

VARGAS, Getúlio. *Mensagem ao Congresso Nacional.* Rio de Janeiro, 1952. Localizado na Biblioteca do MDIC.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; WINSTON, Fritsch (coords.). **A nova inserção internacional do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

VIANA, Hélio. **História do Brasil,** v. 2. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

VIANA, Hélio. **História do Brasil,** volume 3. Império e República. 4ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira:** 1889-1945. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2001.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro:** multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: UFRGS – Departamento de Psicologia, 1998.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **As razões da Independência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Fonte de imprensa:

Carta Capital

Correio Braziliense

Época

O Estado de São Paulo

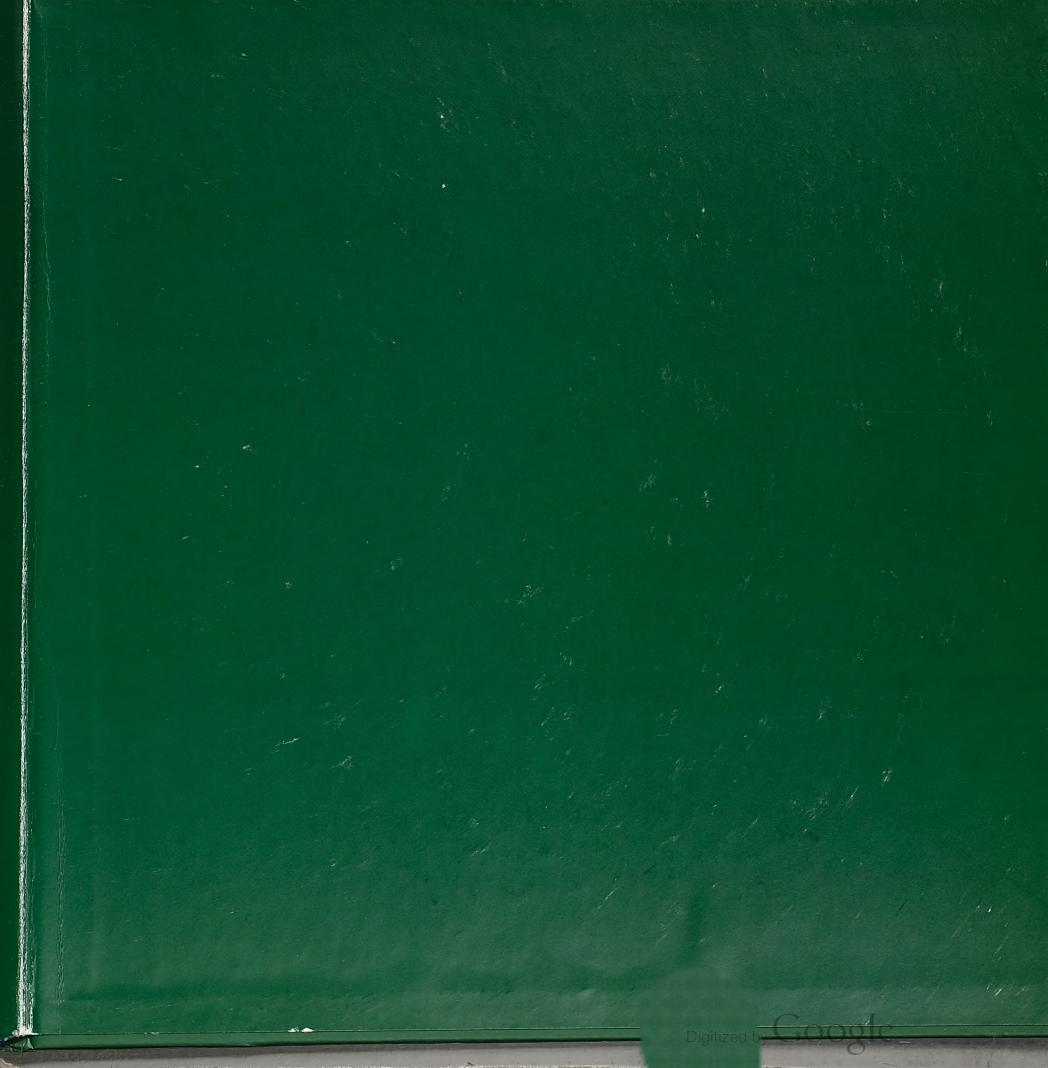
Folha de São Paulo

Gazeta Mercantil

O Globo

IstoÉ

Valor Econômico

Veja

20 ANOS DA SECEX

200 ANOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Secretaria de Comércio Exterior

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior